

SANTO ANTÔNIO DE CARAGUATATUBA

Memória e Tradições de um Povo

Jurandyr Ferraz de Campos
(organização e direção)



Prefeitura Municipal de Caraguatatuba
Antonio Carlos da Silva – Prefeito
Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba
Eloíza Aparecida Andrade Antunes de Oliveira – Presidente

981.61
S59 Santo Antonio de Caraguatatuba : memória e tradições
de um povo / organização de Jurandy Ferraz de
Campos – Caraguatatuba : FUNDACC, 2000.
468 p. , 23 cm
ISBN:
1. Caraguatatuba, SP – História. I. Campos, Jurandy
Ferraz, org. II. Título

Ficha catalográfica preparada pelo Serviço de Biblioteca e In-
formação da FAUUSP.

Revisão ortográfica
Nysia Freitas Meira de Barros
Projeto gráfico e Diagramação
Vicente Lemes Cardoso
Tratamento de imagem
Sydney Lanzarotto/Vicente Lemes Cardoso
Capa
Projeto *Vicente Lemes Cardoso*
Imagem – Mapas Históricos Brasileiros,
Grandes personagens da nossa história. São Paulo: Abril Cultural
Fotolitos e Impressão
Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

Todos os direitos à
FUNDACC
Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba
Rua Santa Cruz, 396 – Centro – Caraguatatuba
Telefones: (0**12) 420.8150 / 420.8210

Prefeitura Municipal de Caraguatatuba
Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba

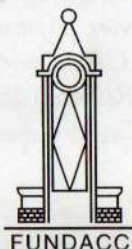


SANTO ANTÔNIO DE CARAGUATATUBA

Memória e Tradições de um Povo

Jurandyr Ferraz de Campos
(organização e direção)

Adriana Coutinho, Alberto Borges dos Santos,
Daniel Ferraz, José Alexandre Villela de Andrade,
José Roberto Manna de Deus, Luzia Rodrigues de
Toledo Prado, Odair Aparecido de Paula,
Percival Rangel, Valter Padgurschi,
Vera Lúcia Felipe Malaquias da Silva



ARQUIVO
Arino Sant'ana de Barros
FUNDACC

Ao bravo povo de Caraguatatuba

Gratiarum Actio

Apresentamos os nossos maiores agradecimentos a todos aqueles que emprestaram a sua valiosa colaboração para que esta obra se tornasse uma realidade. A todos os membros da equipe que comigo trabalharam, em especial aos professores Alberto Borges dos Santos, Luzia Rodrigues de Toledo Prado, Odair Aparecido de Paula, Percival Bento Rangel e Vera Lúcia Felipe Malaquias da Silva, pela dedicação e ricas sugestões que nos apresentaram.

À Professora Eloíza Aparecida Andrade Antunes de Oliveira, DD. Presidente da Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba, a qual foi a verdadeira mentora intelectual e que se empenhou a fundo, apoiando-nos em tudo, para que o livro se concretizasse.

À Mestra Nyssia Freitas Meira de Barros, nossa querida amiga e profunda conhecedora da Língua Portuguesa, a qual, pacientemente, procedeu a toda a revisão do texto original.

Aos demais, pela não menos importante contribuição particular de cada um: Alba Lúcia Romeiro Tambelli, Antonio Freire Mármore, Diego Campos Padgurschi, Dorilucy Aparecida de Jesus Costa Martins, Eulália Cristine Dutra, Gersina Luna Ferraz, Pe. Jacob Putbenkandam, Jair Mongelli Júnior, João Gonçalves Machado, Jorge Gomes de Oliveira, José Aires da Gama Sobrinho, José e Silvana Teixeira Neto, Márcia Guedes, Maria Amélia Santos, Myriam T. Garcia Ávila Ferraz de Campos, Olga Duarte Nóbrega, Pe. Porfírio de Deus Filho, Ricardo Campos Ferraz, Roberto Júlio Gava, Selma Neder Martins Lemos, Vicente Lemes Cardoso, Zuleica Rodrigues Oliveira.



“Para estudar o passado de um povo, de uma instituição, de uma classe, não basta aceitar ao pé da letra tudo quanto nos deixou a simples tradição escrita. É preciso fazer falar a multidão imensa dos figurantes mudos que enchem o panorama da História e são muitas vezes mais interessantes e mais importantes do que os outros, os que apenas escrevem a história.”

(Sérgio Buarque de Holanda)

SUMÁRIO

Prefácio	8
Apresentação	9
Nota Introdutória	11
Caraguatatuba nos Primeiros Tempos (Sécs. XVII / XIX)	15
Introdução: Geografia e Meio Ambiente	16
O Meio Ambiente em Caraguatatuba	25
1. O Habitante Primitivo	30
1.1 Um Problema a Esclarecer	30
1.2 Os Tupinambá	31
1.3 Os Gueromimis	33
2. O Povoamento	60
2.1 As Capitânicas de S. Vicente e S. Amaro	60
2.2 A Capitania de Itanhaém	64
2.3 A Fundação da Vila de Sto. Antônio de Caraguatatuba	68
3. As Atividades Econômicas	86
3.1 As Fontes de Renda no Período Colonial	86
3.2 A Atidade Econômica nos Oitocentos	93
O Monopólio de Santos e a Economia do Litoral Norte16	93
População e Produção nos “Maços de População”	96
A Economia de Mercado: o Café	100
A Mão-de-Obra Escrava e o Sistema de Parceria	111
4. A Organização Administrativa	135
4.1 A Administração Colonial, Imperial e Republicana1	135
4.2 A Elevação a Freguesia e a Organização Religiosa	141
4.3 A Administração na Vila de Santo Antônio de Caraguatatuba	155
5. Vias de Comunicação	166
5.1 O Transporte Marítimo	166
5.2 A Comunicação com o Vale do Paraíba nos Primeiros Tempos	171
6. A Instrução e a Saúde Pública	183
6.1 A Instrução Pública	183
6.2 A Saúde Pública	192
Caraguatatuba no Século XX	201
1. Economia e Administração	202
1.1 As Vias de Comunicação	202
1.2 A Exploração Agroindustrial	205
1.3 A Organização Administrativa	228
2. O Desenvolvimento Urbano	241
2.1 A Dilatação do Espaço Urbano	241

2.2 A Infra-estrutura Urbana	253
2.3 Telecomunicações	257
3. O Cotidiano de Uma Gente Simples	267
3.1 Memória de Três Mulheres Notáveis	267
3.2 Conversa de Rabo de Fogão	280
4. A Cultura Popular	290
4.1 Danças Dramáticas	290
4.2 Festas Religiosas	303
4.3 O Carnaval	306
5. A Vida Cultural	309
5.1 O Perfil Cultural do Povo no Início do Século	309
5.2 Cinema, Teatro e Música	311
5.3 O Que se Escreveu sobre a Cidade e seu Povo	315
5.4 A Cultura Caiçara no Último Quartel do Século XX	324
6. A Instrução e a saúde Pública	328
6.1 A Instrução Pública	328
6.2 A Saúde Pública	330
7. Movimentos Armados	339
7.1 A Revolução de 32	339
7.2 A Segunda Grande Guerra	345
8. A Vida Esportiva	354
8.1 Os Clubes de Futebol	354
8.2 A Natação	365
8.3 O Esporte Coletivo nas Escolas	367
9. A Catástrofe de 1967	373
9.1 A Conspiração das Águas	373
9.2 O Sofrimento Heróico de Uma Brava Gente	380
10. Brasão, Bandeira e Hino do Município	387
10.1 O Primeiro Brasão de Armas – 1957	387
10.2 O Segundo Brasão – 1995	390
10.3 A Bandeira do Município	393
10.4 O Hino do Município	395
11. Toponímia	400
12. Anexos	405
13. Imagens de Caraguatuba no Ano 2000	426
Referências Bibliográficas	431
Índice Remissivo	440

PREFÁCIO

Como fazer entender que somente através do estudo do passado é que o presente pode tornar-se compreensível ?

Com certeza, esta foi a preocupação que norteou este trabalho do mestre, historiador e pesquisador competente, Prof. Jurandir Ferraz de Campos.

Traduzir, em palavras, a trajetória de uma “Vila que Desertou”, de uma cidade sufocada pelos escombros de uma catástrofe e que, superando suas tragédias, sublimando sua dor, erige uma nova Caraguatatuba, é, certamente, um trabalho profundo, verídico, de considerável valor sociológico-educativo. É um conjunto de informações através das quais se revive a marcha do tempo, resguarda-se e protege-se a memória, mas registra-se, também, uma sociedade com visão de futuro, com o otimismo próprio dos fortes.

Não há herói individual; há uma epopéia de caiçaras, que labutaram duramente na reconstrução da Caraguatatuba de todos nós.

Na construção de obra “Santo Antônio de Caraguatatuba”, o professor não improvisou. Tudo é fruto de trabalho técnico, de investigação, de autenticidade, de longas e insones jornadas que ele buscou coordenar para que os de Caraguatatuba soubessem de quem descendem, dos obstáculos ao progresso, dos seus Homens valorosos, do tesouro da experiência coletiva e das razões da maturidade da gente caiçara!

Essa epopéia caiçara de povoamento, construção e integração produziu, ao longo desses 143 anos, uma comunidade embalada pela esperança e pela busca do progresso !

APRESENTAÇÃO

Muitos reveses aconteceram nestas paragens, mas seu povo, não desanimou; resistiu, insistiu e conseguiu desenhar seu perfil através de um querer intrépido, de uma árdua luta diária.

Hoje revigorada (embelezada) e adornada com os fortes matizes do sólido surto desenvolvimentista, impresso em todos os seus rincões pela Administração Nossa Caraguá, essa terra, a antiga Vila de Santo Antônio de Caraguatatuba, desponta vitoriosa, da Tabatinga ao Perequê-Mirim, como o grande Portal do Litoral Norte Paulista.

Cumprindo o seu papel de propiciar não só o desenvolvimento sócio-econômico de Caraguatatuba, mas também preocupada em resgatar, promover e dinamizar a área cultural, a Administração Nossa Caraguá demandou esforços para que a história de sua gente fosse resgatada através de uma obra histórica de grande porte.

Sob a chancela da FUNDACC – Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba, o renomado historiador Prof. Jurandir Ferraz assumiu a nobre missão de escrever a História Oficial de Caraguatatuba.

“Santo Antônio de Caraguatatuba” – Memória e Tradições de um Povo – este é o título da obra que retrata a história da Caraguatatuba.

Trata-se de uma obra séria, pois obedece as rígidas normas de Historiografia, alicerçada em numerosos documentos do Arquivo Histórico do Estado de São Paulo, de Caraguatatuba, de São Sebastião, em teses de doutoramento da Universidade de São Paulo, em publicações da época, em depoimentos, etc., demandando incontáveis horas de pesquisa do grupo de dez pesquisadores sob a competente orientação do Prof. Jurandir Ferraz.

Não é somente uma obra de pesquisa, com um marcante cunho didático, mas notadamente uma fonte de consulta permanente, pois através de textos bem elaborados permite o entendimento do processo histórico de ocupação desta terra caiçara. É a História exercendo o seu papel. Ela não se encerra em si só, mas abre caminhos para que muitos possam trilhar na busca de outros fatos que contribuam para o seu enriquecimento.

“Santo Antônio de Caraguatatuba” – Memória e Tradições de um Povo, é uma obra corajosa, pois traz nova definição de fatos já consagrados popularmente. É inovadora, pois revela fatos de grande importância, até então desconhecidos. É questionadora, pois elucida e interpreta fatos de natureza controvertida.

A leitura desta obra é de grande interesse para todos imprimindo um novo olhar para esta terra “de beleza rara, Caraguatatuba onde habita o cortês e gentil caiçara.”

Integrando as Comemorações do Brasil 500 Anos, a Administração Nossa Caraguá, através da FUNDACC – Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba, sente-se envaidecida ao apresentar e entregar à população deste município, esta obra que resgata a história de um povo destemido valoroso e trabalhador – a sua história.

Prof. João Marcos de Oliveira

NOTA INTRODUTÓRIA

*Caraguatatuba bonita,
Esplendor de beleza rara.
Caraguatatuba onde habita
O cortês e gentil caiçara*

Renato Navarro Magalhães

II

Caraguatatuba bonita, *esplendor de beleza rara*, localizada na magnífica enseada, a qual, outrora, era a terra em que a exuberante mata atlântica ostentava, em profusão, os lindos gravatás floridos. *Caraguatatuba onde habita o cortês e gentil caiçara*, gente simples que soube cativar a toda a minha família quando, como turistas, deslumbrados com os encantos naturais da terra, conhecíamos a bela cidade, com sua ampla enseada de calmo mar verde-azul e a majestosa ilha defronte, isso lá pelos idos de 1947.

Com meus dez anos de idade, me recordo, então, fascinado e hipnotizado com tudo que via, de cada detalhe das minhas travessuras pelas praias e recantos da pequena cidade que a todos encantava. Fazíamos parte das primeiras levadas de turistas que “descobriam” as belezas daquelas praias e se deixavam cativar pela amabilidade da brava gente caiçara. Meu queridíssimo avô Ferraz, na sua imensa sabedoria e grande amor para com todos nós, foi quem nos guiou, pela primeira vez, para aquelas plagas, nas quais compartilhamos momentos mágicos de nossas existências.

Quis o destino que, desde então, não mais nos afastássemos da Caraguatatuba que aprendemos a amar tanto e para onde, a cada ano, nas férias, contávamos, ansiosos, os dias, as semanas e os meses para, nós, de Mogi das Cruzes, lá nos encontrarmos com nossos avós, tios e primos, gente de Caçapava, de Taubaté, de Lorena, do meu maravilhoso Vale do Paraíba.

Agora, já como avô, tenho a grande honra de, conduzido pelas mãos da Profa. Eloiza Aparecida Andrade Antunes de Oliveira, DD. Presidente

da Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba, coordenar uma equipe maravilhosa no trabalho de pesquisa para resgatar a memória histórica e as tradições da brava gente caíçara de Santo Antônio de Caraguatatuba. Foram cerca de quinze meses de trabalho árduo, de pesquisas nos diversos arquivos públicos e particulares, de leituras estafantes para atingirmos o objetivo colimado. Pudemos constatar que Caraguatatuba tem uma história rica e emocionante, uma história singular e exclusiva, que não se confunde, até onde isso é possível, com a das cidades vizinhas. É uma história de heróis anônimos, os quais souberam, graças à força e resistência, próprias de seu povo através dos tempos, fazer da aparente derrota um motivo para continuar a lutar e começar tudo novamente, renascendo das sombras da história e construir a majestosa Caraguatatuba do 3º milênio.

Desde o início, não nos preocupou escrever uma nova tese acadêmica, como uma história das mentalidades, uma história do cotidiano, uma história oral, uma história econômica, uma história demográfica etc.. Sabedores de que Caraguatatuba não tinha sua história escrita, de forma sistematizada, e de que, não só havia muita falta de informação sobre a evolução histórica da cidade como, mesmo, muita desinformação, conscientemente optamos pelo método da narração histórica, com ênfase no conteúdo informático, mesmo com o risco de sermos taxados de positivistas. Não tratamos, intencionalmente, das famílias ilustres, pois nos preocupou mais situar a história local dentro de um contexto mais amplo do Brasil e do mundo. Não significa, por outro lado, que deixamos de considerar todos aqueles aspectos da história, principalmente por entendermos que ela deve ser total, tanto a do cotidiano como a das estruturas profundas. Todos os textos das fontes primárias, para maior facilidade de compreensão, foram transcritos com atualização da ortografia e da pontuação. Um outro aspecto, que procuramos enfatizar aos colaboradores diretos, foi de que deveria haver uma preocupação didática com o livro, não que fosse um simples “livro didático”, mas que pudesse atender tanto aos estudantes como aos pesquisadores. Em última instância, ficaremos muito felizes e nos daremos por realizados, se a nossa obra servir para abrir novos caminhos de pesquisa e instigar jovens inteligências criativas a

se debruçar sobre o rico passado de Caraguatatuba e reescrever a história da cidade nos seus múltiplos aspectos, cada vez de forma mais profunda.

A equipe foi formada por competentes profissionais de diversas áreas, principalmente por professores de História pertencentes à Associação Mogiana de Paleografia – AMP, a qual tenho a honra de presidir, os quais, tenho certeza, se saíram muito bem da missão que lhes confiei. Qualquer falha que, numa obra dessa dimensão, certamente for constatada, deve ser debitada, antes, à minha deficiente orientação do que a uma má interpretação dos membros da equipe. Destes, que assinam os seus trabalhos, com orgulho faço a apresentação: *Adriana Coutinho*, repórter fotográfica, com atuação na área jornalística; *Alberto Borges dos Santos*, historiador e pós-graduado em História, é membro da diretoria da AMP e da AIA; *Daniel Augusto Ferraz Leite*, historiador e pós-graduado em História; *José Alexandre Villela de Andrade*, historiador e licenciado em História, é membro da diretoria da AMP; *José Roberto Manna de Deus*, ecólogo e integrante da Coordenadoria do Centro de Monitoramento Ambiental da Serra do Itapety – Cemasi, é membro da AMP; *Luzia Rodrigues de Toledo Prado*, historiadora e pesquisadora do Arquivo Público do Município de Caraguatatuba, é membro da AMP; *Odair Aparecido de Paula*, historiador e licenciado em História, é membro da diretoria da AMP; *Percival Bento Rangel*, é licenciado em Língua Portuguesa e pesquisador; *Valter Padgurschi* é escritor, agente cultural e diretor de teatro; *Vera Lúcia Felipe Malaquias da Silva*, historiadora e licenciada em História, é membro da diretoria da AMP.

Os trabalhos de pesquisa nos diversos arquivos foram conduzidos da seguinte forma: nos de São Paulo, Caraguatatuba e na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, por mim e por Odair Aparecido de Paula; nos de Caraguatatuba e São Sebastião, por Luzia Rodrigues de Toledo Prado; só nos de Caraguatatuba, Percival Bento Rangel, Adriana Coutinho, José Alexandre Villela de Andrade e Valter Padgurschi.

Jurandy Ferraz de Campos
Historiador, Presidente da AMP e membro da
Diretoria da Associação Internacional Anchieta – AIA.

INTRODUÇÃO: GEOGRAFIA E MEIO AMBIENTE

Verá Estêcia Malaquias da Silva

O litoral brasileiro, em toda a sua extensão, apresenta um grande número de belíssimas praias, tendo como fundo a Serra do Mar, de formação geomorfológica tectônica do período terciário, pertencente à Era Cenozóica (quando se formaram as grandes cadeias montanhosas), estendendo-se do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul.

Na parte Norte do país, a faixa litorânea forma uma ampla planície, mais afastada do mar e, rumando para o Sul, vem se estreitando para chegar a uma distância média de 8 a 10 k entre as escarpas e o mar.

As planícies são sedimentares, ou seja, originadas a partir do acúmulo ou deposição de sedimentos, sendo estes materiais ou detritos provenientes tanto da serra quanto do oceano. São nestas áreas que, geralmente, existe grande concentração de ocupação humana e, conseqüentemente, onde também ocorrem grandes transformações provocadas pela ação do homem, interferindo na natureza.

O Litoral Norte paulista compreende a faixa que se estende do Canal de Bertioga à São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba e Ubatuba, limitando-se com o Estado do Rio de Janeiro. Possui 161Km de extensão, contendo 164 praias, 17 ilhas, uma grande variedade de cursos d'água – variando entre rios caudalosos a pequenos córregos – regiões costeiras e mangues. Seus recursos paisagísticos incluem a costa litorânea, a imponente Serra do Mar e a exuberante Mata Atlântica, a qual abriga um grande número de espécies animais e vegetais. Infelizmente, as atividades extrativas ilegais que se processam na Mata Atlântica, vêm colaborando para a extinção da flora e da fauna; nela existentes. Cabe-nos lembrar aqui que o Estado de São Paulo abriga 1,7 milhão de hectares de Mata Atlântica, com 80% deste total concentradas no litoral, sendo que 300 hectares se encontram no Parque Estadual da Serra do Mar e que grande parte de seu território está contido nos municípios do Litoral Norte.

16

A Área de Caraguatatuba

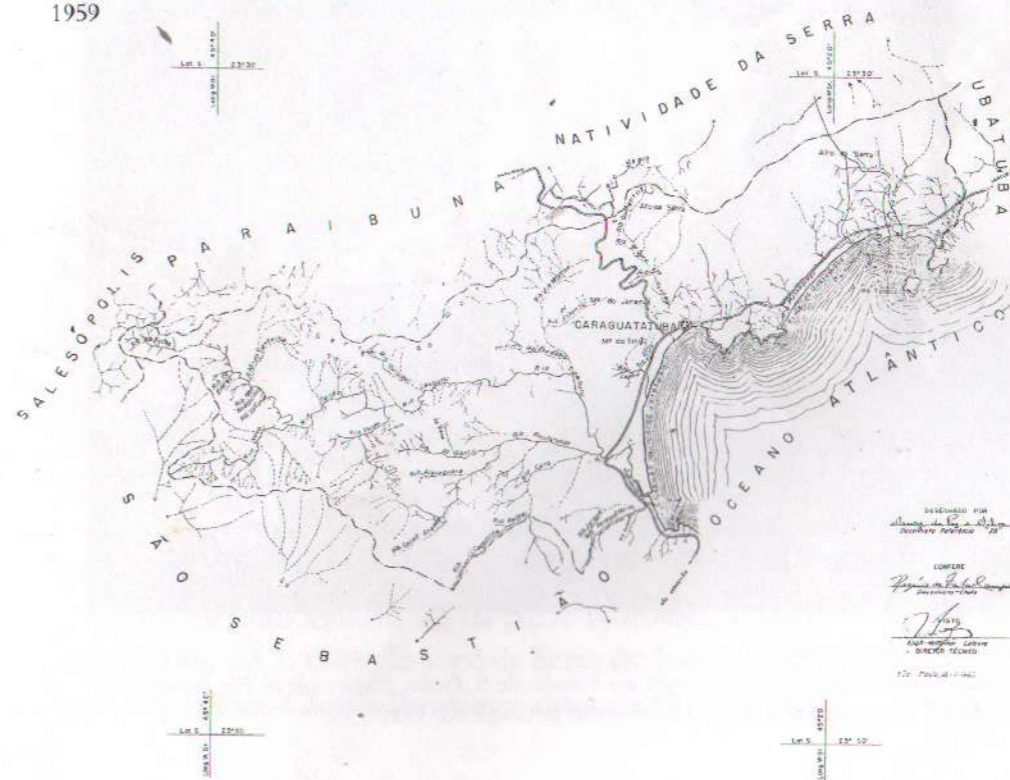
A cidade de Caraguatatuba é o ponto central da região do Litoral Norte, contendo uma área territorial de 391Km², limitando-se ao norte com Ubatuba, ao sul com São Sebastião, a Noroeste com Natividade da Serra, a oeste com Paraibuna e a Leste com o Oceano Atlântico. Suas coordenadas geográficas são: 23°39' de latitude Sul e 45°25' de longitude, Oeste de Greenwich.

Ao sul de Caraguatatuba, no limite com São Sebastião, está a maior extensão de terras planas de todo o Litoral Norte. É uma planície com aproximadamente 190Km², recortada pelos Rios Juqueriquerê, Claro, Pirassununga, Camburu e seus respectivos afluentes, formando uma pequena bacia hidrográfica que ocupa quase 2/5 da área territorial de Caragua-

17

Município de Caraguatatuba

Mapa organizado pelo Instituto Geográfico em observância à Lei Nº 5.285 de 18 de Fevereiro de 1959





Cachoeira no rio Camburi
 COMISSÃO Geográfica e Geológica do Estado de S. Paulo. *Exploração do Rio Juqueriquerê*,
 São Paulo: Typographia Brazil de Rothschild & Co., 2 ed. 1919

tatuba e uma parte de São Sebastião. Foi nesta planície que se instalou o grupo "Lancashire" com a "Fazenda dos Ingleses", em 1927.¹

Geomorfologia

Uma carta Geomorfológica é um importante instrumento de estudo, que tem por objetivo tornar evidente a definição de cada uma das divisões, ou seja, das unidades de compartimentação morfológica, hidrográfica e deposicional, levantadas em estudos topográficos de uma determinada região. No que se refere a Caraguatatuba, estaremos apresentando os resultados obtidos nos levantamentos das unidades de compartimentação morfológica, hidrográfica e deposicional e de suas subunidades.²

Planaltos Serranos

De acordo com a divisão geomorfológica do Estado de São Paulo, a área mapeada, abrange o Planalto Atlântico, parte dos Planaltos Paulistanos e de Paraitinga e, na Província Costeira, partes da Serrania Costeira, a Serra do Mar e as baixadas litorâneas.

Os Planaltos Serranos da região de Caraguatatuba apresentam formas mamelonadas, com espesso manto de regolito e restos de detritos mais grosseiros, sob a forma de linha de pedra. A sua estrutura influencia nas direções das cristas, dos vales, do rebaixamento e do levantamento de blocos. A drenagem é dendrítica nas cabeceiras, devido aos morros mamelonados, mas sendo, também, retilínea, retangular em baioneta contorcida e, ainda, em treliça, devido ao arcabouço estrutural, principalmente no médio e baixo cursos. A característica de intensa mamelonização das formas de relevo representa uma parte da área chamada "mares de morros".

As 4 subunidades dos planaltos serranos, de acordo com a carta citada, são as seguintes:

- a) Planalto de São Sebastião, com altitudes entre 500 e 800m a Sul e Oeste, sendo drenado pelos rios da vertente atlântica.
- b) Planalto Paulitano, na parte Noroeste, com altitudes superiores a 900m, até 1.000m do sopé da Serra do Juqueriquerê, sendo drenado pelos altos Rios Claro e Paraitinga, estes da Bacia do Tietê.

c) Planalto do Alto Paraibuna a Norte e Nordeste, com altitude de 1000m do sopé da serra do Juqueriquerê, na área drenada pela bacia do rio Lourenço Velho, e 900 a 700m no alto Paraibuna.

d) A serra do Juqueriquerê, de direção NE-SW, que se estende desde as cabeceiras do Rio Lourenço Velho e Ribeirão dos Couros, divisa com os Municípios de Caraguatatuba, Paraibuna, Salesópolis e São Sebastião, até a pedra da Boracéia. É o divisor de água que separa as outras 3 subunidades e apresenta altitude superior a 1300m. Seguindo a serra em alguns pontos, é possível se observar a seqüência de seus planaltos, onde se destacam as deposições dentríticas grosseiras e cascalhentas que coram topos aplainados.

As Escarpas Costeiras

Apresentam áreas predominantemente de desgastes, com intenso movimento geomorfológico e elevada influencia estrutural. Os declives mais íngremes, com índice superior a 40%, são predominantes nos altos das escarpas. Já as encostas mais suaves se apresentam nos baixos níveis, nos patamares intermediários e nas rampas de desgaste. Nessa área, a drenagem tem escoamento violento, formando corredeiras, lajeados e cachoeiras. Nos pontos mais elevados, o escoamento é temporário, pois depende da intensidade das chuvas e da necessidade da alimentação do lençol aquífero.

Seus setores apresentam as seguintes formas: a) cristas, colos, vales e vertentes abruptas; b) alto das escarpas; c) patamares intermediários; d) baixo nível de transição entre os patamares intermediários e as planícies; e) rampas de desgastes.

As escarpas da Serra do Mar, que mais se aproximam do litoral, são as escarpas do Litoral Norte, rumando para o Estado do Rio, até à baía da Ilha Grande. Ocorrem em forma de rebordos do Planalto Atlântico, com altitudes entre 800 a 1000m. e, em alguns pontos, dão a impressão de muralhas de pedra, como por exemplo em Bertioiga e Picinguaba, sendo profundamente recortadas pelos canais de drenagem. Suas bordas superiores são aplainadas, porém pode haver ocorrência de picos em forma de dentes caninos, como o Corcovado em Ubatuba com (1.063m) e o pico do

Jaraguá, em Caraguatatuba, com (736m). Seus esporões podem desdobrar-se em patamares ou em morros residuais salientes (ex. Jaraguá). Podem, ainda, rebaixar-se e mergulhar no mar, para emergirem em ilhas, como a de Toque-Toque (149m), Anchieta (335 e 370m) e outras. Em certos trechos, podem, ainda, aparecer como litoral afogado, como o que há entre as praias de Gaecá a Maresias-Camburi. Em outros trechos, como em Caraguatatuba, ocorre um brusco desvio da costa para o Norte e o recuo da escarpa para o interior, possibilitando o preenchimento desse anfiteatro serrano por uma vasta planície sedimentar litorânea, a qual, pelas suas dimensões, se constitui em uma exceção na costa do Litoral Norte de São Paulo. Predominam nessa área as formações marinhas e aluviais desenvolvidas na bacia do rio Juqueriquerê. Ao se aproximar do Norte e Noroeste da baixada de Caraguatatuba, a escarpa torna a se aproximar do mar e mergulhar seus esporões no Oceano, deixando de apresentar condições para que se desenvolvam outras planícies maiores.

Em Massaguaçu, a partir do Morro do Jaraguá até à Serra da Lagoa, a direção da linha da costa retorna a NE-SW e as encostas da dita Serra de aspectos residuais e rebaixadas mergulham no mar.

Planícies Costeiras

A baixada de Caraguatatuba é a maior entre as baixadas do Litoral Norte do Estado de São Paulo, como vimos acima, preenchendo o recôncavo que faz a Serra, ao recuar e mudar sua direção para o Norte e para o Nordeste. Neste recuo, desenvolve-se a bacia fluvial do rio Juqueriquerê, estendendo-se para o interior do Planalto pela bacia do Rio Pardo. Nesta baixada, não há grandes depósitos de origem continental, com exceção dos aluviões relacionados aos Rios Claro, Piraçununga e Camburu. As bacias menores não deixam vestígios sedimentares aluviais e serpenteiam entre os cordões arenosos, para chegar ao oceano, seguindo as direções de formação dos cordões praias. Próximo ao mar, ocorre a abertura das bocas dos rios, proporcionando a circulação das correntes de marés e o aplainamento dos mangues.

São características dos setores e seus depósitos diversos: a) praias; restingas em processo; bancos arenosos emersos, submersos e aterros; b) terraços marinhos em feixe de cordões arenosos frontais mais recentes; terraços marinhos em feixe de cordões arenosos menos recentes; terraços marinhos mais altos e remanescentes; c) depressões úmidas, com solos orgânicos; d) terraços fluviais e colúvio-aluviais; e) terraços, taludes de detritos colúviais de pé de encosta.

Os depósitos de pé-de-serra

Os depósitos são formados por partículas finas e detritos grosseiros, que descem as encostas da Serra por rastejo e por escoamento superficial, sendo a descida acentuada durante as fortes chuvas de verão, depositando-se nos sopés de vertentes, formando taludes de detritos. Os detritos finos infiltram-se, ou sobrepõem-se aos terraços ou taludes mais antigos.

Observam-se superposição de várias camadas de detritos e também formações de terraços colúviais ao pé das vertentes, em forma de taludes de detritos, com blocos que apresentam diâmetro de até 1m, envolvidos numa massa com blocos menores, grânulos, areias e materiais mais finos. Esse material é geralmente disposto em leque, ou em formato de língua, preenchendo o fundo dos vales e ainda sob os esporões. Na medida em que esses materiais vão sendo depositados, vão sofrendo uma ação contínua, provocada pelo escoamento existente na superfície.

Não acontece, portanto, a sobreposição de camadas; por isso, ao invés de formarem camadas mais expressas, elas simplesmente se firmam, formando pseudoterraço em contato côncavo com a baixa vertente. Quando cessa a descida de material ou, se existir o equilíbrio entre a descida de material e a ação de limpeza feita pelo escoamento superficial, o contato tende a se tornar anguloso. A retirada da vegetação e as pancadas de chuvas muito fortes e freqüentes são elementos causadores de desequilíbrio morfogenético, porque causam a aceleração da descida do material. Em condições climáticas mais secas, a acumulação de depósitos não acontece,

devido à falta do escoamento superficial. Em região de climas úmidos, as áreas de pé-de-escarpa também estão submetidas ao processo tanto de acumulação quanto de desgaste.

Neste caso, conclui-se que o lençol aquífero é a alavanca impulsora da descida de material. É ele o elemento que lubrifica e provoca o escorregamento da massa saturada de água no verão chuvoso. É por isso que na serra, nos locais onde afloram as minas, as nascentes e as fontes são consideradas ideais para o início de escorregamentos. Ao descerem a encosta os detritos se encontram com outros materiais em desequilíbrio, juntam-se a eles, aumentam de volume e peso e, posteriormente, precipitam-se em forma de avalanche.

Análise climatológica

O Litoral Norte paulista, área atravessada pelo trópico de capricórnio, encontra-se no limite da zona tropical, entre as latitudes de 23° 12' e 23° 58'5, e caracteriza-se como área mais chuvosa do país, em virtude da complexa circulação atmosférica, originada pela ação desigual de sistemas tropicais e polares. Esses sistemas, apesar de não serem dominantes em boa parte do tempo, são determinantes do ritmo climático da região. As incursões desses sistemas extratropicais, com freqüência diferenciada, podem ocasionar resultados pluviais bem distintos e o seu confronto com o sistema tropical atlântico, mais atuante durante o ano, torna-se um dos principais responsáveis pela intensidade pluviométrica. Desse modo, a resposta pluvial terá as características dos sistemas polar e tropical. Tanto a quantidade quanto a duração das precipitações estão relacionadas com a energia contida nos sistemas causadores.

De maneira geral, "o Litoral Norte paulista caracteriza-se não apenas pela complexidade da dinâmica atmosférica, mas também pela complexidade dos fatores fisiográficos em suas diferentes associações entre si e com outras variações bióticas e atmosféricas. Esses aspectos contribuem para compor um quadro ímpar que em termos de chuva apresenta variações significativas em seus montantes."²³



A Mata Atlântica na Serra do Mar
 COMISSÃO Geográfica e Geológica do Estado de S. Paulo. *Exploração do Rio Juqueryquerê*, São Paulo: Typographia Brazil de Rothschild & Co., 2 ed. 1919

O Meio Ambiente em Caraguatatuba

José Roberto Manna de Deus

Para compreendermos o meio ambiente de um município tão rico em natureza, precisamos, como os demais capítulos deste livro, lançar um olhar no passado, antes da invasão dos europeus.

Quando os povos nativos aqui chegaram, possivelmente pela área de suas belas dezesseis praias, encontraram uma grande massa florestal; na verdade, um amplo mosaico de vegetação constituído de restinga, mangue e floresta densa das encostas e vales que seriam no futuro chamada de Serra do Mar.

Este ambiente que muitos pensaram ser o paraíso na terra, integrava uma das maiores e mais ricas florestas do mundo: a Mata Atlântica.

Originalmente esta grande floresta de mais de um milhão de quilômetros quadrados, distribuía-se ao longo da costa brasileira, a partir do norte do Rio Grande do Sul, compondo-se de uma faixa de aproximadamente duzentos quilômetros, alargando-se entre os estados do Paraná e São Paulo, e penetrando no continente até a altura de Ouro Preto para depois, estreitar-se novamente uma faixa, subindo até o sul do Rio Grande do Norte.

Suas diferentes formações de vegetação devem-se a esta amplitude e gradientes de altitude que variam do nível do mar a elevações superiores a mil e quinhentos metros na Serra da Mantiqueira.

Hoje, restam desta grande floresta menos de 8% de sua cobertura original, porém resguardando uma riqueza de espécies de plantas e animais das mais diversificadas do mundo.

Dentre os estados brasileiros que possuem os remanescentes da Mata Atlântica, é justamente São Paulo o que detém o maior conjunto de suas áreas protegidas localizadas em privilegiados municípios como Caraguatatuba.

O que restou todavia, quando comparado à sua dimensão original, constitui-se em um conjunto de fragmentos, de diversos tamanhos, como ilhas de matas, o qual nos permite ainda ver uma amostra da grande exube-

rância que extasiou os primeiros europeus que aqui chegaram naqueles séculos já tão distantes.

Os primeiros habitantes e o impacto sobre a paisagem original

Ao ocupar este território, os povos nativos causavam um baixo impacto para a natureza, que poderíamos considerar reversível, pois, geralmente abriam para a sua ocupação apenas clareiras, cercadas de matas que quando abandonadas, eram uma vez mais ocupada pela vegetação e fauna nativa. Ervas, arbustos e árvores eram “replantadas” pela dispersão de suas sementes ao vento, oriunda principalmente das bordas da clareira e por animais como mamíferos e aves que as propagavam.

Os portugueses e os novos brasileiros de hábitos europeus, em contrapartida, foram os causadores do grande impacto, consumindo todas as formações vegetais de maneira progressiva, para construir, como descrito nos capítulos anteriores, a nova freguesia, iniciando-a nas proximidades do mar e das ilhas onde se fundeavam as embarcações.

Os cultivares importados, exemplos das denominadas plantas exóticas como a cana-de-açúcar, banana, café, cítricos, foram utilizados em diferentes ciclos econômicos funcionando como instrumento de conversão das características originais da Mata Atlântica, transformando-a em uma paisagem homogênea e depauperada de sua riqueza biológica.

As práticas agrícolas se impuseram sobre a natureza como um grande machado, abrindo espaços até a Serra do Mar e suas encostas médias, facilitando o trânsito de tropeiros que traziam o ouro das Minas Gerais e levavam, na volta, os produtos agrícolas e o precioso sal. Com os tropeiros iniciou-se a abertura de trilhas e depois estradas, preparando-se os caminhos para a futura expansão urbana, já esboçada no século XIX.

No século XX, o grande mosaico da paisagem natural, modificada em sua estrutura de alta abundância e diversidade de espécies, começou então, a se fragmentar cada vez mais rápido como peças perdidas em um quebra-cabeças. Durante a segunda década do século, conforme vai citado em outros capítulos, italianos e franceses, sucedendo a mão-de-obra

escrava, alteraram completamente a Mata, explorando madeira e carvão até à falência de empresas como a *Société Française pour la Exploitation et le Commerce de Bois Exotiques* – Sociedade Francesa para a Exploração e o Comércio de Madeiras Exóticas.

Nos anos 20, um dos maiores empreendimentos comerciais do município – a Fazenda dos Ingleses, culminou o impacto sobre a natureza de forma direta, convertendo grandes extensões de matas em plantio, utilizando para tanto a força de 800 trabalhadores que, ao longo de 20 anos, plantaram 500 mil pés de laranjas e 3 milhões de bananeiras, além de uma ferrovia, tudo para a exportação ao mercado inglês.

A conseqüência indireta e final estruturou-se a partir de então, com o crescimento urbano desordenado que não mais parou.

O grande exemplo da inconseqüência da falta de planejamento ocorreu no ano de 1967, quando a ocupação irregular e a remoção de vegetação das encostas da Serra do Mar, incentivadas por investimentos como Fazenda do Ingleses, provocaram, após intensas chuvas, a maior catástrofe ambiental e social da história do município. Naquele ano desmoronamentos gigantescos varreram trechos enormes de florestas, destruindo casas e as vidas de muitos moradores. As mesmas chuvas acabaram por inviabilizar o funcionamento daquela Fazenda, a qual encerrou então suas atividades.

Atualmente uma nova empresa, a Agropecuária Serra do Mar, produz gado leiteiro no mesmo local.

A década de 1970 viu nascer uma nova forma de expansão imobiliária provocada pelo turismo que aflui ao município, através de estradas como a Tamoios, Osvaldo Cruz, Mogi-Bertioga e a Rio-Santos, esta última sendo a grande via de acesso dos especuladores de todo o Litoral Norte.

Neste ano de 2000, Caraguatatuba é uma cidade com quase setenta mil habitantes, que se multiplica em trezentos mil visitantes no auge da temporada das férias de verão. Como a maioria das cidades brasileiras, grande parte de seu esgoto não é tratada, que somado a outras fontes como agrotóxicos poluem mananciais e solos. A forte expansão populacional, por sua vez, provoca, uma vez mais, ocupações irregulares nas encostas da Serra do Mar, causando novos impactos sobre a natureza.



Vista panorâmica da cidade

Foto: Gianni D'Angelo

Hoje, estima-se que aproximadamente 70% de seu território estejam fortemente alterados em sua paisagem original.

Ainda assim, restam-nos porções significativas de Mata Atlântica, como área localizada no Núcleo Caraguatatuba do Parque Estadual da Serra do Mar, com quase quatorze mil hectares. Nesta área natural protegida, podemos como os povos nativos e os primeiros europeus, também apreciar os outros habitantes de Caraguatatuba, que sequer estimamos, representantes de um dos milagres da evolução da vida sobre a Terra: nossas plantas como as canelas, cedros, palmitos, bromélias, orquídeas que formam e mantêm o hábitat de muitas espécies de animais como o macuco, o sapo-dourado, o mono-carvoeiro entre milhares de outras formas de vida ainda tão pouco conhecidas.

Nosso relacionamento com a natureza, através destes séculos, sempre demonstrou o quanto precisamos dela, porém a história apresenta-nos um desrespeito absurdo, incompatível com sua generosa fartura de benefícios.

Ainda assim, de forma quase milagrosa temos talvez uma última chance, para conhecer e conservar uma das mais ricas regiões do mundo, e nos beneficiarmos de forma racional como o turismo ecológico criteriosamente planejado.

Se obtivermos o sucesso presente em manter a natureza pródiga de Caraguatatuba, poderemos assegurar um pouco mais do futuro de nossa própria história.

Notas

- (1) DIAS, 1992: 13/14.
- (2) Nesta parte, estaremos seguindo a importante tese de doutoramento de Olga Cruz (CRUZ, 1974: 17/127).
- (3) MACROZONEAMENTO do Litoral Norte. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo – Secretaria do Meio Ambiente, Julho de 1996, p. 76. Série Documentos.

1. O HABITANTE PRIMITIVO

Jurandyr Ferraz de Campos

São amigos dos portugueses. Ordinariamente não têm mais que uma mulher. Não curam de criações, pois vivem pela flecha, da caça do mato [...] Porém os Maromomis, nem ainda com este título de vingança, nem com outro, comem os seus contrários [...]

Anchieta

1.1. Um Problema a Esclarecer

A questão do primitivo habitante da região de Caraguatatuba e de seu Município, no período que precedeu à chegada do homem branco, traduz-se num problema de estudo assaz instigante.

Observa-se uma tendência, na maioria dos autores que trataram desse tema, em considerar os Tupinambá como tendo sido aqueles que ocupavam primitivamente o sítio que ficaria conhecido como a terra abundante de caraguatás.

Conhecem-se bem os Tupi, habitantes do litoral das Capitânicas de São Vicente e Santo Amaro, já que foram muito bem observados e estudados, nos dois primeiros séculos de nossa história, em razão do predomínio da marinha sobre outras regiões.¹ Viajantes célebres, como Hans Staden, Jean de Léry, André Thévet aportaram na região onde permaneceram por espaços variáveis de tempo. Nela fincaram pé os jesuítas, com Nóbrega e Anchieta à frente, além do Pe. Simão de Vasconcelos. Estudiosos como Gabriel Soares de Souza e outros por ela passaram e registraram suas observações.

Qual a área de domínio dos Tamoio? A Enseada de Caraguatatuba foi, realmente, área de ocupação desse gentio? Terão ali permanecido tempo suficiente, capaz de deixar algum registro significativo de sua passagem pela região? Quanto aos Gueromimis, por que se ignora a sua presença nessa área? São perguntas que, se forem convenientemente respondidas,

podem ajudar na elucidação da questão central sobre quem foi o primitivo dono do território caraguatatubense.

Com relação aos “Maromomis”, seriam eles os mesmos Guaianá? Pertenceriam ao grupo Tupi, ou seriam Tapuia? O que existe sobre eles são apenas dados esparsos na documentação dos primeiros tempos, pois o único estudo específico dos jesuítas José de Anchieta e Manuel Viegas a respeito desses indígenas infelizmente não se preservou. Dessa forma, pode-se imaginar como se nos tolheram o passo, no estudo desses nativos, dificuldades nada desprezíveis.

1.2. Os Tupinambá²

Qual seria a área ocupada pelas aldeias desses nativos? De acordo com Hans Staden,

eles têm suas habitações em frente da grande serra, já mencionada, junto ao mar. Também por detrás da serra estende-se o seu domínio, certamente de 60 milhas. Um grande rio desce da serra e corre para o mar; em um lugar deste rio moram eles e chamam Parakibe. A extensão do terreno que eles aí ocupam pode ser de 28 milhas e estão eles aí rodeados de inimigos.³

Dominavam, portanto, vasta extensão da costa vicentina, além de grande área no Vale do Paraíba.

Segundo o testemunho de Anchieta, nas primeiras décadas após o início da colonização, os Tamoio dominavam a faixa litorânea compreendida entre Cabo Frio e São Sebastião.⁴ Entendemos, a partir do abalizado depoimento desse notável jesuíta, que, até ao final do terceiro quartel do século XVI, o território da Enseada de Caraguatatuba se constituía na área de fronteira dos Tupinambá, podendo ter tido aí, eventualmente, alguma aldeia. No entanto, é significativo notar-se a falta de registros sobre a existência de aldeias Tamoio nesta região, tanto em Staden e Anchieta, como em outros testemunhos da época. Seria por que, sendo uma região fronteira, era uma espécie de terra de ninguém e evitada, por isso mesmo, para a localização de seus estabelecimentos?

Como vimos, a área de ocupação dos Tupinambá era muito extensa, principalmente na orla litorânea. O que se pode inferir, no entanto, a partir dos muitos relatos deixados, é que o seu território era densamente habitado, se considerarmos o modo de produção desses nativos. Mas já havia indícios de uma pressão da população sobre o território e os meios de subsistência disponíveis. As guerras constantes contra todas as nações que os circundavam, somadas às práticas de canibalismo, seriam os indicadores dessa pressão populacional, levando-se em conta os meios e as técnicas de subsistência rudimentares.⁵ Ainda é Staden quem nos dá conta de que

do lado Norte confinam com uma raça de selvagens, que se chamam Woetaka (Goaitaca), e são seus inimigos; do lado Sul, chamam-se seus inimigos Tuppin Ikên, e, do lado da terra adentro, seus inimigos são chamados Caraya. Depois vem os Wayganna, que moram na serra perto deles, e mais uma raça que se chama Markaya, que habita entre estes. Por estes são eles muito perseguidos. Os outros já mencionados se guerreiam entre si e, quando um deles apanha um dos outros, o devora.⁶

Como vemos, os Tamoio eram açoitados por inimigos de todos os lados.

Em todo o vasto litoral das Capitanias de São Vicente e Santo Amaro, região habitada por grande número de nações indígenas Tupi, tem-se destacado a grande resistência oposta pelos Tupinambá, desde os primeiros tempos, a toda ação de colonização dos portugueses.⁷ Nessa luta feroz, “perderiam a luta, a cultura, a gente, mas, pelo menos, a derrota foi ferozmente postergada e a submissão, exploração e morte do povo de Cunhambebe só foi imposta depois de desconcertante luta pela vida.”⁸

No contato com o colonizador branco, sem dispor de imunidade contra suas moléstias e suas epidemias, o organismo do selvícola sucumbe e encontra sua primeira forma de morte coletiva. Essas epidemias e doenças se constituirão nas principais armas a facilitar a vitória dos invasores brancos. Juntando-se à violência dessas enfermidades, soma-se a violência cometida pelo colonizador com a desculturação imposta aos nativos.⁹

Há que se referir, ainda, ao extermínio de que foram vítimas os Tupinambá, pela força das armas dos portugueses, após a expulsão dos fran-

ceses do Rio de Janeiro. Uma seqüência de ações militares marcaria a vitória final dos brancos, com os nativos sendo varridos de toda a área da Baía de Guanabara e circunvizinhanças.

No último quartel do século XVI, após terem sido vítima desses massacres, alguns grupos remanescentes desses Tamoio se refugiaram na região do Alto Paraíba, até o seu desaparecimento completo. Destarte, podemos entender que, no final dos Seiscentos, todo o Litoral Norte, particularmente a Enseada de Caraguatatuba, estava livre da presença desses notáveis guerreiros.

1.3. Os Gueromimis

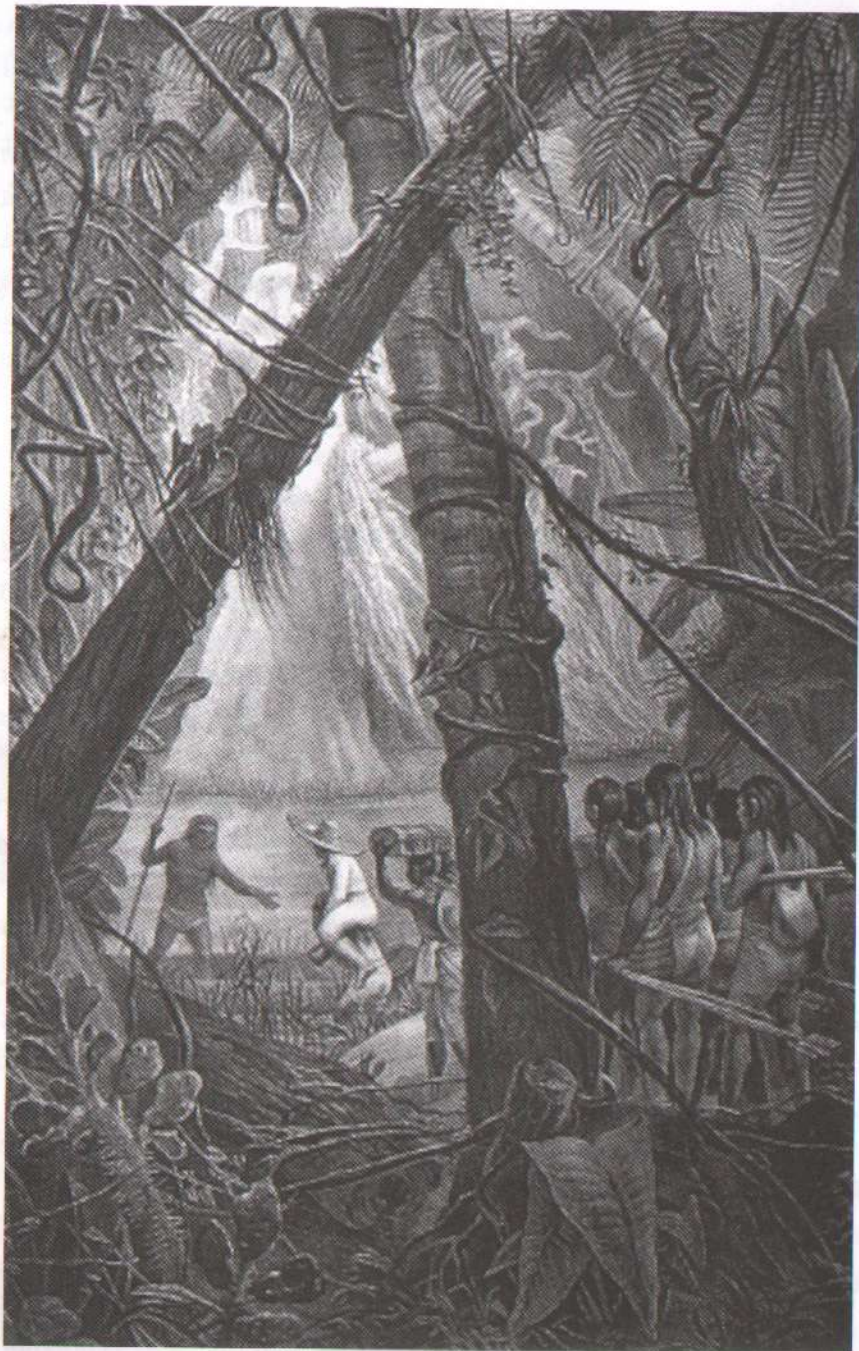
Em toda a documentação que se refere a esse povo, desde o século XVI, diferentes são as grafias encontradas para designá-los. Assim, temos: Maramimis, Maramomins, Maramomis, Maromimis, Maromomins, Mamurimimis, Miramomis, Miramumis, Murumimis, Guaramomis, Guaramumins, Guaramimis, Guarimonus, Guarumimis, Gurumimis, Guamemins e outras ainda.

Entende Waldomiro Benedito de Abreu que a grafia correta desses brasis deva ser Gueromimis.¹⁰ Já o notável historiador da obra jesuítica no Brasil, Pe. Serafim Leite, dá preferência à grafia Maromomis.¹¹

Algumas questões se impõem, de início, sobre os Gueromimis. Quais são os mais antigos registros documentais que a eles se referem? Qual a região por eles ocupada na Capitania de São Vicente? Poderiam ser identificados com os Guaianá? Seriam Tapuia? Finalmente, deveriam ser confundidos com os Guarulho?

Os Guaianá de Piratininga

Considerando que os Gueromimis devem ser identificados pelo menos com um dos ramos dos Guaianá de Piratininga, entendemos que se deva, primeiramente, procurar esclarecer a respeito desses primitivos habitantes da Capitania de São Vicente. Alerta-se, desde já, no entanto, que grande é a divergência entre os autores que sobre eles escreveram.



Índios guaianá (litogravuras de J. B. Debret, em Voyage pittoresque au Brésil, acervo do Instituto de Estudos Brasileiros/USP)

Vamos iniciar pelas mais antigas referências sobre esses brasílicos e, posteriormente, verificaremos a posição dos autores modernos.

Num mapa de princípios do século XVI de autoria de Kunstmann II, assinala-se a Ilha dos Goanás no litoral da antiga Capitania de São Vicente e num atlas português bastante interessante, organizado por volta de 1516, no qual Reinell localiza a “Ilha dos Goyanos”, aproximadamente na mesma região.¹² São registros cartográficos de inegável valor, já mencionando a presença dos Guaianá no litoral da região vicentina.

Hans Staden, o aventureiro alemão que esteve prisioneiro dos Tamoio e publicou o relato de suas desditas pela primeira vez na Alemanha, em 1557, menciona os Guaianá da região em que esteve cativo, informando que

*na serra habita uma raça de gente selvagem que se chama Wayganna. Estes não têm habitação fixa como os outros, que moram diante e por detrás da serra. Os mesmos Wayganna estão em guerra com todas as outras nações e quando apanham algum inimigo o devoram; os outros também fazem o mesmo com eles.(...) São também mais cruéis com seus inimigos do que os inimigos com eles. Por exemplo: cortam-lhes os braços e as pernas, enquanto ainda vivos, pela grande gula que os distingue. Os outros, porém, matam primeiro antes de os despedaçar para devorar.*¹³

José de Anchieta, na “Informação dos Casamentos dos Índios do Brasil”, faz referência a uma “Guayamã das do mato”.¹⁴ A partir desse relato de Anchieta, poder-se-ia admitir a distinção em Guaianá do campo e Guaianá do mato? Washington Luís faz essa distinção e diz ser possível que os Guaianá do mato tivessem habitado a ilha de S. Vicente nos primórdios dos Quinhentos.¹⁵

Um outro inaciano que deixou importante contribuição sobre os nossos silvícolas foi Simão de Vasconcelos que, na biografia sobre José de Anchieta, localizou os Guaianá na orla atlântica, juntamente com outros indígenas, afirmando que “indo correndo a costa do oceano habitam os índios que chamam guaianás, tupis, carijós”.¹⁶

Gabriel Soares de Souza, o desditoso senhor de engenho baiano que nos deixou importantes relatos, em seu *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*,

informa que os Guaianá ocupavam a costa da Capitania de S. Vicente e que “estes Guaianás têm continuamente guerra com os Tamoio, de uma banda e com os Carijó de outra”. Continua, afirmando que “a linguagem deste gentio (Guaianá) é diferente da de seus vizinhos, mas entendem-se com os Carijó”; “não são os Guaianá maliciosos, nem refalsados, antes simples e bem acondicionados, e facilimos de crer em qualquer coisa”.¹⁷ Apesar da semelhança física com os Tamoio, não matavam os seus prisioneiros e eram hospitaleiros com o homem branco. É importante ressaltar a afirmativa de Gabriel Soares de que a língua falada pelos Guaianá era diferente da de seus vizinhos, portanto, podemos concluir que não era a mesma dos Tupiniquim.

Frei Gaspar da Madre de Deus,¹⁸ monge beneditino que viveu no século XVIII, um dos maiores historiadores da Capitania de São Vicente, tendo pesquisado conscienciosamente nos cartórios da época, informa que os Guaianá habitavam os campos de Piratininga, na época da chegada dos colonizadores.

Mais recentemente, autores como Hermann von Ihering,¹⁹ Afonso de Freitas,²⁰ Plínio Airoso²¹ e outros, baseados em pesquisas aprofundadas, enquadraram os Guaianá de Piratininga como sendo do tronco Tupi.

Opondo-se a eles, é de se destacar a posição do grande historiador patricio Capistrano de Abreu,²² no estudo sobre os Guaianá de Piratininga, cujos argumentos, assim o entendemos, ainda não foram superados. Sua posição está calcada em sugestão de Cândido Mendes de Almeida, de que os Guaianá falavam idioma diferente do Tupi. Reforça sua argumentação citando Gabriel Soares de Souza, no seu *Tratado Descritivo do Brasil*, (obra de 1587) e Anthony Knivet, na incrível história de seu cativo entre os portugueses, no final do século XVI, publicada desde 1625 (sobre quem trataremos mais adiante), para dizer que ambos eram concordantes no essencial, isto é, que os Guaianá não falavam o tupi. Afirma ainda, o notável mestre, com o que concordamos plenamente, não ser temerário avançar que a si mesmos se chamavam Guaramumis os Guaianá de Knivet e Gabriel Soares. Assim sendo, essa posição fica muito mais reforçada, pois, como veremos mais adiante, os Maromomis falavam uma língua distinta do falar dos Tupiniquim e, se eles devem ser identificados com pelo me-

nos um ramo dos mesmos Guaianá, realmente estes não poderiam ser enquadrados como Tupi, a não ser que se admita, como alguns o fazem, que havia distintos grupos de Guaianá, na região de Piratininga.

Teodoro Sampaio, estudando os primitivos habitantes do solo de Piratininga, chega à conclusão de que os indígenas que colaboraram com os portugueses no início da colonização em São Paulo não eram Guaianá e sim Tupi, nação que predominava tanto no litoral como no interior. É de parecer que os Guaianá foram expulsos do litoral pelos Tupiniquim e se refugiaram na Serra do Mar, onde só se estabeleciam em tempo de guerra.²³

Esse mesmo autor nos ensina que a palavra *guaianã* é tupi e que “não é um nome de nação, sendo empregada pelos tupis para designar gente aparentada”, isto é, “(...) um povo com quem podiam se entender. *Guayanã* quer dizer: *aquele que é parente*. E pois não é de estranhar que os Carijó chamassem ao gentio de São Vicente *Guayanã* ou *Tupinakim*”.²⁴

A posição desse mesmo pesquisador baiano, a respeito da distribuição dos povos indígenas no território vicentino, fica muito clara num mapa intitulado “BRASILIAE PARS – Capitania S. Vincentii – cum adjacentibus – 1553-1597”, que foi desenhado no estilo quinhentista, sem nenhuma indicação de autoria, tendo sido incluído dessa forma no trabalho de Benedito Calixto sobre as capitanias vicentinas.²⁵ O mesmo mapa aparece, também, nas “Memórias”, de Frei Gaspar da Madre de Deus,²⁶ mas agora com uma legenda que diz “mapa interpretativo do quinhentismo Vicentino de Teodoro Sampaio”, ficando devidamente esclarecida a sua autoria.

Observe-se, nesse mapa de Sampaio, como estão assinalados os seguintes povos indígenas na antiga Capitania de São Vicente: ao Sul, os Carijó; a seguir os Tupiniquim, até confinarem mais ao Norte, já no Planalto de Piratininga, com os Guaianá; avançando mais, na região entre Bertioga e São Sebastião, na costa, estendendo-se para o interior entre São Paulo e “Boigi”, atual Mogi das Cruzes, aparecem os Muiramomis; finalmente, para o extremo Norte, até a região do Rio de Janeiro, os Tamoio.

Fica claro, portanto, fazendo a leitura dessa carta geográfica, que, para Teodoro Sampaio, os Tupiniquim eram distintos dos Guaianá, os quais por sua vez não se confundiam com os “Muiramomis”.

O jesuíta Pe. Hélio Abranches Viotti, notável estudioso da obra dos inacianos em São Paulo, não tem dúvida em afirmar, referindo-se aos Gueromimis, que “esses são os autênticos Guaianases do século XVI, na Capitania de São Vicente”.²⁷

A Catequese dos Gueromimis

Lê-se em Teodoro Sampaio a palavra *Miramomis* como corrupção de *myra-momi*, com significado de “a gente miúda ou de pequena estatura”, afirmando que “era uma tribo tapuia que habitava em S. Vicente, nas matas da serra, e, às vezes, no campo, parecendo ter afinidade com os *Guarus* ou *Guarulhos*.”; aponta, a seguir, as alterações *Maramomins* e *Guaramimis*.²⁸ É de se notar que esse abalizado autor apenas aponta para uma possível afinidade dos Miramomis com os Guarulhos. Mais adiante, estaremos discutindo esse problema.

Pertencendo os Gueromimis ao grupo Gê (vulgarmente referidos como “tapuias”), a sua língua era chamada “travada”, isto é, diferente da Língua Geral dos Tupi. Os jesuítas, segundo Serafim Leite,²⁹ quando deram início ao movimento de unificação da Língua Geral, fizeram contato com esses selvagens e, ao tempo em que introduziram entre eles o idioma tupi, lentamente fizeram o aprendizado da sua difícil língua.

Segundo o Pe. Viotti,³⁰ a “catequese dos maromomis” teve início em 1574, na região litorânea, “em circunstâncias providenciais”. O Pe. José, contando com a ajuda de um antigo discípulo de Piratininga, o Pe. Manuel Viegas, localizou um pequeno grupo desses brasis num aldeamento junto à praia, a uma légua para o Norte da Fortaleza de Bertioga. Aí teve início a catequese. A localização dessa aldeia é confirmada por Frei Gaspar da Madre de Deus, em suas “Memórias”, ao mencionar um auto de medição de terras que ele viu no Arquivo do Carmo, em Santos.³¹

A catequese foi iniciada pelos padres Anchieta e Manuel Viegas, sendo que este último se antecipara no aprendizado daquela língua tapuia. Para esse mister, Anchieta também logo inicia o estudo daquele idioma e, contando com o auxílio de Viegas, organiza a sua gramática e dá início a um vocabulário. Nesse aprendizado, Anchieta visitava continuamente aque-

la aldeia, hospedando-se, quando necessário, nos fortes de Bertioga. Quanto à evangelização em si, Anchieta encarrega o Pe. Viegas, que traduziu para essa língua o catecismo que havia sido composto na língua geral pelo Beato Pe. José.

Viotti, objetivando deixar claro que quem fez a arte de gramática da língua “maromomi” foi Anchieta e não Viegas, que apenas o auxiliou, cita o “texto romano da Vida do padre José”, de autoria de Pero Rodrigues, documento este diferente do que se conhece e que provém de um códice da Biblioteca de Lisboa. Nele, Rodrigues assim discorre sobre os acontecimentos de que tratamos:

um dia, como muitos costumavam fazer, veio o Pe. José da Casa de São Vicente à Fortaleza de Bertioga, situada em uma das barras da Ilha de São Vicente, por ocasião de se ver ali com o gentio Maromomi, cuja língua diferente da geral de toda a costa, ele começava a aprender e queria meter em preceitos e arte, para por si e por outros ajudar a conversão destes pobres, em tudo desamparados. E de feito alcançou o que pretendia com a graça divina, que era fazer um modo de arte, catecismo e doutrina naquela língua. E muito mais alcançou Deus o que pretendia, que era recolher muitos destes no céu. Trouxe consigo ao Pe. Manuel Viegas, que está já mais avante nessa língua e mandou-o buscar alguma gente.³²

Verifica-se, portanto, que não fica nenhuma dúvida quanto a ser o Pe. José o verdadeiro autor da arte de gramática da língua “maromomi”, pois “alcançou o que pretendia com a graça divina, que era fazer um modo de arte, catecismo e doutrina naquela língua”.

Numa carta ao Pe. Manuel Viegas, escrita no Espírito Santo e datada de 6 de março de 1596, José de Anchieta afirmava que “escrevo agora a história da Companhia destas nossas partes cá e tenho tirado um traslado em limpo para mandar a Roma, como de lá pedem. Nele faço menção do princípio da conversão dos “maromomis” e do bom progresso deles e de quantos estão já na glória e caminham para lá cada dia.”³³

Vê-se, nela, que o santo Apóstolo do Brasil, no ocaso da sua velhice, estava escrevendo uma História da Companhia de Jesus. Pe. Viotti, a propósito, afirma que “dela se serviram quantos escreveram sobre a Compa-

nhia de Jesus no Brasil no século XVI”, indagando, a seguir, se o texto sobre os “Maromomis” não teria sido também aproveitado. Afirma, com argumentos sólidos, que a parte do capítulo IV do livro I da *Vida do Padre José*, de Pero Rodrigues “não pode deixar de ser uma citação textual da *História da Companhia de Jesus de Anchieta*”.³⁴

Leiamos, portanto, com atenção esse excerto, considerando que é o próprio Anchieta quem agora discorre sobre os Gueromimis:

*Além dos Índios, que moram pela costa do Brasil, há pelo sertão dentro muitas outras nações de diferentes línguas, com os quais os que têm comércio com os Portugueses trazem continua guerra. E lhes chamam Tapuias, como quem diz “selvagens”. Entre estes há uns chamados Maromomis. são muitos, mas a maior parte deles vive pelos matos e sertões da Capitania de São Vicente, obra de duzentas léguas pelo sertão adentro e obra de outro tanto até a Capitania do Espírito Santo. São amigos dos Portugueses. Ordinariamente não têm mais que uma mulher. Não curam de criações, pois vivem pela flecha, da caça do mato. E quanto ao comer carne humana, passa o que direi: geral fama ou infâmia é do gentio do Brasil, que come carne humana. Mas isto não fazem os que têm trato com os Portugueses, ainda que gentios. Nem o usam uma nações com outras, com as quais têm pazes, mas somente com seus contrários, que tomam em guerra, como por honra e bárbara vingança. E não por mantimento ordinário, talhando em açougue, como se diz de alguma gente de guiné [...]. Porém os Maromomis, nem ainda com este título de vingança, nem com outro, comem os seus contrários, antes se prezam de serem nisto particulares.*³⁵

Temos assim, nas próprias palavras de Anchieta, uma importante descrição sobre os costumes desses nossos índios Gueromimis. Observa Pe. Viotti, em nota de rodapé, que “a descrição que dos *Goianases* da Capitania de São Vicente fez Gabriel Soares, no seu *Roteiro do Brasil* [...], corresponde exatamente a estas palavras de Anchieta. Etmologicamente absolutas não se aplicam aos *Tupis* de São Paulo”.³⁶

Em uma carta escrita na Bahia, aos 19 de dezembro de 1599, o jesuíta Pero Rodrigues dá outras informações sobre os Gueromimis e sobre a sua catequese, dizendo que

*O Padre Viegas, com a sua santa curiosidade, chegou a tanto que fez catecismo naquela língua de que se podem ajudar os que a aprendem. E já agora se ajuda um Irmão, que é discípulo do Padre, natural da Alta Alemanha, o qual reside em uma das Aldeias, e tem a seu cargo os Maromomins, que tem suas casas junto dela. E o Padre foi-se para a casa de S. Paulo, donde vai visitar outra aldeia da mesma gente. E pouco e pouco os vai ajuntando, e os anos passados fez comigo que fosse dar favor a esta gente, com lhes dizer a primeira missa, na sua terra. Querirá Nosso Senhor trazer obreiros que levem tão santa obra por diante, vencendo as dificuldades que nestas empresas cada dia se oferecem.*³⁷

Vê-se que Pero Rodrigues informa que Viegas se fora para Piratininga a visitar outra aldeia da mesma gente. Podemos concluir, portanto, que passam a existir duas aldeias gueromimis sob orientação dos inacianos: uma que, como vimos, fora estabelecida no litoral e outra agora em serra acima. Quando terá Viegas subido ao Planalto, para dar continuidade à sua missão evangelizadora? Não se sabe ao certo, mas considerando que essas informações de Rodrigues datam de 1599 e que esse jesuíta afirma que uns anos passados ele fora rezar a primeira missa na nova aldeia “maromomim”, podemos concluir que Pe. Viegas a organizou no início dos anos 90, ou antes. Considerando que essa aldeia e a dos Guarulhos eram a mesma, Pe. Hélio Viotti afirma que o inaciano Viegas e seus catequizados “fundou, por 1586, a Aldeia de Conceição dos Guarulhos.”³⁸ Essa posição do Pe. Viotti e de outros estaremos revendo mais adiante.

Sabemos, pelo que já foi visto, que os Gueromimis eram muito numerosos e que apenas um grupo deles se aldeou no litoral sob a proteção dos jesuítas. Vimos, igualmente, como o seu domínio para o interior, se estendia pelo Alto Tietê, na região junto à Serra do Itapeti e elevações próximas a Guarulhos. Qual seria a situação desses indígenas em relação aos colonos de Piratininga, no último quartel do século XVI? Haveria algum outro interesse desses colonos na vinda do Pe. Viegas para estabelecer a referida aldeia?

Vimos acima, nos relatos de Pero Rodrigues, de 1599, ele se referindo aos Gueromimis como um gentio “mui fero e bravo”. Embora as infor-

mações sejam contraditórias, podemos inferir que, antes do contato com os inacianos, eles realmente assim eram, mas, com a catequese, tornaram-se mansos e colaboradores dos portugueses.

Percebe-se, nas primeiras referências, que sobre eles aparecem nas Atas da Câmara da Vila de São Paulo de Piratininga, o seu comportamento de resistência belicosa ao contato com os brancos. Assim, na ata de 18 de novembro de 1587,³⁹ os camaristas, tratando da repartição entre colonos dos gentios “tupiãen”, “carijó” e outros, que houvessem descido do sertão, alegam que a vila tinha “mais necessidade por estar na fronteira do gentio guanonimis e outros de muitas nações hybirabacas e por causa de ser tão atrevido e alevantado se vão chegando”. Fica claro, pela leitura desse registro, que, por essa época, o território dos Gueromimis passa a ser considerado como fronteira dos colonos de Piratininga, o que significa que eram tidos como inimigos perigosos.

Alguns anos mais tarde, a situação parece ter-se agravado. Lemos, na ata de 31 de julho de 1593,⁴⁰ que se “mandasse lançar pregão [para] que ninguém fosse resgatar aos guaramemis, enquanto a terra não estiver bem segura, porquanto haviam lá ido algumas pessoas e se vieram com deixarem escândalo entre os ditos guaramemis”, sob a pena de dez cruzados para o Conselho. No mês seguinte, estão de volta ao mesmo assunto, pois consta da ata de 15 de agosto, que

*entre todos assentaram que porquanto estava acordado nesta dita câmara que se não fosse à terra dos guaramimis e goianazes por haver para isso muitas razões e por se não alevantarem com os do sertão [que] estavam alevantados e a mais vozes assentaram que se não fosse nem resgatassem entre eles em suas terras, visto eles terem pouco que dar e de irem e virem ao resgate a eles e principalmente agora [que] de novo o assentaram, porquanto o dito capitão Afonso Sardinha disse que mandando um guaramimi cristão entre os seus e um principal dos ditos guaramimis lhe dissera que não fosse por diante, que se tornassem, no que parece que dava a entender estarem mal acondicionados e de tudo mandaram fazer este termo.*⁴¹

Portanto, pode-se inferir da sua leitura que havia o perigo dos Gueromimis se levantarem, isto é, ficarem em pé-de-guerra e que os do sertão já

estavam levantados. É de se notar que, embora já havendo um deles cristianizado, o restante da aldeia dá um tom de ameaça, pois os brancos não deviam prosseguir mais adiante que seria perigoso. Tanto isso é verdade que a mesma ata, mais adiante, registra que “porquanto estava presente, outrossim, o dito capitão Afonso Sardinha, os ditos oficiais lhe requereram que como capitão que é desta vila e seus termos olhasse e punisse por isso e não consentisse que se fizesse entrada nas terras dos ditos guaramimis [...] e acontecendo algum desarranjo tudo cair sobre ele e ele dar conta disso”.

Quanto ao termo “resgate”, deve-se entender como uma outra forma de escravização legal do indígena, que era obtido de outros que o haviam aprisionado nas intermináveis guerras intertribais. Por essa prática, ancorada no Direito Colonial, o cativo era resgatado, por escambo, em troca de bugigangas, para a salvação de sua vida e também de sua alma, devendo, em troca, permanecer escravo.⁴²

Uma outra ata de 5 de dezembro do mesmo ano,⁴³ indagava de testemunhas “o que se passava acerca do gentio do bongy que nos havia salteado e desbaratado na viagem que traziam desta entrada de Antônio de Macedo e de Domingos Luís Grou, em cuja companhia eles todos vinham para esta Capitania”. Essa bandeira havia sido totalmente desbaratada, com muitos mortos e cativos, junto ao Rio Jaguari.

Cabe, então, a seguinte questão: que gentio era esse, referido como “de bongi”? Seriam os Gueromimis? Entendemos que a referência “de bongi” era apenas o indicativo de direção, ou seja, os indígenas que ficavam para os lados de “Boigi” (Mogi das Cruzes). Esses brasis, que realizaram o ataque na Barra do Jaguari, bem poderiam ser pequenos grupos remanescentes de Tamoio que, após o massacre da sua gente, como vimos, se acantonaram no território do cotovelo do Paraíba. Significativamente, por essa mesma época, Knivet menciona a presença de grupos tupinambá exatamente na mesma região.⁴⁴

Tendo visto que as menções ao gentio “de bongi”, que surgem nas atas da Câmara de São Paulo, não se referiam os Gueromimis e que estes eram tidos como inimigos perigosos dos colonos, pelo menos até 1587, cabe indagar se a sua situação se alterou durante a década de 90? Vimos,



também, que as diversas atas que lhes fazem menção, em 1593, recomendavam que fossem respeitados, que ninguém fosse às suas terras. Essa também foi a época em que, segundo foi visto, o Pe. Viegas subiu para o planalto para fundar a segunda aldeia de catequese desses brasis. Repetimos a indagação acima feita: teriam os colonos interesse na vinda de Viegas para estabelecer a referida aldeia? Pelo que foi visto do relacionamento dos paulistanos com esses indígenas, é bem possível que houvesse esse interesse. Vimos como já se praticava o resgate com eles e que a ata de 15 de agosto de 1593 faz referência ao um “guaramimi cristão”. Já não teria tido início aquela catequese? Apenas pouco mais de um mês após esse registro, a ata de 14 de novembro,⁴⁵ surpreendentemente, refere que “se chamariam os merimimis para irem à guerra conosco.” De repente, mudara a condição. Deixaram de ser os temidos inimigos, com iminente perigo de sublevação, para serem companheiros e atuarem juntos na “guerra justa”. A vista do exposto, somos forçados a crer que essa mudança radical foi devida ao início da catequese.

O inaciano Pe. Fernão Guerreiro, escrevendo em sua “Relação Anual”, referente ao período de 1600 a 1603, informa que “há uma nação que chamam miramumi, gente que habita o sertão da Capitania de São Vicente, muitos em número mas barbaríssimos. Entraram os padres com eles e começaram a converter e já muitos deles são cristãos e têm igrejas e ajudam grandemente aos brancos em suas fazendas”⁴⁶, o que parece confirmar a nossa asserção acima.

Onde teria o Pe. Viegas estabelecido a sua segunda aldeia? Os jesuítas Serafim Leite e Hélio Viotti, além de nomes de peso, como Sérgio Buarque de Holanda⁴⁷, são de parecer que Viegas, com seus *guerumimis*, fundou a Aldeia de Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos. Discordando desses mestres, Gasparino José Romão e Adolfo de Vasconcelos Noronha⁴⁸, na sua muito bem fundamentada obra sobre o primeiro centenário do município de Gurarulhos, entendem que a aldeia fundada pelo diligente jesuíta foi a de Nossa Senhora da Conceição dos “Maramomins” e não dos Guarulhos.

Dado que se estabelece esta confusão com os Guarulhos, perguntamos, quem eram eles? Lemos, mais uma vez em Teodoro Sampaio, o ter-

mo *Guarulhos* como corrupção de “*guaru*, nome de uma tribo indígena, notável por ser de gente barriguda. Dizer – *guarulhos* ou *guarus* é como se chamasse – barrigudos. V. *Guaru*. Rio de Janeiro, S. Paulo.”⁴⁹. Afonso de Freitas, outro especialista, apresenta o seguinte registro: “murumimis, cujo nome modificado sucessivamente em gurumimis, guarumimis e guarus, está hoje transformado em Guarulhos, forma atual definitivamente integrada no vernáculo.”⁵⁰ Vemos, portanto que, para esses autores, os *Gueromimis* seriam *Guaianá*, que se confundiram depois com os Guarulhos.

Para Romão e Noronha, a transformação do termo “maramimins” em “guarulhos” parece pouco verossímil, sob a alegação de que os Guarulhos não habitavam apenas o planalto piratiningano, espalhando-se pelos sertões de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Assim, seria muita coincidência que tal transformação tivesse ocorrido em todas essas regiões, principalmente considerando a enorme distância morfológica e fonética entre os termos “maramimins” e guarulhos. Acrescentam, ainda, o fato de que, quando da fundação da aldeia do Pe. Viegas, vários registros documentais já faziam referência à Aldeia de Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos e que, até meados dos Seiscentos, mencionavam os dois grupos indígenas distintamente, sem nunca confundi-los.⁵¹

Vimos, no início deste tópico, que a trabalhosa obra de catequese dos *Gueromimis* teve início, em 1574, pelos jesuítas José de Anchieta e Manuel Viegas, no litoral ao Norte de Bertioga. Vimos, também, como Anchieta deixou essa obra a cargo do Pe. Viegas, que se dedicou com afinho e acabou por dominar a língua travada desses brasis. É hora de vermos, então, quem foi esse notável jesuíta Manuel Viegas.⁵²

Nasceu no ano de 1539, em Marvão, diocese de Portalegre, arcebispado de Braga, tendo entrado para a Companhia com 17 anos, em 1556. Veio para o Brasil com os órfãos de Lisboa, mandados por D. João III, do ano de 1550. Em São Paulo de Piratininga, onde estava, em 1562, estuda, com o seu mestre José de Anchieta, o latim, a teologia moral etc., para poder se ordenar. Serafim Leite informa que “fez os votos de Coadjutor Espiritual em São Vicente, no dia 24 de maio de 1582, em mãos do P. Anchieta.”⁵³ Com saber o tupi e haver aprendido a língua dos

maromomis, “não trocaria tais conhecimentos – escreve em 1585 – pelos dos mestres da teologia”⁵⁴

Anchieta, na carta a esse jesuíta, datada de 5 de março de 1596, do Espírito Santo, assim se expressa: “Vossa Reverência tenha mão, Deus diante em tudo: *tene quod tenes. Nemo tollat candelabrum tuum de loco suo.* Pois é posto por lucerna destes pobres cegos *ut videant lucem Dei per te*, grande Apóstolo dos Maromomis, – para entregar muitos deles a Cristo Nosso Senhor, que por eles morreu e *elegit te ad tantum opus.*”⁵⁵ O apóstolo do Brasil, que conhecia profundamente o discípulo com quem convivera e trabalhara, apelida-o, com inteira justiça, de “grande apóstolo dos Maromomis”, exortando-o a prosseguir na obra evangelizadora daqueles brasis.

Em Piratininga, durante algum tempo, o Pe. Viegas foi mestre da chamada escola elementar, dedicando-se, durante toda a sua vida, à obra da catequese dos silvícolas, principalmente dos Gueromimis da capitania vicentina, como recomendara Anchieta. O “grande apóstolo dos Maromomis” faleceu com 69 anos de idade, aos 17 de março de 1608, na residência jesuítica de São Paulo.

Tendo fundado a Aldeia de N. Senhora da Conceição dos Gueromimis, como vimos, Pe. Viegas deu princípio, na Baixada Fluminense, junto à Aldeia de Barnabé, a um outro aldeamento dos mesmos brasis. Na mesma carta escrita na Bahia, aos 19 de dezembro de 1599, citada acima, o jesuíta Pero Rodrigues, referindo-se ao Pe. Viegas, informa que “já agora se ajuda de um Irmão, que é discípulo do Padre, natural da Alta Alemanha, o qual reside em uma das Aldeias, e tem a seu cargo os Maromomins, que tem suas casas junto dela.”⁵⁶ Esse irmão jesuíta referido na carta era Pedro de Gouveia e a aldeia mencionada era a fluminense. Serafim Leite informa que “o Pe. Rodrigues, que era então Provincial, tinha em grande estima este irmão e chegou a pedir para Roma que se ordenasse: dava, como motivo principal, o saber a língua dos Maromomis, que só ele conhecia, fóra o Pe. Viegas, seu mestre.”⁵⁷

O árduo trabalho do Pe. Viegas era bastante respeitado por todos, principalmente pelos seus companheiros de batina. Dele, dá testemunho o Pe. João de Almeida, nos seguintes termos: “Um Padre, Manuel Viegas,

em S. Paulo, Pai dos Marumomins, do qual disse o P. Cristóvão de Gouveia, Visitador Geral desta Província, que, ainda que não viesse de Portugal a ela por outra cousa, senão só por ver ao P. Manuel Viegas, tivera por bem empregada sua vinda, com todos seus trabalhos.”⁵⁸

Quanto à existência de uma aldeia de Gueromimis em plagas fluminenses, referida acima, não é de estranhar se considerarmos que a população desses brasis era, segundo os testemunhos vistos, muito numerosa e esse gentio particularmente nômade. Como a menção a essa aldeia data do final do século XVI, cabe indagar se, nessa mesma época, no seu movimento migratório, eles já não teriam ocupado a região de Caraguatatuba?

A “*Enseada dos Guaromomins*”

Recapitulando, vimos que os Gueromimis, com as diversas denominações com que figuram nos testemunhos coetâneos, pertenciam ao grupo lingüístico Gê, os Tapuia da linguagem vulgar. Vimos também que, para nós, eles se confundiam com os Guaianá de Piratininga, ao menos com um dos possíveis ramos desses brasis. Por outro lado, procurou-se provar que eles eram distintos dos Guarulhos.

Isto posto, a questão que se coloca agora é se, como acreditam muitos autores, os Gueromimis de serra acima rapidamente desapareceram, já absorvidos nos aldeamentos pela catequese, já vítimas da escravização e extermínio pelos colonos?

Considerando que esses nativos eram nômades e arredios ao contato com os brancos, além de muito numerosos, e habitarem vasta área da região do Alto Tietê, acreditamos ser muito difícil, senão impossível que, simplesmente, toda essa nação tivesse sido varrida da região. Em sendo assim, que explicação plausível poderia ser encontrada para o fato de, ao romper dos Seiscentos, a região onde logo se instalaria a Vila de Santa Ana de Mogi Mirim, hoje Mogi das Cruzes, estivesse já livre da presença de tribos indígenas hostis e pronta, portanto, para o estabelecimento dos colonos com suas fazendas?⁵⁹

Os Inventários e Testamentos dos primeiros povoadores de Boigi Mirim freqüentemente aludem, nas listagens do gentio da terra, aos cha-

mados “pés largos”. Esta era a denominação com que eram conhecidos os Gueromimis da região mogicruzense. Mestre Sérgio Buarque⁶⁰ afirma que “*pés largos* é a designação dada correntemente a certa casta de gentio, mencionada com freqüência nos velhos documentos paulistas” e que a sua identidade se constitui em mistério para o estudioso de nossa etnografia histórica. Pergunta, a seguir, se não seriam Guaianá, respondendo que uma referência de Knivet, a respeito dos Guaianá da Ilha Grande – ao dizer que “eram de pequena estatura, ventre volumoso e pés largos” – faz admitir essa suposição.

Entendemos que parte desses brasis do Alto Tietê tenha submergido na Aldeia de Nossa Senhora da Conceição dos Gueromimis e nas fazendas dos colonos, que se multiplicavam na região, à medida em que avançava a ocupação branca, servindo como massa de mão-de-obra servil. Mas acreditamos, por outro lado, que o grosso dessa nação de gentio migrou para outras plagas, fugindo ao acercamento dos colonizadores. Para onde teriam ido? A região próxima de além “Serra do Tapeti”, circunvizinha do cotovelo do Paraíba e de suas nascentes, era inviável, pois ainda estava ocupada pelos grupos remanescentes de Tamoio, seus implacáveis inimigos. Mesmo que grupos desses Guaianá pudessem ter-se refugiado em regiões mais profundas do médio Paraíba (alguns inventários e testamentos de Taubaté a eles fazem referências),⁶¹ entendemos que a maior parte do gentio dessa nação buscou refúgio em áreas mais seguras. Dentre essas, uma se destacava pelas suas condições extremamente favoráveis: o Litoral Norte, particularmente a grande Enseada de Caraguatatuba. Tratava-se de uma extensa área de topografia muito favorável, com muitas planícies cortadas por grande quantidade de rios, como os da bacia do Juqueriquerê, tão piscosos como a grande e calma enseada que banha a região, além de uma exuberante mata atlântica, plena de ofertas para a coleta florestal. Um verdadeiro “Jardim do Éden”, à espera de uma casta de brasis, como os nossos Gueromimis, que viviam basicamente da pesca e da coleta, à margem de qualquer atividade agrícola. Além disso tudo, era uma região que, como já visto, estava absolutamente desentulhada da presença de qualquer nação indígena antagônica, que pudesse obstar a chegada e ocupação dos novos senhores da terra.

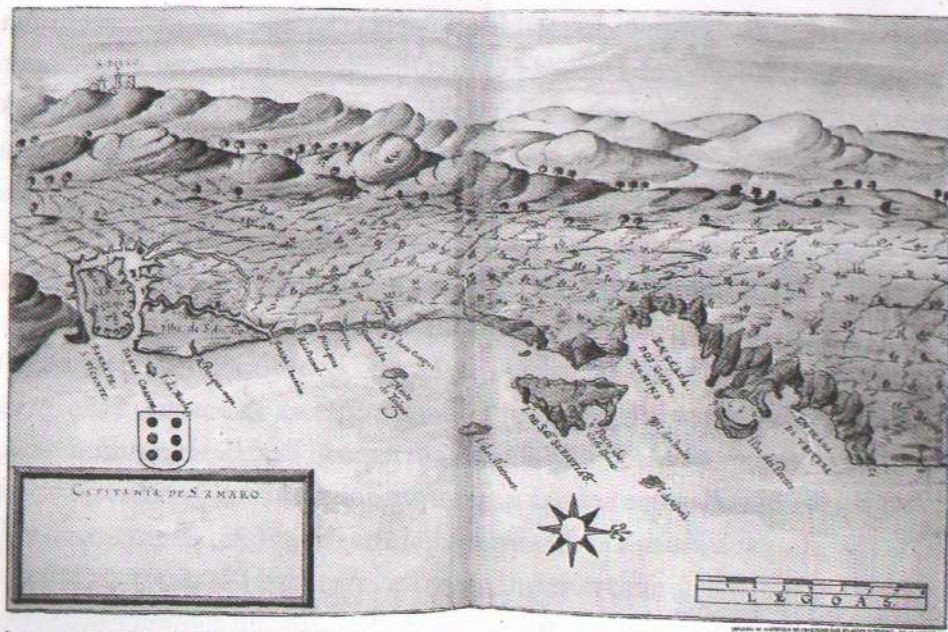
Vimos como uma leva deles, pelo menos, já se estabelecera mais ao Norte, em plena região fluminense e como, no finalzinho do primeiro século, era reduzida pelos jesuítas na Aldeia Barnabé. Nessa mesma época, já não estariam esses tapuia ocupando a encantadora região onde, décadas mais tarde, estaria surgindo a Vila de Santo Antônio de Caraguatatuba? Não sabemos exatamente quando as primeiras levadas desses selvagens se detiveram naquelas plagas, mas tudo indica que, no último quartel dos Quinhentos, esse processo já tivesse se iniciado.

Na primeira metade da centúria seguinte, a presença desses nativos é assinalada no Litoral Norte, estendendo-se até à região da Baía de Guanabara. Mas a região de preferência, onde se concentrou o maior número de aldeias dessa nação, foi o litoral de Caraguatatuba, a tal ponto que a cartografia da época a ele se refere como “Enseada dos Guaromomins”.

Já com o interesse voltado para a conquista das terras do açúcar brasileiro, os holandeses passaram a elaborar uma grande quantidade de mapas do nosso território, os quais se destacam pela perfeição de pormenores. O magnífico *Novus Brasiliae Typus*,⁶² artisticamente desenhado, é um deles, tendo sido gravado por Jodocus Hondius, por volta de 1625. Esse trabalho está reproduzido em *Mapas Históricos Brasileiros*, em cujo texto de apresentação da editora, que vimos seguindo, lemos: “depois da tiragem de alguns exemplares, o clichê foi adquirido por Blaeus, que substituiu o nome de gravador pelo seu.” Sempre grafado em português, estão assinaladas dezenas de topônimos geográficos ao longo do litoral e, também, todas as capitâncias do Brasil. Aí lemos, dentro da Capitania de São Vicente, na parte do interior, a indicação “Miramumins”. Estão assinaladas, ainda, entre outros nomes, no litoral, a Enseada de Ubatuba, a Ilha de São Sebastião e a Enseada de Caramumis, correspondendo a Caraguatatuba. Não pode haver dúvida que “Caramumis” é uma corruptela de “Guaramumis”, que, como já vimos, seriam os mesmos Gueromimis. Aí está, portanto, a comprovação de que a Enseada de Caraguatatuba, em 1625, já era conhecida como Enseada dos Gueromimis.

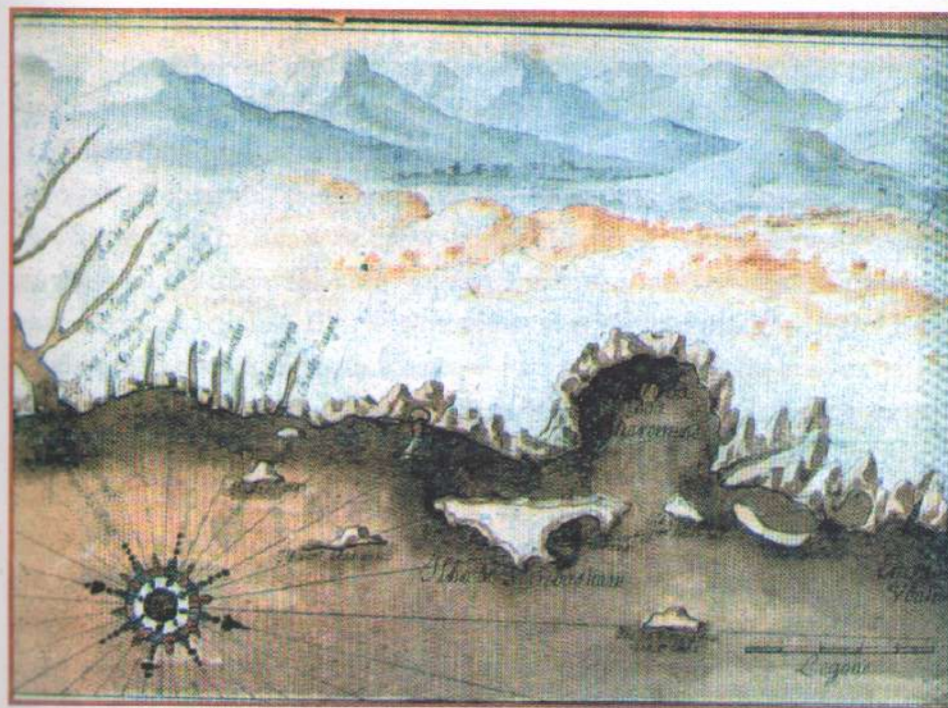
Mas temos mais documentos comprobatórios. Se alguma dúvida pudesse ser levantada com relação à leitura do mapa anterior, ela se desva-

neceria completamente com uma outra carta, também reproduzida nos *Mapas Históricos Brasileiros*. Trata-se da *Capitania de Santo Amaro*, linda aquarela de colorido vivo e harmonioso, desenhada, em 1631, pelo cosmógrafo oficial do Reino português, João Teixeira Albernás.⁶³ Segundo lemos no texto de apresentação, em que nos apoiamos, o autor obteve as informações do então donatário de Ilhéus, Jerônimo de Ataíde, para desenhar o que ele imaginava ser a Capitania de Santo Amaro. A carta mostra, visto de frente, o litoral, desde a barra de São Vicente até pouco mais ao Norte da Enseada de Ubatuba; num segundo plano, estendem-se as planícies costeiras, tendo ao fundo a íngreme muralha da Serra do Mar, em interessante representação colorida. Numa posição quase central, entre os dois extremos do trecho visível da costa, está a Ilha de São Sebastião, desenhada com riqueza de detalhes. Os topônimos do litoral, abundantes, estão grafados em latim, conforme os costumes da época. Um pouco à direita daquela Ilha, numa posição quase fronteira, está a grande “Ençeeda dos Guaromomins”, sem qualquer sombra de dúvida a Enseada de Caraguatatuba (ver ilustração).



Mapa cartográfico Capitania de S. Amaro
Mapas Históricos Brasileiros, *Grandes personagens da nossa história*. São Paulo: Abril Cultural

Como que a confirmar esse mapa anterior, um outro desse mesmo cosmógrafo João Albernás, tido, na época, como o mais notável cartógrafo de Portugal, vem comprovar, definitivamente, a existência da “Ençeeda dos Gueromimis”. Trata-se de uma carta incluída no fecho de um seu *Atlas*, realizado mais tarde, em 1640, e composto de 22 mapas, contendo textos explicativos, o qual se encontra, atualmente, no Arquivo Público de Belém, no Pará.⁶⁴ É uma outra linda aquarela, bem ao estilo do autor, que mostra a costa do Litoral Norte de São Paulo, tendo, num primeiro plano, centralizado, no desenho, a “Ilha de S. Sebastião” e quase defronte a ela, um pouco à direita, com grande destaque, a “Ençeeda dos Guaromins”, grafia um pouco alterada em relação à de “Ençeeda dos Guaromomins”, que figura na sua obra anterior. Mas não resta a menor dúvida de que se tratava da nossa Enseada dos Gueromimis, a qual tinha, assim, a sua denominação confirmada, já às vésperas da fundação da Vila de Santo Antônio de Caraguatatuba, defronte de uma das suas mais belas praias (ver ilustração).



Mapa do litoral paulista, feito por João Teixeira Albernás
In *Atlas de 1649*. Biblioteca Pública de Belém. Publicado in “O Estado de São Paulo”, 14/01/1996

A vista do exposto, fica muito claro, portanto, que, na primeira metade dos Seiscentos, o orla de Caraguatatuba era conhecida como “Enseada dos Gueromimis”, certamente porque se tratava de uma região ocupada por esta nação de brasis, que tinha suas aldeias espalhadas por toda aquela vasta área.

Frei Gaspar da Madre de Deus, o notável beneditino historiador do século XVIII, nas suas *Memórias*, obra impressa em 1797, por várias vezes se refere à “Enseada dos Maromimis”. Ao tratar da viagem de Martim Afonso de Souza, de 1531, conta que a expedição “passou avante da *Ilha dos Porcos*, e, deixando à mão direita a *Enseada dos Maromomis*, arrostou uma ilha alta, na latitude de 25 graus e 48 minutos, à qual deu o nome de *S. Sebastião*.” Em nota de pé de página explica que “os antigos chamavam Enseada dos *Maramomis*, ou *Guaramomis*, como escrevem alguns, a uma que fica junto ao Bairro de S. Sebastião.”⁶⁵ Pela autoridade de quem escreve, é importante esse depoimento de Frei Gaspar, pois daquele topônimo ainda havia lembrança no século XVIII, um sinal de que não fora destituído de importância.

Mas os testemunhos coevos mais importantes, a se referirem à presença dos Gueromimis na Enseada de Caraguatatuba, foram, inequivocamente, os deixados por Anthony Knivet. Esse moço de bordo inglês⁶⁶, que participou da segunda e desastrosa viagem de circunavegação de Thomas Cavendish, iniciada em 1591, revelar-se-ia um grande aventureiro, dotado de personalidade ímpar. Corajoso e de fibra inquebrantável, era possuidor de belo caráter. Pertencia a ilustre família da Inglaterra, em cujo seio figuravam fidalgos da casa real, homens do mar e intelectuais, com destaque para músicos e poetas. Viajava a bordo da almiranta “Leicester”, descrevendo a viagem desde o início, principalmente toda a costa percorrida do Brasil. Abandonado com outros companheiros enfermos, desumanamente, para morrer na Ilha de São Sebastião, conseguiu salvar-se, tendo início as suas desventuras nas mãos dos portugueses, a quem serviu muitos anos na condição de semi-servidão, na região do Rio de Janeiro. Fugitivo várias vezes, embrenhando-se pelas matas, tudo observa e narra. Aprendeu a língua dos nativos, tanto a dos Guaianá (que é como ele se refere aos Gueromimis) como a dos Tamoio, o que muito facilitou o seu

convívio entre eles, tendo deixado importante relato de seus costumes. Francisco de Assis Carvalho Franco afirma que Knivet, no entanto, já foi tachado de inverídico e mesmo confuso em sua narrativa, mas que, hoje, já se encontra plenamente reabilitado, tendo o reconhecimento dos intelectuais, em geral.⁶⁷

Numa de suas primeiras fugas, buscando o recesso profundo da selva bruta, vai ter, depois de muitas peripécias, juntamente com Guaraciaba, um nativo guaianá com quem se encontrara e se tornara grande amigo, a uma aldeia desses brasis chamada Pianitá.⁶⁸ Knivet reconhece o local, pois ali já estivera antes, quando fora bem tratado pelo maioral Jaguarapipo e de onde partiu para uma expedição de resgate junto aos Puri no vale do Paraíba⁶⁹. Pianitá ficava, sem dúvida, na Enseada de Caraguatatuba, pois Martim de Sá, filho de Salvador Correia de Sá e Benevides (Governador da Repartição Sul e patrão de Knivet), buscando o costumeiro resgate de escravos prisioneiros, chegou à aldeia de Juqueriquerê, também desses indígenas, quando teve notícia de que o fugitivo de seu pai estava na aldeia vizinha.⁷⁰ Portanto, as aldeias de Pianitá e Juqueriquerê eram vizinhas, isto é, próximas.

Como não há nenhuma dúvida quanto a Juqueriquerê localizar-se naquela enseada, é bem possível que Pianitá se situasse exatamente no sítio onde os caraguatás eram abundantes e onde, mais tarde, surgiria a futura Vila de Santo Antônio de Caraguatatuba. O próprio Knivet confirma a localização da aldeia de Juqueriquerê, ao dizer que “tal aldeia fica à beiramar, bem em frente à Ilha de São Sebastião”⁷¹, ilha esta que o aventureiro inglês conhecia muito bem.

Já vimos como Knivet sempre se refere a esta casta de nativos como Guaianá. Entendendo que o seu reduto principal era a enseada que, em razão disso, ficou conhecida como dos “Guaromomins”, perguntamos até onde se estenderiam os seus domínios? Carvalho Franco cita uma sesmaria concedida a Miguel Aires Maldonado, de 1633, que faz menção a um caminho antigo para os campos que estão atrás da serra de Angra dos Reis, de que se servia, ordinariamente, o gentio guaianá.⁷² Já o desventurado marinheiro inglês informa que os Guaianá “habitam dezoito léguas ao Sul do Rio de Janeiro, num lugar chamado pelos portugueses Ilha Grande.”⁷³

Podemos concluir, portanto, que estavam presentes até à região do Rio de Janeiro, confirmando o que vimos antes sobre a aldeia de Pedro de Gouveia, localizada naquelas bandas.

Esses Guaianá, segundo Knivet, ou Gueromimis, como preferimos, eram inimicíssimos dos Tamoio, como já mencionamos. A narrativa do inglês vem confirmar esse antagonismo, com relação aos grupos de Tupi-nambás remanescentes do Alto Paraíba, pois ele conta, na sua *Vária Fortuna*,⁷⁴ que “foram os Guaianases provocados pela tribo dos tamoios.” Continua, dizendo que “tendo perdido grande número de homens numa batalha, e incapazes por si sós de enfrentar o inimigo de novo, pediram mais uma vez socorro aos portugueses” de quem eram amigos. Segundo Carvalho Franco, numerosa expedição partiu para essa aventura, em 1596, mas tendo como principal finalidade a demanda de riquezas minerais, por recomendação do Governador Geral D. Francisco de Souza e não apenas para prestar o auxílio solicitado.⁷⁵

Vejamos, agora, que descrição nos deixa Knivet desses Guaianá, quanto ao tipo físico, usos e costumes. Pela sua linguagem pitoresca e comunicativa, preferimos transcrevê-la na íntegra.

Estes canibais são de pequena estatura, muito barrigudos, de pés chatos, e não muito escuros de pele. São bastante covardes. Não tatuam seus corpos, nem se vangloriam muito de comer carne humana, como os tamoios, os tomiminós, e outros antropófagos o fazem. As mulheres são grandes de corpo e medonhas, mas de aparência saudável. Neste país pintam elas seu corpo e faces com uma coisa chamada na sua língua urucú, que cresce em vagem redonda, qual favas, e dá uma tinta vermelho-ocre, que as torna mais horrendas. O cabelo, tanto os homens como as mulheres, usam-no crescido dos lados e raspam-no ao alto da cabeça, como frades franciscanos. Estes selvagens deitam-se em redes feitas de cascas de árvores e quando viajam através do sertão, carregam as suas provisões também em pequenas redes às costas; nunca lhes falta o tabaco, estimam-no mais do que qualquer outra coisa que possuem no país e com eles curam suas feridas e machucaduras. Quando os portugueses necessitam de escravos, vêm à Ilha Grande, certos de encontrar aí alguns dos guaianases pescando; mostram-lhes então facas, contas e espelhos, dizendo-lhes que mercadoria querem em troca; resulta disto seguirem os nativos para um lugar chamado em sua

*língua Jaguarapipo, que é a sua principal aldeia, e daí trazerem à praia todos aqueles que pretendem vender; nessa ocasião, podem os índios ser comprados tão barato quanto se queira.*⁷⁶

Quando Knivet se refere a eles como “canibais”, é mais na acepção de “homem feroz”, pois ele sempre usa este termo ao se referir aos selvagens em geral.

O emprego do termo “pés chatos” deve ter sido uma interpretação da tradutora, pois vimos que Sérgio Buarque de Holanda traduziu por “pés largos”, que, pelo contexto estudado, deve ser o correto.

Quanto a serem *covardes*, entendemos ser um juízo pessoal de Knivet, pois, após ter-se refugiado entre eles por nove meses e pensado haver conquistado a sua confiança, ficou decepcionado por ter sido devolvido ao seu amo que por lá aparecera para resgatar e os cativara com suas palavras amáveis e presentes de bugigangas. Narra ele que, quando o “levaram à presença de Martim de Sá, todos aqueles que me haviam antes protestado a maior amizade, tornavam-se agora meus maiores e mais acirrados inimigos.”⁷⁷ É evidente que o bom relacionamento desses brasis com os portugueses se assentava na prática do resgate, que era bastante comum na época.

Seriam mesmo antropófagos, ainda que não se vangloriassem muito disso? A sua afirmativa não condiz com o depoimento de Anchieta, já visto, para quem “os Maromomis, nem ainda com este título de vingança, nem com outro, comem os seus contrários, antes se prezam de serem nisto *particulares*”. Preferimos aceitar este testemunho do Apóstolo do Brasil, pela sua autoridade e por estar mais de acordo com outros da mesma época.

Concluindo, vimos que os Gueromimis se identificavam com os Guaianá, ao menos com um de seus grupos e que eram distintos tanto dos Tupiniquim quanto dos Guarulhos. Vimos, também, que pertenciam ao grupo lingüístico Gê ou Tapuia. Seriam estes, realmente, mais atrasados culturalmente do que os Tupi? A verdade é que os europeus do século XVI, às voltas com o problema da diversidade lingüística dos nativos do Brasil, procuraram equacionar a multiplicidade etnográfica existente, dividindo-a em duas categorias genéricas: Tupi e Tapuia.⁷⁸ Geralmente, as descrições que se faziam dos Tapuia eram superficiais e incompletas, con-

trastando com as narrações muito mais elaboradas das organizações sociais Tupi. Tudo leva a crer que o termo tapuia, com a conotação que era empregado, representava, na verdade, uma antítese da cultura Tupi, sendo, por conseqüência, representado por termos negativos.⁷⁹ Destarte, a generalização freqüente do termo tapuia, com a conotação de “atrasado”, quer-nos parecer um tanto simplista. O binômio Tupi-Tapuia identificaria, mais propriamente, organizações sociais distintas.

Notas

- (1) ABREU, 1977: 35.
- (2) “No Rio de Janeiro se denominavam Tupinambás, mas o Tupis da Capitania de São Vicente os chamavam de Tamoios” (REIS, 1979: 51).
- (3) STADEN, 1900: 124.
- (4) ANCHIETA, 1933: 246 e 252.
- (5) MARCÍLIO, 1986: 20.
- (6) STADEN, Hans, opus cit.: 124.
- (7) MARCÍLIO, opus cit.: 17.
- (8) IBID: 17/18.
- (9) IBID: 22. Diz aquele autor que “a grafia *Jerominis* se nos antolha de todo inaceitável e bem assim Gerominis; não perfilhamos o *n* por *m* e a sílaba inicial deve ser *gue* (gh), pois o tupi não conhecia *j*, fonema constitutivo fricativo.” (ABREU, 1977: 50).
- (11) Esclarece aquele jesuíta que adota a “forma *maromomis*, não como decisão etimológica, mas porque a vimos com freqüência e é a única exequível, em português, para traduzir a forma latina *maromomotiam* (...)” LEITE, 1937: 253. Idêntico ponto de vista é manifestado pelo jesuíta Hélio Abranches Viotti, 1984: 424.
- (12) RODRIGUES, 1956: 54.
- (13) STADEN, opus cit: 123/124.
- (14) ANCHIETA, 1988: 456.
- (15) SOUSA, Washington Luís Pereira de, 1956: 96.

- (16) VASCONCELOS, 1865: 31, citado por REIS, opus cit, p. 27.
- (17) SOUZA, Gabriel Soares de, 1971: 115; citado por REIS, opus cit.: 24.
- (18) MADRE DE DEUS, 1953: 54.
- (19) IHERING, 1895; citado por REIS, opus cit.: 28.
- (20) FREITAS, 1911; citado por REIS, opus cit.: 28.
- (21) AIROSA, 1952; citado por REIS, opus cit.: 28.
- (22) ABREU, 1963: 244 e segs.
- (23) SAMPAIO, 1903: 159/162; citado por RODRIGUES, opus cit: 55.
- (24) Idem, 1908: 201; citado por REIS, opus cit: 32.
- (25) JESUS, 1924.
- (26) MADRE DE DEUS, opus cit., entre p. 50/51.
- (27) VIOTTI, 1980: 169.
- (28) SAMPAIO, 1928. Citado por REIS, opus cit: 34.
- (29) LEITE, 1935: 253/257.
- (30) VIOTTI, 1980:169. Para o presente texto, estaremos nos socorrendo desse notável pesquisador da obra jesuítica.
- (31) MADRE DE DEUS, 1953: 52
- (32) VIOTTI, 1980: 170. Existirão vestígios desses documentos lingüísticos tão preciosos? Serafim Leite responde que “até agora não se nos depararam, pelo menos com a denominação destes Índios”. LEITE, 1935: 257.
- (33) ANCHIETA, 1984.
- (34) A propósito dessa obra de Anchieta, escreve Pe. Viotti que “resta-nos a mágoa de saber que essa *História*, escrita por um de seus protagonistas, dotado de atilado engenho e memória felicíssima, não tenha sido dada à publicidade, hoje se acha desaparecida.” VIOTTI, 1980: 173.
- (35) VIOTTI, 1980: 173/174.
- (36) VIOTTI, 1980: 174.
- (37) LEITE, Serafim, 1935: 254.
- (38) ANCHIETA, 1984: 425.

- (39) CMSP-ATAS, I: 333.
 (40) IBID, 466.
 (41) IBID, 469.
 (42) PERRONE-MOISÉS, 1994: 698/99; LEITE, Serafim, 1965: 80; e MONTEIRO, 1995: 63.
 (43) IBID, I: 476 e segs.
 (44) KNIVET, 1947: 143.
 (45) CMSP-ATAS, I: 474.
 (46) GUERREIRO, 1930: 384. Citado por REIS, opus cit.:34
 (47) HOLANDA, 1957: 33.
 (48) ROMÃO & NORONHA, 1980: 35 e segs.
 (49) SAMPAIO, 1928. Citado por ABREU, opus cit.: 51.
 (50) FREITAS, 1936, p.46. Citado por ABREU, opus cit.: 51.
 (51) ROMÃO & NORONHA, 1980: 38.
 (52) Para esse tópico, estaremos nos valendo do Pe. Hélio Abranches Viotti, J., in Pe. Joseph de ANCHIETA, S.J., opus cit., p.38/39; e de Edith Porchat RODRIGUES, opus cit.: 148/149.
 (53) LEITE, 1935: 257.
 (54) ANCHIETA, opus cit.: 38 (citação de Viotti).
 (55) IBID.:423, com a seguinte transcrição das citações latinas, respectivamente, pelo Pe. Viotti: “Segura o que tens na mão; ninguém retire o teu candelabro do lugar em que está”. “Vejam, por teu intermédio, a luz de Deus”. “Escolheu-te para tão grande empresa”. (Notas 3, 4 e 5, p. 425).
 (56) LEITE, 1935: 254.
 (57) IBID: 255.
 (58) IBID: 257.
 (59) CAMPOS & SILVEIRA, 1988: 6.
 (60) HOLANDA, 1957: 32/33.
 (61) ABREU, 1977: 56.

- (62) BLAEUS. 1969: mapa 30.
 (63) ALBERNÁS, 1969: mapa 32.
 (64) ALBERNÁS, 1996, p. A23
 (65) MADRE DE DEUS, 1953: 43, 45 e 52.
 (66) Para os dados sobre Knivet, estaremos nos baseando em Guiomar de Carvalho Franco, na apresentação da obra do aventureiro inglês. KNIVET, 1947: 5/10.
 (67) A nota de Carvalho Franco, a respeito, diz que “*Knivet foi taxado de inverídico e confuso em toda sua narrativa. Capistrano de Abreu chegou mesmo a escrever que a memória do nauta era ‘um misto de observação, de credulidade, quiçá de mendacidade ou apoucada inteligência’.* [...] *Outros eminentes escritores patricios têm desfeito tal juízo, fazendo citações e confrontos das referências de Knivet. Teodoro Sampaio afirma que Knivet ‘fez uma narração em estilo singelo, com grande naturalidade, respeitando a verdade e suas palavras, que devem assim ser compreendidas, lançam muita luz sobre a história dos costumes e dos sucessos da colônia portuguesa, no último quartel do século XVI.’* Igualmente o bibliógrafo José Carlos Rodrigues menciona que a narrativa de Knivet merece ser plenamente conhecida e que sua ‘*descrição dos índios, seus usos e costumes, é muito exata*’.” IBID: 136.
 (68) IBID: 56.
 (69) IBID: 46/47.
 (70) IBID: 57.
 (71) IBID: 63.
 (72) IBID: 63.
 (73) IBID: 134.
 (74) IBID: 61.
 (75) IBID: 62.
 (76) IBID: 134/135.
 (77) IBID: 57/58.
 (78) MONTEIRO, 1995: 19.
 (79) IBID: 20.



2. O POVOAMENTO

Jurandyr Ferraz de Campos

2.1

As Capitanias de S. Vicente e S. Amaro

60

Quando se aborda o tema do povoamento do Litoral Norte, no período colonial, a questão das donatárias é de suma importância e deve ser esclarecida, como ponto de partida, pois grande é a confusão que se faz principalmente a respeito da Capitania de São Vicente.

A ocupação territorial, nos primeiros séculos, se fez a partir da distribuição de terras em sesmaria em nome do Capitão Donatário. Igualmente, eram seus loco-tenentes que detinham os poderes para a criação das vilas. Assim, para se estudar o povoamento do Litoral Norte e, em particular, do surgimento da Vila de Santo Antônio de Caraguatatuba, mister se faz esclarecer a questão acima levantada.

O território da vila de Santo Antônio de Caraguatatuba, fundada no século XVII, pertencia à qual Capitania? Os primeiros sesmeiros que se estabeleceram na região, obtiveram suas cartas de sesmaria do Capitão-Mor da Capitania de São Vicente, Santo Amaro ou Itanhaém? São questões que, para melhor serem compreendidas, exigem que se revejam a origem e evolução dessas Capitanias.

As Origens das Duas Capitanias

Martim Afonso de Sousa recebeu a Capitania chamada de São Vicente, cuja Carta de Doação foi passada certamente em 1534, com 100 léguas ao longo da costa e aprofundando-se pelo sertão até encontrar o meridiano de Tordesilhas. Compreendia duas porções: a primeira, mais setentrional, era de 55 léguas, começando no Rio de Macaé (13 léguas ao Norte de Cabo Frio) e correndo até o Rio Curupacê, nome com que, primitivamente, era conhecido o nosso Juqueriquerê; as restantes 45 léguas principiavam no braço do Norte do Rio de S. Vicente (correspondendo à Barra de Bertioxa), estendendo-se até Paranaguá.

Seu irmão, Pero Lopes de Sousa, recebeu, inicialmente, 50 léguas¹, divididas em duas porções: a primeira, com a denominação de Sant'Ana, estendia-se de Paranaguá até o extremo Sul; a segunda, a Capitania de Santo Amaro, era uma estreita faixa de 10 léguas que ficava encravada dentro da Capitania de São Vicente, tendo como limite Setentrional o Rio de Curupacê, onde se colocaria o padrão na sua banda do Norte; daí partiria uma linha no rumo Noroeste, até a altura de 23 graus, onde se colocaria outro padrão, ponto de partida da linha cortando diretamente a Loeste. No Rio de São Vicente, da banda do Norte, seria colocado o outro padrão, de onde a linha cortaria diretamente a Loeste. Na mesma época, recebeu um terceiro quinto, Itamaracá, ao Norte da Capitania de Pernambuco.

Entende-se como capricho real essa pequena faixa de terras inserida na capitania vicentina, separando-a ao meio, para evitar que possíveis minas de metais preciosos, por descobrir, injustamente ficassem nas mãos de apenas um dos feudatários.²

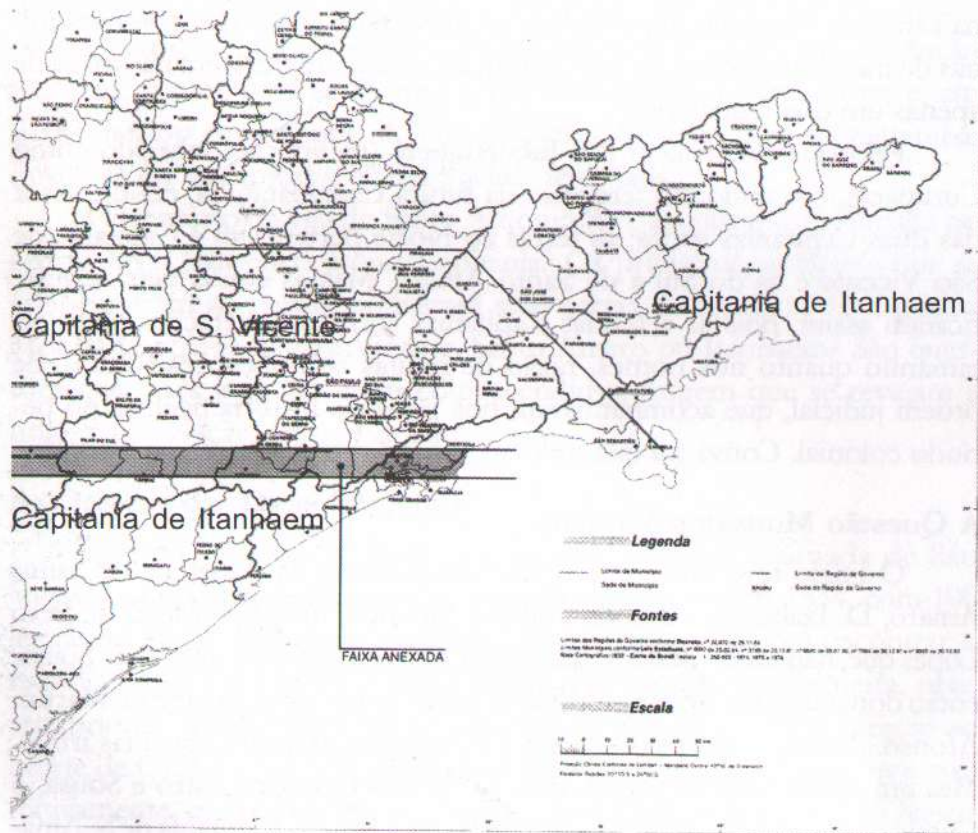
Pelo que foi visto, o Rio Juqueriquerê (na época conhecido como Curupacê), correndo em território da futura Caraguatatuba, era o divisor das duas Capitanias irmãs: as terras ao Norte pertenciam à Capitania de São Vicente e as do Sul à de Santo Amaro. Mas as coisas nem sempre ficaram assim, pois as referidas Capitanias sofreram alterações tanto no tamanho quanto nos nomes, razão de muitas complicações futuras, de ordem judicial, que acompanharam boa parte da história paulista no período colonial. Como foi que tudo aconteceu, é o que veremos a seguir.³

A Questão Monsanto-Vimieiro

O litígio teve início em 1610, com a morte da donatária de Santo Amaro, D. Izabel de Lima de Sousa e Miranda, última herdeira de Pero Lopes que, não tendo deixado filhos, instituiu seu herdeiro a Lopo de Sousa, então donatário da Capitania de São Vicente, como descendente de Martim Afonso. Assim, Lopo passou a ser o donatário das duas capitanias irmãs. Mas um outro neto de Pero Lopes, D. Álvaro Pires de Castro e Sousa, o Conde de Monsanto, dá início a uma ação para haver a Capitania de S. Amaro/Itamaracá, sob a alegação de que sua descendência era do mesmo grau

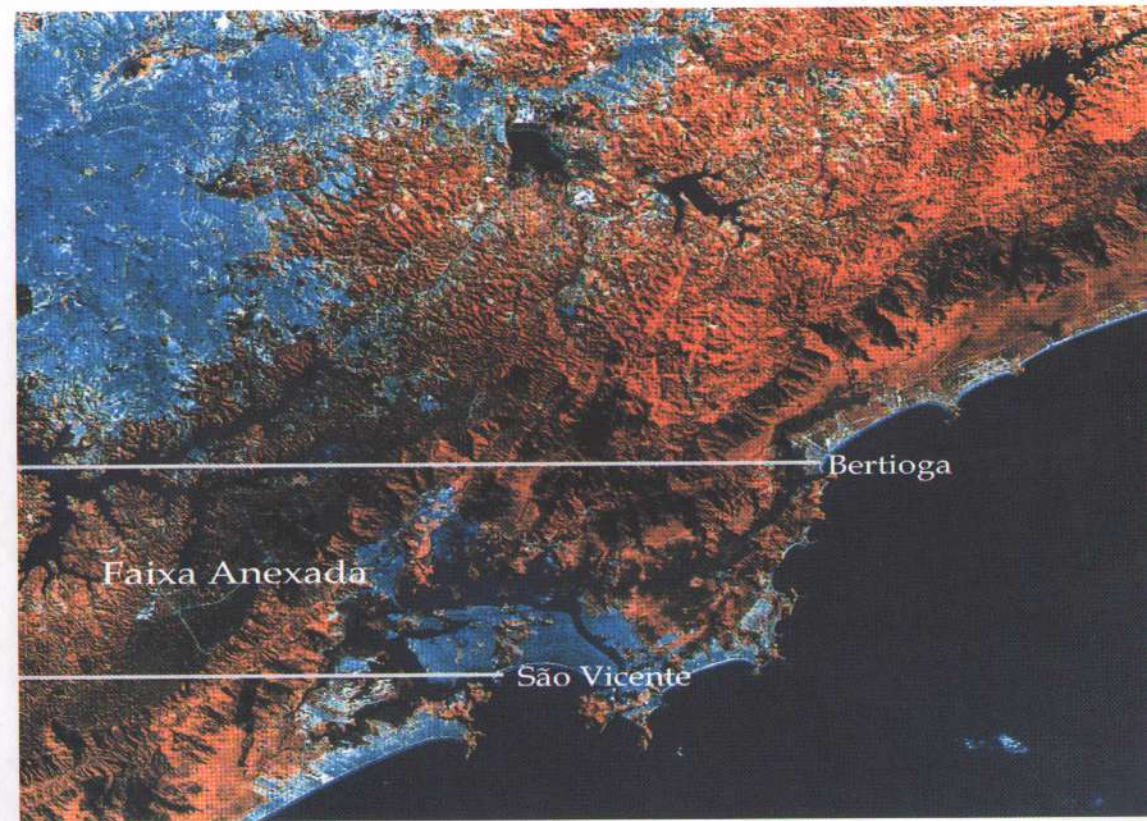
61

da de Lopo de Sousa, mas que, sendo, no entanto, mais velho, por direito lhe competia aquele morgadio. Arrastando-se a questão por cinco anos, exerceu o cargo de capitão-mor das duas capitânicas, Martim de Sá, por uma provisão real válida pelo tempo que durasse o pleito. Em 1615, o Conde de Monsanto obteve a sentença favorável, que só foi confirmada em 1617. No período que se segue, até 1624, uma série de manobras judiciais escusas, por parte dos herdeiros de Pero Lopes, permitiu a anexação de mais cinco léguas no extremo Sul da Capitania de Santo Amaro. Essa expansão teve início com a posse da Ilha de Guaimbé (mais tarde, Santo Amaro), seguindo-se da faixa entre a Barra da Bertioga e a Barra Grande



Mapa das Capitânicas de São Vicente e Itanhaem tendo como base o Plano Cartográfico do Estado de São Paulo, 1994.

de Santos. As dez léguas originais, de Pero Lopes de Souza, transformavam-se, dolosamente, em quinze. Mais do que isso, a Casa Monsanto-Cascais assenhoreou-se das vilas de S. Vicente (cabeça da Capitania) e de Santos (S. Paulo e Mogi já faziam parte da Capitania de S. Amaro), culminando por lhe usurpar o próprio nome. A antiga Capitania de Santo Amaro, de Pero Lopes de Souza, passava, agora, a ser a Capitania de São Vicente. À vista disso, como ficou a outra, a Capitania de São Vicente original? Pedimos a atenção do leitor para o mapa que apresentamos, no qual procuramos destacar a faixa que foi anexada, devendo ficar claro que as vilas de Santos e São Vicente, originalmente, não pertenciam à Capitania de Santo Amaro.



Destaque da Faixa Anexada à Capitania de S. Vicente.

Foto de satélite publicado no IX Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 1990.

A Capitania de Itanhaém

Os Donatários

D. Mariana de Sousa da Guerra, irmã de Lopo de Sousa e neta de Martim Afonso de Sousa, casou-se com D. Francisco de Faro, que fora titulado conde por D. Felipe III, em 1613. D. Francisco era senhor da Vila de Vimieiro, da província de Alentejo, de onde vem o nome: Casa de Vimieiro. A Condessa de Vimieiro, que sucedeu a Lopo de Sousa como 4ª. donatária de S. Vicente, vendo-se dessa forma esbulhada pela ação da Casa Monsanto-Cascais, ordenou que a Vila de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém passasse a servir de cabeça da sua capitania.

D. Mariana tornou-se, dessa forma, donatária da Capitania de Itanhaém, como passou a ser conhecida a antiga Capitania de São Vicente, regendo-a de 1624 a 1645. Foi sucedida pelo seu filho, D. Sancho de Faro e Sousa, que dela declinou em favor de D. Afonso de Faro e Sousa, seu irmão mais moço, que a governou até 1648 como 5º. donatário. Sucedeu-lhe seu filho, D. Diogo de Faro e Sousa, que regeu a Capitania, como 6º. donatário, de 1648 a 1653. Neste último ano, autorizado pela Coroa, D. Diogo a transfere, como dote, a sua irmã D. Mariana de Faro e Sousa, quando do casamento com D. Luís Carneiro de Sousa, Conde da Ilha do Príncipe. D. Luís, 7º donatário, a governou até 1665, quando foi sucedido por seu filho, D. Francisco Luís Carneiro de Sousa. O Conde da Ilha, D. Francisco Luís, 8º donatário, que exerceu o governo de 1665 a 1708, no mesmo ano da sua posse reivindicou na justiça tudo quanto pertencia à sua Casa e fora usurpado pela de Monsanto, logrando reaver as cinco léguas entre Bertioiga e S. Vicente, embora por pouco tempo. Em 1681, o Marquês de Cascais, que sucedera ao Conde de Monsanto, consegue anular a decisão anterior e retomar, novamente, aquela faixa de terras.⁴

Foi durante a regência do 7º donatário, D. Luís Carneiro de Sousa, de 1653 a 1665, que Itanhaém perdeu a posse de Paranaguá, como consequência de ter o Conde de Monsanto criado, em 1656, a Capitania de N. S. do Rosário de Paranaguá, da qual conseguiu tomar posse em 1660. O pe-

ríodo do governo de D. Francisco Luís, o Conde da Ilha, é o que mais nos interessa, pois foi durante esse governo que foi fundada a primitiva vila de Santo Antônio de Caraguatatuba, como adiante veremos.

Até quando teriam durado essas Capitânicas, de tantas glórias assinaladas na história do Brasil meridional? As 50 léguas da antiga Capitania de Pero Lopes de Sousa, ao Sul, foram resgatadas por D. João V ao Marquês de Cascais, em 22 de outubro de 1709, por 40.000 cruzados, com escritura lavrada em Lisboa, aos 19 de setembro de 1711.⁵ Quanto à Capitania de Itanhaém, depois de uma primeira tentativa de compra, em 1749, ela foi incorporada ao patrimônio da Coroa mediante indenização pecuniária, já ao tempo de D. José, pelo alvará de 31 de agosto de 1753.⁶

Constituída a Capitania de Itanhaém, teve continuidade a ocupação territorial, com novos povoados obtendo o predicamento de vilas dentro da sua jurisdição. Assim foi com Cabo Frio, Angra dos Reis, Parati, Caraguatatuba e Ubatuba, no litoral, além das de serra acima, como Taubaté, Jacareí, Guaratinguetá e outras.

Os Capitães-Mores e a Ocupação do Litoral Norte

Desde o final do século XVI, como vimos, a região do Litoral Norte, pertencente inicialmente à Capitania de S. Vicente, depois Capitania de Itanhaém, passou a ser ocupada pelos índios Gueromimis, que viviam em paz com os portugueses. Os capitães-mores dos donatários descendentes de Martim Afonso de Sousa passaram a envidar esforços para o povoamento do extenso litoral, do Rio Juqueriquerê para o Norte, incentivando a distribuição de sesmarias para a formação de vilas.

Nas antigas capitânicas, os cargos de capitães-mores eram exercidos por pessoas de confiança dos donatários, pois governavam com amplos poderes, como seus loco-tenentes.⁷

Como delegados dos donatários, recebiam destes procurações com os respectivos poderes, através dos quais exerciam o governo em nome do senhor da capitania. Assim, podiam conceder sesmarias, dar provisões para a fundação de vilas e provimentos para encargos da Justiça e da Fazenda – sujeitos aos Governadores Gerais, Ouvidores e Provedores Ge-

rais – sendo que, muitas vezes, o próprio capitão-mor acumulava essas funções. Eram responsáveis, ainda, pela fiscalização dos rendimentos dos quintos reais, nas repartições de minas e promoviam entradas ao sertão, tanto para a preação de indígenas como para a prospecção de jazidas minerais. Atuavam em comum com as Câmaras, socorrendo as vilas em todos os casos de perigo iminente, levantando, para isso, forças e organizando bandeiras para adentrar os sertões.

Eram nomeados, geralmente, por um período de três anos e tinham jurisdição sobre todas as pessoas da capitania. Muitas vezes, permaneciam no cargo até a posse do substituto. A partir de 1669, a situação se altera e a nomeação passa a ser feita pela Coroa, com escolha pelo Rei através de lista tríplice apresentada pelo donatário.

A lista dos capitães-mores, elaborada pelos especialistas na história dessas Capitânicas, é bastante incompleta e com muitos desencontros de datas, apesar de todo o rigor de suas pesquisas.⁸ O maior problema é a lacuna representada pela documentação que se perdeu, além da precariedade dos registros.

Como vimos, a Condessa de Vimieiro governou a Capitania de Itanhaém de 1624 a 1645. Quando da perda da Vila de São Vicente, então cabeça da sua Donatária, era seu capitão-mor João de Moura Fogaça, que se viu obrigado a transferir a sede da Capitania para Itanhaém, passando ele a ser, conseqüentemente, o seu primeiro loco-tenente, governando-a de 1624 a 1628.

Dentre os capitães-mores do longo período de domínio da Condessa, merece destaque, inicialmente, na parte que nos interessa da ocupação do Litoral Norte, João Pimenta de Carvalho, que figura na lista de Carvalho Franco como sucessor de Moura Fogaça. Foi durante o seu período de governo que, aos 4 de outubro de 1630, na região de Parati, Maria Jácome de Melo recebeu uma sesmaria “de légua e meia de terras por costa em Paratiguaçu, céus, brejos, águas vertentes para todas as partes (...) onde estiveram os índios Goiamimins (...) com a condição que querendo os ditos índios que nela já viveram usar ou viverem nelas se lhes não possa tolher”⁹. Observe-se neste documento que os índios Gueromimis esta-

vam presentes no Litoral Norte – como visto quando tratamos do habitante primitivo – pois não temos dúvida em considerar como tais os “goiamimins” do texto.

Um outro Capitão-mor que nos merece destaque é Jordão Homem da Costa, que figura como 6º loco-tenente na lista de Carvalho Franco, mas com a indicação apenas do ano de 1640 para o exercício do seu governo. Não sabemos se o seu período foi realmente de um ano, ou se houve divergência de datas. O fato é que ele reaparece, agora como 9º, nessa mesma lista, novamente apenas em um ano, 1645. Benedito Calixto coloca-o em 20º, afirmando que ele não consta das listas de Pereira Cleto e Marcelino de Leão, “nem tão pouco nos papéis antigos do arquivo da Câmara de Itanhaém vemos o nome deste governador.”¹⁰ O certo é que, por volta de 1637, Homem da Costa povoava o sítio onde surgiria a Vila de Ubatuba, tendo recebido do Governador do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá e Benevides, uma provisão de “Capitão da situação e povoação da dita Vila”. Sabe-se que ele foi confirmado nesse cargo, pois consta de um documento que

*“no ano seguinte de 1638 teve da Senhora Condessa uma provisão, passada a 27 de agosto deste dito ano, em que lhe confirmava o cargo de Capitão e o fazia Ouvidor, ficando isento da jurisdição de sua Capitania Grande (essa última palavra foi lida com alguma dúvida), em que assistia Vasco da Motta.”*¹¹

Uma questão que não foi levantada ainda por nenhum dos mencionados historiadores é a possibilidade de ter havido dois capitães-mores numa mesma época. Será que, em dado momento, havia um para o Sul e outro para o Norte da Capitania, com jurisdições separadas? É possível, pelo que se pode inferir da leitura do mesmo documento acima, pois Vasco da Mota era o Capitão-mor, no período de 1636 a 1639, como consta na lista de Carvalho Franco. Ainda em 1645, Jordão Homem de Costa ostentava o título de Capitão-mor e Ouvidor, conforme se vê do pedido para trasladar uma escritura que trata da cessão de umas terras que primitivos moradores da vila de Ubatuba lhe faziam, para que as pudesse doar a novos povoadores.¹²

No período do donatário Luiz Carneiro de Sousa, o Conde da Ilha do Príncipe, de 1653 a 1665, dentre os vários capitães-mores merecem

destaque Jorge Fernandes da Fonseca (1659 a 1660) e João Blau (1662 a 1665). Jorge Fernandes, que substituiu a Antônio de Siqueira (1657 a 1659), foi quem, na condição de loco-tenente do Conde da Ilha do Príncipe, deu foros de vila à povoação de Parati, no ano de 1660. Sobre as realizações de João Blau, trataremos a seguir, quando abordarmos a fundação de Caraguatatuba.

2.3. A Fundação da Vila de Sto. Antônio de Caraguatatuba

Terá existido, realmente, a Vila de Santo Antônio de Caraguatatuba no século XVII? A documentação existente é conclusiva a respeito da sua fundação? Quando foi fundada e quem foi o seu fundador? Quanto tempo terá durado e quando e em que circunstâncias desapareceu? São questões de absoluta relevância para o resgate da memória histórica de Caraguatatuba, que estaremos procurando deslindar com o maior critério possível.

Desde o final dos Quinhentos, os Gueromimis, emigrados da região do Alto Tietê, se demoravam nas plagas da futura Caraguatatuba. De tal forma passaram a dominar a região que, no primeiro quartel dos Seiscentos, o acidente geográfico que domina a paisagem da região, passa a ser conhecido e denominado como “Enseada dos Guaromomins”. A questão que se coloca agora é como o homem branco começa a penetrar na região e como impõe o seu domínio, minando a resistência dos Gueromimis e levando-os gradualmente à extinção?

Os Primeiros Povoadores

Os primeiros sesmeiros que começam a fincar pé na região conseguem suas terras, já no despontar do século XVII. Uma carta de sesmaria, de 20 de janeiro de 1603, mencionada por Antônio Paulino de Almeida na sua importante *Memória Histórica de São Sebastião*, afirma que “na terra firme defronte dela [Ilha de São Sebastião] e toda a costa até o Rio de Janeiro eram todas as terras desabitadas e devolutas”.¹³ Esta sesmaria, dos primórdios do povoamento de São Sebastião, ficava na praia Perequê Mirim, portanto dentro da ainda Capitania de São Vicente. O importante é a informação de que

toda a costa, de São Sebastião para o Norte, ainda não havia sido ocupada pelo homem branco. Constata-se que na mesma época em que começava o povoamento de São Sebastião, tinha início a ocupação da bacia do Juqueriquerê – região da futura vila de Santo Antônio de Caraguatatuba já em território da futura Capitania de Itanhaém, mas ainda legitimamente Capitania de São Vicente.

Uma das primeiras sesmarias que se conhece, já em solo caraguatatubense, foi a de Miguel Gonçalves Borba e Domingos Jorge, doada, em 1609, pelo Capitão-mor Gaspar Conqueiro. Eram, esses pioneiros, antigos moradores de Santos, com muitos serviços prestados à Capitania e que recebiam agora as suas terras como prêmio. Mas o que os atrairia para uma região isolada e tão distante dos centros de maior povoamento da época? Certamente a topografia e solo da região, bastante favoráveis para o cultivo da cana de açúcar – então a maior riqueza que o Brasil produzia – além da disponibilidade de abundante mão-de-obra escrava indígena, representada pelos Gueromimis. Vejamos o que se pode ler na Carta de Sesmaria desses antigos povoadores.

“Gaspar Conqueiro logo-tente [loco-tenente] procurador bastante do senhor Lopo de Sousa com alçada em toda esta capitania [de São Vicente] faço saber a todas as justiças e pessoas [que esta] dada de terras de sesmaria virem e ouvirem e o conhecimento dela com direito pertencer que Miguel Gonçalves Borba ... e Domingos Jorge moradores [no] porto de Santos me fizeram petição dizendo nela [que eram] moradores na capitania de muitos anos e tinham ajudado a defende-la dos inimigos com suas pessoas e escravos [e que] lhes não foram dadas até agora nenhuma terras. [para] fazer suas roças e mantimentos pedindo-me que como [seu procurador] bastante e logo-tente do dito senhor Lopo de Sousa fizesse mercê de dar-lhes para eles ambos e dois uma légua de terras de sesmaria na parte onde ora se dizia que se esta fazendo povoação em Juqueriquerê as quais terras partiam com [a sesmaria de] de Jácome Lopes até chegar ao rio que se chama Ma[rajaimirind]iba e visto por mim a dita petição e o que nela [se contém] houve por bem de lhes dar como pela presente [lhes dava] a ambos e dois a dita légua de terra na parte que [vai] até o dito rio de Marajaimirindiba a qual lhe dou ... para eles ambos e para seus filhos. ... para que as rocem e beneficiem livres de todo o tributo e

foro somente pagarão dízimo a Deus Nosso Senhor dos frutos que nela colberem a qual data será registrada nos livros de registros da Fazenda de Sua Majestade conforme a seu regimento e para sua guarda lbes mandei passar a presente por mim assinada e selada com o selo das armas do dito senhor nesta vila do porto de Santos aos dezesseis dias do mês de junho ... escrivão da Ouvidoria desta capitania a fez por meu mandado ano Senhor de mil e seiscentos e nove anos. Gaspar Conqueiro”¹⁴

É surpreendente a informação de que se dizia estar, naquela época, formando uma povoação no Juqueriquerê. Isso significa que outros povoadores já haviam chegado e dado início à ocupação da região. Significa, também, que esta área, pelas suas condições favoráveis, despertava a atenção de um maior número de colonos. Por que razão não terá vingado essa incipiente povoação? Tudo faz crer que um outro sítio, o que era abundante de caraguatás, talvez o local da antiga aldeia indígena de Pianitá, fosse mais acolhedor e apropriado para o desenvolvimento de um povoado. Isso veremos mais adiante.

Uma outra carta de sesmaria, desse período inicial, foi a passada pelo Capitão-mor Pero Vaz de Barros a Jácome Lopes, com data de 10 de setembro de 1609,¹⁵ na qual o sesmeiro diz que era morador na Vila do Porto de Santos e estar na Capitania há mais de cinqüenta anos. Nela se faz referência à “ponta dos Guarú[mimis]”, que tudo indica ser a região próxima ao Juqueriquerê.

Duas outras cartas que encontramos na publicação *Sesmarias*, do Arquivo do Estado, são de um período mais tardio, ambas de 1640. A primeira, de João de Souza e Gaspar Picão, foi passada em Cascaes, pelo próprio donatário, Dom Álvaro Pires de Castro, Conde de Monsanto, aos 27 de maio de 1640.¹⁶ Note-se que quem faz a doação é o donatário da Capitania de São Vicente, mas quem por direito deveria fazê-lo era a Condessa de Vimieiro, a cuja Capitania de Itanhaém pertenciam as terras ao Norte do Juqueriquerê. Os sesmeiros afirmam ser moradores em São Sebastião, cujo povoado fora elevado a vila em 1636, dizendo que “*queriam fazer um engenho de fazer açúcar, nas cabeceiras de Juqueriquerê, da banda do Sul de uma ponta que faz outeiro*”. O Conde de Monsanto dá o despacho favorável,

“*com condição que a cultivariam na forma e termos da ordenação e que fazendo nela engenho, me pagarão a dois por cento de todo o açúcar que nela fizerem*”. Aí aparece, portanto, uma das formas das rendas auferidas pelo donatário, que neste caso era ilegal, pois essa renda deveria pertencer à Senhora da Capitania de Itanhaém. Fica difícil a localização precisa dessa sesmaria, por não se fazer menção a nenhum afluente do Juqueriquerê, mas não padece dúvida que ficava nas cabeceiras desse Rio. Pode-se inferir, ainda, que, nessa época, as terras disponíveis rio abaixo já haviam sido todas doadas e já estavam ocupadas.

A outra carta, datada de 8 de novembro de 1640,¹⁷ foi passada por João Luís Mafra, igualmente loco-tenente do Conde de Monsanto, a favor de Antônio Coelho de Abreu, Serafino Corrêa, João Ortigas e Luís Cabral de Mesquita, todos moradores na Vila de São Sebastião. Cada um deles recebeu meia légua em quadra, ou seja, meia légua por meia légua, no Juqueriquerê, nas cabeceiras das dadas de João de Souza e Gaspar Picão, que vimos acima.

Pelo que se viu da distribuição dessas cartas, as terras da Capitania de Itanhaém, do Juqueriquerê para o Norte, até meados dos Seiscentos, vinham sendo distribuídas em sesmarias, com muitos povoadores ocupando a região. No início do século, já havia notícia de um povoado formando-se no Juqueriquerê, mas nada sabemos de seu desenvolvimento ulterior. Vimos, igualmente, como grande parte dessas sesmarias foram passadas, indevidamente, pelo Capitão-mor da Capitania de São Vicente, em terras que pertenciam à Capitania de Itanhaém. A vista disso, levantamos a seguinte questão: adquirindo o povoado de São Sebastião, pertencente à Capitania de São Vicente, os foros de Vila em 1636, será que os Donatários da Capitania de Itanhaém não foram induzidos a incentivar o povoamento e a fundação de vilas nas suas terras do Litoral Norte? É bem possível, pois, logo em seguida, em fins de 1637, era passada uma provisão para a fundação de Ubatuba, como já vimos. Finalmente, a meio caminho entre São Sebastião e Ubatuba, logo iria surgir a Vila de Santo Antônio de Caraguatatuba.

As Primeiras Notícias sobre a Existência da Vila

72

Benedito Calixto, no seu estudo sobre a Capitania de Itanhaém,¹⁸ ao tratar das vilas da zona setentrional, falando da Vila de Caraguatatuba, diz que nem Pedro Taques, nem Monsenhor Pizarro dão notícia da existência dessa antiga povoação. Dos autores modernos, quem primeiro se refere à sua existência é Azevedo Marques,¹⁹ afirmando que ela foi edificada à margem do ribeirão Santo Antônio, do qual lhe tomou o nome, em território que pertencia à Vila de São Sebastião. Cita, a seguir, os Autos de tomada de contas de capelas, em que o Ouvidor geral Joaquim Procópio Picão Salgado, em correição na Vila de São Sebastião, ouviu, a 20 de outubro de 1806, o então administrador da Capela de Santo Antônio de Caraguatatuba, o Ajudante Joaquim José Pereira, tendo obtido dele a afirmação de “*que a povoação foi vila que desertou, mudando-se os seus moradores para outra parte*”.

Procurando comprovar a importante citação de Azevedo Marques, conseguimos localizar essa documentação de tomada de contas no Arquivo do Estado.²⁰ Verificamos, primeiramente, que se deve fazer uma ressalva na data, pois lemos, no documento, “21 de janeiro de 1806”, e não “20 de outubro”, como vem em mestre Azevedo. Mas, vejamos, com atenção, a passagem que mais nos interessa, como se lê no documento:

“Foi perguntado [a] ele comparecido como foi a ereção a instituição, e fundação desta Capela, qual o Título da dita instituição?”

Respondeu que não consta, nem ele respondente tem noticia de título de fundação, ereção, da dita Capela, e nem quem foram os instituidores, e sim, que foi Vila que desertou, mudando-se [os moradores] para outra parte; e como não há livros de memória da dita instituição, não pode ele respondente mais exatamente informar.”

Note-se que a resposta de Joaquim José se prende ao que lhe foi perguntado, ou seja, sobre a instituição e fundação da Capela de Santo Antônio, apenas inserindo no meio dela a referência ao dramático fim da vila. Portanto, de acordo com a sua resposta, a vila existiu, um dia, no passado. Encontrar-se-iam outros documentos que pudessem ajudar a comprovar essa afirmação?

O Livro do Tombo da Matriz de Santo Antônio,²¹ graças ao extremo zelo e grande sensibilidade pela memória histórica da terra, do Pe. Manoel Esteves da Porciúncula, um de seus primeiros vigários, traz um precioso registro sobre essa primeira existência da vila. No seu fecho, o diligente religioso escreveu: “*Vila de Santo Antônio de Caraguatatuba, 10 de outubro de 1870. O Vigário Manoel Esteves da Porciúncula assim resolveu descrever neste Livro, para memórias.*” Vejamos, então, qual o teor dessa sua escrita:

73

“Em 1600 e tanto começava a crescer-se a primeira vila nesta Caraguatatuba. Neste tempo, sobreveio uma epidemia que devorou parte do povo. Descorçoado, o restante do povo dirigiu-se para Ubatuba, onde levantaram ali uma nova Freguesia, levando estes emigrados o Cartório deste lugar para aquele: e que hoje goza a categoria de cidade; isto antes de ser inaugurada a Vila de São Sebastião.”

Quando o Vigário Porciúncula afirma que “assim resolveu descrever neste Livro, para memórias”, significa que tanto ele tinha plena consciência da importância de tais informações que resolveu registrá-las, para que não se perdessem. De que fontes teria recolhido o teor desses registros? Acredito que o velho sacerdote teve em mãos papéis velhos, ou mesmo fragmentos de livros muito antigos que poderiam se perder, como realmente se perderam.

No entanto, esses documentos mais antigos deveriam existir, pois dez anos antes das providências do sábio sacerdote, a eles faz menção uma correspondência da Câmara de Caraguatatuba, de 3 de outubro de 1860, em resposta a uma Portaria Circular do Ex.^{mo} Sr. Presidente da Província, onde lemos que:

*“A municipalidade não tem outros títulos mais do que a posse antiga da primeira Vila de Santo Antônio de Caraguatatuba, que atestam os documentos existentes, um lapso de tempo de mais de cento e cinquenta anos e decaiu desta categoria por causa de umas febres ânuaes que fazia grande mortalidade; o povo, descorçoado, dirigiu-se parte para a cidade de Ubatuba e parte para a vila de São Sebastião, levando para ali o Cartório onde se acham ainda alguns documentos.”*²²

Assinam esse ofício os vereadores Antônio Vicente Ferreira, Francisco Jacintho dos Passos, Francisco Moreira da Costa, Manoel Esteves de Sant'Anna e Antônio Maciel Leite. Note-se a referência à primeira Vila como tendo existido há mais de 150 anos, o que remete as suas origens para antes de 1700. É importante, também, a concordância dessa informação com a do Pe. Manoel, quanto a ter havido uma epidemia que dizimou a população e quanto a empregar o mesmo verbo, “descorçoar”, para indicar o estado de desânimo a que ficou reduzido o povo, o que parece apontar para uma fonte documental comum desses textos. Uma pequena divergência fica por conta dos destinos que teriam tomado os sobreviventes. Enquanto o religioso afirma que foram para Ubatuba, levando consigo o Cartório (arcas contendo os livros oficiais da vila), a Câmara afirma que parte foi para Ubatuba e parte para São Sebastião, sendo que para esta é que teriam levado o Cartório. Entendemos que o informe dos camaristas está mais coerente com a realidade, pois, se existiam duas vilas, uma para cada lado, era natural que os sobreviventes se dividissem no ato de escolher uma delas para se mudarem. Quanto ao destino das arcas com a documentação da Vila, acreditamos terem sido levadas para São Sebastião, da qual Caraguatatuba se desmembrara antes e também por ser a que estava a menor distância.

Nos mesmos autos de prestação de contas da referida Capela, que mencionamos acima, encontramos uma preciosa confirmação, tanto das informações do Vigário Porciúncula, como da Câmara Municipal. Num requerimento que, pelas evidências, foi entranhado ao processo, dirigido ao “Rev.^{mo} Pe. Vigário da Vara”, feito por um Francisco de Mattos, “*protector desta Capela de S. A. de Cragoatatuba*”, ele pede algumas providências em benefício daquela Igreja, como: medir e demarcar as terras pertencentes ao Santo, abrir um livro do tombo e instituir um procurador e zelador, obtendo o seguinte despacho daquele religioso:

“Como requer; e visto não haver livro de assentos do que pertence à Capela referida, pode-se saber do Mui Reverendo pároco desta Vila que, revendo o Livro do Tombo, pode ser [que] ache, pois o falecido Reverendo Domingos da

Costa deu conta ao ... Rev.^{mo} Bispo desta Diocese, o Sr. D. Bernardo, de todas as Capelas do termo desta Vila sujeitas à Matriz e de quanto possuíam ...”²³

Verificamos que esse texto, confirmando não haver assentamentos referentes à Capela de Santo Antônio, sugere que, no Livro do Tombo de São Sebastião, poderia se encontrar alguma coisa. Dando cumprimento a este despacho, o pároco da Vila, Pe. Domingos Moreira do Espírito Santo, informa, em data de 12 de outubro de 1805, que:

“Fazendo-se toda a diligência possível, somente acha-se num Livro do Tombo, no qual estão lançados os bens móveis e fixos de todas as Capelas Filiais desta Igreja Matriz da Vila de São Sebastião, as seguintes declarações, que vem a ser: um santo de pau, com seu resplendor, que tem de peso o que real for e do Menino, que é o que está: cuja, digo esta Capela foi Vila e por falecimento dos moradores caiu a dita Vila ou Igreja e hoje serve a dita Capela para se dizer missa e não Vila”²⁴

A diferença de datas que se verifica fica por conta deste documento, mais antigo, de 1805, que foi entranhado ao processo. A sua importância é incontestável, pois temos, a confirmação dos registros anteriores, vinda de uma fonte que não deixa margem a nenhuma dúvida. Ele repete o ponto central das duas outras informações, ou seja, de que a Vila de Santo Antônio de Caraguatatuba realmente existiu e veio a desaparecer pelo falecimento dos seus moradores. Mais adiante, estaremos discutindo o que pode ter acontecido com os habitantes da Vila.

O Problema da Fundação da Vila

Passamos a invocar, agora, uma outra confirmação da existência da referida Vila, mais antiga ainda. Refiro-me ao testemunho incontestável do beneditino Frei Gaspar da Madre de Deus, o qual escreveu no final do século XVIII. Benedito Calixto, no seu trabalho acima mencionado, defende como verdadeiro fundador da Vila de Caraguatatuba o Capitão Governador da Capitania de Itanhaém, João Blau, citando as *Notas Avulsas* de Frei Gaspar, que, pela sua real importância, passamos a transcrever:

“3ª. Além das vilas que atualmente existem, houve entre S. Sebastião e Ubatuba a vila de Santo Antônio de Caraguatatiba, como consta de duas sesmarias registradas no livro 11º. delas, — uma a fls. 93 e outra a fls. 99, dada a primeira aos 3 de janeiro de 1655 por João Blau, Capitão da Capitania de N. Senhora da Conceição de Itanhaém, de que era donatária a Condessa de Vimieiro, na qual se trata a dita Vila como nova, e a segunda, aos 22 de Junho de 1666, por Agostinho de Figueiredo, Capitão loco-tenente do marquês de Cascais.”²⁵

Continua Benedito Calixto afirmando que João Blau “é conhecido como fundador da Vila de Caraguatatuba.” Não sabemos de onde possa ter tirado essa assertiva pois, ao que se sabe, ele foi o primeiro a defender Blau como o fundador da Vila. Permitimo-nos levantar uma dúvida com relação a essa conclusão de mestre Calixto, por entendermos que só por essa anotação de Frei Gaspar não se deve concluir que Blau tenha sido o fundador de Caraguatatuba, pois o registro apenas diz que “se trata a dita Vila como nova”. Por outro lado, com relação à primeira sesmaria mencionada, julgamos não ser possível a data de 1655, pois, ao que tudo indica, João Blau não era Capitão-mor da Capitania nessa época.²⁶

A relação dos capitães-mores da Capitania de Itanhaém, de autoria de Carvalho Franco (já referida) que, por ser mais recente, de 1940, inspira maior grau de confiança, não apresenta João Blau como capitão-mor de 1653 a 1656.²⁷ Mas, se aceitarmos que Blau não foi capitão-mor entre 1653 e 1656, como conciliar a informação de Frei Gaspar de que ele distribuiu a primeira sesmaria em 1655? Aventamos a possibilidade de que a data de 1655 tenha sido um equívoco por parte do Frei, ou de que tenha havido um engano na transcrição atual dessa mesma data, ou, ainda, de que tenha havido um erro de impressão. O mais provável é que ela fosse 1665, pois entre a concessão de uma e de outra medeiam apenas 6 páginas do mesmo livro, o que é muito pouco, caso o intervalo fosse realmente de 11 anos entre a data da primeira e a da segunda carta, certamente com um grande número de sesmarias passadas nesse período.

O próprio Carvalho Franco não aceita o ano de 1655 para aquela primeira carta, pois afirma que “Frei Gaspar da Madre de Deus viu sesmarias

passadas por esse capitão-mor a 03 de janeiro de 1665, na villa de Santo Antônio de Caraguatatuba” e outra em Angra dos Reis, a 7 de setembro do dito anno”²⁸. Já Frei Gaspar, no complemento de sua nota sobre a Sesmaria concedida em Angra dos Reis, deixa entender que a data seria 1665, pois afirma que nessa época “vinha o Capitão-mor João Blau conceder sesmarias na costa além de S. Sebastião.”²⁹

Destarte, somos levados a concluir que a primeira sesmaria referida por Frei Gaspar foi passada, possivelmente, no ano de 1665, o que estaria mais de acordo com a lógica dos acontecimentos da época.

Mas, a darmos crédito a Azevedo Marques, no verbete sobre Caraguatatuba, já mencionado,³⁰ aparentemente as datas ficariam conflitantes, pois no mesmo Livro 11º teríamos o registro, no fol. 92, do conjunto de sesmarias de Caraguatatuba, datadas de 1666, enquanto que no fôlio seguinte haveria o registro da primeira das mencionadas por Frei Gaspar, de 1665. A hipótese que pode ser admitida é a de que o livro mencionado por Azevedo Marques não fosse o 11º e sim o 12º, pois neste último livro, às fls. 84, é que consta o registro da carta de sesmaria de Angra dos Reis, de 1665. Essa situação confusa, a respeito dos registros, pode ser melhor entendida com a observação de Benedito Calixto de que “só podemos atribuir estas confusões aos erros ou enganos de datas, devidos ao pouco escrupulo e cuidado na época e na interpretação desses velhos documentos [...]”³¹

Como levantamos alguma dúvida sobre João Blau ter erguido o pelourinho, concedendo o foro de Vila ao povoado de Santo Antônio de Caraguatatuba, perguntamos se seria possível, com base em algum outro documento, apontar um possível fundador e indicar a data de tal evento?

Inicialmente, devemos considerar a possibilidade de que a fundação da Vila de Santo Antônio tenha acontecido nos primeiros dias do ano de 1665, pois a carta de sesmaria que se refere à Vila como “nova”, tem a data de 3 de janeiro, ou, então, no final de 1664. De qualquer forma, estar-se-ia dentro do período de governo de João Blau. Esse é, inegavelmente, um fator muito forte que pesa a seu favor, como possível fundador da Vila.

Um documento, no entanto, que parece ser da maior importância, traz um novo enfoque para essa questão da fundação da Vila de Cara-

guatatuba. Trata-se de uma carta resposta do Conde de Óbidos, D. Vasco de Mascarenhas, considerado o 2º. Vice-Rei do Brasil (21/07/1663 a 13/06/1667)³² enviada à Câmara da Vila de São Sebastião.³³ Vejamos o seu teor, para depois tecermos alguns comentários:

1665. Carta para os oficiais da Câmara da Ilha de São Sebastião [sic] acerca da Vila que fundou Manuel de Faria Dória.

Vi a carta de Vossas Mercês escrita em 4 de junho deste ano, acerca da Vila que fundou Manuel de Faria Dória. E por não vir mais que a queixa simples, se lhe não deferiu; mandem Vossas Mercês fazer um auto por que conste o que representam. E de minha parte se notifique a Manuel de Faria Dória, Capitão-mor e Ouvidor, [para que] apresente os documentos e poderes que tem para fundar Vilas. E tudo remetam Vossas Mercês ao Procurador da Coroa, digo, ao Secretário do Estado para que com inteira notícia da matéria se tome a resolução que parecer justa. Guarde Deus a Vossas Mercês. Bahia de Outubro, 13 de 1665.

O Conde de Óbidos

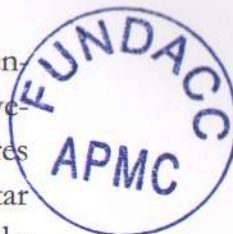
Primeiramente, ficamos sabendo que um tal de Manuel de Faria Dória havia fundado uma vila, em território supostamente pertencente à Vila de São Sebastião a qual, em razão disso, escreveu ao Vice-Rei do Brasil, sediado na Bahia, apresentando os seus protestos. Tudo indica ser esta vila a de Caraguatatuba, pois esta foi a única fundada nesta região, exatamente nessa época. Não conseguimos, no entanto, saber quem era Faria Dória. Pelo documento, é possível entender-se que ele era um Capitão-mor e Ouvidor. Mas de onde? Certamente da mesma Capitania de Itanhaém, da sua parte norte, pois, neste mesmo ano, João Blau distribuiu sesmarias nesta região, tendo tratado a Vila de Santo Antônio, como “nova”. Não haveria contradição, pois vimos como era comum Capitães de uma Capitania distribuir terras em outra, muito menos nesse caso, que se tratava da mesma Donatária. Além disso, a queixa da Vila de São Sebastião justificar-se-ia por estar a “nova Vila” em território da Capitania vizinha, passando a ser, portanto, uma nova concorrente para as rendas de seu donatário. O protesto dos edis sebastianenses não deveria estar bem fundamentado, pois o Vice-Rei não lhes defere o pedido, sob a alegação de não ter ido “mais do

que a queixa simples”, instruindo-os a fazer um auto, ou seja, um documento com argumentos ordenados sobre o que representavam. Como os vendedores devem ter alegado que Manoel de Faria Dória não tinha poderes para fundar vilas, o Vice-Rei manda também lhe notificar para apresentar os documentos e poderes que tinha para praticar tal ato. Ordena que tudo fosse finalmente remetido ao Secretário de Estado, para que se tomasse a resolução que fosse a mais justa.

Não conseguimos apurar qual tenha sido o desfecho do caso. O que sabemos é que a Vila de Santo Antônio de Caraguatatuba foi realmente fundada ou no final de 1664, ou nos primeiros dias de 1665. Acreditamos, igualmente, que, à vista desse último documento, o fundador de Caraguatatuba tenha sido Manuel de Faria Dória.



Fundação de Caraguatatuba, desenho de Olga Duarte Nóbrega, especialmente para o livro



Não havendo nenhuma dúvida quanto a ter existido a Vila de Santo Antônio de Caraguatatuba, na segunda metade do século XVII, perguntamos até quando ela terá durado e o que teria acontecido?

Sabemos, pelo que foi visto, que a Vila desapareceu, com toda a população vitimada por um surto epidêmico que deixou poucos sobreviventes. Seria possível afirmar quando isso teria acontecido e que tipo de epidemia dizimou os habitantes? Inicialmente, o que se pode concluir é que a Vila de Santo Antônio teve efêmera duração, podendo ter durado algumas décadas. O que se sabe é que, no final do século XVII, ela não mais constava do rol das vilas do Litoral Norte, pois, em carta do Governador do Rio de Janeiro, datada de 21 de outubro de 1700, na qual tratava das vilas que pertenciam à jurisdição de cada uma das Capitânicas, do Rio e de São Paulo, lemos que

ficassem as Vilas de Santos para o Sul sujeitas à Ouvidoria de São Paulo e, da mesma sorte, todas aquelas que estivessem da Serra para cima, ficando somente na correição do Rio de Janeiro as Vilas mais vizinhas, que são a Ilha Grande, Parati, Ubatuba e São Sebastião, porquanto estas ditas Vilas, pela vizinhança do Rio de Janeiro, ficam os povos com mais fácil recurso, como melhor se veria pelo termo incluso.³⁴

Fica claro que, caso ela existisse nessa época, teria figurado ao lado de São Sebastião e Ubatuba. Portanto, a única conclusão é que ela realmente teve curta existência, tendo desaparecido no final desse século.

Quanto à epidemia que vitimou a sua população, entendemos que o mais provável é que tenha sido um violento surto de varíola, a qual o povo vulgarmente tratava por “bexigas”.³⁵ Reforça essa nossa conclusão, o fato de que, exatamente no final dos Seiscentos, tenha ocorrido uma epidemia dessa febre no Rio de Janeiro, o que levou os moradores da Vila de Santa Ana de Mogi Mirim (hoje Mogi das Cruzes), a colocar guardas nos caminhos para a marinha, a fim de isolar a Vila, mantendo-a de quarentena, para escapar dos terríveis efeitos das “bexigas”. Como isso ocorreu em 1693, é muito provável que nesse ano tenha desaparecido a Vila de Santo Antônio.³⁶

O vilarejo ficou deserto, mas a igrejinha de invocação a Santo Antônio continuava de pé e, com ela, certamente, a imagem primitiva do padroeiro da Vila, todos em um completo e triste abandono. E esquecida ficaria a antiga vila ainda por muito tempo, mas, aos poucos, iria se reerguendo e lentamente se repovoando. Durante a primeira metade do século XVIII, pouca alteração ela deve ter sofrido, pois a ermida de Santo Antônio servia de abrigo para um eremita o qual, por definição, é o habitante de lugares ermos. No traslado de uma escritura de venda que fez Jorge de Cândia, datada de 21 de fevereiro de 1722, em Ubatuba, lemos que “*eles estavam havidos e aconchavados sobre a venda de uma sorte de terras na paragem chamada Praia das Toninhas e pelo dito Jorge de Cândia me foi dito que ele dito por sua livre vontade vendia ao Pe. Ermitão Luiz Pacheco Coelho, morador em Caragoatatiba [...]*”³⁷ Portanto, o Pe. Luís Pacheco Coelho, como ermitão, morava em “Caragoatatiba”, certamente num total isolamento.

Essa foi a época da grande corrida para as minas das Gerais, quando as vilas, tanto do litoral quanto de serra acima, se despovoaram. Mas, aos poucos, os repovoadores foram se deixando ficar na região da bela enseada onde abundavam os caraguatás, provavelmente seduzidos pelos rentáveis negócios, a partir das rotas de descaminho do ouro e diamantes, as quais, através das veredas na Serra, antigas trilhas indígenas, demandavam os portos do Litoral Norte. De mão com isso, escavavam a morraria da região à procura de veios auríferos. Não se sabe se tiveram ou não melhor sorte, mas o fato é que o novo povoado se viu crescer no número de seus habitantes, a tal ponto que, na segunda metade dos Setecentos, despertaria o interesse do Capitão General da Capitania de São Paulo, D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus.

Durante o período do seu governo (1765-1775), interessado no reerguimento da Capitania, D. Luiz, entre muitas outras medidas administrativas, procurou incentivar a criação de vilas por todo o território sob sua jurisdição, afirmando

[...] que era muito conveniente ao seu Real Serviço, que nesta Capitania se erigissem Vilas naquelas partes que fossem mais próprias e que a elas se con-

gregassem todos os vadios e dispersos, ou que vivem em sítios volantes, para morarem em Povoações Civis, em que se lhes pudessem administrar os Sacramentos e estivessem prontos para as ocasiões do seu Real Serviço [...].³⁸

Dentro desta sua visão, tomava providências para que o povoado de Santo Antônio de Caraguatatuba fosse guindado à condição de vila. Em carta de 27 de setembro de 1770, ordenava

ao Sargento Joaquim da Silva Coelho, comandante do Destacamento da Vila de São Sebastião, [que] faça erigir uma povoação no Distrito da dita Vila, na paragem chamada = Caraguatatuba — juntando para ela todos os moradores que puder e fazendo arruar as casas pelo modo que consta do papel junto, por mim rubricado, delineado [sic] desde logo o lugar para Casa da Câmara, cadeia e mais edifícios públicos, visto que já tem Igreja da invocação de Santo Antônio, para a qual fará ajustar um capelão que, ao depois, quando se formar vila da dita povoação, sirva de pároco dela; para o que lhe concedo os poderes necessários, em ordem a se efetuar, sem dúvida alguma, o referido; e de tudo o que obrar neste particular me dará parte para lhe ordenar o mais que julgar conveniente.³⁹

Reginaldo M. Miranda, tendo como base o documento acima, conclui que Joaquim da Silva Coelho “foi o fundador de Caraguatatuba, hoje aprazível e importante cidade do litoral paulista”.⁴⁰

Nada obstante, o Sargento Joaquim da Silva Coelho não conseguiria levar a cabo aquela empreitada e não teve, assim, seu nome imortalizado na História, como o fundador de Caraguatatuba. No “Mapa Corographico da Capitania de S. Paulo”, de 1781/1792, que acompanha este texto, vê-se que Caraguatatuba figura indevidamente como “Freguesia”, quando era apenas Capela de um bairro de São Sebastião.⁴¹

O povoado teria que aguardar ainda quase um século, para se ver galardoado com a condição de vila. Na memória dos seus poucos habitantes, no despontar dos Oitocentos, restava apenas a triste lembrança da “vila que desertou”, já tendo caído no esquecimento a coragem e bravura dos seus fundadores, que resistiram galhardamente, mas terminaram por sucumbir diante da fatalidade de uma brutal epidemia, que a todos atingiu.

Mas a capacidade de resistência e a força para renascer novamente das sombras da História sempre foram típicas da brava gente caiçara de Caraguatatuba a qual, no futuro, disso daria muitas provas!!!

Notas

- (1) As Cartas de Foral de Pero Lopes de Sousa e Martim Afonso de Sousa, ambas de 6 de outubro de 1534, foram publicadas nos *Documentos Interessantes*. (DI, XLVII: 11/19).
- (2) ABREU, 1977: 104.
- (3) Para este tópico, baseamo-nos em Benedito Calixto (JESUS, 1915: 426 e segs.), Frei Gaspar (MADRE DE DEUS, 1953: 151 e segs.), Ermelino A. (LEÃO, 1914: 20 e segs.) e Francisco de Assis Carvalho (FRANCO, 1940: 33 e segs.).
- (4) O Marquês de Cascais, para castigar a Vila de S. Vicente, por ter ela sido favorável ao Conde da Ilha do Príncipe, destituindo-a, transfere o título de “Cabeça da Capitania” para a Vila de São Paulo. Logo, porém, S. Vicente recuperaria o seu privilégio, conseguindo anular, em 1683, a decisão anterior do Marquês.
- (5) MAGALHÃES, 1929: 202.
- (6) IBID: 205
- (7) Baseamo-nos em Benedito Calixto (JESUS, 1915: 426).
- (8) Existem as seguintes listas desses capitães-mores: do Sargento-mor Marcelino Pereira Cleto, publicada por Antônio de Toledo (PIZA, : 177 e segs.); de Benedito Calixto (JESUS, 1915: 426 e segs.); do Dr. Ermelino A. (LEÃO, 1914: 22 e segs.); e de Francisco de Assis Carvalho (FRANCO, 1940: 33 e segs.), sendo esta a mais completa.
- (9) Citação de Thereza Regina de Camargo Maia, 1976: 14.
- (10) Esse autor comete um equívoco ao apontar a data de 1676 para uma provisão da Condessa de Vimieiro, que se diz passada em favor de Jordão Homem da Costa para a fundação de Ubatuba, pois segundo consta essa Vila foi fundada em 1637. JESUS, 1915:447.
- (11) *Resumo do Livro do Tombo* (ACDC-LTU, 1747, fols. 1r a 3v).

- (12) DAESP-BOL, v. V, p. 189/190
- (13) Sesmarias de Diogo de Unhate e João de Abreu (ALMEIDA, 1958: 215).
- (14) DAESP, *Sesmarias*. I: 54/55.
- (15) IBID.: 59.
- (16) IBID.: 408.
- (17) IBID.: 414.
- (18) JESUS, 1915: 542/545.
- (19) MARQUES, 1879: 169.
- (20) DAESP, O. 5348, Doc.16, fol. 3r e 4v.
- (21) *Notícia da primeira criação deste Município* (ACDC-LTC, 1870, fol. 32v).
- (22) DAESP-OD, O. C00983, Pasta 2, Doc. 20.
- (23) DAESP-CAP, O. 5348, Doc.16, fol. 7r a 7v.
- (24) IBID.: fol. 7v a 8r.
- (25) MADRE DE DEUS, 1901: 180.
- (26) Salvo melhor juízo, Benedito Calixto teria entrado em contradição ao afirmar que “*vê-se, portanto, que a Vila de Caraguatatuba havia sido criada nessa época, visto que é designada como nova e não resta dúvida que foi ela elevada a essa categoria pelo mesmo Capitão Governador de Itanhaém, João Blau, ... que exerceu esse cargo nessa época, 1653 a 1656 e 1660 a 1662 (dois triênios)...*” A possível contradição resulta do fato de que, nesse mesmo artigo, na relação dos capitães-mores não constar o nome de João Blau no período de 1653 a 1656, como afirma acima. Nessa lista, Blau figura como o 16º, afirmando este autor que ele exerceu o cargo de capitão-governador de 15 de agosto de 1662 a 1669. Foi legalmente substituído por Roque Leitão Roballo, que figura como 17º governador, tendo sido nomeado em 03 de dezembro de 1666 e só tomado posse em 26 de janeiro de 1669. Aventa, ainda, a hipótese de nesse período, de 1666 a 1669, quando esteve acéfala a Capitania, ter havido outros governantes interinamente. (JESUS, 1915: 444/5).
- (27) Este autor apresenta Valério de Carvalho, como 18º Capitão, no ano 1653, e Diogo Vaz de Escobar, como 19º, de 1653 a 1656. João Blau

somente foi incluído como 24º Capitão, de 1662 a 1665. (FRANCO, 1940: 40 e 47).

- (28) IBID.: 46.
- (29) MADRE DE DEUS, 1901: .
- (30) Este autor afirma que “*a verdade desta resposta é, em parte, confirmada pelas cartas de sesmarias concedidas a Salvador Bicudo, João Maciel, Domingos Rodrigues Marinbo, Sebastião Marques Coelho e a mais 11 moradores da vila de Santo Antônio de Caraguatatuba, a 22 de julho de 1666, pelo capitão-mor Agostinho Azevedo e que se acha no Livro 11º. de Sesmarias, a fls. 92º*” (MARQUES, 1879: 169).
- (31) JESUS, 1915: 444.
- (32) Novo Dicionário de História do Brasil, 1971: 302.
- (33) DOCUMENTOS Históricos, 1928: 61.
- (34) DAESP-DI, v. VIII, p.63/64.
- (35) Sobre esta questão, ver nesta Parte I, no Cap. 6, o tópico “A Vila que desertou: uma questão de saúde”.
- (36) Carta da Vila de São Paulo, de 2 de julho de 1693, em que solicitava aquelas providências à Câmara de Mogi (DAHPM-AR17-3, fol. 21r).
- (37) ACDC, Caixa de Ubatuba, s/nº, parte de um Lº de Tabelião, de 1721, fol. 14r.
- (38) Carta de 27 de setembro de 1770 (DAESP-DI, v. LXV, p. 331-332)
- (39) DAESP-DI, v. LXV, p. 330.
- (40) MIRANDA, 1970. v. 181: 179-181.
- (41) Mapa inserido na obra de Heloísa Liberalli Bellotto, do qual reproduzimos apenas uma parte. (BELLOTTO, 1979: 238 a).

3. AS ATIVIDADES ECONÔMICAS

Alberto Borges dos Santos & Jurandyr Ferraz de Campos

3.1.

As Fontes de Renda no Período Colonial

86

A Atividade econômica nos Primeiros Tempos

Em relação ao Litoral Sul e à Baixada Santista, o povoamento do Litoral Norte de São Paulo aconteceu tardiamente, pois só se iniciaria em fins do século XVI, após a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro.

Dadas as condições geográficas locais, a fixação das vilas procurou as planícies de sedimentação marinha recente, cobertas parcialmente por coluviões e aluviões, onde se encontrasse um curso d'água, com possibilidades mínimas para o desempenho da agricultura, da pecuária, ou de ambas. Deveria, ainda, ter condições de defesa e também de se tornar centro urbano de trocas em espécie e de comércio local com o exterior.¹

Não foi só da nobre gente que consigo trouxe Martim Afonso de Souza que se formaram as vilas do Rio a Santos, mas, também, de piratas, índios, baleias, conventos e igrejas. Quase todas nasceram em um outro lugar, pois não faltaram razões, para que deixassem o local do povoado original, como os assassinatos de padres, invasões de piratas, melhores baías e ventos, estratégia dos fortes, ataques dos índios, tudo contribuindo para a escolha de um novo local

A ocupação territorial, com o aparecimentos dos povoados e a criação das vilas, esparramou-se pelos séculos iniciais: Rio de Janeiro, Angra dos Reis, Santos, no primeiro século; Parati, Ubatuba, Caraguatatuba e São Sebastião, nos Seiscentos. Finalmente, Vila Bela da Princesa no início do século XIX.

Durante os dois primeiros séculos, no Litoral Norte, ocorreram a “concessão de várias sesmarias, o estabelecimento de engenhos de açúcar e aguardente e existência de importantes culturas de fumo e de anil, pro-

duto sempre mencionados nos documentos da época. Nestas atividades, de finalidades comerciais, parece concentrar-se, então, o essencial da vida econômica da marinha, de uma economia relativamente aberta.”² Particularmente em Caraguatatuba, o mesmo deve ter ocorrido com os primeiros sesmeiros que ocuparam a região, como vimos no capítulo sobre o povoamento.

Desde os primeiros tempos, as vilas do litoral viviam em constante sobressalto devido ao ataque dos piratas, pois, apesar de alguns fortes e outras defesas de terra, eles continuavam a atacar em busca de ouro ou produtos comerciáveis. Já nos Setecentos, a presença de corsários impedia as embarcações de irem sozinhas à metrópole, pois fatalmente seriam assaltadas. Para defender-se, os navios concentravam-se em um porto, já carregados ou por carregar, de onde seguiam em comboio para o Reino. Com a finalidade de evitar as pilhagens na costa, abriram-se estradas que ligassem diretamente Minas e o Vale do Paraíba ao Rio de Janeiro.³

Em 1817, diz Antônio da Silva Prado “todos aqui da cidade estão Senhores de Engenho”, mostrando a importância econômica que teve para a Capitania de São Paulo a lavoura da cana de açúcar, que se desenvolve a partir do governo do Morgado de Mateus (1765 a 1775), até meados dos Oitocentos, quando foi ultrapassada pela produção do café.

Realmente, depois de ter tido um certo desenvolvimento na Baixada Santista, no século XVI, onde Martim Afonso de Souza fundou, segundo tudo indica, o primeiro engenho do Brasil, logo seguido de muitos outros, a lavoura canavieira estagnou e até decaiu, porque as condições geográficas limitavam a produção e o litoral vicentino não poderia concorrer com o Nordeste, que tinha a seu favor melhores áreas de plantio e proximidade maior com Portugal.⁴

Além disso, no século XVII, outro empecilho maior se apresenta com a proibição da produção do vinho de mel, aguardente e cachaça, porque prejudicava a venda de vinhos pela Companhia de Comércio do Brasil. A revolta foi grande, pois a aguardente era usada em larga escala como elemento de troca por escravos na África.⁵

87

Até meados do século XVIII, as vilas do Litoral Norte estão plantando os seus canaviais com maior produção de aguardente em relação ao açúcar. Já no final da centúria, evolui a produção no sentido de maior quantidade de açúcar, principalmente por São Sebastião, como veremos mais adiante.

A Produção de Óleo de Baleia

A iluminação no Brasil Colonial, do século XVII ao XIX, tinha como combustível o óleo de mamona, o de amendoim, o azeite de oliva (em alguns casos) e o óleo de baleia. Este último era tão importante que se constituiu em elemento responsável pela prática da pesca da baleia no litoral brasileiro e pelo estabelecimento das Armações, que, durante o período se expandiram da Bahia a Santa Catarina. As Armações que se localizavam no Litoral Sul, entre elas a da Ilha Bela, de Bertioga e outras exportavam o óleo em sumacas e bergantins, por via marítima, para o Rio de Janeiro, onde ficava a sede da administração geral do contrato do real monopólio da pesca da baleia.

Na Armação de Ilha Bela, certamente, deve ter trabalhado gente de Caraguatatuba. Como exemplo, temos o registro nos Maços de População⁶, de 1821, do pardo Joaquim Nunes, casado, então com 35 anos de idade, constando ali que ele “é balieiro de que vive”. Como ele, muitos outros da região de Caraguatatuba devem ter exercido essa profissão, devendo estar camuflado sob a condição de “pescador”, que aparece com frequência naqueles documentos.

A Coroa Portuguesa detinha o monopólio e os contratos de arrendamentos relacionados à produção, ao benefício e ao comércio dos produtos daquela indústria. Esta não se restringia apenas à extração do óleo destinado à iluminação, mas também ao seu aproveitamento para outros fins, em menor escala, como a fabricação de sabões e velas, lubrificação de engrenagens, confecção de tecidos grosseiros de lã, preparo de couro, tintas mais espessas, vernizes mais compactos, enxofre e breu para calafetagem de navios, bem como de aglutinante para petrificar a argamassa depois de seca, empregada nas construções, desde o mais simples forno até fortalezas.

As armações, antigos entrepostos baleeiros do Brasil colonial, eram fornecedoras do óleo de baleia para iluminação às populações das capitâneas, principalmente às das vilas costeiras.⁷

A Atividade Econômica nos Setecentos

Ao final do século XVII, Antônio Rodrigues Arzão, bandeirante de Taubaté, descobriu ouro na região das Minas Gerais, onde hoje é a cidade de Ouro Preto. A descoberta das minas sempre esteve na cabeça dos colonizadores, como, também, no interesse do Governo de Portugal, tanto que se estabelece um “rush” sem precedentes para a região das minas, despovoando não somente as regiões de colonização no Brasil, como, também, ameaçou de despovoar o Reino.

Toda a região do Litoral Norte apresenta, no decorrer do século XVIII, um declínio sensível de sua população, devido ao fluxo migratório para as Minas Gerais. A ilusão da riqueza que poderia ser obtida em ouro, prata ou pedras preciosas trabalhou como um imã sobre a população das vilas de todo Brasil. Ouvia-se, em Ubatuba, que a maioria das casas fora abandonada e que a Vila estava quase deserta, conforme um documento de 1747, onde “dizem estes moradores que com o descobrimento das minas se despovoara esta Vila. Hoje mais parece Aldeia do que Vila.”⁸

São Sebastião, que incluía a região da atual Caraguatatuba, também sofre os efeitos da descoberta do ouro nas Gerais, passando por uma série de problemas, com o esvaziamento populacional dos povoados, que se estende até meados dos Setecentos. Esse movimento em direção às minas não foi motivado somente pela sede de riqueza fácil, com a cata nos veios auríferos, mas, também, como uma fuga à insegurança constante em que viviam os moradores das vilas litorâneas, com os constantes ataques e pilhagens praticados por corsários e piratas saqueadores de seus bens particulares e do comércio local.

Até o início do século XVIII, o Vale do Paraíba ligava-se ao Litoral Norte através dos caminhos abertos anteriormente pelos indígenas, assim como a ligação com as Minas Gerais era feita pela garganta do Embaú, que nada mais era do que a antiga trilha dos Guaianá. A ligação do litoral

com Taubaté seguia os antigos caminhos abertos pelos tamoio⁹, enquanto que a de Caraguatatuba ao Vale do Paraíba seguia primitivas trilhas dos Tupinambá e Gueromimis, por onde se escoava o ouro nos primeiros tempos, para serem embarcados para Portugal, trazendo grande prosperidade para essas vilas. Com a abertura do *caminho novo* por Garcia Rodrigues Pais, em 1710, ligando diretamente as Minas Gerais ao Rio de Janeiro, essa situação favorável às vilas da marinha sofre um grande revés, pois o ouro passa a ser escoado pela nova rota, por ser menos longa e de mais fácil fiscalização pelo governo.

Os remanescentes das populações da marinha, que optaram por ali permanecer, estarão, por sua vez, atraídos para a descoberta de minas de ouro na muralha próxima, a Serra do Mar. Vários documentos registram essas atividades mineradoras, cujo resultado não se tem dados para uma avaliação. Provavelmente, suas tentativas apresentaram resultados de pequena monta, pois não houve nenhuma repercussão de possíveis achados. Dos poucos vestígios que delas chegou até nós, está a denominação de “Rio do Ouro”, que existe ainda hoje para um curso d’água que corre nas proximidades de Caraguatatuba.

Assim, em 1723, o Rei D. João V suspendia um bando (decreto lido ao toque de caixa, em praça pública), de Rodrigo Cesar de Menezes, Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo, que proibia aos moradores das Vilas de São Sebastião e Ubatuba de faiscarem nos morros da Serra do Mar.¹⁰ Sobre o mesmo assunto, volta o Rei de Portugal, em 28 de julho de 1725, ordenando que tendo recebido as informações pedidas em 1723 ao Capitão General, ordenava que “*deixásseis aproveitar entretanto ao povo dos interesses que poderiam dar de si os tais descobrimentos*”, liberando, portanto, os moradores para minerarem na Serra, enquanto Sua Alteza deliberava sobre o assunto.¹¹ Como não se tivesse notícias desses descobertos, o Capitão General Rodrigo César, em 9 de janeiro de 1726, em correspondência às respectivas Câmaras, reiterava a ordem recebida de S. Majestade, para que mandassem “*uma relação feita com toda a explicação e clareza, assim dos descobrimentos que se tem feito, como do seu rendimento, a parte, e distância em que ficam dessa Vila, as pessoas que se acham no dito descobrimento...*”,

ordenando, ainda, que sejam cobrados todos os tributos devidos sobre o ouro que se tivesse extraído.¹² Não se sabe o resultado dessas atividades mineradoras, mas o fato é que não se ouviu mais falar delas.

Ainda durante os Setecentos, as Vilas de Ubatuba e São Sebastião estariam se beneficiando de uma atividade de exportação de ouro, chegando até elas através de rotas de descaminho do metal precioso. Essas rotas, fugindo ao “caminho novo”, intensamente fiscalizado, partia das Minas Gerais, transitava pelo Sul de Minas, ultrapassando a Serra da Mantiqueira em algum ponto entre Pindamonhangaba e Guaratinguetá, buscava o Litoral Norte por alguma vereda, antiga trilha indígena, chegando não só às referidas vilas, como, também, ao povoado de Santo Antônio de Caraguatatuba.¹³ É de se destacar as condições favoráveis que essa região da Marinha apresentava, em função do seu grau de isolamento e esquecimento quanto a uma fiscalização mais efetiva sobre as possibilidades de contrabandos diversos. De fato, um movimento de escoamento de ouro suspeito, que não seria pequeno, chegava àquelas Vilas por uma rota através de Guaratinguetá, conforme se depreende de uma ordem do Rei D. João, de 6 de fevereiro de 1731, que ordenava ao Governador da Capitania de São Paulo, Antônio da Silva Caldeira Pimentel, uma severa vigilância sobre o ouro exportado por Ubatuba e São Sebastião.¹⁴

A Formação das Unidades Produtoras

Ao final do século XVIII, o povoado que dará origem à futura cidade de Caraguatatuba, nada mais é do que um incipiente aglomerado de pequenas casas, ruas curtas e apertadas onde habitava uma rala população. Lugar pobre, de renda mínima, onde o caiçara apenas sobrevive de suas parcas atividades econômicas. As perspectivas de evolução eram pequenas, pois ela ficava sufocada entre a força da vila de Ubatuba, de um lado e a de São Sebastião, que tinha o domínio político sobre ela, de outro. A ambas não interessava a concorrência de um novo porto, que desviasse as rendas auferidas pelos seus respectivos movimentos alfandegários.

Assim, aquele pequeno povoado, sede do poder espiritual e temporal regional, modorrava ao longo dos dias, à espera dos domingos e feria-

dos nos quais a população agrícola ou pescadora, que vivia afastada, se encontraria para comemorações e para, também, negociar seus produtos.

A unidade produtora, no início do povoamento de Caraguatatuba, não difere de outras regiões costeiras, que estão vinculadas mais à sobrevivência do que ao comércio. Não sendo a terra problema na região, a providência era juntar a família e abrir uma clareira na mata, fazendo uma queimada, nos meses secos de junho a agosto, para limpar o terreno. O primeiro plantio deveria ser aquele que sustentaria o grupo familiar nos primeiros tempos: mandioca, abóbora, milho, feijão, arroz e, mais tarde, produtos para a venda fora do núcleo, como a cana de açúcar, o anil, o fumo e o café. Complementava-se a alimentação com pescado, caça e coleta. Formava-se, assim, o “fogo”, ou seja, a grande família quando todos eram levados ao trabalho conjunto. As tarefas eram divididas de acordo com a condição individual de sexo e idade, juntando-se, também, os agregados – que trabalhavam em troca de alimento e vestuário – e os escravos.

A propriedade familiar era a célula mater da economia camponesa, como bem descreve Maria L. Marcílio,¹⁵ situando-se entre a economia primitiva indígena de um lado e a economia industrial de outro, respondendo, ao mesmo tempo, ao auto consumo familiar e a alguma demanda da economia global.

O “fogo” jamais poderá ser uma unidade totalmente auto-suficiente, pois necessita de produtos que estão fora da sua capacidade produtiva, como é o caso da pólvora, sal, ferramentas, ferro, alguns tipos de tecidos etc.. Assim sendo, terá que produzir, além da subsistência e tecidos grosseiros, um excesso que deverá ser levado para a venda ou troca na região urbana mais próxima. O grupo familiar é grupo de reprodução, grupo de trabalho, grupo de produção e consumo.

Em Santo Antônio de Caraguatatuba, a região não permite outra maneira de ocupação do solo, a não ser em pequenas propriedades, quase que auto-suficientes, resultantes da derrubada da floresta. O local é escolhido pela possibilidade de comunicação com o pequeno povoado, onde ficam os fogos urbanos que, de uma forma ou de outra, são dependentes do pequeno comércio com o meio rural. No início, não existem contatos

entre os fogos rurais vizinhos, mas, com o passar do tempo, eles abrirão rotas de comunicação, principalmente pelo seu crescimento populacional e da região. A ocupação inicial estende-se ao longo do litoral para, mais tarde, avançar em direção à serra acima. Mas essa expansão não é nada uniforme, intercalando inúmeras pequenas propriedades entre as poucas grandes fazendas. A necessidade de contato com o povoado determinou a abertura de picadas, algumas transformadas em rudes estradinhas, para complementar as rotas que beiravam a praia e a navegação costeira.

O nascimento dos bairros rurais é fruto do crescimento populacional das pequenas propriedades e, também, do relacionamento, conseguido através das picadas, entre irmãos, parentes, compadres etc.. Quando, por ajuda mútua, escolhiam uma região para instalar suas propriedades, abriam também as possibilidades de comunicação. Nos lugares próximos aos pequenos sítios, onde, via de regra, vive o camponês com muitos filhos, é aberta por eles outra pequena propriedade. As inter-relações que se estabelecem entre amigos, parentes e compadres, dando um sentido de defesa e ajuda mútua, possibilitam o nascimento do bairro rural, levando-os a casarem seus filhos entre os membros do mesmo grupo, a se ajudarem nas colheitas e a irem juntos ao povoado. Assim é que se formaram muitos dos bairros atuais de Caraguatatuba, como por exemplo, Massaguaçu, Martim de Sá, Tabatinga, Mococa etc.

A terra existe em grande quantidade e não se valoriza a não ser pelo seu aproveitamento. A moeda não circula neste tipo de economia, servindo apenas quando existe um excesso produzido. Recebe-a o camponês, pela venda de seus produtos e com ela compra o que necessita. Caso tenha algum lucro, entesoura-a, ou seja, guarda-a em casa para uso futuro.

3.2.

A Atitude Econômica nos Oitocentos

*O Monopólio de Santos e a Economia do Litoral Norte*¹⁶

No Litoral Norte, o cultivo da cana de açúcar teve um grande progresso após a metade do século XVIII e a exportação dos seus derivados

destinava-se ao porto do Rio de Janeiro, onde os produtos eram facilmente vendidos com preços favoráveis.

Em 1789, o Governador da Capitania de São Paulo, Bernardo José de Lorena, determinou que a exportação deveria ser feita pelo porto de Santos, estabelecendo que:

*“não poderão sair açúcares, gomas, arroz, sem que primeiro se alcance licença, porque no caso que os compradores desta Vila (Santos) queiram os ditos efeitos para a carga do navio que estiver ou se esperar neste porto e estão em primeiro lugar.”*¹⁷

O que aquele Governador tinha em mente era incentivar o comércio direto entre a Capitania e a Metrópole, pretendendo atrair o maior número de navios àquele porto. Por outro lado, com o incremento assim favorecido, do comércio de Santos, os produtores de serra acima passariam a ter maior interesse pelo cultivo da cana para a produção de açúcar e aguardente.

Com essas medidas protecionistas, o Litoral Norte recebeu um duro golpe, tanto que no ano de 1797, em São Sebastião, existiam apenas 6 dos 25 engenhos anteriores e, em Ubatuba, o número caiu de 14 para 5 engenhos. As reclamações dos produtores da região logo se fazem ouvir pois, segundo eles, os preços dos produtos colocados em Santos eram diminutos e não chegavam nem para pagar os tributos. Como não compensasse a venda, eles acabavam perdendo os seus produtos, tanto por essa causa, como por não haver, muitas vezes, navios disponíveis para os transportes. Outra causa que agravava o problema era a falta de cascos para a aguardente, pois os navios que vinham do Rio de Janeiro costumavam trazê-los e os comerciantes de Santos não os possuíam. Para resolver o problema, tinham que comprar os cascos em Parati e na Ilha Grande, com grandes despesas, fato este que impossibilitava a exportação dos pequenos produtores, por não disporem de recursos para essas despesas.

As dificuldades constantes afastaram os produtores do plantio da cana, com abandono dos engenhos e, as vezes, até mesmo incendiando-os. Um pouco mais tarde, o novo Governador, Melo e Castro de Men-

donça, confirmaria o fato, dizendo que *“as vilas de São Sebastião e Ubatuba estavam em total decadência e a maior parte de seus engenhos se tinham demolido”*.

As reclamações de Ubatuba e São Sebastião foram tantas e tão veementes que o Conselho Ultramarino pede o parecer de Melo Castro e Mendonça sobre a questão. Esse Governador, empossado em 28 de junho de 1797, procurou levantar a razão das queixas, chegando à conclusão de que o monopólio era um entrave ao desenvolvimento da região. Aos poucos, ele foi eliminando as determinações de seu antecessor, até que, em 22 de novembro de 1778, permitiu a livre saída das mercadorias, desde que pagos os “Direitos Reais”.

A situação da agricultura melhorou rapidamente e ele fez comentários de que graças à liberdade e proteção que havia dado, a produção da Capitania quase que dobrou. Assim, aumentou o número de engenhos e canaviais na região do Litoral Norte: em São Sebastião, em 1799, já eram 37 os engenhos e a produção cresceu, como segue: 1797 = 12.747 ½ @ de açúcar e 131 pipas de aguardente; 1798 = 21.090 @ e 229 canadas; 1799 = 38.893 @ e 239 canadas. Na Ilha de São Sebastião, também desenvolveu-se com rapidez: 1797 = 16 engenhos de açúcar e aguardente; 1801 = 20 fábricas de açúcar e 16 de aguardente. Na Vila de Ubatuba: 1798 = 6 engenhos, com produção de 166 @ de açúcar e 21 pipas de aguardente; 1799 = 240 @ e 11 pipas.

O sucessor de Melo Castro e Mendonça, Governador Antônio José da Franca e Horta, refere-se ao açúcar como o artigo “mais essencial da Capitania”. Embora elogiando a produção da cana, Franca e Horta, em 22 de junho de 1803, proibia a exportação de aguardente, café, arroz, cacau, baunilha, farinha de mandioca, algodão, anil e couros, a não ser diretamente para Portugal.

Novamente, queixam-se os habitantes de São Sebastião e Ubatuba de que os preços eram melhores no Rio de Janeiro do que em Santos, onde o Governador os obrigava a vender. Mas, no final do mesmo ano, ou início de 1804, incluiu-se o açúcar na proibição, podendo Ubatuba e São Sebastião, no entanto, vender onde quisessem as safras anteriores de açúcar e arroz, menos as novas, que deveriam ir para Santos. Mas havia uma



possibilidade de alívio para a situação, pois, depois de lotados os navios, ao menos os excedentes poderiam ser livremente negociados.

As novas medidas, como assinala Petrone, não eram tão rígidas como as anteriores, tanto que a fundação de Vila Bela da Princesa, na Ilha de São Sebastião, em 1806, foi conseqüência do crescimento da agricultura canavieira na localidade, onde se produzia açúcar e aguardente de primeira qualidade.

Na mesma linha de Petrone, deve-se registrar a posição de Holme, o qual defende que o monopólio de Franca e Horta acabou sendo benéfico para a economia de Ubatuba, afirmando, baseado em dados estatísticos por ele levantados, que:

“1ª a produção dos gêneros proibidos não caiu, em alguns casos aumentou; 2ª o comércio não sofreu quedas, quer no plano interno, quer no externo, ao contrário, o seu volume foi maior; 3ª os preços dos produtos exportados não caíram, como poder-se-ia supor se nos baseássemos na reclamação de que os comerciantes de Santos pagavam pouco; 4ª a população escrava não diminuiu, manteve-se estável; 5ª a população em geral não diminuiu. Caso a situação fosse crítica, como sugerem as queixas, muitos teriam abandonado Ubatuba, dirigindo-se para outras vilas da Capitania; 6ª o rendimento familiar aumentou em 1805, ano de plena vigência do monopólio.”¹⁸

O fato é que as queixas se tornam menos freqüentes, até que, em 1808, com a chegada da família real portuguesa, esses entraves ao comércio desapareceram.

População e Produção nos “Maços de População”

Para as análises que se seguem, estaremos valendo-nos dos dados constantes dos Maços de População da Vila de São Sebastião, que constituem recenseamentos anuais das atividades dos moradores das vilas, cobrindo o período que vai de 1765, quando foi restaurada a Capitania de São Paulo, até meados do século XIX. Fica claro que eles não possuem elementos profundos, como os censos atuais, mas nos informam e esclarecem muitos dados populacionais e econômicos sobre os habitantes das vilas de então.

Através da análise dos “Maços” de 1801, dados referentes à Terceira Companhia,¹⁹ que compreendia a região do atual Município de Caraguata-

tuba, podemos claramente observar que as unidades autônomas estavam basicamente produzindo gêneros de alimentação, como farinha de mandioca, arroz, milho, frutas e legumes, complementados pela pesca e caça. Só a farinha alcança 679 alqueires, que foram declarados.

Fica evidente que, dentre todos os números que levantamos, os referentes à exportação para outras praças como Rio de Janeiro, Ubatuba, Lisboa etc., (café, açúcar, aguardente, anil etc.) são os que merecem maior fé, porque essas mercadorias já eram fiscalizadas nos locais de embarques e desembarque para cobranças dos impostos devidos. Quanto aos declarados para consumo, como farinha, feijão, arroz, milho e mesmo a aguardente, não podemos afirmar a sua veracidade, pois os produtores costumavam declará-los por uma quantidade menor. Tradição essa que nos foi trazida de Portugal, pois lá como cá, ontem como hoje, a voracidade do fisco é terrível.

A venda declarada de farinha ficou na faixa de 102 arrobas, que corresponde a apenas cerca de 7,5% do total produzido, demonstrando, claramente, que era um mercado auto-suficiente, sem excessos por falta de demanda. Os outros produtos de alimentação apresentam totais ínfimos: milho, com 52 alqueires, feijão, com 25 alqueires e arroz, com 20 alqueires.

Os complementos da alimentação, como a caça, não são relacionados, mas, em compensação, encontramos 15 pescadores que, ajudados pelos familiares, abasteciam os agricultores, não se sabendo, infelizmente, a quantidade, por falta de registro. Sabemos que o peixe era salgado e trocado por produtos agrícolas nos contatos ocasionais. De maio a julho, fazia-se o mutirão, que eles chamavam de “campanha”, para apanhar as tainhas que migravam para desovar e que possibilitava a pesca, com rede, de vários milhares de exemplares. Temos os dados de uma “campanha” em que um Mathias Soares de Novais, em 1801, de uma vez, apanhou mil tainhas, como resultado de suas redadas, que vendeu a 2000 réis o cento.

Outro dado interessante, de 1801, é o maior número de esmoleiros que aparece, num total de seis pessoas, quatro mulheres e dois homens, que envolvem 16 familiares, sendo que três deles, os filhos, faziam um pouco de farinha para sustento.

O fumo, que aparece nesta listagem com 80 arrobas, é resultado do interesse do governo português que, ao final do período colonial, resolveu incentivar o seu cultivo, chegando a enviar um prático à Vila de Ubatuba²⁰. Ao que tudo indica, os efeitos desse esforço foram favoráveis à região de Caraguatatuba, visto que o fumo aparece em várias listagens de produção dos anos seguintes. Também a aguardente aparece, em 1801, com cerca de 550 litros de vários produtores, que, com a venda da maior parte, complementavam a receita para a compra de elementos necessários à vida e à produção de suas propriedades.

Para complementar a análise dos dados referentes ao ano de 1801, cumpre-nos, ainda, levantar o número de escravos que trabalhavam nas propriedades da região. Ao estabelecermos uma comparação com a Vila de Ubatuba,²¹ que, em 1790, possuía 446 escravos, o número de 56, que existem na região de Caraguatatuba, mostra bem a exiguidade dos recursos desta região, pois apenas três propriedades maiores concentravam 53 deles, sobrando apenas três outras com um escravo cada uma. Destarte, facilmente pode-se observar a pobreza da região caraguatatubense, na época, sufocada pelo desenvolvimento maior das Vilas que se situavam nos extremos do seu litoral, o qual se estendia desde o Juqueriquerê, (naquela época Juquiripacê) até Tabatinga (Taubatinga), território preenchido pela propriedade familiar, auto-suficiente.

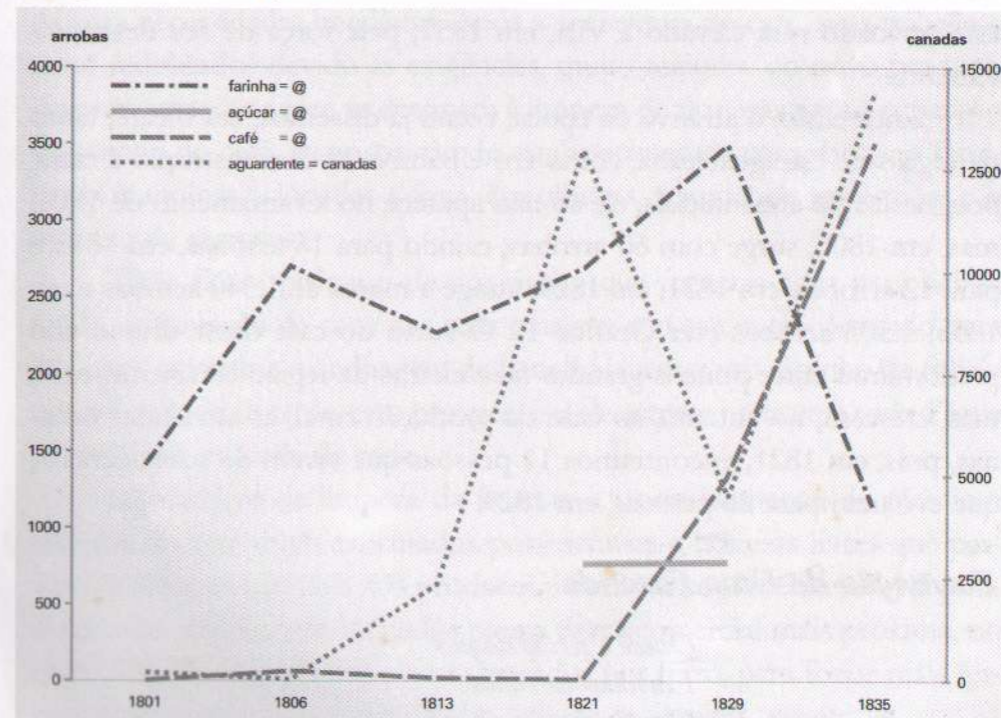
Acompanhando os levantamentos feitos pelas autoridades competentes de São Sebastião sobre a região da atual Caraguatatuba, abrangendo o período que vai até 1829, observamos uma alteração substancial nos anos seguintes a 1801, tanto na produção de alimentos de subsistência, como nos produtos de exportação. A população também vinha acompanhando essas alterações, como veremos mais adiante.

Assim, vamos continuar a análise do avanço da produção e da população na região de Caraguatatuba, na primeira metade do século passado. A farinha de mandioca, produto fundamental para a alimentação da população, vai crescendo, passando de 679 alqueires, em 1801, para 1315 alqueires, em 1806, até chegar a 1701 alqueires, em 1829 (ver Gráfico 1). Outro produto agrícola de alimentação que merece destaque é o feijão,

que também evolui de 25 alqueires, em 1801, para 347 alqueires, em 1829. Os dados demonstram uma característica da região, a preferência pelo feijão e arroz, ao milho. O arroz atinge 107 alqueires, em 1821 e o milho, que produziu 52 alqueires, em 1801, cai para 23 alqueires, em 1821.

Quanto aos produtos agrícolas, ou seus derivados, que se destinam à exportação, verificamos que a aguardente, que totalizou 210 canadas, em 1801, atinge a sua maior produção em 1821, com 207 pipas, contra 13 pipas em 1813 e 25 pipas e 20 canadas, em 1829. O açúcar, que aparece, em 1806, com apenas 8 arrobas, cresce para 770 arrobas, em 1821 e atinge 778 arrobas, em 1829. Já em 1835, temos anotados apenas dois produtores, sem registro da quantidade produzida, de forma que podemos deduzir que essa cultura vinha sendo substituída pela do café (ver Gráfico 1).

Gráfico 1
Caraguatatuba – Flutuações anuais



A Economia de Mercado: o Café

Introdução

Com a decadência da mineração e o interesse em plantar produtos incentivados pelo governo português como o fumo, o anil e o café o qual, vindo do Rio de Janeiro, expande-se em direção ao litoral paulista, as novas culturas de exportação voltam a atrair a população para as regiões de produção agrícola. Passa a ocorrer, também, o investimento em grandes propriedades, trazendo para a região do Litoral Norte novos investimentos portugueses, valeparaibanos e, inclusive, franceses que, a partir de 1819, se instalaram na vizinha região de Ubatuba.²² Não devemos esquecer, também, que o açúcar apresenta um surto de crescimento na mesma época, embora ficando bem longe do interesse maior que será todo voltado para o café.

A reanimação que então se verifica nas vilas vizinhas a Caraguatatuba, também a fará crescer econômica e populacionalmente, de tal forma que este povoado será elevado a Vila, em 1857, pela força de seu desenvolvimento.

Entretanto, o atrativo da época, como já dissemos, era o café, tanto na região de Caraguatatuba, como em Ubatuba. A demonstração é clara, pois nestes 30 anos iniciais, ele só não aparece no levantamento de 1801; mas, em 1806, surge com 60 arrobas, caindo para 16 arrobas, em 1813 e para 12 arrobas, em 1821; em 1829, atinge a marca de 1.340 arrobas e em 1835, 3.503 arrobas (ver Gráfico 1). O surto do café desse último ano predominou entre poucos grandes fazendeiros da região caraguatubense, mas, crescem, no entanto, ao lado da produção rural, as atividades urbanas, pois, em 1821, encontramos 11 pessoas que vivem de suas agências, que evoluem para 26 pessoas, em 1829.

Formação de Uma Fazenda

*Quedê o sertão daqui?
Lavrador derrubou.
Quedê o lavrador?*

*Está plantando café
Quedê o café?
Moça beben
Mas a moça, onde está?
Está em Paris.
Moça feliz.*

(Cassiano Ricardo, Martin Cererê, p. 203)

As fazendas de café não tiveram um início cheio de imponência. Desenvolveram-se de uma origem humilde, contendo uma construção modesta que servia de moradia ao fazendeiro, rodeada por plantações de milho, mandioca, feijão e cana. Os poucos pés de café plantados faziam parte do jardim e a grande floresta virgem podia ser enxergada a perder de vista, permanecendo assim até a rubiácea passar a ser o centro da atividade econômica.

O lavrador dispunha de poucos momentos de lazer, para olhar além de suas necessidades imediatas. Após a semeadura do café, seus trabalhos eram redobrados devido às exigências, muito maiores, do novo produto. As preocupações agora se destinam à limpeza de florestas para a expansão do plantio do café, à construção de estabelecimentos para abrigar a família, às máquinas acionadas a água, às colheitas, a aumentar as senzalas e o número de escravos.

Tudo ficava próximo de um riacho que fornecia água para beber, tendo a plantação de cana nas suas margens e o seu curso desviado para acionar a primitiva aparelhagem de beneficiamento: um moinho de fubá e um monjolo. Mais tarde, caso prosperasse, ele acrescentaria uma roda d'água para tocar a moenda de cana.

Os serviços de limpeza da floresta e, posteriormente, do plantio e colheita do café eram executados por escravos e homens livres que partiam dos núcleos iniciais. Os produtos, inicialmente alimentares e, depois, o açúcar e o café, eram enviados para a praça comercial mais próxima, no caso o Rio de Janeiro, onde eram trocados por ferro, para forjar mais ferramentas, escravos para manejá-las, artigos de algodão, sal etc.

A estrutura nuclear da fazenda sofreu modificações, com o correr do tempo. As casas são construídas contra a base de uma colina, ficando os cômodos localizados no térreo, alinhando-se em volta as tulhas, as senzalas, os paióis, as casas de tropa e os chiqueiros, formando um quadrado no centro do qual ficava o terreiro. Tudo isso era a sede da fazenda e estava sempre ao alcance dos olhos e dos ouvidos do dono.

A produção inicial, por volta de 1800, foi baseada na experiência e erro. Os fazendeiros receberam as primeiras mudas dos tropeiros e um copiava a experiência do outro para plantio, sem técnicas apropriadas, incentivados apenas pelo crescente preço do produto. A princípio, utilizou-se o terreno onde antes se plantavam a cana e o milho, até encontrarem a terra ideal, o solo virgem e bem drenado.

As plantações contínuas de café produziam lucros crescentes, que eram aplicados na compra de escravos, disponibilizando mais braços para uma produção ainda maior. A crescente auto-suficiência da fazenda, proporcionada pela mão-de-obra barata, a abundância e o baixo preço das terras, colaborou para que se suportassem as experiências iniciais e o café se tornasse a viga mestra da economia.

A partir de 1835, a plantação de café já não é mais uma experiência arriscada. A quantidade de pés plantados e o número de escravos determinavam a medida de riqueza dos fazendeiros. O gosto pelo café tornou-se crescente entre as populações urbanas da Europa e da América, elevando seu preço e provocando, por parte dos plantadores do Vale do Paraíba e seus arredores, uma procura ainda maior por mais escravos e por novas terras virgens. A onda verde, vinda do Rio de Janeiro, caminhava pelo litoral e pelo Vale do Paraíba, em direção do interior de São Paulo.²³

Apogeu e Decadência do Café em Caraguatatuba

Voltemos à análise dos Maços de População da Vila de São Sebastião, na parte referente a Caraguatatuba, que é o que nos interessa no momento. Observamos, nos dados referentes a 1835, a transformação crescente do interesse econômico pelo plantio e exportação do café. Assim é que as anotações referentes à produção de farinha, especificadas com

constância nos maços anteriores, apresentam, agora, relatos falhos, quase sempre trazendo a expressão “para consumo”. Produtores expressivos, como Antônio Moreira da Silva, o Capitão-mor José de Mattos e Abreu, entre outros, não relatam suas produções de farinha, que, no entanto, sabemos existir, pois era componente básico da alimentação. No total, estão registrados apenas 268 alqueires, quase todos de produtores de pequena importância. Outro dado que chama a atenção, neste ano, é o aumento do número de camponeses que, sem grandes possibilidades econômicas, arrendavam as terras de proprietários que estão mais interessados no desenvolvimento do café, ou no comércio, e, de bom grado, cedem suas terras, para que elas permaneçam cultivadas, ou se abram novas frentes de plantio.

Vale a pena destacar, ainda, o fumo, que aparece em todos os índices, deste 1801 e neste ano de 1829, atinge a sua maior marca com 360 arrobas. Neste mesmo ano, o número de pescadores também é o maior, até então, com 20 pescadores, que sustentam 87 familiares e 8 escravos. Quanto à aguardente, a declaração não é expressiva, atingindo 80 pipas. Outros produtos estão sem as competentes anotações, porque o interesse estava voltado, principalmente, para o café, mas também para o fumo, açúcar e aguardente.

Retomando a análise do desenvolvimento da lavoura cafeeira que se espalha por toda a região da nossa Caraguatatuba atual, verificamos que os grandes fazendeiros ampliam a sua produção em detrimento do açúcar e de produtos de consumo. É claro que a mão-de-obra escrava, extremamente cara, que sustentava a lavoura, era buscada incessantemente, pois a expansão que também ocupava o Vale do Paraíba, evoluía celeremente em direção ao interior de São Paulo e de Minas Gerais.

As queixas desse período, com relação à falta de braços, irão crescer ainda mais, na segunda metade do século XIX, visto que, com a interrupção do tráfico negreiro, a partir de 1850, somente alguns navios fariam o contrabando de escravos nas praias desertas, inclusive na região de Caraguatatuba. Isso é confirmado por um relatório da Câmara caraguatatubense, destinado ao Presidente da Província, datado de 24 de abril de 1859, em que há o registro da denúncia de contrabando negreiro, ao afirmar que

“navios [...] trazem escravos sem despacho”²⁴ Dentro deste quadro, é evidente que a sobrevalorização da mão-de-obra escrava vai determinar que a cultura cafeeira, no Litoral Norte, tanto em Caraguatatuba, como em Ubatuba,²⁵ sofra oscilações cíclicas.

Como observaremos mais adiante, dentro de um período de aproximadamente quatro décadas, que se seguem a 1830, o café começará a apresentar baixa nos seus índices dentre os produtos exportados pelo porto de Caraguatatuba. Passemos a relatar, então, essas décadas de prosperidade, que se baseou no café. O ano de 1835 nos mostra uma produção de 3503 arrobas, representando um crescimento excelente em relação a 1829, quando era de 1340 arrobas, o que reafirma o interesse dos grandes produtores regionais em buscar um produto econômico de exportação, que lhes trouxesse um rápido retorno financeiro. O lucro auferido com a venda do café é reinvestido nas fazendas, tanto nos elementos necessários à produção, como na melhoria de vida de suas famílias. Sementes, escravos, ferramentas, maquinários e as despesas familiares, como casa nova, roupas, charretes, etc. irão absorver todo o lucro e os deixarão sempre à mercê da necessidade de crescentes créditos junto aos capitalistas, para poderem desenvolver uma nova safra. Quando surgirem as dificuldades com a produção, como mau tempo, pragas, dificuldades para a venda do produto e aquisição de mão-de-obra escrava, ele ficará endividado, caminhando para a falência dos seus negócios, que foi típico de várias regiões cafeeiras e o será também de Caraguatatuba.

A partir de 1835, os dados fornecidos pelos Maços de População são totalmente incompletos, de sorte que, para continuarmos a analisar a produção geral de Caraguatatuba, temos que nos valer de dados referentes à exportação pelo porto da nova Vila, ereta em 1857. Assim, dispomos dos dados constantes dos mapas de exportação²⁶, para o período de 1860/62 e 1866/67, sempre computados de 1º de julho a 30 de junho do ano seguinte, como se vê na Tabela 1:

Pelas observações dos mapas de exportação, podemos deduzir que o desenvolvimento da produção de café, nessa época, se encontrava

Tabela 1 – Exportações

Ano	Café @	Farinha de Mandioca Alqs.	Arroz Alqs.	Fumo @	Tijolos Peças	Telhas Peças	Milho Alqs.	Aguardente Medida	Algodão em Casca @
1860	955	—	—	90,5	—	—	—	—	—
1861	4301	30	2	—	800	2400	—	—	—
1862	4904	—	—	—	—	—	16	—	—
1866	—	—	—	—	—	—	—	350	—
1867	—	—	—	17	—	—	120	—	41

comprometida, pois verificamos irregularidade na exportação anual do produto. Isso é confirmado pelos mapas de 1863, 1864 e 1865 onde não constam dados referentes a Caraguatatuba, sendo que, no de 1866, constam apenas aguardente, paus de prumo e taboado, e no de 1867, fumo, milho e algodão em casca. Não sabemos se foram anos em que realmente não houve safra de café, ou se, por alguma razão, a exportação tenha sido omitida. Mas, se esses mapas se apresentam incompletos, ensejando dúvidas quanto à real produção, dispomos de outros dados, fornecidos pela Câmara, a partir de 1858, após a emancipação da Vila, que cobrem, em parte, essas lacunas.

Seja como for, um certo entrave à produção já era sentido pela Câmara, em 1858. Respondendo ao Governo Provincial,²⁷ ela informa “*que sendo este Município todo agrícola, produz nele o café, de superior qualidade, cana caiana, fumo de tabaco, cangica, além dos gêneros alimentícios.*” Informa, ainda, que a produção dos três primeiros gêneros está em atraso, não só por motivos climáticos como, principalmente, pela falta de braços para a lavoura. Esse mesmo documento relaciona, ainda, os principais produtores e produtos do município: Fazenda Poço Verde: café (10 mil @ anuais); a fazenda de Pedro José Ferreira, sucessor de Manoel José de Matos: café (400 @); Manoel José Vieira de Macedo, Fazendas Getuba e Boa Vista: café e cana; Matildes Benedicta da Silva, Fazenda Guaxinduba: cana e aguardente (18 a 20 pipas anuais); Manuela Policena Pereira de Castro, Fazenda da Pedra da Onça: cana e aguardente (20 pipas anuais); Tenente Francisco Jacintho dos Passos, Fazenda Anhimbu: café e cana (10 contos de réis anuais); Francisco Mariano Vieira de Carvalho, Fazenda Santa Barbara:

café, fumo de tabaco e canjica; João Esteves de Sant'Anna, Fazenda do Ribeirão: café (800 arrobas anuais); José Silvério de Oliveira, Fazenda Pau d'Alho: café (mil arrobas anuais). Seguem-se, ainda, os nomes de lavradores de café, fumo e cana, em menor escala, que “dizem ir sua lavoura em atraso pela falta de braços”: João Baptista Nobre, Manoel do Prado, José do Nascimento, Manoel Borges da Silva, Francisco Alvares do Prado, Bento José da Silva, D. Maria Antonia do Rosário, D. Ana Mathias, Joaquim d'Oliveira Preto, Cândido Moreira, Manoela Gonçalves Pereira, D. Maria Rosa, Eduardo Moreira, João Amaro Dias Torres, Antônio da Silva Fogaça, David da Silva Fogaça, João da Silva Fogaça, Benedicto da Silva Fogaça, Joaquim José Tenório[?], José Corrêa Alves, Diogo Corrêa Marzagão, Amaro Alvares dos Santos, Joaquim Alves da Silva e muitos outros.

Em 1861, no entanto, a Câmara informa²⁸ que a situação da lavoura apresenta melhoras, mas que poderia sofrer uma evolução ainda maior, se não fosse a crônica falta de braços que atinge a região. Relaciona, em seguida, as principais fazendas produtivas, onde notamos as seguintes alterações em relação à lista de 1858: a fazenda Pau d'Alho, que, na relação anterior, aparecia como sendo de José Silveira de Oliveira, agora consta como pertencente a D. Francisca Evangelista de Sant'Anna; as fazendas Poço Verde e Santa Bárbara que figuram na primeira relação e não aparecem nesta. Continua a Câmara, no mesmo documento, para esclarecer que não há necessidade de abrir novas estradas, como era pretensão do Governo, e sim consertar a já existente, principalmente nos aterrados e nas pontes, por causarem danos ao comércio.

No final desse mesmo ano,²⁹ em novos informes sobre o estado econômico, a edilidade afirma que o café é o ramo principal da agricultura, cuja produção “*tem regulado anualmente 40:000 arrobas*”. Relaciona, a seguir, a produção anual das outras produções: fumo de tabaco, 400 @; feijão, 400 alqueires; arroz, 500 alqueires; milho, 500 alqueires; e farinha de mandioca, 200 alqueires. Informa, ainda, que, destes, são exportados o café, a aguardente de cana e o fumo de tabaco, sendo os demais de consumo interno. Vê-se que esses dados destoam, completamente, do mapa de exportação visto acima. Acreditamos, sem embargo, que eles estavam um

pouco mais próximos da realidade, pois eram informes oficiais para o Governo da Província, se bem que se situem muito acima da média dos dados de que dispomos para a época.

O Governo provincial, na segunda metade do século passado, parecia interessado no desenvolvimento agrícola, pois pede informações às vilas sobre o estado da lavoura do algodão, obtendo de Caraguatatuba a resposta, em 1865, de que os lavradores do município não se têm empregado no cultivo daquele produto, mas unicamente na lavoura do café.³⁰ Parecendo confirmar que havia um empenho oficial de incentivo à agricultura, a Câmara Municipal, nesse mesmo ano, acusa o recebimento, vindo do Governo Provincial – o qual dava cumprimento a um Aviso Circular do Ministro da Agricultura – de um exemplar do manual “Agricultor dos Gêneros Alimentícios”, de autoria do Pe. Antônio Caetano da Fonseca. A edilidade, talvez satisfeita com a produção cafeeira, parece não ter levado muito a sério essa iniciativa do Governo Imperial, pois informava, com certa displicência, que daria “*a publicidade possível*” àquele manual.

Três anos depois, a situação de queixa com relação à crônica falta de mão-de-obra permanece inalterada, mas, agora, com mais um fator a concorrer para o estado de decadência, o péssimo estado da estrada que leva ao interior da Província, que provoca a falta de cargas para as embarcações que freqüentam o seu porto, devido à precariedade das comunicações.³¹

No ano seguinte, novas informações da Câmara ao Governo acusam a existência de cinco fábricas de aguardente de cana, a inexistência de mineração e a produção agrícola constando de aguardente de cana, café e alguns gêneros como feijão, arroz, e milho.³²

Em outro documento, do início de 1871, a edilidade registra um animado movimento do comércio, em 1870, contando com diversas cargas de negócio (à base de comissão), graças à comunicação do porto com as povoações do Norte da Província. Novamente, aponta o estado da lavoura com perdas, pela falta de braços para a faina agrícola, acusando a existência de 10 fazendas que produziam com mais de 500 escravos e que, devido à morte de seus proprietários e a venda dos escravos, por causa dos órfãos e das dívidas, se encontram quase em abandono e sem cultivo.



A pesca não é destinada à comercialização, pois é registrada como “somente para consumo”. Esse mesmo documento faz elogios à estrada que liga Caraguatatuba a Paraibuna, por ser mais curta (meia légua de serra e 8 até Paraibuna), de onde ela se ramifica para várias regiões, comunicando-se com importantes povoações da Província. Afirma, ainda, que era a melhor via de comunicação do litoral com o interior da Província.³³

Até 1873, o peso da saca de café era expresso por 5 arrobas que, segundo Taunay, dessa data em diante se converte em 60k e as cotações do café deixam de ser feitas em arrobas, para se calcularem por 10k.³⁴ Por essa razão é que, até esse ano, as cifras foram sempre dadas em arrobas e daí para a frente sê-lo-ão em quilogramas.³⁵

Em 30 de setembro de 1878, novamente a Câmara de Caraguatatuba apresenta mais informações ao Governo da Província, fornecendo os seguintes dados sobre as exportações de produtos de serra acima, que passaram pelo seu porto, com destino ao Rio de Janeiro: café, 723:558k; fumo, 29:539k; mel de fumo, 7:590k e algodão, 71:130k. Informa, por outro lado, que as importações somaram 140:000\$000 (cento e quarenta contos de réis). Também lemos, neste mesmo documento, que a indústria manufatureira da vila está muito limitada, existindo três fábricas de aguardente (lembramos que em 1869 eram cinco) e que a fábrica de café está sem movimento, devido à decadência da lavoura que, em outros tempos, tinha uma produção bastante elevada.³⁶

No final do século, os municípios produtores de café foram classificados em *a*) sem importância cafeeira (Caraguatatuba, Mogi das Cruzes etc.); *b*) de lavouras velhas (Taubaté, Jacareí etc.); e *c*) de lavouras novas (Amparo, Jaboticabal etc.).³⁷

Armando Corrêa da Silva³⁸ apresenta um interessante quadro da produção de café do Litoral Norte, que reproduzimos a seguir, no qual fica evidenciado que esta região produzia, até meados do século XIX, maior quantidade do que a região de Lorena (Silveiras, Piquete, Cruzeiro, Guaratinguetá e outras localidades), que era a maior área de cultivo do Vale do Paraíba.

Tabela 2 – Produção de café no Litoral Norte e Região de Lorena, em arrobas

Anos	1836	1854	1886	1920
São Sebastião	42.845	86.000	600	–
Ilhabela	10.289	112.500	4.000	3.020
Ubatuba	31.000	99.500	5.000	153
<i>Subtotal</i>	84.134	298.000	9.600	3.173
Lorena	33.649	125.000	50.000	45.293
Total	117.783	423.000	59.600	48.466

Podemos complementar estes números com os dados referentes a Caraguatatuba, que, em 1886, acusava uma produção de 1.866 @,³⁹ três vezes maior, portanto, do que a de São Sebastião.

O quadro acima confirma a nossa análise anterior de que o apogeu da produção de café, na região de Caraguatatuba, se deu entre as décadas de 30 e 60. Conjugando os demais dados que analisamos anteriormente com os deste quadro, podemos concluir que o último quartel do século foi marcado, quanto à produção do café, por uma sensível decadência, principalmente em função da crônica escassez de mão-de-obra. É de se notar que esta região não foi beneficiada com a introdução do trabalhador livre, a não ser a breve experiência da Colônia Getuba, que veremos adiante, pois o estado de lavoura decadente não comportava os elevados custos com o colono europeu. Verifica-se, por outro lado, que, à medida que decaí a produção do café, os antigos produtores retornam à produção, principalmente, de aguardente, bem como, em menor escala, de outros produtos voltados para a alimentação.

Caraguatatuba adentra o século XX com a economia totalmente estagnada, produzindo alguns poucos produtos, basicamente para a subsistência. A Vila, como, de resto, todo o Litoral Norte, atravessa um período de acentuado grau de isolamento em relação às demais regiões, pois a abertura das estradas de ferro Santos a Jundiaí, em 1867 e Central do Brasil, em 1877, desviando a produção de serra acima para outros portos, provoca o abandono e a rápida deterioração da antiga estrada que unia o porto caraguatatubense aos municípios produtores de café do Vale do Paraíba.

Importações

No período do apogeu da agricultura cafeeira, era incessante o trânsito das tropas de muares carregadas de café, qual formigas em marcha, a vencer os passos estrangulados e de difícil trânsito da Serra, como o “Morro do Empinado”, em direção dos portos exportadores do Litoral

Tabela 3 – Quadro das Importações no Rio de Janeiro

Qualidade	Volume	1859/60	1860/61	1861/62	1862/63	1863/64	1864/65	1865/66	1866/67
Açúcar [†]	Barricas e @	Barricas 42	Barricas 57	@ 70	@ 63,5	@ 425	@ 102	@	@ 140
Algodão (panos)**	Fardos	65	41	40	3625*	2000			
Algodão (panos)	Varas					1375	8250	5875	8625
Armário	Caixas	29	12	21	17	09	17	07	
Bacalhau	Tinas		02	05	02	15	04	06	01
Cal	Alqueires	300	120		60		360	312	240
Calçados	Caixas	09	05	13	366	162	08	04	01
Carne	Mala	143	05			59	01	-	47
Carne seca	@			24	80		332		
Chapéus**	Caixa/Unidade	35	27	39	490	786	20	08	07
Drogas	Caixão	02	26	05	10	33	06	41	18
Enxadas de ferro			17	396		60	172	22	96
Farinha de trigo	½ Barricas	117	272	101	84	73	49	61	25
Fazendas***	Fardos/Vol.	573	670	689	486	511	686	371	404
Ferragens	Caixões	49	47	264	118	150	172	34	28
Líquido	Medida	11	14	522	306	811	529		930
Louças	Caixas/Vol.	159	182	202	94	110	109	149	61
Mercadorias	Caixas/Vol.	2545	2427	2845	2466	3327	2970	2419	1370
Sal	Alqueires	6400	4700		2700	3400	4700	2300	2000
Tamancos	Pares			250		300	250	50	60
Velas****	Caixas	24	22	164	63	51	13		16

Obs.: (*) Açúcar importado de Campos e do Nordeste. (**) Produto nacional e estrangeiro. (***) Pano, casemira e toda a fazenda de lã. (****) Vela de cera e de sebo (1863/64, vindo de Buenos Aires).

IIO

Norte, entre eles o de Caraguatatuba. Mas tínhamos o reverso, ou seja, um movimento em sentido oposto, a corrente de importação que, da região da marinha, demandava as vilas e fazendas de serra acima, a qual transportava desde instrumentos de produção, fundamentais para garantirem boas colheitas, até objetos de requintado luxo, necessários para atender à demanda dos ricos fazendeiros enobrecidos.

Assim, importava-se de tudo: tornos de ferreiro, cravos, em quantidade de milhares, ferro em barras, sal, esteiras, solas, carne-seca, bacalhau, farinha de trigo, líquidos em geral, bebidas finas, objetos de prata, louças, mobiliário, roupas, tecidos, armarinhos etc.. Até instrumentos musicais, como um piano, o qual consta do mapa referente a 1661/62.⁴⁰ Extraídos desses mapas de importações, elaboramos o quadro acima, referente ao movimento das mercadorias de maior consumo, computado sempre de 1º. de julho de um ano a 30 de junho do seguinte, estendendo-se de 1859 a 1867.

Considerando-se o tamanho de Caraguatatuba, na época, podemos concluir que apenas uma pequena parte desses produtos era consumida na própria Vila. Contudo, os seus comerciantes estavam bastante ativos, pois, em 1862, alguns deles encaminharam um

pedido licença a esta Câmara para edificarem casas de depósitos de café em terrenos da Marinha no lugar denominado de Prainha um quarto de légua distante desta Vila e reconhecendo esta Câmara a utilidade que de tais estabelecimentos pode registrar no comércio e por consequência a um grande aumento e progresso daquela localidade, resolveu pedir a V. Excia. autorização para se dispor aforamento, não só pelos ditos negociantes como tão bem no que para o futuro⁴¹ (Vide movimento das embarcações nesta Parte, no Cap. 5).

A Mão-de-Obra Escrava e o Sistema de Parceria

Introdução

Conduzidos nos navios negreiros, em péssimas condições de acomodação e de higiene, até mesmo para o transporte de animais, rumo ao Brasil, os escravos eram desembarcados e vendidos no Recife, na Bahia ou na Corte.

III

Eram selecionados pela aparência, porte físico, idade e sexo, alcançando maior valor o adolescente saudável e macho. O número de escravos, que era de um terço em relação ao de escravos, elevou-se com o passar do tempo, tanto pelo nascimento de meninas, como também pela perda dos homens que, não suportando as condições em que viviam, se desgastavam e morriam mais depressa. Este nefando comércio, em que a unidade familiar não era respeitada, muitos sendo apartados dos seus ainda em tenra idade, gerava maiores lucros para a lavoura e provocava o aumento da entrada de escravos no Brasil, permanecendo neste ritmo até 1850, quando a Lei Eusébio de Queirós proibiu o tráfico negreiro.

Neste momento, a população escrava contabilizava 2.500.000 indivíduos que, nos anos seguintes à proibição, passam a ser comercializados dentro do território, deslocando-se do Norte para o Sul do país, em virtude de queda na produção açucareira e do desenvolvimento da cultura do café. A entrada crescente de imigrantes brancos, após 1850, iria compensar o maior ingresso de africanos que aconteceu nos anos que antecedeu à Lei. A partir da proibição, a população negra tendeu a diminuir, crescendo, em contrapartida, a de mulatos.⁴²

A População Livre e a Mão-de-Obra Escrava

Segundo os dados do século XIX sobre a população livre e escrava, que se encontram nos Maços de População, podemos desenvolver uma análise sobre a mão-de-obra da região de Caraguatatuba.

Os nossos levantamentos cobrem o período da primeira metade dos Oitocentos e foram feitos com dificuldade, pois, pertencendo o território da futura Caraguatatuba à Vila de São Sebastião, tínhamos que descobrir qual era a Companhia daquela vila que abarcava a região caraguatatubense. Como esses “maços” se apresentam, muitas vezes, incompletos e com solução de continuidade, os dados colhidos são aproximativos, podendo haver pequena margem de erro que não chega a comprometer nossas conclusões.

Nos dados referentes a 1801, a população apresenta 169 produtores livres, um negro forro e 56 escravos, que se encontra alterada, cinco anos depois, quando temos 177 livres para 80 escravos. Usando um divisor,

chegaremos à conclusão de que, em 1801, cada grupo de 3 habitantes teria um escravo, enquanto que, em 1806, a relação se altera, caindo para 2,2 habitantes para um escravo, demonstrando que mais escravos estariam desenvolvendo as atividades agrícolas da região.

Quando tabulamos esses dados, verificamos que sempre a concentração da mão-de-obra escrava estará nas mãos de um grupo muito reduzido de fazendeiros, inicialmente meia dúzia, depois mais alguns e, quando a produção desabrochar, principalmente a do café, após 1830, chegaremos aos doze grandes produtores.

Por outro lado, o crescimento das produções de açúcar, fumo, aguardente e café trarão, como conseqüência, um aumento do número de habitantes livres e escravos. Assim, no ano de 1821, a população livre é de 224, acusando um aumento de 32,5% em relação a 1801, enquanto os escravos, que somam 140, acusam um crescimento de 150%, ou seja, a relação passa a ser de 1,6 habitante livre para um escravo. Os dados referentes a 1829 apresentam a mesma tendência, ou seja, 235 habitantes livres, contra 166 escravos, com a média 1,4 habitante livre por escravo.

O café passa a dominar, definitivamente, a economia da região caraguatatubense em 1835 e, com ele, o número de cativos dá um salto para um total de 417, contra 493 habitantes livres, ou seja, 1,18 livres para cada escravo, ficando, dessa forma, estabelecida a quase a igualdade. A par do crescimento da mão-de-obra livre, observamos, também, a chegada de novos segmentos de homens livres, como negociantes, pescadores, produtores agrícolas etc., mas o que não muda é a concentração de escravos nas mãos de poucos produtores. Assim, levantamos 12 proprietários agrícolas e negociantes com 299 escravos, de um total de 417, isto é, 2,47% dos proprietários concentram 71,70% do total da mão-de-obra cativa. Dessa forma, sobrariam 118 escravos, distribuídos entre os restantes 481 habitantes livres, isto é, um cativo para cada grupo de 4,11 habitantes.

Infelizmente, não dispomos de dados sobre o total de escravos durante o período do apogeu do café, em Caraguatatuba, mas entendemos que ele tenha permanecido em torno dos 400, como visto acima, para o

ano de 1835, decaindo lentamente em função de todas as dificuldades para a sua aquisição, mormente depois da supressão do tráfico, em 1750.

Tabela 4 – População de Caraguatatuba

Ano	1854	1869	1872	1886	1890	1900
População	1616	1641	1668	1951	2497	3113
Crescimento = %		1,54	1,64	16,96	27,98	24,66

II4

De acordo com dados de que dispomos, podemos apresentar o quadro acima da evolução da população,⁴³ na segunda metade do século, contanto com, pelo menos, um registro por década.

Pode-se verificar que, depois de um período de estabilização da população, correspondente ao terceiro quartel do século, ela cresce, nas últimas três décadas, a uma média de 23,20%, continuando a crescer na primeira quinzena do século seguinte.

O total da população referente a 1869, incluído no quadro acima, consta de um “Mapa da População” da Vila expedido pela Câmara,⁴⁴ o qual apresenta, ainda, os seguintes dados: brancos = 950, pardos = 437, pretos = 254, sendo livres = 1366 e escravos = 275, perfazendo o total de 1641 habitantes.

A vista da crônica queixa dos produtores, como vimos, com relação à carência de mão-de-obra e, ainda, do desenvolvimento da campanha abolicionista, somos levados a acreditar que, nessas duas últimas décadas anteriores à Lei Áurea, o total da população negra anual deve ter decrescido constantemente, ficando muito distante do total acima, de 275 escravos. Isso, realmente, parece correto, pois, apenas alguns anos mais tarde, em 1872, temos o registro de 159 escravos, mais 5 que haviam sido libertados, dando um total de 164.⁴⁵

Nessa época, além das graduais leis emancipadoras, foi instituído, pelo Regulamento Imperial nº 5.135, de 13 de novembro de 1872, ampliado pelo Decreto nº 6.341, de 20 de setembro de 1876, um fundo de emancipação, responsável pela libertação de muitos escravos. Motta Sobrinho⁴⁶

apresenta um quadro dos municípios, com os totais de escravos e respectivos Fundos, referente ao ano de 1884, do qual reproduzimos alguns dados:

Tabela 5

Municípios	Escravos	Fundos
Caraguatatuba	97	98.268
Natividade	282	576.408
Paraibuna	951	1.934.844
Redenção	412	842.128
Ubatuba	638	1.409.483
São Sebastião	373	1.015.045
Vila Bela	468	1.330.096

Por esses dados, pode-se comparar a posição de Caraguatatuba em relação aos seus vizinhos e se verifica que, dentre todos os municípios da zona vale-paraibana e Litoral Norte, ele era o que apresentava o menor contingente de escravos, com o menor Fundo de Emancipação. Esses dados, de alguns anos anteriores à Lei Áurea, servem para confirmar a situação de Caraguatatuba, de um Município com um diminuto contingente de escravos e com uma lavoura de café praticamente inexistente.

O Cotidiano dos Escravos

Ao chegarem às fazendas, os negros deparavam com uma realidade tão cruel quanto terem sido retirados de sua terra. Eram alojados em senzalas, que eram construções compridas, sem nenhum conforto, sem móveis, com pequenos compartimentos para alojar os casais e divisões muito rudes, para separar os dormitórios dos negros e das negras. Em algumas, existiam porões ou calabouço com pequenas janelas, que serviam para prender, ou seja, “abrigar” os rebeldes e os delinqüentes. Nas senzalas, não havia fossa, de forma que era impossível manter os mínimos hábitos de higiene.

Além das más acomodações, os escravos tinham ao alcance de suas vistas o tronco, as algemas, os azorragues e outros instrumentos de tortura. A sua finalidade era causar temor para evitar rebelião ou desobediência

às ordens do Senhor, que eram geralmente transmitidas pelos feitores ou pelos capatazes, muitas vezes negros, orientados para acompanhar o trabalho dos cativos.

Os casos de violência entre escravos ocorriam, entre outros motivos, por disputarem uma mulher, por inimizades advindas do passado tribal, ou por rancor ao elemento negro que estivesse a serviço do senhor branco. As fugas eram constantes e entendidas como o único meio de alcançar a liberdade tão sonhada, mesmo tendo consciência dos castigos que lhes estavam reservados quando fossem capturados.

Eram numerosos os casos de suicídios. Sentindo-se enganados e insatisfeitos com os sofrimentos que lhes eram impostos, muitos escravos optavam pela autodestruição e se enforcavam ou eram encontrados mortos por afogamentos. Não era menos triste o fim dos idosos que alcançavam a liberdade pela idade avançada e eram lançados à rua, passando a viver da caridade pública e que acabavam dando cabo da própria vida. Não eram poucos os casos em que o escravo era “suicidado”, ou seja, ele morria em consequência dos castigos que o senhor lhe aplicava e era dado como suicida pelas autoridades policiais, com o objetivo de se encobrir o crime praticado. Muitas jovens escravas, por serem alvos de fonte de prazer para os senhores e seus filhos, tiveram este triste fim, a fim de não vir a perturbar a paz das famílias e de suas honradas senhoras.

A vida do negro nas fazendas não se reduzia apenas ao trabalho e aos castigos. Eram religiosos e cultivavam o hábito das festas e comemorações piás, como as festas em louvor de São Benedito, o santo dos escravos, com reis, rainhas, juizes, damas, alferes e capitães. A religião prestava assistência aos escravos na tentativa de resolver determinados problemas, no alívio de suas dores e na organização de famílias escravas. Pregava a prática da Cristandade, como forma de aproximação a Deus e, certamente, tal pregação atendia aos interesses dos Senhores e do próprio sistema escravista.⁴⁷

Quanto à organização de famílias escravas, as uniões aconteciam entre elementos escravos e, com menos frequência, entre forros e escravos. Já o casamento propriamente dito, na Igreja, era mais raro, tanto pelas oportunidades, que eram exíguas, como pelas muitas restrições que os se-

nhores impunham. Havia, no caso, uma quase completa homogamia social.⁴⁸ No povoado de Caraguatatuba, provavelmente pelo isolamento e distância em relação a São Sebastião, são poucos os registros de casamentos de escravos. Para a primeira metade do século, temos apenas dois casos documentados:⁴⁹ o primeiro, da escrava Francisca Maria, pertencente ao fazendeiro Mathias Soares de Novais (que figura nos “Maços de População”), com o liberto Manoel do Prado, casamento realizado aos 18 de abril de 1822, “na Capela de Santo Antônio de Guaratutuba” [sic], em presença do Reverendo Pároco Bernardo da Pureza Claraval e das testemunhas Mathias Soares de Novais e Reverendo Bento José de Escobar. O segundo, realizado na Capela de Santo Antônio de Caraguatatuba, aos 24 de junho de 1844, entre os escravos Maurício, “de nação” e Eva, “crioula”, pertencentes a Benedita Maria de Castro, na presença do Vigário José Antônio Pinto e das testemunhas Antônio Gomes da Luz e Manoel Borges do Nascimento.

Nas grandes fazendas, com enorme escravaria, as oportunidades já eram muito maiores para se encontrar o companheiro numa mesma propriedade, o que, de resto, não era comum acontecer. Na segunda metade do século, já após a elevação de Caraguatatuba a Vila, temos o registro de mais quatro casamentos de escravos, realizados no mesmo dia 2 de fevereiro de 1859: de Sebastião com Catarina, Fermino com Francisca, Agostinho com Rosa, Cezario com Joaquina e Francisco com Grauna. Eram todos pertencentes ao Tenente Francisco Jacinto dos Passos, forte fazendeiro de café, na época.⁵⁰ Von Tschudi, em suas viagens pelas Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, em 1860-1861, anotava:

É muito raro haver entre os negros casamentos celebrados na igreja, mas o fazendeiro permite que os pares, que se unem segundo oportunidades ou sorte, vivam juntos, sendo que o pronunciamento do fazendeiro basta para que eles se considerem como esposo e esposa, numa união que raras vezes há de perdurar a vida inteira. As pretas possuem, em geral, filhos de dois ou três homens diferentes.⁵¹

Para o ano de 1857, em que o povoado de Santo Antônio foi elevado a vila, dispomos de um interessante “*mapa do movimento de população*”,⁵² que apresentamos a seguir:

Tabela 6 – Movimento de População em 1857

	Nascimentos		Óbitos		Casamentos
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
Livres	25	61	12	21	29
Escravos	51	29	15	17	12

Embora não tenhamos o total de cada contingente populacional referente a este ano, que seria fundamental para uma correta avaliação dos dados, dispomos, no entanto, dos totais da população, referentes ao ano de 1874, que, à falta de outros, podem ajudar em nossas conclusões:⁵³

Tabela 7 – População em 1874

Livres	Homens	Mulheres	Subtotais	Total
– Solteiros	668	531	1199	1492
– Casados	142	125	263	
– Viúvos	17	13	30	
Escravos	95	81		176
Total Geral				1668

Analisando-se o primeiro quadro, observamos que o número de casamentos de escravos é inferior a 50% dos relativos aos homens livres: 12 contra 29. Em contra-partida, o total de nascimentos dos escravos é inferior em apenas cerca de 7% ao dos livres: 80 contra 86. Quanto aos óbitos, verificamos um absoluto equilíbrio: 32 contra 33. Mas, levando-se em conta os dados do segundo quadro, tem-se a confirmação de que era diminuto o número de casamentos entre os escravos. Por outro lado, evidencia que o leito das senzalas era bastante fecundo, não se devendo esquecer que, em muitas fazendas, havia o negro reprodutor, cuja única função era procriar. Pode-se verificar, ainda, como era extremamente elevado o número de óbitos entre os escravos. Entendemos que as conclusões desses dados são válidas para todo o período do apogeu da lavoura cafeeira.

O escravo, muitas vezes, saía da sua passividade e reagia contra o que lhe era imposto. Geralmente os feitores eram as principais vítimas,

por serem os executores das ordens dos senhores na distribuição de serviços, na aplicação de castigos e outras medidas tomadas com o objetivo de evitar levantes e insurreições coletivas, estimuladas pelas idéias abolicionistas, na segunda metade do século.

O crime de morte praticado pelo negro contra o branco, embora não ocorrendo com freqüência, demonstra que havia ressentimentos profundos os quais, havendo oportunidade, afloravam com grande violência. A título de ilustração, citaremos alguns casos ocorridos no Vale do Paraíba e Litoral Norte. Em Silveiras, uma viúva rica instituiu como herdeiros seus 12 escravos. Quatro deles eram domésticos, que se aproveitaram dos problemas de saúde da senhora e das drogas que lhe eram ministradas pelo farmacêutico, para sufocarem-na em seu leito até a morte. Contudo, não escaparam ilesos. Descobertos pelo delegado, acabaram por confessar suas culpas e foram condenados, dois à morte e outros dois à prisão perpétua, mas não chegou a haver execução, pois o Imperador comutou as penas capitais em perpétuas. Os demais escravos que trabalhavam na fazenda escaparam das punições.

Mas foi Caraguatatuba, no entanto, em 1867, o palco de um dos crimes mais horríveis de que existe registro na região do Vale do Paraíba e Litoral Norte, envolvendo escravos e seus senhores. Uma verdadeira chacina ocorreu na fazenda Ribeirão, vitimando o fazendeiro João Esteves de Sant'Anna e sua família, num total de sete pessoas, barbaramente trucidados por quatro escravos. Vejamos, na linguagem chocante do delegado de São Sebastião, que jurisdicionava a região, todo o horror daquela tragédia:

É do meu dever participar a V. Ex.^a do horroroso atentado, acontecido na Vila de Caraguatatuba, às 9 horas da manhã do dia 30 de setembro p. p., na fazenda de João Estevão de Sant'Anna, que foi por uns escravos barbaramente assassinado juntamente [com] sua mulher, o genro, o alferes Antônio José de Sant'Anna, sua mulher e um filhinho de 5 anos, uma outra filha do fazendeiro, viúva, e uma agregada, tudo em numero de sete!

Na tarde do referido dia 30 de setembro, às 7 horas, apresentaram-se-me 4 escravos de João Esteves de Sant'Anna, dizendo que tinham morto o seu Senhor e a toda a família, tendo feito 7 mortes, que vinham se apresentar na

qualidade de *Voluntários da Pátria* e julgando um delírio destes escravos, disse que os aceitava e mandei-os conduzir por uma força do destacamento à cadeia, onde se acham.

Porem logo depois recebi, sucessivamente, dois ofícios do subdelegado do Povoado de Caraguatatuba, que me foram já entregues à noite daquele dia, comunicando-me todos estes horrores e pedindo minha presença àquele lugar com alguma força, e dirigi-me imediatamente à dita povoação, partindo daqui por mar à meia-noite e chegando ali às 5 horas da manhã do dia 1.º do corrente; dei aí as providências que o caso exigia e segui com uma força de destacamento que tive comigo de São Sebastião e, acompanhado de mais alguns cidadãos do lugar e do Subdelegado, dirigi-me ao sitio da catástrofe, [que] dista de Caraguatatuba cerca de 3 léguas e aí cheguei às 11 horas do dia.

Foi então um espetáculo, Ex.^{mo} Sr., verdadeiramente doloroso e assustador o que se me apresentou à vista! Cadáveres dispersos pelo terreiro, outros dentro da casa, gavetas e cômodas arrombadas e cheias de sangue, terreiro, caminhos, casas, paredes, portas, tudo salpicado de sangue; era uma cena lutuosa e pungente! Os cadáveres horripelantemente mutilados e torturados; olhos arrancados, bochechas rasgadas até às orelhas, dentes quebrados, pernas fraturadas, cabeças achatadas, braços descarnados, cabeças e crânios esmigalhados a foiçadas, crivados de facadas e estocadas, havendo cadáveres em que se contarão até 17 facadas, como se verificou do corpo de delicto, os instrumentos com que foi perpetrado tão horrível atentado, achados pela sala e terreiro, e ainda com o sangue e carnes das vítimas, e alguns arcados e tortos, eis, Ex.^{mo} Sr., o quadro doloroso que se divisava em todos os cadáveres e neste lugar do sinistro; sendo mais para lamentar a morte da mulher de Antonio Sant'Anna, por estar grávida de 6 meses! Nada há a admirar que quem pratica horrores desta ordem, também não respeita o estado de maternidade desta vítima inofensiva! É raro, é pasmoso ver-se um canibalismo tal!

Deixo de continuar tão horrível quadro! É o maior delírio em seu requinte! E o que ainda é mais notável, é que estas feras, com figuras humanas, ainda não tiveram um momento de arrependimento e remorsos; eles confessam, cingidamente, seus crimes, alardeiam publicamente de os ter cometido!

Quem conhece ao fazendeiro João Esteves de Sant'Anna e o seu genro Antonio José de Sant'Anna certamente diz que eram um dos mais humanos senhores de escravos e esta circunstância me leva à confusão, e a não poder qualificar tão criminoso atentado, sem significação alguma.

Passsei logo a dar providências para conduzir os cadáveres para a Vila, a fim de aí proceder-se os corpos de delito e mandar sepultá-los; chegamos à Vila já às 3 horas da tarde e feitos os corpos de delito, foram depois sepultados os cadáveres.

Tive de ali ainda demorar-me mais 3 dias, a fim de arrecadar todos os bens pertencentes aos dois casais assassinados e trucidados, com quase toda a família, e tive de subir 2.^a vez à fazenda e sítio dos finados e foi, com efeito, arrecadação [sic] de todos os bens, cuja relação, competentemente escriturada, foi entregue ao Dr. Juiz Municipal de Orfãos e Ausentes.

Fiz prender e conduzir para esta Vila todos os escravos de ambos os sexos e de todas as idades e os que na fazenda se achavam não pertencentes ao espólio dos finados (ao todo 24) para averiguações policiais e acham-se todos recolhidos à cadeia, e já comecei a proceder minuciosamente a elas e continuam, de hoje em diante, a ser feitas pelo Dr. Juiz Municipal, a quem remeti os corpos de delito, partes do sobredito [?] e mais peças componentes do processo, a fim de ele organizar o sumário, visto os muitos afazeres desta Delegacia e mesmo por ser aquele magistrado mais apto, por seus conhecimentos profissionais, para instruir bem este processo e mesmo porque por qualquer destes dias ele tem de tomar posse do cargo sobredito [?] para que foi ultimamente nomeado.

Devo, ainda, antes de terminar, ponderar a V. Ex.^a que nesta primeira diligência a Caraguatatuba fui sempre acompanhado pelo Promotor Público da Comarca, o Dr. Manoel Furquim de Campos que aqui se acha em comissão do Governo Provincial e sua solicitude e zelo em prol da Justiça Pública muito serviu e com seus conhecimentos profissionais muito me coadjuvou na execução da lei e da justiça de que é digno órgão.

Deus guarde a V. Ex.^a

Delegado de Polícia de S. Sebastião 4 de Outubro 1867.

*Il.^{mo} Ex.^{mo} Sr. Digno Camillo José Tavares Bastos
M. D. Presidente desta Província*

João José Pinto Cidade.⁵⁴

Por uma correspondência do Sr. Juiz Municipal, dirigida ao Ex.^{mo}. Sr. Presidente da Província de São Paulo,⁵⁵ inteiramo-nos de alguns detalhes do ocorrido com os criminosos. Sabemos que foram julgados e que apenas um dos quatro acusados, o pardo Bernardino (esse o nome do infeliz) acabou sendo condenado pelo Júri da Comarca à pena última, provavelmente porque tenha sido ele quem liderou e insuflou os demais a cometerem o bárbaro crime. O documento “*declara ter S. M. o Imperador indeferido o recurso de graça interposto ex officio da sentença do Juri que condenou à pena já referida, o aludido escravo.*” Para dar cumprimento à sentença, o Sr. Juiz se declara “*na impossibilidade de o fazer, por isso que não só a Câmara Municipal não tem verba para as despesas do levantamento da força, como porque não tem neste Município, nem em nenhum outro próximo, força militar que possa ser requerida para tal ato*”. O Juiz pede para que seja autorizada a despesa necessária e para ordenar a remessa da força militar necessária “*para o cumprimento exato do Artigo 40 do Código Penal e formação do quadrado na ocasião da execução. Aguardo as ordens de V.S. para poder marcar dia e hora para o cumprimento da sentença.*”

Não encontramos os registros de quando, como e onde a sentença foi executada. O grande escritor paulista Nuto Sant’Anna, descendente em linha direta do desditoso fazendeiro assassinado, escreveu um belo conto a respeito do acontecido, no qual assim descreve a execução:

A multidão constringia-se horrorizada.

Os negros presentes, ou os que se encolbiam em suas senzalas, persignavam-se estarecidos.

E por muito tempo, para escarmento dos povos, o negro ficou dependurado. Corvos riscavam o ar com asas enormes. Havia em tudo uma sensação incômoda que abafava.

Tarde já, o carrasco desceu o corpo da corda.

Estava birto.

E via-se-lhe ainda, no peito, o pequeno bentinbo de pano encardido.

Depois, tudo acabou.

Foi esse o último enforcado de Caraguatatuba.

E dizem que, anos depois, não faltou quem visse lá pela meia noite, quando as névoas do mar invadiam a vila, desenbar-se vagamente, no largo despovoadado, um espectro negro que oscilava ao vento, como um pêndulo trágico.⁵⁶

Assim terminou esse triste capítulo da história de Caraguatatuba, fruto, sem dúvida, da bárbara exploração do homem pelo homem, o hediondo regime escravista, que ceifou milhões de pobres vidas humanas indefesas pelos tempos afora!

Mas o não-conformismo do escravo e a sua constante busca pela liberdade deram origem a vários quilombos, nos quais os negros se organizavam para uma vida livre e feliz, cultivando pequenas roças ou, em alguns casos, praticando atos de pilhagens. A região de Caraguatatuba-São Sebastião não podia se constituir em exceção, tanto que a toponímia atual ainda registra um ribeirão com o nome de Quilombo, afluente do Perequê-Mirim, o qual, sem dúvida, está a lembrar a existência de um antigo reduto quilombola naquela área. Eram vítimas de perseguição implacável e, quando eram descobertos e se viam cercados, muitas vezes optavam pelo suicídio como forma de alcançar a liberdade e, também, como um meio eficaz de causar prejuízo ao seu dono, pelo valor que tinha enquanto mercadoria. Havia, ainda, os que procuravam a companhia de leprosos, por acharem que eram imunes à doença e por entenderem que, entre eles, os brancos os deixariam em paz.

O Sistema de Parceria e a Colônia Getuba

A crise da mão-de-obra nas grandes lavouras agravou-se, a partir de 1850, com a lei Eusébio de Queirós que abolia o tráfico negreiro. O escravo tornou-se então uma mercadoria cara, adquirida através de contrabando da África, ou, um pouco mais tarde, do Nordeste, onde a cultura canavieira estava em decadência.

A substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre não foi fácil, encontrando muitos entraves. Além de problemas administrativos, havia fatores culturais, sociais e mesmo psicológicos, que dificultaram o processo imigratório. Os esforços oficiais e particulares, que se seguiram, esbarravam, ainda, em um obstáculo maior: os contratos eram feitos nos países

estrangeiros, sem haver uma pré- seleção dos futuros colonos. Assim sendo, ao invés de elementos ativos e ordeiros, foram enviados pelos agentes imigratórios soldados, ex-presidiários, vagabundos de toda espécie, octogênários, aleijados, cegos e idiotas.

A extrema urgência que se tinha de suprir de braços a lavoura cafeeira, contribuiu para a instalação das chamadas “colônias de parceria”. A iniciativa coube ao Senador Vergueiro que, após uma primeira tentativa, elaborou um plano que fora desenvolvido pela Fundação Vergueiro & Cia. Esta assumia o compromisso de engajar os colonos na Europa e da transferência dos mesmos a outros proprietários, desde que houvesse acordo entre as partes quanto às condições previamente estipuladas. O colono recebia um adiantamento, destinado ao transporte e sustento, o qual deveria ser pago no prazo estabelecido e com juros de 6% ao ano. Cada família recebia o número de cafeeiros que pudessem cultivar, colher e beneficiar, além de cultivarem produtos para a sua sobrevivência. O produto da venda do café era repartido entre os colonos e o fazendeiro, prevalecendo o mesmo princípio para as sobras de mantimentos que o colono viesse a produzir. Mas, neste último caso, havia certa tolerância e muitos fazendeiros desistiam da meação. Quanto às dúvidas que houvesse entre as partes, eram resolvidas por árbitros.

O sistema iniciado em Ibicaba espalhou-se pela província, sendo promissor nos primeiros tempos. Mas logo surgiram descontentamentos entre os colonos, no que se refere à qualidade da terra, aos cafeeiros com baixa produção e às dívidas adquiridas que, acrescidas dos juros, multiplicavam-se, tornando impossível saldá-las. Sentindo-se enganados, explorados e oprimidos, os colonos da Fazenda de Ibicaba, em 1856, liderados por Thomaz Davatz, explodem numa grande revolta.⁵⁷

Em Caraguatatuba, vamos encontrar, também, uma surpreendente experiência de colônia de parceria. Tal iniciativa partiu do Comendador Manoel José Vieira de Macedo, em sua fazenda denominada Getuba. O Comendador era brasileiro e vice-cônsul da nação portuguesa, conforme declara em ofício de saudação ao novo Presidente da Província, o Dr. Vicente Pires da Motta.⁵⁸

Ao que tudo indica, ele veio para Caraguatatuba, em 1855, pois afirma, em carta à Câmara Municipal,⁵⁹ datada de 25 de novembro de 1958, que há “*três anos que comprei estas fazendas, do Getuba e Boa Vista*”.

A primeira notícia que temos da sua Colônia é através de uma resposta a uma Portaria da Presidência da Província,⁶⁰ datada de 8 de março de 1857, na qual era solicitada, por exigência da Assembléia Provincial, a remessa das cópias dos contratos celebrados. Nessa missiva, ele informa que contratou “*quatro famílias, todas da mesma nação, de que trata a cópia junta, contendo 31 pessoas*”. Informa mais que morreu uma pessoa, duas se ausentaram e nasceram três, permanecendo o mesmo número, sendo sete as famílias, em consequência de três casamentos, sujeitos todos ao mesmo contrato. Vê-se que o Governo Provincial exercia rigoroso controle sobre as colônias de parceria.

Na correspondência de 1858, acima referida, informa que a sua cultura é a do café e que

no primeiro ano pouco passou seu rendimento de quinzentas arrobas socadas, nos dois anos seguintes regulou de mil e cem arrobas por cada ano, quando o meu antecessor, me consta, teve colheitas de mais de cem mil arrobas. Tem concorrido para esta diminuição o mau estado em que se achavam os cafezais, o desfalque de braços e mesmo a irregularidade das estações, que a quatro para cinco anos tem originado nos Municípios do Litoral uma falha espantosa.

Continua reclamando da situação difícil da lavoura, afirmando que “*a origem principal é a falta de braços a que eu vejo bem pouco remédio. A seguir, temos a informação da origem da Colônia de Parceria “pois que reconhecerá que há três anos dei princípio a colonizar estas fazendas com suíços, alemães e portugueses, oferecendo-lhes vantagens superiores às de seus contratos celebrados na Europa.”* Indaga qual o resultado que obteve dos suíços, para responder com os mesmos argumentos que vimos sobre a razão do fracasso desse sistema. Afirma que “*abandonavam clandestinamente as suas moradias e o resto que ficou declarar formalmente que a lavoura do Brasil não é para ser cultivada por pessoas habituadas a outro clima, outro trabalho e que por isso não queriam mais trabalhar?*” À vista do exposto, dá o seu testemunho sobre a possível solução para o

problema, dizendo que “*tive de abandoná-los com graves prejuízos, substituindo-os por portugueses que, conquanto estejam muito aquém no seu trabalho, do dos pretos, entendo que é a única gente que pode oferecer alguma vantagem à agricultura brasileira.*”

Em nova correspondência, agora destinada ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas,⁶¹ datada de 24 de outubro de 1863, volta com mais detalhes sobre a evolução da Colônia e sobre as razões do seu insucesso:

Respondo a V. Excia. que dita colônia é de parceria, teve princípio em setembro de 1855 com colonos suíços alemães, em número de 32, que duplicamos suas despesas, digo suas dívidas em dois anos, pelas enormes despesas que faziam e pouco trabalho. Tive de despedi-los com um prejuízo superior a 6 contos de réis em 1857. No mesmo ano de 57 contratei 50 colonos portugueses pelo mesmo sistema de parceria. Hoje existem 25, porque faleceu um, fugiu outro, duas famílias retiraram-se satisfazendo seus débitos e outra por dar-lhes mais de metade de sua dívida, que igualmente se retirou. Houveram 2 nascimentos.

Continua com mais informes sobre o funcionamento do sistema.

O trabalho desta gente é lento, empregando-se no cultivo de cana, arroz, milho, feijão e mandioca, que tudo lhes pertence, à exceção da cana que metade me pertence pela fábrica, corte e condução.

O café por colher, de que tenho metade, na razão de 3 alqueires rasos com [ilégivel] por arroba. Criação limita-se ao necessário por ser alimento no que diz respeito a Aves e nada mais.

Em 1874, o Comendador coloca sua fazenda Getuba à venda, oferecendo-a ao Governo Provincial. O momento era mais do que propício, pois a fase dos grandes lucros com a lavoura do café havia passado e agora se oferecia a oportunidade para um bom negócio. É que o Governo da Província pensava em instalar uma escola de agricultura na Vila ⁶² e o fazendeiro-diplomata, bem informado, procura convencer aos governantes que a sua fazenda se prestaria admiravelmente para esse fim. Vejamos a descrição da fazenda Getuba, em relatório de próprio punho de Vieira de Macedo.⁶³

Ele inicia dando as dimensões das terras, as quais, fazendo-se os cálculos, correspondem a 3.832,4 m de frente por uma légua de fundo, ou seja 6.600m.: “*tem 1742 braças de testada e 3.000 de fundos ou o que mais der, até as vertentes da Serra, desde a praia de Massaguassu.*”

Fala dos solos bons para o cultivo, inclusive para o café:

Uma quarta parte dos terrenos estão em cultivo e as 3 partes restantes em matas virgens; extensas vargens que se prestam ao arado, muito produtivas para os itens milho, feijão e cana de açúcar; muito excelentes morrotes próprios para a plantação de Café, que produz bem e que nunca sofrem a praga que em outras partes assolou esta planta.

127

Descreve a maquinaria que existia, para processar a produção, destacando-se a máquina de socar café, movida a roda d'água

Atravessam-na 5 cachoeiras, destas unem-se 3 por canais artificiais que movem as máquinas de socar café, despolpar, serrar madeira, moer fubá, a máquina de fazer farinha de mandioca, que cêva, côa, massa, torra, com o emprego de um preto velho; move o Engenho de Cana sistema horizontal de 3 cilindros de ferro que pesam 73 arrobas e giram em 6 mancais de bronze e dois alambiques de destilar Água ardente, tudo novo que funciona o melhor possível.

Segue-se a surpreendente descrição da casa grande, típica do ciclo do café, contendo uma biblioteca e uma galeria com obras de arte:

Uma casa assobradada com 210 palmos de frente e 80 de fundos (ou largura) vista para o mar de donde dista meia légua, forrada, assoalhada e rebocada de Cal, com 5 Salões e 2 alcovas em cada um deles, sendo 6 com portas de vidraças, isto na frente e nos fundos, que olha ao Noroeste, 2 Salas forradas e assoalhadas, cada uma com 2 alcovas, uma serve de recolher camaradas, outra que serve de gabinete contendo uma bonita biblioteca e uma galeria de mais de 50 quadros históricos [grifo nosso].

Tem a mesma casa, na parte que olha a Leste 3 janelas envidraçadas e em seguida ao Gabinete, para o lato do Sul – despensa, grande Cozinha e grande paiol, e no ultimo repartimento [palavra ilegível] casa em que funcionam as máquinas de farinha e moagem de Cana. Na frente, que olha para o Mar, tem uma escada de mármore e em seguida comprida calçada, no

fim um portão e do lado esquerdo um jardim e do direito um pomar. A frente que olha para o Noroeste tem uma calçada em todo o comprimento, na largura de 2 metros e 80 centímetros.

Vem a seguir a descrição das demais construções do complexo, com destaque para o rancho que abrigava os colonos, referindo-se a eles de forma contundente e com conhecimento de causa:

128

Em frente aos fundos desta casa tem outras de sobrado que é separada por um grande terreiro que serve para secar café e os mais gêneros próprios da lavoura, cuja casa tem 100 palmos de comprimento, com 10 janelas e 5 cômodos, e na parte térrea outros tantos, e em que já tive colonos Suíços Alemães, gente dada a embriagar, os refugos exportados pelas Comunas Helvéticas [grifo nosso]. Em seguida outra casa, parecer térrea, em que funciona uma serraria e o Engenho de soque, com outros 100 palmos de frente, em seguida a em que trabalha o Engenho de serra e despoldador, com cômodos para recolher taboado e as roças. Todas estas casas são cobertas de telhas.

Menciona a distância da Vila e do porto, silenciando sobre as dificuldades de acesso a ela, que eram o seu ponto fraco:

Dista da vila de Caraguatatuba légua e meia e do porto de embarque, pouco mais de uma légua, porto freqüentado por barcos de vela e dois vapores, e aonde a mesma tropa pode dar duas viagens por dia.

Finalizando, cita as belezas e outras vantagens da propriedade:

Tem grande variedade de madeiras, jequitibás imensos que podem dar canoas de 5, 6, e mais palmos de boca. Tem dois pastos, um para a tropa, e outro para o gado. Lugar bonito, arejado, o mais intenso calor aqui é mais suportável, pela constante viração da cachoeira grande, em pequena distância das casas, que quando [palavra ilegível] tem uma ponte para atravessar. Estou aqui há 18 anos, a única moléstia que aqui se sofre são alguns defluxos na mudança da Estação para o frio e calor. Tem vindo para aqui maleitentes (que eu trato gratuitamente) algumas delas ao cabo de 3 dias ficam bons sem fazer uso de remédios, o que atribuo às águas que tem partículas de salsa: água cristalina, leve, saborosa, que se precipita

espumando por uma grande cachoeira de grossas pedras. Convém explicar que esta fazenda não são posses, é medida e demarcada, julgada por sentença, sem demarcação com citação de hereos, que serão essa distância do centro desta fazenda 3 quartos de légua para o Sul e outro tanto para o Norte; existem seus títulos muito em vigor.

Fazenda do Getuba, em Caraguatatuba, 10 de Fevereiro de 1874.

Manoel José Vieira de Macedo

129

Talvez impressionado pela descrição que o Sr. Vieira de Macedo fez de seu imóvel, o Governo pede que se lhe dêem “*informações exatas sobre o terreno e dita fazenda e seu valor aproximativo, emitindo parecer quanto ao fim a que se destina*”, conforme consta da resposta do Administrador da Mesa de Rendas de Caraguatatuba,⁶⁴ de 23 de julho de 1874. Em linhas gerais, o Administrador confirma as declarações do fazendeiro, cuja cópia de sua proposta fora anexada, mas deixa claro que “*para nela se estabelecer uma fazenda normal ou escola de agricultura tem, é verdade, a seu favor os edifícios e máquinas, mas tem contra si a distância do porto e a estrada até ele, que é péssima em épocas chuvosas.*” Emite seu parecer sobre o valor do imóvel, argumentando que “*atendendo ao depreciamento em que se acham as fazendas do litoral, venço-me [de] que não possa ela valer mais de vinte contos de réis.*”

Mas, na mesma época, o Governo pediu as mesmas informações à Câmara Municipal, também anexando cópia da proposta do fazendeiro, com resposta⁶⁵ datada de 28 de julho de 1874, onde lemos que “*a mesma Câmara nomeando uma comissão, compondo-se esta de dous lavradores e um negociante e dirigindo-se à dita fazenda, emitiram seu parecer, que acharam as informações dadas por aquele exata, vendo a mesma comissão trabalhar todas as máquinas...*” Como vemos, a Câmara procurou ser cuidadosa, para tentar convencer o Governo que o negócio era bom e apresentava a sua avaliação: “*O preço aproximativo que na opinião desta Câmara pode valer aquela fazenda é de 60.000\$000. Enfim V. Excia. conformando-se com informações de homens científicos, melhor se conformará com a presente informação.*” Como se conformar com essa avaliação se o Governo tinha em mãos a anterior, no valor de exatamente um terço dessa. O



Vista do Massaguassu com as terras da Antiga Fazenda Getuba
Empreendimentos Jetuba S/C Ltda

fazendeiro, apoiado pela Câmara, queria fazer um ótimo negócio, vendendo a Fazenda Getuba para a Província, por um preço que estava muito acima do que poderia valer na época, dadas as condições do mercado.

Não sabemos no que deu esse negócio, mas deve ter gorado, pois a escola agrícola não foi instalada em Caraguatatuba.

Quanto ao que aconteceu com a importante fazenda de café pouco se sabe, perdendo-se a sua história nas névoas do tempo, de tal forma que, lamentavelmente, sequer ruínas do conjunto arquitetônico da antiga sede existem hoje, para assinalar o local que foi palco de tão notáveis acontecimentos. A fazenda, como já vimos, ficava no Bairro do Massaguaçu, situando-se a sua imponente sede junto ao sopé da serra, próximo ao morro onde hoje está o “Portal Patrimonium”.

Notas

- (1) SILVA, 1975: 76.
- (2) FRANÇA, 1951: 133.
- (3) MAIA, 1976: 11 e 12.
- (4) PETRONE, 1968: 7 e 9.
- (5) MAIA, 1976: 14.
- (6) Maços de População (DAESP-MP Rolo 187, lata 0165).
- (7) O presente texto foi baseado em Myriam ELLIS (1968:144/156).
- (8) Resumo do Livro do Tombo de Ubatuba (ACDC-LTU, 1747, fol.5r).
- (9) SILVA, 1975: 78/79.
- (10) DI, V.XVIII, p. 104/105.
- (11) DI, V. XVII, p. 148/149.
- (12) DI, V.XX, p. 209/210.
- (13) DI, V.XXIV, p. 45/46.
- (14) Os autores puderam constatar, em pesquisa de campo, que, na região da Serra de Pindamonhangaba, existem ruínas de obras de cantaria, em muitas passagens de gargantas profundas, sem nenhum registro de sua utilidade econômica ulterior, que provavelmente confirmaria ser um caminho de contrabando de ouro e diamantes, em direção ao litoral.
- (15) Conf. Maria Luíza MARCÍLIO, 1986: págs. 25 a 39, cuja análise vimos seguindo.
- (16) Para o presente texto, baseamo-nos em Maria Thereza Schorer PETRONE, 1968: 27 a 33
- (17) DI, 31, p. 192-199.
- (18) HOLME, 1976: 8.
- (19) O território da Vila era dividido em Companhias, pertencendo a área de Caraguatatuba, geralmente, à 3ª. Companhia de São Sebastião (DAESP-MP, 1801).

- (20) MARCÍLIO, 1986: 37.
- (21) IBID.: 223.
- (22) MARCÍLIO, 1986: 68.
- (23) Valemo-nos, para a presente parte, do texto de Stanley J. Stein (STEIN, 1953: 22/41).
- (24) DAESP-ODC: O 983, C 188, P 2, D 8.
- (25) MARCÍLIO, 1986: 109 a 117.
- (26) DAESP-ODC: O 983 e 983A, C 188 e 188A
- (27) Ofício, de 03/12/1858, ao Presidente da Província, Conselheiro José Joaquim Fernandes Torres (DAESP-ODC: O 983, C 61, P 1, D 12).
- (28) Informação de 30/01/1861 (DAESP-ODC: O 983 C 188).
- (29) Ofício de 30/11/1861 (DAESP-ODC: O 983, C 188, P 2, D 35)
- (30) Correspondência de 09/01/1865 (DAESP-ODC: O 983, C 188, P 3, D 34)
- (31) Resposta da Câmara ao Governo da Província, de 29/02/1868 (DAESP-ODC: O 983-A, C 88-A, P 1, D 56).
- (32) Resposta de 15/03/1869 (DAESP-ODC: O. 983-A, C.188-A, P 1, D 57).
- (33) Informação de 10/02/1871(DAESP-ODC: O. 983-A, C.188-A, P.1, D.68)
- (34) TAUNAY, 1939: 248.
- (35) O sistema métrico decimal foi adotado pela lei nº 1157, de 26 de junho de 1862, mas só entrou em vigor em 1º de julho de 1873.
- (36) Informação de 30/09/1878 (DAESP-ODC: O.983-A, C.188-A, P.2, D.41)
- (37) Dados constantes do “Quadro Estatístico da Produção de Café na Província de São Paulo, no Ano de 1886”, publicado, em 1889, pelo Dr. F. W. Dafert, nos “Reais Anuários Agrícolas Prussianos”, citado por TAUNAY, 1939: 363/4.
- (38) SILVA, 1975: 24.
- (39) TAUNAY, 1939: 364.

- (40) Dados de diversos mapas de importações (DAESP-ODC: O.983 e 983A, C.188 e 188A).
- (41) Ofício ao Presidente da Província, de 16/12/1862 (DAESP-ODC: O.983, C.188, P.2, D.58).
- (42) MOTTA SOBRINHO, 1978: 41.
- (43) Os dados foram retirados das seguintes fontes: 1854, de Armando Corrêa da Silva (SILVA, 1976: 81), citando Ernani da Silva Bruno; 1869, de um “Mapa da População” da Câmara (ver Nota 41); de 1872, 1886, 1890 e 1900, do *Annuário* (AnnuárioDemographico, 1921: 1252); Corrêa da Silva, opus cit., citando Azevedo Marques, equivocadamente, ao que parece, dá o total de 1668 habitantes, como sendo do ano de 1876, quando vemos, pelo *Annuário*, que o ano deve ser 1872.
- (44) Mapa de 22 de fevereiro de 1869 (DAESP-ODC: O 983-A, C. 188-A, P. 1, D. 56A).
- (45) DAESP-ODC: O 983-A, C. 188-A, P. 1, D. 83.
- (46) MOTTA SOBRINHO.: 98/99
- (47) Nesta parte, acompanhamos o texto de Alves Motta Sobrinho (MOTTA SOBRINHO, 1978: 41/49)
- (48) MARCÍLIO, 1986: 195.
- (49) Livro de casamentos (ACDC-CESS, fol.2v, 3r e 37r.).
- (50) IBID. (ACDC-CESS, fol. 40v.).
- (51) TSCHUDI, 1945: 53, citado por MARCÍLIO, 1986: 196.
- (52) “Mappa do Movimento de População da Freguezia de Santo Antonio de Caraguatatuba no Ano de 1857” (DAESP-ODC: O. 983 – Cx. 188).
- (53) Mapa Estatístico da Província de S. Paulo, Paróquia de Santo Antônio de Caraguatatuba, de 1874, fol. 154 a 156, publicação oficial (DEASP-Biblioteca).
- (54) DEASP-ODSS, O. 1288, C. 483, P. 2, D. 132.
- (55) DEASP-ODSS, O. 1283, C. 488, P. 2, D. 110.
- (56) SANT’ANNA, 1937, p.255.

- (57) Acompanhamos, na presente parte, o texto de Sérgio Buarque de Holanda, no Prefácio da obra de Thomaz Davatz *Memórias de um colono no Brasil*, 1850.
- (58) DEASP-ODC, O. 983, C. 188, P.2, D.56.
- (59) DEASP-ODC, O. 983, C. 188. P.1, D. 74.
- (60) DEASP-ODC, O. 983. C. 188, P. 1, D. 21.
- (61) DEASP-ODC, O. 983, C. 188, P. 1, D. 96.
- (62) Correspondência do Administrador da Mesa de Rendas de Caraguatatuba ao Governo da Província, de 23/7/17874 (DEASP-ODC, O. 983 A, C. 188 A, P. 2, D. 9 A). Ver neste Livro, Parte I, Cap. 6.
- (63) DEASP-ODC, O. 983 A, C. 188 A, P. 2, D. 9 C.
- (64) Ver nota 62, acima.
- (65) DEASP-ODC, O. 983 A, C. 188 A, P. 2, D. 9 B.

4. A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

*Jurandyr Ferraz de Campos, Odair Aparecido de Paula & Vera Lúcia
Felipe Malaquias da Silva*

4.1.

A Administração Colonial, Imperial e Republicana¹

A Administração do Sistema Colonial

O Sistema de Colonização Brasileiro, em sua administração, obedecia aos interesses dos Estados Colonizadores e da Classe Mercantil, através do monopólio do comércio colonial, administrado e fiscalizado pelo Estado e que reservava à Metrópole e à sua classe mercantil os privilégios da política de exploração, relacionada ao Sistema Colonial.

A administração do Brasil, em um primeiro momento, esteve a cargo de poucos aristocratas latifundiários, que administravam de acordo com as necessidades locais, quase que relegando a um segundo plano as leis metropolitanas.

As Capitâneas eram administradas pelo Conselho Ultramarino, que estava subordinado a um dos quatro secretários de Estado do Governo, o de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. Eram de competência do Conselho todos os negócios da Colônia, com exceção dos assuntos eclesiásticos que eram tratados pela mesa de Consciência e Ordens. O Conselho não somente dirigia as Capitâneas mas eram de seu conhecimento todos os assuntos coloniais, cabendo-lhe a resolução ou orientação sobre os assuntos, visto que nada se resolvia sem o seu consentimento.

Havia duas ordens de capitâneas: as principais e as subalternas, que se submetiam às primeiras. Não existia diferença entre o poder de governo, nas duas categorias províncias. A diferença estava no título do governador: capitão-general e governador nas principais e capitão-mor de capitania ou governador nas segundas. A capitania forma a maior unidade administrativa da colônia.

*Divide-se seu território em comarcas sempre em pequeno número. A comarca compõe-se de termos, com sede nas vilas ou cidades respectivas. Os termos, por sua vez dividem-se em freguesia, circunscrição eclesiástica que formam a paróquia, sede de uma igreja paroquial, e que servia também para a administração civil. Finalmente as freguesias ainda dividem em bairros, circunscrição mais imprecisa, e cujo principal papel aparece na organização das ordenanças [...]*¹

Em meados do século XVI, em pleno desenvolvimento da política colonizadora estabelecida pela metrópole, tinham os donatários, através de suas cartas de doações e forais, entre outros, o direito de fundar vilas. Essas vilas seriam administradas pelos “homens bons” do local, através das vereações e, mais tarde, pelas Câmaras Municipais, que eram compostas por um Juiz Presidente (chamado juiz de fora), cargo remunerado; mas freqüentemente era o juiz ordinário, sempre em número de dois, os quais serviam alternadamente suas funções em cada mês do ano de seu exercício e não eram remunerados. Havia ainda três vereadores e um procurador, tanto os eleitos quanto os eleitores eram pessoas qualificadas como “homens bons” (membros da classe dominante).

As câmaras municipais administravam centradas na ruralidade que era a característica da terra, muito diferente das câmaras urbanas da Metrópole. Nos primeiros cem anos, devido à falta de um poder central que os enfrentasse, os colonos governavam à sua maneira.

Após o predomínio da monocultura canavieira, no final do século XVII e início do século XVIII a economia passa a ter um novo elemento definidor, o ouro. Após sua descoberta e conseqüente desenvolvimento de sua extração, a Metrópole começa a agir com rigor e, através de uma política opressiva, arrasa o poder das Câmaras que passam, então, a cumprir as determinações da Coroa portuguesa, que enfim, firma seu poder.

Dentro deste contexto político opressivo, determinado por João V e pelo Marquês de Pombal visando à organização administrativa do Brasil, as Capitâneas hereditárias deixam de ser concedidas e as já existentes passam a ser extintas. Um foram compradas pela Coroa, outras abandonadas ou mesmo confiscadas.

No entanto, as Câmaras, por suas características especiais, com patrimônio e finanças próprias, com personalidade quase jurídica, funcionavam como organização e hierarquia administrativa. Com a força que adquire durante os anos, pode agir efetivamente, intervindo decisivamente nos processos de constitucionalização da Independência e da fundação do Império, sobrevivendo à derrocada das instituições coloniais. Certamente que nem todas tinham grande expressão, seu poder variava de acordo com a sua localização.

José Teixeira Neto nos diz que *no Brasil colonial e, até durante o império, a unidade nacional era inexistente, cada lugarejo era governado de acordo com a realidade local; a imensidão territorial refletia diversidade externas. Assim, cada região merece um estudo específico de sua estrutura social e política.*²

O Período do Brasil Reino-Unido

O sistema colonial brasileiro permaneceu aparentemente tranqüilo durante três séculos. E é dentro deste quadro de tranqüilidade que surgem e se desenvolvem as idéias que irão transformar o sistema administrativo no período seguinte.

Com a vinda da Corte portuguesa para o Brasil, foi decretada a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, extinguindo-se, dessa forma, o monopólio do comércio, salvo de alguns produtos. Tal medida, somada a elevação do Brasil à categoria de Reino-Unido a Portugal e Algarves, coloca um fim no sistema colonial e o Brasil passa então a ter autonomia administrativa.

D. João VI, durante seu período de regência, realizou muitas transformações no país, mas sempre beneficiando a elite, não havendo preocupação com a classe menos favorecida. O objetivo no campo cultural, por exemplo, era o de tornar o Brasil semelhante à Europa, enquanto que, no campo social e econômico, a miséria acompanhava a maioria da população.

Diante de tal panorama, desenvolvia-se o movimento interessado na independência do país, contando com o total apoio da classe dominante que pretendia preservar a liberdade de comércio adquirida.

Em 7 de setembro de 1822, D. Pedro proclama a independência, liderando um processo planejado e comandado pelas classe dominante, interessada na preservação da liberdade de comércio, conseguida em 1808, e de autonomia administrativa, em 1815. Porém, o país recém-liberto apenas saiu da dependência dos laços coloniais, passando, então, para a dependência da dominação capitalista da Inglaterra.

O Período Imperial

Após a proclamação da independência, D. Pedro tinha um grande obstáculo a ser transposto. Era preciso consolidar a independência, que não fora aceita em todo o território.

Quanto ao reconhecimento internacional da independência, somente aconteceu após negociações que concedessem alguma vantagem política e econômica aos outros países, principalmente para a Inglaterra, de quem o Brasil já era devedor.

A primeira Assembléia Constituinte do Brasil foi convocada em 3 de junho de 1822, mas somente se instalou em 3 de maio de 1823, dando então início à elaboração do projeto da Constituição. Os representantes do “Partido Brasileiro”, formado por ricos latifundiários do país, atuavam junto às lideranças da comissão responsável pela elaboração do projeto, influenciando para que ele tivesse as seguintes características: o anticolonialismo, o antiabsolutismo e o classismo. Este projeto limitava o poder do então imperador Pedro I que, descontente, resolve dissolver a Constituinte. Em 1824, outra comissão foi convocada e, dentro de quarenta dias, o projeto estava concluído. Foi enviado para a apreciação das Câmaras municipais, sendo aceito e outorgado pelo decreto imperial de 25 de março de 1824. Estabelecia, entre outros itens, a organização dos Poderes do Estado em Poder Judiciário, Legislativo, Executivo e o Moderador. Se o primeiro projeto limitava o poder do imperador, o segundo concentrava o poder em suas mãos. Essa atitude provocou revoltas, principalmente da elite social e econômica, que se sentia longe de intervir nos destinos do país. Finalmente, as forças opositoras dominaram o quadro político nacional e levaram D. Pedro a abdicar do Trono, em favor de seu filho Pedro, que ainda era criança.

Após a abdicação de D. Pedro I, o país passou por uma fase de instabilidade política e o poder ficou dividido entre os grupos dos Restauradores, dos Liberais Exaltados e dos Moderados. Não havia entendimento entre as elites, cada uma tinha sua posição. O poder central não era eficiente.

Na área econômica, perdia-se competitividade no exterior e, conseqüentemente, se aprofundava cada vez mais na dependência das potências estrangeiras. A sociedade clamava por liberdade e justiça. Neste quadro de insatisfação, explodem movimentos de revolta por todo o país.

A Constituição do império dizia que, em caso de abdicação do imperador, o Brasil deveria ser governado por um conselho de três regentes, eleitos pelo Legislativo, até que o herdeiro do trono alcançasse a maioria. Em cumprimento da Constituição, teve início o período das regências, Trina Provisória (1831), Regência Trina Permanente (1831-1835) e Regência Una (1835-1840).

Durante este período, dá-se a ascensão da lavoura do café e é a elite cafeeira que reúne forças para o comando do país. A localização da lavoura coincide com o centro econômico, dando condições para a realização do que se pretende no campo político-econômico. Do Centro-Sul, partem as determinações para as áreas periféricas, incluindo a área platina. Criou-se, como instrumento controlador, a Guarda Nacional, tropas sob o controle de fazendeiros, que se constituíam em auxiliares do governo para conter os opositores. A Guarda Nacional transforma-se na principal força de repressão ao sistema oligárquico agrário e, assim, num sustentáculo importante da sua hegemonia.

Em 12 de agosto de 1834, a Regência assinou o Ato Adicional à Constituição, contendo quatro medidas importantes, do ponto de vista político: a) a transformação dos governos das províncias, substituindo os antigos conselhos gerais, que eram apenas consultivos, por assembleias legislativas que podiam legislar internamente, desde que não ferissem a lei nacional; b) abolia-se o Conselho de Estado, órgão consultivo, de nomeação privada do Imperador; c) a cidade do Rio de Janeiro constituía-se em Município Neutro, desligado da sua Província; d) finalmente, a Regência passava a ser una, que funcionaria como verdadeira experiência republicana.

Todas as medidas contidas no Ato Adicional não foram suficientes para controlar as diferentes facções e explodiram rebeliões por todo o país. Com o objetivo de restabelecer a ordem, os líderes políticos decidem antecipar, em 1840, a maioria de Pedro de Alcântara, (com apenas 14 anos), levando-o a assumir o trono. Iniciou-se o Segundo Reinado com um período de relativa paz e estabilidade política.

Em 1841, eram assinados dois decretos importantes: um restabelecia o Conselho de Estado, que garantia a presença da classe dominante no centro do poder, e outro reformava o Código do Processo Criminal, com graves conseqüências políticas, pois qualquer que fosse o partido que dirigisse as eleições, ele seria sempre vencedor, acabando, destarte, com uma possível oposição real.

A Presidência do Conselho de Ministros, criada em 1847, foi uma tentativa de diminuir as áreas conflitantes dentro do governo. Por ela, o Imperador nomearia apenas o Presidente do Conselho, o qual, por sua vez, nomearia os demais membros. Isso contrariava o texto da Constituição, pelo qual a competência de nomeação de todos era exclusiva do Imperador. Mas, desta forma, os políticos, representantes da aristocracia rural, passavam a ter vasto campo para suas manobras. Contrariamente ao sistema parlamentar da Europa, em especial o da Inglaterra, no qual os ministros devem responder perante o monarca, aqui passavam a responder perante o Parlamento, ou seja, perante os políticos que representavam a classe dominante. Destarte, o poder moderador passa a ser um órgão suprapartidário, com a função de equilibrar as facções políticas da camada dominante, caracterizando o que se convencionou chamar de “parlamentarismo às avessas”.

O Império desenvolveu-se através das exportações do café, firmando o domínio dos cafeicultores, amparados pelo sacrifício da mão-de-obra escrava. Com a abolição da escravidão, finda-se o Império e, em 1889, foi proclamada a República.

A Constituição Republicana de 1891

Após a Proclamação da República, foi convocada uma Assembléia Constituinte e aprovada a primeira Constituição Republicana, em 24 de

fevereiro de 1891, que substituiu a Constituição outorgada de 1824. Ao contrário da Constituição imperial, que era baseada no modelo europeu, ela seguia a norte-americana. Assim, definidos por ela, os Estados Unidos do Brasil se compunham de 20 Estados, que correspondiam às antigas Províncias e do Distrito Federal, o ex-município neutro, que se organizavam, segundo uma base republicana presidencialista, representativa e federalista.

Os poderes passavam a ser três, não incluindo o poder moderador: Executivo, Legislativo e Judiciário. O Executivo seria exercido pelo Presidente da República, eleito por voto direto, por quatro anos, e um Vice-Presidente, que assumiria o poder nos afastamentos do titular, podendo se efetivar em caso de afastamento definitivo, desde que tivesse mais de dois anos de exercício. O Legislativo seria composto pelo Senado Federal, com senadores eleitos por nove anos, havendo renovação do terço, e pela Câmara dos Deputados, com representação proporcional dos Estados. Finalmente o Judiciário, cujo colégio mais alto era o Supremo Tribunal. Estes três poderes seriam exercidos de forma harmoniosa, mas guardando independência um do outro. Quanto ao âmbito estadual e municipal, os poderes, igualmente, eram tripartidos.

4.2.

A Elevação a Freguesia e a Organização Religiosa

A Freguesia de Santo Antônio de Caraguatatuba

A abertura da estrada de São Sebastião para a região de serra acima, que passava pelo povoado de Caraguatatuba, tornou-se um importante escoadouro econômico para pequenos e médios produtores das vilas do Vale do Paraíba e muito beneficiou o crescimento daquele vilarejo, dada a sua posição geográfica extremamente favorável. Como consequência do grande crescimento da economia cafeeira, logo o lugarejo se viu guindado à condição de Freguesia, pela Lei nº 18 de 16 de março de 1847,⁴ nos seguintes termos:

Manoel da Fonseca Lima e Silva, do Conselho de Sua Majestade o Imperador, Veador de Sua Majestade a imperatriz, Grão-Cruz da ordem d'Avis,

oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro, Cavaleiro das ordens da Rosa e Christo, Condecorado com a Medalha da Campanha da Independência, Marechal de Campo da 1ª Classe do Exército, Vogal e Secretário de Guerra do Conselho Supremo Militar de Justiça, e Presidente da Província de São Paulo etc. Faça saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a Lei seguinte:

Art.º Único. Fica elevada a Freguesia a Capela de Santo Antônio de Caraguatatuba, do Município de São Sebastião, com os limites que o Governo designar, sendo os povos obrigados a construir a Igreja Matriz; revogada as leis e disposições em contrário.

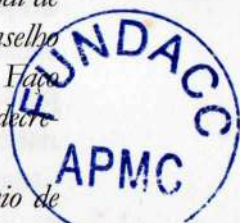
Mando portanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Oficial Maior da Secretaria, servindo de secretário desta Província, a faça cumprir, publicar e correr. Dada no Palácio do Governo de São Paulo, aos dezesseis dias do mês de março de mil oitocentos e quarenta e sete.

[SELO]

Manuel da Fonseca Lima e Silva

Como consequência desse privilégio, o povoado passou a ter o direito de eleger três vereadores locais para compor a mesa da Câmara Municipal de São Sebastião, à qual Caraguatatuba pertencia. O Título de Freguesia conservou a sua denominação antiga que vinha desde o século XVII, ou seja, Santo Antônio de Caraguatatuba, formada pelo nome do orago da primitiva capelinha, complementada pela denominação indígena do local, Gravatatiba, Craquatatuba e, finalmente, Caraguatatuba.

Os países daquém e dalém mar, que se formaram sob o domínio dos países da Península Ibérica, sofreram forte influência da religião católica, visto ter sido esta a religião oficial dessas duas metrópoles. Em suas colônias, como o Brasil, a propagação dessa religião foi muito presente no cotidiano da população. Durante todo o período colonial e imperial, até à Proclamação da República, a Igreja pertencia ao Estado, sendo os registros de nascimentos, atualmente registrados em cartórios, feitos somente na Igreja, bem assim os registros de casamentos, batismos, eleições, alistamento de serviços militares etc..



143

A origem dos povoados do Brasil Colonial, que se perde nas brumas do passado, teve sempre, como ponto de partida, uma capelinha de invocação a um santo, em torno da qual o vilarejo ia se formando. Com o passar do tempo e alcançando o predicamento de vila, ela passava a ter, naquele santo, o seu padroeiro.

O povoado de Caragatatuba não se constituiria em exceção, sendo Santo Antônio, provavelmente, o santo da devoção do seu fundador, o qual, já em meados do século XVII, teria mandado erigir em suas terras uma capelinha para louvar o santo protetor. E, nela, como era a tradição e mentalidade da época, com sua família, compadres e vizinhos se realizavam as rezas de pitoresco cantar e organizavam as singelas festas em sua homenagem, sem se esquecer do levantamento do mastro. Sobre a figura de Santo Antônio diz-se que

é um dos santos mais populares do mundo católico. É chamado de "santo de todo o mundo". Nasceu em Lisboa, de família abastada, em 1195, e recebeu o nome de Fernando. Desde cedo demonstrou inteligência e espírito religioso tendo recebido a melhor educação em Lisboa e Coimbra.

Entrou para a Ordem Franciscana, recém-fundada, onde adotou o nome Antônio. [...]

A ele são atribuídos inúmeros milagres, a maioria relacionados com problemas do cotidiano, tais como resolver questões de dinheiro; de trabalho; achar objetos perdidos; arrumar casamentos e curar doenças. Transmitidos pelas crônicas religiosas e pela tradição, alguns deles não puderam ser verificados. Antônio era de gênio comunicativo, falava bem, cantava antífonas em louvor a Maria.

Morreu aos 36 anos, em Pádua, dia 13 de junho de 1231 e foi canonizado, no ano seguinte, por Gregório IX. Foi declarado Doutor da Igreja, em 1946, por Pio XII.

O culto a Santo Antônio de Lisboa ou de Pádua espalhou-se pelo mundo católico, à medida que cresceu sua fama de santo milagroso.

No Brasil, seu culto se iniciou logo, devido à presença dos franciscanos nos primórdios da História do Brasil. Hoje, Santo Antônio é orago do maior número de freguesias no Brasil: 228, seguido por São José, com 71.⁵

Acreditamos que, após a vila ter sido abandonada, a capelinha de Santo Antônio permaneceu intacta por vários anos, conservando todos seus pertences, incluindo a imagem original, em madeira, de Santo Antônio. A igreja passou a ser utilizada somente para “*dizer missa*”, pois “*não é vila*”, como lemos no Livro do Tombo de São Sebastião, de 1748,⁶ e assim permaneceu até o meados dos Setecentos, quando, como já destacamos, foi hospedeira de um padre ermitão (Vide, nesta parte, o cap.2).

Os Primórdios da Igreja Matriz

145

O crescimento populacional, a partir do final do século XVIII, fez com que a antiga ermida se tornasse importante novamente para a vida religiosa local. Não sabemos quais eram as condições em que se encontrava a antiga capelinha, pois certamente a sua estrutura havia sofrido não poucas reformas, ou mesmo sido reconstruída.

Em 1835, temos uma notícia da Capela e de um registro do inventário dos seus bens, redigido pelo escrivão Joaquim Clemente Paz Leite, a pedido do Juízo Municipal da Vila de São Sebastião,⁷ onde lemos:

Termo de Inventário

E logo no mesmo dia mês e ano declarado no Auto retro, passou o dito Juiz Municipal João Martins d' Val a inventariar todos os bens pertencentes à Capela de Santo Antônio de Cragoatatuba [sic] desta vila, dando-lhe seu valor aproximado, pela maneira e forma seguinte:

<i>A imagem de Santo Antônio, com seu menino</i>	--
<i>Uma imagem do Senbor Crucificado</i>	--
<i>Quatro resplendores de prata na quantia de dezesseis mil réis, que sai</i>	16\$000
<i>Uma banquetta dourada na quantia de trinta mil réis, que sai</i>	30\$000
<i>Quatro castiçais de latão velhos na quantia de dois mil réis, que sai</i>	2\$000
<i>Um turíbulo de latão na quantia de mil réis e sai</i>	1\$000
<i>Uma casula com seus pertences na quantia de dez mil réis e sai</i>	10\$000
<i>Três toalhas de Altar novas na quantia de seis mil réis, que se sai</i>	6\$000
<i>Um Missal velho na quantia de dois mil réis que se sai</i>	2\$000
<i>Uma Pedra de Ara na quantia de mil réis e sai</i>	1\$000
<i>Um Cálix Patena e colher de prata na quantia de vinte mil réis, que se sai</i>	20\$000
<i>Uma morada de casas velhas na quantia de vinte cinco mil réis, que sai</i>	25\$000
<i>Vinte e cinco braças de terras quadradas na quantia de quinze mil réis, que sai</i>	15\$000
	128\$000

Mas quase dez anos antes da elevação a freguesia, em 1840, já pensando nessa promoção, os moradores do então “Bairro de Caraguatatuba”, com o Reverendo Pe. Manoel Pereira de Castro à frente, fizeram uma representação ao Bispo de São Paulo, D. Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade, para obterem a provisão da autoridade religiosa para a ereção da capela. Tratava-se, apenas, de uma formalidade preliminar, pois que a Capela já existia, mas era necessária para a ulterior providência do grau de freguesia. Vejamos o teor dessa provisão, passada aos 12 de junho daquele ano, a qual foi copiada no Livro do Tombo de São Sebastião:⁸

Dom Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade por mercê de Deus e confirmação da Santa Sé Apostólica, Bispo de São Paulo, do Conselho de Sua Majestade Imperial, e Constitucional etc., etc., etc.. Aos que esta nossa Provisão virem Saúde e Benção em o Senhor. Fazemos saber que, atendendo ao que nos representou o Reverendo Manoel Pereira de Castro, e mais moradores do Bairro de Guaraguatatuba [sic] em São Sebastião, havemos por bem, pela presente conceder-lhe faculdade, para que possam fundar e erigir, e edificar no dito bairro uma capela, contanto que seja em lugar decente, e alto, livre de umidade, desviado, quanto possa ser, de lugares imundos, sórdidos e de casas particulares; não sendo por isso em lugares ermos e despovoados, e com âmbito em vida para poderem andar por ações; o qual lugar será assinalado pelo muito Reverendo Vigário da Vara respectiva, observando em tudo o que determina a constituição do Bispado; depois de acabada a dita Capela, não poderá nela celebrar missa, sem [rasurado] para a qual procederá a informação do lugar, decência e capacidade da dita Capela Esta será registada no livro do Tombo para a todo o tempo constar. Data em São Paulo sob nosso sinal, e selo das nossas armas aos doze de Junho de mil oitocentos e quarenta Eu o Padre Maximino José Corrêa da Silva Escrivão Ajudante da Câmara Episcopal a escrevi. Manoel Bispo Diocesano — Barboza

Já como Freguesia, receberia a visita pastoral do bispo de São Paulo D. Antônio Joaquim de Mello, o qual estava em Caraguatatuba em 23 de outubro de 1853, deixando o seguinte registro, com data de 30 do mesmo mês, no Livro do Tombo, que mandara abrir:⁹ “[...] visitamos pessoalmente a

Igreja Matriz de Santo Antônio do Caratutuba [sic], em presença do Reverendo Pároco encomendado Manoel Antônio da Silva e povo da mesma.[...].

Descreve o estado em que encontrou a Igreja, afirmando que “[...] *Tudo achamos em muita pobreza e é necessário que o bom povo deste lugar lance seus olhos sobre sua Matriz, mesmo com sacrifício a tirem do desar em que se acha.*

Deixa orientação quanto às providências mais importantes que julga devam ser tomadas: *Não há fabriqueiro e deve-se pedir à Câmara o nomeie ou mesmo autorize ao Sacristão para cobrar o que é da fábrica, a fim de acudir em às necessidades que ele deve carregar.*

Opina sobre a escolha dos festeiros das maiores festas, a de Santo Antônio e do Divino, com a finalidade de que possam socorrer à Igreja, afirmando que “[...]”

é necessário que o povo consinta que se nomeie anualmente um festeiro do padroeiro, o qual dará o que gastaria, para adiantar-se a igreja²⁶ e mesmo as alfaías necessárias, e o reverendo Pároco promoverá tão somente uma missa cantada simples, para não passar tão assinalado dia sem culto solene. O mesmo diremos do sorteamento para o festeiro do Espírito Santo.

Condoído da pobreza do templo, deixa *de esmola para a Matriz 45 mil reis, quarta parte das ofertas do Crisma.*

Apesar da súplica de D. Antônio para *que o bom povo deste lugar lance seus olhos sobre sua Matriz, e, mesmo com sacrifício, a tirem do desar em que se acha,* a Capela só começou a ser reconstruída após a elevação da Freguesia à categoria de Vila, em 1857. Os trabalhos iniciais ficaram sob a responsabilidade do Pe. Vigário Manuel Antônio Silva, o qual, em 25 de setembro de 1857, encaminha ofício ao Dr. Antônio Roberto de Almeida, então Vice-Presidente da Província, solicitando que

[...] tendo, a Assembléia Provincial, decretado, na lei vigente do orçamento, a quantia de quinhentos mil réis para a matriz desta Vila de Santo Antônio de Caraguatutuba, e estando-se preparando materiais para continuar-se com a obra da mesma, suplico a V. Excia. se digne ordenar [...] se me entregue a dita quantia [...].¹⁰

Ultimando as providências, o Inspetor da Tesouraria Provincial disponibilizava a referida verba, em ofício de 10 de novembro do mesmo ano,¹¹ dirigido ao Presidente da Província, mas que, no entanto, demoraria para ser liberada, pois, em 25 do mesmo mês, o padre Vigário ainda reclamava pela sua liberação.¹²

Mas esse dinâmico sacerdote, por se encontrar gravemente enfermo, retirou-se para o Rio de Janeiro, em março de 1858, para tratamento da saúde.¹³ Para o seu lugar, a Câmara indica ao Vigário Geral do Bispado, um sacerdote, o qual já era antigo morador da vila, o Pe. Manoel Esteves da Porciúncula, pedindo a aprovação do Governo da Província.¹⁴ Já como vigário, Porciúncula, em ofício de 19 de julho de 1858, pedia ao Governo Provincial a liberação de mais uma cota de um conto réis para as obras da Matriz, que já fora aprovada, pois era “*urgente necessidade acabá-la, isto é, ao menos cobri-la este ano*”.¹⁵

Em novembro de 1858, a Câmara envia um ofício ao Presidente da Província,¹⁶ o Conselheiro José Joaquim Fernandes Torres, informando que a cota de um conto réis havia sido gasta na reforma da igreja, relacionando as obras feitas até então: uma parede lateral, com 33 palmos de comprimento, 12 de altura e 4 de espessura, incluindo 3 janelas e uma porta para a entrada do coro; uma parede, na frente, com 3 palmos de altura e a mesma espessura da anterior, inclusive 3 arcos de janelas; um arco na torre, com 16 palmos de giro; um arco da porta travessa, com 10 palmos de giro; uma verga, com 45 palmos de comprimento e um e meio de espessura, para o coro; 4 barrotes, com 33 palmos para o mesmo. Informa que a obra foi feita com a economia possível, em consequência da carestia dos gêneros alimentícios e dos materiais, declarando que as paredes mestras do edifício se encontravam prontas para receber o madeiramento, faltando acabar a torre e o frontispício.

Além do dinheiro público, uma subscrição popular, liderada pelo Coronel Marcelino José de Carvalho, levantava fundos, para que a obra tivesse andamento e já atingira um conto de réis, continuando ainda o povo a concorrer, como informa o ofício acima. Na verdade, a verba de um con-

to de réis, fornecida pelo governo provincial, ao que parece, anualmente, não dava para muita coisa, sendo gasta em pouco mais de um mês de obras.¹⁷

Pela informação da Câmara, acima citada, conclui-se que, depois de um ano, no final de 1858, a igreja estava quase pronta, faltando o telhado, a torre e o frontispício. O Pe. Joaquim Clementino Leite, na época do I Centenário da cidade, vigário da Paróquia de Santo Antônio de Caraguatatuba, em abalizado artigo, afirma que, por volta de 1868, a igreja já havia sido coberta e que o povo se esforçava para que o templo fosse concluído. Com base em documentos da Câmara, informa que, nos anos de 1866 e 1867, o Pe. Vigário Porciúncula, com auxílio da edilidade, consertava o velho telhado da Capela-mor, que se encontrava em ruínas.¹⁸

Como vemos, as obras se arrastaram ainda por muitos anos, provavelmente por falta de recursos, travando-se a luta, não só para concluir a reforma, como para sanar os danos causados pela ação do tempo, principalmente das partes mais velhas.¹⁹ Mais de dez anos após o início das obras, elas ainda não haviam terminado totalmente, dando mesmo a impressão de que haviam parado e a construção se deteriorara, pois, em 1871, o Pe. João Vicente Cabral informava ao Presidente da Província, em ofício de 3 de setembro, que ele acabava de tomar posse da Igreja de Caraguatatuba e solicitava a liberação da verba de um conto de réis “*para as obras da mesma Igreja, que se acha em péssimo e lastimoso estado...*”.²⁰ Nessa mesma época, esse sacerdote conseguiu que se nomeasse uma comissão para as obras, que, em janeiro de 1872, apresentou um orçamento total de oito contos e quinhentos mil réis, para outra reforma geral. Contanto com as verbas aprovadas pela Assembléia e a ajuda do povo, as obras tinham prosseguimento. Em 1875, a Assembléia aprovava 2 contos de réis para mais reparos e para os paramentos. “*É que, então, concluída a matriz, cuidava-se de suas alfaías*”²¹

O estado da igreja matriz, quando da elevação a Freguesia e têm início as obras de reforma, devia ser tão precário que melhor teria sido reconstruí-la novamente, pois, por mais que se gastasse e consertos fossem feitos, ela continuava, sempre e sempre, a exigir novas intervenções. Ou será que as obras eram mal executadas, com material de segunda? Superfaturamento, para a época, nem pensar, pois se tratava de gente proba e

honrada! Acreditamos que eram, realmente, tentativas de se salvar aquilo que já não tinha mais conserto. Já em 1877, se cuidava de nova reforma no telhado, frontispício e assoalho. Ainda nem passada uma década da “conclusão” das obras, novamente o templo se encontrava em ruínas, a ponto de o Vigário ter que officiar em uma residência. O Pe. João Vicente Cabral, já mencionado acima, num requerimento de 11 de março de 1886, dirigido ao Bispo D. Lino Deodato Rodrigues Carvalho, defende a reconstrução do templo, nos seguintes termos:²²

[...] *achando-se a respectiva Matriz inteiramente arruinada e imprestável, precisando de reconstrução, se não de uma outra nova, não tem o pároco onde celebre o Santo Sacrifício da Missa e exerça outros atos paroquiais e religiosos, com cuja falta muito sofre o povo, convindo por isso remediar tais inconvenientes, para o que o suplicante obteve uma casa em condições decentes para nela, provisoriamente, celebrar, administrar os Sacramentos e exercer outros atos religiosos, até que se consiga a reconstrução da Matriz [...]*

O Pe. Joaquim Clementino Leite, zeloso pároco de Caraguatatuba, em meados deste século, na época do I Centenário, responsável por várias obras pias e de assistência social, destacando-se a reforma e ampliação da atual Igreja Matriz, assim conclui o seu artigo já citado: *quem examinou as velhas e espessas paredes de grandes pedras, sonha ver o esforço e o zelo religioso dos antepassados. Essas paredes têm longas histórias de pretos e brancos, de suores e sacrifícios. Dizem da fé da gente de outrora, legada para a geração do presente.*

O Paroquiado

Após a elevação a Freguesia, a primeira referência ao padre vigário que encontramos é a de 1853, quando da visita pastoral de D. Antônio Joaquim de Mello, quando era pároco encomendado o padre Manoel Antônio da Silva, o qual, após a elevação a Vila, ficou encarregado, de início, das obras de reforma da Matriz. Mas, como vimos, muito enfermo, foi-se para o Rio de Janeiro, em março de 1858, em busca de tratamento para a saúde. Foi o primeiro vigário da nova Vila, portanto. Para ocupar esse cargo, é indicado o velho morador do lugar, Padre Manoel Esteves da

Porciúncula, aparentado de gente poderosa da terra, mas que não seria indicado desta vez.

Em 1861, foi nomeado²³ vigário encomendado Frei Miguel de Santa Rita, o qual permaneceu no cargo até 1863, quando deixou a paróquia, indo para Taubaté, segundo lemos no ofício da Câmara ao Presidente da Província, pedindo providência por “*ficar esta Paróquia privada dos socorros espirituais*”²⁴ Em ofício de 16 de abril deste ano ao Presidente da Província, com cópia para a Câmara de Caraguatatuba, D. Sebastião Pinto do Rego, Bispo de São Paulo, informava “*que por falta de sacerdotes já não foi provida de pároco aquela Vila e atualmente acha-se ela anexa à de São Sebastião, cujo pároco tem faculdade para administrar todos os sacramentos aos paroquianos de Caraguatatuba [...]*”²⁵

Finalmente, os reclamos dos paroquianos caraguatatubenses foram ouvidos e o padre Porciúncula era o vigário encomendado, pois, nesta condição, em 14 de novembro de 1865, ele escreve ao Bispo D. Sebastião, dando conta de providências paroquiais, que indicam que ele estava há pouco tempo no cargo.²⁶ Em outra carta, do dia 22 do mesmo mês, o velho sacerdote reclamava da falta de fabricante (o anterior pedira demissão), concluindo com estas duras palavras, indicativas do seu caráter e do extremo zelo religioso: “*enfim, Exmo Revmo. Sr., semelhantes procedimentos, de ordinário, acham-se presentemente nas gentes da fornada nova, que o Deus deles é regalar o ventre e acumular os bens caducos, e nada de serviços a Deus, e à Igreja.*”²⁷ Mas já era bastante idoso o extremoso sacerdote e, alguns anos mais tarde, em 1869, já octogenário e entrevado numa cama, escrevia ao Vigário Capitular do Bispado, Joaquim Gonçalves de Andrade, indicando, para sucedê-lo, o padre Antônio Alvares de Oliveira Cruz, morador da região, concluindo “*que por isso mesmo vejo-me desfalecido e desanimado, não só pela idade octogenária, como, mormente, pelo ataque que sofro de paralisia.*”²⁸ Como não fosse substituído, a Câmara intervém, pedindo providências ao Vigário Capitular.²⁹

Finalmente, tomava posse da paróquia, como vigário encomendado³⁰, Pe. João Vicente Cabral, o qual, como vimos, se destacou nas obras de reconstrução da Igreja Matriz.

Abandonado e jogado num leito, paralítico, o idoso Pe. Porciúncula, a quem a história de Caraguatatuba deve a sábia clarividência de mandar

copiar velhos documentos no Livro do Tombo, “para servir de memória”, como ele mesmo afirmou, clamava por socorro, em carta ao Vigário Capitular, escrita por mão piedosa (ele mal assinou a missiva) e redigida nos seguintes termos:³¹

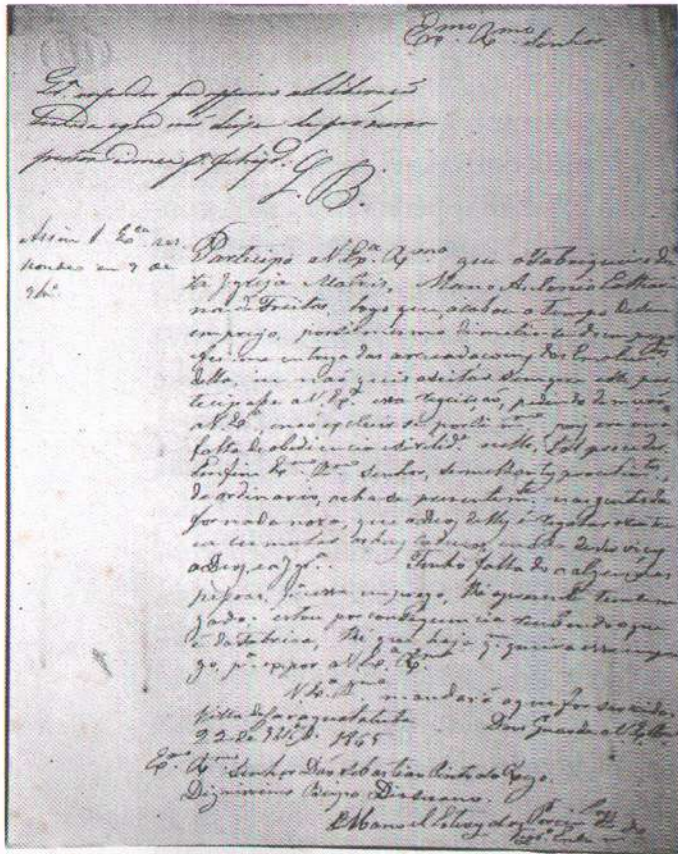
Que V. Excia. Revma. gose a mais perfeita saúde, para na posse dela desfrutar a paz do Senhor, é o mais ardente voto do meu coração.

Esta tem por fim reiterar o pedido por mim já feito a V. Excia. Revma. que proteja e ampare a um irmão em Jesus Cristo.

Acho-me, infelizmente, no maior estado de desgraça. Maior de 80 anos, atacado de paralisia, como resistir às angústias da vida? Só me alimenta a esperança que Deus Nosso Senhor porá, em breve, termo a tanto sofrer. Não

tenho bens; o único arrimo com que contava, Deus Nosso Senhor foi servido chamar a si, perecendo, com toda sua família, aos golpes dos sicários a quem tratava como filhos: altos juros de Deus. Se V. Excia. Revma. me não acudir com uma esmola que me ponha a coberto das misérias que sofro, não sei o que será do infeliz velho, que jaz no leito da dor. Meu espírito, felizmente, se alimenta com a lembrança de haver dedicado, sem interesse, ao serviço de Deus, o melhor tempo de minha vida de sessenta anos nesse serviço dão-me esperanças de receber, no Celeste Império, recompensa ao meu trabalho. Mas como alimentar a matéria? Só da caridade de V. Excia. Revma. espero proteção para ela, e a imploro cheio de confiança na proverbial bondade de V. Excia. Revma.

152



Carta do próprio punho do Pe. Manoel Esteves da Porciúncula (AEMDDL5)

A nosso misericordioso Pai rogo em minbas orações dilate e proteja os preciosos dias de V. Excia. Revma., como tanto se faz mister para o esplendor de Sua Glória e de nossa Santa Religião.

É de se notar a referência que o velho sacerdote faz a seu único arrimo, o desditoso sobrinho, grande fazendeiro e vereador da Câmara de Caraguatatuba, João Esteves de Sant’Anna, trucidado com toda a família. (Ver, nesta parte, o cap. 3).

Por escrito de 3 de junho de 1881, o Pe. João Vicente Cabral, presbítero secular, foi autorizado a ministrar sacramentos e a exercer outras funções paroquiais, por tempo de um ano.³² Em 1882, por licença concedida ao Pe. Vigário, para tratamento de saúde, a paróquia foi anexada à de São Sebastião. Em 21 de julho de 1882, novo provimento era concedido, por tempo indeterminado, não se sabendo o nome do vigário. Em 5 de março de 1890, ela se encontrava vaga novamente. Através de portaria de 30 de julho de 1895, novamente era nomeado o Reverendo Pe. João Vicente Cabral, falecendo logo depois. Tempos difíceis para a Vila de Caraguatatuba, pois novamente sua paróquia é anexada à de São Sebastião, em 18 de maio de 1896 e, logo depois, à de Vila Bela, através de portaria de 20 de julho de 1896. Em 27 de julho do mesmo ano, é provido o Reverendo Pe. José Maria Brandi. Logo em seguida, por ofício de 11 de novembro de 1897, mais uma vez, era anexada à de São Sebastião, repetindo-se em 2 de maio de 1899. Só a extrema pobreza da vila, nesse final de século, explica essa situação de total desconforto para os paroquianos. E essa situação ainda continuaria por muitos anos. Nomeado por portaria de 18 de junho de 1900, tomava posse em 7 de julho, o religioso Franciscano Menor Frei Saturio Martin, provisionado aos 14 do mesmo mês. Mas Frei Saturio, por ser Capelão da Santa Casa de Misericórdia de Santos, mais uma vez anexa a paróquia à de São Sebastião.³³

Sem vigário e dependendo principalmente da paróquia de São Sebastião, a Igreja Matriz de Santo Antônio de Caraguatatuba adentraria o século XX, assim permanecendo por muitos anos ainda.

153

30

A Assemblia Legislativa Provincial de São Paulo Decreta:

Art. 1.º Fica erecta em Villa a Freguesia de Caraguatatuba, conservando a mesma denominação e divisas que actualmente tem.

Art. 2.º Os seus habitantes ficarão obrigados a fazer casa de Camara e cadeia a sua custa.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Taco da Assemblia Legislativa Provincial de São Paulo 15 de Abril de 1857.

*Deputado do Fidei
Vice Presd.
D.º Ferraz Pinheiro d'Almeida
1.º Secretario
Antonio Roberto d'Almeida
2.º Secretario*

*Sancionado e publicado no nome do Governador de S. Paulo de 20 de Abril de 1857.
Antonio Roberto d'Almeida*

Elevação a Vila. Lei nº. 30 sancionada em 20 de abril de 1857. (DAESP)

4.3

A Administração na Vila de Santo Antônio de Caraguatatuba

A Elevação a Vila

O grande potencial despontado por Caraguatatuba, em dez anos de Freguesia, permitiu que a aspiração de seus moradores fosse concretizada, isto é, voltar Caraguatatuba à categoria de Vila, conquistando a sua autonomia administrativa.

O Decreto-Lei foi aprovado pela Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, que o remeteu à sanção do Vice-Presidente da Província, por julgá-lo vantajoso à Província. O seu texto era o seguinte:

“N.º 30

O Bacharel Fernando Antônio Roberto d'Almeida, Vice-Presidente da Província de São Paulo etc.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial decretou, e eu sancionei a Lei seguinte:

Art. 1 Fica erecta em Vila a Freguesia de Caraguatatuba, conservando a mesma denominação e divisas que atualmente tem.

Art. 2º Os seus habitantes ficam obrigados a fazer casa de Câmara e Cadeia à sua custa.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as Autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Secretário desta Província a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palácio do Governo de São Paulo aos vinte de Abril de mil oitocentos e cinqüenta e sete.

Antonio Roberto d'Almeida

Carta de lei pela qual Vossa Excelência manda executar o Decreto da Assembléia Legislativa Provincial, que houve por bem sancionar, elevan-

Auto da instalação da nova Vila de Santo
Antônio de Caraguatatuba.

C. 138
P. 1
D. 27
O. 983

Atas do Nascimento da Nova Vila de Santo Antônio de Caraguatatuba, e chaudi-se presente no Defeito e del-
ta que tem de servir para os serviços da Câmara muni-
cipal da referida Vila, o cidadão Hermenegildo An-
tônio Ferreira, Presidente da Câmara Municipal da vil-
la de São Sebastião, com um secretário abaixo declara-
do, e toda a Câmara da referida Vila convidado antevir-
mente por officio e Edital aos cidadãos Manoel Bou-
vier, Antônio Vicente Ferreira, Manoel Esteves de Santa
Anna, Manoel Gonçalves Pereira, Francisco Moreira da
Costa, Antônio Maciel Leite, e Tenente Francisco Jacintho
dos Passos, todos os referidos moradores na
localidade ou de Caraguatatuba, marcada pelo Edital
no da legislação em Portaria de 4 de Abril passado, a
comparecerem no referido dia vinte e sete de outo. as 9
horas da manhã em lugar designado pelo Edital.
e, assim a prestar o juramento e tomar posse dos
referidos cargos, e comparecendo o Presidente da Câmara
em virtude do Art. 3.º do Decreto de 13 de Abril de 1852,
visando ao juramento dos Santos Evangelhos na for-
ma devida, como consta do livro respectivo. Tendo o
qual acto de estar o Presidente, que apparece-se no
tallo da nova Vila de Santo Antônio de Caragua-
tatuba, e, dada esta categoria em virtude do De-
creto Pror. n.º trinta e do de Abril do presente anno, e em
de mesma denominação e de datas anteriores, marcadas
pelo Decreto Pror. n.º 18 de 7 de Abril de 1860, e, vis-
tando de lado de Sul principia de São João do Rio
e termina a Norte no Rio Sebastião. De que se constar
mandou o Presidente fazer presente auto, q.º se
publicado, e assignar com o nome Francisco Xavier
Ferreira, secretario e escrevi. = Hermenegildo

Auto da instalação da Nova Vila de Santo Antonio de Caraguatatuba. (DAESP)

do a categoria de Vila a Freguesia de Caraguatatuba, na forma acima
declarada.

Para Vossa Excelência ver
Antonio Roiz d'Oliveira Netto, a fez' 34

Criada a Vila, seriam necessários, no entanto, alguns meses para que
as providências iniciais pudessem ser tomadas, para, então, se pensar na
sua instalação. Primeiramente, haveria que se arrumar um local para a ins-
talação da Câmara e onde, depois, ela pudesse se reunir para tocar os tra-
balhos. Mas tudo ficou resolvido com a oferta do Deputado Provincial,
Cel. Marcelino José de Carvalho, através da firma "Carvalho & Ramos",
radicada em Caraguatatuba, da qual ele era sócio, juntamente com Vicente
José Ramos, que, em correspondência de 9 de outubro de 1857, colocava
à disposição "[...] nossa casa, e dela uma sala decentemente preparada, para nela
terem lugar as seções da futura Câmara desta Vila, enquanto se não der andamento ao
Edifício próprio que tem de se fazer para tal fim.[...]" Esse prédio, no dizer dos
seus proprietários, era dos melhores que havia na Vila.³⁵

Finalmente, aos 23 dias de novembro do mesmo ano, ocorria a ins-
talação da Vila de Santo Antônio de Caraguatatuba, com as solenidades
de praxe, tendo sido designado para presidir a sessão especial o Presidente
da Câmara de São Sebastião, Sr. Hermenegildo Antônio Ferreira, tendo
como Secretário Francisco Xavier Ferreira. Foram convidados na forma
da lei, através de officio e edital, os vereadores eleitos na eleição do dia 11
de outubro, para a primeira legislatura da nova Vila, a fim de procederem
ao juramento para serem empossados, comparecendo os cidadãos Manoel
Pereira Bouvier, Antônio Vicente Ferreira, Manoel Esteves de Santa Anna,
Manuel Gonçalves Pereira, Francisco Moreira da Costa, Antônio Maciel
Leite e Tenente Francisco Jacintho dos Passos. (Ver a transcrição integral
do Auto de Instalação da Vila, na parte de Anexos).³⁶

Como se vê da Ata, somente 5 vereadores assinaram o documento,
não se sabendo a razão por que Manoel Pereira Bouvier, Antônio Vicente
Ferreira deixaram de fazê-lo, sendo provável, quanto a Ferreira, que ele não
o fizesse por ser o Subdelegado de Polícia e, por esse fato, ser inelegível.³⁷ O

fato é que, já o primeiro documento da Câmara, comunicando ao Governo da Província a posse dos edis, não trazia as assinaturas desses dois vereadores.³⁸

As Providências Administrativas

158

A Câmara era composta por sete vereadores, que acumulavam os poderes executivo e legislativo, em concordância com o governo provincial, ficando a cargo de um funcionário nomeado pelos vereadores, o “*Intendente Municipal*”, muitas das atribuições dos atuais prefeitos municipais. Cabia ao Intendente Municipal fiscalizar todo o município, resolvendo problemas de acordo com a sua competência, prescrita no Código de Posturas, ou levando à competência da Câmara, que então decidia caso a caso.

Os primeiros trabalhos dos vereadores foram regulamentar as leis para a cobrança de impostos e, assim, ter condições de dar início aos serviços públicos necessários, inclusive, para pagar o aluguel da Casa da Câmara. Para isso, os vereadores necessitavam elaborar, em pouco tempo, um Código de Posturas, que é o registro de todas as leis o qual rege cada município, de acordo com suas necessidades e possibilidades. Para acelerar o processo, os vereadores de Caraguatatuba tomaram emprestado o Código de Postura de São Sebastião e enviaram uma cópia ao Presidente da Província, anexo a um ofício, com os seguintes dizeres:

*[...] Sendo este município novamente criado e não tendo renda alguma criada pelas Posturas de S. Sebastião, a cujo município pertenceu quando freguesia, a Câmara Municipal implora a V. Excia. a graça de aprovar, interinamente, suas Posturas, a fim de ter renda com que possa acudir às suas despesas necessárias na criação de uma nova Câmara, o que espera da benevolência e retidão da V. Excia. [...]*³⁹

Apesar das dificuldades que se apresentavam, pela falta de recursos, a Câmara deu continuidade à administração da Vila, mesmo que precariamente, não descuidando dos aspectos políticos, econômicos e sociais. Não tendo, de início, o seu próprio código de posturas, usava o de São Sebastião, adaptando-o às necessidades locais, para que pudesse organizar o seu sistema de arrecadação e conseguir recursos para as inúmeras despesas da

Vila. Foram anos difíceis. Em 1858, era a cadeia que estava “*toda escavada, a ponto de estar a soleira do xadrez no ar*”, não tendo a menor segurança e, cobrada a Câmara pelo Delegado Suplente, o Presidente da Casa mandou dizer-lhe “*verbalmente que a Câmara não tinha dinheiro [...]*”⁴⁰

A discriminação da pequena arrecadação que a Vila conseguia, pode melhor ser avaliada, no seguinte quadro que montamos, referente aos anos de 1858, 1860, 1862, 1863 e 1864:⁴¹

Receita da Câmara Municipal

159

Título da Receita	1858	1860	1862	1863	1864
Aguardente Nacional	120\$000	140\$000			
Aferição de pesos e medidas	23\$100	21\$540	34\$960	19\$340	29\$760
Subsídio do mar fora	15\$920				
Licença p/ Casas de Negócios	36\$000	28\$000	256\$000	138\$000	390\$000
Líquidos importados (40 réis p/medida)		50\$000	1\$860	86\$920	48\$960
Multas p/ infração de posturas	10\$000	2\$000			
Licença p/ Armazém de café		20\$000	30\$000	15\$000	120\$000
Aguardente do Município					15\$000
Licença p/ espetáculos públicos				41\$110	
Licença p/ festeiros fora do Município					30\$000
Carnes verdes			5\$120	3\$840	8\$320
Padaria e casas de quitandas			6\$000	6\$000	10\$000
Licença a mascates				10\$000	10\$000
Totais					

Como seria o traçado urbano da Vila de Santo Antônio de Caraguatuba, nessa época? Sabemo-la pequenina, mas seria possível se saber o nome das primitivas ruas? Num ofício-resposta ao Governo da Província, datado de 15 de março de 1869, em que havia solicitado informações gerais sobre o Município, existe uma interessante descrição da Vila, afirmando que existem “*nesta Vila as Ruas com as denominações seguintes = Rua Principal, Rua Direita, Rua das Flores, Rua do Comércio, Rua do Campo, Rua do Monte, Rua*

da Praia”, esclarecendo, logo em seguida, que estão “*todas em princípio*”, ou seja, que eram ruas novas, que estavam sendo abertas com a lenta urbanização com que se processava. Acrescentava, a seguir, “*e o Pátio da Matriz*”, que não podia ser esquecido, pois era o centro do povoado. Sobre a Igreja Matriz, informa que era “*obra de pedra e cal, faltando ultimar a obra da torre e todo reboque por for a do templo.*” Informava que só havia um edifício público, a “*Casa da Barreira*”, o que dá a medida da pobreza da Vila. Apresenta, também, uma original descrição geográfica, como segue:

Montes e Serrarias. É esta Vila cercada, pelo interior, pelos Montes do Engenho Velho, Thomé da Silva, Benfica, Café; e a Serra que borda todo o litoral, desde a Província do Rio de Janeiro, a qual dista desta Vila léguas e meia, medida do cume da mesma.

Rios: existem ao Sul deste Município o Claro, Anhembu e Caramburu que, reunidos, formam o Juqueriquerê, que divide este Município do de São Sebastião.

Existem mais os Rios Santo Antônio nesta Vila, que tendo sua nascente na Serra, se torna grande em tempo de copiosas chuvas; em meio da praia desta Vila, o denominado Lagoa, que com o fluxo e refluxo do mar, para o trânsito público.

No Norte existem os Rios Maranduba, que divide este Município com o de Ubatuba; Tabatinga, Cacanba, Mocoóca e Massaguassu; e dentro desta Vila o Guaxinduba, Ipiranga e Bromado, todos pequenos.

Ao canto da praia de Massaguassu existe uma lagoa, cuja barra o mar fecha e abre.⁴²

Note-se que, enquanto o limite ao Sul, com São Sebastião, era confirmado pelo Juqueriquerê, ao Norte, com Ubatuba, nessa época era pelo Maranduba.

Em 1873, há uma tentativa de se comprar um prédio de tamanho suficiente para servir para as funções da Câmara e, ainda, de quartel, casinhas e açougue, para substituir a acanhada sala que alugavam, pagando quatro mil réis de aluguel. O prédio que ora se oferecia era amplo e bem construído, com frente para o pátio da Matriz, pedindo por ele, Manoel Antônio Catharina de Freitas, seu proprietário, menos de um conto e qui-

nhentos mil réis. O negócio não se concretizou, por não haver verba consignada no orçamento da Província.⁴³

Indagada pelo governo da Província, entre outros itens, sobre quais os impostos que percebe e qual tem sido o seu efetivo emprego, responde, em ofício de 30 de setembro de 1878, informando

que pela lei número, 2 de 5 de março de 1869, ficaram pertencendo às câmaras municipais os impostos de 1.600 sobre reses, e de 320 de subsídio literário e das águas ardentes nacionais e estrangeiras; esta lei foi revogada [pelo] art. 21 da de nº 31, de 25 de abril de 1855, na parte que deu às câmaras tais impostos, sendo, afinal, restaurada pela lei nº 13 de 19 de março de 1858, a qual igualmente determinou que o produto líquido destas imposições arrecadadas na coletoria seriam entregues às câmaras municipais respectivas, que o aplicariam exclusivamente nas obras das matrizes dos municípios, nas dos cemitérios extramuros, no abastecimento d'água potável, nas calçadas; finalmente, o artº 10 da lei nº 77, de 25 de abril de 1865, mandou que ficasse a cargo dos procuradores das Câmaras a arrecadação destes impostos, que eram feitos pela coletoria.

Consequentemente que esta Câmara percebe os impostos de 1600 sobre reses, 320 de subsídios literários e o produto das águas ardentes nacionais e estrangeiras, as quais neste Município são essencialmente exígias.

Que sendo diminutos os rendimentos desta municipalidade, pela falta de comércio e de lavouras, tem sido o produto das rendas especiais empregados nas despesas gerais da Câmara, a exceção da quantia de cem mil réis, que das contas da Câmara transacta consta ter sido aplicada, em 1874, em concertos na Matriz.

Que dos livros desta Câmara consta ter começado a arrecadação destes impostos no ano de 1869 a 1870, tendo ela arrecadado, desse período até 30 de junho último, a quantia de setecentos mil trezentos e vinte réis, 700:320 rs.

Pelo teor desta resposta, ficamos sabendo a fonte das “rendas especiais” e como deveriam ser aplicadas, esforçando-se a Câmara por justificar o seu gasto em despesas gerais, pelo estado de pobreza que atravessava.

Uma outra pergunta formulada foi sobre a dívida passiva do Município, tendo sido prestados os seguintes esclarecimentos:

Que a dívida passiva desta Câmara é da quantia de seiscentos e trinta e seis mil e oitenta réis, 636:080 réis, pertencente ao quadriênio findo, não sendo representada por títulos, sendo seus credores o Secretário da Câmara, Francisco de Paula Fogaça, pela quantia de duzentos e cinqüenta mil réis, o ex-porteiro Francisco Custódio da Silva, pela de cinqüenta mil réis, 50:000 rs., Benedito Ribeiro Leite, pela de duzentos e trinta e seis mil, quatrocentos e oitenta, 236:480 rs., Antônio Soares Leite, ex-fiscal, pela de vinte e cinco mil réis, 25:000 rs. e o ex-presidente da Câmara, Antônio da Silva Fogaça, pela de setenta e quatro mil, duzentos e quarenta réis, 74:240 réis.

A dívida era vultosa, para os poucos recursos com que podia contar, equivalendo a quase 100% do que arrecadara até então, desde o início da Vila. De que forma saldá-la?

Para tais pagamentos propôs esta Câmara à Assembléa Provincial, em sua passada reunião, a amortização anual de 20 por cento, visto a impossibilidade em que se acha de satisfazer de pronto tal compromisso, que lhe legou sua antecessora.⁴⁴

Em 1882, finalmente, a Câmara resolve solicitar do Governo Provincial a aprovação de um código de posturas elaborado por ela, que encaminhava anexo, argumentando que

[...] não tendo esta Câmara podido organizar um novo Código de Posturas a tempo de ser apresentado à Assembléa Provincial, durante sua abertura; pede ela respeitosamente a V. Excia. se digne mandar por em execução o Código de Postura que oferece incluso, habilitando V. Excia., desta forma, a esta Câmara, prestar mais serviços à municipalidade que representa, pois que, até aqui, os seus acanhados rendimentos não o têm permitido.⁴⁵

Este Código deve ter regido a vida da população de Caraguatatuba até o final do século, pois o novo, republicano, somente surgiria no começo do próximo século. (Vide o texto completo deste Código, na parte de Anexos).

A Proclamação da República provocaria, em Caraguatatuba, um choque entre as forças políticas. A edilidade que estava no poder, assim que foi criada a República, deveria ter se dissolvido e se colocado à disposição

do governo estadual, para aguardar as novas determinações. Mas, sem consulta à população e ao que parece sigilosamente, nomeou novos edis os senhores Bento Xavier de Araújo Leite, João Alves Pinto Brandão, Luís Antônio Maciel Leite, Joaquim Marcondes Sodré e José Gonçalves de Sant'Anna, gerando uma representação da gente caraguatatubense ao governo do Estado de São Paulo, datada de 1º de fevereiro de 1891, pedindo que fosse consultado o povo para a formação da nova Câmara, assim concluindo o seu pedido: "*o povo deste Município espera justiça.*"⁴⁶

Assinaram 22 pessoas, declinando na frente aqueles que tinham a condição de "eleitor", certamente para impressionar as autoridades estaduais.

Pouco mais de 2 meses após, em 9 de abril, acontecia uma reunião na casa do cidadão Antônio da Silva Fogaça, o primeiro signatário da representação acima citada, e, sem dúvida, o líder político desta facção, com a finalidade de felicitar o Exmo. Governador do Estado de São Paulo, o Dr. Américo Braziliense de Almeida Mello, por ter assumido o governo estadual, e para representar

ao mesmo Exmo. Senhor que constando que a atual Intendência Municipal desta Vila quer pedir ou já pediu sua exoneração, devemos propor para intendentess os cidadãos seguintes: Antônio da Silva Fogaça, Procópio Alves de Oliveira, Lourenço Nardy, Braz Fruguli, João Elizeu de Mattos, José Henrique de Castro Bouvier [...]

Foi elaborada uma ata dessa reunião, em que assinaram 13 pessoas, sendo de se notar a não assinatura de Antônio da Silva Fogaça, pois foi ele quem presidiu ao encontro.⁴⁷

Notas

- (1) Nesta parte, baseamo-nos nos textos de Caio Prado Júnior (PRADO JÚNIOR, 1961), Rodolfo Garcia (GARCIA, 1956) e Nelson Werneck Sodré (SODRÉ, 1970).
- (2) PRADO JÚNIOR, 1961: 304.
- (3) TEIXEIRA NETO, 1988: 1.

- (4) Livro de Leis. – Decretos – Resoluções (DAESP, CO: 9732)
- (5) VIEIRA, 1994: 41-42.
- (6) ACDC-LTSB, 1748-1907, fol. 12v., no qual o registro não foi terminado. O Termo de Abertura, com data de 16/Mayo/1748, está assinado pelo Vigário Joze da Sylva de Moraes.
- (7) DAESP-IBR – Cota: CO – 9866
- (8) ACDC-LTSB, 1748-1907, fol. 27r e 27v.
- (9) ACDC-LTC, Livro numerado de 1 a 50, com a rubrica “Mesquita”. Fol. 1r a 2r.
- (10) DAESP-ODC: O: 983, C 188, P. 1, D. 23.
- (11) IBID.: D. 26.
- (12) IBID: D. 31.
- (13) Ofício da Câmara para Presidente da Província, de 13 de abril de 1858 (IBID.: D.43).
- (14) Ofício de 17 de agosto de 1858 (IBID.: D.58).
- (15) IBID.: D.53.
- (16) Ofício de 11 de novembro de 1858 (IBID.: D. 73).
- (17) Uma fêria apresentada pelo administrador da obras, Ezequiel Antônio da Silva, datada de 6 de outubro de 1858 e referente ao mês de setembro, mostra um gasto total no valor de 743\$700 (setecentos e quarenta e três mil e setecentos réis). Vide a transcrição completa desse documento na parte de Anexos (IBID.: D. 68).
- (18) LEITE, 1957, s/p., citando a Sessão Ordinária de 5-12-1867.
- (19) Em 1870, as obras ainda se arrastavam, pois, em 9 de setembro desse ano, Antônio da Silva Fogaça agradecia ao Governo Provincial a sua nomeação para administrador das obras da Igreja Matriz (IBID.: D. 65 e 65A).
- (20) (IBID.: D. 73).
- (21) LEITE, 1957, cujo texto vimos seguindo.
- (22) Citado pelo Pe. Joaquim C. Leite (IBID., 1957).

- (23) AMDDL, Pasta de Caraguatatuba, cota 5-1-18.
- (24) Ofício de 28/03/1863 (IBID., documento avulso).
- (25) AMDDL, Pasta de Caraguatatuba, documento avulso.
- (26) IBID.
- (27) IBID.
- (28) Carta de 23/08/1869 (IBID).
- (29) Ofício de 11/05/1871 (IBID).
- (30) Carta, de 05/11/1871, ao Vigário Capitular (IBID).
- (31) Carta de 22/05/72 (IBID).
- (32) AMDDL, Livro das Paróquias constituídas canonicamente (cota: 8.2.23), fol. 38.
- (33) IBID.
- (34) Livro de Leis. – Decretos – Resoluções (DAESP, CO: 9735)
- (35) DAESP-ODC, O. 983, C. 188, P. 1, D. 2.
- (36) IBID.: D. 27.
- (37) Ofício de Antônio Vicente Ferreira ao Presidente da Província, de 14/10/1857 (IBID.: D. 24).
- (38) Ofício de 25/11/1857 (IBID.: D. 28).
- (39) Ofício de 22 de janeiro de 1858 (IBID.: D. 39).
- (40) Ofício ao Presidente da Província, de 24/10/1858 (IBID.: D. 69).
- (41) IBID.: D. 36.
- (42) DASP-ODC, O. 983-A, C. 188-A, P.1, D. 57.
- (43) IBID.: D. 91 e 91-A.
- (44) IBID.: P.2, D. 42.
- (45) IBID.: D. 54.
- (46) IBID. D. 78. Ver o texto completo no Anexo.
- (47) DASP-ODC, O. 983-A, C. 188-A, P. 2, D. 84.

5. VIAS DE COMUNICAÇÃO

Odair Aparecido de Paula & Vera Lúcia Felipe Malaquias da Silva

5.1.

O Transporte Marítimo

166

As cidades do Litoral Paulista, tanto da região Norte quanto da região Sul, até aproximadamente 1930, não possuíam estradas de rodagem com estrutura suficiente, que as ligassem a outras cidades litorâneas e ao Planalto. Em São Sebastião, por exemplo, existiam sim, os caminhos que partiam com destino a Caraguatatuba, ao Planalto e aos bairros periféricos. Seus habitantes utilizavam-se das vias marítimas, com embarcações à vela, para deslocarem-se para outras regiões, para enviar a sua produção ao comércio dos grandes centros consumidores e também para receber mercadorias das quais a região carecia.

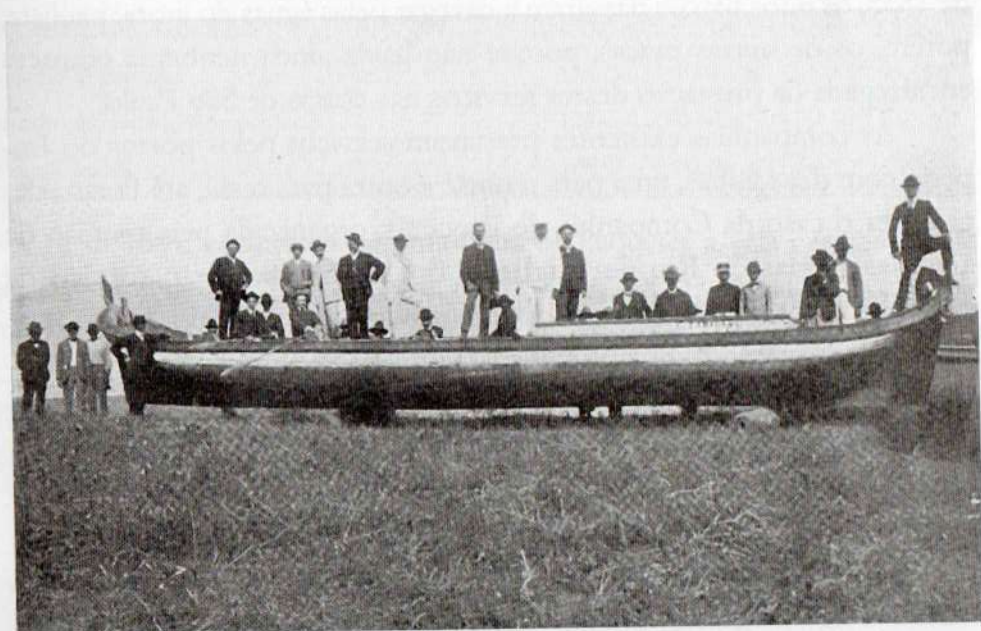
O embarque e o desembarque eram feitos através dos portos de São Sebastião e o de São Francisco, pois estes comportavam navios maiores devido às suas estruturas; além desses dois, havia outros espalhados pela região, porém sendo acessíveis somente a embarcações de pequeno porte. A importância desses portos foi tão grande para o desenvolvimento da região e estendeu-se por um longo período, tanto que ainda em 13 de dezembro de 1929, um projeto do representante da região, Dr. Manoel Hipólito do Rego, foi levado ao Congresso Legislativo do Estado de São Paulo que decretou, entre outros pedidos de melhorias das vias de comunicação, o seguinte: “Art. 1º – Fica o poder executivo autorizado a construir no Porto de São Sebastião, um molhe para a atracação de vapores...”¹

Os portos de São Sebastião e de Ubatuba se sobressaíam, por estarem próximos dos grandes centros produtores, recebendo grande carga diária de mercadorias e de passageiros das cidades de Serra Acima, destinadas aos demais portos do norte e do sul do país e também para os estrangeiros. Os transportes, via exportação, eram feitos em grandes canoas de voga, denominação que, no litoral norte, se dá às embarcações de gran-

de dimensões, com cobertura e capacidade para algumas toneladas de carga, providas de um mastro quase perpendicular e colocado à meia nau, com velas redondas. Eram geralmente construídas pelos próprios praianos que se especializaram nesse setor da construção naval.² (Vide foto)

Os serviços de transportes em uma determinada época, eram feitos pelas companhias Loide Brasileiro, Navegação Costeira e Comercio e Navegação.³ A preferência de que gozavam os ditos portos devido à sua localização privilegiada, prejudicava sensivelmente o porto de Santos, a tal ponto que o Capitão General Bernardo José de Lorena tomou uma atitude drástica, impondo uma medida que desviava as mercadorias para serem embarcadas em Santos, proibindo a navegação para os demais portos. Mesmo assim não se declinaram os serviços prestados pelos barcos a vela que transitavam pelo litoral paulista, principalmente pelo Canal de Toque-Toque, isto até 1819, quando a adoção de máquinas a vapor revolucionou os meios de transportes marítimos, porém muito timidamente.⁴

167



Canôa "Caridade" com capacidade para transportar 18 pipas de aguardente
COMISSÃO Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo. *Exploração do rio Juqueryquerê.*
São Paulo: Typographia Brazil de Rothschild & Co. 1919

Em 1822, começaram a ganhar espaço, nas navegações pelo litoral paulista, as chamadas barcas de vapor. Devemos esclarecer, aqui, que as embarcações denominadas Paquetes, não significavam “navio a vapor” e sim navios destinados a conduzirem as malas postais. Os serviços, prestados por estas embarcações, deixaram a desejar, tanto que, no relatório apresentado, em 1834, pelo ministro do império Antônio Pinto Chichorro da Gama, encontramos a seguinte afirmação:

[...] quanto as Paquetes continuavam o seu giro nas seções estabelecidas [...] Releva aqui declarar-vos senhores que os nossos Paquetes, os quais mal merecem este nome [...] e isto só poderá conseguir-se por meio de barcos de vapor e por empresa.⁵

Considerava-se a adoção dos barcos a vapor uma medida que viabilizaria o desenvolvimento econômico da região dada a sua aparente eficiência, no que diz respeito à rapidez e à capacidade de transportar uma carga maior de mercadorias e um número maior de passageiros. A partir de 1835, os ditos barcos passaram a navegar pelas águas do litoral paulista, porém, os de outras praças, porque não havia ainda nenhuma empresa encarregada da prestação destes serviços nas costas de São Paulo.

As companhias existentes prestavam serviços pelos portos do Império com duas linhas, uma para o norte e outra para o sul, até Porto Alegre. Era o caso da Companhia de Paquetes, organizada pela reunião de algumas firmas do Rio de Janeiro, a fim de regularizar o serviço de cabotagem por embarcações a vapor nos portos do Império.

Por um período de aproximadamente 10 anos, as embarcações somente faziam escalas nos portos do litoral paulista. Até que, em 1848, Manoel Cornélio dos Santos fez um pedido para que a região fosse privilegiada com o estabelecimento de uma linha entre os portos do Rio de Janeiro, Mambucaba e Ubatuba.⁶

Os contratos feitos entre o Império e as companhias existentes não foram do agrado geral e não atendiam às reais necessidades da região por elas servidas. Os vapores deixavam a desejar, ou pela insuficiência de suas máquinas, ou pela sua capacidade. As viagens eram incertas e feitas com

dificuldade. O relatório apresentado, em 1852, pelo Dr. Antônio Roberto de Almeida informava que: “A navegação pelo porto de São Sebastião vinha sendo feita por 8 embarcações de vela com 735t, enquanto que a de Ubatuba contava com 10 a vela e 2 a vapor com 1157t.”, quantidade essa considerada insuficiente em relação ao grande fluxo de mercadorias que demandava os ditos portos, com destino à exportação.⁷

Devido à falta de embarcações, o sistema de transporte entrou em crise, somente se reaquecendo em 1857, com a navegação a vapor passando pelos portos intermediários de Ubatuba, São Sebastião, Cananeia e Iguape até Desterro, com uma frota de 29 embarcações a vapor com capacidade de 2299t e 24 embarcações à vela. Entre elas, atendiam à demanda dos produtos da região no Litoral Norte, exportadas para o Rio de Janeiro, as seguintes embarcações, conforme mapa de 30 de junho de 1859:⁸

Embarcações	Origem	Tonel.	Trip.	Carga
Patacho Viriato	Brasileiro	79	06	Café
Brigue Escuna Andorinha	“	120	10	“
Patacho Paraybuna	“	126	10	“
Patacho Liberdade de Comércio	“	125	09	“
Escuna Izabel	“	48	06	“

Em 1861, estabelecia-se uma linha de Paquetes à vela para São Sebastião e Caragatatuba. E é neste mesmo ano que o movimento comercial, no local, se processava em larga escala. Vejamos a tabela a seguir:⁹

Proc.	Nação	Nomes	Barcos	Ton.	Trip.	Dest.	Viagem
Caraguá	Bras.	Viriato	Patacho	79	8	RJ	5
“	“	Adamastor	“	102	9	“	4
“	“	Andorinha	“	120	10	“	2
“	“	Paraybuna	“	126	11	“	1
“	“	Liberdade do Comércio	“	125	10	“	1
“	“	Conceição	“	4	5	Paraty	1

Também transitavam por lá os Paquetes Apa, Imperatriz e Imperador.

Os transportes por via marítima haviam melhorado bastante, porém não o suficiente para atender à sobrecarga de produtos via exportação, oriundos das regiões circunvizinhas das cidades de Serra Acima, do Vale do Paraíba e também de Minas Gerais. A falta de investimentos no setor motivou as queixas dos usuários. O governo, então, como tentativa de solução, assinou contrato com a Companhia Intermediária, em 28 de setembro de 1870. Ainda assim, em 1871, novas queixas e representações foram encaminhadas pela Câmara da Vila de São Sebastião ao Governo da Província, pedindo providências sobre os ditos meios de transportes.¹⁰

Em 1878, em relatório da Câmara de Caraguatatuba ao presidente da Província sobre a economia da vila, encontramos a seguinte informação:

As embarcações que navegam para o Rio de Janeiro são os vapores Emiliana e Pirahy, brasileiros, tendo o primeiro 17 pessoas de tripulação, de 120 toneladas e força de 35 cavallos; o segundo 16 pessoas de tripulação, de 119 toneladas e força de 70 cavallos, cujas tabellas de frete são: 20 Rs por Kilo de café, 3Rs por fumo e 1.600 por fardo de algodão.”

Neste mesmo documento, há também a informação sobre a navegação a vapor: “Ignora esta Câmara se há companhias estabelecidas de navegação a vapor na Província.” Entendemos, portanto, que até aquela data não havia ainda nenhuma companhia estabelecida na dita cidade. Portanto, os vapores pertenciam às Companhias de outras praças.

A partir daí puderam contar com os serviços prestados pela Companhia Nacional que possuía novos e rápidos vapores. Eram modelos dotados de boas acomodações, entre eles o América, Rio de Janeiro, Rio Pardo, Rio Branco, Rio Apa, Rio Grande, Rio Jaguarão, Rio Negro e outros, os quais percorriam o litoral de Norte a Sul, movimentando o comércio das Províncias do Império. Com o advento da República, em muito melhorou este sistema de transporte até 1919, quando nova crise se deu e, desta vez, com maior gravidade, prejudicando sensivelmente a região, a qual somente se reorganizou após a abertura de outras vias de comunicação.¹¹

5.2.

A Comunicação com o Vale do Paraíba nos Primeiros Tempos

As Primeiras estradas do Litoral Norte

Até meados deste século, a comunicação entre os municípios que compõem o Litoral Norte era feita somente por via marítima, embora seja provável que, nesta região, existissem as lendárias “veredas”, que eram trilhas indígenas abertas para a locomoção dos índios pelo território, pois eram nômades. Por serem de difícil acesso, esses micro-caminhos desapareceram ao longo dos anos.

Na década de 1930, há referência da existência, no Bairro da Mococa, em Caraguatatuba, de um caminho que ligava ao município de Natividade da Serra.¹² Sobre essa estrada não há menção, em tempo algum, de sua abertura, provavelmente se trata de uma das veredas da região.

Oficialmente, a primeira estrada do Litoral Norte a ser aberta foi em Ubatuba, ligando-a ao município de São Luiz do Paraitinga e indo até o município de Taubaté no Vale do Paraíba. Foi esta a principal via de escoamento da produção cafeeira da região, pois foi aberta ainda no início dos tempos áureos do café.

O Município de São Sebastião foi o segundo a possuir uma estrada e sua abertura se deu em 1805, passando por Caraguatatuba e indo até o Município de Paraibuna, no alto da serra. Ela devia ter o mesmo traçado da estrada que, mais tarde, serviu para escoar o café do Vale do Paraíba, sendo que a sua abertura agora se dava em função de escoar a produção do açúcar do mesmo Vale, pelo que ela foi conhecida como “estrada do açúcar”. Foi construída sob a responsabilidade de Manuel Lopes da Ressurreição, com o objetivo de intensificar o comércio do Vale do Paraíba ao Porto de São Sebastião.¹³ Essa estrada em muito contribuiu para o desenvolvimento de Santo Antônio de Caraguatatuba que, em 1847, se tornou Distrito e, dez anos mais tarde, emancipou-se politicamente de São Sebastião.

No Município de Ilha Bela, elevado a vila em 1806, as estradas não tiveram papel importante em seu desenvolvimento inicial, por se tratar de uma ilha (Ilha de São Sebastião).

A Estrada Dória

A estrada Dória foi a terceira em importância do Litoral Norte. Aberta em 1832, ligava o Município de São Sebastião ao município de São José do Paraitinga, atual Salesópolis. Os trabalhos de abertura estiveram sob a responsabilidade do Padre Manuel Faria Dória.

O objetivo era intensificar o comércio entre o Porto de São Sebastião, o Vale do Paraíba e parte do Alto Tietê, já que a estrada que ligava a Paraiibuna estava beneficiando mais o Município de Caraguatatuba. Nesta

172



*Antiga Estrada Dória,
como se vê hoje.*

Foto Adriana Coutinho/
Fundacc

última, não havia um porto à altura do de São Sebastião e Ubatuba, porém sua calma enseada facilitava o carregamento e o descarregamento de mercadorias em pequenas embarcações, diminuindo o percurso dos tropeiros entre o Vale do Paraíba e as outras vilas, baixando os preços e possibilitando maior concorrência.

O Padre Manuel de Faria Dória foi um político defensor de sua terra, tendo dedicado grande parte da sua carreira à abertura e manutenção desta estrada que levou o seu nome. Porém, após sua morte em 1842, um de seus inimigos políticos, o Padre Pinto, obstruiu a estrada Dória num gesto impatriótico¹⁴ e de interesses alheios, alegando que São Sebastião poderia ser invadido pelas tropas de Rafael Tobias de Aguiar, da Revolução Liberal de 1842, que seguiriam por esta estrada.

Em 1887, as obras para sua reabertura recomeçaram novamente, mas não se sabe se foram concluídas.¹⁵ Sem dúvida, sua reabertura nos dias atuais seria de muito proveito ao Litoral Norte, principalmente nos finais de semanas e feriados prolongados, quando uma grande quantidade de turistas se dirige às tão procuradas praias do Litoral Norte.

Ainda hoje pode-se verificar o antigo traçado da estrada Dória, na Serra de Caraguatatuba, dirigindo-se ao município de Salesópolis.¹⁶

A Estrada de Caraguatatuba

Após a formação de Caraguatatuba e de sua emancipação política, a estrada que ligava Paraibuna a São Sebastião, apesar de ter sido construída através desta última Vila, ficou conhecida e passou a ser chamada como estrada de Caraguatatuba.¹⁷ Todo seu trajeto era dividido em trechos e cada um recebia uma denominação, de acordo com a sua localização, dentro do traçado, sendo eles: Cachoeira Grande, Jacuba, Alto do Rio do Ouro, Morro do Empinado e Passo Maia. A maioria destes trechos apresentava pontos de deterioração, sendo alvo de constantes serviços de reparos e consertos para adequá-la ao tráfego, por ser a mais importante e também a única via de acesso que de fato, diminuía a distância, e facilitava o escoamento da produção, principalmente do café da região de Serra Acima destinada à exportação, através dos portos da região.¹⁸

Apesar dos esforços empreendidos para a conservação da estrada, não era possível mantê-la em perfeitas condições. A própria estrutura geomorfológica da serra exigia técnicas, ainda inexistente na ocasião, para a construção de uma via capaz de agüentar o tráfego intenso de carga, e os problemas climáticos. Em tempos de estiagem, o trânsito se processava normalmente; já a estação das águas dava lugar aos constantes transtornos como a formação de atoleiros, queda de barreiras, deslizamentos de parte do leito carroçável, abertura de crateras e muitos outros problemas, que se tornavam difíceis de serem solucionados devido à própria estação que não permitia a execução dos serviços de reparos e consertos necessários.

Em toda a sua extensão, o trecho mais crítico, era o do Morro do Empinado. Neste ponto, eram constantes as reclamações dos tropeiros, os quais, em época de chuvas, perdiam animais e mercadorias que escorregavam serra abaixo, indo parar nas grotas, tornando-se irrecuperáveis e causando-lhes enormes prejuízos. Para tentar solucionar a situação, um novo atalho foi projetado, de acordo com o ofício enviado ao Presidente da Província pelo inspetor da estrada Francisco dos Santos Leite, datada de 2 de novembro de 1851, onde lemos que

[...] Apicada feita, principia no mesmo lugar chamado entrada do Morro Empinado, em rodeando do alto do morro sem subidas e decidas sair com uma distância de 400 até 500 braças no lugar denominado = dobrada do alto da boa vista.”¹⁹

No entanto, este atalho deveria solucionar apenas os transtornos referentes ao dito Morro e não em toda a estrada a qual, durante muitas décadas, continuou na mesma situação, sendo alvo de críticas, reclamações constantes, reparos e gastos praticamente inúteis, pelo resultado pouco duradouro que apresentavam.

Em 14 de novembro de 1857, o Inspetor Jacinto Ferreira de Moura, através de um ofício informava as péssimas condições da estrada e citava os pontos de maior urgência de reparos, apresentando o orçamento e relatando a necessidade de construção de pontes e do consertos das já existentes. No mesmo ofício, ele pede demissão do cargo de responsável pelo

trecho que compreende o alto da serra até Paraibuna, pela dificuldade e impossibilidade de zelar por ela.²⁰

No ano seguinte, a Câmara faz referência ao bom serviço e ao aproveitamento da verba utilizada pelo inspetor no trecho da Vila até o alto da serra, que apresentava ótimas condições e indica o comerciante José da Costa para ser o inspetor do trecho do alto da serra até Paraibuna, que se encontrava em estado deplorável. Vejamos os seguinte trecho do comunicado da Câmara de Caraguatatuba ao Presidente da Província, onde se lê que a “[...] estrada da serra, quase intransitável [...] para os animais passarem, torna necessário descarregá-los e passar as cargas as costas dos ferradores em distância de 10 ou mais braças [...]”²¹

A insistência das autoridades da região em conservar este caminho devia-se à sua grande importância para o desenvolvimento econômico da vila. Muitos planos, relatórios e levantamentos dos problemas e dos gastos foram feitos a mando do Presidente da Província, entretanto, ainda em 5 de outubro de 1868, um ofício do inspetor das estradas de Caraguatatuba foi enviado à Inspeção Geral de Obras Públicas de São Paulo e o inspetor interino Miguel Monteiro de Godoy que o encaminhou ao Senador Barão de Itaúna, então presidente da Província, com as seguintes informações:

“A Câmara Municipal de Caraguatatuba nos ofícios juntos, reclama pelos reparos da estrada de exportação, que partindo daquela vila vem à cidade de Parahybuna e daí segue, em vários ramos, a outras Povoações ao norte da Província, como Santa Branca, Jacarehy, São José, Caçapava e Taubaté” [...] “A estrada [...] contém 8½ Léguas (56Km) de extensão; atravessa a cordilheira marítima e terrenos montanhosos, que, por sua composição e natureza, não se prestam a uma boa estrada sem consideráveis despesas” [...] “Há nesta estrada subidas e descidas fortes desfiladeiros e extensos atoleiros, mormente em tempo das águas, vários pontilhões em mau estado, aqui tudo reclama consertos urgentes [...]”²²

Considerando as informações que obtivemos nos documentos pesquisados, concluímos que o estado da dita estrada permaneceu sem grandes alterações por mais de um século, ou seja, desde a sua abertura em 1805 até a década de 30 do século XX.

A Barreira de Caraguatatuba

A barreira da estrada de Caraguatatuba era uma espécie de posto de pedágio, onde os tropeiros que por ela transitavam pagavam os impostos referentes a suas mercadorias. Localizava-se no início da subida da serra e tinha o propósito de arrecadar as taxas que seriam destinadas ao pagamento de seus funcionários e, principalmente, ao custeio dos trabalhos de conservação e reparos da estrada.

No entanto, os objetivos a que se destinava a arrecadação da barreira, não foram alcançados. Diante das precárias condições da estrada e da falta de cumprimento do proposto pelas autoridades, os tropeiros se revoltaram e buscaram caminhos alternativos, abrindo picadas pela mata adentro, com a finalidade de se desviarem da barreira e não pagarem as ditas taxas, pois a consideravam um dinheiro perdido que apenas contribuía para elevar o preço de suas mercadorias, prejudicando-os junto à concorrência, sem jamais atingir o objetivo de se reverter em benefício da estrada.

Os desvios se tornaram tão constantes que as autoridades resolveram tomar providências para tentar evitá-los, tanto que, em um ofício do senhor Francisco José Barbosa Arouca, ao Provedor da Província de São Paulo, datado em 10 de março de 1837, encontramos as seguintes informações:

[...] É meu dever levar ao conhecimento de V. Exca. que no dia 26 do mês p.p. dei princípio de mandar pôr a Barreira deste Porto debaixo de uma cerca segura, e colocando no meio da dita cerca um portão de dezesseis palmos de largura e doze ditos de altura por onde devem passar as tropas e os andantes que transitam nesta estrada e que será fechada com chaves a fim de assim se poder evitar tantos extravios [...] os soldados da Guarda Nacional que a guardam a deixam em abandono [...] o Escrivão [...] Francisco Moreira da Costa foi demitido...”²³

As palavras contidas no documento nos dão conta da gravidade da situação e das medidas tomadas para remediá-las. Porém, tanto os problemas quanto as reclamações dos usuário continuaram e, em 1840, através de um ofício enviado ao presidente da Província de São Paulo, os tropeiros demonstraram sua insatisfação com a péssima condição da estrada infor-

mando: “[...] que não mais pagariam [...] os impostos de suas mercadorias [...] enquanto não houvessem [...] os devidos concertos...”²⁴

Em 1877, a Câmara de Caraguatatuba envia, entre outros, o pedido de supressão da barreira pelo baixo rendimento pelas razões já descritas e também por medida de economia, pois ela estava se tornando onerosa e necessitando de reformas e de manutenção em suas instalações.²⁵

Apresentamos abaixo os registros constantes do Livro de Barreiras, de 1881 a 1882, incluindo a movimentação de conta corrente ²⁶

Livro de Barreira de Caraguatatuba

Direitos de saída RECEITA	IMPOSTO	DESPESA (15%)
Café Fumo	312.981 23.040	Comissão dos empregados da Repartição Pago praças do Corpo Policial Mesa de Rendas de Caraguatatuba, 1º./Agosto/1881
Café Fumo	630.101 12.432	1º./09/1881
Café	1:135.910	1º./10/1881
Café Mel de fumo	1:003.677 7.968	1º./11/1881
Café Mel de fumo Toucinho Café	1:365.080 28.800 26.600 740.849	1º./12/1881 1º./01/1882
Café Mel de fumo Toucinho	3:109.606 36.768 26.600	1º./01/1882 [sic]
Café Fumo	1:301.137 11.800	1º./02/1882
Café Fumo Mel de fumo	1:071.966 28.800 21.600	1º./07/1882



Projeto de estrada de ferro, feito pelo engenheiro Luiz Teixeira Bittencourt Sobrinho, com a proposta de ligar o Sul de Minas Gerais ao Litoral Norte Paulista. (DAESP)

Um Projeto de Estrada de Ferro

A produção cafeeira em São Paulo possibilitou a construção da estrada de ferro ligando o oeste paulista ao porto de Santos, o principal escoadouro da produção paulista. No período áureo do café no Vale do Paraíba, a maior parte da produção era levada para o Porto de Ubatuba em lombo de burros, por péssimas estradas e ainda tendo de enfrentar a difícil travessia da Serra do Mar, até chegar ao dito porto.

Após a escassez do solo vale-paraibano e a transferência da produção para o Oeste paulista, as estradas de ferro já eram uma realidade. Embora os tempos de vida européia do Vale do Paraíba tenham ido embora, com a escassez do solo, outros tipos de produtos foram substituindo o anterior, reiniciando um novo ciclo econômico na região, em escala menor que a do período do café.

Entre os produtos que se dirigiam a Ubatuba, São Sebastião e Caraguatatuba também se encontrava parte da produção da lavoura mineira, especificamente das cidades do Sul de Minas Gerais.

Embora houvesse estradas de ferro em pleno funcionamento, a Central do Brasil que cortava o Vale do Paraíba, ligando São Paulo ao Rio de Janeiro, e também a ferrovia inglesa Santos-Jundiaí, não beneficiavam os pequenos e médios produtores do Vale do Paraíba e do Sul de Minas Gerais que, para exportarem suas produções por via férrea, tinham que enviar somente para o Porto de Santos, o único da Província de São Paulo privilegiado por este serviço, o que encarecia o custo e deixava seus produtos em desvantagens comerciais diante da concorrência.

Em 1882, surgiu um projeto de estrada de ferro, feito pelo engenheiro Luiz Teixeira Bittencourt Sobrinho, com a proposta de ligar o Sul de Minas Gerais ao Litoral Norte Paulista.²⁷ Neste projeto, o objetivo era transpor a Serra da Mantiqueira, barreira natural que limita os Estados de São Paulo e Minas Gerais, e chegar até o porto de Caraguatatuba, possibilitando o escoamento da produção daquela região de uma maneira mais

fácil, rápida e menos onerosa, mantendo um compromisso de não correr com o transporte das companhias já existentes.

Essa estrada partindo de Caraguatatuba

atravessa a Serra de Caraguatatuba, e, passando pelas cidades de Paraibuna, Jambuí, Caçapava e S. Bento do Sapucahy, em São Paulo; e daí em diante atravessando a Serra da Mantiqueira, seguirá em território mineiro pelos vales do Sapucahy Mirim e Sapucahy, cidade de Pouso Alegre, indo terminar em Alfenas, na Província de Minas Gerais.

Além desses locais, essa estrada beneficiaria indiretamente as cidades de Natividade, São José do Paraitinga, Santa Branca, Redenção, São Luiz do Paraitinga, São José dos Campos e Jacareí, na Província de São Paulo; Itajubá (parte), Jaguari, São José do Paraíso, Carmo do Rio Claro, Cabo Verde, Ouro Fino, São Sebastião do Paraíso, Caldas (parte), Passos e outras na de Minas de Gerais. Essa estrada cruzaria a Central do Brasil na altura do município de Caçapava.

O projeto dependeria de um acordo a ser firmado entre o Governo mineiro e o paulista, que deveriam se responsabilizar cada um pelo financiamento da construção da dita estrada em seus territórios.

Segundo o projeto, a construção traria vantagens aos produtores do Sul de Minas Gerais e do Vale do Paraíba (além de parte dos produtores da atual região do Alto Tietê). O custo do frete, na nova estrada de ferro, comparado ao custo do frete das estradas já existentes, seria menor. A compensação deste custo inferior ao das estradas de ferro existentes seria somada ao frete marítimo, pois a produção, após chegar ao Porto de Caraguatatuba, ainda teria que ser levada até o Porto de Santos ou do Rio de Janeiro, por via marítima, de onde seriam exportadas, havendo um custo adicional que, juntos, alcançariam o custo total do frete das Companhias existentes.

A concessão para a construção desta via férrea foi dada ao engenheiro acima citado pela lei provincial 2798 de 03/10/1882, porém, devido à falta de recursos não foi realizada.²⁷

Notas

- (1) ALMEIDA, 1958, n.º 33: 184.
- (2) Idem 1959, n.º 40: 453/54.
- (3) IBID.: 463.
- (4) IBID.: 463.
- (5) ALMEIDA, 1958, n.º 33: 190.
- (6) ALMEIDA, 1958, n.º 33: 192.
- (7) ALMEIDA, 1958, n.º 33: 193.
- (8) DAESP-ODC, Movimento de navios, O. 983, C. 188.
- (9) DAESP-ODC, Movimento de navios, O. 983, C. 188.
- (10) ALMEIDA, 1958, n.º 33: 195.
- (11) IBID
- (12) Relatório do Capitão Armond ao Coronel Dimas de Siqueira Menezes. 12/02/1933 (APMC – P. 1).
- (13) ALMEIDA, 1958, n.º33: 184.
- (14) ALMEIDA, 1958, n.º38: 430.
- (15) ALMEIDA, 1958, n.º33: 184.
- (16) Depoimento de Ricardo Campos Ferraz, defensor da Mata Atlântica, ao organizador deste livro, o qual notou uma trilha na mata, como o traçado de uma estrada. Indagando de um amigo, Sr. Geraldo Aparecido, antigo mateiro de Caraguatatuba, obteve como resposta que se tratava da antiga Estrada Dória. Graças à gentileza e disposição do Sr. Geraldo, a quem agradecemos, foi possível localizar a trilha e obter a foto que apresentamos. Essa antiga estrada, ainda visível e provavelmente utilizada, ainda que precariamente, no início doséculo, teve seu traçado registrado em um mapa que faz parte do livro da COMISSÃO Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, *Exploração do Rio Juqueriquerê*, 2 ed., 1919.
- (17) Nota-se, nos vários documentos depositados na Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo, menção à “Estrada de Caraguatatuba”. (DAESP-ODC, O. 983 e 983A, C. 188 e 188A)

- (18) DAESP-ODC, O. 983, C. 188, P:1, D:15.
 (19) DAESP-ODC, s/ indicação de cota.
 (20) DAESP-ODC, s/ indicação de cota.
 (21) DAESP-ODC, O. 983, C. 188, P:1, D:37.
 (22) DAESP-ODC, O. 983A, C. 188A, P:1, D:51A., D. 10.
 (23) DAESP-ODC, O. 983, C. 188, P:1, D:2.
 (24) DAESP-ODC, s/ indicação de cota.
 (25) DAESP-ODC, s/ indicação de cota.
 (26) DAESP-LBC, O. 1780, C. 76.
 (27) BITTENCOURT SOBRINHO, 1883 (DAESP-Biblioteca).

6. A INSTRUÇÃO E A SAÚDE PÚBLICA

Odair Aparecido de Paula

6.1

A Instrução Pública

A Expulsão dos Jesuítas e a Decadência da Instrução Pública

Os padres jesuítas, pioneiros do ensino nos domínios portugueses, e, entre eles, o Brasil, foram expulsos em 1759, sob a acusação de ambição de poder, de desvios dos objetivos da Companhia de Jesus, à qual pertenciam, e de serem, de uma certa forma, responsáveis pela crise econômica por que passava Portugal na época.¹ A partir daí, o ensino no Brasil caiu em abandono e numa profunda letargia. Não houve, em nenhum momento, preocupação política por parte das autoridades, tanto da metrópole quanto local, em reestruturar uma nova rede de ensino destinada à instrução na Colônia.

Para suavizar o total abandono em que se encontrava o ensino no período colonial, a fundação de um curso literário e teológico no Rio de Janeiro, em 1776, pelos padres franciscanos, aparece como esperança de solução ao descaso com a população. Porém, o curso ficou restrito à formação de sacerdotes, em detrimento da formação de professores,² em nada contribuindo para a formação básica da sociedade.

A situação assim permaneceu até a transferência da Corte Real Portuguesa ao Brasil, em 1808, fuga de Portugal, dos ataques napoleônicos. Por transformar-se em sede da Coroa, percebeu-se, então, a necessidade de serem criados no Brasil cursos em níveis superior e técnico, considerados necessários para sustentar um país com segurança e também com técnicas apropriadas ao início de seu desenvolvimento. Ao longo dos anos, foram criados cursos de Anatomia, Cirurgia, Economia, Agricultura, Indústria, Academia de Marinha, Academia Real Militar etc..³ Eram cursos declarados públicos, porém, destinavam-se somente às famílias mais abas-

tadas e àquelas que acompanharam a Corte ao Brasil. Para o ingresso nelas, eram necessários exames prévios, além de formação básica completa, portanto, não eram oferecidos à maioria da população.

A abertura desses cursos, superiores e técnicos, em muito contribuiu para o crescimento de profissionais brasileiros. Infelizmente para poucos. A Coroa se preocupava em mantê-los, nada fazendo para solucionar a necessidade crescente dos cursos básicos voltados para a instrução pública popular.

A Instrução Pública no Império: Uma Nova Esperança Educacional

Com a transferência do poder metropolitano para local, mesmo que intrafamiliar, caracterizado pela “Independência”, surgiram novas esperanças de desenvolvimento do Brasil. Uma série de propostas apresentadas ao novo governo buscava acelerar o crescimento do país, dentre as quais, algumas propostas relacionadas à Educação colocavam como “*um dos instrumentos mais importantes para o desenvolvimento nacional*”. Mas, conforme indica Francisco Larroyo, nenhuma destas propostas estava dentro da realidade brasileira.

As condições políticas e econômicas no Brasil da época não permitiam mais propostas escolares baseadas no padrão europeu, bem mais aprimorado, principalmente para o abastecimento de mão-de-obra que exigiam novas indústrias. Era preciso, então, uma proposta condizente com a realidade local.

Na Constituição de 1823, apresentada à Assembléia Constituinte, constava que “*haverá no Império, escolas primárias em cada termo, ginásios em cada comarca e universidade nos mais apropriados locais*”.⁴ No entanto, constatamos que não estava nos planos do Império a criação de cursos para formação de professores, a força motriz, a mola propulsora da educação. Os próprios recursos financeiros, destinados para a Instrução Pública pelo Império, eram insuficientes, o que fazia com que muitos projetos educacionais fossem esquecidos, como o acima citado que não chegou a sair do papel.

A Descentralização do Ensino: A Diversificação da Instrução Pública nas Províncias

As dificuldades de se organizar o ensino público popular pela monarquia brasileira, resultaram no Ato Adicional de 6 de agosto de 1834, o qual transferiu às Províncias a responsabilidade de organizar e manter a Instrução Pública de Primeiras e Segundas Letras,⁵ livrando a Monarquia, de uma vez por todas, da responsabilidade de mantê-la. Esta desorganização vinha se agravando desde a expulsão dos padres jesuítas dos domínios portugueses.

A partir deste momento, competia às Províncias a organização da Instrução Pública de Primeiras e Segundas Letras, porém a ausência de parâmetros curriculares nacionais diversificava a Instrução Nacional. Buscando diminuir estas diferenças, em 1837, a monarquia fundou o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, que serviria de modelo às escolas secundárias das Províncias. Mas o Colégio acabou sendo direcionado aos cursos preparatórios para ingresso ao Ensino Superior.⁶

As primeiras escolas fundadas para formar professores foram “*a de Niterói, em 1835, a da Bahia, em 1836, a do Ceará, em 1845, a de São Paulo, em 1846 e a do Rio de Janeiro em 1880, segundo consta, todas de organizações rudimentares e desprovidas de professores capacitados*”.⁷

Com o crescimento demográfico e o desenvolvimento econômico, ao longo do século XIX, a maioria das escolas secundárias passou às mãos da iniciativa particular, a qual mantinha um ensino aprimorado e direcionado para o ingresso em cursos superiores públicos. As Províncias destinavam poucos recursos financeiros para a Educação e mantinham uma precária rede escolar, com um número maior de Escolas de Primeiras Letras. Note-se que essa situação não sofreu grandes alterações até os dias atuais!

Na Província de São Paulo, a Lei n.º 34 de 16 de março de 1846 inicia a regulamentação da Instrução de Primeiras e Segundas Letras. A lei determinava que, para a abertura de uma escola, em qualquer povoação da Província, seriam necessárias, no mínimo, 40 crianças para escola masculina, e 60 para escola feminina,⁸ exigência esta que dificultava a abertura de escolas em pequenas cidades.

A maioria das escolas funcionava nas residências dos próprios professores, os quais, além de receberem seus ordenados, recebiam também pelo aluguel da sala onde eram ministradas as aulas. Os investimentos em prédios próprios para o funcionamento de escolas, na Província de São Paulo, somente se iniciaram em 1876, cuja verba mensal destinada para a construção era de 50 contos de réis.⁹ Em 1887, através de uma Lei Provincial, foi criado, em cada município, o “Fundo Escola”,¹⁰ com o objetivo de levantar verbas locais para investimentos nas suas Escolas. Esse Fundo receberia verbas destinadas pelas Câmaras municipais e também doações de pessoas físicas e jurídicas, contribuindo para “desafogar” os cofres da Província.

A Instrução Pública em Caraguatatuba

As dificuldades educacionais enfrentadas no Litoral atingiam toda a população, pois não havia escolas e professores na região, durante grande parte do período colonial.

Através das Câmaras Municipais de São Sebastião e Ubatuba, os dois únicos municípios formados até então, a população implorava ao Governador da Província a criação de “*Cadeira de 1.º Letras*”, para a instrução das crianças, visto as Câmaras não poderem sustentar uma escola.

Em 1799, a Câmara da Vila de São Sebastião obteve permissão para a abertura de sua primeira escola de 1.º Letras, nomeando para o cargo o padre João Amaro, que ocupou a Cadeira até sua morte, em 1817, sendo substituído, no mesmo ano pelo reverendo padre Sebastião Alves de Oliveira Cruz.

Nesta mesma vila, devido à solicitação do Governo Provincial ao requerer de todas as Câmaras das Vilas da Província “... *as Memórias e Apontamentos que achassem necessários para o bem geral dos habitantes da Província* ...”, a Câmara sugeriu aos Deputados e Governo, em ofício datado de 1º de outubro de 1821, a criação de uma Universidade, “... *onde mais comodamente possam concorrer os alunos, para a instrução da mocidade e aumento do Estado.*”¹¹

Em São Sebastião, com o surgimento dos povoados de Caraguatatuba e Ilha Bela, foram criadas novas escolas de Primeiras Letras, na década de 1830.¹²

Em Ubatuba, a vila mais avançada do Litoral no século passado, já existiam, no ano de 1891, quinze escolas públicas de Primeiras Letras, das quais cinco eram municipais e apenas duas atendiam as representantes do sexo feminino. Existia, ainda, uma escola particular fundada em 1.º de outubro de 1881, o “Atheneu Ubatubense”, no qual ministravam o ensino de Primeiras Letras e aulas secundárias. Esta vila contava com uma vasta biblioteca com mais de 5.000 volumes, além de um Museu de História Natural.¹³

As primeiras escolas foram instaladas nas cidades, dificultando o acesso à população que vivia na zona rural, a qual, naquele momento, era maior que a população urbana.

A primeira escola, em Caraguatatuba, de que se tem notícia, data de 1835, sendo instalada através da administração de São Sebastião, à qual, como já sabemos, Caraguatatuba pertencia. Era uma escola de Primeiras Letras Masculina, cujo mestre foi Francisco Moreira da Costa, então com 29 anos, de nacionalidade portuguesa.¹⁴ Até o ano de 1858, existiam em todo município de São Sebastião, incluindo-se Caraguatatuba e Ilha Bela, apenas 6 escolas, todas de Primeiras Letras, assim distribuídas: uma no Bairro de Toque-toque Pequeno, outra no Bairro do Veloso, duas em São Sebastião (sendo uma escola dirigida a meninas e outra a meninos), uma em Ilha Bela e uma em Caraguatatuba.¹⁵

Em 16 de maio de 1859, instalou-se a primeira escola feminina em Caraguatatuba, pela Professora Rita Dionizia Lima Ribeiro, funcionando na região central da cidade¹⁶ (Ver neste livro a Parte II, Cap. 4).

No ano de 1863, um pai de sete filhas, morador do Bairro de “Mocooca”, estando com dificuldade para colocar suas filhas na escola, enviou um ofício ao Presidente da Província, através da Câmara Municipal de Caraguatatuba, solicitando a abertura de uma escola feminina naquela povoação, pois havia um grande número de meninas em idade escolar, sem a devida Instrução Pública.¹⁷ Porém, o seu pedido não foi aceito!

Dos bairros mais antigos de Caraguatatuba, Massaguaçu foi o primeiro no qual se instalou uma Escola de Primeiras Letras masculina, em 18 de setembro de 1864, devido ao elevado número de meninos ali residentes, sem instrução escolar. O seu primeiro professor foi Antônio Gonçalves da Cruz.¹⁸ Tabatinga foi o segundo a ser beneficiado com tal escola, sendo destinada ao ensino feminino. Essa escola foi aberta, em 1885, pela professora Justina Salinas de Santana.¹⁹

Em 1875, um projeto apresentado pelo Deputado Coronel Marcelino José de Carvalho ao Presidente da Província, visava a criação de uma segunda cadeira de primeiras letras na “villa de Caraguatatuba”.²⁰ A Escola foi aberta em 4 de novembro de 1875 e sua primeira professora foi Dona Presciliana de Castilho Leite²¹ (Ver, neste livro, a Parte II, Cap. 4).

O Estudo e a Mão-de-Obra Infantil

268
A maioria dos alunos de Caraguatatuba tinha que percorrer grandes distâncias, todos os dias, para chegar à Escola, pois, como já dissemos, a maioria da população vivia distante do centro da cidade, em fazendas e pequenas sítios. Mas essa não era a principal dificuldade: a maioria dos alunos era de famílias pobres e, fora do horário escolar, tinha que ajudar a família a ganhar o seu sustento, trabalhando nas lavouras junto com seus pais que, pelas condições de que dispunham, não podiam abrir mão da colaboração dos filhos.

Constam de cadernetas, mapas e relatórios escolares dos professores de Caraguatatuba do século passado, depositados em arquivos públicos,²² descrição de toda a vida escolar, suas necessidades e dificuldades enfrentadas no período. Verifica-se nos relatórios que, na época de plantio e de colheita, a freqüência às aulas era reduzida, inclusive nas escolas femininas, pois as meninas também se sujeitavam aos mesmos trabalhos dos meninos.

Outro fator de interrupção da freqüência escolar eram as condições financeiras das famílias que, muito humildes, não tinham roupas, calçados nem como comprar o material escolar necessário. Outros, em menor escala, desistiam da escola devido a doenças, pois eram obrigados a ficar afastados das aulas por muito tempo e, quando se restabeleciam, não

conseguiam acompanhar os colegas no aprendizado, sentindo-se desestimulados e, conseqüentemente, abandonavam o estudo.

A falta de material didático e de utensílios nas escolas dificultava o trabalho do professor e o aprendizado dos alunos. Algumas escolas não possuíam sequer mesas e bancos. Quanto aos materiais didáticos como livros, papel e tinta, também faltavam, ou eram escassos. Mas nem sempre as dificuldades apresentadas conseguiam abater os ânimos de mestres e alunos. Houve casos em que a criatividade do professor contribuiu para amenizar esses problemas. Por exemplo, na Escola onde o Padre João Vicente Cabral era professor, as atividades que não podiam ser realizadas, dada a escassez de material, eram compensadas com outros tipos de ensinamentos. Ele utilizava parte dos 30 minutos do recreio, todos os dias, para ensinar música vocal e instrumental aos alunos.²³

Uma Escola Agrícola em Caraguatatuba

As Escolas Agrícolas pertenciam a um projeto do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas para estabelecer em locais apropriados da Província,²⁴ Escolas Práticas destinadas ao ensino da cultura do solo e serviços da lavoura. O projeto inicial denominava-se “Fazenda Normal Agrícola” e destinava-se somente a homens livres, a partir de 7 anos de idade, órfãos de pai, e que seriam obrigados a estudar e trabalhar até os 21 anos de idade.²⁵ A Escola Agrícola seria auto-suficiente: produziria todas as ferramentas de fabricação rústica destinada aos serviços da terra e necessárias para seu funcionamento.

No ano de 1867, o Presidente da Província enviou um ofício à Câmara Municipal de Caraguatatuba, comunicando a possibilidade da criação da Escola Agrícola no Município, solicitando informações sobre os melhores locais onde pudesse ser realizado o projeto. Em resposta, a Câmara informou que, apesar da lavoura no Litoral Norte não estar satisfatória, existiam nas proximidades da cidade vários locais nos quais se poderia instalar uma Escola Agrícola.²⁶

Cogitou-se da possibilidade da compra, pelo Presidente da Província, da fazenda Getuba, de propriedade do Sr. José Vieira de Macedo cujas

instalações eram consideradas apropriadas para abrigar o tão ambicioso projeto da Escola Agrícola. A Câmara então enviou um ofício ao Presidente com preciosas informações sobre a fazenda. Segundo consta, a fazenda era provida de grandes quantidades de terras apropriadas para a agricultura. Por muitos anos nela foi cultivado o café, mas a falta de braços nunca permitiu uma colheita abundante. E devido à escassez de mão-de-obra, o proprietário havia abandonado o cultivo da rubiácea já há alguns anos, passando a produzir somente aguardente, produto esse de grande aceitação no mercado. A sede da fazenda ficava com frente para o mar, numa casa de sobrado. A fazenda estava equipada com “*máquinas de serrar, tocada por água, engenho de cana*”..., com “*cilindros horizontais...*”, “*casa de farinha e de alambiques...*”, “*locais onde residiam os colonos...*”²⁷ Enfim, a fazenda Getuba oferecia todas as condições necessárias para o funcionamento de uma Escola Agrícola (Ver, neste Livro, Parte I, Cap. 6).

Infelizmente esse projeto, como muitos outros, também não saiu do papel.

As Escolas Particulares

No século passado, eram deficientes as leis que regulamentavam a abertura e funcionamento de escolas particulares na Província. Para se abrir uma Escola Particular, precisava-se apenas da vontade do proprietário, não sendo necessário nenhuma autorização por parte da Administração Provincial. A comunicação de seu funcionamento se dava através dos professores da rede pública, que respondiam às perguntas do Inspetor da Instrução Pública da Província, para saber se no município havia Bibliotecas, Teatros, Escolas particulares etc.. Comunicada a existência de Escola Particular no município, ela era submetida a enviar mensalmente Mapas e Relatórios dos resultados de seus alunos, da mesma maneira como eram submetidas as Escolas Públicas.

Nos municípios mais pobres, as Escolas particulares não tiveram grande prestígio e a maioria não conseguia se manter, dadas as dificuldades financeiras da população, que geralmente se ocupava da lavoura.

A primeira escola particular em Caraguatatuba surgiu em 1867, de propriedade do Sr. Jacintho de Castilho, que também era o professor. Essa escola ministrava aulas de Primeiras Letras e era freqüentada por apenas 6 alunos.²⁸ Funcionou por pouco tempo, pois nos mapas escolares enviados pelos professores de Caraguatatuba ao Diretor da Instrução Pública da Província, durante o ano de 1868, informaram que “*não há escolas particulares no município*”.²⁹

Em 1869, surge outra escola particular, aberta precisamente aos 15 dias do mês de setembro. Nessa escola, estudavam 9 alunos³⁰ e também teve um curto período de funcionamento.

A primeira escola feminina particular em Caraguatatuba foi aberta pela Professora Presciliana de Castilho Leite, em 07 de janeiro de 1875, mas de particular tinha somente o nome. A professora Presciliana não cobrava pelo trabalho que desenvolvia com as 9 alunas estudantes de sua escola.³¹ Pouco tempo mais tarde, Presciliana de Castilho Leite torna-se Professora Pública de Segundas Letras.³²

Consta que, em 28 de maio de 1885, foi aprovada pelo Inspetor da Instrução Pública de Caraguatatuba a abertura de uma escola particular, onde alunos que não tivessem condições de pagar as mensalidades não precisavam fazê-lo e o Professor se manteria com o pagamento das mensalidades dos alunos que tinham condições de pagar pelo seu serviço.³³

O Ensino Público Ministrado nas Escolas de Caraguatatuba

A Instrução Pública de Primeiras e Segundas Letras, na Província de São Paulo, foi regulamentada em 1834, através da Lei n.º 34 de 16 de março.³⁴ Essa Lei vinculou o Ensino nas Escolas Públicas da Província a um currículo, diminuindo a diversificação de matérias básicas.

Ao ingressar na Escola, nas Primeiras Letras, o aluno iniciava o aprendizado da leitura e da escrita. Paulatinamente o professor ensinava noções de gramática da língua nacional, noções de geometria prática, princípios da Moral Cristã e Doutrina da Religião do Estado. Ao Ensino Masculino ainda constavam Teoria e Prática da Aritmética, até Proporções e Noções Gerais de Geometria. Entretanto, para as Meninas, o Ensino era mais

restrito, uma herança da sociedade patriarcal, sendo reduzidas as noções de Geometria e limitada a Aritmética às quatro operações fundamentais, incluindo-se as atividades manuais denominadas Prendas: Coser, Marcar, Bordar e fazer Crivos.³⁵

Nas Segundas Letras, o aluno dava continuidade ao aprendizado. As matérias destinadas à formação masculina seriam mais aprofundadas e acrescidas de noções gerais de História, Geografia, especialmente do Brasil, noções de Ciência Física aplicadas à vida. E para o sexo feminino, adicionavam-se noções gerais de História, Geografia e Música³⁶, elementos considerados essenciais para a formação das meninas, futuras donas de casa.

6.2.

A Saúde Pública

A Vila que Desertou: Uma Questão de Saúde.

Durante o período colonial, varias epidemias assolaram inúmeras povoações brasileiras, fazendo um grande número de mortos, principalmente entre a população indígena. Dentre as doenças mais avassaladoras do período, destacam-se a febre amarela, a varíola e a peste negra.³⁷

Informações contidas no Livro do Tombo, registrado pelo Padre Manuel Esteves da Porciúncula, da Matriz de Santo Antônio, afirmam que, em Caraguatatuba houve uma epidemia avassaladora, anos depois de sua elevação à Vila. Segundo o registro, a epidemia “*devorou parte do povo. Descorçoado o restante do povo dirigiu-se para Ubatuba [...] abandonando a vila, [...] levantaram ali um nova freguesia.*”³⁸

Dados complementares sobre esta notícia foram descritos em um ofício dirigido ao Presidente da Província de São Paulo, em 3 de outubro de 1860, no qual se afirma a ocorrência, ainda no século XVII, de “*umas febres anuais que fazia grande mortalidade.*”³⁹

Dentre as três doenças acima citadas, deve-se descartar a peste negra, pelo não registro de ocorrência no Brasil, naquela época. Restam possibilidades para a ocorrência, tanto da febre amarela como da varíola, mas a falta de documentação sobre os primeiros tempos da Vila de

Caraguatatuba e, também, a falta de um estudo nosológico sobre o Brasil impedem a comprovação deste fato.

Sobre a febre amarela, seu primeiro registro, no Brasil, ocorreu em 1686, na região nordeste. O mosquito transmissor da doença foi trazido a bordo de um navio oriundo de São Tomé, sendo que “*por seis anos visitou Pernambuco e Bahia, onde assinalou por temerosa crueldade.*” Desaparecendo em seguida, a doença somente reapareceu, em 1849, a bordo de um outro navio que aportou na Bahia e, dali, partindo em outros navios, a doença alcançou o Rio de Janeiro, iniciando então um grande surto epidêmico que resultou em milhares de vítimas.⁴⁰

Ora, se seguirmos estas informações, não podemos afirmar que a Vila de Caraguatatuba foi assolada por uma epidemia de febre amarela, no século XVII, pois se a doença teve sua primeira e única aparição, em 1686, no nordeste brasileiro, não havendo, em seguida, nenhum outro registro no país, como a febre teria chegado ao Litoral Norte paulista?

Por outro lado, sabemos que muitas doenças que assolaram a população brasileira durante o período colonial, imperial e mesmo republicano, não foram registradas devido à ausência de assistência médica, ou, pelo menos, de um órgão que catalogasse as informações necessárias para um controle mais próximo da verdadeira realidade da Saúde da população brasileira, o que torna duvidosa a informação de que a febre amarela tenha ocorrido somente na região nordeste naquela época, podendo então haver casos desta doença em outros locais da colônia, inclusive, em Caraguatatuba.

Outra doença que possivelmente pode ter causado a evasão da Vila de Caraguatatuba é a varíola, uma doença vulgarmente conhecida como “bexigas”, devido às suas características. Ela também provoca febres altíssimas e de grande risco de contágio, podendo disseminar-se e provocar vítimas fatais em um curto espaço de tempo. No Brasil, o primeiro caso de varíola tem registro datado de 1563, também na Bahia. Em 1621, a doença alcançou o Maranhão.⁴¹

A peste negra e bubônica no Brasil não chegou a ultrapassar limites muito distantes dos principais portos litorâneos. Seu alastramento deve-se principalmente à falta de saneamento básico, que é um habitat perfeito à

propagação de ratos, o hospedeiro da doença. Ainda hoje ocorrem casos desta peste principalmente em portos, onde a falta de higiene não traz preocupações. O contágio feito pelo homem, conhecida como peste bubônica é a mais preocupante, pois tem um grau de contágio equivalente ao da tuberculose, embora mais grave, podendo levar um infectado à morte, em questão de horas.⁴² Não acreditamos na hipótese de que tenha ocorrido, em Caraguatatuba, essa temerosa doença que levou à extinção da Vila.

A Saúde na Época do Ressurgimento da Vila

O período em que Caraguatatuba foi novamente elevada a vila, no século passado, não se compara ao tempo de sua primeira fundação, nos Seiscentos, quando uma drástica epidemia exterminou a maior parte da população, levando os sobreviventes a abandonarem a vila.

Naquela época, a comunicação terrestre no Brasil de um povoado a outro era tão difícil como a travessia de um oceano, pelo fato de não haver estradas. Uma viagem chegava a demorar meses. Apenas rios como o Tietê, na época conhecido como Anhembi, fazia papel de rio-estrada, possibilitando os bandeirantes adentrar sertão a fora, levantando novas vilas à procura de riquezas, para sustentar-se e manter o luxo da realeza e companhia.

O século XIX foi o mais avançado, no setor tecnológico, do que os séculos anteriores. A invenção do navio movido a vapor fez com que o espaço de tempo percorrido entre um continente e outro, ou um porto e outro, diminuísse consideravelmente, permitindo um avanço ainda maior no setor industrial, estimulando novas invenções e acelerando a guerra de concorrências de vendas dos mais variados produtos.

No Brasil, por todos os séculos XVII, XVIII e XIX, a comunicação entre os povoados e o sertão também havia aumentado em face da abertura de algumas estradas, mesmos em situações precárias.

O mundo avançava por todos os lados e a sonhada viagem em curto espaço de tempo já era uma realidade. Mais tarde, a invenção da locomotiva, também a vapor; marcava a entrada de uma nova era na economia mundial.

Navios do mundo todo cruzavam oceanos, carregavam e descarregavam produtos dos mais remotos lugares do planeta.

Assim como a comunicação se tornara mais curta, obviamente, tudo se transportava com maior velocidade, inclusive as doenças, que são a grande vilã da humanidade. Doenças como a varíola, febre amarela e peste negra poderiam ser espalhadas através de um único navio por todo um país, onde ele aportasse.

No caso do Brasil, infelizmente, sempre atrasado em serviços de bem-estar social, o combate a essas doenças era precário. A medida de combate mais eficiente era o isolamento dos doentes em locais distantes dos povoados, denominados vulgarmente de Lazaretos, nome este utilizado para identificar locais redutos de leprosos.

A lepra era um doença que, desde o período colonial, causava espanto, por ser apresentada como uma doença pagã. Seu principal foco no Brasil, durante o século passado, era a região entre a divisa da Província de Minas Gerais com a Província de São Paulo. No Litoral Norte Paulista, era raro encontrar um doente de lepra e no território de Caraguatatuba, em aproximadamente 50 anos, a partir de 1800, houve o registro de apenas um caso, do pardo Manoel Carlos da Silva, então com 40 anos, oriundo de Bragança.⁴³

O combate à lepra teve início em nosso país, neste século, com a construção de leprosários, onde os doentes viviam numa espécie de prisão. Atualmente, o Brasil ocupa o segundo lugar no mundo em número de leprosos, sendo a região Norte o local mais afetado.⁴⁴

Algumas Doenças em Caraguatatuba

Embora Caraguatatuba tivesse contato freqüente com locais infestados de epidemias, como Santos e Rio de Janeiro, através de navios e pequenas embarcações que, diariamente, faziam o transporte de mercadorias, em sua segunda fase, não chegou a ser atingida por epidemias avassaladoras.

A varíola chegou a atingir Caraguatatuba causando vítimas fatais, mas não em grandes proporções, como em Santos, no ano de 1892, com 823 óbitos.⁴⁵ Em 1874, um ofício enviado pela professora pública, Maria

Augusta de Jesus, informa ao Presidente da Província de São Paulo, Dr. João Theodoro Xavier, que o Bairro de São Francisco estava sendo “vítima dos tristes efeitos da varíola, perecendo quase diariamente uma ou duas pessoas” e, por essa razão, estaria fechando sua escola, localizada próxima do local, até que a doença desaparecesse.⁴⁶

A malária era uma doença comum em todo litoral, principalmente nos meses quentes. A inexistência de combate nos locais onde ela fazia vítimas contribuía para aumentar o número de óbitos. No ano de 1884, a malária em Caraguatatuba teve “funestos resultados, pois que não menos de trinta vidas deixaram de existir”, sendo a principal causa “a falta de recurso”.⁴⁷

A verminose era a doença mais comum entre as crianças do litoral, “em consequência de alimentação irracional e grosseira, usada até para recém-nascidos.”⁴⁸

A Assistência Médica no Final do Século XIX

Durante todo o século XIX a assistência médica em Caraguatatuba ficou a cargo de profundos conhecedores de ervas medicinais. Esse conhecimento vinha de geração em geração e, quando uma pessoa ficava doente, procurava por esses ilustres cidadãos que os socorriam, fazendo com que a vida fosse menos sofrida, receitando as ervas destinadas à cura de seus males.

Em 1864, havia, em Caraguatatuba, um estabelecimento denominado Bottas & Casal, que vendia drogas medicinais, sem licença, à população local. Esse estabelecimento ficou proibido de vender seus medicamentos, conforme ofício enviado ao Presidente da Província de São Paulo, datado de 11 de julho de 1864, justificando que “[...] os motivos que este juízo teve em vista foi não ter habilitações algumas o sócio e caixeiro Casal para vender remédios, e, por tal venda, podia causar muito mal ao lugar ou casas de famílias [...]” e, conclui “como pode este juízo consentir que um homem venda remédios quando não sabe a porção que pode dar para um doente [...]”⁴⁹

Não concordando com essa proibição, o proprietário do negócio, Sr. José Casal, insistiu na possibilidade de adquirir licença da Câmara Municipal, encaminhando um requerimento com os seguintes dizeres:

Dizem Bottas & Casal, negociantes desta Vila, que sendo-lhes pelo Subdelegado vedada a venda de drogas medicinais a pretexto de não terem os Suplicantes licença, quando é certo e público que de longa data vende remédios Joaquim José Ribeiro e Silva, não só sem licença como ainda sem pagar quaisquer direitos à Municipalidade, o que não acontece com os Suplicantes que os pagam por sua casa de negócios; vêm por isso os Suplicantes pedir a V. Sas. se dignem conceder-lhes dita licença para que em sua casa de negócios possam também vender remédios, o que é tanto mais de justiça quanto certo que tal concessão é permitida nos lugares em que como este não há Boticários nem Médicos com Botica [...]”⁵⁰

A Câmara, por sua vez, enviou ao Presidente da Província um ofício, acompanhado de requerimento, para aprovação da concessão da licença.⁵¹ Por falta de documentos não sabemos se essa licença foi concedida, mas os dados que possuímos mostram a precária situação da assistência médica na região. Ainda assim nos comprovam que havia outros vendedores de ervas, como o citado no requerimento, *Joaquim José Ribeiro e Silva*, que trabalhava como ambulante.

Depoimentos de antigos moradores de Caraguatatuba informam que, no fim do século passado, havia uma mulher muito caridosa, a professora e grande prestadora de serviços na Igreja Matriz, Dona Presciana de Castilho Leite, que também dava assistência aos doentes do município. (Vide nesta parte, o Cap. 3).

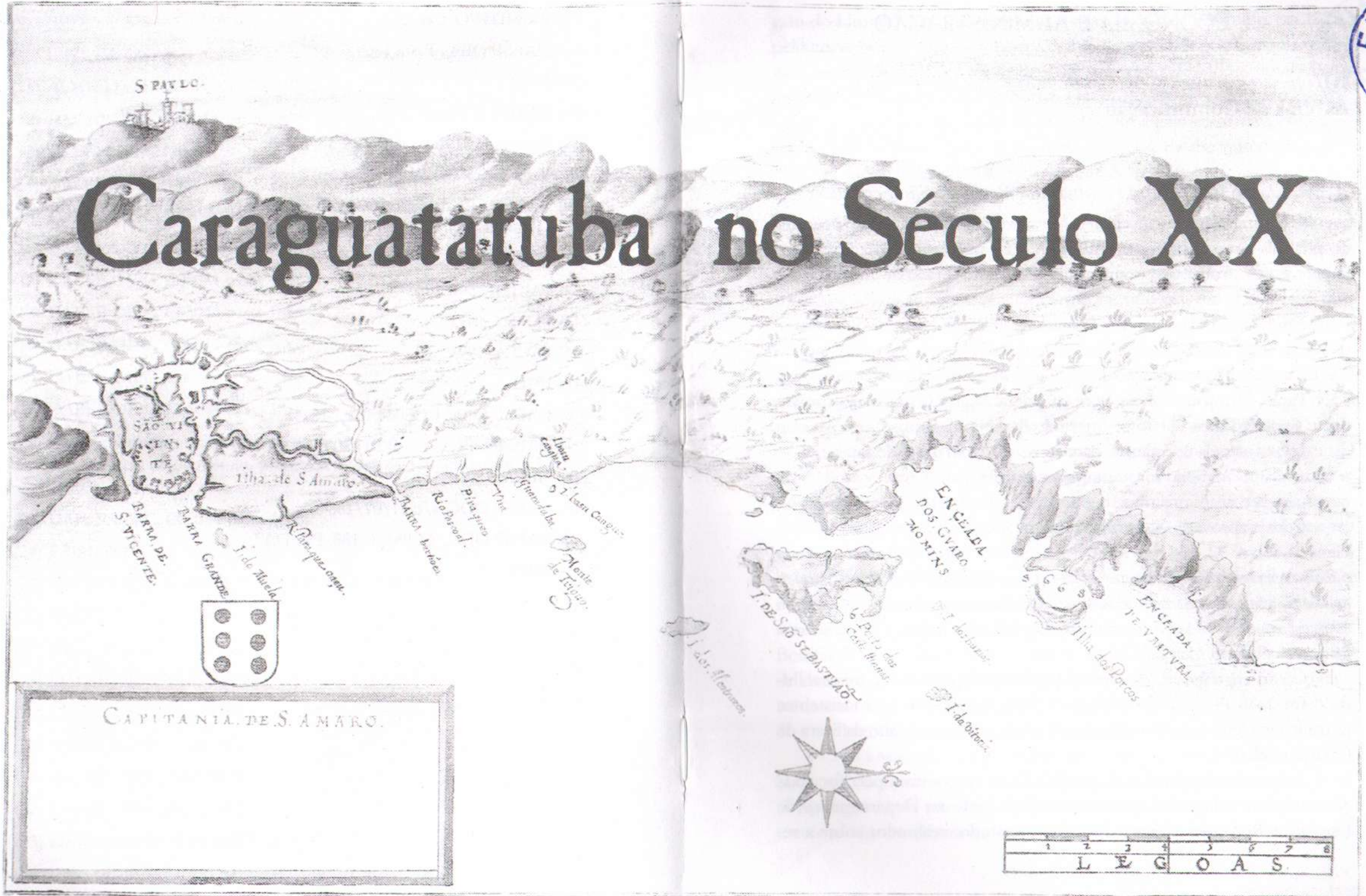
Notas

- (1) ROMANELLI, 1993: 36
- (2) LARROYO, 1963: 892
- (3) AZEVEDO, 1963: 562-563
- (4) LARROYO, 1963: 897
- (5) IBID., 1963: 898
- (6) ROMANELLI, 1993: 40
- (7) ENCICLOPÉDIA Britânica Barsa, 1976: 296
- (8) PRIMITIVO, sd: 318

- (9) IBID., sd: 378
- (10) IBID., sd: 428
- (11) ALMEIDA, 1958, N^o. 36: 474-477
- (12) DAESP OIPC, C05044 Pasta 1830
- (13) SILVA, 1891: 23/24
- (14) DAESP-MPSS, 1835
- (15) DAESP OIPC, C05044 Pasta 1859
- (16) DAESP OIPC, C05044 pasta 1863
- (17) DAESP OIPC, C05044 pasta 1863
- (18) DAESP OIPC, C05044 pasta 1864
- (19) DAESP OIPC, C05044 pasta 1885
- (20) DAESP OIPC, C05044 Pasta 1875
- (21) DAESP OIPC, C05044 Pasta 1875
- (22) Mapas e Relatórios Escolares enviados ao Inspetor da Instrução Pública da Província de São Paulo, por Professores de Caraguatatuba (DAESP OIPC)
- (23) DAESP OIPC, C05044 pasta 1885.
- (24) PRIMITIVO, s.d.: 311
- (25) DAESP ODC, C00983A, C:188 A P:2 D:8 O:983 A
- (26) IBID
- (27) IBID
- (28) DAESP OIPC, Pasta 1867
- (29) DAESP OIPC, Pasta 1868
- (30) DAESP OIPC, Pasta 1869
- (31) DAESP OIPC, Pasta 1875
- (32) DAESP OIPC, Pasta 1875
- (33) DAESP OIPC, Pasta 1885

- (34) PRIMITIVO, s. d: 318
- (35) DAESP OIPC, Pasta 1869
- (36) IBID
- (37) MEIHY & BERTOLLI, 1990: 8-12.
- (38) Ver a nota 21 desta Parte I, Cap. 2.
- (39) Ver a nota 22 desta Parte I, Cap. 2.
- (40) TRAÇOS Epidemiológicos da Febre Amarela, e epidemia de 1895 em Santos. 1896: 8-9.
- (41) MEIHY & BERTOLLI, 1990: 8-12.
- (42) PAULA, 1998, s/p.
- (43) M.P S.S. 1835
- (44) PAULA, 1998: s. d
- (45) IBID
- (46) DAESP OIPC CO5044 Pasta 1874
- (47) DAESP OFC C:188 P:2 D:50 O:983 A
- (48) SILVA, 1891: 71
- (49) DAESP ODC, s/c 11/07/1864.
- (50) DAESP ODC, O. 983, C:188, P:3, D:17.
- (51) IBID

Caraguatatuba no Século XX



CAPITANIA DE S. AMARO.

1 2 3 4 5 6 7 8
L E G O A S

1. ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO

1.1.

As Vias de Comunicação

Odair Aparecido de Paula

A Estrada de Rodagem "Parahybuna-Porto de São Sebastião"

202

O Litoral Norte, ainda em 1930, estava praticamente isolado do mundo por vias terrestres, pois as antigas estradas que eram utilizadas principalmente pelo tropeiros, continuavam no mesmo estado de abandono de 100 anos atrás.

Em fins de 1931, estando passando férias em São Sebastião, o comandante Armond tomou conhecimento da precária situação em que se encontravam as vias de comunicação do Litoral Norte. Após suas férias, em visita a São Paulo, entrou em contato com o General Miguel Costa, então comandante geral da Força Pública, entregando-lhe um relatório sobre a necessidade de uma estrada de rodagem naquela região. Com o aval do seu superior, o comandante Armond iniciou um plano viável para a realização daquela tão esperada e necessária obra, que foi aprovado sem restrições.

Com a aprovação do projeto, foi publicada no Boletim do Quartel General, sob nº 32, de 11 de fevereiro, a seguinte nota: "*Como contribuição de trabalho e participação nos interesses do povo, a Força Pública do Estado vai executar, de combinação com a Secretaria da Viação, a construção da estrada de rodagem "Parahybuna-Porto de São Sebastião", estabelecendo assim a ligação do litoral com o planalto da Serra do Mar [...]"*

Como engenheiro responsável pelo traçado da estrada, foi escolhido o Dr. João Fonseca de Camargo e Silva, devido aos seus insistentes trabalhos em levar uma estrada carroçável até próximo do alto da Serra de Caraguatatuba.

Armond, o idealizador do projeto, ficou responsável pela fiscalização das obras e logo iniciou seus trabalhos junto ao Departamento de Estradas e Rodagens, solicitando todos os estudos realizados sobre a re-

gião do Litoral Norte. Infelizmente, havia apenas um, realizado, em 1929 pelo engenheiro Plínio de Queiroz, sobre uma estrada que sairia de "Vila das Cruzes, passando pela bacia do Rio Claro e descendo pela lendária estrada Dória até atingir S. Sebastião". O Engenheiro Queiroz já havia conseguido a aprovação para liberação de uma verba de 50 contos para esses estudos, cujos resultados em nada colaboraram para os projetos da abertura da nova estrada de rodagem Parahybuna-Porto de São Sebastião.

Para fazer o reconhecimento do local onde provavelmente seria traçada a estrada de rodagem, partiu de Parahybuna o comandante Armond, acompanhado do Dr. Fonseca, fazendo juntos os trabalhos até o alto da serra de Caraguatatuba. Depois deste trecho, Armond continuou só nos trabalhos, alcançando Caraguatatuba no mesmo dia, em que tomou conhecimento de um projeto de melhoramentos do trecho da serra, realizado em 1929 pelo engenheiro de Portos do Estado, Dr. Alvaro de Faria. Dali, partiu para São Sebastião, onde completou os estudos, voltando depois a São Paulo para a apresentação do novo relatório.

Em seu texto, o comandante Armond descreveu que optou pela construção da estrada passando pela Serra de Caraguatatuba, por apresentar este traçado melhores condições topográficas e econômicas. O relatório foi aprovado e logo em seguida Armond solicitou a transferência da verba de 50 contos, aprovada anteriormente, para o engenheiro Plínio Queiroz, no que foi atendido.

Os trabalhos foram iniciados oficialmente em 12 de abril de 1932, no alto da Serra de Caraguatatuba, contando com a presença de várias autoridades, incluindo-se o então prefeito de Caraguatatuba, Sr. José Bonifácio de Freitas. Com 15 homens, foi iniciado o auspicioso trabalho de abertura da estrada, porém, dias depois, pelas dificuldades encontradas no desenvolvimento de tal empreitada, houve a necessidade de contratação de mais homens para o apressamento da obra.

Com a saída do Coronel Mendonça Lima do comando da Força Pública, seu sucessor cortou a verba destinada à realização desta grandiosa obra, alegando ser um absurdo o seu traçado pela serra de Caraguatatuba e colocando em dúvida o seu teor técnico. Insatisfeito, o comandante

203

Armond fez um relatório, contando com o apoio de 8 municípios para a criação de uma comissão técnica que fizesse os estudos sobre o traçado da estrada de rodagem. A sorte estava a seu favor, pois a comissão foi criada e, após estudos e verificações sobre o seu traçado, concluiu que a obra estava de acordo com os termos técnicos vigentes da época e ainda sugeriu uma verba de 200 contos para a intensificação da mesma.

Retomando as obras, no momento em que o comandante Armond estava prestes a conseguir o apoio para que 200 presos primários fossem requisitados para a intensificação dos serviços, iniciou-se a Revolução Constitucionalista. Os trabalhos foram paralisados oficialmente e os trabalhadores dispensados.

Embora trágico, as necessidades de defesa paulista contribuíram para o melhoramento de várias estradas, pois os revolucionários, sob o comando de Armond, foram obrigados a fazer reparos em várias estradas para se locomoverem com maior facilidade.

Em seu relatório, Armond descreve que *“Durante a revolução [...] com mão de obra gratuita, melhorei muito as condições do trecho Parahybuna-Alto da Serra; reconstruí e prolonguei a estrada para Salesópolis; construí uma estrada direta para Natividade, partindo da Varginha; melhorei as condições da estrada para o Bairro do Una; alarguei e refiz a estrada de Parahybuna a Redenção, desta vila a Natividade e, finalmente construí uma ligação carroçável entre a cidade [Caraguatatuba] e o Bairro Alto, visando melhorar as condições de acesso a Mococa [...]”*

Cessada a Revolução, com São Paulo derrotado nos combates, porém vencedor nos ideais, foram reiniciados os trabalhos da estrada, que agora contava com uma verba mensal de 10 contos de réis.

No alto da serra, o trabalho ficou sob a direção do Dr. Fonseca, porque o comandante Armond tinha sido destinado a organizar o batalhão militar que se formava em Caraguatatuba. Porém, logo depois, retomou a supervisão de toda a obra¹ e a estrada foi aberta ao tráfego em 1939. Sob o comando de Armond, ainda foram executados os trabalhos de construção da estrada *“Pitas”* (de Salesópolis ao alto da Serra) e a estrada do *“Borba”*.

Em 1938, foi inaugurado o trecho entre São Sebastião e Caraguatatuba² e, em 1955, a ligação de Caraguatatuba a Ubatuba.

A estrada Rio-Santos (BR.101), planejada em 1967, durante o governo Castelo Branco, foi inaugurada em 1974, ao menos uma parte dela, o trecho Rio-Ubatuba, provocando sérias conseqüências na especulação imobiliária da região, como veremos no Capítulo seguinte. Essa estrada até hoje não foi concluída, existindo, dentro do Município de Caraguatatuba, grandes extensões de elevados, em concreto armado, totalmente abandonados, a demonstrar o desperdício do dinheiro público. (Vide fotografia).



Monumento ao desperdício. Viaduto em trecho não concluído da BR-101
Foto: Adriana Coutinho/Fundacc

1.2. A Exploração Agroindustrial

José Alexandre Villela de Andrade

A Belle Époque Caiçara

“A economia capitalista, como não poderia deixar de ser, tornou-se global. Ela consolidou essa sua característica de forma mais intensa durante o século XIX, à medida que foi estendendo suas operações para regiões cada vez mais remotas do planeta, transformando assim essas áreas de modo mais profundo. Sobretudo, essa economia não reconhecia fron-

teiras, funcionando melhor onde nada interferia na livre movimentação dos fatores de produção. O capitalismo era assim não só internacional na sua prática, mas internacionalista na sua teoria.”³

Como já foi dito, o Município de Caraguatatuba, no início do século XX, vivia quase em total isolamento do resto do país, surgindo, nesse momento, instituições produtivas que lhe trouxeram, além de investimentos de capital estrangeiro no desenvolvimento dos meios produtivos, uma série de benefícios indiretos que estenderam as relações de Caraguatatuba com o mundo.

Das empresas movidas por capital estrangeiro instaladas nesta região, a mais representativa, sem dúvida alguma, foi a Fazenda São Sebastião, ou “Fazenda dos Ingleses”. Ela nada mais foi que um tentáculo do Imperialismo Inglês e, em nenhum momento, teve preocupação com o desenvolvimento da cidade, visando, exclusivamente, a exploração dos recursos naturais em benefício dos interesses do capitalismo britânico.

Obviamente, esta exploração trouxe uma série de benefícios indiretos para o município. Aumentou a capacidade de consumo da população através do pagamento de salários e do aumento populacional da região, tornando possível a constituição de uma rede prestadora de serviços, como também incentivou os primórdios do turismo, através das paradas dos navios da *Blue Star Line*.

Mas o grau de isolamento que esta empresa manteve com o Município de Caraguatatuba pode ser observado pelos seguintes vestígios: depois de 50 anos de pagamento de impostos, a infra-estrutura do município não sofreu alterações; não restaram traços da cultura inglesa sobre a população caiçara e as técnicas administrativas ou produtivas, empregadas pela Fazenda São Sebastião, não foram aproveitadas pelos caraguatatubenses.

A Exploração de Madeira

A Empresa J. Charvolin

No jornal “Diário de Santos”, de 01/09/1915, encontramos a confirmação de que a 1ª Guerra Mundial paralisou a produção de dormentes para estradas de ferro na Europa, o que obrigou seus países exportadores

de madeira, Alemanha, Hungria e Rússia, a fecharem seus portos. Para substituí-los, localizaram-se reservas de madeira propícias para a fabricação deste artigo no Brasil, na bacia do rio Paraná. Mas, como se revelou inviável a exploração destas reservas, pois seu transporte era extremamente dispendioso, se fez a opção pelas florestas litorâneas ⁴.

Em 04/10/1915, nas Atas da Câmara Municipal, aparecem referências de uma empresa de exploração de madeiras na Cidade de Caraguatatuba, a Companhia Madeiras e Carvão de São Sebastião, que, através do Dr. Alberto Fink, recebeu isenção por 10 anos de impostos de exportação de “dormentes”, sujeitando-se, apenas, ao imposto sobre indústria ou profissão.⁵

Em 12 de abril de 1916, o Engenheiro, Sr. José Charvolin, pediu à Câmara Municipal de Caraguatatuba a concessão da exploração de madeiras no Município, tendo, em troca, se comprometido a construir linhas



*Caricatura de J. Charvolin, feita em 1917
Revista Fagulhas, 1957*

ferroviárias industriais, que ligassem suas terras ao porto da Prainha e foz do Rio Juqueriquerê. Acabou por receber este privilégio, em uma Sessão Ordinária da Câmara de 1º de maio de 1916.

Aproveitando um acordo comercial entre Brasil e Itália, que vigorou de 1909 até dezembro de 1918,⁶ instalou-se em Caraguatatuba a empresa Estatal Italiana de Madeiras J. Charvolin, representante do governo italiano na Marinha Norte Paulista, com a finalidade da exploração de madeiras nobres para fabricação de dormentes, em especial o jequitibá e o araribá.

O Doutor Alberto Fink, proprietário da empresa Madeiras e Carvão de São Sebastião, participou das negociações entre o Litoral Norte e a Comissão Governamental italiana, formada pelo Comendador Loline e o Sr. José Charvolin,⁷ tendo transferido a concessão de isenção do Imposto sobre a exportação de “dormentes”, recebida no ano de 1915, à Empresa J. Charvolin.⁸

As terras para exploração da madeira eram uma extensa área de mata virgem que ia desde a fazenda Bananal até acima das cachoeiras do Rio Camburu, na junção dos rios Verde e Pardo, onde fazia divisa com as terras da fazenda Pau D’Alho. Podia, ainda, adquirir as terras da Lagoa, que faziam frente para a praia de Caraguatatuba e iam, pelos fundos, encontrar o Camburu. Em dimensão, estas terras eram suficientes para a exploração em larga escala.

O escoamento da produção se faria pela via fluvial do Camburu e Juquiriquerê até o mar e a baldeação para navios transatlânticos se realizaria no canal de São Sebastião. A preocupação era transportar o produto já pronto, pois o transporte era um dos itens que mais encarecia os dormentes. Assim, foi necessária a compra de um maquinário que possibilitasse o beneficiamento da madeira, transformando-a em dormentes na própria empresa. Este instrumental era composto por 33 máquinas movidas por um locomóvel Wolf de 120 H.P.⁹

A primeira mão-de-obra empregada foi de cerca de 300 portugueses, que vieram de São José dos Campos pela Serra do Mar, via Paraibuna.

Na praia da frente de Caraguatatuba, na época barra do rio Guaxinduba, foi construído um trapiche para facilitar a atracação de canoas a

qual serviria como entreposto para o embarque definitivo. Da praia, o carregamento partia para o Anhimbu (margens do Camburu) em carros de boi, meio de transporte que foi rapidamente abandonado, pois as más condições dos caminhos forçaram a opção fluvial pelo Camburu, que teve de ser preparado para a navegação, desde o Rio Claro até o Morro do Anhimbu.¹⁰

Foi construída uma ferrovia de 6 km, com bitola de 50 centímetros, para trânsito de uma locomotiva. Instalaram na sede da serraria um armazém de secos e molhados, uma padaria e uma farmácia, para atender entre 300 e 400 funcionários que trabalhavam em regime de diaristas.¹¹

Em uma vasta planície, à margem direita do Camburu, ficavam os acampamentos das turmas responsáveis pela derrubada e preparação das árvores para a serraria. Uma linha telefônica mantinha contato entre os trabalhadores e seu encarregado. Toda a sede da empresa, casas e dependências, tinham luz elétrica.¹²

Nas áreas desmatadas, era cultivada a cana-de-açúcar em uma grande área e, por isso, cogitou-se da construção de uma fábrica de açúcar cristal, que aproveitaria esta produção. Para isso, construíram uma usina no Porto Novo.¹³

Como os trabalhadores portugueses, não se adaptando, retiravam-se para São Paulo e Santos, foram substituídos pela mão-de-obra caíçara, engrossada pelos fugitivos da depressão econômica, vindo não só da região, mas também do Rio de Janeiro.

A ligação entre a Empresa e sua sede social, em São Paulo, se estabelecia por mar até Santos e, de lá, seguia-se pela ferrovia ou estrada de rodagem até São Paulo, já que o caminho de São José dos Campos, via Paraibuna, era impraticável. A lancha “Climene”, recém-adquirida, estabelecia comunicação regular entre Santos e Caraguatatuba, realizando o transporte de mercadorias para o abastecimento da cidade e possibilitava o aprimoramento da produção madeireira.¹⁴

Em 1917, a empresa J. Charvolin já começava a dar sinais de problemas financeiros, pedindo à Câmara Municipal para intervir junto aos poderes estaduais, no sentido de isentá-la do imposto que fora intimada a pagar pela Coletoria Estadual de São Sebastião, o que lhe foi negado.¹⁵



Problemas contratuais com o Governo Italiano, que cessa o fornecimento de dormentes para Santos e São Paulo, mais o aumento dos custos com a descarga no Porto de Santos e o desperdício de lenha durante a fase do desmatamento, complicam ainda mais a situação da Empresa J. Charvolin. Algumas tentativas de solução destes problemas, como o fornecimento de madeira para combustível em estradas de ferro, o aproveitamento das terras desmatadas para a lavoura extensiva e a fabricação de móveis,¹⁶ foram testadas, mas o custo do desembarque de lenha no Rio de Janeiro tornou impossível o seu aproveitamento como combustível.

A empresa J. Charvolin propiciava o lazer aos seus funcionários, através de um clube recreativo e esportivo, o Anhimbu Futebol Clube, no qual o pessoal da empresa jogava e se divertia, chegando até a jogar contra São Sebastião. Seus operários formaram uma banda de música que, sem dúvida, encantava a todos, nas festas e feriados. A empresa estabelecia com a vila uma saudável relação, ajudando sempre as autoridades do Município e, por outro lado, prefeitos e vereadores participavam do corpo administrativo¹⁷. A parte assistencial, também, não era esquecida, pois os doentes, durante a epidemia da gripe espanhola, em 1918, receberam da Empresa J. Charvolin todos os recursos em medicamentos e serviços profissionais de sua farmácia.¹⁸

A “Société Française pour l'Exploitation et le Commerce de Bois Exotiques”

Já em 1915, a França demonstra seu interesse em estabelecer um comércio de madeiras com o Brasil, através do industrial francês Godofredo de Turck.¹⁹ Esta parceria foi conseguida através de um convênio comercial entre França e Brasil, que entrou em vigor a partir de 04/01/1918,²⁰ e, a partir deste ano, a Empresa de Madeiras J. Charvolin se transforma em *Société Française pour l'Exploitation et le Commerce de Bois Exotiques*, da qual fazia parte o *Banque Française pour le Brésil*.

A Nova administração transfere a Serraria para São Paulo e as terras ficam conhecidas como Fazenda dos Franceses.

Em 1920, Caraguatatuba recebe o Sr. Albert Charles Ernest Hanciau, representante da *Société Française pour l'Exploitation et le Commerce de Bois Exotiques*, empresa que tinha o objetivo específico de explorar madeiras de lei. O transporte da produção far-se-ia em barcaças através do Rio Juqueriquerê, até o canal de São Sebastião, para o embarque em navios.

No entanto, não havia madeiras de lei, no Litoral Norte, suficientes para exportação ou exploração rendosa, pois a maior parte da madeira aqui encontrada era a caxeta. A falência do *Banque Française pour le Brésil* apressou a cessação das atividades da *Société Française pour l'Exploitation et le Commerce de Bois Exotiques*, que entra em liquidação e, aconselhada pelo Sr. Hanciau, vende seus terrenos.

Deve-se, no entanto, creditar à “Empresa de Madeiras” grande responsabilidade na prestação de socorro à população de Caraguatatuba, durante a “grande depressão”, e, ainda, ter contribuído para a instalação da Companhia Inglesa.

Trazendo grandes investimentos para a região, a *Société Française pour l'Exploitation et le Commerce de Bois Exotiques* contribuiu, também, para a conclusão da Estrada de Rodagem que, mais tarde, permitiu que esta região se transformasse em Estância Balneária.²¹

A Exploração Agrícola Exportadora

A Fazenda São Sebastião (Fazenda dos Ingleses)

As terras em que se instalaram as empresas italiana e francesa, localizadas no município de Caraguatatuba, foram adquiridas, em 1927, com o nome de Fazenda São Sebastião, pela firma *the Lancashire General Investment Company*, com sede em Londres e que as arrendou à Companhia Brasileira de Frutas, uma de suas subsidiárias. Após a venda, o Sr. Albert Charles Ernest Hanciau permaneceu trabalhando na fazenda como Assessor Administrativo, representando o grupo inglês em Caraguatatuba.

O Grupo *Lancashire* era proprietário das seguintes empresas: Frigorífico Anglo S.A., o qual adquiriu, posteriormente, a fazenda, em virtude de modificações na legislação brasileira; *Blue Star Line*, empresa de navega-

ção; e a Companhia de Fomento Mercantil, composta por agentes de navegação.²²

Os limites geográficos da Fazenda São Sebastião eram os Rios Juqueriquerê, Pirassununga e Camburu, mas seus principais limites eram a serra e o mar. Os limites políticos eram os municípios de Paraibuna, São Sebastião e Salesópolis e sua entrada distava cerca de 3 km de Caraguatatuba. Esta área era de densa mata, com brejais espalhados ao longo dos rios, o que dificultava o aproveitamento da terra para a agricultura, além de não possuir estradas carroçáveis. Inicialmente, compreendia uma área de 4.020 alqueires, dos quais 1.300 alqueires foram desapropriados durante o governo Jânio Quadros, para a criação de uma reserva florestal.

212



Barra do Rio Juqueriquerê.
COMISSÃO Geográfica e Geologica do Estado de São Paulo. *Exploração do rio Juqueriquerê*.
S. Paulo: Typographia Brazil de Rothschild & Co. 1919

Como objetivo inicial, a Fazenda dos Ingleses desenvolveu o plantio de bananas e citrus com o intuito exclusivo de exportá-los para a Inglaterra. Como experiência inicial, foram selecionadas a variedade nanica, para as bananas e *Grape-fruit*, para os citrus.

A preparação do terreno contou com o trabalho de drenagem, desmatamento, aplainamento de cumes de morros para a construção de casas para os dirigentes, abertura de caminhos adequados à implantação de uma rede ferroviária, preparação para a construção de um porto na margem do Rio Juqueriquerê,²³ trazendo para o município a melhor tecnologia disponível na época.²⁴

À medida que o terreno ia sendo preparado, casas para os empregados iam sendo construídas com tijolos e cobertas com telhas, enquanto outras eram construídas, em diversos locais, para armazéns, escolas, farmácia, clube, oficinas, casas de máquinas, almoxarifado, usina elétrica, *packing house*, enfim, todas as construções necessárias à estrutura administrativa. Contava, ainda, com casas para moradia, destinadas aos administradores, as quais eram muito boas e mobiliadas pela fazenda. Também foram construídos prédios, com materiais importados, para a residência do Gerente Geral e dos superintendentes, localizados no alto do morro do Indaiaraquara.²⁵ O conforto e a beleza das construções obedeciam à posição hierárquica dos funcionários.

Para se ter uma noção do fôlego produtivo desta empresa, colocamos aqui as considerações do relatório do Dr. Sílvio Moreira, funcionário do Instituto Biológico, que, em 1931, esteve visitando a Fazenda para inspecionar sua primeira safra de citrus: classificou o aparelhamento da fazenda de “completo” e “incomum às nossas fazendas”. Além disso, nos deixou algumas outras informações relevantes como as de que, em 4 anos, a Fazenda São Sebastião já tinha organizado totalmente sua produção, utilizando para isso o porto fluvial do Juqueriquerê, um sistema de drenagem bem organizado, uma “precária” estrada de ferro, de bitola de 50 centímetros, que permitia trafegar por todas as plantações, da ordem de um milhão de bananeiras e cento e cinquenta mil pés de laranjas.²⁶

213

Recrutamento do Pessoal

Administradores

214 A direção da fazenda era composta por cerca de dez cidadãos ingleses e suas respectivas famílias. Cada Administrador tinha direito a uma casa e aos seguintes empregados pagos pela Fazenda: um cozinheiro, um cocheiro ou jardineiro e um mensageiro. No caso dos ingleses solteiros, os contratos eram renovados de três em três anos com direito a três meses de férias e passagem paga, de ida e volta, para a Inglaterra e os que conseguiam renovação de contrato, voltavam para o Brasil geralmente casados.

Para a execução dos trabalhos, os administradores apresentavam, mensalmente, e com a devida antecedência, um orçamento minucioso para o mês seguinte, com previsões para a espécie de serviço necessário, preço e locais para serem executados, além de mencionarem os respectivos números de lotes.²⁷ Esses orçamentos eram submetidos à apreciação do Superintendente, só podendo ser iniciada a obra depois da devida aprovação. Além da fiscalização constante do Superintendente, periodicamente, um Auditor verificava *in loco* os serviços constantes na folha de pagamento, reportando-se, diretamente, ao Gerente Geral e ao Superintendente.

Periodicamente, a Administração se reunia na residência do Gerente Geral, localizada no topo do morro do Indaiaraquara. Durante estas reuniões, era seguido um protocolo organizado pela esposa do Gerente, que se iniciava com cânticos religiosos, sendo, posteriormente, servido um *bufete* e, ao encerramento da festa, um animado baile. Essa comunidade inglesa era assistida, periodicamente, por um pastor da Igreja Anglicana.

Para a prática de esportes e entretenimento, o corpo administrativo dispunha de um cinema, duas quadras de tênis e um campo de esportes, com uma área de aproximadamente dois alqueires, onde se praticavam pólo, cricket, golfe e futebol. Este espaço era conservado por cinco operários da Fazenda. As quadras de tênis situavam-se na sede da Fazenda, também chamada “Empresa” e o campo localizava-se na seção do Ribeirão em cuja sede era mantido um bar, no qual não faltava o melhor *whisky*.

Mais afastado, havia um prédio conhecido como “chalé dos solteiros”, com boas acomodações e um salão espaçoso para bilhar, pingue-pongue, dardos, damas, xadrez e baralho, além de um bar com o melhor *Scotch*. Duas vezes por ano, realizavam-se gincanas com várias tarefas e provas esportivas, inclusive equitação.

215 Era notória a discriminação racial existente na organização e no funcionamento da Fazenda. À exceção de três casos, todos os cargos administrativos eram ocupados por ingleses contratados na Inglaterra, ou por filhos de ingleses nascidos em qualquer país e contratados em São Paulo. Muitos deles chegavam à Fazenda sem nenhum conhecimento profissional ou da língua portuguesa e recebiam salários três a quatro vezes maiores que os recebidos por brasileiros em funções equivalentes.²⁸

Operários

A força de trabalho da Fazenda, até pouco antes da Segunda Guerra Mundial, era composta de, aproximadamente, 800 trabalhadores e suas famílias, compondo cerca de 4000 moradores dentro dos limites da Fazenda São Sebastião. Eram provenientes dos Municípios de Caraguatatuba, São Sebastião, Ubatuba, Ilha Bela, Parati, Natividade da Serra, Redenção da Serra, Paraibuna, São Luiz do Paraitinga, Eugênio de Melo (Distrito de São José dos Campos), Jambeiro etc.. Alguns eram contratados por agenciadores nos Estados do Norte e Nordeste, principalmente das cidades de Feira de Santana e Juazeiro.

Grande parte dos trabalhos era executado por trabalhadores contratados, por escrito, como empreiteiros, pelos Administradores, que distribuíam os serviços de acordo com o número de braços necessários e com a capacidade de cada contratado. Também eram contratados diaristas. No caso dos empreiteiros, o pagamento era estabelecido para cada espécie de serviço, podendo oscilar conforme as dificuldades, o que possibilitava até bons salários, principalmente no corte das bananas. No caso dos diaristas, os salários eram pagos conforme a legislação em vigor.²⁹

Como no caso dos administradores, a Fazenda São Sebastião oferecia a seus operários casados uma casa, logicamente guardadas as devidas

proporções, composta por um dormitório, sala, cozinha e uma privada nos fundos. Aos operários solteiros eram oferecidos dormitórios feitos em barracões, divididos em compartimentos. Em cada quarto, havia dois beliches e os chuveiros eram coletivos.

A Companhia mantinha os serviços de assistência educacional, com sete unidades escolares dentro e fora dos limites da Fazenda; assistência religiosa, com cinco capelas católicas que, dificilmente, recebiam o padre da paróquia; assistência médica, com aparelhagem para exames e um ambulatório para os primeiros socorros, a qual ficava na farmácia, atendendo os funcionários ali mesmo durante o período da manhã, ou nas suas residências no período da tarde. A equipe responsável pelo atendimento era formada por um médico residente e um enfermeiro. Os funcionários que sofriam acidentes, ou padeciam de doenças mais graves eram atendidos no Hospital da Beneficência Portuguesa de Santos, ou nas Santas Casas de São José dos Campos e Caraguatatuba; assistência odontológica, assistida por um dentista que visitava semanalmente a Fazenda, prestando serviços gratuitos ou a preços reduzidos; e assistência farmacêutica, com uma ótima farmácia localizada na sede da Fazenda, assistida pelo farmacêutico José Inácio Teixeira, que vendia medicamentos a preço de custo.

Não eram apenas os administradores que tinham espaço garantido para a diversão na Fazenda dos Ingleses. Um cinema era especialmente dedicado ao público operário e os funcionários de cada seção e sua família tinham o direito de ir, uma vez por semana, de graça, a esse divertimento, que se localizava no Ponto *Chic*. Isso incluía a condução e, para tanto, os fiscais anotavam os pedidos e comunicavam ao Departamento de Tráfego para que fosse preparado o trem que deveria transportar o pessoal no dia seguinte. Caso o número de interessados fosse muito grande, providenciavam duas ou três sessões de cinema, em determinado dia da semana.³⁰

Além do cinema, desde 1929, começaram a se formar times de futebol dos trabalhadores da Fazenda, chegando a ter trinta quadros que jogavam com outros da cidade e arredores. Algumas seções tinham sede para o seu clube e, aos sábados, o pessoal promovia bailes animados por sanfo-

neiros, violeiros e rabequistas, regados a legítimo “escocês” brasileiro e aguardente das marcas Sítio Velho, Anhimbu ou Tininho.

Os operários da Fazenda ainda tinham tempo de produzir as festividades populares, entre elas a Folia de Reis, as Congadas e as Festas Juninas. Organizavam caçadas e pescarias e sempre participavam de reuniões cívicas escolares.³¹

A relação entre os empregados e a administração não era tão tranquila quanto se imagina. Um dos acontecimentos de que se tem registro e demonstra os atritos sociais, na Fazenda “dos Ingleses”, foi um movimento, organizado pelos funcionários Argeu Prestes Goulart, gaúcho, José Amado, de origem turca e Sebastião Brasília, de Natividade da Serra ou Paraibuna, que exigia aumento de salários aos empreiteiros. Os funcionários que acompanharam este movimento foram classificados pelo relator do fato, Fernando Baeta, como “de pouca instrução” e “alcoholizados”.

Este movimento aconteceu antes de 1930 e contou com a prisão, por parte dos amotinados, de um Superintendente, Mr. Braham, do subgerente do Armazém do Queixo D’Antas, Sr. Bernardo Reinders, do chefe da seção de viveiros de mudas cítricas da Seção Canivetal, Sr. Lanteri, e um fiscal da Seção do Anhembu. Depois que os funcionários rebeldes prenderam estes administradores, rumaram para a Delegacia de Polícia, onde, na presença do Delegado Eugênio Caldeira, redigiram um documento contendo suas reivindicações o qual foi assinado pelo Superintendente.

A “ação malévola dos amotinados”, como foi chamada pelo Senhor Fernando Baeta, foi sufocada por uma milícia de 400 funcionários, armados com revólveres, garruchas, espingardas, foices, machados e facões, comandada pelo Senhor Baeta e o Senhor Bold, administrador da Seção Sítio Velho, e recebeu o reforço do exército, com uma companhia formada por um capitão, um sargento, um cabo e dez soldados, armados com fuzis e metralhadoras. Consta que os funcionários amotinados se entregaram à polícia, mas não temos conhecimento dos resultados das reivindicações.³²

Um outro fato bastante emblemático foi a inscrição dos funcionários da Fazenda no IAPI,³³ desde a fundação deste Instituto. Os funcionários que tiveram direito a esta inscrição foram apenas os funcionários do

Packing-House, dos escritórios, almoxarifado, farmácia, armazéns, oficinas e tráfego, sendo os demais operários vinculados à zona rural, não podendo, portanto, ser associados do IAPI, já que, somente em 1972, os empregados rurais passaram a ter direito à aposentadoria. Os operários associados, residentes na Capital do Estado de São Paulo, tinham direito ao convênio hospitalar e se serviam dele, mas os associados que residiam na Fazenda, por motivos óbvios, não tinham acesso aos hospitais conveniados e, por essa razão, tinham direito a um desconto mensal de 25% em suas contribuições.

Em 1940, a Segunda Guerra Mundial e a doença “tristeza” diminuíram enormemente a produção de citrus da Fazenda, o que causou a desativação do *Packing-House* e a dispensa de seus funcionários, mas a Companhia manteve a inscrição no IAPI de todos os outros funcionários, que não foram dispensados naquele momento. Isso provocou, em 1957, o questionamento se “os empregados da Fazenda São Sebastião, caracterizada como zona rural, podiam se associados do Instituto?”³⁴ e receberam a resposta de que “os empregados da Fazenda São Sebastião não estavam no âmbito do Instituto”. Depois de 19 anos contribuindo para o IAPI, e muitos já prontos para aposentadoria, os associados perderam seus direitos e as suas contribuições. Logicamente que alguns funcionários, hierarquicamente superiores, conseguiram manter suas contribuições e acabaram se aposentando. Tal foi o caso do contador, do farmacêutico, do chefe dos armazéns, do engenheiro e do caixa.

Foram empregadas muitas tentativas de solução para este problema, por parte dos funcionários, desde uma representação judicial em primeira instância, confirmada por um recurso no Tribunal Paulista, que deu ganho de causa à empresa, até um memorial enviado ao Vice-Presidente da República, mas o problema não foi solucionado. O fato é que os operários perderam seus 19 anos de contribuição ao IAPI.

Além destes problemas sociais, os operários da Fazenda ainda tinham que encarar a enorme quantidade de ofídios, principalmente jararacas, jararacuços e urutus. Para se ter uma idéia, as seções dispunham de material para os primeiros socorros em caso de picada, sendo a quantidade tão grande que se estabeleceu uma cooperação mútua com o Instituto Butantã:

o primeiro cedia o material necessário para a apreensão dos animais e o tratamento das picadas, enquanto que a Fazenda fornecia as cobras para obtenção de soro no Instituto.³⁵

Organização Administrativa

A Fazenda São Sebastião era dividida em vários departamentos, sendo os mais importantes os de Bananicultura e o de Citricultura, que eram dirigidos por Superintendentes ligados diretamente à Gerência Geral; os demais departamentos eram subordinados a estes Superintendentes e cada um tinha um chefe responsável.

Os departamentos mais importantes eram divididos em seções, cada uma com um Administrador, subordinado ao Superintendente. Cada Administrador tinha auxiliares, chamados Fiscais, e diversos Empreiteiros de Obras para realizarem os trabalhos de cada seção.

Cada seção era dividida em lotes de 200 m², perfazendo uma área de 40.000m², demarcadas pelo departamento de Engenharia e eram identificadas por placas que indicavam seus números. Entre elas, um caminho de 2 metros de largura circundava cada lote.

As seções tinham uma planta de localização, na qual eram registradas divisas, rios, estradas de ferro, pontes, valas e canais de drenagem e os lotes com seus respectivos números e áreas correspondentes com suas sedes e casas que compunham a Colônia dos Operários. As seções eram indicadas por letras: B para as Seções de Bananicultura e C para as de Citricultura. As seções dedicadas à Bananicultura eram Anhimbu, Cachetel, Camburu, Bela Cachoeira, Ribeirão, Sítio Velho, Bananal (mais tarde incorporada ao Sítio Velho), Gentio e Pirassununga, as seções dedicadas à Citricultura eram Lagoa, Indaiaraquara, Anhimbu, Ribeirão e Camburu.³⁶

Produção

A produção de bananas no município de Caraguatatuba não começou com os ingleses, antes deles já havia a Fazenda Mococa, além de outros pequenos sítios, que produziam a banana prata para o mercado interno.³⁷

Uma das grandes dificuldades para a Bananicultura nas terras do Litoral Norte era a ausência de hidróxido de potássio, o que forçava a Fazenda a adubar os setores ocupados com 15,5 k. de cinza de café, trazida de Santos, em cada touceira.

A Fazenda produzia os citrus desde a formação da muda, sendo responsável técnico por este cultivo o agrônomo sul-africano, Gustav Van Veyeren, que permaneceu na fazenda até o aparecimento da “tristeza”, que estaremos comentando no texto que tratará das doenças que contaminavam a produção.

Tanto as bananeiras quanto as laranjeiras eram plantadas em espaços de 4 x 4 m entre cada pé. Durante a 2ª Guerra Mundial, a Fazenda São Sebastião contava com aproximadamente três milhões de touceiras de bananas e 500 mil pés de laranja, na maioria da variedade *Grape-fruit*, sendo, de 1948 a 1952, colaboradora das pesquisas em bananas do Instituto Agrônomo de Campinas.

Para a mecanização da agricultura, logo depois da 2ª Guerra, a fazenda dispunha de uma frota de 20 tratores e numerosas máquinas auxiliares. A energia provinha de dois motores a diesel, de 25 e 75 H.P., que foram, posteriormente, substituídos pelo fornecimento da Light.³⁸

Inicialmente, a única variedade de banana cultivada na Fazenda era a nanica, sendo as mudas provenientes da Fazenda Trindade, em Santos e chegando a Caraguatatuba por via marítima. Posteriormente, introduziu-se a variedade *Gros Michel*, cultivada em alguns países da América Central pela companhia americana *United Fruit Company*, de onde foi trazida pelos navios da *Blue Star Line*. Esta variedade era muito conveniente pelas suas qualidades, pois eram mais resistentes aos atritos do transporte, possuía um amadurecimento uniforme, era muito aromática e de sabor delicado. As desvantagens eram o seu tamanho, já que produzia cachos muito pesados, o que os tornava vulneráveis aos ventos noroeste, aos quais a planície da Fazenda ficava muito exposta, além de ser muito atacada por uma doença denominada “mosaico”, que contagiava exclusivamente as variedades gigantes e exigia enorme controle.³⁹

Eram 4 as variedades de citrus cultivadas: Valência, Pêra e dois tipos de *Grape-fruit*: a *Macarti*, com sementes e a *Marsh-Sedles*, sem semente. As variedades Valência e Pêra eram adquiridas na zona de Limeira, Estado de São Paulo, já enxertadas, enquanto que as *Grape-fruit* eram trazidas da Flórida, Estados Unidos, de onde partiam em engradados de vinte mudas cada um, bem desenvolvidas e protegidas por uma grossa camada de musgo.⁴⁰

Apesar do desenvolvimento tecnológico, na produção tanto das bananas quanto dos citrus, a fazenda enfrentava uma série de moléstias em suas plantações. Como já dissemos, nas touceiras de bananas ocorria uma doença chamada “mosaico”, que se propagava com grande rapidez, contaminando, em poucos dias, milhares de bananeiras. Devido à rigorosa vigilância, ao menor sinal de doença, a planta atacada era exterminada e queimada com óleo diesel e a área onde se encontrava, era coberta com uma camada de cal virgem. As plantas vizinhas, num raio de seis metros, também eram destruídas e, além de todos estes cuidados, uma área de dez metros quadrados era cercada com arame farpado.

Nos anos 50 e 60, os bananais da Fazenda foram atacados por uma doença conhecida por mal de Sigatoka, que queimava as folhas da bananeira deixando os cachos desprotegidos, o que impedia seu crescimento. O tratamento contra esta doença, muito dispendioso, é feito à base de óleo vegetal, utilizando-se pulverizadores manuais ou empregando o avião. A Fazenda foi uma das primeiras propriedades a fazer o controle desta doença empregando a pulverização aérea, com a utilização de um biplano de marca Atuka. Para isso, foi preparado um campo de pouso e, para executar o serviço, foi contratado o ex-piloto da RAF⁴¹ Zieminsky, que era auxiliado por pilotos brasileiros. Mesmo tentando erradicar o mal de Sigatoka de diversas maneiras, não foi possível impedir a queda da produtividade e da qualidade das bananas, o que obrigou a escolha dos melhores cachos para suprir as necessidades da exportação.⁴²

Os bananais não foram os únicos a serem atacados por doenças, pois as condições climáticas do Litoral Norte contribuíram muito para a propagação de doenças e pragas cítricas, o que obrigava a manter um constante combate muito dispendioso. A primeira produção de laranjas foi muito

prejudicada por ácaros e melanose, que infectaram mais da metade da produção. Em geral, as doenças que atacavam os laranjais da Fazenda não prejudicavam o sabor e a qualidade das frutas, mas sim seu aspecto externo, provocando manchas e deformações.

As pragas mais comuns eram a *tríps*, ácaros, *pulgões*, *cochonilhas*, *mosca do mediterrâneo*, já as doenças eram a *verrugose*, *gomose*, *leprose fumagina* e a “*tristeza*”.⁴³ As pragas forçavam a pulverização das plantas durante a florada, até que os frutos ficassem do tamanho de um grão de ervilha, usando-se fungicidas e diversos tipos de inseticidas como calda bordalesa, pós sulfúricos, extrato concentrado de nicotina etc. Para a aplicação dos preparados líquidos, eram utilizados pulverizadores com capacidade de 1.500 litros, equipados com bombas de alta pressão, acionadas e movidas por tratores, enquanto para os pós, eram empregadas máquinas, que os jogavam através de nuvens contra o vento, o que fazia com que fossem espalhados uniformemente sobre as plantações.⁴⁴

Colheita

A colheita era efetuada semanalmente, de acordo com a escala dos navios frigoríficos da *Blue Star Line*, e iniciava-se com dois dias de antecedência da chegada do navio.

A administração da Fazenda organizava os preparativos para a colheita das bananas, que se resumiam na distribuição de vagões, com as laterais internas cobertas com folhas de bananeiras, em todos os locais programados e informava aos empreiteiros em que altura deveria ter início o corte e a turma de operários disponíveis para o trabalho. Cada empreiteiro trabalhava com doze operários: um cortador, responsável pela escolha dos cachos que estavam no ponto do corte; um aparador, que imunizava as ramificações dos cachos com *carbolineum* ou *solignum*; e nove carregadores que levavam os cachos aos estaleiros, dispostos a cada cem metros da ferrovia, onde penduravam os cachos com oito pencas ou mais, que aguardavam os estivadores colocá-los no vagão.

Os carregadores eram, ainda, responsáveis pela limpeza e embalagem dos cachos. Eram colocados cartuchos de folhas de papel jornal nas

duas primeiras pencas e introduziam os cachos em sacos de papel *kraft* duplos, perfurados, para manter a ventilação, envolvendo-os em uma esteira de taboa,⁴⁵ amarrada nos dois extremos e no centro.

No dia do corte, os fiscais e administradores de cada seção percorriam, a cavalo ou de bicicleta, os pontos de embarque, fiscalizando e controlando as variedades de bananas colhidas, a embalagem, a estiva dos vagões etc.. O superintendente também percorria as seções em um carrinho de inspeção.

Todo o processo de colocação e transporte dos cachos nos vagões era acompanhado de perto pelo Departamento de Tráfego, que era frequentemente informado da localização dos vagões já carregados. Estes eram transportados pelas locomotivas menores até à Sede, para formar uma composição de quarenta vagões, que eram puxados pelas locomotivas maiores até o Porto Novo, onde os estivadores passavam os cachos para os chatões.

Apesar de os ingleses nunca terem fornecido dados oficiais de sua produção e lucro, é possível constatar, segundo testemunhos, que ali se colhiam, em média, trinta e cinco a quarenta mil cachos de banana por semana.⁴⁶

A colheita dos citrus era realizada por operários munidos de bolsas de lona, luvas, tesouras apropriadas e escadas. As frutas eram despejadas das bolsas para caixas de campo, que eram recolhidas por um trator e levadas para a estrada de ferro, onde eram acondicionadas em vagões e conduzidas ao *Packing-House*, localizado no Porto Novo.

O *Packing-House* da “Fazenda do Ingleses” era considerado o 2º ou 3º mais importante da América do Sul, não apenas por sua extensão, como também pelo seu moderno aparelhamento. Ao chegarem ali, os citrus eram colocados em câmaras de coloração para uniformização da cor e, depois, eram despejados em tanques de lavagem para a remoção de sujeira e detritos. Posteriormente, eram levados por transportadores mecânicos para as máquinas escovadeiras, que completavam a limpeza e lustravam toda a superfície com parafina e recebiam o carimbo, uma a uma, mecanicamen-

te, da marca *Tropigold*. Somente neste estágio é que as frutas eram classificadas, mecanicamente, por tamanho.

Em cada divisão do classificador, ficavam as encaixotadeiras que refugavam as frutas defeituosas. As deficiências mais comuns eram picadas da “mosca do mediterrâneo”, deformidades e mais de um quarto da superfície coberta por manchas. As frutas perfeitas eram envolvidas, uma a uma, em papel de seda e acondicionadas em caixas de exportação, que seguiam, por uma esteira, para a seção de fechamento, onde as tampas eram colocadas e pregadas automaticamente.⁴⁷

As bananas e os citrus eram depositados, separadamente, em chatões que, de dois em dois, eram puxados pelos rebocadores para o Canal de São Sebastião e ficavam aguardando, em locais abrigados, pelos navios frigoríficos da Blue Star Line, que chegavam sempre entre seis e sete horas do dia seguinte. O carregamento dos navios se processava por meio de quatro dalas,⁴⁸ duas em cada costado, com um extremo descendo até o fundo das câmaras do navio e o outro ao fundo do chatão. O carregamento durava oito horas e a viagem, doze dias.

A programação dos embarques de frutas para a Inglaterra era estabelecida para o ano todo, a partir de janeiro. Esta programação ainda poderia ser replanejada semestral ou mensalmente, já que os navios saíam de Buenos Aires, Argentina, carregados com carne e outros produtos e faziam escalas em Santos, para completar sua carga de carnes congeladas com mais carne dos frigoríficos de Barretos, Estado de São Paulo e, só então, paravam no Canal de São Sebastião para recolher as frutas produzidas na Fazenda. Por isso era necessário o estabelecimento de uma escala para a frota dos navios da *Blue Star Line*, levando-se em conta as previsões para a quantidade de frutas a serem embarcadas.⁴⁹

Os navios da Blue Star Line eram de luxo e transportavam, também, turistas somente de primeira classe. Durante o embarque das frutas, a Companhia lhes proporcionava duas opções de divertimento: as praias de Ilha Bela e o campo da Fazenda, onde os turistas almoçavam às margens das cachoeiras do rio Camburu, servidos pelo *buffet* do navio.

Diversificação das Culturas

Durante a Segunda Guerra Mundial, a exportação de frutas para a Inglaterra foi interrompida em consequência do torpedeamento de quase toda a frota de navios da Blue Star Line, que transportava 90% da produção da Fazenda. Unida à ausência de transporte, a proibição da entrada de produtos que não servissem ao exército, feita pelo Almirantado Britânico, deixou a produção da Fazenda São Sebastião, repentinamente, sem mercado consumidor. Os dirigentes da Fazenda tentaram colocar suas frutas no mercado interno e nos do Prata, mas os preços não pagavam a embalagem e o transporte. Com o restabelecimento do transporte, a partir de 1946, a solução foi o aproveitamento da produção de laranjas para a fabricação de óleo volátil, usado na indústria bélica, e como não se aproveitasse o suco, depois da extração do óleo, o restante das laranjas era jogado no Juqueriquerê e levado para o mar na vazante.⁵⁰

Na época, foram desenvolvidas grandes plantações: de arroz; de juta, para a fabricação de sacos de aniagem; e menta, para a produção do mentol; além de 400 pés de cravo da Índia, goiaba, abacaxi, abacate, seringueira, capim vetier, para a produção de óleo essencial, e um milhão de pés de Cinamomo, com o objetivo de substituir o pinho do Paraná na confexão de caixas para bananas em penca. Foram plantados, ainda, 30 alqueires de cana-de-açúcar para a fabricação de aguardente em uma fábrica montada no Porto Novo, utilizando duas marcas, Sítio Velho e Anhimbu. De 1951 a 1966, a produção de aguardente da Fazenda beirava a marca de um milhão de litros por ano e era conservada em dornas.⁵¹

Comunicação e Transporte

Todas as seções da Fazenda estavam ligadas à Administração Geral por um sistema de rede telefônica, através de uma Central alimentada por pilhas, com quarenta telefones instalados. Além disso, uma extensão chegava até à residência do representante da Fazenda na cidade, Sr. Albert Charles Ernest Hanciau (ex-gerente da *Société*), e outra à Delegacia de Polícia. Em 1962, foi montado um estádio de radioamador para a comunicação com seu escritório em Santos e com os rebocadores e lanchas em viagem.



A maior parte dos bens de consumo necessários ao Litoral Norte vinha, principalmente, dos municípios de São Paulo e Santos e, eventualmente, do Rio de Janeiro, sempre por via marítima. Os bens de consumo, provenientes do Vale do Paraíba e da Região do Paraíba-Paraitinga, vinham exclusivamente em lombos de muares atravessando os caminhos da Serra do Mar, o que apresentava grandes riscos aos comerciantes, pois estes caminhos eram muito perigosos. Por isso, antes da implantação da Fazenda São Sebastião, nenhum mascate se atrevia a descer a Serra, trazendo mercadorias para o município de Caraguatatuba, pois as possibilidades de lucro inviabilizavam o transporte marítimo ou os riscos da serra.

A partir de 1939, com a abertura de um outro traçado para o caminho da Serra do Mar, de 1940, com a abertura de uma estrada que ligava Caraguatatuba a São Sebastião e de 1955, com Ubatuba, o Município de Caraguatatuba começa a receber visita de mascates. O funcionamento destas estradas de rodagem possibilitou que a Fazenda dos Ingleses comprasse os seus mantimentos em atacadistas de Mogi das Cruzes, São José dos Campos e Jacareí, fazendo com que as mercadorias chegassem muito mais rápido ao seu destino, além de serem descarregadas diretamente no Armazém Central da Companhia, que ficava na seção do Queixo D'Antas, para serem distribuídas para os outros armazéns.

O pessoal da Fazenda contava com uma rede de seis armazéns bem sortidos, que davam atendimento pleno a todos os trabalhadores e dirigentes, com mercadorias a preço de custo e, muitas vezes, mais baratas que as do comércio da cidade. As ferramentas eram vendidas a prazo, com o máximo de três meses e um rebanho de 600 cabeças de gado fornecia carne e leite a toda população da Fazenda.⁵²

Com a melhoria dos caminhos que ligavam Caraguatatuba aos outros municípios, a partir de 1940, o transporte de pessoas e cargas da Fazenda, destinadas às cidades do Vale do Paraíba e Capital, começou a ser feito através de dois automóveis e dois caminhões, além de animais de sela e bicicletas.

A rede ferroviária interna da Fazenda São Sebastião chegou a ter 120 km de extensão, incluindo o tronco em 40 ramais. A obra foi projeta-

da e administrada pelo engenheiro Frank Robotton e construída pelo empreiteiro de obras Basílio Graviloff, de origem russa. Para desenvolver os trabalhos foram contratados 80 práticos portugueses em Santos, Rio de Janeiro e outros lugares.

A composição ferroviária da Fazenda compreendia 10 ou 12 máquinas, movidas a óleo diesel ou gasolina e 200 vagões, incluindo caçambas e plataformas. O transporte de passageiros e do pessoal da administração era feito por 8 carrinhos de inspeção que trafegavam pelas linhas férreas.

A frota fluvial que transportava a produção da fazenda era de propriedade da Companhia de Fomento Mercantil e era composta por 7 lanchas e rebocadores que conduziam 20 chatões, com capacidade de 55 toneladas.⁵³

Encerramento das Atividades da Fazenda

Depois de enfrentar enormes problemas, a Fazenda "dos Ingleses" foi abatida por mais uma catástrofe, a de 1967, que destruiu 50% da Empresa, cobrindo bananais e linhas férreas com dois metros de lama e madeira, com quase todos os rios e canais entupidos. A recuperação da Fazenda custaria, na época, quinhentas mil Libras Esterlinas. Mas a catástrofe não foi a única razão do fechamento da empresa. Três anos antes, o mercado europeu interessado em frutas estava em declínio, portanto seria necessário interromper as atividades da Fazenda, o que se faria por seções, para evitar o impacto social deste fechamento.

Os planos colocados em prática para o encerramento das atividades da Fazenda incluíam a mudança de parte do material da Fazenda para um dos países da América Central, os quais concediam terras de graça, e o restante seria vendido e redistribuído aos vários setores de atividades do Grupo Inglês, principalmente em São Paulo. Para desativar totalmente a produção, as atividades estiveram suspensas por aproximadamente três meses e os empregados continuaram a receber seus salários.

Estatística feita no momento em que se encerraram as atividades da Fazenda São Sebastião, em 1968, revelou que a maioria dos trabalhadores dessa época vinha de Natividade da Serra e Paraíba e recebeu todos os seus direitos, negociados em 50% do valor de seus direitos previdenciários,⁵⁴

além de receber, a preços meramente simbólicos, o material necessário para a construção de suas casas em outros locais do município, o que deu origem ao Bairro do Tinga. Estes operários foram absorvidos, em grande parte, pelo Município, já que com o desenvolvimento da atividade do Turismo, se aumentaram os serviços no ramo da construção civil.

Posteriormente, a Fazenda foi vendida à *Servveng Civilsan* do grupo brasileiro Penido, passando a atuar exclusivamente no ramo pecuário.⁵⁵

1.3. A Organização Administrativa

Jurandyr Ferraz de Campos

O Código de Posturas de 1903

Já, agora, no século XX, ficava claro que o antigo código de posturas, que regeu a vida dos cidadãos caragatatubenses no final da centúria anterior, não atendia mais à nova realidade e às novas exigências administrativas. Urgia a aprovação de um novo, que proporcionasse à Câmara maior desenvoltura para enfrentar os novos desafios, principalmente em momentos tão difíceis. Assim, em 21 de novembro de 1903, era aprovada a Lei nº 6, que estabelecia o “Código de Posturas da Câmara Municipal da Vila de Caragatatuba”, o qual passaria a reger a vida dos cidadãos do Município, tendo sido assinada por Manoel Gonçalves de Oliveira (Presidente) e por Noé Mariano de Oliveira, José Antônio da Silva, Antônio Soares Leite, Lourenço Nardy e João Cyrino Leite.⁵⁶

Desse código, destacamos os seguintes capítulos, para uma melhor compreensão dos leitores, quanto aos problemas administrativos da Vila, no raiar do século XX:

No Capítulo 4º, que tratava da alimentação, as carnes, em geral, não poderiam ser vendidas fora do açougue, devendo as reses ser abatidas no Matadouro Municipal, sob pena de 40\$000 (quarenta mil réis) de multa e apreensão da carne. (Art. 23). No verão, a venda de carne fresca só podia ser feita até as 12h e, no inverno, até às 16h (Art. 24). Havia, ainda, a proibição de matança de peixes, por veneno ou dinamites (Art. 26), o que mostra

a absoluta falta de respeito pelo meio ambiente, infelizmente uma constante desde aquela época.

No Capítulo 8º, sobre a segurança pública, proibia-se galopar pela Vila, sem necessidade extrema, laçar ou domar animais pelas ruas e amarrar animais em postes ou janelas (Art. 75), que, embora pareça curioso hoje, mostra um pouco do cotidiano da população de antanho. Todas as casas de negócios ficavam obrigadas a fechar depois do toque de recolher, dado pela polícia; de abril a setembro, às 9 horas da noite, e de outubro a março às 10 horas.

O Capítulo 9º, que tratava da cobrança dos impostos predial e de indústria e profissões, dispunha que o lançamento do imposto predial seria feito no mês de maio de cada ano e o sobre indústria e profissões, no mês de setembro, todos pelo Intendente, de acordo com uma tabela anexa, cabendo recurso à Câmara Municipal (Art. 89).

No Capítulo 12, estavam as disposições que tratavam da figura do Intendente Municipal e dos demais empregados na Câmara.

O Intendente era o chefe do poder executivo, eleito anualmente, no dia 7 de janeiro, pelos vereadores, através de escrutínio secreto e pluralidade relativa dos votos e teria, como seu substituto, um vereador designado pelo Presidente da Câmara. Suas atribuições principais eram: a) fazer publicar todas as leis, resoluções e editais da Câmara; b) expedir, regularmente, instruções para a boa execução dos atos legislativos; c) executar e fazer cumprir todas as leis e deliberações da Câmara; d) organizar o lançamento dos impostos e o serviço da escrituração, arrecadação e guarda da receita municipal; e) proceder à cobrança de todos os impostos e multas, enviando, porém, avisos a todos os contribuintes, logo após o lançamento da coleta; f) prestar contas de sua gestão na primeira sessão de cada mês e quando lhe for exigido pela Câmara; g) apresentar, anualmente, um relatório completo e minucioso de sua administração; h) conceder licença, assinar os respectivos alvarás e, bem assim, assinar todos os contratos de obras, empréstimos, compra e venda, e outras, em nome da Câmara Municipal; i) tomar as contas dos responsáveis perante o cofre municipal; j) organizar a proposta do orçamento municipal e apresentar à Câmara na primeira ses-

são do mês de outubro; k) preencher, por nomeação, os empregos criados pela Câmara; l) conceder licenças, com ou sem ordenado, de acordo com a legislação estadual sobre esta matéria, justificar as faltas destes, suspendê-los e demiti-los nos termos das leis e regulamentos da Câmara e promover a responsabilidade civil ou criminal dos mesmos. (Art. 105). O Intendente receberia uma gratificação de 840\$000 réis anual, ou 70\$000 réis mensais e mais 20% sobre as multas que impuser (Art. 107).

Como vemos, o Intendente já exercia quase todas as funções do poder executivo, próprias dos futuros prefeitos, mas, com uma diferença fundamental: ele não tinha autonomia, permanecendo submetido à autoridade da Câmara.

Do zelador da iluminação pública, curioso cargo da época, o texto dispunha sobre a sua competência, como: a) acender os lampiões nas noites escuras às 6 horas da tarde, nos dias curtos, e às 7 horas nos dias compridos, devendo apagá-los uma hora depois do sinal de recolhida; b) conservar os depósitos e chaminés sempre bem limpos; c) moldar torcidas e chaminés todas as vezes que forem necessários, devendo estas ser fornecidas pelo Intendente e, bem assim, o competente querosene; d) perceberá o vencimento de 20\$000 réis mensais, ou 240\$000 réis anuais.

A Nova Organização Municipal

Em 19 de dezembro de 1906, o Congresso Legislativo do Estado de São Paulo decretava a lei nº 1038, que foi promulgada pelo Presidente do Estado, Dr. Jorge Tibiriçá e que dispunha sobre a nova organização municipal, verdadeiro germinar dos municípios atuais, com a separação dos poderes constituídos.⁵⁷

Pela sua importância para a vida do Município, que via, agora, a sua estrutura político-administrativa totalmente reorganizada, com os poderes constituídos independentes entre si e com a figura do prefeito, pela primeira vez, como chefe independente do poder executivo, resumiremos os Artigos que mais interessam ao contexto.

No Capítulo 1º, estava a definição dos municípios: o território do Estado ficava dividido em Municípios, que constituíam a base da organi-

zação estadual (Art. 1º); Competia exclusivamente ao Congresso Legislativo criar e desmembrar municípios, demarcando os seus limites e designando as respectivas sedes, depois de ouvidas as municipalidades interessadas (Art. 2º).

O Capítulo 2º dispunha sobre a organização da Administração Municipal: a administração dos municípios passava a ser exercida pelas Câmaras Municipais, compostas de vereadores e por um prefeito e subprefeito constituídos por eleição (Art. 5º); Prefeito servia por dois anos e os vereadores por quatro anos, renovando-se bianualmente, por metade o número dos vereadores, pela exclusão dos mais antigos, que podiam ser reeleitos (Art. 6º); O número dos vereadores de cada município era fixado pelo Governo, na proporção de um vereador para dois mil habitantes, não podendo, porém, ser inferior a oito, nem superior a vinte. (Art. 7º); Os vereadores eram ser substituídos em suas faltas pelos imediatos em votos, os quais eram convocados com a antecedência, pelo menos de um dia, podendo a Câmara impor a multa de 10\$000 aos vereadores e suplentes que deixassem de comparecer sem motivo justificado. (Art. 8º); No caso de vaga dos lugares de vereador, prefeito ou sub-prefeito, reconhecida pela Câmara, mandava o presidente, sob pena de responsabilidade, proceder à eleição dentro do prazo de trinta dias. (Art. 9º).

O Capítulo 3º versava sobre as atribuições das Câmaras Municipais, nos seguintes termos: as Câmaras Municipais deviam se reunir no dia 15 de janeiro e organizar o seu regimento interno para as sessões preliminares e ordinárias, no qual provesse sobre o reconhecimento dos poderes de seus membros, eleição da mesa e das comissões, ordem dos trabalhos, número das sessões ordinárias, casos das extraordinárias, e sobre quanto conviesse ao regular exercício de suas atribuições. (Art. 10º); os vereadores eleitos e os suplentes convocados prestavam o compromisso de bem servir perante a Câmara Municipal; se esta não assumisse, perante o prefeito, e, na falta ou ausência do prefeito, perante o juiz de direito. O prefeito prestava o compromisso perante a Câmara, e, se esta não funcionasse, perante o juiz de direito. Os subprefeitos o prestavam perante o prefeito. (Art. 11º); as deliberações das Câmaras eram tomadas por maioria de vo-

tos; no caso de empate, ficava adiada para a sessão imediata a votação da proposta, que se reputava rejeitada, se o empate subsistisse (Art. 12º); As câmaras municipais tinham um presidente e um vice-presidente que eles elegiam anualmente dentre os seus membros (Art. 13º); os vereadores não eram remunerados pelo exercício das suas funções (Art. 14º); as municipalidades exerciam funções legislativas e executivas sobre os negócios do município na forma desta lei, observadas a Constituição do Estado, a da República e as outras leis que fossem decretadas pelo Congresso (Art. 15º); o poder legislativo pertencia à Câmara Municipal, que o exercitava por meio de leis, resoluções e provimentos; o executivo competia ao prefeito (Art. 16º).

O Artigo 17º especificava as incumbências das Câmaras Municipais, a saber: 1º) decretar a despesa e a receita do município em orçamentos anuais, claros e minuciosos, publicadas com antecedência pelo menos de dois meses da data em que começassem a vigorar; 2º) deliberar sobre operações de crédito para socorrer a serviços e obras extraordinárias, podendo autorizar no país, ou fora, se, neste caso, obtivesse o consentimento no Congresso, contanto que, em um e outro caso, a importância dos juros e da amortização não excedesse a quarta parte da renda anual do município; 3º) prover a caixa da administração dos bens do município, nos quais se compreendem os próprios municipais e os do uso público; 4º) adquirir bens para o município, aceitar doações, heranças e legados; e resolver sobre as respectivas aplicações; 5º) deliberar sobre a venda, aforamento, troca e locação dos bens municipais, mandando abrir concorrência para as atas de alienação, aforamento ou locação de imóveis; 6º) autorizar a execução de obras e serviços municipais, mediante concorrência, sempre que se tiver de fazer contrato para empreitadas; 7º) conceder privilégios para a construção de estradas dentro do município, ou para obras e serviços, que dependessem de grandes capitais; 8º) decretar desapropriações, por necessidade ou utilidade do município, nos casos e pela forma estabelecida em lei do Estado; 9º) fomentar o desenvolvimento da lavoura, das artes e das indústrias, no município por meio de medidas e auxílios gerais, que não envolvessem privilégios; 10º) criar agências de imigração e alojamento para imigrantes, promovendo a introdução deles

no município e facilitando-lhes a colocação; 11º) criar escolas de ensino primário ou profissional, cursos práticos de agricultura, horticultura e pomologia, hortos botânicos, pastos ou estações agrônômicas, museus e bibliotecas, como os métodos e programas que parecem mais convenientes, mandando nomear ou contratar professores e fazendo-lhes os vencimentos e vantagens; 12º) auxiliar os estabelecimentos particulares de ensino existentes no município e visitar, por comissões ou delegadas as escolas do Estado, a fim de prestarem informações sobre os movimentos das escolas; 13º) requerer conversão das escolas estaduais em municipais, mantida a fiscalização do Governo; 14º) organizar, conforme os regulamentos que expedirem, a guarda e polícia municipal, que será dirigida pelo prefeito; 15º) levantar periodicamente as estatísticas do município e, sobretudo, o recenseamento da população e o cadastro do território para o que poderão solicitar auxílios do Estado; 16º) criar e suprimir os empregos municipais, definir-lhes as atribuições, fixar-lhes vencimentos e estabelecer condições para as licenças e aposentadorias, observadas, quanto a estas, as disposições do Art. 60 da Constituição do Estado, exclusão feita dos seus § 1º, 2º e 4º; 17º) cominar penas de prisão até oito dias, ou de multa até 50\$000, pela infração de suas leis e posturas; 18º) usar, em toda a plenitude, do direito de representação e da petição perante os poderes do Estado e da União; 19º) resolver, em grau de recurso, as reclamações contra atos do prefeito em matéria de lançamento de imposto; 20º) prestar as informações, sobre serviço público, que lhes forem exigidas pelas Câmaras Legislativas, ou pelo presidente do Estado, sob pena de responsabilidade.

O artigo 18 dava mais competência às Câmaras Municipais para deliberarem sobre o seguinte: 1º) alinhamento, limpeza, calçamento, alargamento e numeração das ruas e praças, demolição de prédios arruinados, construção, conservação de cais, jardins públicos, muros, calçadas, pontes, fontes, chafarizes, poços, lavanderias, viadutos e, em geral, sobre logradouros públicos e construções em benefício comum dos habitantes, ou para decoração e ornamentação das povoações; 2º) serviços públicos, estradas e caminhos dentro do município; 3º) aferição de pesos e medidas; 4º) matadouros, talhos, açougues, feiras e mercados, local para a fabricação, depósitos e venda de fogos de artifício, pólvora e produtos inflamáveis, e os de indústrias insalubres, pe-

rigosas ou incomodas; 5º) fiscalização de gêneros alimentícios; 6º) uso de armas nas povoações, declarando quais as defesas; 7º) abastecimento de água, esgotos e iluminação pública, salvo os serviços de contrato com o Estado; 8º) irrigação das ruas e extinção de incêndios; 9º) jogos, espetáculos e divertimentos públicos; 10º) caça e pesca, contenção de formigas e animais daninhos; 11º) serviços telegráficos e telefônicos dentro do município; 12º) veicular os meios de transporte municipal; 13º) hospitais-socorros a indigentes, criação ou auxílio de estabelecimentos pios, de caridade ou de beneficência; 14º) cemitérios e serviços de enterramentos, sobre o que organizarão regulamentos, deixando livre a todos os cultos a pratica dos ritos religiosos que não ofendam as leis e a moral pública; 15º) higiene do município, mediante providências que não contrariem as leis do Estado, auxiliando as autoridades sanitárias estaduais e reclamando a coadjuvação do Governo nos casos extraordinários; 16º) tudo quanto respeito à polícia e ao bem do município, que não estiver provido por lei do Estado.

O Capítulo 4º descreve como eram as rendas municipais. O Artigo 17 dispunha que a receita do município fosse constituída somente das seguintes verbas: 1º) da alienação aforamento e locação de moveis, imóveis do domínio privado das municipalidades, compreendidas as terras devolutas, adjacentes a povoação de mais de mil almas, no raio do círculo de seis quilômetros a partir da praça central. Este perímetro será marcado a custas dos municípios, com especificação da área dos baldios para logradouro públicos, as quais serão inalienáveis; 2º) do imposto de indústrias e profissão e do imposto predial urbano nas localidades em que este couber às municipalidades; 3º) do imposto na razão de 2\$000 sobre cada milhar de cafeeiros em tratamento e produção situados no município, embora a sede do estabelecimento não o seja. Nenhum outro imposto ou taxa poderá ser lançado sobre o café, por qualquer pretexto; 4º) das taxas com especial consignação aos serviços de canalização de água potável, esgoto de prédios e aberturas de estradas que facilitem o transporte dos produtos do município. A arrecadação destas taxas, que recairão somente sobre as pessoas diretamente beneficiadas pelos serviços supra-especificados, bem

como o respectivo dispêndio, serão escriturados nos balancetes e balanços, documentados e publicados separadamente das outras rendas; 5º) das taxas sobre a localização de negociantes nos mercados, ruas, praças e outros sítios do domínio público municipal, bem como sobre os negociantes ambulantes e sobre os veículos de qualquer espécie que fizessem o serviço de transporte dentro das povoações, procedendo-se acerca de cada indústria com a possível igualdade nas contribuições; 6º) das licenças para inumação e das vendas de terrenos para sepulturas nos cemitérios municipais; 7º) das tarifas para os matadouros, para alinhamentos e aferições e para os depósitos de inflamáveis; 8º) das concessões de licença para jogos, espetáculos e divertimentos públicos, para edificações, para a construção de andaimes, armação, coreto, para depósitos de materiais nas ruas e praças, para extração de areia e barro; 9º) das multas impostas e cobradas no município por infração de regulamentos municipais, havidas de processo civil ou criminais, ou quaisquer outros que por lei vertam em favor das municipalidades; 10º) das rendas de quaisquer estabelecimentos ou serviços municipais; 11º) das taxas de publicidade que recaíssem sobre afixação de letreiros, emblemas, anúncios e reclames; 12º) das taxas de viação, compreendendo calçadas, terrenos em aberto, caixas, guias, e falta de encanamentos nos prédios urbanos para águas pluviais; 13º) dos emolumentos sobre alvarás de licença, certidões, nomeações e aposentadorias. § Único. Nenhum outro imposto, taxa ou adicional, além dos estabelecidos na presente lei, poderão ser criados. O Artigo 20 discriminava o que não poderia ser tributado pelas municipalidades: 1º) os produtos de exportação e os de importação de procedência estrangeira ou nacional; 2º) os produtos de outros municípios em transitio ou destinados ao consumo local; 3º) os produtos do município; 4º) os bens e rendas federais ou estaduais e serviços de concessão da União ou do Estado; 5º) os funcionários públicos em relação ao seu ofício. O Artigo 22 rezava que não poderiam, outrossim, criar impostos que sobre o mesmo ou diferente título constituírem renda do Estado.

O Capítulo 5º era muito importante, por se referir aos poderes e atribuições do Prefeito. O Prefeito era o órgão das funções executivas (Art. 23). A competência do prefeito era dada no Artigo 24, como segue:



1º) convocar os vereadores da Câmara Municipal, para as sessões extraordinárias que parecessem urgentes ou lhe fossem reclamadas pela Câmara; 2º) opinar sobre trabalhos da Câmara Municipal, quando lhe fosse requisitado o parecer; 3º) propor à Câmara o orçamento da receita e despesa do município e as medidas sobre que seja conveniente à deliberação da Câmara ou representar contra as indicadas; 4º) executar as leis, resoluções e providimentos da Câmara Municipal, provendo a todos os serviços da administração por si e pelos empregados municipais; 5º) nomear, suspender, demitir, licenciar, sujeitar a responsabilidade e apresentar os empregados do município, na conformidade das leis e regulamentos municipais. Estas atribuições pertencem à Câmara Municipal, quanto aos empregados de sua secretaria; 6º) superintender a exata contabilidade, arrecadações, guarda e aplicações das rendas do município; 7º) apresentar, trimensalmente à Câmara o balancete da receita e despesa realizada e anualmente um relatório circunstanciado dos serviços municipais com o balanço da receita e despesa do ano findo, balancetes e relatórios que, depois de aprovados pela Câmara, seriam pelo prefeito publicadas na imprensa local e no Diário Oficial do Estado. Os balancetes trimestrais deveriam ser acompanhados de uma relação das despesas referentes a cada verba ou rubrica. Essa relação, quando mencionar despesa superior a 500\$000 na Capital e 250\$000 nos outros municípios, deveria indicar expressamente: a) a quem fora feito o pagamento; b) qual o serviço prestado ou que objeto (menção em globo) fora adquirido; e c) onde ou em que obras foram aplicados esses serviços ou objetos. 8º) Promulgar e publicar as leis e resoluções das Câmaras, no prazo de dez dias, contados do recebimento, findos os quais a própria Câmara ou o seu presidente o faria; 9º) expedir regulamentos e instruções para a boa execução dos atos legislativos; 10º) prestar as informações sobre serviço público que lhe fosse exigido pelo Governo do Estado e pelas Câmaras Legislativas, sob pena de responsabilidade; 11º) celebrar, em nome da municipalidade, qualquer contrato para o qual tivesse autorização e figurar em juízo nas ações em que a municipalidade fosse parte, nomeando procuradores que lhe aprover.

Seguem-se outros artigos, ainda neste capítulo sobre a figura do prefeito. Poderiam assistir às sessões da Câmara, sem direito de voto, prestar

verbalmente ou por escrito as informações que lhe forem pedidas e tomar parte nas discussões (Art. 25). Poderia ter o subsídio que fosse votado em lei municipal e seria substituído em suas faltas e impedimentos pelo vice-prefeito, eleito pela Câmara dentre os vereadores. O subsídio seria fixado no biênio anterior àquela em que o prefeito tiver de exercer o mandato e durante este não poderia ser alterado. Em falta da afixação no biênio referido prevaleceria o último subsídio fixado (§ único). O prefeito ou quem suas vezes fizesse não podia, sob pena de perder o cargo, ausentar-se do município, salvo as casas de serviço público ou moléstia, por espaço maior de 15 dias, nem aceitar emprego em comissão do governo federal ou do Estado, sem licença da Câmara (Art. 27). Ausentando-se o prefeito por mais de três dias úteis, sem transferir o exercício do cargo, poderia assumir o seu substituto legal, se o serviço público exigir (Art. 28). Dentro de cinco dias, a contar do recebimento de qualquer lei, resolução ou provimento do poder legislativo, o prefeito poderia pedir uma nova deliberação, com a só ver, sobre o assunto. Este pedido do prefeito suspenderia a execução do ato da Câmara, até que esta novamente deliberasse por maioria (Art. 29).

O Capítulo 8º dispunha sobre a eleição municipal. Seriam elegíveis para os cargos de vereador, de prefeito e de subprefeito, os eleitores do município, que nele tenham ao menos um ano de domicílio (Art. 40). De acordo com o Artigo 41, findo o primeiro biênio da eleição municipal posterior à execução desta lei, os vereadores seriam renovados pela exclusão dos menos votados e, daí em diante, na forma do artigo 6º. Em igualdade de votação, a sorte designaria os vereadores que teriam de pertencer à turma quadrienal (§ 1º). Se o número de vereadores fosse ímpar, a turma quadrienal compor-se-ia da metade e mais um. (§ 2º). A eleição seria feita pela qualificação que servir para as eleições estaduais (Art. 42). Os eleitores votariam em duas cédulas uninominais, uma para prefeito e outra para vereador (Art. 43). Reputar-se-ia eleito prefeito o cidadão que reunisse a maioria absoluta de votos dos eleitores que comparecessem e eleito vereador o que obtivesse o quociente do número dos eleitores presentes, divididos pelo número de vereadores a eleger. Quanto ao subprefeito, se reputava eleito o que obtivesse a maioria relativa dos votos do distrito (Art.

45). Sobre a apuração geral dos votos, tratava o Art. 47: para a eleição de vereadores, do prefeito municipal e dos subprefeitos seria feita por uma junta tríplice, composta do juiz de direito da Comarca, como presidente, do promotor público e do presidente da Câmara Municipal, como vogais, servindo de secretário o escrivão do júri. A apuração seria feita dentro de três dias, contados do recebimento das atas das eleições seccionais, que, para esse fim, seriam remetidas ao presidente da junta, 48 horas depois de concluído o pleito eleitoral (§ 3º).

Estes foram os artigos que julgamos interessante relatar desta lei que, a partir da sua publicação, no princípio desde século, afetou diretamente a vida dos cidadãos do Estado de São Paulo, bem assim os de Caraguatatuba, em particular.

Notas

- (1) Relatório do Capitão Armond ao Coronel Dimas de Siqueira Menezes, de 12/02/1933. (APMC, Cx. 1)
- (2) SILVA, 1975: 84.
- (3) HOBBSAWN, 1987: 41.
- (4) GARRIDO, 1988: 36.
- (5) APMC-Atas, 04/10/ e 15/11/1915.
- (6) JORNAL DO COMÉRCIO, São Paulo, 04/01/1918.
- (7) GARRIDO, 1988:35, 36 e 45.
- (8) APMC-ATAS, 18/11/1916.
- (9) GARRIDO, 1988: 37.
- (10) IBID.: 39.
- (11) DIAS, 1992: 25.
- (12) GARRIDO, 1988: 41.
- (13) DIAS,1992: 25.
- (14) GARRIDO,1988: 40.
- (15) APMC-ATAS, 20/03/1917.

- (16) IBID., 21/10/1918.
- (17) GARRIDO, 1988: 43.
- (18) IBID.: 44.
- (19) DIÁRIO DE SANTOS, Santos, 01/09/1915.
- (20) JORNAL DO COMÉRCIO, São Paulo, 04/01/1918.
- (21) GARRIDO, 1988: 44.
- (22) IBID.: 45 e 76.
- (23) IBID.: 77/79.
- (24) DIAS, 1992: 20.
- (25) GARRIDO, 1988: 79 e 82.
- (26) IBID.: 110.
- (27) Verificar o subtítulo Organização Administrativa.
- (28) GARRIDO, 1988: 79 e 101.
- (29) IBID.: 78, 79 e 99.
- (30) DIAS, 1992: 35, 45 e 46.
- (31) GARRIDO, 1988: 99 à 102, 107 e 165.
- (32) IBID.: s.d.: inédito.
- (33) Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, fundado em 1938.
- (34) Texto retirado de um memorando enviado pela empresa.
- (35) GARRIDO, 1988: 108.
- (36) IBID.: 1988: 79.
- (37) DIAS, 1992: 28.
- (38) GARRIDO, 1988: 96, 105 e 110.
- (39) IBID.: 1988: 86.
- (40) IBID.: 1988: 93.
- (41) Sigla da *Royal Air Force*, nome dado desde 1918 à aviação militar britânica.
- (42) GARRIDO, 1988: 96, 111 e 112.

- (43) Por volta de 1946 uma epidemia desta doença forçou a erradicação dos laranjais da Fazenda.
- (44) GARRIDO, 1988: 96 e 110.
- (45) O fornecedor das esteiras de taboa, no município de Caraguatatuba, para a Fazenda São Sebastião era João Timóteo, que comprava a maior parte das produzidas na região e as revendia à Fazenda. Com o desaparecimento da taboa do Litoral Norte, as esteiras passaram a ser feitas de centeio e vinham principalmente de Santa Catarina e Paraná.
- (46) DIAS, 1992: 28.
- (47) GARRIDO, 1988: 93.
- (48) Sistema mecânico de carregar sacos, composto de um tapete rolante que leva os objetos até uma bica de onde caem a bordo.
- (49) DIAS, 1992: 34 e 42.
- (50) GARRIDO, 1988: 82, 83 e 96.
- (51) IBID.: 104 e 112.
- (52) IBID.: 83, 97, 98 e 122.
- (53) IBID.: 82, 85 e 79.
- (54) DIAS, 1992: 29, 30 e 36.
- (55) GARRIDO, 1988: 83, 91, 114-116.
- (56) APMC-LCP, p. 1 a 20.
- (57) IBID.: p. 22 a 33.

2. O DESENVOLVIMENTO URBANO

2.1.

A Dilatação do Espaço Urbano

Valter Padgurschi

O Turismo como Fator Econômico do Desenvolvimento Urbano

241

Caraguatatuba, como todo o Litoral Norte no início do século, após ter passado por alguns ciclos de desenvolvimento, encontrava-se estagnada economicamente.

A estagnação social chegou a ser tanta que, em 1923, o então presidente do Estado de São Paulo, Washington Luiz, visitando o litoral norte paulista a bordo de um navio do Loyd Brasileiro, propõe à população dessa região que se mude em massa para o Interior do Estado, a exemplo dos “irmãos nordestinos” que migravam e eram recebidos “de braços abertos no planalto paulista.”¹

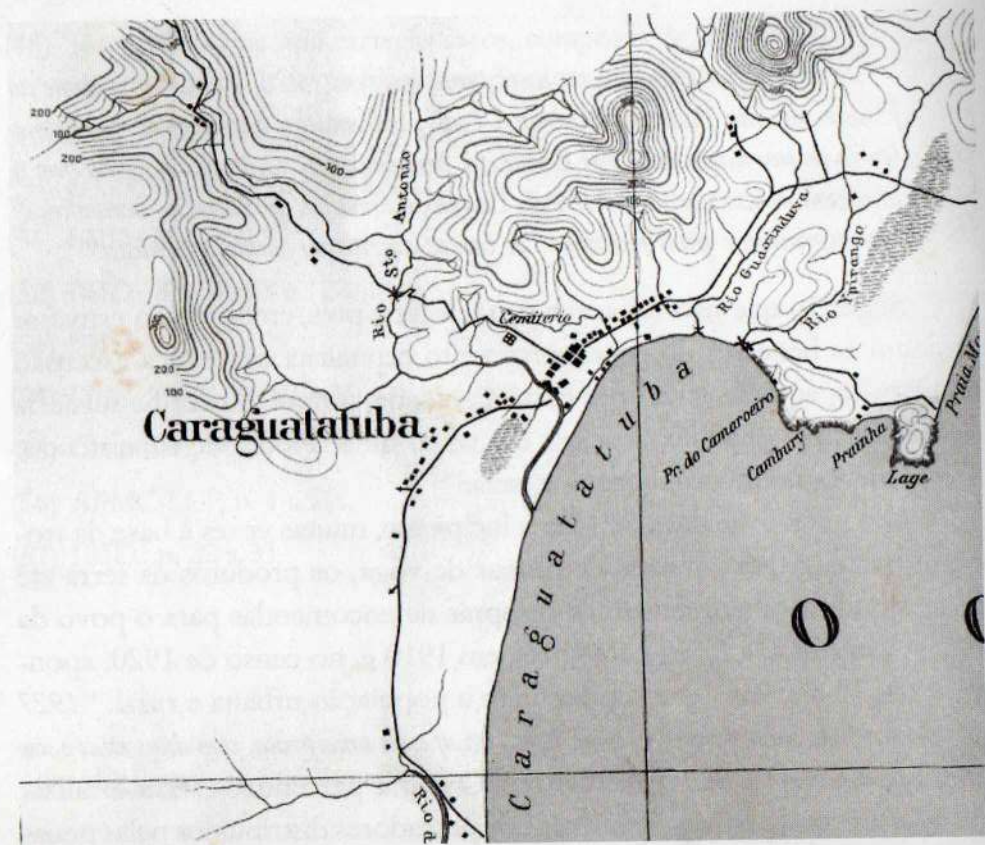
Sugestão que não foi aceita pelo caiçara, pois, embora não estivesse próximo às benesses do desenvolvimento capitalista em franca ascensão no planalto, aqui ele vivia com certa dignidade, porque o mar lhe fornecia o seu principal produto, a pesca, e a terra, uma lavoura de subsistência: feijão, milho, mandioca, banana e cana.

O comércio se dava de forma incipiente, muitas vezes à base da troca, outras enviando, através de canoas de voga, os produtos da terra até Santos onde também faziam as compras de encomendas para o povo da vila. A vila possuía 3.562 habitantes, em 1910 e, no censo de 1920, apontava 2.917,² números que representam a população urbana e rural. “1927 [...] – A cidade, mais conhecida como ‘vila’ era apenas uma praça, com duas ruas e um beco, com algumas centenas de habitantes.”³ O maior percentual estava localizado na zona rural e em agrupamentos de pescadores distribuídos pelas praias locais, o que caracterizava a pesca artesanal. O número de imóveis entre públicos, comerciais e residenciais se resumiam a 22 e mais a Igreja de Santo Antônio.

[...] o mar, volta-e-meia, mandava suas marés assustarem o povo da vila, avançando desafiadoramente, até a metade da Avenida Santa Cruz... — uma nesga de terra para construir casa — o chamado lote — nem tinha preço e a Prefeitura até fazia presente de terras a quem quisesse, em troca de qualquer serviço.⁴

Este cenário começou a mudar a partir de 1927, com a instalação da Fazenda dos Franceses, depois denominada dos Ingleses. A cidade começa a receber investimentos que culminam com as ligações rodoviárias entre Caraguatatuba e as cidades de São Sebastião, em 1938, e São José dos

242



Planta do Litoral de S. Sebastião e do Rio Juqueriquerê. Destaque da área urbana de Caraguatatuba, em 1910.

COMISSÃO Geográfica e Geológica do Estado de S. Paulo. *Exploração do Rio Juqueriquerê*, São Paulo: Typographia Brazil de Rothschild & Co., 2 ed. 1919

Campos, em 1939. O grande entrave para o desenvolvimento, falta de vias de comunicação, é superado e ela é integrada à região do Vale. A integração regional São Sebastião-Caraguatatuba-Ubatuba só ocorreu tempos mais tarde com a abertura ao tráfego da rodovia ligando-a a Ubatuba, em 1955. As vias de ligação entre Litoral Norte e Planalto beneficiaram Caraguatatuba, por estar no entroncamento do acesso aos demais municípios da região.

Em 8 de novembro de 1939, Caraguatatuba recebe a classificação de Estância Balneária através de Decreto-Lei Estadual nº 10.669 e afirmado em decreto de 31 de dezembro de 1947 pelo então governador Adhemar de Barros.

Na década de 40, chegavam à cidade, durante o período das férias de junho, algumas famílias que vinham desfrutar de suas praias. Traziam, em caminhões, verdadeiras mudanças, com as crianças amontoadas junto à carga, chegando ao destino sem condições de piscar, tal a quantidade de poeira vermelha acumulada nos olhos, após 6 a 8 horas de viagem. Isso, para estabelecer o mínimo de conforto necessário nas casas que alugavam para o período de lazer. Transitavam numa estrada de traçado tortuoso e de terra, numa viagem cansativa porém compensadora.

A tranqüilidade do Litoral Norte era completa, com a ausência de poluição e dos problemas atuais do turismo de massa. Predominava a vida simples do caiçara que recebia com prazer a pequena elite que então podia chegar lá em viagem que durava várias horas.⁵

Pesquisa sobre o tráfego de veículos (passageiros e carga) realizada pelo DEER, na ligação Planalto-Litoral Norte, revela que, em 1951, o número de veículos-dia, de passageiros, ultrapassou o de carga, o que demonstra a tendência da região para o turismo.

“Diversamente dos casos de São Sebastião e Ilha Bela a cidade de Caraguatatuba encontra-se em situação mais favorável à urbanização.”⁶ As escarpas da serra, entre as divisas da cidade, encontram-se mais distantes do que as das outras. Apresentando um espaço favorável à ocupação e expansão de núcleos habitacionais, mais o início do movimento turístico, o desenvolvimento imobiliário passou ser fator decisivo para a economia da cidade.

244

245

Antigo Hotel Binoca

Rua Santa Cruz

Foz do Rio Sto. Antônio antes do Corta-Rio

Matriz

Cemitério 1º de Caraguatatuba



Vista de Caraguatatuba.
Foto do acervo particular do Sr. José Aires da Gama Sobrinho.



Enseada e Cidade de Caraguatatuba (Vistas do Morro do Moinho Velho). Circa de 1910.
COMISSÃO Geográfica e Geológica do Estado de S. Paulo. *Exploração do Rio Juqueryquerê*, São Paulo: Typographia Brazil de Rothschild & Co., 2 ed. 1919

*Até os anos 50, a área urbanizada do município de Caraguatatuba resumia-se ao núcleo central, acrescido apenas de três loteamentos, aprovados na década de 40, além dos assentamentos caiçaras de Tabatinga, Massaguaçu e Porto Novo.*⁷

*A urbanização da sede municipal, abrangendo o Rio de Ouro, a cidade, a Prainha e Martim de Sá foi bastante grande, passando de 4 registros em 1953 para 308 em 1960 e 1.754 em 1969 representando um índice de aumento de 7.700 % de 1953 a 1960 e de 569 % de 1960 a 1969, [fazendo do município] o maior fenômeno urbano local.*⁸

Assim se estendem por todo o município construções horizontalizadas, as quais, caracterizadas como segunda moradia, ou seja, típica de veranistas, traziam para a cidade freqüentadores sazonais. Em publicação comemorativa do primeiro centenário da cidade, em 1957, encontra-se o seguinte anúncio: “*Ao pé da Serra e beijada pelo mar... / FAÇA SUA CASA DE PRAIA / no moderno e confortável / Bairro SUMARÉ / na praia de / Caraguatatuba ... Bairro residencial por excelência, dentro da cidade de Caraguatatuba*”,⁹ devendo-se entender por cidade a área próxima ao centro antigo. Loteamentos como Sumaré, Estrela D’Alva, Jardim Primavera, Indaiá etc, com planejamento no seu arruamento, vão expandindo o núcleo central da cidade e outros mais distantes, entre vazios urbanos, vão se formando como Palmeiras, Porto Novo, Prainha, Martim de Sá, Massaguaçu.

Distribuíram-se investimentos imobiliários em todas as regiões da cidade, gerando núcleos de urbanização do mais simples ao de alto luxo, com condomínio fechado, como é o caso da praia da Tabatinga, com infraestrutura própria

Com o desenvolvimento da indústria da construção civil, chegou à cidade a mão-de-obra para o setor, que aos poucos, foi se fixando em locais menos privilegiados e sem infra-estrutura, com habitações inadequadas em áreas insalubres e de risco, criando outros pólos, alguns nas encostas, como no morro do Querosene e Olaria, ou em bairros já existentes como o Rio de Ouro e Ponte Seca, ou formando novos bairros como no interior de Massaguaçu, Getuba, Tinga, Poiáres, Travessão, Jaraguá, Jaraguazinho, Vapapesca, Pegoreli, Barranco Alto, Morro do Algodão, entre outros. Essa



ocupação se deu em função de as áreas já urbanizadas estarem valorizadas pela imobiliária veranista.

Ela se desenvolveu de maneira desordenada e, em alguns loteamentos irregulares, trouxe em si as conseqüências sociais e refletiu os fluxos e refluxos econômicos, pois ora a construção civil foi a fonte do emprego, ora do desemprego. Atraiu também uma onda migratória fruto do desemprego de áreas industrializadas do Vale do Paraíba e do setor rural do sul de Minas Gerais.

Caraguatatuba tinha uma população em 1951, ano que marca o início do movimento turístico, de 7.042 habitantes, sendo 1011 no perímetro urbano,¹⁰; em 1970, 15.073 ; em 1980, 33.802 e, em 1991, 52.964 dos quais apenas 149 habitantes na zona rural.¹¹

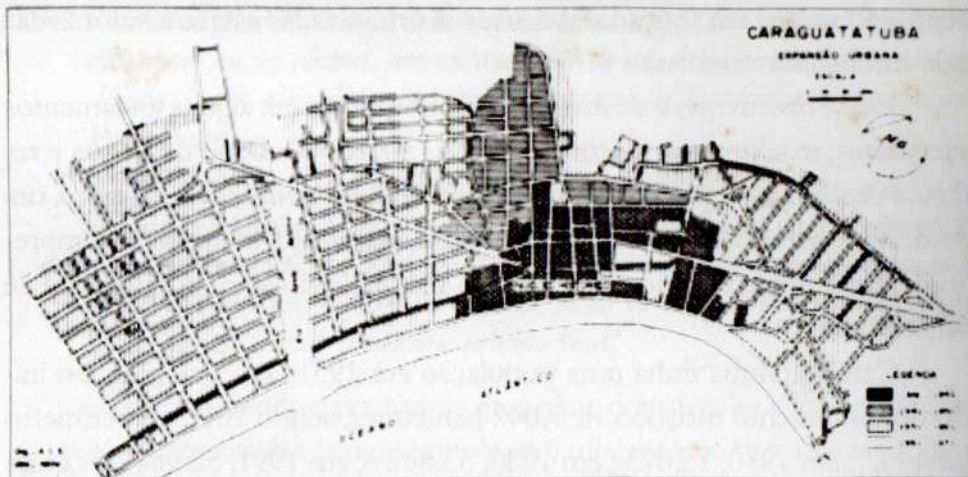
Outro fator no desenvolvimento urbano foi a chegada das colônias de férias à cidade, assim noticiada em novembro de 1953

Na Praia Romance, em Porto Novo, será construída a maior Colônia de férias da América do Sul [e, em dezembro]

Colônia de Férias “Ministro João Cleófas” – Acontecimento máximo do presente ano é o que se efetivará hoje no Bairro Porto Novo, desta Estância Balneária, onde perante altas autoridades federais, estaduais e municipais, será lançada a pedra fundamental da maior Colônia de Férias do Mundo, que se denominará “Ministro João Cleófas” [...] ¹²

Com a iniciativa dos sindicatos “Trabalhadores da Indústria da Energia Hidroelétrica de São Paulo”, “Trabalhadores em Empresas Telefônicas do Estado de São Paulo”, “Trabalhadores da Indústria da Produção de Gás de São Paulo” e dos “Trabalhadores em Empresas Carris Urbanos de Santos, São Vicente e Guarujá”, a obra

[...] constará de um grandioso conjunto abrangendo três pavilhões de vários andares, com numerosos apartamentos. além de residências isoladas, restaurantes, cinema, teatro, estaleiro para barcos, garagem para charretes, praça de esportes completas com quadras de basquete, vôlei, campo de futebol, pista de atletismo, piscinas, pavilhão infantil, “play-ground”, igreja e edifício da administração onde será instalada uma estação de rádio [...] ¹³



Caraguatatuba – Expansão urbana
(SILVA, 1975: 70) R.C.S. P.M.C

Pelas proporções do empreendimento, verifica-se que se tratava da instalação de um núcleo urbano completo. Este investimento acabou por atrair outros com o objetivo de oferecer lazer a diversas categorias de trabalhadores, representados pelos mais diversos sindicatos. Criando uma intervenção com características específicas, a região tornou-se ponto de referência urbana.

Na década de 80, aconteceu o segundo movimento imobiliário com a verticalização das construções notadamente na orla do Centro, Prainha, Martim de Sá, Indaiá e Palmeiras.

A região tornou-se não só área de lazer, mas também alternativa de investimento no setor econômico, turístico e imobiliário pelas classe dominantes das regiões circundantes: São José dos Campos, Campinas, Grande São Paulo, e do próprio setor sul do Estado do Rio de Janeiro.¹⁴

A Especulação Imobiliária

Como todo desenvolvimento econômico realizado sem critérios traz sérios prejuízos para o homem e meio ambiente, a especulação imobiliária

ria, feita com uma sede feroz de lucro, acabou causando uma distorção do que vem a ser chamado de progresso.

A principal delas foi o modo de como as terras dos caiçaras foram saqueadas, os quais, na sua ingenuidade, mal percebiam os golpes que eram dados para surrupiarem o seu bem mais precioso, sua terra, a qual vinha sendo passada de geração a geração e, com isso, sufocando toda uma cultura.

A matéria que o Jornal “O Atlântico” publicou em 25 de outubro de 1964, sob o título “Plano maquiavélico tenta desalojar dezenas de famílias de suas terras” era esclarecedora quanto à forma de agir dos “grileiros”:

249

Deixando de lado os mais elementares e primitivos princípios da ética e decência, homens sem escrúpulos, acobertados e salvaguardados pela força da política, pela política da força, pelo poderio monetário e pelas influências conseguidas através de políticos atuantes nas áreas governamentais, desceram do planalto de Piratininga para o Litoral Norte com o fito de usurparem os direitos mais sagrados do caiçara: a propriedade da terra, que cultivam há dezenas de anos e principalmente cercearem-lhes o direito irretorquível de trabalho [...]

A gleba em questão estava localizada na divisa de Caraguatatuba e Ubatuba, envolvendo a Praia e Ponta das Galheta, Praia e Ponta da Figueira, Praia e Ponta Aguda, Praia e Ponta da Lagoa, Praia do Simão, Praia e Ponta do Saco das Bananas.

Mas não contavam eles com a frente de luta que se forma, o prefeito de Caraguatatuba tomando a dianteira e a vanguarda da luta em relatório que quase tudo explica o que vem se ocorrendo, lança um apelo às autoridades do País, lança um apelo juntamente com mais 500 gargantas que exigem justiça aos poderes constituídos que se propuseram a extirpar a corrupção no Brasil [...]

A matéria descreve o relatório onde se tem conhecimento de que:

Certa vez, em 1945, JACOB KLABIN LAFER, que agora os declarantes têm conhecimento ser um dos mas assanhados ‘grileiros’ e usurpadores de terras do País, engendrou e colocou em pratica um plano maquiavélico, obje-

tivando, por meio de um ardil, abrissem mãos os posseiros, de seus direitos sobre a gleba.

Sabedor das grandes dificuldades em que viviam os declarantes, especialmente pela marginalidade a que foram relegados, completamente abandonados, convenceu-os de que o GOVERNO iria dar a cada família uma ajuda pecuniária, a título de socorro.

Assessorado como estava contando com a conivência e participação da autoridade policial MORAIS NOVAIS, por HUGO GALVÃO, antigo Tabelião de Caraguatatuba e PAULO BENTO RANGEL, que o acompanharam na visita que fez aos declarantes não duvidaram estes, em virtude da presença daquelas autoridades que conheciam, a do fato de JACOB KLABIN LAFER declinar sua qualidade de irmão do deputado HORÁCIO LAFER, ministro da Fazenda, da veracidade da ajuda.

E, assim, chamado à residência de um dos apaniguados, o indivíduo BENEDITO MIGUEL CARLOTA, no então isolado e acanhado BAIRRO DE MASSAGUAÇU, recebeu das mãos do 'BENEMÉRITO' REPRESENTANTE DO DR. GETULIO', como se intitulara, a mísera importância de hum mil cruzeiros, para CADA FAMÍLIA.

Exigiu, todavia o 'benemérito', num lance de comovedora honestidade, que os caíçaras dessem recibo da quantia recebida para futura prestação de contas junto aos órgãos governamentais.

Apuseram, então, grande maioria suas impressões digitais porque anal-fabetos, e alguns poucos, as suas assinaturas, em um livro que lhes foi apresentado pelo escrivão HUGO GALVÃO, convictos que estavam dando recibo da importância que lhes fora enviada pelo GOVERNO, como socorro financeiro."

Após 5 anos, quando os posseiros recebem notificação para desocuparem a gleba, é que percebem que foram ludibriados. A partir de então, inicia-se uma série de ações junto a instâncias judiciais, com os caíçaras sempre sendo prejudicados pelos pareceres jurídicos, culminado com uma ação de reintegração de posse movida por Klabin que, após 20 anos, estava prestes a ser julgada, motivo que gerou o relatório e sua publicação que termina com o seguinte apelo:

Solução HUMANA! IMPRESCINDÍVEL! INADIÁVEL! URGENTE! Representante dos habitantes do Saco das Bananas, Manuel Lourenço Garcez—

Representante dos habitantes da Praia do Simão, Henrique Mesquita – Representante dos habitantes da Ponta, Água e Lagoa, Manuel Eduardo Barbosa – Representante dos habitantes da P. da Figueira, Idalina Soares dos Santos – Representante dos habitantes da Tabatinga, Pedro João de Oliveira.

As brigas pela posse da terra também se davam entre pessoas do mesmo nível social, mostrando o quanto a busca do lucro desenfreado pode gerar conflito de interesses.

É o caso do loteamento da imobiliária Indaiá que se tem conhecimento através de publicação no jornal “O Defensor”, de São Paulo, edição de 19 de setembro de 1957: “*MAR DE LAMA E ALCOOL INVADE O GOVERNO DE CARAGUATATUBA – A bem da verdade, o sr. Carlos de Almeida Rodrigues vem a público, refutar injurias assacadas à Imobiliária Indaiá [...]*” e, sob o sub-título “*MOSTRANDO A VERDADE*”, Rodrigues se pronuncia em relação à matéria que o então prefeito da cidade fez publicar no jornal “O Diário” de São José dos Campos:

[...] No mês de julho passado fui procurado por um repórter daquele jornal, o qual declarou que tinha sido procurado pelo sr. Altamir Pimenta, atual Prefeito, Irineu Meireles, Presidente da Câmara Municipal e D. Binoca Passos os quais pretendiam que ele publicasse uma reportagem contendo varias acusações contra a ‘Indaiá Imobiliária Construtora Ltda.’ e à minha pessoa, declarando eles que esses terrenos eram todos ‘grilados’ e que sua maior parte pertencia a D. Binoca, por herança de seu sogro Egydio Passos [...]

A matéria é extensa e nela são apresentados dados sobre a sua posse legítima das terras. Em sua defesa, ele também ataca o empreendimento de Passos, afirmando

[...] ora que culpa tenho se Egydio Passos loteou cerca de 76 % mais do que tinha adquirido ? Note-se que, na segunda gleba da Vila Matilde, Egydio adquiriu 164 metros de frente para o mar e no entanto loteou 890 metros de frente. Que absurdo! [...] E note-se que os adquirentes de lotes de Egydio Passos, os adquiriram há mais de quarenta anos, e nunca se interessaram por eles, porque nada valiam. Nunca vieram a Caraguatatuba

ver seus terrenos. Não os defenderam na ação discriminatória. Não tiveram despesas com os mesmos. Nunca tomaram posse deles e nada fizeram para beneficiá-los. Todos residem fora do município. São pessoas abonadas, ricas, que pouco se interessam por esta região [...]

Alegava, em sua defesa, que a compra da área loteada se deu de vários proprietários e/ou sucessores, todos com escrituras devidamente registradas, o que descaracteriza “grilagem” e que não lhe trouxeram incômodos de ações judiciais. Continua

“[...] Em compensação o que comprei de Egydio Francisco dos Passos, apesar de ótimos títulos, deu motivos de varias ações reivindicatorias. E por uma razão fácil de explicar: Egydio Passos adquiriu diversas pequenas glebas de terras na praia de Caraguatatuba em 1913. Resolvendo loteá-la, contratou os serviços de dois engenheiros, os quais sem medir o terreno, desenharam uma planta no papel, loteando uma área muito maior do que a propriedade de Egydio Passos. A planta por eles elaborada abrange, em sua maior parte, terras de terceiros e até (pasmem) uma juízo (sic) contra aventureiros ávidos para abocanbarem o patrimônio alheio, usando de todas as artimanhas [...]

Destacava ainda as dificuldades do seu empreendimento em relação à administração municipal, como a instalação do cemitério municipal no meio do loteamento, contaminando o lençol freático, o matadouro transferido do Guaxinduba que não passava de um “rancho infecto” [...]

Só mesmo o Sr. Prefeito poderia ter uma idéia tão infeliz ao construí-lo: um matadouro dentro do perímetro urbano, levantado sob os protestos da autoridade sanitária por infringir dispositivos de lei e oferecer perigo para a saúde pública por ser um foco permanente de moscas e contaminar a praia com seus detritos infectos e cheiro nauseabundo: um matadouro no centro de um loteamento, vizinho de casas residenciais e da Santa Casa [...]

Em toda a narrativa, percebem-se os ingredientes de uma trama novelesca envolvendo interesses públicos e privados e desafetos políticos.

Com a abertura da BR.101, planejada durante o governo Castelo Branco, em 1967, e inaugurada (uma parte dela, o trecho Rio-Ubatuba) em 1974, aumenta a especulação imobiliária em proporções inimagináveis,

com tráfico de influência, anuências de cartórios de registro e a certeza da impunidade, garantindo a realização dos negócios.

A BR-101 possibilita, ao mesmo tempo, a exploração turística de uma das regiões mais bonitas do país e abre perspectivas para os investimentos dos grupos empresariais. Conseqüentemente, há uma redefinição do uso da terra, transformada em mercadoria e extremamente valorizada.¹⁵

Embora o impacto maior tenha sido no trecho de Ubatuba ao Rio de Janeiro, a terra, negociada agora com alto valor de mercado, reflete-se em toda a região como já vinha acontecendo anteriormente.

Assim, com estes exemplos, verificamos como se deu o desenvolvimento imobiliário na cidade e região, seus personagens, perfis e valores, em todas as instâncias de poderes.

2.2.

A Infra-estrutura Urbana

Valter Padgurschi

Águas e Esgotos

Hão de se considerar duas situações distintas, com relação ao abastecimento de água e ao tratamento do esgoto, especificamente em uma cidade com as características de Caraguatatuba, uma estância balneária. A primeira diz respeito à sua população fixa, que possuiu um crescimento vegetativo até meados da década de 50, passando, depois, na década de 60, para um crescimento mais acelerado, resultado das correntes migratórias e ocupando áreas distantes da orla, como já foi dito anteriormente. A outra é a população flutuante, com residências próximas e ao longo da orla, que, na alta temporada, faz triplicar o número de habitantes na cidade.

Como planejamento urbano é coisa de pouco interesse, quando se trata de ocupação desordenada de espaços e de especulação imobiliária, o crescimento habitacional trouxe problemas no fornecimento de água e principalmente na questão do tratamento do esgoto, aumentando ainda mais na alta temporada.

Até o ano de 1953, quando a Prefeitura inaugura o sistema Guaxinduba, pioneiro na região,¹⁶ na cidade não havia uma captação de água e distribuição como se veria depois. Ainda não tratada, ela trazia aborrecimentos e problemas de saúde à população, principalmente durante o período das chuvas, com água barrenta saindo pelas torneiras.

Em mensagem do Poder Executivo, a Câmara Municipal recebeu, em 1954, o projeto de lei nº 140/54, acompanhado de requerimento de urgência, que autorizava a Prefeitura a contratar, junto à Caixa Econômica do Estado de São Paulo, um empréstimo de até Cr\$12.645.596,20, que seria destinado à instalação de água e canalização de esgoto.¹⁷

Por canalização de esgoto entenda-se a transferência das fossas sépticas dos terrenos particulares para um espaço público – as praias – socializando os resíduos humanos.

“O lançamento de volumes consideráveis de esgoto doméstico e industrial sem tratamento, direta ou indiretamente no oceano, vem comprometendo a qualidade das águas das praias, constituindo uma ameaça à saúde humana e à biota marinha.

A rápida ocupação do solo, aliada à falta de planejamento, tem ocasionado sérios problemas de poluição por esgotos sanitários em inúmeras praias do Estado de São Paulo, principalmente aquelas localizadas no Litoral Norte, onde o turismo é a atividade primordial na região. Essa situação é resultado da falta de sistema de coleta e tratamento de esgotos nessas localidades, bem como da existência de sistemas domiciliares inadequados – (lançamento de esgoto in natura, fossa negra e séptica inadequados)”¹⁸

Por falta de registros do período histórico sobre o tema abordado neste subtítulo, o relatório feito pela CETESB em 1990, retrata o estado de abandono e a falta de investimentos do setor na cidade e região, pelos poderes municipal e estadual, trazendo problemas com relação não só à questão da saúde pública, com graves conseqüências, como também à área mais importante, o turismo, fonte inicial no alavancamento do desenvolvimento econômico da cidade no século XX – paradoxo do progresso entendido pela forma de como foram desenvolvidas as ações para a ocupação do espaço urbano.

Dos Lampiões à Luz Elétrica

Devido à realidade econômica da cidade no início do século, a arrecadação municipal é insuficiente para a realização de investimentos na área pública. Assim, a existência de um sistema de fornecimento de eletricidade fica na dependência da iniciativa privada.

*Na sessão de 30-9-1912, de nossa Câmara Municipal foi lida uma petição de Theresza B. de Toledo, no sentido de que lhe fosse concedido, por 30 anos, o privilégio de fornecer luz e força a esta vila de Santo Antonio de Caraguatatuba. Despacho dado: Não podendo esta Câmara atualmente sustentar luz elétrica, devido à pouca renda de seu cofre, a suplicante aguarde melhor oportunidade. [...]*¹⁹

255

Embora não houvesse eletricidade no município, havia alguma iluminação pública. É o que se deduz da mensagem da Câmara, de 1894, que trata “[...] da iluminação pública e da compra de novos combustores de lamparinas.”²⁰ Não se têm outros dados deste período, que antecede a instalação de um sistema de eletricidade.

Em 1925, tem-se conhecimento da

*Concessão de privilégio por 30 anos para a distribuição de força, calor e luz elétrica na cidade e município de Caraguatatuba aos senhores Dr. José Antônio da Fonseca Rodrigues, Atatiba Vale e Almirante Affonso Fonseca ou a empresa que organizarem.*²¹

O sistema a ser instalado tinha como princípio ativo a queima de combustível e, em 1926, é encaminhado à Câmara o

*Pedido de Concessão de um compartimento anexo ao mercado municipal, que funciona como hospedaria para os quitandeiros, para a instalação do motor de energia elétrica para inaugurar seu funcionamento no mais breve prazo possível ... a concessão foi aprovada pelo prazo de 3 anos de uso.*²²

O local a que se referia o pedido, situa-se hoje no logradouro público Praça Dr. Cândido Motta, número 196.

Finalmente, em março daquele ano, é redigida

*Ata da Sessão Inaugural do serviço de Luz Elétrica desta cidade e município de Caraguatatuba. Presidente da intendência Theotino Pimenta. Aos 4 dias de março de 1926, na sala das Sessões da Câmara Municipal desta Cidade Theotino Tibiriçá Pimenta – Presidente, e os demais Vereadores da Câmara, achando-se também, por parte dos concessionários, o Senhor José Maria Francisco, encarregado dos serviços da referida luz. O senhor presidente declarou aberta a Sessão, dizendo que: a presente reunião tinha por fim tomar conhecimento do ato inaugural da luz, visto ter os concessionários concluído a instalação da luz provisória, que deve funcionar de acordo com as cláusulas contratuais. Em seguida dirigiram-se à casa das máquinas geradoras da força elétrica, aonde chegaram às 17h e 58m., sendo aí pelo senhor José Maria, posto as máquinas em movimento às 18h e 10m. foi ligada a iluminação pública com a presença dos assistentes pelo senhor prefeito municipal, que declarou inaugurada a luz pública de Caraguatatuba, havendo por essa ocasião lisonjeiros discursos.*²³

Assim, a vila e seu povo conhecem a luz elétrica e, com certeza, os “combustores de lamparinas” foram substituídos pelos

*[...] postes rústicos de madeira (uns três ou quatro, quanto muito) nas ruas de Cima e de Baixo, ostentando (luz, naquele tempo, era ostentação ...) ineficientes lâmpadas elétricas (a luz era produzida por modesto motor) – de noite, acendia-se um fósforo para se ter certeza de que a luz estava acesa...*²⁴

Se era o incômodo de ostentar, ou costumes arraigados ou mesmo uma prestação de serviço, ainda ineficiente, o fato é

*que apenas algumas casas, das poucas das da vila, possuíam ‘bico de luz’, porque isso era considerado artigo supérfluo ou de luxo, vez que a lamparina de querosene, marca ‘Jacaré’ e a candeia de azeite de mamona, como, também, o ‘pau-alegre’ faziam o mesmo efeito.*²⁵

É evidente que o povo não visse utilidade naquele serviço, já que os equipamentos de consumo que necessitavam de energia elétrica, com exceção da lâmpada, na época, sequer estavam na pauta de invento e produção.

Entretanto, as falhas de produção e fornecimento de eletricidade deviam causar alguns dissabores entre os seu consumidores. É o que se de-

duz da leitura do livro de atas da Câmara Municipal que registra, em sua sessão de janeiro de 1927, a presença do encarregado das máquinas de eletricidade, o senhor Laércio Luiz dos Santos, justificando as faltas de fornecimentos de energia durante o mês de dezembro passado.²⁶

A produção e distribuição de energia no município devia ser algo promissor, pois só assim se entende, após três anos de instalação, o interesse de uma outra empresa (tenha sido ele estratégico ou por outros motivos).

Foi presente um requerimento da empresa de eletricidade de São Sebastião, pedido autorização para que fosse transferido à 'The São Paulo tramway and power company limited' a concessão e privilégio a ela concedida, para a produção e exploração de energia elétrica neste município...²⁷

257

Não foram encontrados outros registros que demonstram a evolução desta outra fase na prestação de serviços, a não ser, decorridos 34 anos, em 1953, um comunicado da São Paulo Light & Power Company Limited, à Câmara Municipal, informando a inauguração e o funcionamento de 11 lâmpadas instaladas nos postes de nº 387 a 197 e, fornecimento de energia elétrica de 10 prédios, na avenida Dr. Adhemar de Barros.²⁸

Assim se encontrava o serviço de eletricidade em 1953, quando começava o novo ciclo econômico com o desenvolvimento do turismo.

2.3

Telecomunicações

ARQUIVO
Arino Sant'ana de Barros
FUNDACC

Adriana Coutinho & Luzia Rodrigues de Toledo Prado

Rádios

Rádio Oceânica de Caraguatatuba

Nos anos que antecederam a década de 50, não se ouvia falar em implantação de estações de rádios na cidade de Caraguatatuba. Este sonho parecia estar longe para a população do Município, até que, no ano de 1954, circulava nas páginas do único jornal da cidade, "A Voz do Litoral",

a notícia de um valioso e importante empreendimento que estaria chegando a Caraguatatuba.

A formosa Estância Balneária teria em breve uma estação de emissora de rádio-difusão. Para a realização de tal empreendimento já possuía um idealizador, o Sr. Antônio Tepedino Pagano, pessoa esta que já teria providenciado toda documentação e também o terreno onde seriam construídas a sede e a torre da futura emissora.²⁹

As notícias que circulavam nas páginas do jornal “A Voz do Litoral” informavam que até o ano de 1955, a instalação da tão esperada emissora de rádio aconteceria. Não se sabe ao certo, mesmo porque não foram encontrados registros históricos a respeito do assunto, mas a instalação da emissora só se concretizou anos mais tarde.

A Rádio Oceânica de Caraguatatuba, finalmente, foi instalada, no ano de 1957, pelo Sr. Antônio Tepedino Pagano, um experiente radialista da cidade de São Paulo, que veio trazer seus conhecimentos e sua colaboração para o desenvolvimento do Município de Caraguatatuba.

Para a instalação da Rádio Oceânica na cidade, o Sr. Antônio Pagano contou com a colaboração do caíçara de Caraguatatuba, Altamir Tibiriçá Pimenta, então Prefeito do Município.

A nova estação de rádio foi instalada no Bairro do Ipiranga, local em que se localizava o antigo matadouro da cidade. Aí, em uma área bastante extensa, foram construídos o estúdio, transmissor e a torre que, na época, foi feita de madeira.³⁰

No ano de 1963, a emissora passou a pertencer aos Srs. Ismael Corrêa e Wilson Marques. O Sr. Marques atuava também como locutor fazendo o programa “ Pensando em Voz Alta”, no qual fazia comparações dos preços no comércio da cidade.³¹

Nesta época, a Rádio Oceânica tinha como operador de som o Sr. Nersi Amaral, o qual atuava também como locutor. Todos os programas da emissora eram ao vivo, fazendo apenas uma programação datilografada, com uma cópia para o locutor e outra para o operador de som.

No ano de 1965, a emissora passou a ter um novo proprietário, o Sr. José Gomes, Ex-Prefeito da cidade de Santos, que dirigiu a Rádio

Oceânica por pouco tempo, logo repassando-a para o Sr. Carlos Calmon, então locutor e diretor da Rádio Clube de Santos. Sob uma nova administração, a Rádio Oceânica passou a funcionar num apartamento, sobre o Cine Caíçara, no centro da cidade. Neste local, funcionavam o estúdio e o escritório. A torre, como também o transmissor, o qual era diariamente ligado às 6 e desligado às 24 horas, permaneceram no Bairro do Ipiranga. Neste mesmo ano, o programa de maior atração da emissora era o dos colonos, o que acontecia nas manhãs de domingo, na Fazenda São Sebastião – “Fazenda dos Ingleses”. Esta programação tinha como responsáveis os locutores Nersi Amaral e Geraldo Alves.³²

No ano de 1967, durante a catástrofe que abateu sobre a cidade de Caraguatatuba, alguns programas deixaram de ser apresentados como o de calouros da “Fazenda dos Ingleses”, pois este local foi um dos mais atingidos pela tromba d’água. Neste ano, a emissora tinha como diretor técnico Tomás Camanis Filho o qual, durante a catástrofe, providenciou um gerador, para que pudesse fazer funcionar o transmissor da rádio, uma vez que a cidade se encontrava sem luz elétrica e assim pedir socorro para as cidades vizinhas.

A Rádio Oceânica, assim como o restante do Município, sofreu grandes conseqüências ocasionadas pela tromba d’água. Porém não deixou de ser solidária para com a população, pois, naqueles dias, a emissora abriu suas portas para acolher os flagelados da cidade.

Após a catástrofe, a Rádio Oceânica de Caraguatatuba passou a ter como proprietário o Sr. Carlos Rodrigues, o qual levou para o Bairro do Indaiá o estúdio, o escritório e a torre, desta forma fazendo com que a emissora tivesse um maior alcance, atingindo assim os bairros mais distantes de Caraguatatuba.

As Vozes da Oceânica

Na história da Rádio Oceânica, muitas foram as vozes que passaram por seus estúdios. Dentre muitos locutores, estão os irmãos Nerli, Nelson e Nersi Amaral. Durante o período de 1963 a 1974, Nersi Amaral atuou

como locutor da emissora, saindo neste mesmo ano para se tornar funcionário público.

Outras vozes também fizeram parte da história da Rádio Oceânica, como José Luiz, Nilo Moura, Geraldo Alves, J. R. Forlim, Paulo Roberto dos Santos, Ari Matos e Diógenes de Azevedo, o qual deixou seu circo, “Irmãos Azevedo”, para atuar como locutor da emissora.

A Rádio Oceânica de Caraguatatuba, após a década de 70, teve outros proprietários como Hugo José Apuléo e Dr. Germano Márcio de Miranda Schmidt. Atualmente, a emissora tem como Diretor-proprietário o Sr. Roberto Espíndola que juntamente com sua equipe, continua prestando assinalados serviços à população do Município e Litoral Norte.

A Rádio Oceânica de Caraguatatuba, durante seus 43 anos de existência, fez e continua fazendo parte da história da imprensa do Município de Caraguatatuba.

Jornais

A Voz do Litoral

Os jornais da cidade de Caraguatatuba fundados até a década de 70, na cobertura do cotidiano ou dos grandes acontecimentos, escreveram e também fazem parte da história do Município.

Estes jornais abrigaram muitos profissionais e colaboradores, os quais passaram boa parte de suas vidas escrevendo e levando à população local e demais cidades do litoral Norte, informações sobre suas regiões, informações estas que, hoje, são consideradas de grande importância para a história destes municípios.

Até o ano de 1953, só circulavam em Caraguatatuba jornais que vinham de outras regiões como São José dos Campos e São Paulo. Neste mesmo ano, a cidade é beneficiada com seu próprio jornal, “A Voz do Litoral”, fundado pelos Srs. José Benedito Moreira e Luiz José Moreira.

Para a fundação do jornal os proprietários tiveram a colaboração dos Srs. Irineu Meirelles e Altamir Tibiriçá Pimenta. Irineu Meirelles che-

gou a Caraguatatuba nos anos 40, tendo exercido várias funções no Município: foi chefe do Posto de Erradicação da Malária, Vereador e Presidente do Legislativo, de 1956 à 1957. Outra função exercida por ele foi a de Presidente do Esporte Clube XV de Novembro.³³

Após a fundação do periódico, "A Voz do Litoral", em 1953, Irineu Meirelles continuou atuando como diretor do jornal durante muitos anos, sempre respeitado por todos pelo seu princípio de integridade e independência. Esta linha de austeridade, o jornal "A Voz do Litoral" sempre procurou conservar, mesmo após a sua morte, ocorrida no ano de 1980.³⁴

Outro nome que sempre esteve presente no jornal é o de Altamir Tibiriçá Pimenta, que além de ter sido um dos fundadores, atuou como diretor e redator durante todo o tempo em que este órgão circulou no Município. No período de 1956 a 1957, quando cumpriu seu mandato como Prefeito de Caraguatatuba, foi substituído pelo redator Hugo O. Galvão da Silva, só voltando na década de 60, para dar continuidade aos trabalhos da direção e redação do jornal.

A redação do mais antigo jornal de Caraguatatuba funcionou durante muitos anos na Rua Santa Cruz, centro da cidade, local onde também se localizava a Tipografia Poloni, responsável pelos serviços de impressões do jornal que circulava semanalmente no Município.

No ano de 1967, devido à grande catástrofe que se abateu sobre a cidade, o jornal deixou de ter sua circulação semanal, passando a sair dois números num só exemplar. Tal fato se prendia ao reduzido número de matérias para publicação, à quase inexistência de colaboradores e de anunciantes, obrigando a direção tomar fortes medidas de contenção de despesas. O jornal somente voltou a publicar seus exemplares semanalmente, a partir de 1968. No final da década de 70, passou a ter como diretor-proprietário, Altamir Tibiriçá Pimenta.³⁵

Dentre os veículos de divulgação escrita de Caraguatatuba, o jornal "A Voz do Litoral" foi um dos mais importantes do Município, pois levou, por 35 anos, o nome da cidade aos quatro cantos do litoral norte. Este conceituado jornal foi desativado no ano de 1988.

No ano de 1984, Altamir Tibiriçá Pimenta, enquanto proprietário do “A Voz do Litoral”, fundou um novo jornal na cidade, cujo nome “4 Estâncias” teve como diretor responsável o Sr. Sebastião de Souza Lemos.

O jornal circulou nas quatro cidades do Litoral Norte (Caraguatatuba, São Sebastião, Ilhabela e Ubatuba), por cinco anos, encerrando suas atividades em 1989.

Altamir Tibiriçá Pimenta passou boa parte de sua vida escrevendo e, ao mesmo tempo, fazendo a história da imprensa de Caraguatatuba. Faleceu no dia 9 de janeiro do ano 2000.

Caraguatatuba dispõe hoje de extenso material referente ao jornal “A Voz do Litoral”, que é considerado uma importante fonte para as pesquisas, possibilitando assim, a recuperação de informações acerca da história do Município.

Folha do Litoral

Alguns jornais fundados na cidade de Caraguatatuba permaneceram por pouco tempo em atividade. Este fato, entre outros, colaborou para a exiguidade de registros históricos referentes a estes órgãos.

Um destes, já mencionado neste capítulo, foi o “4 Estâncias” do qual existem atualmente, no Município, raros exemplares.

Outro jornal, de que se tem pouco conhecimento de sua história, é o “Folha do Litoral”, criado em 1960, cuja redação se situava no centro da cidade.

Este jornal tinha como Diretor Pedro Cruso, e José Moraes como Gerente. Havia alguns colaboradores que eram moradores da própria cidade e que auxiliavam na redação do jornal. Alguns destes eram os Srs. Osiris Nepumuceno Santana, Altamir Tibiriçá Pimenta, José de Almeida Barbosa e Geraldo Nogueira da Silva, tendo também como fotógrafo o Sr. Nelson Reising. Além destes, o jornal contava com a importante participação de Elza Saraiva Monteiro, responsável pela parte de literatura do jornal. Além de colaboradora, Elza Saraiva Monteiro integrava também o corpo docente do Ginásio Estadual Tomás Ribeiro de Lima.³⁶ Uma das poucas informações que se tem a respeito deste periódico é que circulava

quinzenalmente. Porém, não se tem conhecimento da data em que encerrou suas atividades.³⁷

Jornal Impacto

O “Jornal Impacto” foi mais um dos meios de comunicação escrita que durante 20 anos levou à cidade de Caraguatatuba informações importantes a respeito do Município e das demais cidades do litoral norte.

Este conceituado órgão da imprensa caraguatatubense teve início no ano de 1973, tendo como diretor-proprietário o Sr. Monteiro Júnior, que o adquiriu do Sr. José Carlos Barreto.

Dentre vários colaboradores que atuavam como redatores do jornal, Monteiro Júnior sempre contou com a valiosa colaboração que sua esposa Doroty Hertel Monteiro prestava ao jornal. Ficava a cargo de Doroty Monteiro a produção da coluna social do Jornal. Suas atividades como colunista social deste jornal se encerraram em 1989, ano de seu falecimento.

Mesmo com a perda de sua esposa, Monteiro Júnior deu continuidade aos trabalhos jornalísticos do “Impacto”, atividade essa que desempenhara com orgulho.³⁸ Ele, que nascera em Alagoas, lecionou Português, História e Geografia e sempre procurou se infiltrar nas atividades jornalísticas. Trabalhou no Correio Paulistano e foi um dos fundadores das revistas “Mocidade”, “City Show” e o jornal “Primeira Fila” da cidade de São Paulo. Em Caraguatatuba, atuou como locutor da Rádio Oceânica e exerceu também atividades jornalísticas no jornal “O Litoral Norte”.

O jornal “Impacto”, durante seus 20 anos de circulação em Caraguatatuba e demais cidades do litoral norte, enfrentou várias crises como tantos outros jornais, passou por muitas mudanças, entre elas a redução de seus exemplares que inicialmente eram de circulação diária, passando mais tarde para semanal, quinzenal e chegando, por final, a circular mensalmente. Todas estas mudanças, foram devidas a vários fatores que ocasionaram a queda na venda de seus exemplares.³⁹ O jornal teve sua última edição publicada em 1993, ano de falecimento de seu proprietário Monteiro Júnior.

O Litoral Norte

Um ano depois da fundação do jornal “Impacto”, surgiu em Caraguatatuba mais um órgão da imprensa escrita, o jornal “O Litoral Norte”, criado em 1974 pelos Srs. Hugo José Apuléo e Dr. Germano Márcio de Miranda Schmidt.

Hugo Apuléo, formado em jornalismo, trabalhou como redator no jornal “O Dia” e “Jornal de São Paulo”, ambos da cidade de São Paulo. Veio para Caraguatatuba, em fins de 1974. Sua vasta experiência no ramo jornalístico fez com que “O Litoral Norte” sobrevivesse a tantas crises.

Foi um dos jornais que mais levou o nome das cidades do litoral norte a outras regiões, pois circulava também nas cidades de Jambuí, Paraibuna, São Luiz do Paraitinga, São José dos Campos e Taubaté. “O Litoral Norte”, como tantos outros jornais de Caraguatatuba, faz parte integrante da história da imprensa do Município. Desativado no final da década de 80, destaca-se entre os mais conceituados jornais já criados na cidade de Caraguatatuba.

Desde 1953, quando se iniciou em Caraguatatuba a história da Imprensa escrita e falada do Município, foram décadas de lutas e conquistas, embora também de frustrações e derrotas. A existência destes órgãos, que sempre buscaram a verdade e o respeito da opinião pública, foi mais uma conquista para o desenvolvimento do município de Caraguatatuba.

Notas

- (1) SIQUEIRA, 1984: 15.
- (2) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – I.B.G.E.
- (3) GARRIDO, 1988: 7.
- (4) IBID: 65
- (5) SILVA, 1975: 87.
- (6) IBID: 68.
- (7) SECRETARIA, 1996: 119.
- (8) SILVA, 1975: 170.

- (9) REVISTA FAGULHAS, 1957: p. s/nº.
- (10) LIVRO dos Municípios do Estado de São Paulo, 1951: 257
- (11) SECRETARIA, 1996: 94.
- (12) A VOZ DO LITORAL, 1953, novembro/dezembro: 2
- (13) JORNAL HIDRO, Janeiro/fevereiro, 1954: 1e 2
- (14) SECRETARIA, 1996: 93.
- (15) SIQUEIRA, 1984:71, citação de Maria Christina de Almeida Braga.
- (16) SECRETARIA, 1996: 19.
- (17) APMC-ATAS, 19/7/1954, L.º 14/13: 73r.
- (18) SECRETARIA, 1996: 69.
- (19) GARRIDO, 1988:146, Nota 55.
- (20) APMC ATAS, 19/7/1954, L.º 14/01: 1v.
- (21) APMC ATAS, 19/7/1954, L.º 14/03: 48r.
- (22) APMC ATAS, 19/7/1954, L.º 14/03: 60r e v.
- (23) APMC ATAS, 19/7/1954, L.º 14/03: 63r.
- (24) GARRIDO, 1988: 51.
- (25) IBID: 65.
- (26) APMC-ATAS, 19/7/1954, L.º 14/03: 75v.
- (27) APMC-ATAS, 05/6/1929, L.º 14/04: 1v.
- (28) APMC-ATAS, 15/5/1953, L.º 14/13: 1v.
- (29) A VOZ do Litoral, jornal, (APMC-Hemeroteca, 1954: 4).
- (30) Depoimento de Nersi Amaral (APMC-DOAP, 2000, P. 1).
- (31) IBID.
- (32) IBID.
- (33) Revista Igarati. (APMC-Hemeroteca, 1993: 9).
- (34) Jornal A Voz do Litoral. (APMC-Hemeroteca, 1980: 3).
- (35) IBID., 1967: 1.

(36) Jornal A Voz do Litoral. (APMC-Hemeroteca 1980: 6).

(37) *ibid.*, 1980: 6.

(38) CHASTAN, 1983: 129.

(39) Depoimento de Alexandre Monteiro. (APMC-DOAP, 2000, P. 1).

3. O COTIDIANO DE UMA GENTE SIMPLES

Jurandyr Ferraz de Campos & Luzia Rodrigues de Toledo Prado

3.1.

Memória de Três Mulheres Notáveis

Introdução

Não podemos falar da história de Caraguatatuba, sem mencionar algumas figuras femininas que fizeram parte do processo histórico e do cotidiano da população deste Município, as quais muito contribuíram para o desenvolvimento da cidade, nos aspectos político, social e econômico. Estas figuras femininas serão sempre lembradas através das marcas deixadas pelo passado, pois deixaram, através de gerações, lembranças que preservam a imagem das mulheres fortes e lutadoras do Município de Caraguatatuba, as quais, mesmo com o passar do tempo, estarão sempre presentes na memória caíçara.

A História Oral tem se firmado, cada vez mais, como essencial para o desenvolvimento de pesquisas. A oralidade é de importância fundamental para uma sociedade na qual o capitalismo bloqueou os caminhos da lembrança, pois, pode devolver às pessoas, que vivenciaram uma experiência histórica, o direito de interpretá-la com suas próprias palavras.

Dentre as muitas figuras que fizeram parte deste processo histórico, não podemos deixar de citar Presciliana de Castilho Leite e Irmã Lucila, que dedicaram suas vidas em prol das famílias mais carentes do Município. Juntamente com estes nomes, aparece a figura de Rita Dionísia de Lima Ribeiro, Professora Pública, que merece destaque na história do ensino público de Caraguatatuba.

Pouco restou de registros históricos desta cidade, pois muitos se perderam com o passar do tempo e os poucos somam um riquíssimo acervo, que é utilizado como fonte para as pesquisas históricas. Desta forma, baseando nos poucos documentos existentes e através de relatos orais, podemos escrever um pouco sobre a história da vida destas pessoas.

Presciliana de Castilho Leite, “A Alma de Caraguatatuba”

Filha de José Jacintho de Castilho e Maria Jacintha Castilho, Presciliana de Castilho Leite nasceu no ano de 1854, na então Vila de Caraguatatuba.¹

Mesmo com a exigüidade de registros históricos na cidade de Caraguatatuba, as informações obtidas acerca da vida de Presciliana de Castilho, através dos poucos documentos textuais e de depoimentos orais, relatam que ela foi uma das primeiras professoras deste município. Funcionária da rede pública de ensino, Presciliana de Castilho foi nomeada para lecionar na Primeira Escola Intermédia da Vila de Caraguatatuba, que era inspecionada pelo 4º Distrito Literário de São Sebastião. Mesmo que não se tenha a data precisa do início de sua carreira, D. Presciliana deixou registrado no Livro de Movimento desta, datado de 1895 a 1898, dados sobre a esco-



Largo da Matriz, 1929 – Antiga vista do largo da matriz de Caraguatatuba (1929) vendo-se o célebre “Chafariz”, onde a população abastecia-se da água potável (Construção do governo do dr. Altino Arantes). O Jaraguá majestoso ao fundo.

Foto de A. Jorge Martins.

la referida.² Lemos, aí, que a turma de alunos de Presciliana de Castilho era formada somente por mulheres, já que, na época, não era costume misturar meninos e meninas numa mesma sala.

Consta, ainda, desse Livro, que as idades das alunas de D. Presciliana variavam entre seis e doze anos e que a nossa Professora lecionava em média para vinte e cinco alunas. Nesta época, o trabalho do educador era uma tarefa árdua, pois as residências eram bastante isoladas da escola, que se localizava no centro de Caraguatatuba. Os alunos, que residiam em regiões isoladas, tinham dificuldades em chegar à escola, pois as estradas eram precárias e não havia condução, nem por terra nem por mar. Em épocas de chuvas, ou quando havia epidemias de doenças em Caraguatatuba, as aulas eram canceladas.

No mesmo Livro transparecem também, as dificuldades que havia para se adquirir, naqueles tempos, um pouco de estudo, porém mostra, por outro lado, que a média de freqüência das alunas era muito boa e que o índice de reprovação era mínimo.

Os relatos deixados por Presciliana de Castilho mostram que ficava a seu cargo o abrir e fechar dos portões da Escola e que, no caso de algum imprevisto que a impossibilitasse de cumprir com este dever, as aulas eram canceladas.

Segundo depoimento de Maria Suzana da Cruz³, neta de Presciliana de Castilho, durante muitos anos ela lecionou como professora pública na Vila de Caraguatatuba. O último registro que temos desta grande mulher, como professora, mostra que deixou a Primeira Escola Intermédia no dia trinta e um de março de 1897, aos quarenta e três anos de idade, sendo substituída pela professora pública Maria da Conceição Alves, que passou a lecionar no dia primeiro de abril de 1897, tendo sido nomeada, como professora da mesma escola, no dia dezoito de abril de 1898.

Presciliana de Castilho casou-se na Vila de Caraguatatuba com Luiz Maciel Leite, passando então a se chamar Presciliana de Castilho Leite. Como não teve filhos, adotou Benedito Vicente dos Santos, que mesmo não recebendo adoção oficial, possuía todos os direitos de um filho legíti-

mo. Assim, todos os bens pertencentes a Presciliana de Castilho eram administrados por ele.

Segundo Maria Suzana, além de uma casa muito ampla que se situava na praça da Vila de Caraguatatuba, hoje Praça Cândido Motta, D. Presciliana possuía também uma loja na atual Rua Santa Cruz. Os produtos vendidos eram bastante variados e se encontravam separados por setores, encontrando-se arroz, feijão, ração, fazenda e armarinhos. Alguns produtos não perecíveis eram encomendados na cidade do Rio de Janeiro.

Mulher muito querida e respeitada pela população, Presciliana de Castilho foi líder na comunidade. Enfrentando preconceitos da época, dedicou sua vida em benefício das obras sociais, dando apoio às pessoas mais carentes de Caraguatatuba. Distribuía alimentos, roupas, calçados, remédios e abrigava, ainda, a população mais necessitada da Vila. Sua neta, Maria Suzana da Cruz, relembra o passado como se fosse hoje, falando das procissões que se formavam na frente da grande casa de sua avó, dizendo que, quando uma pessoa saía, outra entrava, sempre buscando ser ajudado pela mulher caridosa, que não selecionava as pessoas a serem amparadas. D. Presciliana não tinha preconceitos e a todos tratava por igual.

Os medicamentos distribuídos entre as pessoas carentes eram trazidos do Rio de Janeiro a seu pedido e entre eles vinham, também, remédios homeopáticos. As consultas eram feitas diariamente com a própria D. Presciliana, que, não sendo médica, tinha muita experiência em tratar de doentes, pois a vida toda zelou pelos enfermos, ajudando a combater as epidemias de doenças que surgiam na Vila de Caraguatatuba. Segundo Maria Suzana, Presciliana de Castilho primeiro observava os sintomas, fosse criança ou adulto, para depois medicar. Desta forma, ajudou a combater muitas doenças como malária, febre amarela e gripe espanhola, que tanto castigaram a população de Caraguatatuba.

Um outro detalhe lembrado por Maria Suzana, em seu depoimento, foi a quantidade de remédios que existia na casa de Presciliana de Castilho, pois sua residência mais parecia uma farmácia, sendo tudo isso para atender a população carente.



Mulher muito bondosa e muito querida por todos⁴, Presciliana de Castilho era também uma excelente cozinheira. Seus peixes recheados eram famosos, relembram os moradores antigos, tendo sido uma das primeiras festeiras, doceiras e quituteiras de Caraguatatuba. Era, ainda, responsável pelas festas religiosas, ocasiões em que reunia a população para as comemorações na praça central.

A Capela de Santo Antônio de Caraguatatuba também recebeu a caridade de Presciliana de Castilho. No ano de 1902, ela tomou a si a grandiosa tarefa de consertar a igreja da pitoresca Vila de Caraguatatuba, tendo como colaborador a João Pimenta, que residia na mesma Vila e que doou oitenta e sete mil Réis em prol das obras da Capela Santo Antônio.⁵

D. Presciliana zelou pela capela durante toda a sua vida, cuidando para que ela estivesse sempre limpa para as missas que ali raramente eram celebradas. A igreja era diariamente lavada, fato este que é lembrado por Maria Suzana que, juntamente com os irmãos, ajudavam a avó na manutenção e limpeza dela.⁶

Os Padres vinham de longe para celebrar as missas e dependiam de Presciliana de Castilho para que pudessem chegar à Vila de Caraguatatuba, pois havia pouca condução e as estradas eram muito precárias. Isso é o que podemos ler no único documento que conhecemos, deixado por ela, uma carta datada de 1905, enquanto zeladora da Capela Santo Antônio⁷. Nesta missiva, dirigida ao Pe. Fr. Mariano Merchan, podemos observar as dificuldades de acesso a Caraguatatuba.

"Caraguatatuba, 2 de Março de 1905.

Il.^{mo} e Rev.^{mo} Snr.

Pe. Fr. Mariano Merchan

Recebi a sua prezada carta, a qual não tenho respondido há mais tempo, devido à atrapalhões caseiras.

Eu fiz ver aqui que V. Rev.^{ma} queria vir, a esta, se lhe mandassem condução, mas ninguém se ofereceu para mandar, e por isso não foi, como V. Rev.^{ma} queria, no dia 25 do p. passado.

*Eu também não incumbi de mandar por não ter animais e nem uma pessoa a quem pudesse encarregar desse serviço.
Só em ocasião de alguma festa é que ficará mais fácil.
Desejando-lhes saúde, felicidade e paz tranqüila, subscrevo-me, com o maior respeito e consideração”*

De V. Rev.^{ma}.

Muito humilde serva

Presciliana de Castilho Leite”

L. S. N. S. J. - C. 3 -
Caraguatatuba, 2 de Março de 1905
M. Rev. Sr. Fr. Mariano Meschan
Recibi a sua prezada carta, a qual não tenho respondido há mais tempo, devido a outras falhas e cansaças.
Eu fiz ver aqui que queria sair a esta, se lhe mandassem condução, mas ninguém se offereceu f.º mandar, e por isso não foi como

V. Rev. queria, no dia 25 de fe.º passado.
Eu também não me incumbi de mandar por não ter animais e nem uma pessoa a quem pudesse encarregar desse serviço.
Si em ocasião de alguma festa é que ficará mais fácil.
Desejando-lhes saúde, felicidade e paz tranqüila, subscrevo-me, com o maior respeito e consideração.
De V. Rev.^{ma}
M.º humilde serva
Presciliana de Castilho Leite”

Segundo sua neta, Maria Suzana, Presciliana de Castilho zelou pela Capela Santo Antônio até o final de sua vida. Era conhecida como “madrinha”, devido à sua bondade e respeito para com o próximo e, desta forma, passou a ser chamada por todos. Foi madrinha legítima de muitas crianças e muitas destas receberam o seu nome em forma de homenagem.

Em março de 1927, Presciliana de Castilho adquiriu uma doença causada por Typho Palustre, sendo tratada pelo médico Ostiano Sandevile.

Mesmo assim, não resistiu e veio a falecer no dia 29 de março de 1927, na Vila de Caraguatatuba.⁸

A população ficou, então, sem sua “madrinha” tão estimada.

Conta, ainda, Maria Suzana da Cruz que, no mesmo dia de seu falecimento, Presciliana de Castilho foi levada em uma canoa de Voga para ser enterrada em São Sebastião, como era de sua vontade. Após a sua morte, Benedito Vicente dos Santos deu continuidade as obras sociais, as quais D. Presciliana dedicou toda a sua vida.

Em 1953, uma das ruas do Bairro Caputera, próximo ao centro de cidade, recebeu o nome de Presciliana de Castilho Leite, em homenagem à mulher que foi “A Alma de Caraguatatuba”.

Maria Lucilia da Imaculada Conceição, “Irmã Lucila”

Renée Barbosa Pereira, filha de Eduardo José Pereira e Lucilia Barbosa Pereira, nasceu na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo, aos 27 de abril de 1915. Diplomou-se professora primária, em 1935, pela Escola Normal de Taubaté.

Renée Barbosa iniciou como professora primária, substituta, em grupos escolares de Taubaté, no período de 1936 a 1937, tendo sido professora de História da Educação, de 1936 a 1938.

De família muito religiosa, Renée dedicou-se aos serviços da igreja católica, tendo entrado para a Congregação das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada como postulante, obtendo o hábito em 1942. Recebeu o nome de Maria Lucilia da Imaculada Conceição, nome de religiosa, ficando conhecida como Irmã Lucila.

No período de 1945 a 1970, Irmã Lucila exerceu o cargo de diretora em muitas entidades, como escolas de enfermagem, hospitais e sanatórios, dirigindo várias obras sociais e sempre procurando dar a assistência devida aos doentes e às pessoas mais carentes. Em 1959, concluiu o Curso Superior de Religião no “Sedes Sapientiae”, em São Paulo.

No ano de 1964, Irmã Lucila chegava a Caraguatatuba para prestar serviços na área de contabilidade na Casa de Saúde Estella Maris, a “Santa Casa”, mas logo passou a exercer suas atividades religiosas com o trabalho

na Pastoral Catequética, junto às comunidades do Bairro Massaguaçu e no Sertão dos Tourinhos.

Em seu depoimento, Magnólia A. Souza Carlota,⁹ moradora do Bairro Massaguaçu, afirma que Irmã Lucila foi, por Deus, “enviada” para atender àquelas comunidades.

274 Durante o tempo em que trabalhou no Massaguaçu e Sertão dos Tourinhos, Irmã Lucila catequizou crianças, jovens e adultos. Além do trabalho religioso, que desenvolvia com as comunidades, atendia também às famílias carentes. “A pequena e GRANDE missionária”, como foi lembrada por Magnólia Carlota, chegava sempre ao Massaguaçu, carregando sacolas com roupas, alimentos e medicamentos para distribuir aos mais necessitados.

Irmã Lucila promovia palestras para a conscientização dos jovens, levando médicos para orientá-los; formava grupos religiosos e catequistas, para que estas atividades fossem realizadas, utilizando-se das dependências da capelinha e da escola do Bairro Massaguaçu. Comparecia a estes locais um grande número de pessoas, pois era muito querida e respeitada pela comunidade.

Segundo o depoimento de Magnólia A. Souza Carlota, “não há no bairro uma família sequer, que, na época, deixou de receber a sempre pronta e oportuna presença de Irmã Lucila. Trazia ela alimentos ou enxoval para recém-nascidos; vitaminas às mães gestantes e crianças, ou roupas para os sacramentos – Batismo e Eucaristia – uma coberta ou lata de óleo; pacotes de arroz ou terço e oração, ou até mesmo uma palavra amiga”.

Diplomada no Curso Prático de Enfermagem, Irmã Lucila também prestava grande ajuda na área da saúde, pois os recursos médicos eram poucos. Na falta de uma assistência médica devida aos doentes, Irmã Lucila encaminhava-os para São José dos Campos e Campos do Jordão, tendo como colaboradores seus amigos médicos, familiares e principalmente seu irmão Dr. Pedro Barbosa Pereira – desembargador – que prestava grande ajuda às comunidades.

Em 1967, Irmã Lucila foi para Campos do Jordão assumir a direção do Sanatório S/2, da Associação dos Sanatórios Populares, permanecendo

do neste cargo até 1970. Durante este período, não deixou de dar assistência ao “seu povo”, termo usado por ela quando se referia aos moradores do Massaguaçu. Em 1973, já de volta a Caraguatatuba, promoveu uma festa para levantar fundos para a construção de uma capela mais ampla do que a já existente no Bairro, necessidade esta devido ao crescimento da população do Massaguaçu.

Em 1975, a nova capela foi inaugurada, fruto do trabalho de Irmã Lucila e da própria comunidade. A capela permanece até hoje, trazendo lembranças da espirituosa e amável Irmã Lucila.

A partir da década de 70, novas famílias chegavam ao Massaguaçu e os compromissos aumentavam, pois o Bairro se desenvolvia e os grupos religiosos necessitavam do acompanhamento de Irmã Lucila. Sua colaboração e participação nas festas religiosas era fundamental, pois já, em 1965, havia promovido o primeiro Natal entre as famílias do Massaguaçu e Sertão dos Tourinhos; e assim continuou fazendo nos anos seguintes, motivando a Sociedade Amigos do Bairro, bem mais tarde, a dar continuidade ao evento.

Mesmo com tanta responsabilidade para com as comunidades, Irmã Lucila encontrava tempo para se dedicar à Capela de São João Batista, que, com sua ajuda, fora construída no Sertão dos Tourinhos. Outra preocupação de Irmã Lucila era com o ensino público, já que as crianças deste Bairro tinham dificuldades para chegar à escola, pois era longa a distância que tinham que percorrer até à escola mais próxima, que se localizava no Massaguaçu.

Lutou junto com a então Delegacia de Ensino para criar a U.E.A.C., uma unidade escolar que se localizava atrás da capela São João Batista. Durante a semana, funcionava com turmas da 1ª à 4ª Séries e, nos finais de semana, aconteciam as aulas de Catequese, enquanto no pátio teve início a primeira turma de pré-escola.

Segundo Magnólia A. Souza Carlota, um grande sonho de Irmã Lucila era a construção de uma creche na divisa dos bairros Massaguaçu e Tourinhos. Seu sonho foi realizado, pois, hoje existe, na divisa dos dois bairros, um centro educacional que tanto lutou para ser construído, a

CIEFI Benedito Inácio Soares e a creche que, em sua homenagem, leva o nome de Irmã Lucila.

Irmã Lucila possuía alguns problemas de saúde que se foram agravando e a impediam de dar continuidade às obras religiosas e sociais que realizava junto às comunidades. Contudo, procurou, na medida do possível, dar continuidade à nobre missão, continuando a levar a todos a palavra de Deus, a formação moral e religiosa, o socorro material às famílias carentes.

O relato de Magnólia fala da eterna gratidão que terão por esta Missionária que, com a ajuda das comunidades do Massaguaçu e Sertão dos Tourinhos, conseguiu edificar e transformar essa gente; e, se possuem hoje lideranças espirituais, é graças à semente por ela lançada.

Relembra, também, um momento inesquecível que passaram ao lado da tão estimada Irmã Lucila: “já bem enferma, pudemos visitá-la por di-



Largo da Matriz, 1929 – “A primitiva Caraguatatuba (1929) vendo-se o seu deserto largo da Matriz, onde o vento balançava as palmas dos coqueiros ‘gerinas’ e onde dia e noite montava guarda o célebre “Cbafariz” a solitária Matriz”.

Foto de A. Jorge Martins.

versas vezes e passávamos horas e horas conversando sobre “seu povo”. Sentada num tapete com as mãos sobre seus joelhos, percebíamos lágrimas de ternura rolar em seu rosto. Foram momentos fortificantes e inesquecíveis que Deus nos presenteou. Também a Ele somos grata por nos permitir reunir o povo dela e estar presente ao seu enterro, entrando no Cemitério Municipal em São José dos Campos, entoando a música a São João Batista, como havia solicitado a nós. E seu desejo foi totalmente realizado na ocasião da missa de sétimo dia, que Padre Caetano Rizzi celebrou no Massaguaçu, com a presença da banda do Pedrinho – sempre se referia à banda assim – que entoou por repetidas vezes a canção *Viva João Batista, viva o precursor...* Ainda ressoam nos nossos ouvidos as palavras do celebrante: – O amor que ela visivelmente teve por vocês, a vontade de sempre interceder junto a Deus por vocês, o desejo de estar com vocês para sempre, resume neste simples e grandioso gesto de Irmã Lucila – fica entre vocês sua aliança, datada de 08 de dezembro de 1947, quando fez sua profissão perpétua”.

Irmã Maria Lucilia da Imaculada Conceição, Irmã Lucila, faleceu no dia 02 de setembro de 1989. Porém, mesmo após sua morte, os caminhos das lembranças não foram bloqueados. Irmã Lucila estará sempre presente na memória desse povo e sua história continuará sendo passada através das gerações.

Rita Dionisia de Lima Ribeiro, “Guardiã da Educação”

Muitas figuras femininas se destacaram e se tornaram inesquecíveis na história do ensino público do Município de Caraguatatuba. Existiram nomes que despontaram, mas que hoje não são lembrados e alguns não se tornaram conhecidos pela população local.

Parte disto se deve à falta de registros históricos do Município, sem os quais se torna mais difícil à população lembrar ou tomar conhecimento da existência de pessoas que contribuíram para o desenvolvimento da cidade de Caraguatatuba, principalmente quando trabalhamos a história de um século atrás, pois o tempo tem a grande força de apagar da memória as marcas do passado.

Contudo, com as pesquisas realizadas para o levantamento histórico do Município de Caraguatatuba, resgataram-se muitos documentos, os quais a população desconhecia. Através deles, nomes, como o de Rita Dionisia de Lima Ribeiro, deixarão de ser desconhecidos, passando, desta forma, a fazer parte da História do Ensino Público de Caraguatatuba.

Esta mulher cujo passado ainda é desconhecido, mas que era muito valorizada pelos moradores que viveram na segunda metade do século passado neste Município, foi uma estimada Professora Pública que a então Vila de Santo Antônio de Caraguatatuba teve o privilégio de possuir.

O único registro encontrado acerca da vida de Rita Dionisia traz a informação de que lecionou no Município no ano de 1861.¹⁰ O documento é um apelo popular, no qual um grupo de pais de alunos pede a permanência da Professora Rita Dionisia, quando esta havia pedido sua remoção da escola da Vila de Caraguatatuba. Embora um simples documento, deixa clara a preocupação da população com relação ao ensino público no Município, mostrando, também, o carinho e estima que a população tinha para com a Professora Pública, pois, através dele, expressou todo o respeito e confiança que depositava na grande educadora da Vila de Caraguatatuba. Eis o seu texto, que ressalta, também, o valor da educação, como fator de formação integral dos jovens, numa visão positivista, filosofia predominante na época:

"Il.^{ma} e Ex.^{ma} Senhora

Dentre os deveres mais sagrados, que tendem à civilização da humanidade, há um, de que todos se tornam dependentes: há um que constitui e forma a base da Grande Sociedade, que há vinte séculos trabalha incessantemente em se libertar dos prejuízos e dos erros da razão desvairada e cega, quando entregue a si própria e sem as luzes da reciclação [sic].

Este dever tão essencial, Senhora Professora, é a educação e instrução da mocidade, dever este que foi sempre reputado o mais importante, e que mais atenções tem merecido dos Governos cultos da Europa.

A educação, com efeito, é a única capaz de desenvolver os talentos naturais e aperfeiçoar o espírito. O seu objeto é formar pelo estudo da religião uma alma cristã, pelo da moral, um Cidadão virtuoso e um bom chefe de família, e pelo das ciências humanas, um literato; tudo finalmente se deve à educação e instrução.

Mas para que a educação e instrução produzam seus efeitos naturais, formem Pais e Mães de família virtuosos e instruídos, é necessário que os Professores sejam instruídos e sábios: felicidade esta mui rara e que cabe a poucas povoações. E, quando nós, Pais de família habitantes deste Município nos enchamos de orgulho e de entusiasmo por possuímos uma Professora nestas condições, uma Professora que também tem sabido compreender a altura de sua missão, eis que nos chega ao conhecimento de que a Senhora Professora pedira remoção de cadeira para a Freguesia do Bairro!

Será na verdade uma cruel decepção, porque teremos de passar, quando não decorrem ainda muitos dias, que à vista dos exames de sua escola, nós descobrimos um fator de felicidades domésticas e sociais para nossos filhos.

Assim, nós chefes de família e habitantes deste Município apreciando devidamente as habilitações e qualidades morais, que tanto têm distinguido a Senhora Professora até o presente, fazemos um apelo nos sentimentos de seu coração, para que, com sua retirada, não corte o futuro de tantos meninos que lhe estavam confiados; esperamos que a Senhora Professora não abandonará esta Vila, onde sempre mereceu respeito e consideração, que não lhe preferirá outro lugar e muito menos de inferior categoria, onde talvez as vantagens não correspondam ao ônus, a gratidão seja efêmera, ou a influência de um dia.

Acatando a Senhora Professora este nosso apelo e convite tornar-se-á ainda mais digna de consideração e respeito não para os habitantes deste Município, que de há muito lhe prestam essas homenagens, mas sim para todos aqueles que não têm a honra de a conhecerem, para toda a Província de São Paulo, eles dirão: existe na Vila de Caragoatuba uma Professora que sabe cumprir os seus deveres e que soube, por suas virtudes e saber, conquistar a estima e respeito de todos sem exceção, e que não tem uma só pessoa que lhe seja contrária e desafeta.

Deus Guarde a V. Ex.^a

Vila de Caragoatuba, 6 de Dezembro de 1861.

Ilma. e Ex.^{ma} Senhora D. Rita Deonízia de Lima Ribeiro

Dig. Professora desta Vila.

[Asinaturas]

Manoel José Vieira de Macedo / Antônio Vicente Ferreira / Manoel Antônio Catarina de Freitas / Antônio Maciel Leite / Manoel Joaquim Pereira Rosa / Antônio Manoel Ribeiro Leite / [Ilegível] / Benedicto Ribeiro Leite / Ezequiel Antônio da Silva / Zeferino José Pereira / Albano José Teixeira [?] / Pinto / Francisco Pedro da Mota / José Jacintho de Partilha [?] / José Maria

de Araujo / Joaquim José dos Anjos Gaia –Fiscal / Miguel de Sancta Rita – Vigário / Francisco Moreira da Costa / David da Silva Fogaça / José Antonio da Silva / Antonio Alves de Gois / José Antonio de Azevedo [?] / Antonio da Silva Fogaça / Fabiano Lopes de Aguiar / Flaviano José da Silva / Hermenegildo Luiz de Macedo / José Amaro Dias Torres / Francisco Roldão de Carvalho Leite / João Esteves de Sant'Anna / Antonio José de Sant'Anna / João Cerri [?] de Mesquita / Luis Antonio Maciel Santos / Manoel Pereira de Castro Bouvier / Jose Moreira Leite / Joaquim [?] Leite.

Um apelo como esse, tão elogioso às virtudes da mestra e de tanto respeito aos valores educacionais, não poderia deixar de ser ouvido pela Professora Rita Dionisia. Em carta de 20 de dezembro, do mesmo ano, ao Dr. Diogo de Mendonça Pinto, Inspetor Geral da Instrução Pública de S. Paulo, ela desistia do pedido de remoção que havia solicitado.¹¹ Infelizmente, não se sabe até quando a querida professora permaneceu ensinando aos jovens em Santo Antônio de Caraguatatuba.

3.2.

Conversa de Rabo de Fogão

*“Eta! cafezinho bão,
servido ali mesmo,
no rabo do véio fogão,
com farófia de torresmo,
enquanto a gente iscuitava
estória di assombração,
que o véio Bento contava,
cum farta imaginação.”*

Antônio Zanetti¹²

Durante os trabalhos de pesquisas para o levantamento documental acerca da história do Município de Caraguatatuba, foram encontrados poucos registros sobre as lendas desta cidade. A partir daí, começamos a ampliar a informação oral. Neste sentido, empenhamo-nos em coletar, através dos depoimentos com os habitantes idosos da localidade, as lendas e os “causos” contados pelos moradores da região.¹³

Há quem diga que não existem lendas no Município de Caraguatatuba. No entanto, a utilização do recurso da história oral, como meio de resgatar a história e a cultura caiçara, tem se mostrado de fundamental importância como técnica de pesquisa. Passamos, então, a coletar depoimentos com os pescadores e moradores antigos da cidade, para que estes rememorassem o passado, trazendo para o presente as estórias narradas por seus pais e avós. Durante a coleta dos depoimentos, tivemos a grande preocupação de manter as características da fala do depoente.

Através da pesquisa oral, a população dá continuidade a um trabalho que vem desenvolvendo há gerações, o de contar casos, fatos vivenciados por eles, lições de vida. Desta forma, não só a história oficial deste Município vem sendo resgatada através da memória popular, como também as lendas e “causos” que são partes integrantes do folclore da região.

Lendas

Lenda da Pedra da Freira

Há muito tempo, em uma aldeia indígena nas paragens de Caraguatatuba, o índio Iúri se apaixonou pela freira que era responsável pela educação religiosa.

Num certo dia, Iúri disse para a freira que iria mergulhar e buscar lá no fundo do mar uma lembrança inesquecível, mas nunca mais voltou.

Hoje, quem visita Caraguatatuba, tem a oportunidade de ver a freira a esperar que Iúri saia do fundo do mar.

Lenda da Mãe do Ouro

Conta uma antiga lenda que, na Prainha, na virada do morro, existia um poço com uma bica d'água. Neste poço, vivia uma moça muito bonita, com cabelos longos que iam até os pés. A moça bonita vivia penteando seus cabelos com um pente de ouro.

Todos os dias, ao meio dia, as moradoras da Prainha iam buscar água na bica e, quando chegavam próximo ao poço, avistavam a bela moça sentada numa pedra, penteando seus longos cabelos com o pente de ouro. As

moradoras da Prainha achavam aquilo ruim, pois poderia sujar o poço com fios de cabelo. Então, indagavam:

– Ela quer jogar cabelo no poço d’água?

E quando a bela moça ouvia as mulheres, ela se jogava na água do poço e sumia, não aparecendo mais. As mulheres achavam que ela tinha se afogado e, quando entravam na água, não avistavam ninguém.

É por isso que passaram a chamá-la de Mãe do Ouro.

Lenda do Saci-Pererê

No livro de figuras e paisagens *Massaguassú*, de Roberto Sambonet (ver Cap. 9), Pietro Maria Bardi, na Introdução, conta a seguinte lenda da fazenda Cocanha:

“Nota-se, nestas paragens, a presença de um diabinho ingênuo e bonacheirão, chamado Saci-pererê, pequeno de estatura e com a pele verde como lagarto, que possui uma perna só, com o pé feito de casco de boi. Dizem que tem três olhos, dois para ver de lado e um no meio, como Polifemo, para enfeite. Suas orelhas são pontudas, empinadas e cobertas de cerdas como de porco, do mesmo modo que o resto do corpo, presto de movimentos. Esse diabinho viaja à noite, empunhando um chicote, pois dedica seus cuidados, principalmente, aos cavalos e aos burros, com quem gosta de gracejar.

Na aldeia que fica pouco antes da fazenda, diante de um brejo por cima do qual pairam nuvens de mosquitos-pólvora, não há palestra, previsão ou esperança que não subentenda uma conta para acertar com o Saci-pererê. Este proporciona ao arraial uma existência tão branda e tranqüila que quase se não a percebe: graças ao diabo, o oceano oferece peixes, a caça é farta na mata e com a cana se faz uma aguardente embriagadora.”

“Causos”

Os “causos”, aqui narrados pelos moradores de Caraguatatuba, também fizeram parte do cotidiano dessa gente. Os moradores antigos da cidade sempre tiveram o costume de sentar-se nos bancos da principal praça, Cândido Motta, para lembrarem o passado e contarem alguns “causos”.

O mesmo costume tinham os pescadores, que se reuniam, sempre que podiam, para contar as suas histórias acontecidas durante as pescarias.

Muitos destes “causos”, que vieram da primeira metade do século, contados pelos avós e bisavós nas gostosas conversas de rabo de fogão, atravessaram gerações e continuam sendo preservados na memória desta gente simples.

A Baleia

Sebastião Adolfo de Paula, nascido em 10 de maio de 1929, na cidade de Caraguatatuba, conta o seguinte “causo”:

“Em 1953, em um desses dias, saí de madrugada, para pescar por volta das três horas mais ou menos. O mar estava calmo e a lua toda sorridente, nos chamando cada vez mais para perto de si, num sinal de confraternização e nós, ainda jovens, com toda aquela garra, nos divertindo com aquela dádiva divina. Os Deuses nos proporcionavam o barco movido a remo e a vela, que era de pano. Em determinado momento, em alto mar, a canoa parou, onde, não ia prá frente e nem prá trás, atravessando em uma situação em que nós ficamos amedrontados. Eu e meu irmão estávamos com muito medo, porque não havia nunca acontecido uma situação dessa natureza.

– E agora, mano? Dizia eu, para meu irmão.

Meu irmão disse:

– É uma pedra, pedra ou ilha está lá embaixo e nós estamos no meio do mar, como pode isso?

Da canoa pulei em cima, pensando também ser um toco ou tora de espessura bem volumosa. Atravessei a tora ou toco, não tendo a menor idéia que podia ser um animal, peixe ou outro ser qualquer.

Aí seguimos mar a dentro. Quando olhamos para trás, mais ou menos uns três metros, notamos que estávamos, não em cima de uma tora ou toco, mas, sim, em cima de um monstro marinho. Esse monstro era uma baleia e aí ficamos mais apavorados ainda, por não saber que estávamos brincando com um animal de tamanha envergadura.

Essa baleia esteve no Massaguaçu, aproximadamente, uns dois a três meses; depois ela sumiu e foi aparecer na cidade de São Sebastião. Essa baleia foi atingida por um instrumento de pesca submarina, ou seja, um arpão. Ferida, a baleia com sensação de morta, ela volta e vem a falecer na praia.

Como essa praia não tinha nome, deram o nome dela de Praia da Baleia, por esse fato triste ocorrido com a baleia mais ou menos por volta de vinte e quatro de agosto de 1954”.

A Cobra

Sebastião Adolfo de Paula, nascido em 10 de maio de 1929, na cidade de Caraguatatuba, relata o “causo” seguinte:

“Nossa família foi criada num regime que podemos falar, um regime autoritário, onde meu pai era o soberano. Respeitávamos muito meu pai, ele era o centro da família, por isso nossa educação e o método de educar meus filhos, peguei como exemplo desse meu velho pai, graças a Deus.

Em um determinado dia, meu pai me disse:

– Meu filho, se a professora não vier dar aula hoje, você pega a enxada e vem ajudar a carpir esse eito de café, em que preciso muito de sua ajuda, mas não deixe de ir à escola, só se a professora não for dar aula. Entendeu, meu filho?

– Sim senhor, meu pai, respondi para ele.

– Vá com Deus e que Nossa Senhora te proteja, disse ele.

Mas meu pai parece que estava adivinhando. Minha professora acometida de um resfriado bravo, não foi dar aula aquela semana. Nesse dia, voltei para casa mais cedo da escola, com a intenção então de dar uma força para meu pai.

Quando caminhava para roça, deparei com uma coisa estranha que atravessava a estrada onde fiquei estático, vendo aquela coisa; mexia, mexia e ia atravessando a estrada. Era de espessura de um garrote, fixei a visão e vi que era uma cobra de tamanho avantajado e atravessava e não parava de atravessar. Estava preocupado com a cobra por não deixar eu passar e ter de explicar para meu pai porque estava atrasado. Para você ter

uma idéia, a cobra começou a atravessar mais ou menos oito e meia e quando terminou de atravessar a estrada era mais ou menos dez horas. Veja você como era grande essa danada cobra.

Estava com medo porque ia apanhar do meu pai pelo atraso. Nesse momento, meu pai veio à minha procura para ver o que tinha acontecido. Eu, trêmulo, narrei para meu pai o que tinha visto e acontecido. Meu pai perguntou:

– O que faz aí, meu filho? A professora não veio e aconteceu este imprevisto?

Que era a danada da cobra. Meu pai já conhecia essa cobra, era a Muçuranga, com característica forte, com cabeça grande e cor azulada, que fazia medo a qualquer pessoa que passasse a ver.

Por esses fatores, nesse dia fui perdoado por meu pai e não apanhei”.

Santo Antônio e São Benedito

Leopoldo Ferreira Louzada, nascido aos 07 de maio de 1904, em Caraguatatuba, conta o seguinte:

“Quando eu era pequeno que tinha uns dez anos, o meu pai me contou esse caso verdadeiro, porque meu pai era um homem verdadeiro, com a graça de Deus.

Santo Antônio e São Benedito, de primeiro, andavam na rua de Caraguatatuba. Eles saía do Artar deles e passeava na rua. Mas sabe qual foi Santo Antônio? Santo foi achado ali perto da fábrica de tijolo, ali, prá lá da Vila Vicentina. Tinha um capão de pinheiro e meu tio, tio do meu pai, que também chamava de tio, foi roçá aquele capão de pinho prá prantá cana de açúcar e roçando que fosse, achou lá um Santo, achou Santo Antônio, a imagem de Santo Antônio. Perto, tinha um pocinho de água e um pé de ciosa, aquela cheirosa.

Aí, tio Bento falou assim:

– Puxa vida, quem trouxe esse Santo aqui, ali não entrava nem grilo, ali era só serrado. Aí foram roçá o capão prá prantá a cana e acharam aquele Santo. Nossa Senhora, que lindo Santo, era um santo grande, parecia um rapaz. Aí trouxeram prá igreja e lavaram; isso foi no tempo da Dona

Presciliana de Castilho, que trabalhô aqui, que tomava conta da igreja. Ela lavô o Santo Antônio, tratô bem tratadinho e pois cheiro, bem cherizinho, botô lá no artar; aquele Santo era uma maravilha, era um Santo milagroso.

E daí, quando foi um dia, chegaram na porta da igreja; rastinho de areia, o artar de Santo Antônio tava cheio de areia e a sandalinha cheio de areia.

Então o povo falava:

– Tá vendo esse Santo, tá andano na rua. Esse Santo é vivo. Arguma coisa vai acontecê nessa cidade, arguma coisa vai acontecê.

Quando foi um dia, foram roçá lá prá baxo, na rua Perna de Pau. Lá tinha um poço d'água chamado banheira. Acharam São Benedito, outro Santo jogado na beira da banheira, também cheio de limo. Trouxeram ele, lavaram, botaram lá na igreja, ficaram os dois Santo lá.

Uma noite, São Benedito ia passear, outra noite Santo Antônio ia passear e aquilo era alegria prá todo mundo. Era festa.

Mas, quando foi uma vez, veio aí um Padre alemão, gordo, ele tinha uma mula, levava a mula na igreja, entrava com a mula e botava água benta na mula, muntava e saía na coitada, ele benzia a mula.

Quando contaram prá ele que Santo Antônio tava saindo da igreja, passeando, sabe o que ele feiz? Pois fogo, botô os dois prá queimá, queimô os dois Santo.

Quando o Santo tava queimando, ele ficô loco na rua, virava cambota que nem um toro bravo.

Meu pai me contô quando eu tinha dez anos, não esqueci disso até hoje.

Esse Padre alemão, sumiram com ele daqui porquê ele ficô loco; perderam dois santo, queimô, o povo ficô tudo triste”.

Praia Brava

Benedito Costa (pescador), nascido no dia 27 de junho de 1921, na cidade de Caraguatatuba, conta o seguinte “causo”:

“Aquele Praia é assim desde quando eu me entendi e passei a conhecer mais as coisas. Eu conheci o nome daquela praia, Praia Brava; e aquela

praia até hoje é assim, uma praia que tem alguma coisa invisível, chega lá, ela pode tá mansa, mais se começô a gritá, o mar já fica bravo, daqui a pouco já tá bateno longe e toda vez é assim.

Eu já cheguei naquela praia de canoa, eu com mais um colega, e quando prá nós saí, precisô nós caí na água, sortá a canoa e saí nadano prá embarcá lá fora porque na água não dava prá nós embarcá. Então, até hoje é Praia Brava.

Na Praia Brava, ia eu, Isaías, Cato e Andrea. Eu e dois ia sortá rede, então nós via uma luizinha lá no canto da praia, uma luizinha azul. Aquela luizinha ficava ali, ela andava para um lado e andava pro outro, quando os outros chegavam lá que assobiavam e falavam:

– Puxe, puxe.

Ficavam puxando e olhando prá trás. Aquela luz que ficava ali sumia.

Aí, numa outra vez foi o Isaías, o Cato e a Andrea, eu não fui. Pois aquela luz saiu e foi lá onde estava o barco, rodeou o barco deles. O Cato ficou com medo e o Isaías disse que ia dar uma remada em cima daquela luz. Aquilo ali tem até hoje, é só ir pescá lá de noite, nós só ia pescá lá, fora de hora memo, meia noite e via aquilo naquele lugar.

Aquela praia é mar assombrada. Ali tinha um colega que cortava maderá prá fazê remo, tem muita maderá prá remo ali, e chegô lá, ele e mais outro, cortano maderá, e daqui a pouco deu uma tontera nele, se arrepiou todo, deu aquele sono, ele deitô e dormiu. Aí o companheiro viu o outro caído e veio embora correndo. Quando tava chegano na praia deu uma sonera nele tamém, quando que ele se alertou, veio chamá a gente. Chegano lá, o Mariano que tava lá durmino, levantô bobo, foi procurá o machado. O machado tinha sumido da mão dele, e veio embora tonto. Dizia que era assombração, que lá é assombrado, tem coisa feia lá.

E aí, o que aconteceu? Eu não fui mais pescá lá; o Isaías tamém; ele vai prá aquele lado, mais não naquela praia.”

O “causo” que vem a seguir também faz parte do dia-a-dia da gente simples de Caraguatatuba e foi narrado pelo escritor e também morador antigo da cidade, Marino Garrido¹⁴.

“Casamento em Dia de Muito Calor”

Aconteceu nos anos 1934 ou 1935.

Era vigário da paróquia o Padre Teófilo Fraile.

Foi convidado para realizar o casamento na pequena capela do Bairro do Massaguaçu, pois os pais tinham feito promessa, para que o casamento da filha lá se realizasse.

Na época, a condução para Massaguaçu era a pé, a cavalo ou pelo mar. O pai da noiva alugou uma canoa a motor para levar o Padre.

Hora do casamento: 5 horas da tarde de um dia calorento do mês de dezembro. A pequena capela totalmente lotada, e o Padre tinha pouco espaço para movimentar-se. Todos suando em bicas, especialmente a noiva com véu e grinalda e o noivo de terno e gravata bem apertada.

Começou a cerimônia. Um dos convidados levantou-se, tirou do bolso um lenço de quase meio metro, passou no rosto da noiva e voltou para seu lugar. Dois minutos depois, tornou a levantar-se e foi passar o lenço no rosto da noiva. O lenço já estava encharcado de tanto suor. Quando voltou para seu lugar, o Padre pensou: O próximo vai ser eu, e o casamento terminou em dois minutos.”

Notas

- (1) Livro de registro de falecimento (CCC, 1927: 12).
- (2) Livro da Escola Intermédia, (APMC, Estante 3, 1895).
- (3) Depoimento de Maria Suzana da Cruz, (APMC-DOAP, Pasta 1, 20/01/2000).
- (4) IBID.
- (5) DAESP-H, Jornal “O Comércio de S. Paulo”, 12/05/1902.
- (6) Maria Suzana da Cruz, depoimento citado.
- (7) AMDDL – Pasta de Caraguatatuba.
- (8) CCC – opus cit.: 1927: 12.
- (9) Depoimento de Magnólia A. Souza Carlota (APMC-DOAP, Pasta 1, 2000).
- (10) DAESP-ODC, O 983-A, C.188-A, D s/nº.

- (11) DAESP-ODC O. 983-A, C. 188-A, D. s/nº.
- (12) ZANETTI, 1998: 50.
- (13) APMC-DOAP, Pasta 1.
- (14) Marino Garrido, em seu texto: Casos e “Causos”, produzido no ano de 1988. (GARRIDO, 1988).

4. A CULTURA POPULAR

Daniel Augusto Ferraz Leite & Jurandy Ferraz de Campos

Neste capítulo, trataremos das manifestações culturais inseridas dentro de uma visão de Cultura Popular. Consideramos que as Danças Dramáticas, as Festas Religiosas e o Carnaval são os elementos essenciais destas manifestações populares.

290

Nas pesquisas realizadas junto ao Arquivo do Estado e do Município, encontramos documentos que nos trouxeram valiosas informações, demonstrando a importância da Cultura Popular para a História da cidade. No *“Almanach da Província de São Paulo de 1873”*, encontramos o registro oficial mais antigo, após a elevação a categoria de Vila no ano de 1857, sobre as Festas realizadas na cidade. São citadas as seguintes festas: do Divino Espírito Santo, de Nossa senhora das Dores e Santo Antônio, todas em junho.

No Arquivo Municipal, foram colhidas informações em jornais e em depoimentos, recolhidos há poucos anos, de moradores antigos, contribuindo com o relato da memória viva da cidade. As informações que se referem a lembranças vividas pelos personagens ou por seus antepassados, relatam o cotidiano, as festas, as lendas, a vida simples do povo caraguatatubense.

A pesquisa nos mostrou que, dentre as diversas festas, danças e folguedos, realizadas em Caraguatatuba, a Congada de São Benedito foi uma manifestação de grande valor cultural para a cidade, pois se tratava de uma festa de caráter essencialmente popular, iniciada, provavelmente, no século passado, que se estendeu até a segunda metade deste século. Por isso, realizamos uma abordagem mais detalhada a seu respeito, tendo em vista, também, a quantidade de informações que sobre ela existem.

4.1.

Danças Dramáticas

As danças e folguedos são manifestações populares com forte laço folclórico e religioso, que foram inseridas em nossa sociedade, a partir da colonização ibérica.

Essas manifestações que decorrem do sincretismo da cultura cristã dos europeus com a cultura africana e indígena presentes no Brasil, resultaram em ricas formas de expressão popular, permeadas por religiosidade e paganismo.

A Congada e o Moçambique são manifestações, originalmente, de louvor a São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, porém, são representadas em vários outros momentos de comemorações religiosas e até mesmo cívicas.

Congada

A origem da Congada ainda é incerta. Existem muitas variáveis a respeito de sua gênese: poderia estar relacionada a antiquíssimas embaixadas guerreiras de sociedades tribais africanas trazidas para o Brasil pelos escravos; um ritual com alguma memória africana, mas com uma estrutura européia criada pelos negros aqui mesmo, no Brasil ou, ainda, uma cerimônia de escravos permitida pelos senhores de engenho e, de certa forma, até mesmo incentivada, pois desviava o negro de algum interesse por se rebelar.

Na opinião de Alceu Maynard Araújo, ela remonta o período longínquo de Carlos Magno, na luta contra os mouros, na reconquista da Península Ibérica.

“(...) uma tese guerreira que recorda a reconquista da Península Ibérica, é empregada como elemento catártico, sublimando ódios, dirigindo-os em algo construtivo — um auto popular da luta de cristãos e mouros que termina com a blandícia daqueles, trazendo para seu redil o adversário (...). O terno de Congada é uma verdadeira confraria religiosa (...)”¹

Estes aspectos, apesar de curiosos, não nos interessam muito. Importa lembrar que diferentes rituais que envolvem ternos de guerreiros congos e moçambiques foram registrados por viajantes estrangeiros há cerca de 300 anos. Tendo sido introduzida no Nordeste brasileiro, logo no início da colonização, a Congada e também a Cavallhada passaram a fazer parte de nosso conjunto de manifestações culturais e religiosas.

“A Cavallhada, diversão dos nobres em terras de Espanha e Portugal, ficou com os senhores, com os fazendeiros, com a nobreza da terra (...) Para o esca-

vo, para amenizar o espírito belicoso, para harmonizar os entrechoques criados pelos estoques raciais diferentes postos sob o mesmo tacho, para aplainar as relações entre os que estavam sob o mesmo jugo, o episódio centenário foi teatralizado, ajustando-se ao teatro de rua – a Congada – catequese das massas encarecendo a necessidade de conversão. O pagão que se converter poderá gozar das delícias do reino, cantando e dançando.”²

A citação acima nos faz compreender o motivo pelo qual a Congada foi apropriada pela população dos escravos e, depois, transmitida para seus descendentes, ao longo dos séculos, tornando-se um folguedo elaborado por negros com influências européia e também indígena. Devemos considerar que, por se tratar de uma manifestação de caráter essencialmente popular, a Congada apresenta diferenças em seu enredo e constituição, variando de região para região.

Mário de Andrade, quando realizou um estudo sobre as Danças Dramáticas no interior paulista, no ano de 1936, especificamente em Mogi das Cruzes, faz o seguinte relato:

“No entrecho dramático desta Congada vem uma variante aos Congos colhidos por mim, no Nordeste, que importará talvez salientar. Me contou meu informante que os dois partidos em luta, o que perde é sempre o do Embaixador ‘porque o Reis (sic) tem mais força’. Nos meus Congos nordestinos, o Reis é que perde a guerra – o que sempre me pareceu despropositado, não só pela importância maior do Rei, como pelo descaminhamento que isso dava à simbologia religiosa da dança.”³

No Estado de São Paulo, a Congada é a principal manifestação popular de louvor a São Benedito e Nossa Senhora do Rosário. É apresentada várias vezes ao ano, especialmente nas festas do Divino Espírito Santo, São Benedito e Nossa Senhora do Rosário.

A “Congada de São Benedito”, assim identificada por seus participantes, teve grande importância nas manifestações populares da cidade, desde os Oitocentos até à década de 60 de nosso século. Envolvendo as pessoas de diversos bairros, principalmente do Caputera, a Congada sempre foi uma forma do povo expressar sua religiosidade.

Os participantes da Congada eram pessoas das camadas populares, que se esforçavam, ano a ano, para conseguir confeccionar suas roupas e preparar os instrumentos, contando que, nos dias de apresentação, tudo estivesse de acordo com as expectativas dos participantes e do público.

As apresentações eram feitas nas festas dos Santos Reis, no Natal e nos dias de São Benedito, quando os participantes faziam questão de fazer uma apresentação perfeita, ensaiando, por vários dias, os passos da dança: “*nos dias de São Benedito nós ensaiávamos por horas, todos os dias, podendo assim fazer uma bela apresentação*”.⁴

Um importante e completo registro sobre a Congada de São Benedito, em Caraguatatuba, foi feito em 1950, por uma aluna do professor Rossini Tavares de Lima, da classe de Folclore Nacional, do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo.⁵ Foi resultado de um belo trabalho, realizado por ocasião de uma Festa de São Benedito, quando ela teve oportunidade de recolher a “embaixada” da Congada, que passa a descrever:

Na frente de um hotel de pensão, estavam sentados o rei e o embaixador, um defronte ao outro. Ao lado do rei, se achavam os instrumentos e o cacique e, ao lado do embaixador, um menino com roupas iguais às do cacique.



Congos, Cacique do Rei, Rei e Fidalgos de Congada de Caraguatatuba.
(LIMA, 1981: 110)

Fala o secretário:

*Senhor meu rei de Conga
A festa vai começá
Prá louvá São Benedito
Aqui nós vamos lutá*

Responde o Rei:

*O secretario, meu filho,
Em você vou confiá
hoje é o dia dos profetas
É o dia que se festeja
O santo de nossa fé
O sol saiu em mil raios
hoje rompe os nossos ensaios*

Volta a falar o secretário:

*Pai meu rei Senhor
É chegada o tempo e ocasião*

*Que festejamos a S. Benedito
Com toda nossa devoção
Porque hoje eu sei
Que tenbo e me conservo
Do pecado verdadeiro*

O Rei:

*É verdade Secretário
Que eu estava tão esquecido
De louvar a S. Benedito
Que é tão esclarecido
Porém hoje eu sei
Que temos uns vassalos suficientes
Que é para melhor desta festa
Convida toda gente
Mas o príncipe que seja o primeiro
Reconhecendo como filho
Verdadeiro secretário*

O Secretário:

*O meu rei
Eu desejava saber o nome
Dos vossos queridos fidalgos
Para trazer em memória
E do príncipe isaltado
Que destes outros eu não pergunto
Que tem seu nome reparado
Que Dão Francisco
É Dão Manuel Engraçado*

O Rei:

*O nome eu te contarei
Por ser o más verdadeiro
Que é Rodão da boa paz
Seja o nome de Oliveira*

O Secretário:

*Olá Rodão
Este rei é determinado
Para o festejo do S. Benedito
Eu sou o mais empenhado
Que estes outros e fidalgos
Que falam por derradeiro*

*Todos obedecerão
As ordens aqui Oliveira*

Fala o príncipe:

*Dá fidalgos falsos
Não sejam contra a coroa
Vamos falar ao nosso rei
Que é uma real pessoa*

O Rei:

*Me seja possível príncipe
Que não te vejo falar
Deixar-te o secretario
Tomar o vosso lugar*

O Príncipe:

*Pai meu rei Senhor
Tu és pai meu muito exaltado
Honrarei vossa coroa
Há forma do nosso estado
E vós de mim não vos esquecerei
Que quando hoje um secretário verdadeiro
O nome de Rodão era o primeiro*

O Rei:

*É verdade príncipe
Que não haja tal
Que não haja pai
Que seu filho queira mal*

O Príncipe:

*Festejamos menino Deus encarnado
Todo meu intento é ver
Aquele Santo festejado
É mais intento de maravilha
Mas vale um pequeno festejo neste dia
Do que louvamos em mercidade
Mercidade que louvou meu coração
Pelo pequeno festejo neste dia
Faz admirar muita gente*

O Rei:

*Príncipe e Secretario
O Dia se acabá*

*Pega nestes seus fidalgos
Que a dança vai começá*

O Secretário:

*Olá meu rei do Congo
É que sem demora já vai
Decreta o céu e a terra
E a estrela do seu lugar
Que S. Benedito no céu*

*E ele prometeu vais nos dá
Que nós na luta não falamos
É porque ela nos cria
Lá no céu, na eterna gloria
A estrela será nosso guia
Toca-me, toca-me este instrumento
Que são instrumentos de afagos
Que hoje eu quero mostrar
Estes meus dançar trocado.*

Aí, os congos, um de cada vez, aproximam-se do rei, desembainham as espadas e o saúdam, declarando que estão dispostos a lutar por ele contra o embaixador.

Terminada a saudação, os congos com as espadas desembainhadas e tendo à frente o Secretário, dançam e cantam ao som dos instrumentos.

Quem santo é / Que nós havemos de louvá / É S. Benedito / Prá festejá

Ao final da cantoria, eles voltam a falar com o rei e prometem ir prender o general. A seguir, cantam novamente.

Ó Virgem Santa / Da Redenção / Quero ver sangue / Corre no chão

O embaixador que, até então, permanece sentado, levanta-se e aproxima-se dos congos, com a espada desembainhada. Os congos o cercam e batem as suas espadas na espada do embaixador. Este diz que está disposto a lutar contra o rei. É iniciada a luta e, quando o embaixador se afasta um pouco, o rei levanta-se e grita: *Acabem a guerra.*

O embaixador, então, ajoelha-se e o rei lhe diz, que, se continuar a luta, será preso e enforcado. A seguir, o rei senta-se novamente e os congos, a dançar, cantam:

Ó jasmim sucê / Do resplendor maior / Ó celeste cravo / Em rosas flor criô

Depois, param de dançar e formam duas filas, encontrando-se, numa ponta, o rei; na outra, o embaixador e, por entre eles, passa o cacique para

ir se bater com o menino que se encontra ao lado do embaixador, que representa o secretário deste. Acabada a luta, o cacique volta para junto do rei e os congos recomeçam a dançar. Há nova pausa e o cacique aproxima-se do secretário, entregando-lhe um cordão verde e amarelo e fala:

Secretário:

*O meu rei senbó
manda dizer pra prendê o embaixador
É prá levá com as mãos amarrada
Com este cordão que ele mandô*

O secretário cumpre a ordem. E, depois, o embaixador segue escoltado por quatro congos onde se encontra o rei. E os congos cantam:

*Vamos camarada / Com toda alegria / Vai ao alto embaixadô / Preso em vossa companhia
Vamos camaradas / Com gosto e prazê / Vai alto o embaixador / Nesta prisão vai morré
Vamos camarada / Vamos chega já / Vai alto o embaixador / Nesta prisão se acabá*

Curva-se o secretário diante do rei, dizendo que cumpre as suas ordens. O rei levanta-se e o embaixador ajoelha-se. O rei fala que mandará cortar-lhe a cabeça. O embaixador pede perdão jurando. O perdão é camarada e o embaixador é convidado a sentar-se ao lado do rei.



*Bernardo Alexandre, Embaixador da
Congada de Caragatatuba.
(LIMA, 1981: 108)*

Termina dessa forma a embaixada da Congada em Caraguatatuba.

Esta foi a descrição da “embaixada” feita pela aluna do Prof. Rossini. Podemos observar, comparando este texto com um outro apresentado por Maynard de Araújo,⁶ em que os nomes de alguns personagens lembram as origens da Congada, dentro da tradição de luta de cristãos e mouros na Península Ibérica. A Congada de Caraguatatuba, portanto, ainda apresentava características que a aproximavam das raízes dessa dança dramática. Hoje, como sabemos, tanto os grupos de congada, como de moçambique, no Estado de São Paulo, se apresentam quase totalmente descaracterizados.

Em pesquisa realizada no Litoral Norte, no final de 1959 e início de 1960, Rossini Tavares de Lima e equipe nos deixaram um importante registro das manifestações folclóricas da região. Tratando da Congada de Caraguatatuba, o autor descreve a indumentária do grupo:

*Sua indumentária, no dia em que fizemos a pesquisa, consistia em paletó tipo jaquetão, de cor cinza escuro, colete azul-marinho, camisa branca e gravata de tom vermelho a fantasia, calça branca enfeitada com uma fita cor amarelo-ouro, com mais ou menos 2 cm de largura, colocada na costura, do lado de fora, meias marrom, cano longo, prendendo a barra da calça e sapato preto. Cobrindo essa indumentária, uma capa de cetim branco, que ia até os joelhos e que fechava no pescoço com colarinho simples, possivelmente engomado. Em toda a extensão da borda da capa havia uma fita amarelo-ouro, idêntica à da calça. Na cabeça usava uma coroa confeccionada de lata, cor natural, enfeitada com um cordão dourado de cujo centro pendia uma medalha de Nossa Senhora Aparecida. Em cima da coroa havia uma pequena cruz, também de lata, com uma fina corrente prateada que sustentava pequena medalha do Sagrado Coração de Jesus, tendo na outra face a imagem de Santa Isabel. Na mão esquerda, o Rei levava o cetro, todo recoberto de fitas azuis e verdes, ao qual ele chamava de “setma” ou “sétima”. Na mão esquerda usava um punhal também enrolado em fitas azuis, que era a “arma do Rei quando guerrearva” e que servia para “meter no peito do Rei da Abissínia que é um Rei sem batismo”.*⁷

O Cacique do Rei portava chapéu de palha recoberto com um tecido branco, enfeitado de vermelho. Usava calça esporte e blusa branca de mangas compridas, com tênis branco e meias na cor cinza. Tinha uma pe-

quena espada de metal. O Cacique é um personagem importante na embaixada, já que é ele quem transmite ao secretário do embaixador a ordem de prisão dada pelo Rei. Além disso, a presença do Cacique mostra a influência das danças dramáticas de inspiração ameríndia, confirmando que a origem e o processo de criação da Congada sofreram diversas influências.

O Secretário trajava também uma calça branca, com fita vermelha na costura, camisa branca, sapatos marrons e chapéu de palha, mas recoberto com tecido cor-de-rosa e tendo, na frente, a aba levantada. Portava uma espada militar. Os Príncipes e Fidalgos vestiam-se à maneira do Secretário.

O Embaixador, de pé no chão, vestia calça branca e uma túnica três quartos, de cor vermelha, com mangas compridas e fechada no pescoço. Tinha uma faixa branca larga na cintura, à maneira de cinta, com as pontas caindo do lado e uma capa que ia até quase a altura dos joelhos, de fazenda vermelha-fantasia. Sobrepondo-se a esta, havia uma outra capa menor, vermelha, com uma franja azul de cerca de três centímetros, a qual chegava até o meio das costas. O chapéu de aba larga era também de palha, mas recoberto de tecido vermelho, dobrado na testa, onde se viam três crucifixos, dois pequenos Divinos, uma âncora etc. A espada que portava era oficial. Já o Cacique do Embaixador se diferenciava dos demais por ter a blusa e casquete vermelho e uma espada pequena

As indumentárias do Guia e dos dois Contraguias eram semelhantes às do Cacique, mas mais pobremente vestidos e utilizando espadas de madeira.⁸



Marimba da Congada de Caraguatatuba.
(LIMA, 1981: 109)

A Congada de São Benedito utilizava três instrumentos básicos, tocados com extrema agilidade pelos instrumentistas: a marimba e dois atabaques, o “tambaque pequeno” ou “tamborete” e “tambaque grande” ou “tambor”, que imprimiam um ritmo contagiante, envolvendo os participantes nas danças e na representação.

Os instrumentos eram de extrema simplicidade e a marimba, provavelmente, fora construída pelos participantes. Isto demonstra a originalidade e tradição presentes na manifestação, mantendo as características através de muitos anos.⁹

A Congada deixou de existir, em Caraguatatuba, na década de 70. Vários foram os motivos que levaram ao seu desaparecimento, principalmente, as conseqüências da modernidade. O processo de urbanização e a mudança do eixo econômico, deslocado para as atividades ligadas ao turismo, desviaram as atenções dos participantes e de toda a comunidade envolvida nessa representação.

“Razões de ordem econômica, falta de dinheiro para a aquisição da indumentária e tempo para ensaiar, assim como desinteresse dos festeiros pela participação da Congada nas suas festas; religiosa, proibição dos padres; e social, atenção dos seus velhos participantes voltada para outros centros de interesse, além da desconsideração que existe no meio social em relação ao folguedo, contribuíram para a sua decadência, que vai se tornando cada vez mais sensível.”¹⁰

Moçambique

Segundo Tavares de Lima, o Moçambique, assim como a Congada, foi introduzido, no Litoral Norte paulista, pelos habitantes de serra acima, como diziam por lá, dos Municípios de Taubaté e de São Luís do Paraitinga, na década de 20.¹¹

Assim como a Congada, o Moçambique é um momento de louvor a São Benedito e a Nossa Senhora do Rosário, tendo a diferenciá-los a existência, na primeira, da embaixada – uma dramatização da luta entre o Rei e o Embaixador – ao passo que o Moçambique é uma Dança popular sem “embaixada”.

Em Caraguatatuba, um dos grupos mais tradicionais se encontrava em Jetuba, no Bairro do Massaguaçu. O mestre desse grupo, Brasiliano Pereira de Moura,¹² descreveu, desta forma, a origem do Moçambique:

“Um home tava numa festa e tinha quatro pessoa na porta pra matá ele. Ele era devoto de S. Benedito e o santo disse: Vamo inventá uma dança, assim o home pode saí e í embora. O Santo inventô e o home saiu junto e os quatro home não mataro ele. O home saiu no meio dos moçambiqueiro.” São Benedito inventou a dança dentro da casa, onde se realiza a festa, e os dançadores saíram formados em duas fileiras, uma do mestre e outra do contramestre. O homem que queriam matar foi andando no meio delas.

Esse mesmo mestre informou, ainda, que o instrumental do Moçambique compreendia caixa, permengome ou permangoma, chocalho feito de lata achatada, guizos ou paiás e bastões. Disse mais que sabia da existência de uma outra companhia, a do Zé Américo, que morava no Caputera, mas que se mudara para o Rio do Ouro, no pé da Serra, a poucos quilômetros de Caraguatatuba.

A Companhia de Moçambique compreende: rei, rainha, general, capitão-de-linha, dançadores de meio, mestre e contra mestre.

O Rei, como dizem, “é ciência só, não canta nem dança”. “A ciência só” do Rei, nos dias de ensaio, é carregar a bandeira no começo da exibição, segurando-a enquanto o grupo a saúda com cânticos e danças; levá-la, depois, ao altar, de onde a retira quando se inicia a parte final do Moçambique. Quando da exibição em praça pública, permanece com a bandeira todo o tempo¹³

A Rainha tem a função de carregar a Bandeira, símbolo do grupo. Depois permanece ao lado do Rei, durante a exibição.

A presença do Rei e da Rainha, embora não haja enredo na dança, empresta-lhe um certo sentido dramático, porque o simples fato de aparecerem majestaticamente os faz representar tais papéis. A “ciência só” do Rei se assemelha à dramatização encenada, a exemplo do que acontece em outros folguedos, como os Maractus pernambucanos. São soberanos sem função, reinam, mas não governam.¹⁴

O “capitão de linha” é o responsável pela organização do grupo, faz o policiamento, tendo a seu encargo o perfeito alinhamento dos dançadores, quer na hora do canto quer na dos manejos. Na ausência do Capitão, o General o substitui. Quando ambos comparecem, o General fica responsável de impedir que os assistentes atrapalhem a dança.

“O mestre é a figura principal, com poderes absolutos sobre todos. Exerce uma autoridade que não pesa. Sua palavra é acatada, e suas ordens seguidas sem qualquer observação.”¹⁵ Os ensaios são realizados em sua casa, onde são guardados todos os objetos utilizados pelo grupo, os paiás, os bastões e a Bandeira. O altar, com a imagem de São Benedito, também fica sob sua responsabilidade.

Cabe ao Mestre admitir novos integrantes, fazer substituições de participantes e decidir quando e onde o grupo vai se apresentar. É o mestre, ainda, responsável pela parte financeira, arrecadando o dinheiro para os instrumentos, indumentária e demais necessidades do grupo, com os festeiros e amigos. O “contramestre” é o substituto do mestre em suas faltas. É o par do Mestre em todas as evoluções e manejos, o que importa em grande conhecimento da dança.

Os instrumentos utilizados eram: a caixa, a viola, os guizos de bronze (paiás), bastões e também o violino (rabeca). O mestre, geralmente, usa um apito, executado na ocasião da mudança de figurados. A caixa é o instrumento que deve garantir a precisão do canto e dos movimentos. O caixeiro permanece ao lado do Mestre, para graduar a altura da caixa ao canto. Deve guardar o instrumento, cuidar para que esteja em perfeitas condições e tocá-lo com grande entusiasmo e perfeita intuição do ritmo.

“Os paiás são acessórios de dança. É um conjunto de três ou quatro guizos de bronze presos a uma correia de couro, toda reta ou ligeiramente curva na parte dianteira.”¹⁶ Quando o grupo não possui paiás de bronze, improvisam com extrema simplicidade, usam latinhas com pedras e sementes dentro, perdendo muito da sonoridade dos legítimos. Os dançadores realizam a exibição com os paiás amarrados abaixo dos joelhos e os bastões nas mãos, batendo uns contra os outros, dando ritmo à evolução. A presença dos paiás na indumentária e na composição melódica indica um traço de inspiração amerín-

dia, como a presença do Cacique, na Congada. Os *paíás* funcionam como chocalhos usados pelos índios em suas danças.

Os bastões são paus entrechocantes, utilizados para marcar o ritmo. “*Instrumentos primitivos, idofonos, que muitos afirmam ter prioridade sobre todos os instrumentos musicais, e Samuel Marti os encontrou gravados em jarros egípcios de 3.000 anos antes de Cristo.*”¹⁷ Os bastões de Moçambique têm, aliás, duas funções: marcam o ritmo e traçam, no chão, desenhos da dança.

A indumentária dos grupos de Moçambique é, geralmente, muito simples. De maneira geral, se constitui de um uniforme simples, composto por calça comprida, camisa comum, gorro e duas fitas cruzando o peito. Citaremos, como exemplo, uma descrição do uniforme utilizado por uma Companhia de Ubatuba.

*O uniforme era constituído de calça escura comum, no geral azul marinho, camisa branca também comum, uma fita vermelha e outra verde trançadas no peito e nas costas, gorro branco bordado com flores e outros ornamentos, inclusive com uma estrela. Dançavam descalços, como os grupos mais autênticos do Vale do Paraíba. A rainha, segundo declaram, deve vestir saia azul-escuro, blusa branca, com uma fita azul.*¹⁸

A Bandeira não passa de um estandarte, com pano vermelho, tendo, nas extremidades, galões amarelos, com fios dourados. O quadro de São Benedito fica na parte interior do estandarte. O mastro tem na extremidade superior um buquê de flores de papel, chamado “coroa da bandeira.” Apesar da aparente simplicidade, a Bandeira é objeto de grande veneração. Representa um símbolo sagrado, como se, na realidade, vivo estivesse São Benedito. Jamais os dançadores dançam com os *paíás* antes da visita do Rei com a Bandeira. Ela abre o cortejo e é colocada em lugar de destaque e de respeito, nas danças em praças públicas.

Considerações finais

O Moçambique e a Congada de Caraguatatuba representam a forte presença da religiosidade popular de seus habitantes, principalmente aqueles mais simples, moradores de bairros e vilas mais afastados do centro da cidade. Ambos são uma prova da persistência da cultura de um povo,

garantindo à comunidade participante conservar e multiplicar seus laços culturais, tão ligados à origem rural e escrava.

“As danças folclóricas não são espetáculos ou meras diversões, cumprem uma função, exteriorizam e revelam, no momento determinado, a expressão cultural do meio em que se inserem.”¹⁹

4.2. Festas Religiosas

(Entre o povo caiçara, gente simples e alegre, o lazer e a distração quase não variavam. Ficavam circunscritas às festas, diversas modalidades de danças e alguns tipos de jogos. No passado, as festas religiosas e profanas quebravam a rotina de vida dos sítiantes pescadores. “Continuavam a ser as festas religiosas as grandes e únicas atrações, capazes de fazer convergir para o centro urbano os camponeses que, muitas vezes, tinham seus sítios a léguas e léguas de distância.”²⁰ Tal era o caso da festa de “Corpus Christi”, do Divino, dos Passos da Semana Santa, de Santo Antônio (o padroeiro), de São Benedito, de Nossa Senhora das Dores, de Nossa Senhora do Rosário, dos Santos Reis e outras. Em 1873, o “Almanach da Província”²¹ listava as festas que se realizavam na Vila: do Divino Espírito Santo, de Nossa Senhora das Dores e de Santo Antônio, que faziam parte da vida cultural e religiosa da comunidade, permanecendo até os dias de hoje como símbolos de fé e representação cultural.

Festa do Divino Espírito Santo

Dentre as festas religiosas, sem dúvida, a que tinha uma fortíssima identidade popular era a do Divino Espírito Santo, a qual nunca foi incluída entre as festividades oficiais do Reino.

Origens²²

Entre os israelitas, a Festa de Pentecostes era celebrada cinquenta dias (sete semanas) depois da Páscoa, sendo uma das quatro festas importantes do calendário judaico: Páscoa, Omar, Pentecostes e Colheitas. Ela



era conhecida, ainda, com nomes diferentes: das Ceifas, das Semanas, do Dom da Lei, e outros, tendo sido, primitivamente, uma festa agrária dos cananeus²³.

Entre os hebreus, o termo *shabiiöth* faz referência à festa que começa cinquenta dias depois da Páscoa e marca o fim da colheita do trigo²⁴. Concordamos com este autor, quando diz que “a festa do Divino é um eco das remotas festividades das colheitas”.

Já o culto ao Espírito Santo, sob a forma de festividade, no sentido que iria adquirir mais tarde, se cristaliza no início da Baixa Idade Média, na Itália, com um contemporâneo de São Francisco de Assis, o abade Joachim de Fiori (morto em 1202), que ensinava que a última fase da história seria a do Espírito Santo. Suas idéias chegaram à Alemanha e espalharam-se pela Europa.

Em Portugal, no séc. XIV, a festa do Divino já se encontrava incorporada à Igreja, como festividade religiosa. A responsável por essa institucionalização da festa em solo português foi a rainha D. Isabel, esposa do Rei D. Diniz (1.279-1.325), que mandou construir a Igreja do Espírito Santo, em Alenquer. A devoção ao Divino se propaga rapidamente, ganhando muita força e se tornando muito popular, figurando já no Código Afonsino e objeto de regulamentação pelo rei D. João III (1521-1556). Em solo português, ela seria fortemente marcada por influências de tradições judaicas, muitas das quais chegaram até nós.

Com o início da colonização, ela foi introduzida no Brasil, provavelmente desde o século XVII, com a figura do Imperador do Divino, criança ou adulto, escolhido para presidir a festa. Aqui, ela sempre foi uma festa de caráter eminentemente popular, não figurando, no período colonial, entre as quatro festas oficiais que se celebravam por ordem da Coroa. Mas tal era o seu prestígio no início do século XIX que, em 1822, segundo Luís da Câmara Cascudo, o ministro José Bonifácio escolheu para Pedro I o título de Imperador, preferindo-o ao de Rei, porque era muito grande a popularidade do Imperador do Divino²⁵. Em certas cidades ou vilas do interior, o Imperador do Divino, com sua corte solene, dava audiência no Império, com as reverências privativas de um soberano²⁶.

A Folia do Divino²⁷

É o grupo de cantadores e instrumentistas o qual toca na Festa e nas andanças para coletar esmolas. O termo “folia” deve ser tomado no primeiro sentido que registram os dicionários: “dança rápida ao som do pandeiro”, nada tendo de chulo, portanto. Defendem alguns pesquisadores que o termo se origina de “fole”, um instrumento musical utilizado antigamente na Península Ibérica.

Naqueles tempos, a folia acompanhava o bandeireiro, vencendo a morraria das roças, quase sempre a pé, para tirar a esmola do Divino. É claro que, hoje, essa função já não é mais específica. Em Mogi das Cruzes, quando os festeiros, de acordo com o que manda a tradição, realizam o primeiro ato oficial da festa, abrindo as portas do Império, a folia canta os seguintes versos: *Deus vos salve, nobre Império / Muito bem aperparado / Aonde está o Espírito Santo / No seu trono adorado*. Igualmente, o último ato da festa é o fechamento do Império pelos festeiros. Nessa ocasião, ela canta a despedida: *Divino Espírito Santo / É nosso Pai Soberano / Aqui nós todos se despede / Se Deus quisé até pro ano*.

Acreditamos que, em outras cidades, como Caraguatatuba, a tradição da Festa do Divino, com toda a sua riqueza de cultura popular, venha de muito tempo atrás. A folia das festas dos caraguatatubenses não seria muito diferente das de Ubatuba, a qual

“tem viola, violino, tambor. São três homens que saem. [...] Quando chegava aí, a folia saía às 7 horas da noite, corre a cidade com a bandeira. No último dia eles levam a bandeira do Divino e a coroa na casa do festeiro e fica lá até o outro ano. Se a gente fizer uma oração eles cantam o Bendito. Se a gente quiser uma despedida, eles cantam [...], segundo depoimento de D. Zulmira.”²⁸

A Festa de Santo Antônio

O Santo Padroeiro da cidade sempre foi muito festejado e merecedor de enorme devoção por seu povo. As Festas de Santo Antônio envolviam toda a comunidade, principalmente os pescadores que, todos os anos realizavam a famosa e bela procissão marítima. É uma festa que acontece

no mês de junho, assim como a festa de Nossa Senhora das Dores, que também se comemorava em Caraguatatuba.

Em meados do século, a festa do padroeiro ainda era comemorada com grande gala, inclusive com procissão marítima. Vejamos uma sua descrição:

“Encerra-se a Festa do Padroeiro de Caraguatatuba no dia 29. Maravilhosa procissão marítima, da qual participaram todos os barcos de pescadores do município e municípios vizinhos, [que] transportaram a relíquia de Santo Antônio, da Prainha à Praia da Cidade.(...)”

Uma verdadeira apoteose, a chegada da procissão dos barcos á Praia da Cidade; a multidão aguardava ansiosamente a vinda dos pescadores [e] rompeu em aclamações e vivas ao padroeiro da cidade. Daí, foi levada a relíquia, em cortejo, para a Matriz de Santo Antônio, onde permanecerá daqui por diante exposta à visitação e à veneração pública.”²⁹

4.3.

O Carnaval

Entre as festas populares brasileiras, a que envolve um maior número de participantes é, sem dúvida, o carnaval. Tido como representação máxima da nossa cultura popular, o carnaval inicia a “conquista” do espaço público, a partir do século XVIII. Mas, somente na primeira metade deste século, é que surgem as primeiras escolas de samba e o carnaval ganha as ruas e os salões das grandes e pequenas cidades do Brasil.

Em Caraguatatuba, foi criado, na década de 50, o bloco carnavalesco *Casamento da Dorotéia ou Banho da Dorotéia*, que envolveu os habitantes da cidade e turistas (cerca de 500 pessoas) até o início da década de 70, promovendo uma manifestação espontânea da nossa cultura.

O bloco partia da Rua Santa Cruz, por volta das 14h, sempre na terça-feira de carnaval, acompanhado por uma banda de música ou “bateria” de escola de samba. O desfile e as brincadeiras duravam até às 17h00, quando se realizava o “casamento da Dorotéia”, na praia do centro.

Os personagens do “Casamento da Dorotéia” eram a noiva, a Dorotéia (um homem alto), o noivo (um homem de baixa estatura), os pais

dos noivos, o padre, o juiz de paz, os padrinhos, convidados e outras pessoas que esperavam na praia do centro para assistirem ao casamento e à entrada dos foliões no mar.

A confecção das fantasias era feita pelas irmãs *Dionéia, Maria, Irma e Davina*. O material utilizado era papel crepom colorido e cada folião devia entregar duas folhas para as roupas, além de fita ou cordão para enfeitar o cabelo.

Ao final do casamento, os foliões e demais participantes entravam no mar e o colorido do papel se misturava com a água criando um efeito de cores muito bonito, segundo o depoimento de alguns antigos moradores, entre as quais as irmãs *Maria Marques Buriban e Irma Marques Pinto*.

A partir da década de 70, o crescimento do carnaval em clubes fechados como o Clube XV de Novembro, o Clube Náutico e o Clube Recanto Ana fizeram com que manifestações populares, como o “casamento da Dorotéia”, desaparecessem.³⁰

Notas

- (1) ARAÚJO, 1959: 4/5.
- (2) ARAÚJO, 1959: 18.
- (3) ANDRADE, 1959: 203.
- (4) Depoimento de Leopoldo Ferreira Lousada (APMC-DOAP)
- (5) EMBAIXADA da Congada de Caraguatatuba, *Correio Paulistano*, São Paulo, 31/10/1950, p.14. O texto foi publicado sem indicação do autor, razão por que, infelizmente, não temos condições de indicar o nome dessa aluna. (DAESP-H, Código: 14/051).
- (6) ARAÚJO, 1959:
- (7) LIMA, 1981: 80.
- (8) IBID.: 80
- (9) IBID.: 80
- (10) IBID.:79.
- (11) IBID.: 113.

- (12) IBID.: 113.
- (13) RIBEIRO, 1981: 10.
- (14) IBID.: 12.
- (15) IBID.: 09.
- (16) IBID.: 16.
- (17) IBID.: 17.
- (18) LIMA, 1981: 114.
- (19) RIBEIRO, 1981: 58.
- (20) CAMPOS, 1978: 42.
- (21) ALMANACH, 1873: 299.
- (22) CAMPOS, 2000: 5/6.
- (23) RODRIGUES FILHO, 1990.
- (24) ETZEL, 1995.
- (25) FROTA, s.d..
- (26) CAMPOS, 1989.
- (27) CAMPOS, 2000.
- (28) MARCÍLIO, 1986: 215.
- (29) Jornal "O Atlântico" (APMC-H, 28/06/64, p. 1/3).
- (30) APMC-DOAP Pasta 1.

5. A VIDA CULTURAL

Jurandyr Ferraz de Campos & Valter Padgurschi

A vida cultural de um povo está diretamente ligada às suas tradições e se reflete nas suas festas religiosas ou pagãs. São transmitidas oralmente ou em eventos fixos, através de suas lideranças específicas, gerando a cultura popular ou então o seu folclore. A este aspecto cultural é destinado um capítulo específico. Aqui vamos tratar da manifestação cultural de forma um pouco mais estruturada, entendendo cultura como um conjunto de atividades que tem por objetivo alavancar o comportamento de um povo do ponto de vista espiritual e social.

309

5.1

O Perfil Cultural do Povo no Início do Século

No início do século XX, a vida em Caraguatatuba

*[...] em quase nada diferia da de suas irmãs caiçaras deste litoral paulista, pois todas elas estavam marcadas pelo isolamento, provocado, em grande parte, pela formidável parede de rocha e terra da montanha e pela imensa floresta de encosta, componente da densa mata atlântica, e conseqüente, por outro lado, além de fatores diversos da quase total ausência de apoio por parte do Poder Público... na zona rural, que era quase tudo ao redor da vila, não mais que uma casa aqui, um rancho no muito adiante, um casarão no mais além, um tapiri na curva do desabrochar dos confins [...]*¹

Diante desta realidade, é justo pensar que, em função da falta de meios de comunicação, a vila voltasse para si mesma, pois as informações, um dos instrumentos para o movimento cultural, mal chegavam por aqui.

Neste princípio de século, o esboço de uma formação cultural está ligado à existência das Escola Reunidas destinadas à formação do 1º ao 3º ano e os Grupos Escolares destinados às quatro séries.

... As festinhas escolares davam um pouco mais de vida à nossa vila humilíssima e solitária... épocas essas de grande azáfama nas escolas para a preparação cuidadosa das exposições de trabalhos manuais – eram um acontecimento so-

cial – educativo (sic) essas exposições, que chegavam a ser competitivas –, sempre muito bonitas, graças ao entusiasmo contagiante dos professores ... aquelas mesmas reuniões festivas de fim de ano, em que se ouviam canções folclóricas, discursos, poesias como a que nos reproduziu Binoca Passos, recitada por ela, quando aluna das escolas da vila, e que começava assim “Uma vez, perguntaram-me quem era / o artista maior que eu conhecia. / Vinha galgando o sol da primavera / e a natureza em flor cantava e ria” (sic) ... a escola continuava a mesma de sempre. Risonha e franca!”²

Portanto, os professores eram o elo de informação não só para o ensino básico como também para a formação do perfil cultural do povo da vila.

As festas religiosas, como as de Sto. Antônio, S. Benedito, S. João, Semana Santa e até as missas eram difíceis de serem realizadas em função da falta de vias de acesso a Caraguatatuba, que, nestes primeiros anos do século, era totalmente isolada na região do litoral norte.

Outro fator importante para a formação cultural são os jornais que, à época no país, já existiam em um bom número. E são eles que também divulgam a produção cultural seja ela literária ou apresentações artísticas, exercendo a crítica. Provavelmente muito defasados em relação às suas edições, chegavam à vila os jornais: Correio Paulistano e O Estado de São Paulo.

Em Caraguatatuba, apesar das dificuldades, tem-se conhecimento da existência de um pasquim denominado: O Litoral Norte. Afixado em postes, paredes, interior de bares, enfim, onde tivesse um espaço adequado, lá estava ele como todo bom pasquim. Produzido por Benedito Cruz, que, segundo consta, era mestre na arte de comunicar e como não poderia deixar de ser: mordaz, irônico e irreverente.

O gramofone, grande novidade da época, era uma raridade na vila. Só existia um no hotel Sta. Cruz, propriedade de D. Maria Justina de Freitas. O acesso ao conhecimento musical, divulgado através de um meio que é produto da cultura de massa, ficava restrito a poucos.

Uma manifestação cultural rara para a realidade da vila foi a existência de uma banda de música na então Fazenda dos Franceses, segundo

depoimento de Sebastião Castilho, caçara que ali trabalhou. Entretanto, suas apresentações aconteciam apenas dentro da fazenda.

Quanto a outras atividades culturais na época, fica o registro da presença do Circo “Tá-no-papo”, dos Irmãos Marques e o “Circo do Cascudo”. Grupos Teatrais e Cinema são atividades que ainda estavam por vir.

Com a instalação da Fazenda dos Franceses, depois Ingleses (v. Cap. 2), a realidade socio-econômica da vila muda radicalmente e, lógico que, em decorrência, a vida cultural também. A vila passa a ter acessos abertos em direção à serra e às cidades vizinhas, ampliando assim os meios de comunicação.

5.2

Cinema, Teatro e Música

Cinema

Na fazenda, existia uma série de atividades de entretenimento para os empregados, dentre elas a existência de um cinema de pequenas proporções, tanto é que as sessões eram realizadas segundo o número, previamente apontado, de seus espectadores. Um dado curioso foi a apresentação de documentários vindos da Inglaterra da Copa Mundial de futebol de 1938, a que assistia também o pessoal da vila.

Consta no livro de Atas da Câmara³ em 20/12/1928: “*Lido o requerimento do Sr. Padre Isidoro Ermeti solicitando a cessão de uma quadra de terras situada na praça Dr. Cândido Mota, com 45x35m, onde já o requerente construiu um prédio próprio para Cinema*”, que hoje está à altura do número 116 onde já funcionou uma lanchonete. Este é o registro do primeiro cinema na vila, cuja programação e periodicidade não foram possíveis de serem resgatadas. Pressupõe-se, entretanto, que ela fosse mais de documentários. Nome do cinema C.V.P. (Cinema do Vigário da Paróquia). O próprio Padre anunciava, ao final da missa, o filme do dia ou da semana”.⁴

Através de depoimentos recentes, verificou-se a existência dos seguintes cinemas: o da Binoca na década de 40, localizado na praça Diógenes de Lima, esquina com a Rua Mogi das Cruzes onde funcionou a antiga rodoviária; na década de 50, o Cine Caiçara instalado na Av. Altino Arantes,

na altura do número 619, com 350 lugares, hoje abandonado; e, mais recentemente, o Cine Máximo, na Av. Engenheiro João Fonseca, 170, também fechado. Existiu um outro cinema, de cujo nome não foi encontrado registro, instalado próximo à ponte do Rio Sto. Antônio e que foi destruído pelas águas da catástrofe de 1967.

Sobre o Caiçara, é assim divulgada sua programação no número 1 da edição do jornal “A Voz do Litoral” de outubro de 1953: “Cine Caiçara – de José Benedito Moreira – Programação 11/17 – Salvo imprevisto, os filmes a ser (sic) exibidos período acima serão os seguintes: 11/ Ambição Mortal; 12 / Coração de Leão; 13/14/ Invasão de Bárbaros; 15 / Mercado Negro; 16 / Encontro com a Morte; 17 / Homem de Bronze, com Burt Lancaster.” Constata-se, nesta informação, a existência de um entretenimento mais organizado, com uma programação previamente anunciada e com filmes de aventura, romances e mistérios. Já era uma exibidora com fins lucrativos, fazendo parte da indústria da cultura de massa e, como tal, moldando comportamentos, mas por outro lado trazia consigo também informações que deveriam contribuir para uma formação cultural.

Teatro

Teatro, entendido como uma manifestação cultural de forma organizada, passa a existir somente a partir da metade do século. Quem nos relata é D. Laura Passos Barros e seu marido, o Sr. Dácio Barros, em depoimento registrado pelo Arquivo Público Municipal.⁵

Anteriormente, na década de 40, existia alguma atividade semelhante ao teatro, na casa de um senhor chamado João Vicente que reunia o pessoal da vila para a realização de saraus, com a atuação de suas filhas. No Livro Dos Municípios do Estado de São Paulo, edição de 1951,⁶ no capítulo referente a Caraguatatuba, consta em Informações Diversas: “Grupos de amadores teatrais: diversos”. Por grupo entende-se uma forma organizada da atividade, com uma seqüência de ensaios, produção etc. Não é o que se registra na época, segundo depoimentos, a não ser que se entendam como grupos os trabalhos teatrais desenvolvidos no âmbito

escolar, muito comum na época e que não deixa de ser também uma manifestação cultural, porém restrita e inconsistente.

A atividade se desenvolve a partir da chegada à cidade de Fábio Quadros, natural de Taubaté, com passagens por Campinas e São Paulo. Tendo experiência como ator, ele passa a organizar um grupo e a encenar textos diversos por volta de 1953/54. Neste período, o apoio fornecido pelo Clube XV de Novembro cedendo espaço na antiga sede, rua Sta. Cruz, número 166, para as apresentações, foi fundamental para o êxito do grupo, e lá eles montaram um palco com uma infra-estrutura básica. As encenações apresentavam uma linguagem cênica, com cenários, figurinos etc. Os ensaios eram orientados por Fábio, com o rigor da técnica. No Clube, foram realizados três espetáculos.

Na época, esteve instalado na cidade um circo. Como o elenco dele era, na sua maioria, feminino, o dono do circo convidou alguns atores do grupo para participarem das suas montagens. Assim, o teatro foi para o picadeiro, ainda com a orientação do Fábio. A partir daí, alguns gostaram do circo, outros, com objetivos de vida diferentes, foram tomando novos rumos e o grupo passa a existir somente na memória.

Segundo o depoimento do Sr. Dácio, o grupo tinha mais ou menos quinze pessoas e as estrelas eram: D. Laurinha, D. Glorinha, D. Dionéia, D. Ângela, D. Regina entre outros. “O Fábio era um rapaz de muita experiência, trouxe para a cidade muita coisa que a gente não conhecia, trouxe o teatro organizado, mas lotava aquilo lá, as pessoas se emocionavam com as peças que ele levava”.

Assim, o teatro cumpriu a sua missão, possibilitando a troca de informações e conhecimentos.

Um dado curioso é o anúncio publicado em “A Voz do Litoral”, edição de 18 de setembro de 1955: “Breve no Cine Caiçara / Fábio Pacheco / e seus artistas na revista musicada / Folias de 1955 / Leny Novaes – José Oscar – Angela Moura – Vera Nardi”. Em estilo muito próprio da época, o povo da vila (cerca da 1500 moradores na cidade) pode presenciar um musical que era só dado aos grandes centros, principalmente Rio de Janeiro.

Bandas de Música

Em 21/9/36, é pedido para a Câmara Municipal auxílio financeiro para a formação da Banda Municipal “Sto. Antônio”. Em 20/10/36, o executivo é autorizado a despender 780 mil réis, para a compra de instrumentos. E, em 05/02/1937, em ofício encaminhado à Câmara pela sua Diretoria, comunica a posse dos seguintes instrumentos: “1 baixo; 1 bombardino; 1 pistão; 1 saxofone; 1 clarinete; 2 tambores; 1 bumbo; 1 caixa de rufo; 1 par de pratos; 2 pedais e 12 cadernos de papel para música”.⁷ Não se têm outras referências sobre a existência desta banda, o período em que atuou ou como deixou de existir, pois a que existe atualmente tem outra história.

Em dezembro de 1952, na gestão do Prefeito Antônio Augusto Matheus, foi fundada a Banda Municipal de Caraguatatuba que, com a liderança do maestro Joaquim Braga Filho, conseguiu se manter até meados de 1956, quando o Prefeito Altamir Tibiriçá Pimenta, alegando gastos excessivos, paralisou as suas atividades. Em 20 de abril de 1964, no aniversário de emancipação do município, ela ressurgiu sob a regência do maestro Pedro Alves de Souza e por um decreto-lei do então prefeito Geraldo Nogueira da Silva, de 17 de novembro de 1964, ela foi denominada Banda Municipal Carlos Gomes.

Os maiores problemas da banda eram a sua formação, pois não havia número suficiente de músicos, e também a aquisição de uniformes. Mesmo assim, ela teve e tem importante papel na vida cultural da cidade.

Visando a uma maior organização, foi criada a Sociedade Amigos da Banda Municipal de Caraguatatuba – SAMBA – com um estatuto próprio, sem fins lucrativos, que passa a administrar os recursos da entidade.⁸

Em meados de 1954, chega a Caraguatatuba Maria Stella da Silva Bueno de Oliveira, natural de Bragança Paulista e vinda de Campos de Jordão por recomendações médicas para recuperar-se de um reumatismo, utilizando-se de um barro preto que há no mar. Gostou da cidade e ficou por aqui. Ao realizar sua mudança, descobrem que ela é professora de piano e aí começa a sua contribuição na formação musical dos jovens da vila.

Ela organizou e dirigiu a Banda Marcial Carlos Gomes e o Coral Santa Cecília, tendo também criado uma Bandinha de Flauta Doce. Em

depoimento dado a Lita Chastan, membro do Centro Cultural Litoral Norte, em 1983, aos 70 anos, revela que o seu maior sonho era ver a implantação de um Conservatório Musical em Caraguatatuba. (Vide, neste livro, nesta parte, cap. 9)

5.3. O Que se Escreveu sobre a Cidade e seu Povo

ARMANDO CORRÊA DA SILVA escreveu a tese de doutoramento *O Litoral Norte do Estado de São Paulo (Formação de uma Região Periférica)*⁹, defendida na Universidade de São Paulo.

Trata-se de estudo exaustivo, com dados estatísticos, sobre o desenvolvimento econômico, adensamento urbano e meios de comunicação do Litoral Norte. Há informações interessantes como o modo das transações comerciais na segunda metade do século XVII, no porto da Vila de São Sebastião, até o registro da existência em 1970, em Caraguatatuba, de uma construção abandonada que funcionaria como Colônia Modelo e que se transformaria em Escola Técnica de Pesca, com funcionamento igual aos cursos técnicos e industriais na forma da legislação vigente. (Ver Parte II, Cap. 7).

JORGE PASSOS escreveu a obra intitulada *Litorâneo*¹⁰, a qual havia sido aprovada pela “Comissão Nacional do Livro Didático”.

Natural de Ubatuba, professor do ensino fundamental nas escolas da região, concluiu este livro, em 1947, com a preocupação pedagógica de passar às crianças os usos, costumes e cultura dos caiçaras. Ele descreve os ensinamentos dados por um professor a um menino do planalto que visita a região a começar por



Ubatuba. Na sua trajetória que passa pela Ilha Anchieta e vai até Santos, surgem explicações sobre marés, correntes marítimas, ventos, pescas antigas, fruticultura em Caraguatatuba etc., além de registrar as dificuldades que existiam para se locomoverem dada a escassez de meios e acessos. O Livro era ilustrado com 50 excelentes desenhos a bico-de-pena, de autoria de seu filho Vinícius Passos, elucidativos dos trechos estudados. Um dado curioso é que, até 1965, não se têm notícias da publicação do livro, embora o Deputado Sólon Borges dos Reis, em 1959, tenha indicado, através da Assembléia Legislativa de S. Paulo ao Poder Executivo, a sua edição através da Imprensa Oficial, para ser adotado como leitura complementar nas antigas escolas primárias. Até a presente data, não se tem notícia da sua publicação, entretanto fica o registro da preocupação de um escritor em manter viva a cultura caiçara.

LAURO CESAR MUNIZ é o autor da peça *O líder*.¹¹ Ed. Teatro da Juventude nº 22, fev. 1999 – Secr. de Estado da Cultura.

Um dos mais importantes dramaturgos brasileiros. Este texto para teatro situa-se no conturbado cenário político pós-1964. Começa assim o espetáculo: “(sobre uma tela projeta-se) A história do líder Joaquim Romão é verdadeira. Romão vive na praia de Tabatinga, perto da divisa entre Ubatuba e Caraguatatuba, litoral norte do Estado de São Paulo. É uma história simples, mas exemplifica, na sua pureza, o que pode acontecer quando há o abuso de autoridade.” O fato é que Joaquim Romão, líder na praia de Tabatinga, era por todos procurado para resolver pequenas confusões, comuns em uma vila de pescadores. Isso trouxe a simpatia de um delegado de Ubatuba que lhe dava certo apoio e destinou a ele a função de uma espécie de “inspetor de quarteirão”. Por este tempo, esteve por lá um agente da Superintendência da Reforma Agrária – SUPRA – organizando os pescadores e Romão, por saber ler, acaba se tornando Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Ao tentar solucionar uma confusão com dois pescadores, ele decide levá-los, amarrados, até Ubatuba, para que o delegado resolva a questão. Ocorre que o regime militar já estava

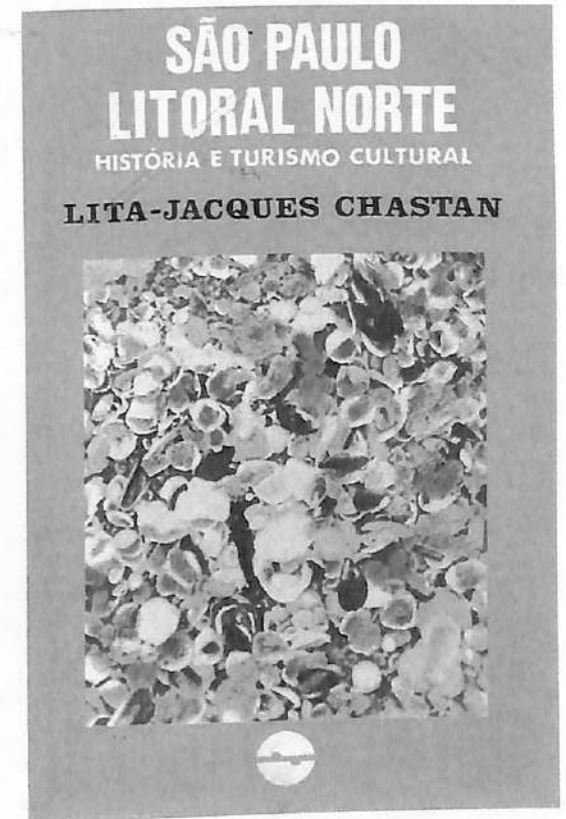
instalado no país e Romão desconhecia o fato. As pessoas da delegacia já não são as mesmas e aí ele se vê preso e respondendo à autoridade de plantão perguntas para a abertura de um Inquérito Policial Militar. Assim noticiava o jornal “O Atlântico”, em sua edição de 8 de maio de 1964, página 2 “Pescador Romão preso em São Paulo” e, em 10 de maio, na página 7, “Caiçara Joaquim Romão está livre: romance de ódio, perseguição e amor.

O texto foi encenado na Feira Paulista de Opinião, em 1968.

LITA CHASTAN é a autora da coleção *São Paulo – Litoral Norte*,¹² publicada em vários volumes.

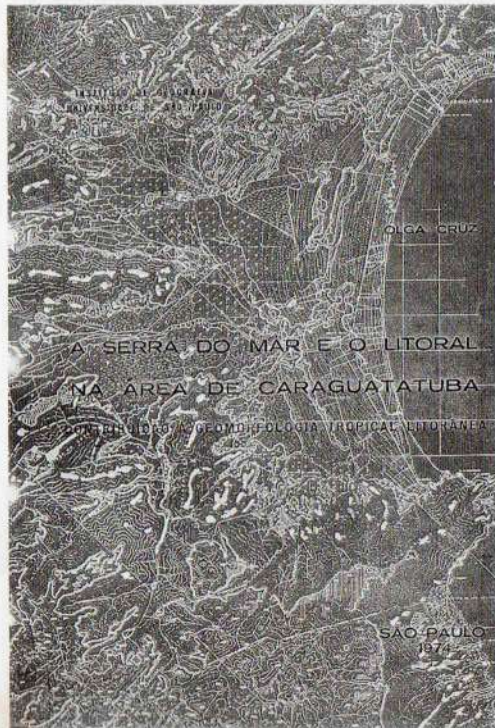
Poetisa e escritora premiada, foi membro do Centro Cultural do Litoral Norte, de Caraguatatuba, tendo realizado pesquisas na região e coletado depoimentos que resultaram em importantes publicações, por diferentes editoras. Seus estudos contribuem para um melhor entendimento do perfil sócio-cultural do povo da região, sendo um guia seguro para os que demandam esta encantadora região do Litoral Norte.

Merece destaque especial o vol. III, com o título *São Paulo – Litoral Norte; História e Turismo Cultural*, no qual todo o capítulo “Caraguatatuba e a Catástrofe de 1967” é dedicado a esta página da história recente do povo caraguatatubense. Escrito numa linguagem poética e ao mesmo tempo dramática, conta a dor e a angústia da população naqueles momentos terríveis, incluindo o depoimento escrito da professora de piano, Da. Maria Stella da Silva Bueno de Oliveira, mais conhecida como Maristela, na época Diretora do Coral e Banda Marcial Santa Cecília, de Caraguatatuba, do qual foi a fundadora. (Sobre a autora, ver, nesta parte do livro, o Cap. 9).



MARINO GARRIDO (1917) é o autor do livro *Fazenda dos Ingleses no litoral norte de São Paulo; um bocado de história*,¹³ publicado pela Universidade Santa Cecília dos Bandeirantes, de Santos, o qual resgata e descreve a história da antiga Fazenda dos Ingleses, desde o seu início em 1927 até o declínio em 1967 (Ver Parte II, Cap. 1).

Relatado em um estilo romanesco, dados históricos se relacionam com “causos” e fatos pesquisados se relacionam com sua memória, pois ele trabalhou



MARINO GARRIDO
**FAZENDA
DOS INGLESES**

no litoral norte
do estado de são paulo

(um bocado de história)

PRO ARTE AC PRO SCIENTIA
ceciliana
REVISTA DE ESTUDOS

na fazenda durante um bom período de sua vida. Em especial, vem a parte três do livro que situa a vila de Caraguatatuba, na década de 20, com seus usos e costumes e suas dificuldades socio-econômicas.

OLGA CRUZ é a autora da tese de doutoramento pela Universidade de São Paulo *A Serra do Mar e o Litoral na Área de Caraguatatuba – SP; Contribuição à Geomorfologia Litorânea Tropical*.¹⁴

Este trabalho de Doutorado, apresentado em 1972, faz uma análise da região do Litoral Norte, que vai de Santos até o Rio de Janeiro; composição rochosa, solo,

movimento das águas, índices pluviométricos etc., tendo em vista os acontecimentos das chuvas no verão de 1966-67. Em janeiro de 1967, na Serra das Araras, no estado do Rio, em fevereiro, ainda no Rio, nos bairros de Laranjeira, Tijuca, Salgueiro e Sta. Teresa, e finalmente Caraguatatuba, em 18 de março, com maior intensidade, acontecem os fenômenos do escorregamento das encostas. (Ver Parte I, Introdução: Geografia e Parte II, 9. A Catástrofe de 1967). Entre outras conclusões, a autora afirma que

A observação e análise da paisagem na área de pesquisa, de abril de 1967 a janeiro de 1970, permite concluir que os problemas da costa Sudeste e Sul do Brasil dependem diretamente da origem e evolução, passada e presente, das escarpas da Serra do Mar. Ainda mais, a ação dos processos morfogenéticos, provocada por chuvas prolongadas com períodos de grande intensidade, pode desencadear fases mais acentuadas de dinamização e desgaste das vertentes escarpadas e conseqüente deposição, com aceleração da evolução litorânea. Além das oscilações do nível marinho e tectônica, a extensão espacial das baixadas está na dependência da evolução no tempo das vertentes da Serra do Mar.

319

PRISCILA SIQUEIRA escreveu *Genocídio dos Caiçaras*¹³

Jornalista, tendo trabalhado um bom tempo como repórter regional para O Estado de São Paulo e Jornal da Tarde, descreve, no livro, as atrocidades feitas sobre a cultura e o caiçara em nome do progresso e da especulação imobiliária em todo o Litoral Norte e o Litoral Sul Fluminense. Assim prefacia o Professor Dalmo de Abreu Dallari

Políticos sem escrúpulos, especuladores imobiliários, empresas multinacionais e pessoas ricas à procura de "paraísos" para a recreação descobriram o Litoral Norte paulista e Sul fluminense. Foi o começo do genocídio (morte física), acompanhado de etnocídio (morte cultural) dos caiçaras e de agrupamentos de índios guaraniés existentes na região.

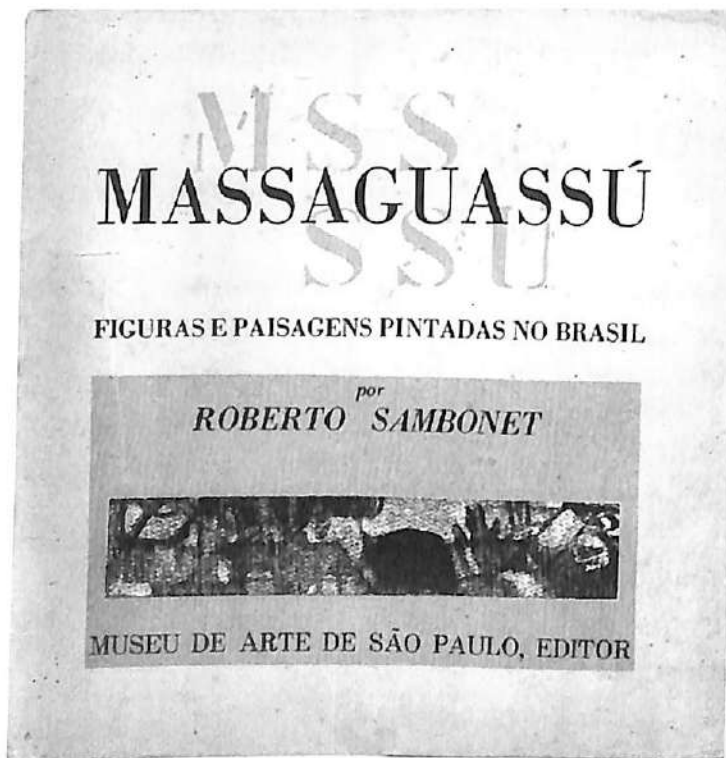
ROBERTO SAMBONET, nascido em Vercelli, Itália, em 1924. Saindo de uma Europa destruída pela segunda guerra mundial, este pintor aporta em Caraguatatuba mais precisamente na fazenda Cocanha, propriedade da família de sua esposa. Tendo ficado por ali durante um bom tempo, conhece a então aldeia da Massaguassu que assim é descrita por *Pietro Maria Bardi*:

[...] aldeia que fica um pouco antes da fazenda, diante de um brejo por cima do qual pairam nuvens de mosquitos-pólvora [...] o oceano oferece peixes, a caça é farta na mata e com a cana se faz uma aguardente embriagadora... As portas das choupanas permanecem abertas [...] a capelinha milagrosa, historiada (sic) de flores de papel de seda, com o altar construído de tábuas e coberto por toalhas feitas com velha roupa branca e as imagens vindas só Deus sabe de onde... chama-se Massaguassu; não a assinala nenhum mapa ... Seus habitantes são negros ... brancos de origem francesa do tempo de Mem de Sá [...]

Sambonet conviveu com esta realidade e retratou-a em telas, cerca de trinta e quatro, que foram expostas no Museu de Arte de São Paulo – MASP – em 1948. O mesmo museu editou um livro, com tiragem de 975 exemplares, sob o título de *Massaguassú: Figuras e Paisagens Pintadas no Brasil*, por Roberto Sambonet.¹⁶

O livro, além de registrar as telas produzidas por ele nesta fase, possui também um prefácio de Pietro Maria Bardi, diretor do MASP, que esteve em visita no local à época.

Desta oportunidade, ele consegue captar a beleza da região e com a sensibilidade de artista que possuía, traduziu suas impressões em um texto rico, além de fotos que foram realizadas e conjuntamente publicadas. Do texto, já editados alguns trechos acima, ainda temos: “Por enquanto, ele pinta. E, às escondidas, pintam também seus modelos. Não sabiam eles, antes, que os homens podem reproduzir aquilo que vêem e que não é difícil ensaiar-se nesta operação, que acalma os nervos e propor-



ciona tamanho prazer. Assim Bráulio (Manuel Bráulio), o preto que mandou arrancar um dente sadio para substituí-lo com um de ouro, desenhou todo o saber a seu alcance, na folha que reproduzimos pouco depois do desenho de outro modelo, uma menina chamada Chiquinha. Podemos supor que, agora, já a aldeia toda desenha e pinta, seguindo o exemplo do chefe da missão.”

ROBSON PEREIRA DIAS é o autor do trabalho de conclusão de curso *Caraguatatuba – Banana, Negócio do Brasil*.¹⁷

O autor, em sua obra, desenvolve um panorama do desenvolvimento econômico de Caraguatatuba, desde o período colonial, tendo, como núcleo da sua tese, a economia da “Fazenda dos Ingleses”, segundo depoimentos importantes de diversas pessoas, as quais tiveram relacionamento direto com aquela propriedade agrícola. Segundo Dias, o seu trabalho “tem como objetivo analisar o ‘projeto inglês’ que, por quase meio século, explorou a fruticultura no Município de Caraguatatuba, visando avaliar seu impacto sócio-econômico sobre a cidade e, também, colaborar para a difusão da história da região.” Adota uma postura crítica e inovadora em relação à verdadeira contribuição dos “ingleses” para com a cidade de Caraguatatuba, concluindo, ainda, que o “trabalho deveria colaborar para a preservação da memória cultural desta região, objetivo este que se considerou atingido.” (Vide, neste livro, nesta parte, o cap. 1).

SILVIA REGINA PAES é autora da tese de mestrado *Espaço da Vida, Espaço da Morte na Trajetória Caiçara*.¹⁸

Nascida caiçara, Sílvia sai do seu mágico mundo, em 1988, para concluir seus estudos, em Araraquara, na Universidade Estadual Paulista, no Curso de Sociologia. A partir desta ausência e da reflexão sobre suas raízes, ela elabora sua tese de mestrado.

Este trabalho iniciou-se com uma preocupação de resgatar a cultura caiçara, ou melhor, uma parte dela que ainda sobrevive no Bairro Porto Novo, em Caraguatatuba – SP. Esse Bairro passou por uma rápida transformação, após a década de 60, pois até então os caiçaras que lá viviam e ainda vivem não haviam entrado num processo grande de transformação sócio-cultural e ambiental. Viviam exclusivamente da natureza e as relações sociais eram com base no compadrio, a família compondo o núcleo econômico e também social principal.

Baseada na oralidade, ela se viu em uma situação delicada, pois as pessoas entrevistadas eram do seu núcleo de convivência, o que poderia comprometer seu trabalho. Lançou-se ao desafio, posicionando-se o mais possível, enquanto pesquisadora.

Foi um resgate da memória da própria pesquisadora, pois vivi, na infância, muito do que foi relatado. Minha identidade básica e fundamental, enquanto caiçara e ser humano, foi formada e construída nos mesmos espaços sobre os quais aqui escrevo e, conjuntamente, com as pessoas entrevistadas. Há muito das águas salgadas ou doces, lama ou terra firme em meu pensamento. Muitas histórias aqui narradas estão incrustadas no meu ser e ajudaram a formar o que sou hoje.

O estudo demonstra a relação do caiçara com o seu meio ambiente: peixes, aves, animais, plantas e os espaços terra (roça e mata), mangue, rio e mar, representados por lendas e “causos” das entidades protetoras da natureza, como “O Rei dos Peixes”, o “Pora”, da mata e do rio, o “Capitão do Mato”, representado por uma árvore, ou o “Caipora”, também defensor da mata. São conhecimentos do imaginário do caiçara, a ciência do seu saber, determinando comportamento usos e costumes.

O caiçara não tem como princípio a acumulação de bens, já que a natureza lhe é generosa, e, para tanto, a lenda explica:

[...] Um homem [...] matô, sozinho, matô cinco porco [...] E não podia carregá mais de um. Aí, ele ficou pensando: 'E agora o que que eu vô fazê? Ele não podia pegá, porque tinha quatro morto. Aí, nesta hora, chegou um homem perto dele e falou: "Esse aí você carrega e os otro vão embora". Pegô uma vara para batê no porco. O porco levantado e saíram tudo ele [...] Muita gente conta isso aí.

Essa lenda se vê reproduzida na simplicidade da ação concreta de um caiçara

[...] se mata os bichos grande, mata um só. Aquele já dá pro cé [...] Cé vai e encontra um bando de porco do mato, se você está sozinho no mato, vai matá três, quatro porco, pra quê? Você não aguenta carregá. Deixa o bicho

estragando? Então, mata um. Só o que dá pra gente comê. Aquele que dá pra levá pra casa. Tem gente que é muito ganancioso demais.

E de um outro morador do Bairro: “[...] Nós devemos dá respeito. Porque esse pessoal que tá vindo agora, eles não respeitam. Eles querem é devorá, querem acabá com tudo que tem. Eles querem tirá o útimo [...]”

Ainda, com relação ao respeito pela natureza, vê-se em um outro depoimento, desta vez de um pescador: “[...] A natureza, ela, sabe que a natureza se revolta!”

Assim, Silvia tecendo, página a página, seu raciocínio, vai desenvolvendo a tese e conclui que

[...] apesar das transformações sócio-cultural-ambientais ocorridas após as décadas de 60 e 70, há, ainda, uma identidade caiçara reconhecida pelos mais jovens que continuam a navegar pelos rios e mares. Mesmo, com todas essas mudanças, os moradores ainda se reconhecem enquanto caiçaras.”

Centro Cultural Litoral Norte

Fundado em 20 de outubro de 1979 por José Maria Gonçalves Romero, Eduardo Alvarenga, Luís Carlos e Marino Garrido. Ele se reveste de importância para a história da vila e seu povo justamente por ser uma tentativa de se resgatar e conservar a memória caiçara, fonte de pesquisa desta publicação. Várias informações coletadas em depoimentos prestados ao CCLN foram utilizadas neste capítulo. Declarado de Utilidade Pública em 30/11/1982, mantinha representantes em todas as cidades do Litoral Norte, em várias capitais brasileiras, inclusive Brasília, e, no exterior, em Paris.

Em folheto de divulgação das suas atividades, existe o seguinte apelo: “NÃO! NÃO JOGUE FORA, POR FAVOR – LIVROS antigos ou não (de profecias, crendices populares, folclore, ... SUPLEMENTOS literários, agrícolas, ... ANÚNCIOS de antigos escritórios... ALMANAQUES surgidos há muitos anos, ...” Segue uma infinidade de itens abrangendo todos os aspectos (do comportamental ao dado histórico) do povo da vila.

Este documento é a prova da preocupação dos componentes do CCLN em resgatar as raízes e preservar a memória do povo da vila.

Idealizaram uma série de livros, entre os quais o já citado “Fazenda dos Ingleses” que contou com a persistência de Gonçalves Romeiro para que sua publicação lograsse êxito. Garrido também queria que o nome de seu colaborador estivesse na capa do livro, porém Romeiro achou que sua autoria se devesse somente às páginas 9, onde faz um nota explicativa do trabalho, e 11 em que realiza um verdadeiro manifesto/desabafo sobre o programa do CCLN:

Os artigos do Código Civil Brasileiro, que tratam da prescrição, nada têm que ver com a Memória Histórica. Por quê? – Porque esta é IMPRESCRITÍVEL.

Documentos públicos, de qualquer natureza, não pertencem aos governantes ocasionais. São propriedade do POVO. Só ele pode autorizar, ou não, o apagamento das coisas que de direito lhe integram o patrimônio, porque lhe dizem respeito. NINGUÉM MAIS!

Assim, comete crime contra a Cultura e imperdoável desrespeito ao POVO quem quer que, por ação ou omissão, atire ao lixo ou à fofalha os registros de seu interesse, do superior interesse da coletividade [...]

Por falta de apoio ou ignorância dos “governantes ocasionais” e de novas lideranças para empunharem a bandeira do Centro Cultural Litoral Norte, ele desapareceu do cenário da cidade e todo seu acervo foi retalhado, sendo que quase a totalidade do iconográfico definitivamente perdido.

Hoje parte de seu acervo, inclusive fitas de áudio e vídeo com depoimentos, foi recuperada pelo Arquivo Público Municipal.

5.4.

A Cultura Caiçara no Último Quartel do Século XX

Até aqui foi relatada a evolução cultural da então vila e hoje cidade de Caraguatatuba do ponto de vista da sistematização e constância, tendo o conceito de cultura de massa como um dos parâmetros de análise.

O que se constata é que os meios de comunicação de massa, tendo em vista a importância na circulação da informação, chegaram muito defasados em relação a outras localidades: cinema na década de 40, muito incipiente, e com regularidade na de 50, ainda nesta mesma década sur-

gem jornais e emissora de radiodifusão locais; sinal de televisão somente na década de 70.¹⁸

As artes como o teatro, a música e a pintura que desnudam, cantam e retratam a alma, criando uma consciência crítica, foram esporádicas e ficaram ao sabor de poucos iniciados. Os elementos básicos de um fundamento cultural ficaram, um bom tempo, afastados do povo da vila. Um outro fator, tão ou mais importante, são as manifestações culturais do caiçara mesclado com outras culturas principalmente a do negro, fontes da tradição e memória, que foram sucateadas pelos que aqui chegaram em busca de riqueza.

Assim, temos que nem a informação cultural que deveria gerar um aprofundamento nas artes nem a manifestação da cultura caiçara, com toda sua originalidade, realizaram a identidade de um povo. É oportuno destacar uma passagem de uma carta de Padre Anchieta ao rei de Portugal que talvez esclareça a questão, diz ele "... Nestas regiões, onde ninguém cultivava as letras, e todos se dão a negócios...". É a justa medida para o entendimento da pouca importância que se dá ao desenvolvimento cultural de um povo.

Dois fatos, porém, devem ser registrados como fatores importantes para o desenvolvimento cultural da cidade. O primeiro deles foi a criação da Fundação Cultural de Caraguatatuba – FUNDACC – fruto da batalha incansável de um médico que por aqui aportou no ano de 1977, Pedro Norberto, além de um entusiasta pelas artes cênicas, também se preocupou com a questão cultural. A Fundação estava prevista na Lei Orgânica do Município de 1989 mas só foi concretizada em projeto de lei de dezembro de 1992 e instalada em janeiro de 1993, tendo como presidente Pedro Norberto para o biênio 93/95.

O outro fato foi a criação em março de 1998 do Arquivo Público do Município, órgão técnico que está dando continuidade aos ideais dos fundadores do Centro Cultural Litoral Norte. Estas duas entidades poderão representar muito para a cultura da cidade: a primeira organizando e dando sustentação às diversas manifestações culturais e a segunda resgatando a história da vila, organizando-a e divulgando para as novas gerações, as-

sim, quando se comemorarem 200 anos de emancipação do município, a história da cultura poderá ser mais rica.

Como foi visto ao longo do capítulo, a ação cultural existiu pelo esforço de alguns abnegados e sobrevive por atuação de suas lideranças que necessitam do apoio da comunidade e dos poderes constituídos, caso contrário, a cultura fica apenas em movimentos pontuais, sem ter uma continuidade que a estabilize e a torne tão necessária ao seu povo como o ar que se respira.

A cultura revela a alma de seu povo.

Notas

- (1) GARRIDO, 1988: 49/51.
- (2) GARRIDO, 1988: 68/70.
- (3) APMC-ATAS, Livro n.º 14/03, fol. 97r. Tema: Cinema do Padre.
- (4) GARRIDO, 1988: 52.
- (5) APMC-DOAP, Tema: Teatro década de 50, 19/02/2000.
- (6) Livro dos Municípios do Estado de São Paulo, 1951: 269.
- (7) Atas da Câmara Municipal de Caraguatatuba, livros 14/05: 12r; 14/05: 14r; 14/05: 21r.
- (8) Histórico da Banda Municipal “Carlos Gomes” de Caraguatatuba, material de divulgação, Fundacc.
- (9) SILVA, 1975.
- (10) PASSOS, 1947.
- (11) MUNIZ, 1999.
- (12) CHASTAN, 1975/1983.
- (13) GARRIDO, 1988.
- (14) CRUZ, 1974.
- (15) SIQUEIRA, 1984.
- (16) SAMBONET, 1949.

- (17) DIAS, 1992.
- (18) PAES, 1998.
- (19) No programa das Comemorações da Semana do I Centenário de Caraguatatuba (Resumo) publicado pela revista Fagulhas (publicação de Taubaté), em edição alusiva à data, encontra-se: “ Na cidade nesses mesmos dias, serão realizadas demonstrações de televisão em praça pública, pelo sr. Luiz Caramuru Nogueira, que se propôs dotar Caraguatatuba de televisão.”

6. A INSTRUÇÃO E A SAÚDE PÚBLICA

Odair Aparecido de Paula

6.1.

A Instrução Pública

328

A Organização escolar

Após o advento da República, novas estruturas educacionais foram implantadas com o objetivo de levar a Instrução Pública ao maior número de crianças possível, com a abertura de escolas nos mais diversos povoados.¹

A instrução ministrada naquela época era dada apenas até a 4.^a série do primeiro grau, atualmente ensino fundamental I. Os cursos subseqüentes só existiam nas grandes cidades, impossibilitando a formação em um nível mais elevado para a população na maior parte do país.

Em Caraguatatuba, havia escolas primárias nos locais mais povoados e, naqueles bairros que ainda estavam em fase de formação, os moradores solicitavam à Câmara a abertura de escolas, como houve no Bairro do Tinga e Jaraguá, no ano de 1902.²

Com o objetivo de melhor atender às escolas públicas, o governo criou a Caixa Beneficente Escolar, que deveria auxiliar, nos municípios, as escolas carentes em todas as suas necessidades. Para isso, a Caixa, além de receber doações de quem pudesse contribuir para a melhoria do ensino público, contava especialmente com a contribuição da administração municipal, como, por exemplo, em Caraguatatuba, onde a Câmara aprovou uma subvenção de 10.000 réis mensais em benefício da Caixa Escolar do Município.³

Em 1948, a Câmara Municipal aprovou um projeto para a criação de um jardim da infância, para atender os pais que necessitavam trabalhar e tinham que deixar seus filhos sob a guarda de amigos. A Câmara tinha como objetivo juntar forças com o Sanatório Maria Imaculada, pedindo a colaboração das Irmãs Pequenas Missionárias, para fundar, no prédio onde estavam estabelecidas, o Jardim de Infância. Infelizmente, a Madre Supe-

riora, em ofício enviado à Câmara, informou que a irmandade estava vendendo seu prédio e se mudando para outro local, motivo pelo qual não poderia unir forças para esse fim. Pela falta de outros locais adequados para implantação do projeto, a Câmara não pode dar andamento a esse projeto nesse período.⁴

No ano de 1970, surgiu a proposta de se organizar em Caraguatatuba uma escola técnica de pesca. O projeto era o seguinte:

*O curso técnico de pesca se propõe formar técnicos de grau médio especializados em pesca e sua industrialização; teria duração de quatro anos letivos com regime de frequência integral, contando inclusive com estágios de embarque obrigatórios. Sua estrutura e funcionamento seriam análogos aos demais cursos técnicos e industriais e na forma da legislação vigente. Seriam ministradas aulas de matérias específicas de cultura técnica tais como por exemplo: Oceanografia, Biologia Marinha, Meteorologia, Barcos, Equipamentos e Aparelhos de Bordo, Técnica de Captura e Conservação, Industrialização do Pescado.*⁵

A Escola seria implantada numa antiga construção abandonada, iniciada para funcionar como Colônia Modelo. Essa iniciativa, porém, não se efetivou.

A Fundação do Ginásio Estadual

O Ginásio Estadual de Caraguatatuba, fundado em 12 de abril de 1952, foi o primeiro a ser instalado no Litoral Norte, onde os estudos, até então, eram somente até a 4.^a série do primário, atual ensino fundamental.

A criação do ginásio foi aprovada pela lei n. 607 de 2 de janeiro de 1950, e sua instalação foi feita no prédio onde já funcionava o grupo escolar, Prof.^o Adaly Coelho Passos, partindo das quatro séries iniciais.

O Ginásio recebeu o nome de Thomaz Ribeiro de Lima, em homenagem feita por seu filho, o então Presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo, Sr. Diógenes Ribeiro de Lima, que a pedido do então Prefeito de Caraguatatuba, Altamir Tibiriçá Pimenta, conseguiu um financiamento para a construção de um prédio, para abrigar a instituição.⁶

Funcionando em um prédio mais amplo, situado na Avenida Frei Pacífico Wagner, o Ginásio passou a receber estudantes dos municípios vizinhos. Seu primeiro diretor foi Professor Geraldo Lima.

A escola contava com uma biblioteca que, em 1957, dispunha de 2.500 volumes e desempenhou importante papel no desenvolvimento das atividades esportivas da cidade.⁷

6.2. A Saúde Pública

Introdução

A entrada do novo século não trouxe a Caraguatatuba grandes modificações, no setor de serviços públicos. A ausência de casas de saúde ainda permaneceu pelo menos até a metade do século.

Segundo os antigos moradores de Caraguatatuba, o único serviço de assistência à saúde local era prestado por médicos que vinham, periodicamente, de São José dos Campos. Os farmacêuticos e os profundos conhecedores de ervas medicinais continuaram por muitos anos assistindo a população.

Em todo o município, somente na Fazenda dos Ingleses, grande produtora de bananas, é que havia assistência médica fixa, contratada pela fazenda, mas se restringia apenas aos seus funcionários (Vide, nesta parte, cap.1).

As Epidemias

As epidemias que atingiram Caraguatatuba não tiveram grandes proporções. Apenas as doenças mais comuns, como a malária, continuava fazendo grande número de vítima.

Doenças como sarampo, por exemplo, atingiam mais a população escolar, porém, com um certo controle, não chegando a ocorrer número expressivo de vítimas fatais.

Entre os casos de doenças mais graves na região, um ocorreu em 1904, no município de Ilha Bela, com uma triste notícia que assustou toda a população caiçara do Litoral Norte. Referia-se a uma doença fatal que se

alastrou de um navio, o vapor Vitória. A notícia ganhou repercussão. Vejamos a informação de um jornal da capital paulista: “[...] depois que [...] esteve encalhado o vapor “Victoria”, começou a aparecer no vizinho município febre de mau caracter, fazendo vítimas em 24 horas [...] a ponto de chegarem a falecer famílias inteiras.” Havia a informação de que a doença estava se alastrando devido à “carne avariada” que estava sendo jogada do navio Vitória, encalhado nas proximidades. O combate a essa doença foi tardio, sendo que só foi enviada uma comissão médica em fins do mês de março àquela povoação. Os municípios de São Sebastião, Ubatuba e Caraguatatuba reclamaram junto ao governo, por não ter enviado “delegados de higiene” para notificarem se a doença havia ou não se alastrado para fora de Ilhabela: “Quem

Óbitos de 1903 a 1920

Anos	Sarampo	Coqueluche	Tuberculose	Meningite	Difteria	Malária	Gripe	Sífilis	Tétano
1903	0	4	3	9	0	1	13	0	0
1904	0	4	3	0	0	0	1	0	0
1905	0	0	1	0	0	0	0	0	0
1906	0	0	3	0	0	0	0	0	0
1907	0	0	5	0	0	1	0	0	0
1908	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1909	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1910	0	0	0	0	0	0	0	0	1
1911	4	5	2	2	0	0	0	0	1
1912	0	4	2	0	2	1	1	0	0
1913	0	14	0	0	0	0	1	0	0
1914	X	X	X	X	X	X	X	X	X
1915	X	X	X	X	X	X	X	X	X
1916	0	0	4	0	0	1	1	0	3
1917	2	0	2	0	0	0	0	0	3
1918	0	0	0	0	11	9	0	1	1
1919	0	0	5	0	11	1	0	0	0
1920	2	0	1	0	0	0	0	0	8

Fonte: Anuário Demográfico Sanitário do Estado de São Paulo (vários anos).

poderá duvidar que, por uma infelicidade, o mal não se propague em todo o litoral, estando, como está diariamente, em comunicação com a Vila Bella”.⁸ Felizmente, a doença não chegou a atingir outros locais.

No ano de 1918, a gripe espanhola chegou ao Brasil e, rapidamente, espalhou-se por todos os cantos do país. As medidas de combate tomadas em Caraguatatuba não foram diferentes das de outros municípios. As escolas, comércios e demais instituições, onde havia aglomeração de pessoas, foram todas fechadas para evitar a disseminação da doença.⁹

As aulas escolares ficaram suspensas, de outubro de 1918 a março de 1919.¹⁰ Devido à falta de serviço médico, não sabemos ao certo quantas vítimas a doença fez no Município. No quadro ao lado, (*Óbitos de 1903 a 1920*), descrevemos o número de óbitos causados por algumas doenças.

O crescimento vegetativo, durante esse período, apresentou resultado negativo. Vejamos no quadro abaixo:

Crescimento Vegetativo

Anos	Nascimentos	Óbitos	Situação	Anos	Nascimentos	Óbitos	Situação
1903	68	87	Neg.	1912	64	64	=
1904	36	82	Neg.	1913	94	116	Neg.
1905	54	68	Neg.	1914	X	X	X
1906	47	65	Neg.	1915	X	X	X
1907	61	81	Neg.	1916	82	97	Neg.
1908	80	81	Neg.	1917	X	X	X
1909	79	62	Posit.	1918	80	83	Neg.
1910	84	56	Posit.	1919	82	82	=
1911	78	54	Posit.	1920	105	75	Posit.

Fonte: *Anuário Demográfico Sanitário do Estado de São Paulo (vários anos)*.

Na década de 20, havia, em Caraguatatuba, um modesto ambulatório para o atendimento médico. Como não havia um facultativo contratado pela Câmara Municipal, o atendimento e a direção ficavam por conta de um prático, conhecido pela população como “Melo”, e tinha como auxiliar o “Antoninho” (sem conhecimento dos seus sobrenomes).



O MOSQUITO TRANSMITE O IMPALUDISMO

SECÇÃO DE DIVULGAÇÃO SANITÁRIA



Exatir suas colunas e combater o impaludismo.



"A queima cura o impaludismo." Chegada aos conselhos de salubridade e aos centros de tratamento.



Foi examinado o sangue dos seus colunas e obrigou-se a um rigoroso tratamento.



A tela milimétrica e o mosquiteiro são proteção da casa dos mosquitos transmissores do impaludismo.



Moçar e queimar o mato alivia o perigo dos mosquitos transmissores.



Atenas tiramos folhas, destruindo a "larva" e contribuindo para o saneamento da propriedade.



O Petisco mata as larvas dos mosquitos transmissores do impaludismo.



O "Dunka Fome" misturado com petisco também mata as larvas. O queira como as larvas dos mosquitos.



A dessecção rende a terra, evitando a criação de mosquitos.

SOLICITE INFORMAÇÕES E INSTRUÇÕES A INSPETORIA DE PROFILAXIA DO IMPALUDISMO - SERVIÇO SANITÁRIO

333

Cartaz para prevenção do Impaludismo. Serviço Sanitário do Estado de São Paulo. Inspetoria de Profilaxia do Impaludismo.

(COMO SE REALIZA, 1942, 2ª contracapa)

Nesse ambulatório, eram distribuídos capsulas, purgantes, remédios contra maleita, sarampo, nó na tripa, constipação, verrugas, bicho de pé etc.. Neste mesmo local, eram feitos, pelos práticos, exames de vista, embora não fossem especializados.¹¹

O “Serviço Profilaxia da Malária”

No Estado de São Paulo, até a primeira metade deste século, a ocorrência de casos de malária era muito alta, abrangendo a maioria dos municípios e todo o litoral, que era uma das áreas mais atingidas, devido ao seu clima favorável e à falta de saneamento básico próximo dos núcleos urbanos.

Em 1932, Getulio Vargas, então Presidente da República, afirmava que: *“precisamos pôr em execução um plano completo de saneamento rural e urbano, capaz de revigorar a raça e melhorá-la como capital humano aplicável ao aproveitamento inteligente das nossas condições excepcionais de riqueza”*. Como medida de combate e prevenção da doença, o Governo Estadual, na interventoria do então Coronel Manoel Rabello, sendo Secretário da Educação e Saúde Pública, o Exmo. Dr. Francisco de Salles Gomes Júnior e Diretor de Saúde o Sr. Dr. Arthur Costa Filho, criou, em 8 de fevereiro de 1932, o Serviço de Profilaxia da Malária, contando com o apoio do Governo Federal e estabelecendo um *“programa de ação da Inspeção de Profilaxia do Impaludismo”*.¹²

Esse “Serviço” abrangeu todo o Estado, através de um programa de ação muito bem estruturado, que contava com equipes especializadas em diversas áreas de combate e prevenção, realizando os seguintes serviços: notificação dos principais focos da doença, estudos sobre o tipo do mosquito transmissor de cada região, controle de epidemiologia, educação sanitária, tendo, inclusive, uma equipe especializada em saneamento dos locais que apresentavam condições de proliferação do mosquito transmissor da malária.¹³

Em várias cidades, foram criados postos maláricos para facilitar os serviços necessários. No Litoral, uma das regiões mais afetadas, criou-se uma Estação Experimental de Malariologia, no município de Guarujá, com

o objetivo de intensificar os estudos sobre a doença e obter medidas mais adequadas para erradicá-la.¹⁴



O combate à malária em Caraguatatuba

Entre os municípios do Litoral Norte, Caraguatatuba apresentava maior número de casos de malária, merecendo, por isso, a instalação, na década de 40, de um Posto Malárico, situado na Praça Cândido Motta, tendo como atendentes Maria José Matheus, Irineu Meirelles e sua esposa Leticia Meirelles.¹⁵ Contava, também, com uma fábrica para construção de calhas e outros artefatos de concreto, destinados aos serviços de drenagem de córregos e aplainamento de terrenos, obras estas necessárias para a destruição dos locais de proliferação do inseto transmissor da doença.¹⁶

335

Os doentes de malária eram tratados no “Posto”, no qual também se realizavam exames de sangue para diagnosticar a doença, cujos resultados, segundo depoimento de Maria José Matheus, saíam em poucos minutos.



Fotos de Caraguatatuba no combate a Malária.
(COMO SE REALIZA, 1942: s/p.)

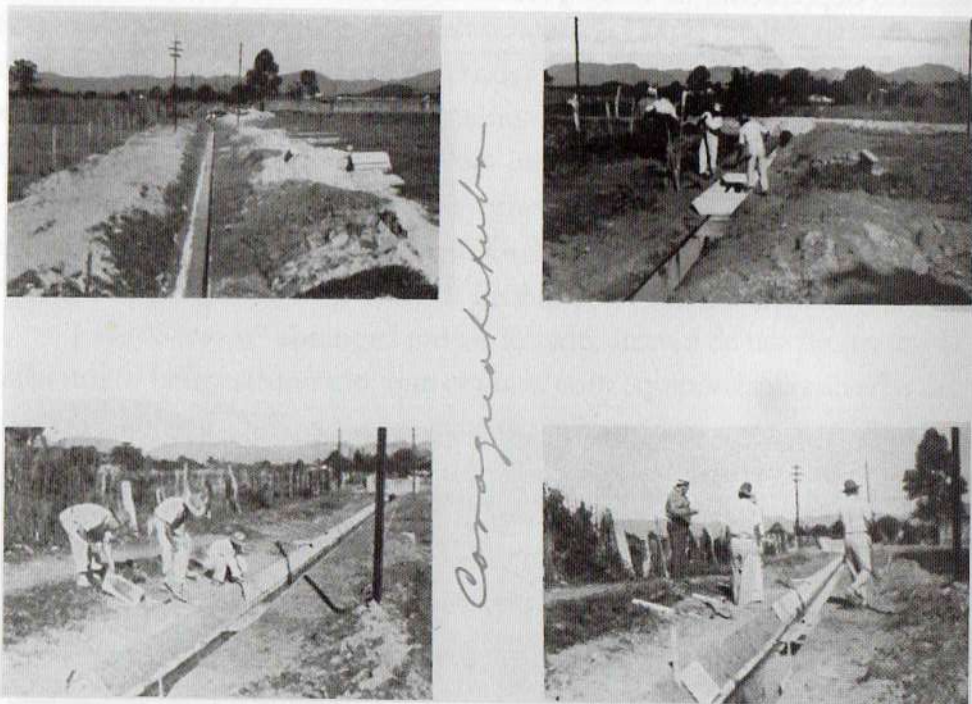
ARQUIVO
Arino Sant'ana de Barros
FUNDAÇÃO

FUNDAÇÃO
APMC

A falta de saneamento básico, em Caraguatatuba, foi o principal fator causador do número exorbitante de casos de malária. Para sanar este problema, uma equipe trabalhava intensamente em todo o território do Município, pois, na região caraguatatubense, sua planície é a que mais se distancia das escarpas serranas, apresentando grande número de córregos e charcos que cortam o seu território, tornando-o propício à proliferação do mosquito causador da doença, identificado, nesta região, como sendo do tipo "*plasmodium malariae*"¹⁷

336

No ano de 1940, segundo o Departamento de Saúde do Estado de São Paulo, Serviço de Profilaxia da Malária, em todo o Estado foram registrados 52.354 casos de pessoas infectadas. Já no ano seguinte, este número saltou para 181.398 casos. Em Caraguatatuba, a média de ocorrência que estava entre 501 a 1000 casos anuais, em 1940, passou, no ano seguinte, para 1001 a 2000, com um acréscimo de 100%, sendo este o índice



Fotos de Caraguatatuba no combate a Malária.
(COMO SE REALIZA, 1942: s/p.)

FUNDAÇÃO

mais alto do Litoral Norte. Mas havia outras regiões no Estado com média anual mais elevada, girando em torno de 3000 casos, como a região sudoeste, na divisa com o Estado do Paraná.

O Primeiro Hospital

Até a década de 1950, o município de Caraguatatuba não dispunha de um centro de saúde que atendesse a população. Periodicamente, um médico de São José dos Campos vinha à cidade prestar assistência médica aos necessitados.¹⁸

Apesar de a Câmara Municipal não dispor de recursos para a construção de um hospital na cidade, em seu orçamento estava inclusa uma verba destinada a hospitais que atendiam pacientes de Caraguatatuba.

Em 1948, estava sendo construído, em Campos do Jordão, um Hospital destinado ao tratamento de doentes de tuberculose. Como vimos no quadro acima, essa doença era causadora de vários óbitos no município. Este motivo levou a Câmara Municipal a aprovar, em seu orçamento para o mesmo ano, uma verba de CR\$ 1.500,00 destinada a essa obra a qual muitos benefícios traria à população.¹⁹

Mesmo que a cidade não apresentasse casos de lepra, a Câmara Municipal contribuiu para a manutenção do Sanatório Santo Ângelo, localizado no município de Mogi das Cruzes, com a quantia de CR\$ 1.000,00, no mesmo ano.²⁰

Um hospital em Caraguatatuba era a grande aspiração do Padre Américo Virgílio Endrizzi, que muito lutou para a realização desse grande melhoramento que iria beneficiar toda a população, não somente do município como também dos municípios vizinhos. Em 1952, o Padre Américo doou um terreno, situado na então estrada Caputera, para a construção da Santa Casa, instituição essa que seria dirigida pelas Irmãs Maria Imaculada.

A inauguração da Santa Casa se deu parcialmente, sem que toda a obra estivesse terminada, em 24 de maio de 1952.

Três anos mais tarde, no mesmo dia 24 de maio, deu-se a inauguração total da obra, que contou com a importante contribuição de toda a população.²¹

Notas

338

- (1) LARROYO, 1963: 903/10.
- (2) Atas da Câmara de Caraguatatuba. Livro 14/1 Fol. 83 v.
- (3) Atas da Câmara de Caraguatatuba. Livro 14/3 Fol. 76 r.
- (4) Atas da Câmara de Caraguatatuba. Livro 14/6 Fol. 34 v e 35 r.
- (5) SEPLAN, 1970: 7
- (6) Histórico da E.E.S.G. "Thomaz Ribeiro de Lima", depositado no Arquivo Histórico Municipal.
- (7) Revista Fagulhas s/p.
- (8) DAESP – O Comércio de São Paulo, 21/03/1904 p. 4.
- (9) PAULA, 1998: s. d.
- (10) Arquivo Histórico Municipal de Caraguatatuba: Livros de chamada de Escolas de Caraguatatuba – 1918.
- (11) GARRIDO, 1988: 60.
- (12) COMO SE REALIZA, 1942: s/p.
- (13) IBID.
- (14) IBID.
- (15) Depoimento de Maria José Matheus, de 7/6/2000 (APMC-DOAP: P. 1).
- (16) COMO SE REALIZA, 1942: s/p.
- (17) IBID.
- (18) Depoimento da Sra. Marcelina Santana da Silva.
- (19) Livro de Atas da Câmara Municipal n.º 14/7 Fol. 24r e v.
- (20) Livro de Atas da Câmara Municipal n.º 14/7 Fol 31v.
- (21) Revista Fagulhas s/p.

7. MOVIMENTOS ARMADOS

Jurandyr Ferraz de Campos & Luzia Rodrigues de Toledo Prado

7.1.

A Revolução de 32

*Onde estais em vosso ponchos,
Os fuzis sem munição,
Os capacetes de aço,
Os trilhos do trem blindado,
O lema de vossas vidas,
A saga de vossos passos,
Ó jovem de 32!*

Paulo Bonfim

339

Introdução

A Revolução de 1932 é resultado de um conjunto de transformações ocorridas na sociedade brasileira ao longo de 30 anos. Os acontecimentos que se desenrolam em 1929, 1930 e nos primeiros anos após 1930, poderão ser entendidos após um balanço resumido dos acontecimentos nos campos, político, social e econômico no Brasil. Esses acontecimentos intensificam as revoltas populares, resultando no movimento revolucionário.

Em 1929, o Brasil foi atingido pela crise da Bolsa de Nova York, comprometendo o comércio mundial. Alegando proteger os interesses da cafeicultura, o Presidente do Brasil, Washington Luiz, lançou para a sucessão o Governador de São Paulo, Júlio Prestes, do PRP (Partido Republicano Paulista). Ao indicar outro paulista, rompe com a política do café com leite, política esta em que mineiros e paulistas se alternavam no poder.

Devido à atitude de Washington Luiz, o PRM (Partido Republicano Mineiro) passou para a oposição, formando a Aliança Liberal com oligarquias de outros Estados, apoiando Getúlio Vargas para a presidência do Brasil. Assim, a oposição foi levada a dirigir-se aos maiores centros urbanos, para tentar sensibilizar os setores médios da população como, profissionais liberais, funcionários públicos e pequenos comerciantes.

O programa da Aliança Liberal continha reivindicações como voto secreto, reforma administrativa, independência do judiciário e reforma de ensino.¹ Em março de 1930, os candidatos da Aliança Liberal perdem a eleição para a chapa oficial. Por conseqüência da derrota eleitoral, a oposição começa a desmobilizar-se e deflagram uma rebelião político-militar.

Primeiros Levantes

A revolta foi articulada entre a região Sul e Nordeste, ganhando o apoio de diversos Estados brasileiros. O comando da revolta ficava por conta dos líderes aliancistas e tenentistas.

Os ministros militares antecipam-se ao movimento e depõem a Washington Luiz, em 24 de outubro de 1930. No dia 3 de novembro, Getúlio Vargas assume o Governo Provisório, tendo, porém, problemas para acomodar os interesses das Forças que o sustentavam, como o Grupo Oligárquico, setores do empresariado Industrial e tenentismo, retardando, assim, as medidas político-institucionais. Tais problemas acabam por provocar denúncias e manifestações públicas, terminando em revoltas como a Revolução Constitucionalista de 1932.

Revolução Constitucionalista de 1932

No ano de 1932, o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Democrático (PD) aliam-se à Frente Única Paulista e fazem campanha pela constitucionalização do País, ameaçando afastar do poder os quadros políticos tradicionais.

As manifestações populares ampliam-se e se fortificam. A insatisfação com os homens da ditadura crescem a cada dia. São Paulo começa a pugnar pelas suas reivindicações e pelos direitos de todos os brasileiros. Logo depois, todas as classes estavam unidas para lutar pelo mesmo ideal.

No dia 23 de maio de 1932, durante uma manifestação na Praça da República, quatro estudantes são mortos pela polícia, sendo eles: Mário Martins de Almeida, Euclides Bueno Miragaia, Antônio Américo de Camargo Andrada e Dráusio Marcondes de Souza. O Movimento Revo-

lucionário passa então a chamar-se MMDC (Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo).²

No dia 9 de julho de 1932, estava deflagrada a Revolução Constitucionalista. Os voluntários civis são incorporados aos batalhões das forças estaduais e são deslocados para as três grandes frentes de combate, nas divisas com Minas Gerais, Paraná e Vale do Paraíba. Contudo, os militares sabem que as forças federais são superiores e esperam o apoio prometido por Rio Grande do Sul e Minas Gerais. A luta se intensifica e muitos bravos paulistas caem mortos nos campos de batalha. Mesmo às custas de tantos sacrifícios, continuam, através da luta armada, seu protesto contra os desmandos por que passava o Brasil.

No final de setembro, os paulista conheceram a dor da derrota, o apoio prometido por Minas Gerais e Rio Grande do Sul não aconteceu. O exército constitucionalista é então derrotado. Cercados pelas tropas legalistas e sem qualquer outra saída, os paulistas se rendem. Sua rendição é anunciada no dia 3 de outubro de 1932.

Participação de Caraguatatuba na Revolução de 32

Como todo o resto do Estado de São Paulo, voluntários dos municípios do Vale do Paraíba e Litoral Norte também aderiram à Revolução Constitucionalista de 1932.

Caraguatatuba, por sua vez, não se isolou do combate armado, tendo os elevados ideais inundado o espírito de seus voluntários que, alimentados pelo patriotismo, partiram para a luta contra a ditadura no Brasil. Os voluntários de Caraguatatuba uniram-se aos da cidade de Paraibuna, na qual teve lugar a formação do “Batalhão de Paraibuna”, comandado pelo Capitão Edgar Armond, oficial da Força Pública que, na época, comandava os trabalhos da construção da estrada Paraibuna a Caraguatatuba.³

Centenas de cidadãos caraguatatubenses aderiram à revolução, sendo alguns convocados por serem reservistas e outros participaram como voluntários. As portas então se abriam para surgirem dali jovens cheios de vida, trocando o abraço dos familiares, que desejariam fosse eterno, por

uma arma. E assim partiram em direção às grandes conquistas ou à derrota inevitável.

Nesta lista incompleta, figuram alguns dos nomes que integraram a Guarda Cívica de Caraguatatuba e que, mesmo às custas de todo sacrifício, estavam ansiosos para lutar pelos direitos do povo brasileiro. Parte desta Guarda ficou assim formada: Sebastião Silvestre, Ildebrando Leite dos Santos, Francisco Nascimento, José Vicente dos Santos, Carlos Almeida Rodrigues, José Germano Ferreira, Leopoldo Ferreira Louzada, Paulo Ferraz Silva, Plínio Bento Rangel, João Reco, José Maria Bráz, José Lúcio Alcântara, Manuel Nardi, Honorato Ferreira, Benedito Fernandes e Ayres Bento de Oliveira.

342

Este punhado de revolucionários caçaras, inicialmente, integrou-se ao Batalhão Paraibuna, mas chegados a São Paulo, uns seguiram para o Sul, outros para as divisas com Minas Gerais e outros permaneceram na região de Paraibuna e Caraguatatuba, para guarnecerem a Serra, pois havia a possibilidade de combates nestas regiões.

Muitos dos combatentes que saíram de Caraguatatuba já morreram, mas as lembranças daquela época e dos combates na região Sul, permanecem na memória dos ex-combatentes como Plínio Bento Rangel e Leopoldo Ferreira Louzada, que seguiram para a linha de frente.

O Sr. Plínio Bento Rangel, irmão do Major Ayres Bento de Oliveira, morto durante a revolução, nasceu em 1º de setembro de 1914 e tinha apenas 17 anos quando se inscreveu no quadro de voluntários para os combates de 32. Hoje, aos 86 anos de idade, relembra alguns momentos que viveu durante a revolução. Ouçamo-lo, no seu pitoresco linguajar de caboclo caçara:

“Carlos Almeida Rodrigues era tenente e advogado também, juntou o pessoal e disse:

– Vamos defender São Paulo.

Daí juntamos a turma toda e fomos para Paraibuna. Saímos de Paraibuna e fomos para São Paulo. Lá, ele (Capitão Armond) distribuiu o pessoal: eu fui para um lado (Sul), outros para outro lado (divisas com Minas Gerais). O Leopoldo (Leopoldo Ferreira Louzada) e outros foram comigo, o resto debandô

para outro Batalhão, mas quem foi comigo, foi tudo para o Sul, Itareré, Piraju, na beira do rio Paranapanema. Ficamos naquela zona recebendo balas dos gaúchos. Lutamos por mais de dois meses.

Logo depois, tivemos ordem para retirada. Viemos, ficamos dormindo ali perto da Estação da Luz, deram um bônus de 20 Reis prá cada um, só prá vim embora. Chegando em Paraibuna, deixamos o caminhão e descemos a serra a pé”⁴

O Sr. Leopoldo Ferreira Louzada, nascido em 7 de maio de 1904, hoje aos 96 anos de idade, também lutou na linha de frente na região Sul. Para ele, o mais importante era defender São Paulo. Em seu depoimento comovente, em que demonstra o seu grande fervor religioso, fala dos momentos de sofrimentos vividos durante os combates à beira do rio Paranapanema:

“Meu irmão Honorato adoeceu lá e precisei carregar ele, precisei carregar o fuzíl dele e até seus sapatos. Eu botei ele nas minhas costas e tinha Nossa Senhora Aparecida no meu peito, a imagem dela numa medalha. Os tiros vinham na nossa frente. Carreguei ele até o caminhão. Eu nunca tive medo, com a paz do senhor Jesus Cristo”⁵

Como os Srs. Plínio e Leopoldo, os demais combatentes de Caraguatatuba passaram por momentos angustiantes nas frentes de combates, até que, depois de aproximadamente três meses, receberam a notícia de que o movimento rebelde chegara ao fim.

Ao término da Revolução, depois de negociações resultando na rendição dos paulistas, anistia para os rebeldes e exílio de civis e militares do movimento, voltam para Caraguatatuba os bravos combatentes, com o mesmo orgulho que tinham quando partiram. Dentre os revolucionários que partiram, apenas um deixou de voltar, o Major Ayres Bento de Oliveira.

Nasceu o Major Ayres em Caraguatatuba, no dia 27 de novembro de 1903. Filho de Bento Rangel e de Sebastiana Felícia de Oliveira, tinha mais três irmãos: Paulo, Plínio e Benedito. Casou-se com Helena de Simone Oliveira, com quem teve quatro filhos: Ada, Aladya, José e Aires. Este heróico revolucionário de 1932 encontrou a morte nos campos de bata-



Major Ayres Bento de Oliveira (1928), falecido na
Revolução Constitucionalista de 1932
Foto acervo da família

lha, mas certamente será sempre lembrado por sua jornada gloriosa e por ter cumprido com seu dever, em defesa da dignidade de sua terra natal.

“Foi um dos primeiros que acorreram ao apelo lançado pelo governador de São Paulo. Inflamado, desde o primeiro instante, pela idéia das reivindicações constitucionais que empolgavam todo o povo bandeirante, Ayres Bento de Oliveira incorporou-se, em São Paulo, no dia 11 de julho, tendo seguido para a frente, a 22 do mesmo mês, no Batalhão “7 de Setembro”, de que foi comandante até o dia em que a morte o derrubou de arma na mão.

Seu último combate deu-se em Engenheiro Neiva, na zona Norte, onde recebeu ferimentos mortais. Transportado imediatamente para o Hospital de Sangue de Guaratinguetá, já nada foi possível fazer. Duas horas depois de ferido, Ayres Bento de Oliveira,

*com o mesmo sorriso que emoldurou os últimos momentos de tantos heróis, desaparecia do número dos vivos, deixando um sulco profundo de tristeza no coração de seus comandados e de saudade no coração de quantos o conheciam”.*⁶

O dia 9 de Julho de 1932 é uma data que marcou a epopéia de um povo heróico. Foram quase três angustiosos meses que fizeram com que os caraguatatubenses, juntamente com os demais paulistas, levantassem continência à Bandeira e marchassem para a defesa dos seus ideais mais sagrados.

Hoje, os ex-combatentes de Caraguatatuba rememorizam o episódio de 32 com um misto de patriotismo, alegria e tristeza, mas orgulhosos por terem participado de um dos mais brilhantes movimentos cívicos da história do Brasil republicano.

7.2.

A Segunda Grande Guerra

Um Conflito Mundial

A guerra deflagrada em 1939 não constituiu unicamente uma seqüência da anterior, a de 1914. Ambas as guerras foram produzidas, em parte, pelos mesmos fatores: nacionalismo, imperialismo, militarismo, medo, desejo de vingança e falência da evolução política para acompanhar o ritmo do desenvolvimento econômico, e, acima de tudo, as falhas do sistema estatal moderno.⁷

Esta guerra seria, no entanto, mais longa e muito mais sangrenta do que a anterior, tendo incorporado à sua força destrutiva o resultado do avanço das forças produtivas ocorrido até então, principalmente pela utilização do submarino e do avião.

O nazismo implantado na Alemanha só teria condições de sobreviver, caso conseguisse fortalecer a economia alemã, recuperando-a. Mas isso somente seria possível com crescentes gastos em armamentos. A estratégia de Hitler tinha como objetivo o aniquilamento da então URSS, esperando contar, para atingir esse fim, com o apoio da burguesia européia. Tendo iniciado o seu rearmamento, a Alemanha, no entanto, passou a encontrar resistência por parte da Inglaterra e da França, que tinham receio do desdobramento das possíveis anexações germânicas.

A partir de 38, mais ousada, a Alemanha dá início à fase das anexações dos territórios vizinhos, incorporando a Áustria, a Bohêmia e a Morávia (que era o que restava da Tchecoslováquia). Para dar o passo seguinte, que seria a guerra contra a URSS, era necessário passar pela Polônia, que foi ocupada rapidamente. Sabedores do ataque de Hitler à Polônia, a Inglaterra e a França exigiram que a Alemanha sustasse a agressão e reti-

rasse suas tropas, não obtendo nenhuma resposta. No dia 3 de setembro de 1939, Inglaterra e França entram na guerra contra a Alemanha.

Antes do conflito entre Alemanha e Polônia, já existira, em 1937, a guerra entre Japão e China, que marcava o início da expansão imperialista japonesa. Em 1941, essas duas guerras transformaram-se numa só, quando os japoneses bombardearam a grande base naval americana de Pearl Harbour e, poucas horas, depois era declarada a guerra da Grã-Bretanha e Estados Unidos contra o Japão.

Em dezembro de 1941, Alemanha e Itália também declaram guerra aos Estados Unidos e, logo depois, o mesmo fizeram Romênia, Hungria e Bulgária. Alguns países latino-americanos se uniram aos Estados Unidos na guerra, entre eles, Cuba, Panamá, Honduras, Guatemala, Haiti, Costa Rica e Nicarágua. No ano de 1941, uniram-se aos aliados, o Brasil e o México e, em seguida, todos os países do hemisfério ocidental.

Dos países latino-americanos, somente o Brasil e o México enviaram destacamentos de tropas para os campos de batalha, tendo os demais contribuído com apoio moral e com materiais básicos para a Inglaterra e Estados Unidos.

O Brasil da Guerra

No ano de 1942, as nações americanas reunidas no Rio de Janeiro decidem romper as relações diplomáticas com as potências do Eixo (Alemanha, Itália, Japão). Um mês depois, desaparece, numa viagem da Filadélfia para o Brasil, o navio brasileiro “Cabedelo”, com 54 homens a bordo. Logo foi comprovado que o desaparecimento do navio se deu por uma ação dos submarinos do Eixo. Com este, mais quatro submarino desapareceram nas costas norte-americanas, dias depois da primeira ação e, meses depois, mais oito embarcações foram postas a pique na região costeira do Haiti e Porto Rico.

O motivo pelo qual os navios brasileiros foram atacados residia no fato de o Brasil possuir uma marinha mercante das mais numerosas e bem equipadas do mundo, que desempenhava um importante papel com relação ao abastecimento dos países aliados.

Começava, então, uma reação patriótica no Brasil, com o governo sofrendo pressão por parte dos jornais para que tomasse uma iniciativa e reagisse aos abusos cometidos pelas potências do Eixo. Os estudantes saíram às ruas para exigir a entrada do Brasil na guerra. Em 31 de agosto de 1942, foi declarado o estado de guerra em todo o território nacional.

Após meses de árdua tarefa de seleção das tropas, preparação técnica e tática da F.E.B., em julho de 1944, embarcava o 1º Escalão dos nossos valentes soldados. Dois meses depois, seguia o 2º e, mais tarde, o 3º e o 4º, chegando à Europa, em dezembro de 1944 e fevereiro de 1945.

Os Heróis de Caraguatatuba

Caraguatatuba, como muitos municípios brasileiros, foi representado na II Guerra Mundial por bravos patriotas.⁸ Desembarcando no Porto de Nápoles, juntamente com o contingente da F.E.B., no ano de 1944, os pracinhas caraguatatubenses estavam integrados no 6º R.I. de Caçapava,

Estado de São Paulo. A representação deste Município na Itália via-se entregue aos seus próprios destinos e com eles à proteção divina.

Entre os bravos soldados estava Benedito Nunes da Cruz, nascido em 22 de dezembro de 1921, em Caraguatatuba. No dia 2 de julho de 1944, com vinte e três anos de idade, ele foi incorporado ao 6º R.I. de Caçapava, servindo no teatro de operações da Itália até o dia 10 de agosto de 1945, data em que foi licenciado do serviço da ativa, com a graduação de Cabo.

Outro heróico soldado caraguatatubense foi Geraldo Estevam de Mattos, nascido no ano de 1920. Em junho de 1944, embarcou com o Primeiro Batalhão em um navio da “Naval Transportation



Benedito Nunes da Cruz
Foto acervo da família



Geraldo Estevan de Matos
Foto acervo da família

Service”, saindo do Rio de Janeiro com destino ao porto de Nápoles. Dali, acompanhou o 1º. Batalhão, viajando por vias férreas até chegar às regiões de destino, como Bagnoli, Tarquinia e outras. No mês de agosto, o seu Batalhão foi incorporado ao Quinto Exército dos Estados Unidos. Durante o período em que participou da guerra, Geraldo foi louvado por seus superiores pela grande coragem que revelou nos campos de batalha. O soldado Mattos deixou o Porto de Nápoles em julho de 1945, com destino ao Porto do Rio de Janeiro, onde desembarcou trazendo consi-

go as lembranças dos valorosos pracinhas que, sem distinção de raça ou classe, lutaram a seu lado, unidos por um só ideal, a defesa da Pátria.

Mais um integrante do grupo dos valentes soldados da terra caraguatatubense foi Novarino Leite dos Santos, antigo morador da cidade. Nasceu na vizinha Ilhabela, no dia 26 de abril de 1915, tendo vivido a maior parte de sua vida em Caraguatatuba. Novarino lutou bravamente na Itália, ao lado dos expedicionários brasileiros, conquistando posições inimigas e, desta forma, confirmando sua lealdade e obrigações para com a Pátria sagrada, da mesma forma que os demais soldados brasileiros, que lutaram com grande bravura contra o infame nazismo. Regressou ao Brasil, no dia 3 de agosto de 1945.

Benedito Paes Sobrinho, nascido aos 2 de janeiro de 1919, na cidade de São Sebastião



Benedito Paes Sobrinho
Foto acervo da família

e antigo morador de Caraguatatuba, foi outro dos heróis que compôs a Força Expedicionária Brasileira. Passou sua infância na cidade de São Sebastião e lá concluiu a escola primária. Mais tarde, veio a trabalhar na Fazenda São Sebastião (Fazenda dos Ingleses), onde exerceu atividades no setor de exportação de frutas, por aproximadamente cinco anos.

Em julho de 1944, iniciou sua participação no teatro de operações da Itália, permanecendo até julho de 1945, data em que foi licenciado como Cabo da Artilharia do Contingente do 6º R.I. – Regimento de Infantaria de Caçapava. Após o seu retorno, casou-se e fixou residência em Caraguatatuba onde, no período de 1960 a 1963, foi Vereador à Câmara Municipal, tendo se destacado pela honradez e importância com que cuidava das questões públicas. Foi comerciante no Bairro do Porto Novo, por vinte anos e, após a catástrofe de 67, passou a trabalhar na Empresa de Correios e Telégrafos, na agência deste Município. Em 1981, aposentou-se pelo Exército Brasileiro, como 2º Sargento, devido a uma benesse do Governo Federal.

Juntamente com os expedicionários brasileiros estava também Fortunato Scarpel, que participou ativamente da Segunda Grande Guerra, contribuindo para as conquistas das tropas brasileiras em terras de ultra-mar. Nasceu no dia 3 de fevereiro de 1922, na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, tendo ingressado na vida militar no ano de 1939, passando mais tarde a fazer parte do quadro de oficiais das Forças Armadas, onde desempenhou dignamente suas funções militares. Em julho de 1944, juntamente com a 16ª Unidade de Infantaria, a primeira a ser escalada para atravessar o Oceano, o Sr. Fortunato partiu com destino à Itália.



Fortunato Scarpel
Foto acervo da família

Fortunato Scarpel reside há 27 anos na cidade Caraguatatuba, tendo vindo com a esposa e filhos, em 1967, o ano da grande catástrofe que abalou a cidade. Lúcido e

gozando de boa saúde, relembra com emoção alguns fatos que presenciou durante a segunda grande guerra.

“O que me deu muita pena, na Itália, foram aquelas mulheres com dinheiro e não ter onde comprar nada, ter que dar chocolate e o que comer para as crianças e não ter onde comprar. Eu distribuí quase tudo que tinha para estas mulheres, comida, chocolate, quase tudo.

Uma das coisas mais tristes que vi, também, foi o enterro do pessoal nosso. Um outro fato triste, também, foi um dia que explodiu um jipe e espatifou o camarada; eu chorava, não agüentava. O ‘Paraná’ era uma boa pessoa.”⁹

350

Como muitos expedicionários brasileiros, Scarpel regressou à Pátria, trazendo medalhas no peito, mas, também, decepções no coração. Deu baixa do serviço ativo, com a patente de Capitão, no ano de 1971.

Um outro bravo combatente do Município de Caraguatatuba foi Waldomiro Passos, o Vavá, como era carinhosamente conhecido pelos moradores da cidade. Serviu no teatro de operações da Itália, no período de 2 de julho de 1944 a 6 de julho de 1945. Combateu com grande bravura, tendo participado das batalhas de Monte Branco, Castelnuovo e Fornovo.

Num documentário da guerra, “Nosso Valente Pracinha”,¹⁰ feito através de trechos de cartas, de estrofes, de poemas e palavras comoventes dos próprios soldados da F.E.B., Waldomiro Passos narra, com emoção, os momentos que vivera durante a Segunda Guerra Mundial.



Waldomiro Passos, o Vavá
Foto acervo da família

Meu Batismo de Fogo

O fato que mais me impressionou na guerra, foi o batismo de fogo. Três dias antes de iniciarmos a luta verdadeira, aconteceu um dos maiores desastres com a minha Companhia, que era pertencente ao II Batalhão do 6º R.I., quando encerrávamos os exercícios de treinamentos dirigidos por nossos oficiais e instrutores americanos. Encontrava-se a nossa Companhia numa das fazendas agrícolas italianas, aguardando transporte que deveria conduzir-nos de volta ao nosso

acampamento, quando fomos surpreendidos por uma forte explosão. Encontrava-se, neste local, grande número de soldados e oficiais, inclusive o comandante da companhia; ele estava com um amigo da cidade de Cunha, Estado de S. Paulo. Fazíamos um cafezinho americano. Com a explosão, ficamos sem saber o que tinha acontecido, até que vimos a cortina de fumaça subir, muitos soldados deitados, outros que corriam pedindo socorro. Foi um dos quadros mais impressionantes a que assisti em toda a minha campanha. Vi um amigo do Paraná gritando sem a perna direita e com o braço esquerdo esfaqueado e a vista vazando. Vi outros amigos num total de 23, todos feridos, sendo dois em estado gravíssimo; os demais, ferimentos leves. Após este ocorrido, na altura de Banhos de Luca, entrávamos pela primeira vez a enfrentar os nazistas, nas últimas horas da noite de 15 de setembro de 44.

A impressão era que naquela noite, a gente era atingido por uma bala alemã, uma granada ou mesmo por uma emboscada traiçoeira do inimigo, porém graças a Deus, passou-se o dia 15, 16, 17, sem que nada de anormal tivesse acontecido, em relação à guerra de nervos.

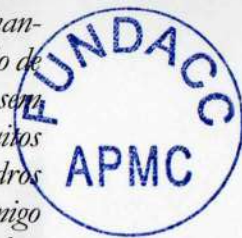
Passos retornou trazendo consigo lembranças de muito sofrimento, mas trouxe também as glórias conquistadas. Ostentava no peito medalhas como a de Campanha, por ter participado de operações de guerra e a Cruz de Combate, por ter participado da rendição do II/285º Regimento Alemão de Granadeiros, na região de Respício, em 28 de abril de 1945.

Os combatentes de Caraguatatuba, unidos aos demais expedicionários brasileiros, lutaram com sacrifício pela própria vida e pelo amor ao seu país. Defenderam sua Pátria com segurança e soberania. Ao pisarem, de volta, o solo pátrio, trouxeram consigo a satisfação e o orgulho do dever cumprido.

No dia 12 de agosto de 1945, com grande júbilo e manifestações cívicas, eram recebidos os gloriosos expedicionários caraguatatubenses. Após a missa campal, a que acorreram milhares de pessoas, alguns discursos se fizeram ouvir.¹¹ Osiris Nepomuceno Santana, em bela oração, conclama no seu final:

Mães caraguatatubenses:

Vossos jovens filhos expedicionários, depois de tão difícil campanha, em que, ainda no dizer do proeminente general americano [refere-se ao Gal.



351



Chegada dos Expedicionários em Caraguatatu

*Chegada dos Expedicionários à terra natal, em 12/8/45.
Publicada na Revista Fagulhas, 1957*

Mark Clark], estiveram à altura das melhores forças que combateram nesta guerra, estão finalmente entre nós.

Para perpetuar esta memorável data ireis, agora, receber como lembrança uma imagem da Virgem Aparecida, Rainha e Padroeira do Brasil. [...] Saibéis agradecer, ao contemplar a imagem da Virgem dos Céus, este tesouro imenso que é o retorno de vossos queridos filhos. Em uma prece ao Senhor dos Exércitos, pedi, mães cristãs, pedi com todo o fervor que, assim como ganhamos a guerra, possamos nestes tempos tumultuosos por que atravessa o mundo, com o auxílio destes bravos homens provados na luta, ganharmos também a Paz;

O então Prefeito Municipal, Sr. Altamir Tibiriça Pimenta, apresentou a sua saudação, nas seguintes palavras carregadas de pura emoção:

Meus bravos e heróicos contemporâneos.

Numa demonstração eloqüente de alegria e testemunho do mais alto júbilo cívico que uma coletividade pode sentir, aqui está Caraguatatuba que vos abraça e vos saúda.[...]

Representando condignamente este Município e toda a Pátria Brasileira nos sangrentos campos de batalha da Europa, sofrendo as apreensões mais agudas que um ente humano pode sofrer e as saudades mais profundas da terra natal e dos entes queridos, mostrastes que o sacrifício não foi inútil, pois a hidra nazi-fascista foi abatida implacavelmente em seu próprio covil e o mundo começa a respirar uma nova era de justiça e de liberdade.

Meus bravos expedicionários e povo amigo de Caraguatatuba: peçamos ao Onipotente Senhor que a Paz, fruto de tantos sacrifícios e derrame de sangue e de lágrimas, paire ao nosso querido Brasil e a todo o Universo, poupando as gerações vindouras os mesmos sofrimentos e saudades tamanhas por que passastes nesse longo tempo de ausência da Pátria e da Família.

Notas

- (1) FAUSTO, 1978: 237.
- (2) IBID.: 240.
- (3) CALDEIRA, 1932: 122.
- (4) Depoimento de Plínio Rangel, (APMC-DOAP)
- (5) Depoimento de Leopoldo Louzada, (APMC-DOAP).
- (6) MONTENEGRO, 1936: 106.
- (7) BURNS, 1957: 874.
- (8) Depoimentos sobre os pracinhas (APMC-DOAP).
- (9) Depoimento de Fortunato Scarpel (APMC-DOAP).
- (10) SANTOS, 1947.
- (11) Revista FAGULHAS, 1957.

8. A VIDA ESPORTIVA

Percival Bento Rangel

8.1

Os Clubes de Futebol

354

A Vida Esportiva nos Primórdios da Década de 20

Começamos nossa história, no início da década de 20, quando o município tinha menos de 3.000 habitantes, com a maioria da população residindo na zona rural. Seu povo, o caiçara simplório, vivia com imensas dificuldades. A economia era débil. Armazéns primitivos recebiam mercadorias básicas através de navios que atracavam longe da praia, desembarcadas em pleno mar e transportadas por canoas comuns. As viagens, também, tinham que de preferência, ser feitas pelos mesmos navios que periodicamente por aqui passavam. As ligações terrestres eram feitas através de trilhas estreitas e tortuosas, a pé ou no lombo de muares. Imagine-mos, agora, nossas noites naquela época. Escuridão total. A luz elétrica só viria em 1926. O jeito era apelar para as clássicas lamparinas a querosene, candeias com azeite de mamona, ou do “pau-alegre”, pedaços de bambu com azeite em seu interior e um pavio na extremidade. O rádio engatinhava e a televisão ainda não tinha sido inventada. Apenas os jornais O CORREIO PAULISTANO e O ESTADO DE SÃO PAULO aqui chegavam, com grande atraso, para mãos de pouco privilegiados. Lazer? Festas religiosas. Quem sabe alguns fandangos, bailes ruidosos de pessoas simples. O cinema também viria depois de 1926.

Com esses dados, é possível imaginar como vivia o povo de nossa “Caraguá”. Alheio a quase tudo o que acontecia no mundo. Um povo que tinha uma economia quase de subsistência e era constituído por pessoas em sua maioria simples e analfabeta. O total estado de abandono a que estava legada a nossa cidade, quase que totalmente isolada dos grandes centros e dos fatores culturais da época, deixava claro que, por aqui, não poderia existir alguma atividade esportiva. O esporte ainda não figurava

como fator de vida saudável nem, tão pouco, como gerador de dinheiro, através de grandes atividade de marketing, como nos dias atuais. Mesmo nos grandes centros, predominava a prática do esporte amador, inclusive o futebol, que começava a se popularizar. Compreende-se, portanto, o porquê de não haver, na época, a prática esportiva no perímetro urbano de Caraguatatuba. O futebol já estava surgindo, sutilmente, na nossa terra, através da Empresa de Madeiras J. Charvolin, de capital italiano, que foi introduzido para o lazer dos empregados. Nessa empresa comercial que mais tarde foi vendida para um grupo francês e, posteriormente, para os ingleses, distante cerca de 8 km do centro da cidade, surgiu a primeira atividade esportiva em Caraguatatuba.

Segundo depoimento do Dr. Alberto Fink, gerente da Empresa de Madeira J. Charvolin, à Revista Fagulhas, na edição especial comemorativa do 1º Centenário de Caraguatatuba, em abril de 1957, naquela fazenda, que a população chamava, simplesmente, de “Empresa”, por volta de 1920 foi constituída uma espécie de clube recreativo e esportivo, com a finalidade de organizar treinos e competições. Assim surgiu o ANHIMBU FUTEBOL CLUBE, organizado por funcionários da fazenda, que foi o primeiro clube do gênero na nossa história, cuja equipe teve o privilégio de disputar aquela que foi considerada a primeira partida de futebol oficial em Caraguatatuba. O adversário foi o Clube de São Sebastião, cujos jogadores e dirigentes foram trazidos em embarcações da empresa. Consta que a comitiva visitante participou, também, de uma excursão até o Bairro do Camburu, no trezínho que lá existia. Em homenagem aos visitantes, houve, à noite, um animado baile. Infelizmente o Dr. Alberto Fink, na sua entrevista, não mencionou o resultado da partida nem tampouco as condições em que ela se desenrolou.

O Futebol

No final da década de 20, o futebol deixou de ser um privilégio dos funcionários da fazenda, que das mãos dos italianos passou às dos franceses e agora era dos ingleses. Ele já era praticado rudimentarmente no perímetro urbano de Caraguatatuba, então repleto de espaços vazios, pois,

na época, não havia especulação imobiliária e os terrenos tinham pouco valor. Segundo depoimento dos mais antigos, a prática do futebol começou num campo, ou melhor, num descampado chamado de areião, entre as atuais Ruas Paul Harris e Guarulhos, às margens da atual Av. Arthur da Costa Filho. O segundo campo estaria situado nas imediações da atual Praça Cândido Mota, no espaço onde hoje está situado o Museu Municipal (antiga E.E. Adaly Coelho Passos). Um outro campo de futebol surgiu mais tarde na área que pertence à Empresa S.A. REBELO, ALVES e estava situado entre a atual R. Altino Arantes e Av. Anchieta, em direção à atual Praça Diógenes R. de Lima. Nessa empresa de fabricação de conserva de peixes e palmito, trabalhava como técnico o Sr. Prudêncio Baeta, homem dinâmico e empreendedor, esportista por vocação, que foi um dos líderes na fundação do clube que originou o E.C. XV de Novembro. O outro campo de futebol, que foi utilizado por muitos anos, estava situado onde hoje é a Praça Diógenes R. Lima e foi construído pelos soldados do 6º R.I., de Caçapava, que aqui permaneceram durante a 2ª Guerra Mundial, para o lazer de seus componentes. Na área, também existiam barras fixas e paralelas para o exercício físico dos soldados.

Na década de 1950, o futebol já havia se espalhado por vários bairros de Caraguatatuba, com exceção da Fazenda dos Ingleses, onde, como vimos, a prática era comum desde a década de 30. Existia o Porto Novo F.C., no bairro do mesmo nome, que serviu de base para atual Brasília e, no Bairro do Massaguaçu, o Santa Cruz F.C., sob a liderança de José Vicente dos Santos e João Epifânio, que representavam aquela comunidade. Esse Clube teve, mais tarde, seus estatutos reformados dando origem ao atual Massaguaçu F.C..

O Esporte Clube XV de Novembro

No início da década de 30, o futebol já era praticado de forma incipiente nos campos rudimentares do perímetro urbano, não existindo nenhuma representação oficial, ou seja, um clube que pudesse não só proporcionar lazer mas também a prática esportiva. Tal fato motivou um grupo de pessoas a reunir-se para tentar resolver o problema e, precisamente

no dia 18 de fevereiro de 1934, na residência do Senhor Carmínio Peixoto, situada no local onde é a atual Praça Cândido Mota, decidiram fundar uma sociedade esportiva e recreativa, que deu origem ao atual Esporte Clube XV de Novembro.

Sob a presidência do Sr. Jorge Passos e tendo como secretário o Sr. Pedro Giolo, foi eleita a primeira Diretoria do Clube (Ver ata da Fundação). A segunda reunião dessa Sociedade Esportiva ocorreu no dia 25 de fevereiro do mesmo ano, quando recebeu a denominação de E.C. XV de Novembro, que perdura até hoje, e, segundo seus estatutos, visava a “proporcionar toda espécie de jogos, principalmente o futebol e festas esportivas literárias e dançantes”. O artigo 42 daquele Regimento chama a atenção, pois obrigava que todos os termos técnicos do futebol têriam que ser aportuguesados, o que parece não foi seguido à risca, pois os mesmos perduraram por muitos anos, em parte por influência da época, que realçava os termos anglo-saxões nas manchetes e nas notícias em geral. Assim, termos como “goal-keeper”, “center-half” e outros perduraram até a década de 50. As cores oficiais daquele Clube eram as mesmas da bandeira espanhola, por influência do seu primeiro presidente, Prudêncio Baeta. Essas cores só foram mudadas muitos anos após, quando da reforma de seus estatutos, e tiveram o verde e o branco como oficiais, por influência de associados palmeirenses como Carolino Garrido, Benedito Lippi e Irineu Mendes de Souza, principalmente.

Em contraste com os jogos modernos, vejamos o regulamento de conduta dos futebolistas da época, impostos pelos Estatutos: manter o mais absoluto silêncio; nenhum jogador poder dirigir-se à assistência; não poder fumar; não poder proferir palavras ou gestos obscenos.

O artigo 46 dos Estatutos prima pelo ésprito de modernidade, embora tenha sido elaborado há mais de 65 anos, nele constando que “o clube poderá organizar um quadro especial destinado a senhoras e senhorinhas, que terá a denominaço de Seço Feminina”.

A primeira sede do clube estava localizado na Rua Santo Antõnio, em imóvel (quarto e sala) de propriedade do Sr. Saturnino Mariano Nepomuceno, cujo aluguel tinha o valor de 35\$000 (trinta e cinco mil reis).

Em reunião realizada no dia 28 de março de 1935, a diretoria elegeu o seu primeiro sócio-honorário. Era ele o Tenente Themístocles Rodrigues. Na mesma reunião, foi decidida a eleição da 1ª Rainha do E.C. XV de Novembro, que seria escolhida por meio de votos. Infelizmente não pudemos saber o nome da eleita. Não podemos deixar de registrar a reunião de Diretoria, de 10 de abril de 1935, na qual foi aprovada a admissão de dois novos sócios, que podemos chamar de históricos. Um deles foi o Sr. Carolino Garrido, que foi considerado, por ampla maioria de antigos torcedores, como o atleta do século do clube, por seu futebol vistoso e refinado, que, por muitos anos, encantou os torcedores quinzistas. O outro foi o Sr. Silvío Luiz dos Santos que, além de jogador, foi mais tarde prefeito da cidade. Ainda no mesmo ano, mais precisamente no dia 27 de agosto, era admitido como sócio o jovem Altamir Tibiriçá Pimenta que, por muitos anos, militou na vida social e política do município, tornando-se, inclusive, prefeito. Além de político, Altamir sempre foi ardoroso e apaixonado defensor da cultura caiçara e dos valores humanos do povo caraguatatubense.

Assim, com muito trabalho e poucos recursos, o clube proporcionava lazer e entretenimento na então simples e pacata Caraguatatuba da década de 30. Existia até um conjunto musical, o “Choro dos três garotos”, que, sendo exclusivo do clube XV, em reunião da diretoria de 25/01/36, teve a devida permissão para tocar em festas particulares, desde que, no mesmo dia, não houvesse nenhuma festa no Clube. Nessa mesma reunião, foi votada e aprovada uma gratificação pecuniária de 40\$000 (quarenta mil réis) ao grupo.

O final do ano de 1937, estando na presidência o Sr. Jorge Passos, parecia marcar o início da decadência do clube. Vejamos o que consta na ata de uma reunião de Diretoria, realizada no dia 01 de setembro: “achando-se todos os sócios em atraso com a tesouraria do clube e as dificuldades de cobrança...”. Assim, nessa reunião, decidiu-se pelo cancelamento de todos os débitos dos sócios e para que cada um contribuísse com qualquer quantia.

No dia 7 de setembro de 1937, ainda sob a presidência do Sr. Jorge Passos, houve uma comemoração cívica conjunta entre a Diretoria do Clu-

be, associados, professores e alunos do Grupo Escolar. A reunião foi presidida pelo prefeito e teve a participação da Corporação Musical. Como era uma comemoração cívica, foi cantado o Hino Nacional pelos presentes e o Hino da Independência pelos alunos do Grupo Escolar. Na ocasião, foi proferido um inflamado discurso pelo Prof. Jovino Camargo.

Em 15 de novembro de 1937, foi realizada uma grande festa de aniversário. Nela, foram registradas as presenças de todas as autoridades do município, tendo sido orador oficial o Sr. Altamir Tibiriçá Pimenta. A festa foi completada por um animado baile, que se prolongou até às primeiras horas do dia 16. Esse acontecimento social foi considerado um dos mais brilhantes e inesquecíveis da história do clube que, na época, tinha como presidente o Sr. Antônio Cruz Arouca. Entre os anos de 1938 a 1940, o clube foi presidido pelo Sr. Jorge Passos, sendo esse o último presidente da 1ª fase da história da entidade. Divergências e problemas econômicos motivaram a sua paralisação e o Clube ficou inativo até 1947, quando ressurgiu com força total, dando início ao que podemos chamar de 2ª. fase da sua história.

Nesse ano, um grupo de pessoas da cidade, preocupada com a inexistência de um clube onde se pudesse não só praticar atividades esportivas como também proporcionar atividades sociais e recreativas, resolveu se reunir para estudar a criação de uma entidade do gênero.

Esse grupo foi liderado pelo Prof. Luiz Ribeiro Muniz, então Diretor do Grupo Escolar de nossa cidade, o qual, auxiliado diretamente pelo Dr. Lizandro Bartolo, Delegado de Polícia local e antigo jogador profissional, com o apoio do então Prefeito Altamir Tibiriçá Pimenta, resolveu marcar uma reunião para tratar do assunto. Segundo a idéia dos líderes, o propósito era fundar uma nova agremiação, para que os jovens do município pudessem não só praticar esportes mas também adquirir valores culturais e de cidadania. Ressaltamos que o Prof. Luiz R. Muniz, além de cultivar os valores cívicos, era um entusiasta pelo basquetebol e voleibol.

No dia 16 de março do mesmo ano, numa segunda reunião, foi escolhida a Diretoria Provisória, assim composta: Presidente, Altamir Tibiriçá Pimenta; Secretário, Irineu Meirelles; e Tesoureiro, Antônio Augusto Matheus.

Foi escolhida, também, uma Comissão de Esportes, constituída pelos senhores: Luiz Ribeiro Muniz, Dr. Lizandro Bartolo e Oswaldo Gnecco. Casemiro Nardi e Washington Luiz dos Santos formavam a comissão encarregada de arrecadar os fundos necessários ao empreendimento.

Mas a idéia da criação de um novo clube acabou não prevalecendo, pois o anterior ainda tinha existência jurídica legal, embora totalmente desativado. Assim, o XV de Novembro, inativo desde 1940, renascia das cinzas.

Pela decisão de todos os presentes, resolveu-se, assim, pela reativação do XV. Da mesma maneira, foi decisão da Assembléia, realizada no dia 31 de março de 1947, a composição da nova diretoria do clube, a qual ficou assim composta: Presidente: Francisco Pinto Morgado; Vice-Presidente: Altamir Tibiriçá Pimenta; 1.º Secretário: Irineu Meirelles; 2.º Secretário: Antônio Cruz Arouca; 1.º Tesoureiro: Saturnino Mariano Nepomuceno; 2.º Tesoureiro: Oswaldo Pimenta de Melo; 1.º Diretor de Futebol: Dr. Lizandro Bartolo; 2.º Diretor de Futebol: Carmínio Peixoto; 1.º Diretor de Voleibol e Bola ao Cesto: Prof. Luiz Ribeiro Muniz; 2.º Diretor de Voleibol e Bola ao Cesto: Oswaldo Gnecco; Conselho Fiscal: Avelino Ferreira, Antônio Augusto Matheus e Agenor Vicente de Moraes. Diretor Geral: Dr. Carlos Cuoquejo Rodrigues.

Essa Diretoria era dinâmica e imediatamente começou a desenvolver grande trabalho para a definitiva consolidação do E.C. XV de Novembro. Um fato marcante na história do recém-reativado clube foi a imediata compra de sua sede social. O trabalho da Diretoria foi eficiente e o XV adquiriu o imóvel de n.º 138 da Rua Santa Cruz, aliás o mesmo onde já estava alugando, comprado do Sr. Antônio Nardi, pelo valor de CR\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil Cruzeiros), o qual gentilmente ainda facilitou o pagamento em várias parcelas mensais.

Em 9 de fevereiro de 1949, outro acontecimento inusitado ocorre na vida quinzista. Pela primeira vez, uma autoridade religiosa entra como sócio do Clube. Frei Pacífico Wagner solicita seu ingresso como associado. O entusiasmo da Diretoria foi tanto que ele foi admitido a título precário, com dispensa de jóia e de mensalidades, “*de satisfação pela aquisição de*

envergadura moral e religiosa”. Em reunião de Diretoria, realizada em 23 de outubro de 1949, por decisão unânime, Frei Pacífico foi admitido oficialmente como sócio-honorário.

Em 1952, a Prefeitura Municipal fez uma doação de uma área de 10.800 m², situada no então chamado Bairro do Tatu, no perímetro urbano do município, cuja dádiva foi retificada pela Lei Municipal n.º 151 de 22/09/53, mas

com a condição [de] que o terreno não poderá ser transferido ou alienado a outra sociedade que não seja de fim específico do XV de Novembro, sendo que, no caso de dissolução do mesmo, seja invertido ao patrimônio municipal de origem com todos os seus pertences.

361

O ano de 1953 foi histórico para o clube, o qual, pela primeira vez, iria inaugurar o seu próprio estádio. Sob o comando o Sr. Ademar Fida, compete-nos registrar os demais membros da Diretoria que muito trabalharam para que esse sonho se tornasse realidade: Benedito Lippi, Washington Luiz dos Santos, Carlos José Pinto, Wilson de Castro, José Dâmazo dos Santos, José Moraes Carvalho, Antônio Amorim, Sílvio Fernandes, Antônio Augusto Matheus, Plínio Passos, Carlos Saloni, Mauro Aparecido de Oliveira e Wladimir Lopes da Rocha. O jornal “A Voz do Litoral”, em edição de 6 de junho de 1954, na sua primeira página, sugeria que o Estádio do XV recebesse a denominação de Estádio José Dâmazo dos Santos, em homenagem a essa pessoa que não mediu esforços para que o tão acalentado sonho quinzista se tornasse uma pura realidade.

Em 1957, o principal atrativo do Clube, o futebol, ficou desativado a maior parte do tempo, justamente no ano em que ocorreu o 1.º Campeonato Municipal de Futebol, comemorativo do 1.º centenário de emancipação política da cidade (ver mais adiante), o qual mobilizou toda a cidade.

No início de 1962, a situação do clube não era das melhores. Divergências entre os membros da Diretoria e a falta de interesse de alguns fizeram o XV mergulhar em mais uma grave crise. A sede própria, adquirida com grandes esforços corria o risco de ser retomada pela então proprietária motivada pelo atraso de várias prestações. A solução veio com a eleição

do novo presidente. Quando a maioria das pessoas recusava o cargo com o receio de enfrentar esses grandes desafios, a presidência caiu mãos de um jovem caraguatatubense, pessoa honesta e dinâmica, a qual, sem temor, começou a tomar as medidas necessárias para que o E.C. XV de Novembro voltasse aos seus áureos tempos.

Quis assim o destino que o presidente, Dácio Augusto de Barros Filho, fosse neto da então proprietária do prédio do clube que estava prestes a ser tomado, o qual, por intercessão junto dos familiares, conseguiu que o bom senso prevalecesse e o problema fosse resolvido definitivamente, com o perdão das prestações vencidas e a transferência definitiva do imóvel para o patrimônio quinzista. Dácio conseguiu, finalmente, obter uma verba e foi construída uma nova sede com a demolição total da antiga.

Nesse período, o clube abandonou a prática de viajar de caminhão, como era costume da época e, nos seus deslocamentos para jogar em outras paragens, a equipe quinzista passou a usar ônibus. Pela primeira vez, os atletas passaram a vestir agasalhos com as cores e distintivos do clube, dando aos jogadores e à própria agremiação ares de organização e de modernidade.

Na História do E.C. XV de Novembro, conforme rezam os Estatutos Sociais, existem os sócios benfeitores e os sócios beneméritos. Através dos tempos, muitas foram as pessoas que fizeram jus a tão importante forma de reconhecimento: sócios benfeitores: Antônio Nardi, Diógenes Ribeiro de Lima, Adhemar de Barros Filho, Geraldo Nogueira da Silva, José Sebastião Damázio, Ali Hussein Yaktine e Jair Nunes de Souza. Sócios beneméritos: Antônio Augusto Matheus, Antônio Nogueira Smorim, Antônio de Pádua Ribeiro, Avelino Ferreira, Benedito Lippi, Conrado Ross, Carolino Garrido, Frei Pacífico Wagner, José Bourabeby, Jovino Ayres de Camargo, Justo Arouca, Sílvio Luiz dos Santos e Walfrido Arouca.

O Campeonato Municipal 1.º Centenário

Para comemorar o 1.º centenário de emancipação política de Caraguatatuba, os esportistas da cidade idealizaram um campeonato de futebol, o qual reunisse os diversos setores da sociedade. Com o apoio do

então Prefeito, Altamir Tibiriçá Pimenta, as coisas tomaram o rumo esperado e toda a população mobilizou-se, cidadãos comuns, comerciantes, funcionários públicos, políticos e até mesmo a Igreja Católica, na pessoa do Padre Joaquim Clementino Leite, pároco da Igreja Matriz de Santo Antônio.

O Campeonato teve a participação de seis equipes: O Esporte Clube Porto Novo, do bairro do mesmo nome, liderado pelo Sr. Benedito Herculano; o Anglo Futebol Clube, representante da Fazenda dos Ingleses, sob a presidência do Sr. Alberto de Moura; Santa Cruz Futebol Clube, do Bairro do Massaguaçu, sob a direção do Sr. José Vicente dos Santos (Juca); Comerciantes Futebol Clube, o qual teve como líder o Sr. Irineu Mendes de Souza; Minas Gerais Futebol Clube, cujo presidente era o fantástico são-paulino João Arthur de Souza (João Baiano) e, finalmente, a equipe da Congregação Mariana de Esportes, sob a liderança do Sr. Osiris Nepomuceno Santana.

No tradicional torneio-início, segundo uma pesquisa feita no Estádio do “XV” pelo Jornal “A Tribuna Caiçara”, o público elegeu o Anglo Futebol Clube, da Fazenda dos Ingleses, como a equipe mais simpática. O Minas Gerais F.C. não era muito simpático pelo público, em razão do seu nome. Apesar de a equipe ser composta por nomes já consagrados que



*Minas Gerais F.C. –
Campeão do I Centenário
de Caraguatatuba, 1957*

defendiam na época o E.C. XV de Novembro, muitos, por um mero preconceito, o julgavam um puro reduto de mineiros. A história se encarregou de desfazer essa idéia, pois grande parte dos mineiros que para cá veio, fincou raízes em nossa terra, ajudando a construir e a desenvolver a nossa cidade em várias áreas, principalmente no setor comercial. Por curiosidade, detalhamos a origem dos componentes daquela equipe representativa do Minas Gerais: nove mineiros, oito paulistas; um português, um pernambucano e um argentino, liderados por um baiano, o presidente João Arthur de Souza.

As equipes do Comercários e da Congregação Mariana de Esportes eram as preferidas do grande público. A primeira por ser composta por pessoas bem conhecidas e estimadas da cidade e a segunda, por possuir no plantel os jovens e levar no nome um apelo religioso, pois, na época, a Igreja Católica tinha domínio sobre a população.

Foram inscritos 155 atletas e realizados 30 jogos, durante o campeonato. No jogo da final, entre as equipes do Minas Gerais F.C. e Comercários, a exemplo do que fazem os “cartolas” no futebol atual, ten-



Esporte Clube XV de Novembro, circa de 1958.

taram alguns casuísmos contra a equipe do Minas Gerais F.C.. Apesar de desfalcado, no jogo realizado no dia 9 de junho de 1957, o Minas Gerais F.C. tornou-se o legítimo Campeão do 1.º Campeonato do Centenário de Caraguatatuba, vencendo o Comerciantes pelo placar de 1 x 0, gol marcado pelo atacante argentino Pancho. Naquele jogo histórico, a equipe do “Minas” estava assim constituída: Durval Marques, Baiano Coque, Zé Pinto, Walter Castro, Joaquim, Justo Arouca, Xico, Pancho, Romeu, Eduardo e Pedrinho. Entraram ainda, durante a partida, os jogadores Iray e Manassés.

365

8.2.

A Natação

Prova Natatória “Ilhabela-Caraguatatuba”

Tudo começou com um fato extraordinário, ocorrido no ano de 1959, quando, pela primeira vez, um brasileiro, Abílio Couto, conseguiu realizar a travessia a nado do Canal da Mancha – que separa as costas da Inglaterra da França – uma façanha que é considerada uma das mais difíceis do mundo. Isso repercutiu no Brasil e também em Caraguatatuba, quando surgiu a idéia da realização de uma prova similar ligando Ilhabela a Caraguatatuba.

Assim, os empresários de hotelaria Joaquim de Oliveira Souza e Enio Américo Bosisio fizeram um contato preliminar com o então Prefeito, Altamir Tibiriçá Pimenta quando, obtendo a devida aprovação e apoio da Municipalidade, tomaram as primeiras medidas visando à concretização do projeto. A Comissão Municipal de Esportes (C.M.E.) presidida, na época, pelo Sr. Pedro Wack, solicitou a colaboração do Sr. Francisco Daniel Lopes (Pancho), um argentino radicado em Caraguatatuba, para entrar em contato com o nadador Abílio Couto, que, na época, gozava de alto prestígio no Brasil, face ao inédito feito na Europa. Dessa maneira, ele veio até Caraguatatuba para verificar as condições do local e, feito isso, não só aprovou como também incentivou a iniciativa dos idealizadores. A idéia da realização da prova contou, ainda, com o importante apoio do Prof. Henrique Nicolini, um entusiasta pela natação e nome de destaque nos meios esportivos da Capital.

Dias antes da realização do primeiro evento, o brasileiro Abílio Couto e o chileno Armando Souto Y Silva fizeram a travessia experimental, acompanhados por Francisco Daniel Lopes (Pancho), que se encarregou de anotar os dados técnicos referentes à prova, comprovando definitivamente a viabilidade da travessia.

Depois de tudo organizado, no dia 14 de junho de 1959, às 6h30m da manhã, vinte competidores saíram do Pontal da Ilhabela, com a finalidade de nadar no trajeto de cerca de 22 Km, conforme o traçado técnico que já havia sido previamente estudado. Nessa primeira competição, entre os vinte nadadores havia somente um estrangeiro, o chileno Armando Souto Y Silva.

A primeira Travessia “Caraguatatuba-Ilhabela” teve como vencedor o representante do Clube Atlético Paulistano, de São Paulo, o nadador Salvador Marcos Felizzette, que completou a prova com o tempo de 5 horas e 38 minutos, sobrepujando, inclusive, o nadador Abílio Couto, que, pela experiência, era considerado por todos como o franco favorito. É interessante salientar que, dos 20 participantes, apenas seis completaram o percurso, entre eles o nadador de Ubatuba, Joaquim Coutinho, que representou nossa cidade com as cores do E. C. XV de Novembro. A classificação oficial foi a seguinte: 1.º lugar: Salvador Marcos Felizzette (5h30m); 2.º: Abílio Couto (5h44m); 3.º: Antônio Sanches (6h35m); 4.º: Joaquim Coutinho (6h47m); 5.º: Armando Souto Y Silva (6h51m); 6.º: Jorge Guerra (s/ tempo).

No ano de 1960 houve a segunda travessia. Como as condições do mar não estavam muito boas, na ocasião, dos 19 nadadores participantes, chegaram apenas quatro. Assim foi a classificação: 1.º: Farid Zablit (6h51m); 2.º: Minol Ohata (7h20m); 3.º: Salvador Marcos Felizzette (7h30m); 4.º: Adair Santos Martinelli (10h10m).

Em 1961, foi realizada a 3.º Travessia e, com a condição do mar totalmente favorável, dos dezenove participantes, chegaram quinze. Os seis primeiros classificados foram: 1.º: Roberto Horácio Reta (4h11m); 2.º: Norio Ohato (4h19m); 3.º: Alfredo Jacob (4h26m); 4.º: Salvador Marcos Felizzette (4h33m); 5.º: Hildebrando Silva (4h39m); 6.º: João Batista Pimenta (4h42m).

No ano de 1964, em um Congresso da Federação Sul-americana de Natação, realizada em Lima, Peru, o presidente da Federação Paulista de Natação conseguiu, com aquela entidade, a transformação da prova “Ilha-bela-Caraguatatuba”, no 1.º Campeonato Sul-Americano de Águas Abertas, internacionalizando o evento, oficialmente. Assim, a 6.ª prova realizada naquele ano já teve caráter Sul-Americano, tendo sido vencedor o nadador brasileiro Norio Ohata, que representou o E.C. Corinthians Paulista. O segundo lugar foi obtido por Roberto Stravatto.

A realização dessas provas natatórias estimulou a população de Caraguatatuba a realizar eventos locais, com a participação dos nossos jovens. Foi assim que surgiram pequenas provas como a “Martim de Sá-Praia do Centro” e “Ilha do Tamanduá-Massaguaçu”. No ano de 1964, houve a “2.ª Travessia do Tamanduá-Massaguaçu”, quando, pela primeira vez, foi permitida a participação de mulheres. Ainda no ano de 1964, dois nadadores de Caraguatatuba, Darcy Gonzaga e Sebastião Soares, participaram da prova “Travessia de Santos”, em Santos, que teve a promoção do jornal “A Tribuna de Santos”.

A primeira piscina (não olímpica) para competições, em Caraguatatuba, surgiu somente no ano de 1978, na gestão do Prefeito José Bourabeby e localizava-se no atual Centro Esportivo Ubaldo Gonçalves.

8.3

O Esporte Coletivo nas Escolas

O Basquetebol

O professor Luiz Ribeiro Muniz, quando liderou o grupo de pessoas com a finalidade de criar uma nova entidade esportiva, tinha em mente a construção de uma quadra para a prática de voleibol e bola-ao-cesto, como era chamado na época. Essa quadra começou a ser construída provavelmente na área que passou a ser ocupada pelo XV de Novembro, porém nunca chegou a ser concluída. Isso ocorreu em 1947. A nova entidade acabou não sendo criada, pois o bom senso prevaleceu e acabaram ressuscitando o XV que estava inativo desde 1940, como vimos. A prática do futebol era feita na

área onde hoje é a Praça Diógenes Ribeiro de Lima e próximo ao campo havia um espaço devidamente cimentado, mas com falta de equipamentos necessários para a prática do basquete, como armações, tabelas, cestos etc..

O basquetebol teve seu aparecimento, verdadeiramente, no ano de 1952, com a criação do 1.º Ginásio Estadual do Litoral Norte, o qual apresentava um ensino correspondente ao das 5^{as}. a 8^{as}. séries atuais. Essa Escola, que contava com excelentes professores e um currículo bastante avançado, em comparação com as escolas da nossa época, atendia não só estudantes de Caraguatatuba, como também de outras cidades do Litoral Norte e alguns de Paraibuna.

O Diretor da escola recém-criada era o professor Geraldo Negrão de Lima, pessoa íntegra e dinâmica, que, inclusive, após sua aposentadoria passou a residir em Caraguatatuba em razão de uma de suas filhas se ter casado com um dos antigos alunos do ginásio que criara. O Prof. Geraldo foi o responsável pela construção da 1.^a quadra de voleibol e bola-ao-cesto de Caraguatatuba, no próprio terreno onde funcionava a Escola, na área onde breve estará o Museu da cidade. A princípio, era rústico, de barro batido e com uma superfície não muito regular, mas nela houve o início desse fantástico esporte em nossa Caraguatatuba.

Essa primitiva quadra teve efêmera existência, pois o Professor Geraldo novamente foi à luta e, com o auxílio da Prefeitura e da Comunidade, logo conseguiu ver a quadra devidamente cimentada. Foi, essa quadra, um marco na história não só do basquete mas também do voleibol e, futuramente, do Futebol de Salão, em nossa cidade.

Oficialmente, o introdutor desse esporte da cesta entre a juventude caraguatatubense foi o Professor José Matos, porém o mérito de o implantar e de o desenvolver plenamente na cidade foi do Professor de Educação Física que o sucedeu, Nilo Bueno Patrício. Entusiasta pelo basquete e conhecedor profundo das técnicas do mesmo, implantou um método de base nas aulas de Educação Física. Primeiro, com os fundamentos e, depois, com vários campeonatos internos na Escola, com os quais preparou os jovens ginásianos para as diversas competições, em diversas cidades do Estado.

Com o esforço de todos, principalmente do Professor Geraldo que era um líder nato, a sociedade foi mobilizada e, num curto espaço, a quadra de esportes também foi devidamente iluminada e passou a ser uma especial atração para toda a cidade. Para a inauguração oficial, foram chamadas duas equipes da elite do basquetebol paulista que, na época, disputavam o Campeonato Paulista. Numa noite memorável, defrontaram-se em solo caraguatatubense as equipes da S. E. Palmeiras e do Tênis Clube de São José dos Campos. Antes do confronto, os dirigentes e esportistas de nossa cidade prestaram uma homenagem especial ao jogador Amauri Passos, um dos mais brilhantes jogadores de basquete da nossa história e que, inclusive, era titular absoluto da Seleção Brasileira.

Nos anos seguintes, a equipe de Caraguatatuba, tendo por base alunos e ex-alunos do Ginásio Estadual, o qual, mais tarde, passou a se chamar Thomaz Ribeiro de Lima, apresentava bom desempenho, levando-se em conta o pequeno espaço de convívio com a bola pesada, a baixa estatura de seus jogadores e a falta de tradição nesse esporte. Chegou a disputar, por vários anos, os Jogos Abertos do Interior que, na época, dispensavam uma seletiva regional, como é praxe nos dias de hoje. Estes jovens estiveram representando nossa cidade em Santo André, Campinas e Marília, entre outras, conhecidas urbes interioranas. Equipes representativas do Ginásio Estadual também estiveram em diversas cidades em disputas dos jogos estudantis que eram, periodicamente, realizados. Obviamente, nos jogos Abertos do Interior, nossas equipes não obtiveram títulos, pois as grandes cidades do Estado eram as maiores forças nessa modalidade esportiva, porém representaram condignamente Caraguatatuba, divulgando nossa terra, nossas belezas e nossa cultura por vários pontos do nosso interior.

Para registro histórico, queremos consignar os nomes dos nossos então jovens, que se destacaram na prática do basquetebol e representavam o que havia de melhor na década de 1950: Benedito Ciro dos Santos (que também foi um dos maiores astros da equipe de futebol do E.C. XV de Novembro), Roberto Facchini, Jarbas Cardoso, Clímaco Marques, Dácio Augusto de Barros Filho, Sérgio Noberto de Lima, Rodoaldo Facchini (Dadinho), Élcio Nunes de Souza, Cícero Luiz dos Santos, Arão Amaral,

Joel de Oliveira (Jujú), Vanel Fernandes Moreira, Valter de Castro, José de Oliveira (Zé Pupu), Getúlio Vargas Navarro Magalhães, Luiz Ricardo Passos (Xico) e Édson Passos. Se algum nome, porventura, foi omitido, não o foi por nossa culpa exclusivamente e sim por lapso de memória dos nossos entrevistados, os quais nos forneceram os dados necessários, baseados nos fatos da época.

O basquetebol somente passou para a periferia da cidade na gestão do Prefeito José Bourabeby, quando passaram a ser construídas as primeiras quadras esportivas nas escolas; ainda na gestão desse prefeito foi construído o primeiro ginásio poliesportivo coberto em nossa cidade. Assim, o basquetebol (bem como outros esportes) passou a sair do âmbito essencialmente escolar e, com a orientação da C.M.E. (Comissão Municipal de Esportes), a atingir outros setores da população.

O Voleibol

O voleibol foi um esporte que não cativou muito a população de Caraguatatuba, embora, como atividade coletiva, tenha sido o segundo a ser praticado em nossa cidade. Desde os primórdios da década de 1940, ele já era conhecido em nossas plagas e era praticado de forma recreativa na praia do centro, por turistas os quais, por sua vez, ensinaram às pessoas as regras e as técnicas

Naquela época, as férias escolares eram intercaladas, no mês de julho e em janeiro. Em julho, no inverno, a temperatura era bem amena e o clima era seco, raramente chovia, sendo as condições ideais para a prática de esportes, pois nem todos se aventuravam a entrar nas águas frias do mar para nadar ou mergulhar. Nessa época, pessoas de outras cidades, principalmente de São Paulo e do Vale do Paraíba, costumavam descer a serra e em Caraguatatuba permanecer todo o mês de julho. A cidade era pacata e a população era muito receptiva aos visitantes, criando uma perfeita harmonia entre ambos. Os turistas não se imaginavam como visitantes, tal era a integração com a população local. Convém destacar que, na época, a televisão ainda não existia e as atrações da noite, além do cinema, eram os

programas de rádio, os quais, muitas vezes, reuniam famílias inteiras em torno do aparelho receptor.

A introdução desse esporte foi feito por estudantes do Vale do Paraíba, principalmente de Caçapava e São José dos Campos, os quais reuniam a juventude na praia do centro e rapazes e moças se divertiam por longas horas, praticando o voleibol. Mas, oficialmente, ele foi introduzido na década de 1950, quando da criação do Ginásio Estadual e da construção da primeira quadra esportiva nas dependências do mesmo, como já vimos.

Nos anos seguintes, a exemplo do basquetebol, o voleibol, já devidamente conhecido e praticado, teve equipes representativas de nossa cidade em jogos estudantis ou nos Jogos Abertos do interior. O detalhe: os atletas do basquetebol e voleibol eram praticamente os mesmos. Nas competições, havia apenas a troca de uniformes.

Futebol de Salão

Esse esporte genuinamente brasileiro começou em São Paulo da década de 1950 e imediatamente se espalhou por todo o Brasil. Essa febre chegou a Caraguatatuba e, como já existia quadra de voleibol e basquetebol devidamente iluminada, a prática desse esporte tornou-se um delicioso passatempo para os esportistas da cidade, que passavam suas noites quando as condições do tempo permitissem, na quadra do Ginásio Estadual Thomaz Ribeiro de Lima, na época situado na Praça Cândido Mota.

Baseado em informações de pessoas da época, o maior entusiasta e um dos grandes responsáveis pela difusão desse esporte na cidade, foi o então comerciante Jorge Burihan, o qual também era praticante do futebol de campo nas dependências do E.C. XV de Novembro. Homem atuante, além de praticante de esportes, foi sempre um incentivador para uma vida ativa, na qual as atividades esportivas estivessem sempre em primeiro lugar.

Em 1964, o recém-criado C.M.E. (Comissão Municipal de Esporte) organizou o I Campeonato Experimental de Futebol de Salão. Dele participaram oito equipes: Agremiação Esportiva Caiçara, Minas Gerais F.F., Grêmio Estudantil Thomaz Ribeiro de Lima, Grêmio Estudantil D. Pedro

II, Associação Esportiva dos Alfaiates, Prefeitura Municipal, Anglo F.C. e E.C. XV de Novembro.

A disputa desse campeonato afetou a Cinema Local. O público em massa se dirigia para a quadra, deixando o cinema quase às moscas. Assim terminou o campeonato: Campeão – Minas Gerais F.C.; Vice-Campeão – E.C. XV de Novembro; 3.º Lugar – Anglo F.C..

372

Fontes de Consultas

Jornais:

A Voz do Litoral, vários exemplares (APMC-H).

O Atlântico, vários exemplares (APMC-H).

Radiolit, vários exemplares (APMC-H).

Litoral Norte, vários exemplares (APMC-H).

Revista

Fagulhas, 1957.

Livro

GARRIDO, 1988.

Arquivos

APMC.

Arquivo do E.C. XV de Novembro – Caraguatatuba.

Arquivo particular de Justo Arouca.

Arquivo particular de Irineu Mendes de Souza.

Depoimentos

Marino Garrido (APMC-DOAP).

Irineu Mendes de Souza (APMC-DOAP).

Dácio Augusto de Barros Filho (APMC-DOAP).

João Paulo Ribeiro dos Santos (APMC-DOAP).

Colaboração Especial

Eduardo Neves Gonçalves Ferreira (Presidente do E.C. XV de Novembro).

9. A CATÁSTROFE DE 1967

Alberto Borges dos Santos, Jurandyr Ferraz de Campos, Luzia Rodrigues de Toledo Prado & Vera Lúcia Felípe Malaquias da Silva

9.1.

A Conspiração das Águas

Dos Antigos Aguaceiros às Águas de Março

O Município de Caraguatatuba, no Litoral Norte do Estado de São Paulo, assim como muitas outras cidades litorâneas, está e sempre esteve à mercê de alguns fenômenos climáticos, como longos períodos de copiosas e violentas chuvas, provocadoras de muitos estragos e grandes inundações.

Desde o século passado, do qual existe, sobre a Vila, farta documentação nos arquivos, são recorrentes as referências a grandes chuvas na região. Particularmente, a grande massa documental sobre a Estrada de Caraguatatuba, gerada pela sua enorme importância como via de escoamento da produção de serra acima, inicialmente do açúcar e, depois, do café, bem como de entrada dos diversificados produtos que atendiam à demanda de uma sociedade poderosa, a nobreza do café. Como tal, o bom estado desta estrada era fundamental, exigindo grandes cuidados na sua conservação, com investimentos de grandes somas em dinheiro. Com isso, eram ofícios e mais ofícios, relatórios e mais relatórios que, quase mensalmente, chegavam ao Governo Provincial, sendo arquivados depois das providências tomadas, trazendo a nós, hoje, preciosas informações.

Eram raros os documentos desse período que não fizessem referências às chuvaradas do tempo das águas, causadoras de grandes estragos na estrada, particularmente no trecho da serra, inúmeras vezes inviabilizando o trânsito, com enormes prejuízos para todos. Além disso, a situação caótica ocasionada pelas excessivas chuvas dificultavam, ou mesmo impediam, que se processassem os consertos necessários, que permitissem a passagem das tropas de muares com suas preciosas cargas. Tudo isso, é claro, refletia-se sobre a Vila de Caraguatatuba, trazendo-lhe não poucos problemas.

Um desses documentos se destaca sobremaneira sobre os demais, por trazer importantíssima informação sobre o presente tema. Trata-se de um ofício ao Presidente da Província, datado de 21 de fevereiro de 1859, onde lemos que “[...] *devido aos repetidos temporais de pesadas chuvas, que há mais de um mês desaba em todo o Município, em especial um, que houve no dia 20 de janeiro, que por um pouco não arrasa a Vila de Caraguatatuba [...]*”.¹

Podemos imaginar como deve ter sido terrível esse aguaceiro, ou seria melhor dizer tromba d’água? Pelo destaque que foi dado no relato, acostumados que estavam a terríveis chuvas, é de se concluir que realmente foi algo violento, “*que por um pouco não arrasa com a Vila*”. Esse fato, ocorrido quase um século antes da “catástrofe”, comprova que temporais violentíssimos desabavam, vez por outra, sobre a região.

Temos notícia de uma outra tromba d’água caída em Caraguatatuba, em 1919, segundo depoimento de Vanel Fernandes Moreira, o qual contou que

*Caraguatatuba era bem pequenininha, então o estrago foi bem pequeno e a repercussão menor até. Minha mãe contava que atrás do Morro do Cruzeiro, aquela parte que vai prá serra, aquilo ficou uma praia. Meu tio, em vez de ir para a praia passear, ele ia na praia atrás do morro, que era mais bonita que a praia. Minha mãe dizia que era muito bonito, [que] encheu tudo de água devido às chuvas*²

Lemos em Olga Cruz o registro de um fato semelhante a esses, acontecido em 1944, atingindo o vale do Piraçununga, segundo as informações de um dos últimos relatórios mensais da “Fazenda dos Ingleses”.³

Em muitos outros verões, como no passado, inúmeros aguaceiros devem ter sido de extrema violência. Particularmente, o de 1966/67 foi muito favorecido, durante todos os seus meses, por alta pluviosidade, neste trecho da costa Sudeste brasileira. Impressionam os seus altos índices pluviométricos diários, bem como a frequência das chuvas. Este fato, associado à intensidade das chuvas, leva a compreender que tal zona escarpada marítima, constantemente acusasse problemas de dinâmica geomorfológica, como foi o caso de Caraguatatuba. É fora de dúvida que outras áreas da Serra do Mar, no trecho mencionado, devem ter sido atingidas por fenômenos idênticos que, no entanto, são difíceis de serem iden-

tificados, pela ausência de repercussões de concentrações humanas e mesmo de observações meteorológicas.⁴

De acordo com o posto da fazenda São Sebastião ou “dos Ingleses” os níveis pluviométricos, no mês de março, registraram um índice máximo de 851,0, sendo 115,0mm no dia 17 e 420,0 no dia 18, não acusando índice maior devido à saturação do pluviômetro. De acordo com as reportagens e relatórios que descreveram a tragédia, chovia sem trégua desde o dia 16, aumentando sua intensidade a partir das 18 horas do dia 17.⁵

No dia 16 de março de 1967, quinta feira, a chuva começou a cair em Caraguatatuba, uma chuva que não cessava, ao contrário, com o passar das horas, aumentava de intensidade. Na sexta feira, caem as primeiras barreiras na Rodovia São José dos Campos-Caraguatatuba, até que no dia 18 de março, sábado, toda a cidade era envolvida em desespero.⁶

375

A Tromba d'Água do Dia 18 de Março

Aquele fatídico sábado, 18 de março de 1967, amanheceu chovendo, como nos meses anteriores, principalmente nos três últimos dias, mas, na hora do almoço, chegou a haver uma estiagem e um solzinho tímido ousou mostrar a cara. No entanto, pouco depois, uma escuridão absoluta começou a avançar, vinda do mar.⁷ Aproximadamente duas horas antes de acontecer a catástrofe, os habitantes, ao se cruzarem nas ruas, esbaforidos, correndo assustados, nem se cumprimentavam, apenas gritavam OLHA A ÁGUA!

Aos poucos, tudo foi escurecendo. Era como uma noite sem lua. A coincidência das chuvas anteriores, a congregação dos ventos e a concentração de nuvens carregadas, as quais se fixaram sobre Caraguatatuba, determinaram a tromba d'água.

A água caiu violentamente sobre as planícies e sobre as montanhas, empurrando um mar de lama que escorria ao encontro do oceano. Era uma massa avermelhada levando de roldão árvores, pedras, construções a qual, ao chegar à cidade, entupiu as casas, derrubou paredes e telhados, destruindo tudo à sua passagem. Cobriu as ruas, estradas, praias com vários metros daquela lama, que, como disse um morador, parecia uma massa de bolo de chocolate, toda enfeitada com confeitos que eram as árvores,

376



*Escorregamento sobre o trecho da rodovia Caraguatatuba-São José dos Campos
(CRUZ, 1974: entre 158 e 159)*



*Escorregamento no Morro do Jaraguá
(CRUZ, 1974: entre 158 e 159)*

pedras, tijolos, animais e seres humanos, num verdadeiro espetáculo aterrador.

Ao mesmo tempo, a tromba d'água que despencava, explodia sobre a cidade como bombas, às baciadas, abrindo buracos no chão, conforme a tudo assistiu José Aires da Gama Sobrinho, um sobrevivente.⁸ Era água que não acabava mais, inundando os espaços não ocupados pela lama. Os ribeirões eram transformados em rios e os rios em pequenos mares!

O Rio Santo Antônio, que corta a cidade, segundo testemunhas, alargou-se de 40 para 200 metros, pois, captando o enorme volume da chuva sobre os riachos, agora rios, na Serra, juntamente com a lama, arrasa tudo à sua passagem, inclusive a ponte junto à Santa Casa, a qual é inundada também. Sem a ponte, a cidade está dividida ao meio.

As pessoas eram agredidas pela lama que as sufocava, pela água que as afogava e pelos troncos e pedras que as esmagavam. Impossível dizer-se o número verdadeiro dos habitantes que foram mortos pela catástrofe, pois, como sempre na vida, ela, covardemente, atingiu principalmente os menos afortunados, a gente mais simples do povo caíçara, a qual, em inúmeros casos, sequer teve seus mortos reconhecidos ou lembrados. Famílias inteiras dessa pobre gente ficou soterrada sob toneladas de lama, sem que se saiba, até hoje, quem eram as pessoas, ou que nome tinham! Falou-se em 500, mas sabe-se que foram muitos, muitos mais...

Os habitantes estarecidos, apalermados, sem rumo, não acreditavam no que viam ou sentiam, salvando-se no alto de uma construção que teimava em resistir, no telhado da sua casa, ou em uma árvore, na qual, com muito custo, conseguiram segurar-se. Outros infelizes viram o seu abrigo despedaçar-se e foram apanhados pelo turbilhão de água, lama e imensas toras, que eram arrastadas em meio à grande violência e às quais procuravam se agarrar em ato de grande desespero, muitas vezes, assim, encontrando a morte, no entrechoque dos entulhos.

A energia elétrica é cortada e a escuridão é completa. Apenas a luz de velas e lampiões bruxuleava aqui e ali, mostrando a negritude da tragédia. Cessam as comunicações e a cidade fica isolada do mundo, sufocada no seu atoleiro de lama e água.

Foram 13 horas de martírio e tanta, tanta água e lama que desceu da Serra, encontrando o mar, que este, tocado pelo vento, subiu pelas praias e, somando-se às águas dos rios, divide entre si a cidade indefesa!

No meio da tragédia, erguem-se as vozes salvadoras das atalaias que imploram socorro, piedade e auxílio. São os rádio amadores, especialmente Tomás Camanis Filho, o qual brada, repetidamente: “*Caraguatatuba está submersa e isolada de todos!*”

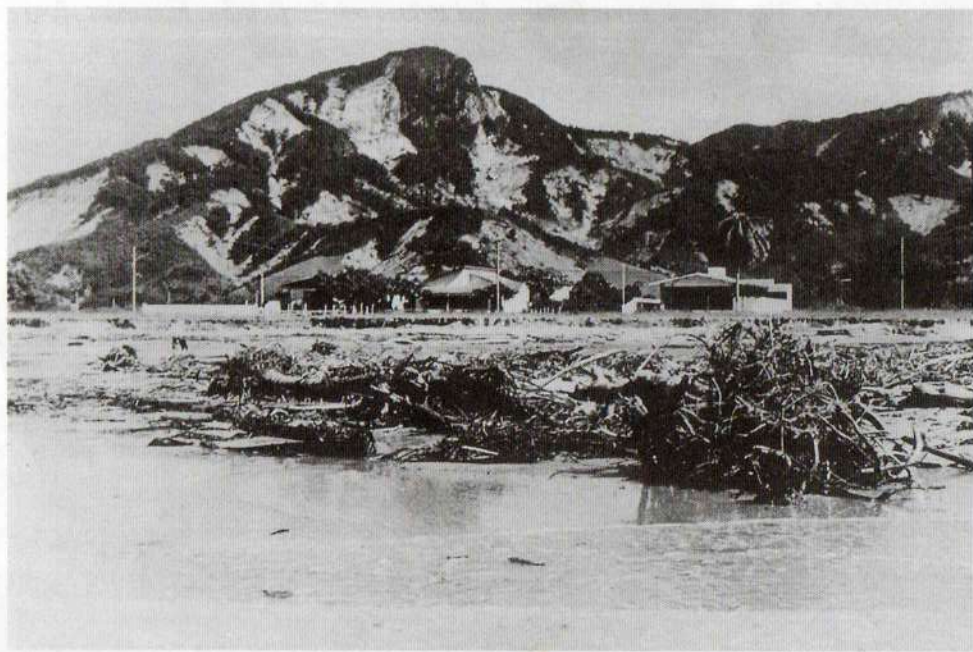
No entanto, era pior, ela estava isolada de si mesmo! Foram 13 horas de escuridão infernal, apenas cortada pelos uivos lancinantes de dor, em cenas verdadeiramente dantescas!⁹

Toda a lama que cobria a região, quase sufocando a cidade, provinha do grande número de quedas de barreira na região da Serra, que levou um jornalista a escrever a seguinte manchete, que dá bem a medida do que aconteceu: “O DIA EM QUE A SERRA CAIU”. Literalmente, a serra veio abaixo! No dia 18, pela manhã, deu-se a queda das primeiras barreiras e, já às 13 horas, veio a avalanche total de pedras árvores e lama dos morros do Cruzeiro, Jaraguá e Jaguarazinho, próximos à cidade. Às 16h30, outra frente abria-se no Vale do Rio Santo Antônio e este alargou-se de 10-20m para 60-80m. No Bairro do Rio do Ouro, gigantescas barreiras começaram a cair pela manhã, formando uma enorme represa que estourou algumas horas mais tarde, desaparecendo com o bairro e provocando o deslocamento da ponte principal do Rio Santo Antônio. Caso não tivesse acontecido esse deslocamento, a cidade inteira teria sido inundada e recoberta pelas águas. A estrada da serra, em sua maior parte, foi destruída, não sendo possível reconhecer seu antigo traçado em muitos trechos, onde se formaram precipícios de mais de 100m de profundidade. A Estrada de Ubatuba sofreu quedas de barreiras nos trechos dos Bairros de Maranduba, Jituba, Sumaré, Prainha e Martim de Sá, recobrando seu leito com aproximadamente 0,80m de lama. Os morros “descascaram” e sua lama tingiu o mar de vermelho por uma longa distância. As chuvas cessaram no dia 19 de madrugada, mas, até o dia 20, pela manhã, ainda continuava a descer água da serra. De acordo com relatórios de funcionários do Horto Florestal, até o final do mês de março ainda ocorreriam pequenos deslizamentos e quedas de barreiras.¹⁰

Para tentar compreender a explicação técnica desse fenômeno, acontecido em Caraguatatuba, acompanhemos, ainda uma vez mais, a análise da geógrafa Olga Cruz, na sua brilhante tese de doutoramento, já mencionada:

O episódio, nos dias 17 e 18, responsável pelos acontecimentos catastróficos em Caraguatatuba, foi expresso nas cartas sinóticas fornecidas pelo Serviço de Meteorologia (Ministério da Aeronáutica). As interpretações deste Serviço foram de grande utilidade para o estudo dessas Cartas, podendo ser resumidas da seguinte maneira: no dia 17, a FPA acabava-se em dissolução sobre a área São Paulo-Rio, com ramo oceânico atuante. Em condições criadas pela circulação superior com "jet-stream" intensificado, as chuvas aumentaram nas áreas escarpadas da Serra, que interrompia a descontinuidade de massa no litoral São Paulo-Rio. Às 18 horas, o "jet-stream" apresentava velocidade máxima (mais de 120 k) rumo Sudeste, ao nível de 250-300 mb. Com convecção mecânica do "jet", a frente iniciou ondulação na área. A sua proximidade, unida à corrente de Jato, criou um sistema de grande atividade convectiva no litoral Norte. Às 24 horas, o "jet-stream" mantinha direção e velocidade,

379



*Escorregamento no Morro do Jaraguá e regiões circunvizinhas
(arquivo Fundacc)*

conservando a grande atividade do sistema. No dia 18, às 12 horas, com ondulação da frente e baixas pressões, houve início da oclusão. O "jet" continuou a aumentar a intensidade do sistema, que começou a se dissolver às 18 horas. Em resumo, o dia 18 foi caracterizado no litoral São Paulo-Rio por uma forte oclusão, ligada ao efeito da corrente de "jet-stream" entre 10 e 11000 metros, criando baixas pressões na área. Foram instabilizados todos os níveis, formando densas camadas de nuvens pesadas e instáveis até grandes altitudes, dentro e em torno da área de baixa pressão. A advecção de ar marítimo das altas pressões posteriores ao sistema pouco influiu no fenômeno. Somente manteve o ar carregado de umidade próximo à superfície, contribuindo para a formação do sistema de nuvens, com elevados índices pluviométricos na área.¹¹

9.2.

O Sofrimento Heróico de Uma Brava Gente

Na estrada coberta de lama, sem camisa e de calça rasgada, o homem diz que perdeu tudo e sorri feliz! "Graças a Deus salvei toda a minha família. Estamos vivos e podemos começar tudo de novo!"¹²

Horror e Lágrimas dos Primeiros Dias

No dia 19 de março, a chuva continuava a cair forte, provocando mais tragédias na cidade. Caraguatatuba estava completamente isolada, todas as estradas estavam interditadas, não havia comunicação para Ubatuba, São Sebastião ou Paraibuna. As águas haviam levado pontes, arrancado o asfalto, não havia telefones nem luz elétrica. As famílias, em desespero, procuravam suas casas e só encontravam toras e lama. Os medicamentos da cidade começavam a rarear, a sensação de angústia e desespero era constante para os moradores de cidade.

Caraguatatuba encontrava-se arrasada com grandes áreas devastadas, trechos de estradas esburacados e outros cobertos pela lama, com médicos e enfermeiras circulando pelas ruas alagadas à procura de feridos.¹² No dia 21 de março, a visão da cidade de Caraguatatuba estava completamente diferente daquela oferecida nas épocas de temporadas, quando

a cidade recebia milhares de turistas. Seis horas depois da tromba d'água, as ruas da cidade estavam cobertas de lama e o Grupo Escolar de Caraguatatuba, situado no centro da cidade, era um dos principais pontos de socorros, ali chegando os corpos cobertos de lama vermelha, que eram lavados para que pudessem ser identificados. À Igreja Matriz de Santo Antônio e à Santa Casa de Misericórdia, chegavam, amontoando-se, feridos que eram transportados para Ubatuba e Taubaté, em viagens de helicópteros. A Santa Casa funcionava com apenas metade de suas acomodações, pois a outra parte havia sido levada pelas águas do Rio Santo Antônio. Com a ponte do rio caída, os corpos só conseguiam ser levados para o cemitério, através de uma corda que foi esticada de margem a margem, por soldados do corpo de bombeiros. Pelas cordas passaram também famílias que iriam receber vacinas e abrigos, pois os casebres que ficavam à margem do rio, haviam sido destruídos pelas águas.¹³



Catástrofe

Foto O ESTADO (arquivo Fundacc)

A lama tinha um cheiro forte e era escorregadia. Mas, com tudo isso, a gente ainda não imaginava a extensão da calamidade. No dia 20 é que a gente ia tomar conhecimento. Fui escalada, no plantão noturno, na garagem da Lanchonete. Que coisa horrível! Os flagelados pareciam um desfile da época de Jesus subindo ao Gólgota. Mulheres dando 'a luz na frente dos outros, umas abortando por pancadas na barriga, todos dormindo no chão: homens, mulheres e crianças, todos juntos.¹⁴

As dificuldades de acesso a Caraguatatuba complicavam enormemente as operações de socorro, pois, nas estradas, as quedas de barreiras arrastaram o asfalto, transformando-os em lodaçais. Inúmeros bairros ficaram irreconhecíveis, figurando entre os mais atingidos o Rio do Ouro, Caputera e o Morro do Tatu. O Bairro do Rio do Ouro transformou-se numa lagoa de lama, com grande profundidade em certos lugares, e tendo, determinados trechos, desaparecido devido à grande quantidade de lama trazida pelas chuvas.¹⁵ Na Fazenda dos Ingleses, os sítios mais atingidos pelas barreiras foram Aldeia, Ribeirão, Pau D'Alho e Piraçununga. Nestes locais, só se chegava de avião e os alimentos eram jogados de cima, devido às más condições de pouso.¹⁶

Sabe-se que o número de mortos foi bem maior do que as estatísticas apontam, pois uma grande quantidade desapareceu, ou soterrada pela lama em todos esses bairros, ou arrastada pelas águas.

Cada pedaço de terra de um bairro desta cidade poderá ter sepultado vários habitantes, transformando em um grande cemitério. Muitos corpos jamais foram encontrados, principalmente aqueles que foram arrastados para o mar e impelidos pelas ondas para pontos bem distantes. O luto e dor estavam estampados nos semblantes de todos os habitantes que conseguiram, mais felizes, escapar com vida do dilúvio que desabou sobre esta comuna.¹⁷

Um balanço da situação, em 21 de março de 1967, apresenta o seguinte quadro:

- 1) 30 mil árvores desceram as encostas do morro e se espalharam em volta da cidade.
- 2) 5 mil troncos, aproximadamente, rolaram e soterraram casas, destruindo parte da rodovia BR-6.

- 3) 400 casas desapareceram debaixo da lama.
- 4) 1 ônibus lotado de passageiros desapareceu e vários carros ficaram isolados.
- 5) Na Fazenda São Sebastião havia muitos mortos e feridos.
- 6) 3 mil pessoas, aproximadamente, perderam suas casas.
(Nota: o Município contava com 15 mil habitantes)
- 7) Sobreviventes de vários locais onde os helicópteros não conseguiam descer, estavam sem água e sem comida.
- 8) Na localidade de Rio do Ouro, uma família de 12 pessoas perdeu a casa e ficou desabrigada, o mesmo ocorreu com outra família de 17 pessoas, residentes na Serra de Caraguatatuba.
- 9) 120 mortos já haviam sido encontrados. (O número exato de mortos não poderia jamais ser computado, pois dezenas de pessoas desapareceram, não restando vestígios).

Os locais mais atingidos, além da cidade, foram: Rio do Ouro, Utinga, Fazenda dos Ingleses, Gituba, Jaraguá, Guaxinduba, Canta-galo, Marrequinha, Porto Novo, Caputera e Estrela Dalva.¹⁸

O sofrimento daquela brava gente, por ter perdido tudo, pais, filhos, esposas, parentes, amigos, todos os seus parques bens, era tamanho que difícil se torna procurar dimensioná-lo. No entanto, agüentavam tudo e resistiam, como resistiam! “O povo caiçara sofreu tanto, que se se pergunta a uma pessoa, quantos filhos a sra. ou o sr. tem, eles respondem: ‘era nove mas 5 rolou’, ou ‘era 5 e 2 rolou’. Não sabem nem mais chorar”, relata D. Maristela, afirmando, ainda, que “O que mais me impressiona nos flagelados é como resistem ao sofrimento. Agüentam tudo, sem um aï”,¹⁹

A Solidariedade e o Renascer da Lama

Tomás Camanis Filho, o radioamador já mencionado, impediu que a catástrofe deixasse Caraguatatuba isolada por mais tempo. Tentando comunicação com outras cidades por mais de quatro horas seguidas, Camanis só conseguiu pedir socorro à cidade de Santos, no dia 19 de março, após as chuvas.

Os primeiros socorros foram providenciados pela Polícia Marítima, Base Aérea e Capitania dos Portos de Santos. Juntamente com os bombei-



ros que foram pelo mar, seguiram também os soldados da Força Pública e um pelotão de soldados da Polícia Marítima e Aérea do Estado e, com eles, seguiram antibióticos, vacinas antitétano, e material médico de emergência, roupas, alimentos e material para resgate.

Outras cidades também se mobilizaram, mandando equipes de salvamento, alimentos e medicamentos. O objetivo maior, depois das chuvas, era desimpedir as estradas para que as equipes de socorro chegassem a Caraguatatuba. Uma equipe do DER foi enviada para este trabalho, pois as estradas se encontravam bloqueadas por terra e pedras.²⁰

O Prefeito de Caraguatatuba, Sr. Geraldo Nogueira da Silva, recebeu toda a ajuda que se esperava do Governo do Estado, através da Secretaria da Saúde e continuava solicitando mais auxílio em alimentos, roupas e medicamentos. O povo paulista deu provas de grande espírito de solidariedade, respondendo “sim” ao chamamento.

384



Catástrofe

Foto O ESTADO (Arquivo Fundacc)

Mas D. Maristela, a que a tudo assistiu, participando ativamente dos trabalhos de socorro às vítimas, fez duras críticas aos desmandos que também ocorriam: “*Viaturas oficiais rolavam o dia inteiro. Os banquetes eram comuns. Festa todos os dias. Em Ubatuba tem uma boate chamada ... Lá o pessoal ia gastar o dinheiro que veio para a recuperação de nossa cidade. Vieram 500 milhões, em 30 dias eles moeram a gaita toda. Comeram, beberam e foram embora*”²¹

Enquanto as lamas iam sendo removidas das ruas, os moradores iam retomando seu ritmo normal de vida. Os trabalhos de resgate continuavam e mais corpos iam sendo encontrados na lama que, aos poucos, tinha se tornado um barro duro, dificultando os trabalhos de resgate e de identificação das pessoas que não conseguiram escapar com vida.

Caraguatatuba enterrou seus mortos e, mesmo exibindo ainda as cicatrizes da tragédia que a envolveu, começa a sorrir novamente, meses depois da catástrofe. Caraguatatuba de um povo forte e corajoso começa a procurar e chamar para si aquilo que lhe é mais caro e a própria razão de sua existência, os veranistas – as crianças, jovens e idosos – que enchiam suas praias e davam um colorido especial à sua praça principal. Estes veranistas, aos poucos, foram descendo a Serra, voltando a freqüentar Caraguatatuba, acreditando no renascer de uma cidade que, um dia, se encontrou parcialmente sob a lama.

A população da cidade de Caraguatatuba que ajudou a enterrar adultos e crianças, que perdeu famílias e amigos numa guerra travada entre o homem e a natureza, mas que sobreviveu à imensa tragédia, tinha agora uma árdua tarefa, ajudar a reconstruir a cidade tão querida.²²

O povo de Caraguatatuba, que, no passado, deu mostras de grande coragem e bravura, resistiu, no limite de suas forças, à luta contra a brutal epidemia que a quase todos dizimou, sendo obrigado a se retirar, soube, no entanto, como retornar e, pouco a pouco, construir tudo novamente, renascendo das sombras da História. Agora, mais uma vez daria mostras da sua valentia e da sua força, que sempre foram típicas da brava gente caiçara, para saber renascer da lama e, recomeçando tudo, construir a metrópole do século XXI.

Notas

386

- (1) Ofício do Alferes Martinho José Ribeiro (DAESP-OD, O. 983, C. 188, P. 1, D. 87).
- (2) APMC-DOC, 2000.
- (3) CRUZ, 1974: 15.
- (4) IBID.: 125.
- (5) IBID.: 13/15.
- (6) Depoimento de José Aires da Gama Sobrinho (APMC-DOC, 2000).
- (7) IBID.
- (8) Tomamos, por base, jornais da época e o texto de Lita-Jacques (CHASTAN, 1977: 45/52).
- (9) CRUZ, 1974: 13/15
- (10) IBID.: 131.
- (11) CHASTAN, 1977: 53.
- (12) O Estado de São Paulo, 22/03/1967, P. 13 (APMC-H, Gaveta 1).
- (13) IBID.: 21/03/1967, P.25.
- (14) Relato escrito de D. Maristela, in CHASTAN, 1977: 58.
- (15) Jornal da Tarde. 22/03/1967, P.20.(APMC-H, Gaveta 1).
- (16) O Estado de São Paulo, 22/03/1967, P. 16 (APMC-H, Gaveta 1).
- (17) Diário da Noite, citado por AROUCA, 1998: s.p.
- (18) CHASTAN, 1977: 52.
- (19) IBID.: 60 e 58.
- (20) O Estado de São Paulo, 20/03/1967, P. 6 (APMC-H, Gaveta 1).
- (21) CHASTAN, 1977: 64.
- (22) Jornais O Estado de São Paulo e Jornal da Tarde (APMC-H, Gaveta 1).

10. BRASÃO, BANDEIRA E HINO DO MUNICÍPIO

Luzia Rodrigues de Toledo Prado

10.1

O Primeiro Brasão de Armas – 1957

Na administração do Ex-Prefeito Altamir Tibiriçá Pimenta, em 1957, foi instituído um Concurso público que tinha como objetivo a criação do Brasão de Armas do Município de Caraguatatuba. Desta forma, todos os munícipes tinham a chance de colaborar com seus próprios desenhos.

Dentre muitos inscritos para o concurso, estavam Dorly de Oliveira que, na época, já havia concluído o curso de contabilidade, Joel de Oliveira e Vanel Fernandes Moreira, que cursavam o ginásio, na Escola Tomás Ribeiro de Lima.

Era obrigatório, para a confecção do Brasão de Armas, seguir as normas estabelecidas pela Heráldica e, sendo assim, os participantes do concurso foram orientados pelo Conselho de Honrarias e Méritos, que tinha como Presidente o Sr. Lauro Ribeiro Escobar.

Devido às rígidas normas da Heráldica, a confecção do Brasão foi bastante demorada. Alguns trabalhos aconteciam em grupos, como foi o caso de Vanel F. Moreira e Joel de Oliveira, os quais trabalharam juntos num só desenho.¹ Dorly de Oliveira confeccionou o seu Brasão individualmente, orientado pelo Dr. Jorge Araújo, então Professor de desenho da Universidade de São Paulo e organizador do concurso público.²

A preocupação com o desenho do Brasão, segundo o Sr. Vanel F. Moreira, era grande. Em seu depoimento, o Sr. Vanel explica quais os desenhos que integraram o Brasão feito por ele e Joel de Oliveira:

Depois de trocarmos idéias e conversarmos bastante, eu e Joel chegamos à conclusão de que poderíamos colocar algo que firmasse Caraguatatuba, [como] um lugar seguro, então colocamos aquela âncora. Não só Caraguá, como o Brasil todo é muito católica e aqui (Caraguatatuba) o padroeiro é Santo Antônio, então nós colocamos uma cruz que, na época, achávamos que fosse a cruz de Cristo e dentro colocamos um

lirio simbolizando o lirio de Santo Antônio, pela religiosidade. Depois, falaram que o lirio era mais de São José do que de Santo Antônio, mas eu trouxe um lirio de Santo Antônio na reunião, provando que o lirio também simbolizava este Santo. Encaixamos então este lirio dentro da Cruz, fizemos o desenho e fomos consultar o Padre Joaquim (Joaquim C. Leite), queríamos uma frase em latim que expressasse alguma coisa. Depois de muito procurar, achamos uma frase, "DVC IN ALTVM MARE", Jesus Cristo falou quando estava pescando para seus discípulos, "– Vamos para o alto mar". Mas se colocássemos esta frase em latim, ficaria difícil a pronúncia, aí fomos procurar saber, com o Padre, se poderíamos tirar o "MARE" e ficar somente "DVC IN ALTVM", ele concordou dizendo que sim e que significava "sempre em frente."³

Os demais desenhos, delfins e a caravela sem a âncora, pertenciam ao Brasão desenhado por Dorly de Oliveira.

O desenho localizado na base do Brasão representava a atividade econômica da cidade porque, na época, os produtos de maior importância para o Município eram o abacaxi e a banana, ambos cultivados na Fazenda São Sebastião – Fazenda dos Ingleses.⁴

Depois de confeccionados os Brasões, estes foram apresentados à comissão julgadora formada em 1957, tendo como presidentes o Dr. Jorge Araújo e Plínio Passos, então vereador e que, juntamente com outros vereadores deram a palavra final. Foram escolhidos, dentre muitos, os Brasões desenhados por Vanel F. Moreira e Joel de Oliveira e o Brasão de Dorly de Oliveira, pois ambos estava dentro das normas da Heráldica. Porém, a comissão de julgamento também chegou à conclusão de que os dois Brasões deveriam ser fundidos, formando um só. Dessa forma, alguns desenhos dos Brasões originais foram eliminados para que fosse criado o Brasão oficial de Caraguatatuba, tendo como autores estes três cidadãos caraguatatubenses.

O antigo Brasão de Caraguatatuba continha os seguintes desenhos criados por eles:

A cruz de Malta em azul, tendo brocante sobre si, lirio em prata, simboliza a fé cristã do povo caraguatatubense, fê esta representada pela devoção a Santo Antônio, padroeiro local, Santo reconhecidamente milagroso e de coração nobre e puro como o ouro que serve de fundos nos seus símbolos.

A Âncora em prata ressalta simbolicamente a situação de Caraguatatuba como cidade praiana ao mesmo tempo significa firmeza e segurança, atributos de um município que, dadas a suas belezas naturais e terras férteis, evoluiu progressivamente a fim de se tornar um dos pontos turísticos mais procurados em todo o Estado de São Paulo, quiça do Brasil.

Sobreposto à âncora, está um escudete representativo da cidade de Lisboa, terra natal do Santo Padroeiro, sendo também uma homenagem de Caraguatatuba a nossos ancestrais de além mar.

Os dois delfins laterais lembram as águas piscosas de Caraguatatuba, cujos produtos (peixes de grande porte) representam uma riqueza em potencial, além de constituir grande atração turística. Como riqueza agrícola principal do Município, está a banana, representada por um cacho dessa deliciosa musacéa em ouro. Em menor destaque, também em ouro, acha-se o abacaxi, que cresce vigorosamente neste Município, sobre o listal a frase "DVC IN ALTVM" (sempre avante), concitando o povo caraguatatubense a elevar a sua cidade, seu Município, em ascensão acelerada para o maravilhoso porvir que lhe está reservado".⁵

389



1º Brasão de Caraguatatuba

O Segundo Brasão – 1995

No ano de 1995, foi formada a “Comissão de Assunto Relevante” a qual era representada por pessoas conhecedoras das Leis Heráldicas, como a Sra. Silvia Araujo, Sra. Regina Moreira, Dr. Lauro Ribeiro Escobar, Sr. Dorly de Oliveira, Eng^o Joel de Oliveira, Dr. Vanel Fernandes Moreira, e tendo o Dr. Dácio Augusto de Barros Filho como membro da comissão e o Sr. Olímpio José de Oliveira Filho como secretário da comissão.⁶

A formação da “Comissão de Assunto Relevante” tinha por objetivo aplicar algumas mudanças no Brasão de Armas de Caraguatatuba, depois de constatadas algumas irregularidades, necessitando assim, de uma nova adequação. Contudo, procurou-se preservar, o máximo possível, os desenhos que integravam o Brasão criado em 1957.⁷

O trabalho apresentado pela Comissão trazia o Memorial Descritivo, o Memorial Histórico e o Novo Desenho do Brasão de Armas de Caraguatatuba. Este trabalho seguiu para Câmara Municipal, juntamente com um novo Projeto de Lei, para que fosse apreciado pelos Representantes desta Casa.⁸

O Memorial Descritivo e o Memorial Histórico, elaborados pela Comissão, justificavam as mudanças que se deveriam processar para que o novo Brasão de Armas pudesse apresentar um desenho ainda melhor. Esta adequação seguiu rigorosamente as Leis Heráldicas.

Dentre as mudanças que ocorreram está a *Coroa Mural*, que antes possuía a cor ouro, que é própria de Capitais de Estados, e três torres. Passou a ter a cor prata, correta para cidades, e oito torres, sendo também o correto e das quais somente cinco aparecem visíveis. Quanto ao *Escudo Ibérico*, de goles, (vermelho) e a *Nau Portuguesa*, que eram repetitivos ao representarem nossos descobridores e colonizadores, pois o próprio escudo português, já simbolizava a devida honra, foi sugerido que se substituíssem a nau e o escudo por figuras que representassem Caraguatatuba ou região. Decidiu-se, então, a substituição destas figuras por duas flechas, em prata, cruzadas, representando os índios, que foram os primeiros habitantes da região.⁹

Outra figura do Brasão que também se encontrava irregular era o *Chefe*, peça honrosa de primeira ordem, colocada na parte superior. “*Determinam as regras heráldicas que a altura do chefe seja aproximadamente a terça parte da largura do escudo, admitindo-se pequena margem de diferença, para mais ou para menos*”. No caso do antigo Brasão, a medida excedeu a terça parte e, neste caso, ocorreu uma simples correção. A *Cruz*, denominada erroneamente de “malteza”, quando na verdade é uma cruz “pátea”, trazia no centro o lírio de Santo Antônio, deixando as laterais vazias. Foi sugerido que se nomeasse “ou cruz de malta ou cruz pátea”, retirando-se o lírio da cruz e duplicando-o para preencher as laterais. A cruz foi substituída pela Cruz da Ordem de Cristo, em vermelho e centro em prata.

O termo “*delfins*”, utilizado no Memorial Histórico, foi substituídos por “*golfinhos*”, achando ser mais apropriado, sendo incluído no novo Memorial Descritivo.

Memorial Descritivo

Heraldicamente, o Brasão de Armas do Município de Caraguatatuba é descrito da seguinte forma:

Escudo Ibérico, de goles, com duas flechas postas em aspa, tendo brocante sobre o cruzamento uma âncora, tudo de prata, e Chefe de Ouro, carregado de uma Cruz da Ordem de Cristo, entre dois lírios, de blau.

O Escudo é encimado de coroa mural, de prata, de oito torres, suas portas abertas, de goles, e tem como suporte, à destra e à sinistra, dois golfinhos, ao natural, e se assenta em arranjo de bananas e abacaxi, folhados, ao natural.

*Listel de goles, com a divisa “DVC IN ALTVM”, de ouro”.*¹⁰

Memorial Histórico

Em termos históricos, o Brasão de Armas do Município de Caraguatatuba é descrito da seguinte forma, considerando também os enfoques heráldicos.

“O Escudo Ibérico utilizado para representar o Brasão de Armas do Município de Caraguatatuba teve a influência dos nossos colonizadores, advindos da longínqua península Ibérica (Portugal/Espanha), que juntamente com nossos silvícolas, constituíram-se na formação da nossa raça.

De goles (vermelho), com duas flechas postas em aspas (cruzadas), tendo bracante (sobreposta) sobre o cruzamento uma âncora, tudo de prata, simbolizando, primeiramente com as flechas a presença do índio, habitante primitivo destas paragens, e com a âncora representa a situação do Município como cidade praiana, e, simultaneamente, significa Firmeza, Segurança e Esperança – atributos de um Município onde sua belezas naturais e terras férteis contribuem progressivamente, a fim de se tornar um dos pontos turísticos, dos mais procurados em todo o Estado de São Paulo e no Brasil.

A cor goles (vermelho) simboliza o Amor Pátrio, Dedicção, Audácia, Intrepidez, Coragem, Valentia e Justicado povo caraguatatubense.

Chefe de Ouro, carregado de uma Cruz de Ordem de Cristo entre dois lírios de blau (azul), simbolizando a Fé Cristã dos moradores através da cruz e, evidenciando também, através dos lírios a devoção a Santo Antônio – Padroeiro da Cidade reconhecidamente milagroso e de coração nobre e puro, como o ouro que serve o fundo deste, em Chefe. Antes do topônimo “Caraguatatuba”, a Freguesia de Santo Antônio de



2º Brasão de Caraguatatuba

Caraguatatuba” como era denominada, traduzia a fé pelo Santo lisboente, venerada até os dias de hoje.

A Coroa Mural que encima o Brasão é o símbolo universal de domínio, que sendo de prata, de oito torres, das quais somente cinco aparecem visíveis em perspectiva no desenho, evidencia a cidade como Sede de Comarca, tendo as portas abertas, de goles (vermelho), proclamam o caráter hospitaleiro do povo caraguatatubense, pois é a cor, no Brasil, do Direito e da Justiça, então como a dizer: “Dentro destas portas encontrareis a Justiça.

Os golfinhos, a destra e a sinistra, representam o mar que banha Caraguatatuba, cujos pescados relevam a riqueza em potencial, além de constituir atração turística.

Como riqueza agrícola principal do Município, encontra-se a banana, representada pelo arranjo de cachos, e, em menor destaque o abacaxi, ao natural.

Listel de goles (vermelho), sobre o qual se inscreve a frase bíblica (divisa) “DVC IN ALTVM”, extraída do Evangelho Pesca Milagrosa, onde Jesus Cristo proferiu as palavras, concitando o pescador Pedro a lançar sua redes para Avante, isto é, Para o Alto (mar). Portanto, o Município de Caraguatatuba assume este lema, tornando-o paradigma da ascensão acelerada ao maravilhoso porvir que lhe está reservado”.¹¹

10.3

A Bandeira do Município

A Bandeira do Municipal de Caraguatatuba, um dos mais importantes símbolos já instituídos no Município, foi criada no ano de 1960, na gestão do então Prefeito Antônio Augusto Matheus, através da Lei de N° 381/60.

Criada três anos após o Brasão de Armas do Município de Caraguatatuba, a Bandeira passou a ser considerada o símbolo da unidade, prosperidade e da grandeza desta cidade.¹² O respeito devido para com ela não se diferencia daquele devotado à Bandeira Paulista e Nacional, pois este importante símbolo representa a gloriosa história do passado e do presente do Município de Caraguatatuba.

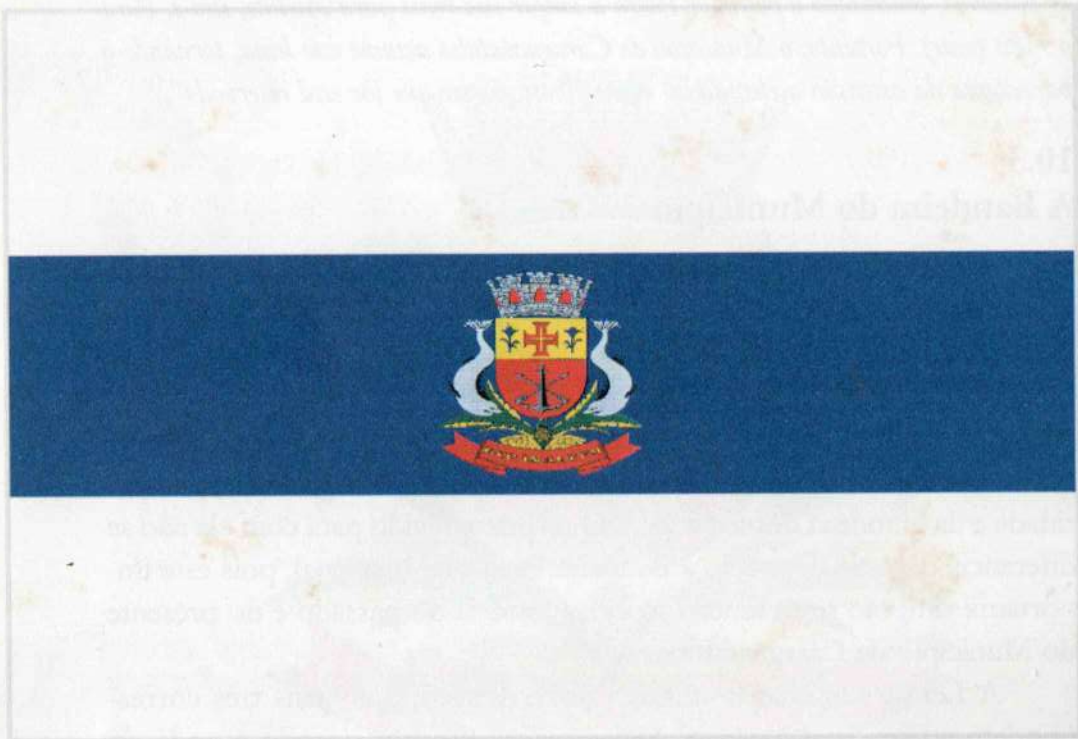
A Lei de sua criação contém nove Artigos, dos quais três correspondem ao seu hasteamento. Nestes, são prescritos quando e onde ela deve ser hasteada.

O modo de uso da Bandeira do Município, citado também na lei 381/60, obedece a rigorosas normas. O uso incorreto e os maus tratos a ela causados podem acarretar ao infrator, punições severas, pois existe uma Lei específica, a Federal de N° 5700, de 1° de setembro de 1971, que dá total proteção aos símbolos nacionais.

A Bandeira de Caraguatatuba, símbolo do Município, apresenta as seguintes características:

394

Três faixas horizontais, sendo a superior branca, a central azul e a inferior também branca, representando os elementos étnicos da população nas referidas cores, divididas proporcionalmente ao tamanho do pavilhão que deverá sempre se igualar nas medidas dos congêneres Nacional e Paulista. Ao centro será adicionado o Brasão de Armas Municipal, obedecendo às proporções da Bandeira.¹³



Bandeira de Caraguatatuba

10.4

O Hino do Município

Depois de já possuir o Brasão de Armas e a Bandeira, é criado, em 1965, o Hino para o Município de Caraguatatuba.

O pedido de criação foi feito pelo então Prefeito Geraldo Nogueira da Silva, através de um projeto de lei, para que a Câmara Municipal adotasse o Hino Oficial do Município. Para Geraldo Nogueira da Silva, “a música é um dos fatores básicos do conhecimento de uma terra, ela caracteriza esta terra e o povo que nela vive”.¹⁴

A música composta para o Hino a Caraguatatuba é de autoria de Heitor de Carvalho, que possuía um valioso conhecimento musical. Em 1965, ano em que compôs o Hino, atuava como professor de Música no Ginásio Thomás Ribeiro de Lima, em Caraguatatuba.

Depois de composta a música, deixou que a letra ficasse por conta de um poeta. Heitor convidou então outro admirador e morador da cidade, Renato Navarro Magalhães, para que fizesse a letra do Hino tão esperado pelos moradores caiçaras da cidade.

Em 1965, aos 20 anos de idade, Renato Magalhães compôs a letra para o Hino do Município, inspirado nas belezas e na tranqüilidade da maravilhosa Caraguatatuba. Ele é dotado de grande inteligência poética, tendo nascido na cidade de Monte Santo, Minas Gerais, no ano de 1944. Chegou para residir em Caraguatatuba no ano de 1955, juntamente com seus pais e irmãos, quando adquiriram a Pensão Araújo, que se localizava na Praça Cândido Motta. Concluiu o curso primário no Grupo Escolar de Caraguatatuba, passando depois a cursar o ginásio no Thomás Ribeiro de Lima.¹⁵

O poeta e autor da letra do Hino a Caraguatatuba, estudou também na Escola Normal de São Sebastião, cidade esta na qual trabalhou durante 25 anos, atuando no setor de operações do Terminal Marítimo Almirante Barroso, onde permaneceu até se aposentar.

Em 1965, depois de compostas a música e letra para Hino do Município, o mesmo foi oficializado pelo então Prefeito Geraldo Nogueira da Silva. Hoje, Caraguatatuba canta seu Hino com orgulho e agradecimento

Handwritten musical notation for the first system, featuring treble and bass staves with notes, rests, and a *mf* dynamic marking.

Handwritten musical notation for the second system, featuring treble and bass staves with notes, rests, and *p* and *mf* dynamic markings.

Handwritten musical notation for the third system, featuring treble and bass staves with notes, rests, and a *p* dynamic marking.

Handwritten musical notation for the fourth system, featuring treble and bass staves with notes and rests.

Handwritten musical notation for the fifth system, featuring treble and bass staves with notes, rests, and a double bar line. Includes handwritten annotations *A.O.S.* and *e/po*.

A set of empty musical staves.

A set of empty musical staves.

a estas duas inteligências que, por seus conhecimentos musicais e poéticos, certamente já fazem parte da História do Município.

HINO A CARAGUATATUBA

Letra: Renato Navarro Magalhães

Música: Heitor de Carvalho

398

*Caraguatatuba bonita,
Esplendor de beleza rara.
Caraguatatuba onde habita
O cortês e gentil caiçara*

*Nas fimbrias da serra que aos céus se levanta,
À margem formosa de imensa baía,
Se estende uma terra que os olhos encanta;
A terra onde as praias têm mais alegria.
Ó terra, vós tendes um mar cristalino
Que tanto vos beija em carícias de irmão,
Que traz ondulante um murmúrio divino,
O suave murmúrio de Deus na amplidão.*

*Caraguatatuba bonita,
Esplendor de beleza rara.
Caraguatatuba onde habita
O cortês e gentil caiçara.*

*Se sois dentre as jóias a mais reluzente
Se dentre as cidades vós tendes mais vida
Então não sois obra divina somente,
Sois obra de Deus pelos homens polida.
Vós tendes na frente uma ilha gigante,
Que às nuvens se lança a perder-se de vista;
A exemplo da ilha erguei-vos vibrante,
E glória sereis brasileira e paulista.*

Notas

- (1) Depoimento de Vanel Fernandes Moreira (APMC-DOAP Caixa 1., 2000).
- (2) Depoimento de Dorly de Oliveira (APMC-DOAP Caixa 1. 2000).
- (3) Depoimento de Vanel Fernandes Moreira (APMC-DOAP Caixa 1., 2000).
- (4) Depoimento de Dorly de Oliveira (APMC-DOAP Caixa 1, 2000).
- (5) C.M.C., Lei N° 260, de setembro de 1957.
- (6) C.M.C., Processo N° 246/95, f. 82.
- (7) C.M.C., Processo N° 246/95, f. 79.
- (8) C.M.C., Processo N° 246/95. f. 82.
- (9) C.M.C., Processo N° 246/95. f. 81.
- (10) C.M.C., Memorial Descritivo do Brasão de Armas de Caraguatatuba. Lei 501/95.
- (11) C.M.C., Memorial Histórico do Brasão de Armas de Caraguatatuba. Lei 501/95.
- (12) C.M.C., Lei N° 381/60, Art. 1, F.1.
- (13) C.M.C., Lei N° 381/60. Art. 1, F.3.
- (14) P.M.C., Ofício N°. 2266, de 24 de junho de 1965.
- (15) APMC-DOAP

II. TOPONÍMIA¹

ANHEMBU

Anhemby – antigo nome do Rio Tietê. De **anhambu**, ave galinácea que T. Sampaio confunde com perdizes. O rio dos Nambus. (SB.: 515); **Y-Nhemi** = rio abaixo – antigo nome do Tietê (Tb.: 20); **Anhambu-y** = rio das perdizes (TS.: 112).

400

ARARAQUARA

Arara-coara, esconderijo das araras (SB.: 54); **arara-cuara**, abrigo de arara (Tb.: 24); **arara-quara**, refúgio ou viveiro das araras (TS.:112).

BERTIOGA

Tainha, parati + oca, refúgio = local onde se juntam as tainhas (SB.: 522); buriti, palmeira + oca = casa feita de palmeira (Tb.:29); corrupção de Parati – oca, alteração Barati-oga, Barti-oga, Berti-oga, paradeiro das tainhas (TS.: 115).

CAÇAPAVA

Caá, mato + **açapaba**, clareira, picada, passagem (SB.:81); **Caá**, + **assapaba** = passagem no mato (Tb.:33); corrupção de **caá** + **çapaba** = clareira na mata, aberta, travessia ou vereda na mata (TB.: 117).

CAMBURU

Camboriu, de **Camby**, leite de peito + **iri**, mel + **u**, beber (SB.: 85); **Camburi**, rio onde corre o leite, **camuri**, robalo, serra de Caraguatatuba (Tb.: 36); **Camburiu**, **cambi-ri-y**, rio onde corre o leite, rio do robalo (TS.: 118).

CARAGUATATUBA

Caraguata, planta espinhosa + **tuba** por **tyba**, sufixo coletivo = lugar onde há muitos caraguatás (SB.: 529); idem, caraguatazal (Tb.: 38); gravatás em abundância (TS.: 120).

CASSANDOCA

De **caá-sandog-ca**. Morro com capões de mato (SB.: 530).

COCANHA

Não existe registro nos autores que estamos seguindo. Entendemos que poderia ser corrupção de **caa**, a folha da planta, a planta, a erva, o vegetal, o mato + **canna** = a folha da planta cana; ou **caa**, + **onha**, ninho de ervas.

GETUBA

Grafia encontrada nos documentos antigos, o mesmo que Jetuba

GUARAREMA

Madeira fétida, o pau d'alho. De **guará-r-ema** (SB.: 128); **guará-rema**, pau fétido (Tb.: 54); corrupção de **guara-rema**, **guara** = ibira ou imira ou pau, a maeira, rama fétida, nome do pau d'alho (TS.: 127).

GUARATINGUETÁ

Muitas garças brancas. De **guará**, garça; **tinga**, branca e **etá**, sufixo que indica plural (SB.: 128); de **guyrá-ting'eta**, muita garças brancas (Tb.: 53); corrupção de **guiratinga-eta**, as garças, as aves brancas (TS.: 127).

GUAXINDUBA

Sítio das vassouras, ou vassoural. O povo diz guaxinduva (SB.:129); de **guaxy-ndyba**, abundância de plantas denominadas **guaxyma** (Tb.: 54); corrupção de **guacem-dyba**, correto: **guacem** = **guacim** = **guaxim**, planta de fibra muito resistente; **dyba** = **tyba**, em abundância; alteração guaxuma, guaxima, guachem (TS.: 126).

GUEROMIMIS

Miramomis, corrupção de **myra-momi**, com significado de “a gente miúda ou de pequena estatura”; “era uma tribo tapuia que habitava em S. Vicente, nas matas da serra, e, às vezes, no campo, parecendo ter afinidade com os *Guarus* ou *Guarulbos*.”; alterações: **Maramomins** e **Guaramimis**.(TS:34).

INDAIARAQUARA

Entendemos que poderia ser corrupção de **indaiá** – **quara** = viveiro de palmeiras.

IPIRANGA

Y-piranga, água vermelha, rio vermelho (TS.: 160).

ITANHAEM

Itá-nhaé, bacia de pedra, vaso de metal, panela de ferro (TS.: 132).

JACARANDÁS

Corrupção de **y-acã-ratâ**, o que tem a cabeça dura, ou centro duro, rijo (TS.: 134).

JACAREÍ

Yacaré-y, rio do jacaré (TS.: 135).

402

JARAGUÁ

Yara, Senhor + **Guá**, dominador = Senhor do vale (SB.: 173); certa planta de fibras têxteis (Tb.: 75); Vale ou baixa do Senhor; Enseada ou Angra do Senhor (TS.: 136.).

JETUBA

Jetibá, alteração de jequitibá (**ky-tybá**) (Tb.: 175); **Jetytyba** – o batatal. O mesmo que **jetytuba**. (SB.: 176); **Yú**, o espinho, a ponta aguda, a farpa (TS.: 160). Entendemos que poderia ser corrupção de **yú-ty-ba** = espinhos em abundância.

JUQUERIKUERÊ

Corrupção de **Yuqueri-que-rei**, espinheiro que dorme ou dorminhoco; **Yuqueri** é a denominação das *mimosas no tupi*; **quer-ei**, traduz-se: dormir à toa (TS.: 137).

MARAMDUBA

Alteração de **moramduba**, que significa novidade, notícia, informação, tratado, conversa etc; local onde se reuniam diferentes tribos para seus tratados, troca de mercadorias e outras manifestações inter-tribais. (Tb.: 84).

MASSAGUAÇU

Massa, mata + **Guassú**, grande = mata grande (SB.: 570); **Mbaé-saguassú**, coisa grossa (provavelmente referindo-se aos grãos de areia) (Tb.: 85).

MOCOCA

Mo, fazer + **Coca**, plantações = a roça (SB.: 207); **Mocó**, + **Oca**, casa =

literalmente casa de mocó, tapume que se faz no rio para pescar (Tb.: 86); **Mo + Coga** = fazer roça (TS.: 140). Em nosso entendimento, o correto deve ser a explicação de Tibiriça, pois “mocoóca” é como encontramos nos registros antigos.

PARAÍBA

Pará-ahya, rio ruim, imprestável ou inavegável (TS.:144).

PARAIBUNA

Pará-y-buna, rio de água escura (TS.: 144).

PEREQUÊ-MIRIM

Piraiquê, corrupção de **pirá-ikê**, entrada do peixe (TS.: 147), **mirim**, adj. pequeno, breve, pouco, miúdo; adv. um pouco (TS.: 140).

PIRAÇUNUNGA

Pira, peixe + **sununga**, ronco = ronco pelo acúmulo de peixes (SB.: 256); ruído dos peixes (Tb.: 97); **Pira cininga** = peixe roncando, ou **Pira cinunga** = ronco do peixe (TS.: 147).

TABATINGA

Argila em barro branco (SB.: 595); **Taba**, casa + **Tinga**, branca = casa branca (Tb.: 106); **Taba**, aldeia + **Tinga**, branca = aldeia branca (TS.: 105).

TAMANDUÁ

Ta-monduá = caçador de formigas (SB.: 306; TS. p. 151); **Ta-mondahá** = ladrão de formigueiro (Tb.: 188).

TAMOIO

Tamõi – variações **tamonha**, **tamuya**. O avô. Nome de uma tribo do Estado do Rio de Janeiro que se aliou aos franceses invasores (SB.: 307).

TAUBATÉ

De **taba-eté**, taba por excelência, aldeia importante, cidade (SB.: 315); De **itá-ybaté**, pedra elevada, pedra superposta (Tb.: 110); Corrupção de **taba-eté**, alteração de **táua-eté**, vila, povoação considerável (TS.: 153).

TINGA

Adj. branco, alvo, claro, cândido (TS.: 154).

TUPINAMBÁ

Tupi-nã-mbá, descendente dos tupi; pois que **nã-mbá**, o mesmo que **anambá** significa derivado do parente, ou descendente.

TUPI

Tu-upi, **tu** = **tub**, pai, **upi**, elevado, sublime, superior, isto é, o pai supremo, o primitivo, o progenitor. (TS.: 154).

UBATUBA

Corrupção de ubá-tyba, canoas em abundância; correto ybá-tyba, canavial bravo, flexal, frutal (TS.: 156).

404

- (1) SB. – Francisco da Silveira BUENO; Tb. – Luiz Caldas TIBIRIÇÁ; TS. – Teodoro Fernandes SAMPAIO.

12. ANEXOS

Maços de População ¹

Distrito da 3ª Companhia, à qual compreende desde a Vila até Tabatinga
Capitão Manoel de Santa Anna Lopes
1801

405

Fogos	Nomes	Idade	Estado	Cor	Empregos ou Ocupações
	[B ^o Juriquirepacê (sic)]				[anotado na margem esquerda]
275	<i>Ilário Ribeiro</i> <i>Ana Francisca, mulher</i> <i>Filhos: Joaquim, nat. desta</i> <i>Ignácio, nat. desta</i> <i>Agueda, nat. desta</i>	10 14 34		P	<i>Vive de esmolas e os filhos plantam mandioca para gasto.</i>
276	<i>José Rodriguez, nat. de Iguaçu</i> <i>Rita Luíza, mulher, nat. desta</i>	28 18	C C	B B	<i>Farinha: 8 alqueires.</i>
277	<i>Maria de Jesus, nat. desta</i> <i>Filhos: Manoel, nat. desta</i> <i>Seviano, nat. desta</i> <i>Ignês, nat. desta</i> <i>Catarina, nat. desta</i>	52 26 25 34 21	V S S S S	P P P P P	<i>Agricultora.</i> <i>Farinha: 10 alqueires para gasto.</i> <i>Os dois filhos se alugam [ilegível].</i>
278	<i>Francisca Maria, nat. desta</i> <i>Filhos: Furtuoso, nat. desta</i> <i>Maria, nat. desta</i> <i>Maria, nat. desta</i>	37 6 3 1	V S S S	P P P P	<i>É doentia.</i> <i>Farinha: 10 alqueires para gasto.</i>
279	<i>Ignácio Vieira, nat. desta</i> <i>Mariana, mulher, nat. desta</i> <i>Filhos: Manoel, nat. desta</i> <i>Pedro, nat. desta</i> <i>Maria, nat. desta</i> <i>Tereza, nat. desta</i>	46 38 22 12 11 3	C C S S S S	B B B B B B	<i>Farinha: 10 alqueires.</i>
280	<i>Antônio Soares, nat. Ubatuba</i>	47	S	B	<i>É tanoeiro, de que vive.</i>
281	<i>Lucinda Francisca, nat. desta</i> <i>Filhos: Joaquim, nat. desta</i>	54 11	V S	P P	<i>Vive de esmolas.</i> <i>Farinha: 6 alqueires para gasto.</i>

Fogos	Nomes	Idade	Estado	Cor	Empregos ou Ocupações
282	<i>Francisca Maria, nat. desta</i>	38	S	B	<i>Vive de esmolas.</i>
	<i>Filhos: Josefa, nat. desta</i>	11	S	B	
	<i>Angélica, nat. desta</i>	4	S	B	
283	<i>Sebastião Correa, nat. Rio (?)</i>	40			<i>Jornaleiro de machado. Farinha: 16 alqueires para gasto</i>
	<i>Izabel, mulher, nat. desta</i>	23			
	<i>Filhos: Manoel, nat. desta</i>	11	S		
	<i>Joaquima, nat. desta</i>	3	S		
	<i>Maria, nat. desta</i>	12	S		
	<i>Joaquima, nat. desta</i>	3	S		
	<i>Antonia, nat. desta</i>	1	S		
284	<i>Maria Pires, nat. desta</i>	32	S	P	<i>Vive de suas costuras. Farinha: 7 alqs.</i>
285	<i>Januário Nimes, nat. desta</i>	35	C	P	<i>Vive de Esmolas. Farinha: 6 alqueires.</i>
	<i>Francisca, mulher, nat. desta</i>	27	C	P	
	<i>Filhos: Vitorino, nat. desta</i>	1	S	P	
	<i>Antonia, nat. desta</i>	7	S	P	
286	<i>João José, nat. desta</i>	43	C	P	<i>Farinha: 12 alqueires para gasto.</i>
	<i>Catarina, mulher, nat. desta</i>	33	C	P	
	<i>Filhos: José, nat. desta</i>	—	S	P	
	<i>Francisco, nat. desta</i>	13	S	P	
	<i>Manoel, nat. desta</i>	8	S	P	
	<i>Tomázia, nat. desta</i>	5	S	P	
287	<i>Manoel Ressurreição, nat. desta</i>	43	C	P	<i>É jornaleiro de machado; ganha 200 réis por dia. Farinha: 9 alqueires.</i>
	<i>Maria Rita, mulher, nat. desta</i>	37	C	P	
	<i>Filhos: Luiz, nat. desta</i>	8	C	P	
	<i>Felisberto, nat. desta</i>	7	C	P	
	<i>Joaquim, nat. desta</i>	5	C	P	
	<i>David, nat. desta</i>	3	C	P	
288	<i>Antônio Maria, nat. desta</i>	73	V	P	<i>Vive de esmolas.</i>
	<i>Tereza (neta), nat. desta</i>	18	V	P	
289	<i>Francisco Nimes, nat. desta</i>	22	C	P	<i>Farinha: 6 alqueires.</i>
	<i>Maria Rosa, mulher, nat. desta</i>	20	C	P	
290	<i>José Nimes, nat. desta</i>	21	S	B	<i>Vive de se alugar.</i>
291	<i>Sebastião Soares, nat. Ubatuba</i>	52	S	P	<i>É carpinteiro, de que vive.</i>
292	<i>Domingas Maria</i>		S	P	<i>Vive de suas costuras.</i>
	<i>Filha: Ana, nat. desta</i>	18	S	P	

Fogos	Nomes	Idade	Estado	Cor	Empregos ou Ocupações
293	<i>Domingos Moreira, nat. Ilha Grande</i> <i>Filhos: Vicente, nat. desta</i> <i>Floriana, nat. desta</i> <i>Joaquina, nat. desta</i>	59 19 15 11	V S S S	P P P P	<i>Está se aprontando para ir embora para a Ilha Grande.</i>
	[Bº Cragoatutuba (sic)]				[Anotado na margem esquerda]
294	<i>Manoel Antonio Leal, nat. desta</i> <i>Elena Maria, mulber, nat. desta</i> <i>Filhos: Benedito (8 meses)</i> <i>Escrava: 01</i> <i>Agregada: Anacleta</i>	37 37 36	C C S S	P P P P	<i>Agricultor.</i> <i>Farinha: 28 alqueires para gasto e vendeu 40 alqs. a 64 réis.</i>
295	<i>Francisco de Mattos, nat. Ubatuba</i> <i>Ignes, mulber, nat. desta</i> <i>Filhos: Alexandre, nat. desta</i> <i>Antonia, nat. desta</i> <i>Manoel, nat. desta</i> <i>Joaquim, nat. desta</i> <i>Francisco, nat. desta</i> <i>Antônio, nat. desta</i> <i>Ana, nat. desta (3 meses)</i>	52 32 17 12 5 4 3 1	C C S S S S S S	B B B B B B B B	<i>Vive de fazer redes.</i>
296	<i>Ana Pedrosa, nat. desta</i> <i>Filhos: Sebastião, nat. desta</i> <i>Salvador, nat. desta</i> <i>Maria, nat. desta</i> <i>Antonia, nat. desta</i> <i>Agregado: Custódio, nat. desta</i>	57 32 15 11 10 26	V S S S S S	P P P P P P	<i>Agricultora.</i> <i>Farinha: 20 alqs. para gasto</i>

(1) pequena amostragem (DAESP-MPSS, Rolo 187, Lata 0165).

Eleitores da região de Caraguatatuba em 1842¹

A Junta formada em conformidade do Artigo primeiro do Decreto de quatro de maio do corrente ano, tendo ultimado os trabalhos, remete a V. Excia. a Lista dos cidadãos ativos, que podem votar nas Eleições Primárias e ser votados para Eleitores de Província, e a dos Fogos da paróquia. Deus guarde a V. Excia, Vila de São Sebastião, 12 de setembro de 1842.

408

Décimo quinto Quarteirão De Juqueriquerê até o Canto de Caraguatatuba

308 – Antônio dos Passos Souza	Votante
309 – Antônio Vicente Ferreira Júnior	Elegível
310 – Antônio Lourenço de Aguiar	Votante
311 – Antônio Maciel	Votante
312 – Antônio Manoel Ribeiro Leite	Votante
313 – Bento José da Silva	Votante
314 – Tte. Emigdio Venâncio da Rosa	Elegível
315 – Francisco do Prado	Votante
316 – Francisco de Paula Leite	Elegível
317 – José Pascoal	Votante
318 – José do Nascimento Crisóstomo	Votante
319 – Joaquim Roberto de Abreu	Elegível
320 – José Pereira Arouca	Elegível
321 – Justiniano Pedro	Votante
322 – Joaquim Maurício	Votante
323 – Jacinto Nunes Pimenta	Votante
324 – Luciano Pinto	Votante
325 – Manoel dos Passos Souza	Elegível
326 – Manoel do Prado	Votante
327 – Manoel Borges da Silva	Elegível

328 – Manoel Honório Brasil	Elegível
329 – Manoel dos Anjos Gaia	Elegível
330 – Manoel Ribeiro dos Santos	Elegível
331 – Matheus Conxa de Mesquita	Votante
332 – Miguel Pinta dos Reis	Votante
333 – Mariano Vieira de Carvalho	Elegível
334 – Pe. Manoel Pereira de Castro	Elegível
335 – Sebastião Lopes de Aguiar	Votante

Décimo sexto Quarteirão

Do Canto de Caraguatatuba até Taubatinga

336 – Antônio Moreira da Silva	Elegível
337 – Antônio Caetano Torres	Votante
338 – Amaro Alves dos Santos	Elegível
339 – Alexandre de Oliveira Preto	Votante
340 – David da Silva Fogaça	Votante
341 – Diogo Correa Marzagão	Elegível
342 – Capitão-mor José de Mattos Abreu	Elegível
343 – José Feliciano de Mattos	Elegível
344 – José Nunes Pereira	Votante
345 – Joaquim Alves da Cruz	Elegível
346 – José Felisberto da Silva	Elegível
347 – João da Silva Fogaça	Votante
348 – João Esteves de Santa Anna	Elegível
349 – José de Freitas	Votante
350 – Joaquim de Oliveira Cruz	Votante
351 – José Correa Marzagão	Votante
352 – João Correa Marzagão	Elegível
353 – José Antônio da Silva	Votante
354 – José Correa Alves	Votante
355 – João Bibiano	Votante
356 – João Amaro Dias Torres	Votante
357 – José de Oliveira Preto	Elegível

358 – José Tavares Nobre	<i>Votante</i>
359 – Joaquim Antunes Garcia	<i>Votante</i>
360 – Ladislau Francisco de Mattos	<i>Elegível</i>
361 – Manoel José de Mattos	<i>Elegível</i>
362 – Miguel Antunes Garcia	<i>Elegível</i>
363 – Pe. Manoel Francisco da Porciúncula	<i>Elegível</i>
364 – Manoel Thomaz do Nascimento	<i>Votante</i>
365 – Manoel Gonçalves Pereira	<i>Elegível</i>

Vila de S. Sebastião, 12 de setembro de 1842

Antônio Alvares de Oliveira Cruz

Juiz de Paz

O Pároco Manoel de Faria Dória

Antônio Muniz Barreto

Total de fogos =	15º Quarteirão =	78
	16º Quarteirão =	<u>84</u>
		162

====

Vila de S. Sebastião, 12 de setembro de 1842

Subdelegacia de Policia da Freguezia de S. Antônio de Caraguatatuba

(1) DAESP-MPSS, Rolo 187, Lata 0165.

Auto da instalação da nova Vila de Santo Antônio de Caraguatatuba.¹

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo trigésimo sexto da Independência e do Império, aos vinte e três dias do mês de Novembro do ano de mil oitocentos e cinqüenta e sete nesta vila de Santo Antônio de Caraguatatuba, achando-se presente no edifício e sala que tem de servir para as sessões da Câmara Municipal da referida vila, o cidadão Hermenegildo Antônio Ferreira, Presidente da Câmara Municipal da Vila de São Sebastião, comigo Secretário abaixo declarado, e tendo a Câmara da referida vila convidado anteriormente por ofício e edital aos cidadãos Manoel Pereira de Castro Bouvier, Antônio Vicente Ferreira, Manoel Esteves de Santa Anna, Manuel Gonçalves Pereira, Francisco Moreira da Costa, Antônio Maciel Leite e Tenente Francisco Jacintho dos Passos, eleitos vereadores na eleição do dia onze de outubro, marcada pelo Ex.mo. Governador da Província em portaria de 4 de setembro p. passado, aí comparecerem no referido dia vinte e três do corrente às onze horas da manhã em lugar designado pelo mesmo. Ex.mo. Governo, a fim de prestarem juramento e tomarem posse dos referidos cargos, e, comparecendo o Presidente da Câmara, em virtude do artigo 3º do Decreto de 13 de novembro de 1832, deferiu-lhe o juramento dos Santos Evangelhos na forma devida, como consta do livro respectivo. Findo o qual ato declarou o Presidente que se achava instalada a nova vila de Santo Antônio de Caraguatatuba, elevada a esta categoria em virtude do Decreto Provincial no trinta de 20 de abril deste ano, e com a mesma denominação e divisas anteriores, marcadas pelo Decreto Provincial no 18 de 7 de abril de 1840, cujas divisas do lado do Sul principia do rio Juqueriquerê e termina ao Norte no rio Tabatinga. De que para constar mandou Presidente lavrar o presente auto que será publicado e assinará comigo Francisco Xavier Ferreira, Secretário a escrevi. = Hermenegildo Antônio Ferreira, Presidente. Francisco Xavier Ferreira = Secretário.

Paço da Câmara Municipal da Vila de Santo Antônio de Caraguatatuba, 25 de novembro de 1857.

Manoel Esteves de Sant' Anna

Manoel Gonçalves Pereira

Antônio Maciel Leite.

Francisco Moreira da Costa.

Francisco Jacintho dos Passos.36

(1) DAESP-ODC, O. 983, C. 188, P. 1, D. 27.

Gastos com a Igreja Matriz de Santo Antônio¹ – 1858

Gustavo (?)	19 dias a	1.600	=	30\$400
Reginaldo	19 “ “	1.200	=	22\$800
Benedicto	15 “ “	1.200	=	18\$000
Olinto	16 “ “	1.000	=	16\$000
Jorge (aprendiz)	12 “ “	600	=	7\$200
CAMARADAS				
Joaquim Luzia	12 “ “	640	=	7\$680
Florêncio	12 “ “	640	=	7\$680
Argelino	10 “ “	640	=	6\$400
Joaquim Ramos	8 “ “	640	=	5\$120
Manoel de Sousa	30 “ “	640	=	19\$200
Thomasz	20 “ “	640	=	12\$800
Manoel Lopes	16 “ “	640	=	10\$240
Salvador Terência				
(de tirar pedras)	10 “ “	1000	=	10\$000
3.500 tijolos		20rs.	=	70\$000
Canoa e camaradas p/ condução das mesmas			=	25\$640
24 tábuas de 16 palmos			=	24\$000
Antônio José “	10 “ “	1000	=	10\$000
2 @ de imbé		3200	=	6\$400
conserto de broca e alavanca			=	3\$000
3 1/2 milheiros de cal ensacada		49rs.	=	168\$000
10 @ de pólvora			=	12\$000
8 @ de carne-seca		7000	=	56\$000
3 @ de açúcar		6400	=	19\$200
4 @ de toucinbo		7000	=	28\$000
5 alqueires de feijão			=	22\$500
1/2 alqueire de sal			=	800
1 @ de café			=	3\$200
9 alqueires de farinha			=	23\$040
José cozinheiro	30 “ “	640	=	19\$200
Antônio Pedro “	30 “ “	640	=	19\$200
Administrador das obras	30 “		=	60\$000
				<u>743\$700</u>

(1) Féria apresentada pelo administrador das obras, Ezequiel Antônio da Silva, datada de 6 de outubro de 1858 e referente ao mês de setembro (DAESP-ODC: O: 983, C 188, P. 1, D 68).

Província de São Paulo – Município de Caraguatatuba – 1874

Classificação dos Escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação¹

Matri-cula	Nome	Cor	Idade	Estado	Profissão	Apúdião Trabalho	Senhor	Obs.
121	Rachel	N	28	S	Roça	Todo	Anna Porcina do Amaral	1 filho ingênuo
77	Generosa	N	23	“	“	Leve	Francisco Alves do Prado	Tem 2.
75	Maria	N	50	“	“	“	“	–
76	Benedicto	P	30	“	“	Todo	“	–
78	Miguel	N	19	“	“	“	“	–
1	Pedro	N	50	“	“	“	José Bonifácio de Oliveira Santos	–
3	Graciano	P	30	“	“	“	Antônio da Silva Fogaça	–
4	Benedicto	P	21	“	“	“	“	–
5	Eloy	N	16	“	“	“	“	–
12	Maria	N	14	“	Costureira	“	Cássio Júlio Bardini do Amaral	–
9	Domingos	N	50	“	Roça	Leve	“	–
10	José	N	31	“	“	Todo	“	–
8	Silvana	N	65	“	Cozi nheira	“	“	–
12	Maria	P	15	“	“	Leve	José Pereira Arouca	–
18	Thereza	N	34	“	Roça	Todo	“	–
44	Gertrudes	N	15	“	“	“	Francisco Evangelista de Sant'Anna	–
35	Fernando	N	50	“	“	Leve	“	–
36	Domingos	N	50	“	“	“	“	–
38	Laurindo	P	30	“	“	Todo	“	Na cidade de S.Paulo
39	Sebastião	N	18	“	“	“	“	–
41	Cândido	P	15	“	“	“	“	–
53	João	N	50	“	“	Leve	Antônio da Silva Fogaça	–
57	Benedicto	N	30	“	“	Todo	Bento José da Silva	–
55	Procópio	N	30	“	“	“	Brandão da Cunha	–
50	João	P	18	“	“	“	Libânia Maria das Neves	–
58	Onofre	P	16	“	“	“	Bento José da Silva	–
72	Paulo	N	55	“	“	“	Engrácia Maria de Jesus	–
95	Geraldina	P	46	C	“	Leve	Izabel Pereira Bouvier	Marido maior 60
43	Marcellina	P	20	S	“	“	Francisca Evangelista Sant'Anna	1 filho ingênuo

(1) Quadro resumido, montado para amostragem. Suprimos a coluna “Moralidade”, porque todos tinham o registro “boa”, com exceção do nº 95, que era “regular” e a coluna “Valor” por estar em branco. Datado de 13 de junho de 1874. (DAESP, O 5765, Lata 77).

Partes do Código de Posturas Provisório de Caraguatatuba de 1882¹

Capítulo 1º

“Das Casas de Negócio”

Artº. 1º: Para ter casa de negócio, é preciso licença da Câmara Municipal, que a concederá por 6 ou 12 meses, podendo a sua abertura ser em qualquer tempo, considerando-se finda em 30 de junho e 31 de dezembro, sendo a cobrança do imposto feita em relação à qualidade do negócio a que se propuserem os negociantes, da forma seguinte; por 12 meses e metade por 6 meses:

Casas de comissões de café, ou simples depósito desse gênero ou qualquer outro, não sendo

permitida a venda de sal e cal	50.000
“ de secos e molhados inclusive aguardente	45.000
“ de secos e molhados vendendo também sal para fora do município	55.000
“ de secos, inclusive fazendas e armarinhos.	25.000
“ de armazéns de vender só sal.	10.000
“ de farmácias	20.000
“ de hotéis e botequins de café.	10.000
“ de padarias	20.000
“ de oficinas de funileiro, latoeiro, caldeireiro, ferreiro e fogueteiro.	10.000
“ de mascates de fazendas e armarinho:	
do Município	10.000
de fora dele	20.000
“ de mascates de objetos de ouro e prata	100.000
“ de mascates de obras de folhas de flandres	5.000

§ Único: Além das licenças, estão sujeitos mais ao pagamento da aferição, na razão de 200 reis por cada balança peso e medidas.

Artº 2º: Para as oficinas de fogueteiros, só é concedido o estabelecimento delas nos lugares fora do centro da Povoação.

Artº 3º: Todos os negociantes são obrigados a ter suas balanças pesos e medidas relativas ao seu gênero de comércio, aferidos anualmente e limpos, sob pena de 10.000 réis. de multa.

Artº 4º: Os gêneros deteriorados serão mandados por fora, à despesa feita a custa do negociante e obrigados ao pagamento da multa de 10.000 réis.

Artº 5º: Os negociantes são obrigados a apresentar suas licenças todas as vezes que lhas for exigidas pelo fiscal em correição, e multado todo aquele que se negar a fazê-lo em quantia igual a elas.

Capítulo 2

“Engenhos Carros e Carroças”

Artº 6º: Para qualquer ter engenho de fabricar aguardente ou açúcar, ou de socar café que disto faça negócio:

sendo dos primeiros gêneros	20.000
do ultimo	10.000

Os donos de carros ou carroças de aluguer pagarão anualmente

5.000

Artº 7º: Os lavradores e donos de engenhos do Município só poderão vender os gêneros de sua lavoura, sem obrigação ao pagamento de direitos ou impostos, ficando, porém, a eles sujeitos e igual aos que pagam os negociantes, se o fizerem de gêneros estranhos à sua lavoura.

Capítulo 3º

“Espetáculos Públicos”

Artº 8º: Os empresários de companhias eqüestres ou líricas ficam sujeitos ao imposto de 20.000 réis por cada noite de espetáculo.

Artº 9º: Ficam sujeitos à multa igual à licença os contraventores dos artºs. 6º.-7º.-8º.

Capítulo 5º

“Imposto das Casinhas”

Artº 12º: Todos os negociantes de quitanda de serra acima ficam sujeitos a pagar os seguintes impostos:

1º

Por cada carga de fumo, regulando 15 quilos, 100réis mais outro tanto se pesar o dobro e, assim, progressivamente por cada carga de feijão, milho, fari-

nha, arroz ou outro qualquer gênero encargado	200 réis
Por cada jacá com aves ou toucinho	200 réis

4º

Estão sujeitos às mesmas disposições dos números 1e2 os vendedores de peixe salgado, e que pagarão:	
por cento de peixe miúdo	100 réis
por “ “ “ grande	200 réis
por 15 quilos “ “ grosso	200 réis

420

Capítulo 8 “Da Policia”

Artº 20: São proibidos, nas casas de negócio ou outras quaisquer, ajuntamentos de pessoas com toçatas, danças e vozerios. O dono da casa fica sujeito ao pagamento de 10.000 réis de multa.

Artº 21: Os que andarem pelas ruas com animadas vozerias e proferindo palavrões que ofendam à moral publica ou diretamente a qualquer pessoa pagarão a multa de 20.000 réis e sujeitos ao direito que lhe dá a parte ou leis do Império.

Artº 22: Fora dos dia de Santo Antônio, São João e São Pedro ficam inteiramente proibidos os batuques sob pena de o infrator ficar obrigado ao pagamento da multa de 30000 réis e sujeito às penas do Artigo 128 do Código Criminal.

Artº 23: Todo negociante despachará imediatamente o freguês, logo que tenha concluído a compra ou venda, ficando, ao contrário, obrigado ao pagamento da multa de 5.000 réis por uma pessoa da roça, quer escravos quer libertos, que estiverem estacionados em sua casa de negócio.

Artº 24: Os senhores de escravos presos por fugidos, particular da cadeia, pagarão a diária de 500 réis por comedorias e a gratificação a quem tiver efetuado a prisão, de 20.000 réis sendo de fora do município e de 10.000 réis deste.

Artº 25: Não é permitido a escravos andar pelas ruas depois das 10 horas da noite, sem bilhetes de seus senhores, sob pena de ser presos, e seu senhor obrigado ao pagamento das gratificações do Artigo antecedente.

Artº 26: Todo aquele indivíduo, que andar pelas ruas, embriagado, será recolhido à prisão por 24 horas e pagará 2 mil réis de multa.

Artº 28: É proibido o uso de armas de fogo e instrumentos perfurantes, cortantes, contundentes, quer de dia, quer de noite, os infratores serão multados em 5000 réis, além da perda das armas e ficam sujeitos às penas impostas pelo Código Criminal.

§ Único: Só serão permitidas aos carpinteiros, pedreiros, carreiros e outros condutores de animais, quando em exercício de seus officios.

Artº 31: Os chefes de família que não vacinar todas pessoas sob sua guarda, logo que o comissário vacinador tiver marcado por edital, o prazo, lugar e hora, sob pena de findo aquele, ao pagamento de 2000 réis por pessoa.

Artº 34: O Presidente da Câmara fica autorizado a conceder licenças, independentes de reunião da Câmara, e da mesma forma, a decidir em particulares negócios urgentes, tendentes a ela, para que não fiquem preteridos, levando ao conhecimento dela, logo que reunida for.

Paço da Câmara Municipal da Vila de Caraguatatuba, em sessão ordinária de 15 de maio de 1882.

João Alves Pinto Brandão

Antônio dos Santos Salinas

José Gonçalves de Santa Anna

José Henrique de Castro Bouvier

Manoel Antonio Catharina de Freitas

421

(1) DAESP-ODC: O. 983-A, C. 188-A, P 2, D 54.

1891

Representação do Povo de Caraguatatuba ao Governo do Estado de São Paulo¹

Exmo. Sr. Doutor Governador do Estado de São Paulo.

Os abaixo assinados, em nome do povo deste Município, vêm respeitosa-
mente a vossa presença reclamar sobre a organização da Câmara ou Intendência
Municipal de Caraguatatuba que, sem serem consultados os seus habitantes, fo-
ram nomeados: Bento Xavier de Araújo Leite, João Alves Pinto Brandão, Luís
Antônio Maciel Leite, Joaquim Marcondes Sodré e José Gonçalves de Sant' Anna.

Os abaixo assinados pedem-vos que seja consultado o povo desta Vila, ou
por eleição ou por abaixo-assinado, as pessoas de sua confiança para membros da
Intendência, e não propostos pelos mesmos acima, nomeados os seus próprios no-
mes, que só o povo deste município teve ciência hoje, pela chegada do correio, no
Jornal Estado de São Paulo, de 24 de janeiro do corrente ano, número 4772. Os
habitantes desta Vila, todos unanimemente, aderiram à República e, se não fize-
ram cientes às autoridades republicanas, foi porque se declararam em seu Muni-
cípio, isto publicamente; a Câmara Municipal então que existia a 15 de novembro
de 1889, era de sua restrita obrigação levar ao conhecimento dos poderes federais
que o povo desta Vila aderiu à República, e não cruzar os braços como fez, e
agora secretamente, entre cinco ou seis, levar ao vosso conhecimento as pessoas que
deviam ser nomeadas membros da Intendência deste Município; assim, os abaixo
assinados pedem reparação do absurdo praticado por estes já acima mencionados:
o povo deste município espera justiça.

Saúde e fraternidade.

Vila de Caraguatatuba, 10 de fevereiro de 1891.

<i>Antônio da Silva Fogaça</i>	<i>Eleitor</i>
<i>Braz Frugali</i>	<i>Eleitor</i>
<i>Tertuliano Antonio Fogaça</i>	<i>Eleitor</i>
<i>João Henrique de Castro Bouvier</i>	<i>Eleitor</i>
<i>Luiz Antônio Ferreira</i>	<i>Eleitor</i>
<i>João Antônio dos Santos</i>	

<i>Manoel Antunes Garcia</i>	<i>Eleitor</i>
<i>Polidônio da Silva Fogaça</i>	<i>Eleitor</i>
<i>João da Silva Fogaça</i>	<i>Eleitor</i>
<i>Benedito Izidorio [?]</i>	<i>Eleitor</i>
<i>Pedro da Costa Mendonça</i>	
<i>João Elizeu de Mattos</i>	<i>Eleitor</i>
<i>Antônio Hermenegildo de Macedo</i>	<i>Eleitor</i>
<i>Antônio da Silva Fogaça Junior</i>	
<i>José Hermenegildo de Macedo</i>	<i>Eleitor</i>
<i>Fortunnato Mileo [?]</i>	<i>Eleitor</i>
<i>João Manoel Alves da Cruz</i>	
<i>Francisco da Silva Fogaça</i>	<i>Eleitor</i>
<i>Benedito Ottoni Alves da Cruz</i>	<i>Eleitor</i>
<i>Albino Augusto de Mattos</i>	<i>Eleitor</i>
<i>Francisco Agostinho José Monteiro</i>	<i>Eleitor</i>
<i>Sebastião Carlos Orsellis</i>	

(1) DEASP-ODC, O. 983-A, C. 188-A, P.1, D. 78.

Composição da Câmara Municipal (1900-1919)¹

Nomes	1900	1901	1902	1903	1904	1905	1906	1907	1908	1909	1910	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919
<i>Presidentes:</i>																				
Manoel Gonçalves de O. Santos				x	x	x	x	x	x	x	x	x								
Tertuliano Antônio Fogaça													x	x						
Francisco José Barbosa Arouca															x	x	x			
<i>Vice Presidentes:</i>																				
Noé Mariano de Oliveira				x	x	x	x	x												
João Alves da Cruz Arouca									x	x	x									
Deodato Ottoni Alves da Cruz												x								
Antônio Soares Leite													x	x						
Antônio Sodré Primo															x	x				
<i>Intendentes:</i>																				
Antônio Soares Leite				x				x												
Tertuliano Antônio Fogaça					x	x	x	x												
<i>Vereadores:</i>																				
Noé Mariano de Oliveira	x	x	x	x																
Tertuliano Antônio Fogaça					x				x	x	x	x	x					x	x	x
Antônio Soares Leite	x	x	x	x					x	x	x	x	x							
João Cyrino Leite	x	x	x	x				x												
José Antônio da Silva	x	x	x	x																
Manoel Gonçalves de Oliveira	x	x	x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x						
Lourenço Nardy	x	x	x		x	x	x													
Noé Mariano de Oliveira					x	x	x													
Antônio Soares Leite					x	x	x													
Tertuliano Antônio Fogaça					x	x	x													
João Cyrino Leite					x	x	x													
José Maria Vianna									x	x	x									
Antônio Nardi									x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
João Alves da Cruz Arouca									x	x	x									
Benedicto Vicente dos Santos																				
Joaquim Marcondes Sodre												x	x	x						
Deodato Ottoni Alves da Cruz												x	x	x						
Francisco José Barbosa Arouca															x	x	x			
Antônio Sodré Primo															x	x	x			
Leandro Nunes																	x			
Benedito Felício de Oliveira																		x	x	x
João Gonçalves de Sant'Anna																		x	x	x
José Francisco dos Passos																		x	x	x
Pedro Xavier dos Reis																		x	x	x

(1) Livro de Atas da Câmara de Caraguatatuba no 14/2, de 08/08/1902 a 05/05/1919.

Administração Municipal de Caraguatatuba – 1908 a 2000

Prefeitos	Períodos	
Tertuliano Antônio Fogaça	1908	1909
Francisco J. Barbosa Arouca	1912	1913
Tertuliano Antônio Fogaça	1914	1916
José Francisco Passos	1917	
Benedito Filício de Oliveira	1918	1919
Benedito Zacarias Arouca	1923	1924
João de Souza Mattos	1927	1928
Mário de Aguiar	1929	1930
Sebastião de Oliveira Moura	04/11/1930	
Antônio de Moura	05/11/1930	
José Bonifácio de Freitas	06/11/30	18/03/33
Carlos de Almeida Rodrigues	19/03/33	16/11/33
Caio Ferreira de Almeida	23/12/33	—/12/35
Sebastião M. Nepomoceno	09/03/36	03/09/38
Bráulio Pereira Barreto	03/09/38	03/07/41
Joaquim Evilázio Amaral	13/09/41	31/12/46
Osiris Nepomoceno Santana	—/03/45	
Altamir Tibiriçá Pimenta	24/03/47	12/05/47
Walfrido Arouca	13/05/47	31/12/47
Saturnino M. Nepomoceno	01/01/48	23/03/48
Carminio Peixoto	1948	31/12/51
Antônio Augusto Matheus	1952	31/12/55
Altamir Tibiriçá Pimenta	1956	31/12/59
Antônio Augusto Matheus	1960	31/12/63
Geraldo Nogueira da Silva	1964	31/12/68
Silvio Luiz dos Santos	1969	31/12/72
Therezinha Cury Nogueira	1973	31/12/76
José Bourabeby	1977	1982
Jair Nunes de Souza	1983	1988
José Bourabeby	1989	1992
José Dias Paes Lima	03/92	12/92
José Sidney Trombini	1993	1996
Antônio Carlos da Silva	1997	2000

13. IMAGENS DE
CARAGUATATUBA
NO ANO 2000

426



Praia Martin de Sá
Fotos de Diego Campos
Padgurschi



Praia Martin de Sá
Foto de Gianni D'Angelo

427

Pedra do Jacaré
Foto de Gianni D'Angelo





Avenida Dr. Arthur Costa Filbo
Fotos de Diego Campos Padgurschi



Avenida Dr. Arthur Costa Filbo
Fotos de Diego Campos Padgurschi

Abreviaturas

- ACDC Arquivo da Cúria Diocesana de Caraguatatuba.
ACDC-CESS ACDC Livro de Casamento de Escravos: São Sebastião.
ACDC-LTC ACDC, Livro do Tombo de Caraguatatuba.
ACDC-LTSB ACDC, Livro do Tombo de São Sebastião.
ACDC-LTU ACDC, Livro do Tombo de Ubatuba.
APMC Arquivo Público do Município de Caraguatatuba
APMC-ATAS APMC, Atas da Câmara
APMC-DOAPAPMC Depoimentos Orais ao Arquivo Público de Caraguatatuba
APMC-DOCCAPMC Depoimentos Orais ao Centro Cultural Litoral Norte
APMC-LCP APMC Livro do Código de Posturas, de 1904.
APMC-LM APMC Livro de Movimento da Primeira Escola Intermédia de Caraguatatuba.
APMC-H APMC, Hemeroteca.
AMDDLs Arquivo Metropolitano Dom Duarte Leopoldo e Silva, Cúria Metropolitana, São Paulo.
CCC Cartório Civil de Caraguatatuba
CMC Câmara Municipal de Caraguatatuba
DAESP Divisão do Arquivo do Estado de São Paulo.
DAESP-BOL Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo.
DAESP-CAP Tomada de Contas de Capelas
DAESP-H Hemeroteca.
DAESP-IBR Inventário de Bens Religiosos
DAESP-LBC Livro de Barreiras de Caraguatatuba.
DAESP-MPSS Maços de População de São Sebastião
DAESP-ODC Ofícios Diversos, Caraguatatuba.
DAESP-ODSS Ofícios Diversos, São Sebastião.
DAESP-OIPC Ofícios de Instrução Pública, Caraguatatuba.
DAESP-SNP Sesmarias Não Publicadas.
DAESP-DI Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo.
DAHPM Divisão do Arquivo Histórico e Pedagógico Municipal, Mogi das Cruzes.
DAHPM-AR17-3 Atas e Registros da Câmara, Século XVII, L.^o 3.
IHGSP Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo.
PMSP Atas *Atas da Câmara da Cidade de São Paulo*; 1562-1596.
RH *Revista de História*, São Paulo, 1950-.
RIHGSP *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, 1894-.

430

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Manuscritas

Arquivo da Cúria Diocesana de Caraguatatuba

- Não catalogado: "Resumo do Livro do Tombo", Ubatuba, 1747.
Não catalogado: "Livro do Tombo", Caraguatatuba, 1870.
Livro N^o 2 de Casamentos de Escravos, de 1822 a 1877, São Sebastião.

Arquivo do Estado de São Paulo

- Ordem: 5348: Tomada de Contas de Capelas.
Ordem C00983 e C00983A: Ofícios Diversos, Caraguatatuba.
Ordem 1288, Cx. 488: Ofícios Diversos, São Sebastião.
Ordem C05044: Instrução Pública; Ordem EO4478 e EO4590 (1915-1916).
Ordem C05765: Negócios Eleitorais.
Ordem C01757 a C01783: Livros de Barreiras.
Ordem E01574: Polícia.
Ordem E04478 e E04590: Instrução Pública (1915 e 1916).
Maços de População: Rolo 187, Lata 0165 (São Sebastião, Séc. XVIII e XIX).

Arquivo Público Municipal de Caraguatatuba

- Livro de Atas da Câmara de Caraguatatuba, Livro 14/2, de 08/08/1902 a 05/05/1919
Livro de Movimento da Primeira Escola Intermédia de Caraguatatuba, 1895 a 1898.
Livro de Códigos e Posturas
Cartório Civil de Caraguatatuba.
Livro de Registro de Óbitos da Vila de Caraguatatuba, 1927.

Fontes Orais

Arquivo Municipal de Caraguatatuba

- Depoimentos Orais feitos ao Centro Cultural do Litoral Norte, APMC-DOCC, Pastas de 29/03/81.
Depoimentos Orais feitos ao Arquivo Público Municipal de Caraguatatuba, APMC-DOAP, Pasta 1, 2000.

431

Relatos e Documentos Impressos

- ALBERNÁS, João Teixeira. *Capitania de Santo Amaro*. In *MAPAS HISTÓRICOS BRASILEIROS*. São Paulo, Abril Cultural, 1969: mapa 32. Col. Grandes Personagens da Nossa História, superv. Sérgio Buarque de Holanda.
- ALBERNÁS, João Teixeira. *Mapa do Litoral Paulista*. In *Atlas de 1640*. Biblioteca Pública de Belém. Publicado in "O Estado de São Paulo", 14/01/1996.
- ANCHIETA, José de. *CARTAS*; Informações, Fragmentos Históricos e Sermões. Belo Horizonte: Itatiaia/USP, 1988. Cartas jesuíticas; 3. Col. Reconquista do Brasil, 2ª Sér., v. 149.
- . *CARTAS Correspondência Ativa e Passiva*. 2. Ed.. São Paulo: Loyola, 1984. Obras Completas – 6. Vol., com pesquisa, introdução e notas do Pe. Hélio Abranches Viotti, S.J..
- ATAS da Câmara da Cidade de São Paulo*; 1562-1596. 2. ed., São Paulo, Divisão do Arquivo Histórico do Departamento de Cultura, Vol. I, Século XVI, 1967.
- BLAEUS, *Novus Brasiliae Typus*. In *MAPAS HISTÓRICOS BRASILEIROS*. São Paulo, Abril Cultural, 1969: mapa 30. Col. Grandes Personagens da Nossa História, superv. HOLANDA, Sérgio Buarque de.
- BOLETIM, do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo.
- DAVATZ, Thomas. *Memórias de um Colono no Brasil*; (1850). Trad., prefácio e notas: Sérgio Buarque de Holanda São Paulo: Martins/EDUSP, 1972. Biblioteca Histórica Brasileira.
- DIVISÃO de Arquivo do Estado. *Publicação Oficial de Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1894-1991, 96 vols.
- . *Sesmarias*. Arquivo do Estado, 1921-37. Vols. 1-3 bis (1602-1736).
- . *Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo*. São Paulo. Arquivo do Estado, 1942-8. 8vols.
- . *Repertório das Sesmarias*. São Paulo. Arquivo do Estado, 1994. Ed.fac-similar.
- DOCUMENTOS Históricos, Rio de Janeiro: Augusto Porto, Biblioteca Nacional, 1928-55, 110 vols.
- GUE RREIRO, Pe. Fernão. *Relação Anual das coisas que fizeram os Padres da Companhia de Jesus nas suas missões*, de 1600 a 1609, 1 tom., Coimbra, Universidade de Coimbra, 1930. (2 tom., 1ª. ed. de 1605).
- KNIVET, Anthony. *Vária Fortuna e Estranhos Fados*. Trad. Guiomar de Carvalho Franco. São Paulo: Brasiliense, 1947. Col. "A conquista da Terra". v. 5. (Notas: Francisco de Assis Carvalho Franco).
- LEITE S.J., Serafim. *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*. v. I – 1538-1553. São Paulo: Comissão do IV Centenário de São Paulo, 1954.
- MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. *Memórias para a História da Capitania de São Vicente hoje chamada de S. Paulo*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953. Biblioteca História Paulista III.

- MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. Notas Avulsas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. V, (1899-1900), 1901.
- PIZA, Antonio de Toledo. Catálogo dos Governantes da Capitania de Itanhaém. Feito pelo Juiz de Fora Marcelino Pereira Cleto. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. 5
- RECENSEAMENTO da Província de São Paulo, Rio de Janeiro, G. Leuzinger, 1874.
- SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1971. Col. Brasileira, v.117.
- STADEN, Hans. *Suas viagens e cativo entre os selvagens do Brasil*. São Paulo: Casa Eclética, 1900. Edição Comemorativa do 4º. Centenário.
- TSCHUDI J. J. von. *Viagem às províncias de Rio de Janeiro e São Paulo: 1860-1861*. 2 ed.. São Paulo: Cultura, 1945.
- VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 1865.

Livros, Artigos e Teses

- A VOZ do Litoral (jornal), Arquivo Público do Município de Caraguatatuba.
- ABREU, Waldomiro Benedito de. *Pindamonhangaba Tempo e Face*. Aparecida: Santuário, 1977.
- ABREU, J. Capistrano. *Capítulos de História Colonial (1500-1800) e Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*. 5. ed.. Brasília: Universidade de Brasília, 1963. Biblioteca Básica Brasileira.
- AIROSA, Plínio, Guaianás de Piratininga, *Revista da Academia Paulista de Letras*, São Paulo, v. 57, 1952.
- ALMANACH da Província de São Paulo de 1873. São Paulo, 1873.
- ALMEIDA, Antônio Paulino de. Memória Histórica de São Sebastião. *Revista de História*, São Paulo: Departamento de História da F.F.C.L. da USP, IX (33) 177/222, Janeiro/Março, 1958. IX(34) 425/447, Abril/Junho, 1958. IX (36) 469/514, Outubro/Dezembro, 1958. X (37) 181/200, Janeiro/Março, 1959. X (38) 419/444, Abril/Junho, 1959. X (40) 439/471, Outubro/Dezembro, 1959.
- ANDRADE, Mário de. *Danças Dramáticas do Brasil*. In *Obras Completas de Mário de Andrade*. 3 t. São Paulo: Martins, 1959.
- ANNUÁRIO *Demographico Sanitária de 1920*, São Paulo: Tipografia do Estado, 1921. v. II.
- ARANTES, Antônio Augusto. *O que é Cultura Popular*. 12 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- ARAÚJO, Alceu Maynard. A Congada Nasceu em Roncesvales. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, v. CLXIII. (Separata), 1959.

- AROUCA, Justo. *Águas de Março*. Caraguatatuba: Prefeitura Municipal de Caraguatatuba, 1998. Registro histórico da catástrofe de 1967, extraído do Arquivo de Geraldo Nogueira da Silva. Opúsculo inédito, sem numeração das páginas.
- AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira*. 4 ed., Brasília: Universidade de Brasília, 1963.
- BASERUP Esther. *Evolucion agraire e pression demografique*, Paris: Flammarion, 1970.
- BASTOS, Benedicto Alípio. *CAÇAPAVA Apontamentos Históricos e Genealógicos*; Subsídios para a História e a Genealogia do Vale do Paraíba. Caçapava: s/ed.. 1955. Ed. Comemorativa do 1º Centenário do Município de Caçapava.
- BELLOTTO Heloísa Liberalli. *Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: O Governo do Morgado de Matens em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979. Col. Textos e Documentos, nº 36.
- BITTENCOURT SOBRINHO, Luiz Teixeira. *Memória Justificativa do Projecto de Estrada de Ferro: Sul de Minas À S. Paulo*; Desde a cidade de Alfenas até o Litoral da Província de S. Paulo, entre S. Sebastião e Ubatuba. Rio de Janeiro: Diário do Brasil, 1883.
- BUENO, Francisco da Silveira. *Vocabulário Tupi-Guarani Português*. 5 ed., São Paulo: Brasilivros, 1982.
- BURNS, Edward McNall. *História da Civilização Ocidental*; Do Homem das Cavernas até a Bomba Atômica. 4. ed., Porto Alegre: Globo, v II, 1957.
- CALDEIRA, João Netto. *Parahybuna e a Comemoração do Primeiro Centenário de seu Município*. São Paulo: Org. Cruzeiro do Sul, 1932.
- CAMPOS, Jurandy Ferraz de. *A Festa do Divino em Mogi das Cruzes*; Mais de Trezentos Anos de Fé e Tradição. Mogi das Cruzes: inédito
- CAMPOS, Jurandy Ferraz de. *A Festa do Divino I, II e III*. In "O Diário de Mogi", Mogi das Cruzes, 1996.
- . *A Festa do Divino Espírito Santo*. In Cartaz da Festa do Divino de 1989. Mogi das Cruzes: Festa do Divino, 1989.
- . *O Cartaz da Festa do Divino deste Ano*. In "O Diário de Mogi", Mogi das Cruzes, 2000.
- CAMPOS, Jurandy Ferraz de, CARVALHO, Fernando & PAULA, Tunico de. *Santa Anna das Cruzes de Mogi*; Huma villa de Serra aSima. São Paulo: Global/UMC, 1978
- CAMPOS, Jurandy Ferraz de & SILVEIRA, Horácio da. O Povoamento de Boigy Mirim e a Formação da Vila de Santa Anna. *BOIGY Cadernos da Divisão do Arquivo Histórico e Pedagógico Municipal*, Mogi das Cruzes, v. I, nº.1, 6-11, Set/Out, 1988
- CHASTAN, Lita-Jacques. *São Paulo – Litoral Norte*; História e Turismo, Introdução. São Paulo: Do Escritor, 1975.

- CHASTAN, Lita-Jacques. *São Paulo – Litoral Norte*; História e Turismo Cultural. São Paulo: Do Escritor, 1977, v.III
- . *São Paulo – Litoral Norte*; Na trilha dos Tamoios. s. l: Impacto, 1983, v. VI
- COMISSAO Geográfica e Geológica do Estado de S. P. *Exploração do Litoral*; 1ª seção – Cidade de Santos à fronteira do Estado do Rio de Janeiro. São Paulo: Brazil de Rothschild, 1915.
- COMO SE REALIZA a Profilaxia da Malária no Estado de São Paulo, São Paulo: Gov. do Est. de S. Paulo, Departamento de Saúde do Estado, Serviço de Profilaxia da Malária, 1942. Opúsculo, sem numeração das páginas.
- CRUZ, Olga. *A Serra do Mar e o Litoral na Área de Caraguatatuba - SP*; Contribuição à Geomorfologia Litorânea Tropical. (Doutoramento em Geografia). USP, São Paulo: IGEO-USP, 1974. IG, Série Teses e Monografias, Nº 11.
- DEAN, Warren, *A Ferro e Fogo*; A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira. São Paulo: Letras, 1996.
- DIAS, Robson Pereira. *Caraguatatuba – Banana, Negócio do Brasil*. (T.C.C. – Bacharel em Ciências Econômicas). Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP, São José dos Campos: 1992.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.
- ELLIS, Myriam. Iluminação no Brasil Colonial; Subsídios para a sua História. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, Nº 173, janº /junº /1968
- EMBAIXADA da Congada de Caraguatatuba. *Correio Paulistano*, São Paulo, 31/10/1950. Caderno de Folclore, p. 14.
- ENCICLOPÉDIA Britânica Barsa, 1976.
- ETZEL, Eduardo. *Divino*; Simbolismo no Folclore e na Arte Popular. São Paulo: Kosmos, 1995.
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. In MOTA, Carlos Guilherme. Org. *Brasil em Perspectiva*. 10.ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978. Col. Corpo e Alma do Brasil, XXIII.
- FRANÇA, Ary. *A Ilha de São Sebastião*. São Paulo: Ind. Graf. José Magalhães, 1951.
- FRANCO, Francisco de Assis de Carvalho. Os Capitães-mores de Itanhaém. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, nº. LXX, 1940. Separata.
- . *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.
- FREITAS, Afonso A. de. Os Guayanás de Piratininga. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v.XIII, 1911.
- FREITAS, Afonso A. de. *Vocabulário Nheengatu*. São Paulo: Nacional, 1936. Brasileira.
- FROTA, Lélia Coelho. *O Divino em Parati*. Folheto. Paraty: SPHAN – Fundação Nacional Pró-Memória e Prefeitura Municipal de Paraty, s.d..
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

- GARCIA, Rodolfo. *Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil (1500-1810)*. Rio de Janeiro: J. Olympio. 1956. Col. Documentos Brasileiros, 84.
- GARRIDO, Marino. *Fazenda dos Ingleses; no litoral norte do Estado de São Paulo (um bocado de história)*. s. l.: Danúbio, 1988.
- . *Casos e "Causos"*, Caraguatatuba, 1988. Opúsculo inédito.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. Col. Documentos Brasileiros, 89.
- HOLME, Oscar. *Os Efeitos do Monopólio de Santos Sobre a Economia de Ubatuba*. Trabalho apresentado no Congresso de História de São Paulo. Santos, 1976. Inédito
- IHERING, Hermann von. A civilização Pré-histórica do Brasil Meridional. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, ano I, v. 1, 1895.
- JESUS, Benedito Calixto de. *Capitanias Paulistas – São Vicente – Itanhaém*. São Paulo: J. Rosseti, 1924.
- . *Capitania de Itanhaém; Memória Histórica*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, v. XX, 1915.
- JORNAL HIDRO Elétrico, Boletim Oficial do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Energia Hidroelétrica de São Paulo, São Paulo, Janeiro/fevereiro, 1954.
- LARROYO, Francisco. *História Geral da Pedagogia*, São Paulo: Mestre Jou, 1974. T.II.
- LEÃO, Ermelino A. de. As Capitanias de Itanhaém e Paranaguá. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, v. XIX, 1914.
- LEITE, Joaquim Clementino. "Primórdios da Matriz de Santo Antônio de Caraguatatuba", *Revista Fagulhas*, Taubaté, Abril, 1957, Ed. comemorativa do I Centenário de Caraguatatuba. Sem indicação das páginas.
- LEITE S.J., Serafim. *Suma Histórica da Companhia de Jesus no Brasil*; Assistência de Portugal, 1549-1760. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar: 1965.
- . *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa: Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938-50. 10 v..
- . Os Jesuítas e os Índios Maromomis na Capitania de São Vicente. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, v. XXXII, 1935.
- LIMA, Rossini Tavares de *et alii*. *O Folclore do Litoral Norte de São Paulo* Rio de Janeiro: MEC-SEAC-FUNARTE: Instituto Nacional do Folclore. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura; UNITAU, 1981
- LITORAL Norte (Jornal). Arquivo Público do Município de Caraguatatuba.
- LIVRO dos Municípios do Estado de São Paulo, 1951: 257
- MAGALHÃES, Basílio de. *Notas*. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo*. São Paulo: Casa Vanorden, 1929. v. XLVII
- MAIA, Tom & MAIA, Thereza Regina de Camargo. *Do Rio a Santos*. São Paulo: Nacional/USP, 1976.

- MAIA, Thereza Regina de Camargo, in MAIA, Tom & MAIA, Thereza Regina de Camargo. *Paraty*. São Paulo: Nacional, 1976.
- MARCÍLIO, Maria Luíza. *Caiçara: Terra e População*; Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba. São Paulo: Paulinas – CEDHAL, 1986. Col. Raízes.
- MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos*. Rio de Janeiro: Universal, 1879.
- MARTINS, Ana Luíza. Coord.: Maria Helena Simões Paes, Marly Rodrigues *Império do Café; A Grande Lavoura no Brasil, 1850 a 1890*. 11. ed. São Paulo: Atual, 1990
- MEIHY, José Carlos Sebe & BERTOLLI FILHO, Cláudio. História Social da Saúde, Opinião Pública versus Poder: A Campanha da Vacina 1904. *Revista CEDHAL*, n.º 5, . São Paulo: USP, 1990
- MEIRA, Nyssia Freitas & BARROS, Marcílio Rodrigues de. *Data Venia: Expressões Latinas*. Mogi das Cruzes: Vita, 1995.
- MIRANDA, Reginaldo M.. O Fundador de Caraguatatuba. *Rvista do Arquivo Municipal*. São Paulo, v. 181, abril / junº, 1970.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra; Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MONTENEGRO, Benedicto. Org., *Cruzeiros Paulistas*, São Paulo, s.ed. 1936.
- MOTTA SOBRINHO, Alves, *A Civilização do Café*. 3. Ed.. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- MUNIZ Lauro Cesar. *O líder*. Ed. Teatro da Juventude, nº 22, fev.1999 – Secr. de Estado da Cultura.
- NOVO Dicionário de História do Brasil, 2ed., S. Paulo: Melhoramentos, 1971.
- O ATLÂNTICO (Jornal). Arquivo Público do Município de Caraguatatuba.
- O COMÉRCIO de São Paulo (Jornal). Arquivo do Estado. São Paulo.
- ODÁLIA, Nilo. *O Brasil nas Relações Internacionais: 1945-1964*. In MOTA, Carlos Guilherme. Org. *Brasil em Perspectiva*. 10.ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978. Col. Corpo e Alma do Brasil, XXIII.
- PALUMBO, Fernanda (Org.). *Crônicas de Quarteirão*. São Sebastião: Departamento de Cultura – Divisão de Patrimônio Histórico Cultural, 1993.
- PASSOS, Jorge. *Litorâneo*. Inédito. Trabalho de 1947.
- PAES, Silvia Regina. *Espaço da Vida, Espaço da Morte na Trajetória Caiçara*. Tese de Mestrado em Sociologia, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1998. Inédito.
- PAULA, Odaír Aparecido de. *O Cotidiano em Mogi das Cruzes no Fim do Império e na República Velha; As doenças Infecto Contagiosa de 1875 a 1930*. Trabalho de Conclusão de Curso, Curso de História. Mogi das Cruzes: Universidade de Mogi das Cruzes, 1998. Inédito.

- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. *Resgate*. In SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coord.). *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa / São Paulo: Verbo, 1994.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A Lavoura Canavieira em São Paulo; Expansão e Declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difusão Européia, 1968. Col. Corpo e Alma do Brasil, XXI.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*; Colônia. 6 ed.. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- PRIMITIVO, Moacir. A instrução e as Províncias. Vol 2, IHGSP, Biblioteca Pedagógica Brasileira, série 5ª, vol 147 A, 1835.
- REIS, Paulo Pereira dos. *O indígena do Vale do Paraíba*; Apontamentos históricos para o estudo dos indígenas do Vale do Paraíba Paulista e regiões circunvizinhas. São Paulo: Governo do Estado, 1979.
- REVISTA FAGULHAS, Taubaté: Dir. Alfredo Brandão (da AVI). Abril, 1957, Ed. comemorativa do I Centenário de Caraguatatuba. Sem indicação das páginas.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIBEIRO, Maria de Lourdes Borges. *Moçambique*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/ FUNARTE, 1981. Cadernos de Folclore nº 32
- RODRIGUES FILHO, José Maria. Origens da Festa do Divino. *Expressão, Revista de Educação e Cultura*. Mogi das Cruzes, Ano I, Nº 3, Maio/Junho, 1990.
- RODRIGUES, Edith Porchat. *Informações Históricas sobre São Paulo no Século de sua Fundação*. São Paulo: Martins, 1956.
- ROMANELLI, Otáisa de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 15ª ed., Vozes, Petrópolis, 1993.
- ROMÃO, Gasparino José & NORONHA, Adolfo de Vasconcelos. *1880 – Guarulhos – 1980*. Guarulhos: Guarú, 1980. Edição histórica comemorativa do I Centenário de Emancipação Política de Guarulhos (1880-1980).
- SAMBONET Roberto. *Massaguassú; Figuras e Paisagens Pintadas no Brasil*. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo, 1949. Introd. P. M. Bardi.
- SAMPAIO, Teodoro Fernandes. Os Guayanês da Capitania de S. Vicente. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, v. VIII, 1903.
- . *O Tupi na Geografia Nacional*. Bahia: Escola de Aprendizes Artífices, 1928 e São Paulo: Casa Eclética, 1901.
- . A propósito dos Guayanazes da Capitania de São Vicente, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. XIII, 1908.
- SANT'ANNA Nuto. *O Escravo de Caraguatatuba*. In *São Paulo Histórico: Aspectos, Lendas e Costumes*. São Paulo: Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal, 1937. v. 1, Col. do Departamento de Cultura, v. XVI.

- SANTOS, Edelzia *et alii* (Orgs.) *Nosso Valente Pracinha*; Documentário da Guerra. Rio de Janeiro: Norte; 1947.
- SECRETARIA do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. *Macrozoneamento do Litoral Norte*; Plano de Gerenciamento Costeiro. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 1996. Série Documentos
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coord.). *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa/São Paulo: Verbo, 1994.
- SILVA, Armando Corrêa da. *O litoral Norte do Estado de São Paulo*; Formação de uma Região Periférica. (Doutoramento em Geografia). USP, São Paulo: IGEOG-USP, 1975. IG, Série Teses e Monografias, Nº 20.
- SILVA, João Diogo Esteves da. *Ubatuba Médica: Apontamentos de Geographia, Climatologia, História Natural, História e Pathologia do Município de Ubatuba*. Rio de Janeiro: G. Leuzinger, 1891.
- SIQUEIRA, Priscila. *Genocídio dos Caiçaras*. s.l.: Massao Ohno – Ismael Guarnelli, 1984.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. 5. Ed.. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- SOUSA, Washington Luís Pereira de. *Na Capitania de São Vicente*, São Paulo: Martins, 1956.
- STEIN, Stanley J. Aspectos do Crescimento e Declínio da Lavoura de Café no Médio Paraíba – 1850/1860. *Revista de História da Economia Brasileira*, São Paulo, I, (1), 22-41, jun., 1953.
- TAUNAY, Affonso de E.. *História do Café no Brasil*. v. 6 – No Brasil Imperial – 1872-1889. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939. t. IV.
- TEIXEIRA NETO, José. As Câmaras Municipais na Administração do Brasil Colonial: o seu legado a Mogi das Cruzes e a importância da investigação paleográfica. *BOIGY Cadernos da Divisão do Arquivo Histórico e Pedagógico Municipal*, Mogi das Cruzes, v. I, nº.1, 1-2, Set/Out, 1988.
- TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. *Dicionário de Tponimos Brasileiros de Origem Tupi*. São Paulo: Traço, 1997.
- TRACÇOS, Epidemiológicos da Febre Amarela e Epidemia de 1895 em Santos. São Paulo: Riedel&Vemmi, 1896.
- VIEIRA, Mons. Primo.(Coord.). *Diocese de Santos; 70 Anos de História e Fé; 1924/1994*. Santos: Mitra Diocesana de Santos, 1994.
- VIOTTI, S.J., Hélio Abranches. *Anchieta; O Apóstolo do Brasil*. 2. Ed.. São Paulo: Loyola, 1980.
- . Introdução e notas in ANCHIETA, Joseph de. *CARTAS Correspondência Ativa e Passiva*. 2. Ed.. São Paulo: Loyola, 1984. Obras Completas – 6. Vol..
- ZANETTI, Antonio. *Tristezas Enluaradas*; Versos Caboclos. ?; Vertente, 1998.

ÍNDICE REMISSIVO

1.º Ginásio Estadual do Litoral Norte 368
18 de março de 1967 375
1.º Centenário 355
2.ª Guerra Mundial 356
2.º Vice-Rei do Brasil 78
4 Estâncias 262
6º R.L. 349
6º R.L., de Caçapava 356
6º R.L. de Caçapava 347

A A Cruz 391
A Serra do Mar 318
A Tribuna Caiçara 363
A VOZ DO LITORAL 265
A Voz do Litoral 257, 260, 261, 312, 361, 372
abacaxi 388, 389, 393
abade Joachim de Fiori 304
abastecimento de água 234, 253
aberturas de estradas 234
Abílio Couto 365, 366
abortando 382
ABREU 56, 57, 58
ácáros 222
açougue 228
açougues 233
açúcar 95, 97
açúcares 94
Ada 343
Adair Santos Martinelli 366
Adaly Coelho Passos 329, 356
Ademar Fida 361
Adhemar de Barros 243
Adhemar de Barros Filho 362
Administração 155
administração civil 136
Administração Municipal 231
Administração Nossa Caraguá 9, 10
Adolfo de Vasconcelos Noronha 44

Adriana Coutinho 13, 257
aferição de pesos e medidas 233
Afonso de Freitas 36
agências de imigração 232
Agenor Vicente de Moraes 360
agentes imigratórios 124
aglutinante 88
Agostinho 117
Agostinho de Figueiredo 76
Agremiação Esportiva Caiçara 371
Agricultor dos Gêneros Alimentícios 107
agrônomo 220
Água e Lagoa 251
aguardente 95, 97, 105, 225
águas pluviais 235
Aires 343
AIROSA 57
Aladya 343
Alagoas 263
alambiques 127
Albano José Teixeira[?] Pinto 279
Albert Charles Ernest Hanciau 211, 225
Alberto Borges dos Santos 13, 86
Alberto de Moura 363
Alberto Fink 207, 208, 355
Alceu Maynard Araújo 291
aldeamento 38
aldeia 39
Aldeia Barnabé 49
Aldeia de Barnabé 46
Aldeia de Conceição dos Guarulhos 41
aldeia de Juqueriquerê 53
Aldeia de N. Senhora da Conceição dos Gueromimis 46
Aldeia de Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos 44, 45
Alemanha 35, 304
Alenquer 304

Alentejo 64
Alexandre Monteiro 266
Alferes Martinho José Ribeiro 386
Alfredo Jacob 366
algemas 115
algodão 95, 108
Ali Hussein Yaktine 362
Aliança Liberal 339
alimentação 228
ALMANACH 308
Almanach da Província 303
Almanach da Província de São Paulo de 1873 290
Altamir Pimenta 251
Altamir Tibiriça Pimenta 352
Altamir Tibiriçá Pimenta 258, 260, 261, 262, 329, 358, 359, 363, 365, 387
Altino Arantes 311
altitude 25
Alto do Rio do Ouro 173
Alto Tietê 41
aluviões 86
alvarás 229
alvarás de licença 235
Álvaro Pires de Castro 70
Amaro Alvares dos Santos 106
Amauri Passos 369
ambulantes 235
América Central 220
América do Sul 247
ANCHIETA 56, 57, 58
Anchieta 21, 30, 55
ANCHIETA, S.J. 58
Âncora 389
âncora 389
ANDRADE 307
André Thévet 30
Angela Moura 313
Anglo F.C. 372
Anglo Futebol Clube 363
anglo-saxões 357
Angra dos Reis 53, 77
Anhembu 160

Anhimbu Futebol Clube 210, 355
anil 95, 97
animais 175
Anthony Knivet 36, 52
antiabsolutismo 138
antibióticos 384
anticolonialismo 138
Antônio 144
Antonio Alves de Gois 280
Antônio Américo de Camargo Andrada 340
Antônio Amorim 361
Antônio Augusto Matheus 359, 360, 361, 362, 393
Antônio Cactano da Fonseca 107
Antônio Coelho de Abreu 71
Antônio Cruz Arouca 359, 360
Antônio da Silva Caldeira Pimentel 91
Antonio da Silva Fogaça 280
Antônio da Silva Fogaça 106, 162, 163, 164
Antônio da Silva Prado 87
Antônio de Macedo 43
Antônio de Pádua Ribeiro 362
Antônio de Siqueira 68
Antônio de Toledo 83
Antônio Gomes da Luz 117
Antônio Gonçalves da Cruz 188
Antônio Joaquim de Mello 146
Antônio José da Franca e Horta 95
Antonio José de Sant'Anna 280
Antônio José de Sant'Anna 119
Antônio Maciel Leite 74, 157, 279
Antônio Manoel Ribeiro Leite 279
Antônio Moreira da Silva 103
Antônio Nardi 360, 362
Antônio Nogueira Smorim 362
Antônio Paulino de Almeida 68
Antônio Roberto de Almeida 147, 169
Antônio Rodrigues Arzão 89
Antonio Roiz d'Oliveira Netto 157
Antônio Sanches 366
Antônio Soares Leite 162, 228
Antônio Vicente Ferreira 74, 157, 279

Antônio Zanetti 280
 antropófagos 55
 Anuário Demográfico Sanitário do Estado de São Pau 332
 anúncios 235
 APMC 372
 Apogeu 102
 Apóstolo do Brasil 39
 Arando Souto Y Silva 366
 Arão Amaral 369
 ARAÚJO 307
 árbitros 124
 Área de Caraguatatuba 318
 Argeu Prestes Goulart 217
 Ari Matos 260
 aristocracia rural 140
 Armando Corrêa da Silva 108, 315
 Armando Souto Y Silva 366
 armarinhos 111
 armas 234
 Armazém do Queixo D'Antas 217
 Armond 204
 Arquivo do E.C. XV de Novembro 372
 Arquivo do Estado 72
 Arquivo Histórico do Estado de São Paulo 9
 Arquivo Histórico Municipal 338
 Arquivo particular de Irineu Mendes de Souza 372
 Arquivo particular de Justo Arouca 372
 Arquivo Público de Belém 51
 Arquivo Público do Município 325
 arrecadação 229
 arrendamentos 88
 arroz 94, 95, 97, 106, 126
 artes 232
 Arthur da Costa Filho 356
 Assembléia Constituinte 138, 140
 Assembléia Legislativa 329
 Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo 155
 Assembléia Provincial 147, 162
 assistência médica 337

Associação Esportiva dos Alfaiates 372
 assombração 287
 atalho 174
 Atas da Câmara de Caraguatatuba 338
 Atatiba Vale e Almirante Affonso Fonseca 255
 Atividades Econômicas atmosférica 23
 Ato Adicional 139
 atos legislativos 236
 Atuka 221
 autonomia administrativa 138
 Av. Anchieta 356
 Avelino Ferreira 360, 362
 Avenida Santa Cruz 242
 Ayres Bento de Oliveira 342
 azeite de mamona 256, 354
 Azevedo Marques 72, 77
 azorragues 115

B bacalhau 111
 Bacharel Fernando Antônio Roberto d'Almeida 155
 Bagnoli 348
 Bahia 40
 baía da Ilha Grande 20
 Baiano Coque 365
 Bairro da Mococa 171
 Bairro de Caraguatatuba 146
 Bairro de Massaguaçu 250
 Bairro de Mococa 187
 Bairro do Camburu 355
 Bairro do Indaiá 259
 Bairro do Ipiranga 258, 259
 Bairro do Massaguaçu 356
 Bairro do Tatu 361
 Bairro do Tinga 328
 Bairro Porto Novo 247
 Bairro Sumaré 246
 bairros 136
 Baixa Idade Média 304
 baixas pressões 380
 balancete da receita e despesa 236
 balancetes 235

balanço da receita e despesa 236
 balanços 235
 Barranco Alto 246
 barreiras 382
 Base Aérea 383
 Basílio Gravioloff 227
 basquete 368
 Basquetebol 367
 basquetebol 368, 370, 371
 bastões 300, 301
 Batalhão "7 de Setembro" 344
 Batalhão de Paraibuna 341
 baunilha 95
 bebidas finas 111
 Benedicto da Silva Fogaça 106
 Benedicto Ribeiro Leite 279
 Benedita Maria de Castro 117
 Benedito Calixto 37, 67, 72, 77
 Benedito Ciro dos Santos 369
 Benedito Costa 286
 Benedito Cruz 310
 Benedito Fernandes 342
 Benedito Herculano 363
 Benedito Lippi 357, 361, 362
 Benedito Miguel Carlota 250
 Benedito Nunes da Cruz 347
 Benedito Paes Sobrinho 348
 Benedito Ribeiro Leite 162
 Benedito Vicente dos Santos 269, 273
 Benfica 160
 bens municipais 232
 Bento José da Silva 106
 Bento José de Escobar 117
 Bento Xavier de Araújo Leite 163
 bergantins 88
 Bernardo da Pureza Claraval 117
 Bernardo José de Lorena 94
 Bernardo Reinders 217
 bexigas 80
 biblioteca 187
 Biblioteca de Lisboa 39
 bibliotecas 233
 bicho de pé 334
 Binoca Passos 251, 310

Biologia Marinha 329
 Bispo 146
 Bispo D. Lino Deodato Rodrigues Carvalho 150
 Bispo D. Sebastião 151
 Bispo de São Paulo 146, 151
 BLAEUS 59
 Blaeus 49
 bloco carnavalesco 306
 Blue Star Line 206, 211, 220
 bola-ao-cesto 367
 bombeiros 383
 Boracéia 20
 BR.101 252
 Brasília 391
 Brasão de Armas 387, 390, 391
 Brasão de Armas do Município 393
 Brasil 87, 89, 136, 138, 144, 183, 194, 291, 332, 341, 365, 371, 392
 Brasil Colonial 144
 Brasil Reino-Unido 137
 Brasiliano Pereira de Moura 300
 Braz Fruguli 163
 breu 88
 Brigue Escuna Andorinha 169
 Bromado 160
 bromélias 28
 bubônica 193
 Buenos Aires 110
 buffet 224
 bugigangas 43
 Burt Lancaster 312

C C.V.P. 311
 Cabedelo 346
 Cabo Frio 31, 60
 caça 234
 Cacanha 160
 Caçapava 371
 cacau 95
 Cachoeira Grande 173
 Caciقة 302
 Caciقة do Embaixador 298
 Caciقة do Rei 297



cadastro do território 233
 Cadeira de 1.º Letras 186
 Café 160
 café 26, 95, 97, 101, 104, 105, 107,
 108, 109, 110, 112, 171, 173, 234
 cafeiros 234
 Caiçara 312
 caiçara 267, 377
 caiçaras 8
 Caio Prado Júnior 163
 caixa 300, 301
 Caixa Beneficente Escolar 328
 Caixa Econômica do Estado de São
 Paulo 254
 caixas 235
 calabouço 115
 calafetagem 88
 calçadas 235
 calendário judaico 303
 Cálix Patena 145
 Câmara 157, 228, 236, 328
 Câmara de Caraguatatuba 170
 Câmara de Itanhaém 67
 Câmara dos Deputados 141
 Câmara Episcopal 146
 Câmara Municipal 229, 232, 236,
 251, 390
 Câmaras Legislativas 233, 236
 Câmaras Municipais 136, 231, 233
 Câmaras municipais 138
 Camillo José Tavares Bastos 121
 caminhos 243
 campanha 97
 Campeonato Paulista 369
 Campeonato Sul-Americano de Águas
 Abertas 367
 Campinas 369
 CAMPOS 308
 Campos 110
 CAMPOS & SILVEIRA 58
 Campos do Jordão 274, 337
 cana 101, 105, 126, 241
 cana de açúcar 69, 87, 92, 285
 cana-de-açúcar 26
 Canal da Mancha 365
 Canal de Bertioga à São Sebastião 16
 canalização de água potável 234
 cananeus 304
 Cândido Mendes de Almeida 36
 Cândido Moreira 106
 canelas 28
 canibalismo 32
 canjica 105
 canoa de Voga 273
 canoas de voga 166, 241
 Capela de Santo Antônio 72, 75
 Capela de Santo Antônio de
 Cragoatatuba 145
 Capela de São João Batista 275
 Capistrano de Abreu 36, 59
 Capitania 76
 Capitania de Itanhaém 64, 65, 66, 76
 Capitania de N. S. do Rosário de
 Paranaguá 64
 Capitania de S. Amaro 60
 Capitania de S. Amaro/Itamaracá 61
 Capitania de S. Vicente 60
 Capitania de Santo Amaro 30, 50, 61
 Capitania de São Vicente 30, 33, 61
 Capitania do Espírito Santo 40
 Capitania dos Portos de Santos 383
 Capitánias hereditárias 136
 capitão Afonso Sardinha 42
 Capitão Armond 238, 342
 Capitão Donatário 60
 Capitão Edgar Armond 341
 Capitão General Bernardo José de
 Lorena 167
 Capitão General da Capitania de São
 Paulo 81, 90
 Capitão loco-tenente 76
 capitão-de-linha 300
 capitão-general 135
 Capitão-mor 76, 103
 capitão-mor de capitania 135
 Capitão-mor e Ouvidor 78
 Capitão-mor José de Mattos e Abreu
 103

Caputera 292, 300, 337
 caraguatás 81
 Caraguatatuba 9, 16, 113, 115, 119,
 151, 165, 169, 238, 240, 243,
 246, 259, 260, 263, 300, 305,
 306, 317, 321, 326, 335, 336,
 349, 351, 356, 383, 390
 Caramburu 160
 caravela 388
 Carlos Almeida Rodrigues 342
 Carlos Cuoquejo Rodrigues 360
 Carlos de Almeida Rodrigues 251
 Carlos José Pinto 361
 Carlos Magno 291
 Carlos Saloni 361
 Carmínio Peixoto 357, 360
 Carnaval 290
 carnaval 306
 carne-seca 111
 Carolino Garrido 357, 362
 Carta de Doação 60
 Carta de Sesmaria 69
 cartas sinóticas 379
 cartógrafo de Portugal 51
 Cartório 73
 Carvalho & Ramos 157
 Carvalho Franco 53, 54, 59, 66, 76
 Casa da Barreira 160
 Casa da Câmara 158
 Casa de Praia 246
 Casa de Vimieiro 64
 Casa Monsanto-Cascais 63
 Casamento da Dorotéia 306
 Casamento em Dia de Muito Calor 288
 Cascaes 70
 casemira 110
 Casemiro Nardi 360
 Cassiano Ricardo 101
 Castelo Branco 205, 252
 Catarina 117
 catástrofe 375
 Catástrofe de 1967 317, 373
 Catequese 275
 catequese 38

católica 387
 causos 282, 318
 Cavalhada 291
 Ceará 185
 cedros 28
 cédulas uninominais 237
 Ceifas 304
 Cel. Marcelino José de Carvalho 157
 cemitérios 234
 cemitérios municipais 235
 center-half 357
 Central do Brasil 109, 179
 Centro Cultural do Litoral Norte 317
 Centro Cultural Litoral Norte 323,
 324, 325
 Centro Esportivo Ubaldo Gonçalves
 367
 cerimônia de escravos 291
 certidões 235
 CETESB 254
 Cezario 117
 chacina 119
 CHASTAN 266
 chatões 223
 Chefe 391
 Chefe de Ouro 392
 chocalho 300
 Choro dos três garotos 358
 Cícero Luiz dos Santos 369
 cidadania 359
 cidades 136
 CIEFI Benedito Inácio Soares 275
 Cinamomo 225
 Cine Caiçara 311, 312
 Cine Caiçara 259
 Cine Máximo 312
 circunscrição eclesiástica 136
 cítricos 26
 Citricultura 219
 citrus 221
 City Show 263
 Claro 160
 classe dominante 137, 140
 Classe Mercantil 135

- classismo 138
Clímaco Marques 369
Clube de São Sebastião 355
Clube Náutico 307
Clube Recanto Ana 307
Clube XV de Novembro 307, 313
Clubes de Futebol 354
código 228
Código Afonsino 304
Código Civil Brasileiro 324
Código de Posturas 158, 162
código de posturas 228
Código do Processo Criminal 140
Código Penal 122
Colégio Pedro II 185
Colheitas 303
Colônia de férias 247
Colônia de Parceria 125
Colônia Getuba 109, 123
Colônia Modelo 329
colônias de férias 247
colonização ibérica 290
colono europeu 109
colonos 124, 136
coluviões 86
comandante Armond 202
comarcas 136
comboio 87
combustível 88
combustores de lamparinas 255, 256
Comendador Loline 208
Comendador Manoel José Vieira de Macedo 124
Comerciários 364
Comerciários Futebol Clube 363
comércio colonial 135
Comercio e Navegação 167
Comissão de Assunto Relevante 390
Comissão Municipal de Esporte 371
Comissão Municipal de Esportes 365, 370
Comissão Nacional do Livro Didático 315
Companhia Brasileira de Frutas 211
Companhia de Comércio do Brasil 87
Companhia de Fomento Mercantil 212, 227
Companhia de Jesus 183
Companhia de Moçambique 300
Companhia de Paquetes 168
Companhia de Ubatuba 302
Companhia Madeiras e Carvão de São Sebastião 207
concessão da União 235
Conde da Ilha do Príncipe 64, 67
Conde de Monsanto 61, 64, 70
Conde de Óbidos 78
Condessa de Vimieiro 64, 66, 70, 76
confraria religiosa 291
Congada 291, 292, 299, 302
Congada de São Benedito 290, 292, 293, 299
Congadas 217
Congregação Mariana de Esportes 363
Congresso 232
Congresso Legislativo 231
Congresso Legislativo do Estado de São Paulo 230
Conrado Ross 362
Conselheiro José Joaquim Fernandes Torres 132, 148
Conselho 42
Conselho de Estado 139, 140
Conselho de Ministros 140
Conselho Ultramarino 95, 135
Conservatório Dramático e Musical de São Paulo 293
Conservatório Musical em Caraguatatuba 315
constipação 334
Constituição 139
Constituição de 1823 184
Constituição do Estado 232, 233
Constituição do império 139
Constituição Republicana 140
construção civil 228
construção naval 167
contrabando negroiro 103

Contraguias 298
contramestre 301
controle de epidemiologia 334
Coral e Banda Marcial Santa Cecília
317
Coral Santa Cecília 314
Corcovado 20
Coroa 304
Coroa Mural 390, 393
Coronel Dimas de Siqueira Menezes
238
Coronel Manoel Rabello 334
Coronel Marcelino José de Carvalho 148
Coronel Mendonça Lima 203
Corpus Christi 303
Correio Paulistano 263, 310, 354
corsários 89
Cotidiano 267
Cotidiano dos Escravos 115
couro 88
couros 95
cravos 111
crescimento vegetativo 332
crise da Bolsa de Nova York 339
Cristandade 116
cristãos 291
Cruz da Ordem de Cristo 391
Cruz de Combate 351
cruz de Malta 388
Cruz de Ordem de Cristo 392
Cruzeiro 108
cultivares importados 26
cultos 234
cultura caíçara 281, 358
Cultura Popular 290
Cunhambebe 32
cursos práticos de agricultura 233

D D. Afonso de Faro 64
D. Álvaro Pires de Castro e Sousa 61
D. Ana Mathias 106
D. Ângela 313
D. Antônio Joaquim de Mello 150
D. Bernardo 75

D. Diogo de Faro e Sousa 64
D. Dionéia 313
D. Felipe III 64
D. Francisco de Faro 64
D. Francisco de Souza 54
D. Francisco Luís Carneiro de Sousa 64
D. Glorinha 313
D. Izabel de Lima de Sousa e Miranda 61
D. João 91
D. João III 45
D. João V 65
D. João VI 137
D. José 65
D. Laurinha 313
D. Luís Carneiro de Sousa 64
D. Maria Antonia do Rosário 106
D. Maria Justina de Freitas 310
D. Maria Rosa 106
D. Mariana de Faro e Sousa 64
D. Maristela 383, 385, 386
D. Pedro 138
D. Regina 313
D. Sancho de Faro 64
D. Sebastião Pinto do Rego 151
D. Vasco de Mascarenhas 78
da Ponta 251
Dácio Augusto de Barros Filho 362,
369, 372, 390
Dácio Barros 312
Dadinho 369
dança dramática 297
Dança popular 299
Danças Dramáticas 290, 292
danças folclóricas 303
Daniel Augusto Ferraz Leite 13
Darcy Gonzaga 367
David da Silva Fogaça 106, 280
Davina 307
década de 60 292
Decadência 102
DEER 243
delfins 388, 389, 391
Departamento de Saúde do Estado de
São Paulo 336

Departamento de Tráfego 223
 depósitos de inflamáveis 235
 Deputado Provincial 157
 Deputado Sólon Borges dos Reis 316
 DER 384
 Deus 274, 285
 diamantes 81
 Diário da Noite 386
 Diário de Santos 206, 239
 Diário Oficial do Estado 236
 Dias 238, 239
 dinamites 228
 Diógenes de Azevedo 260
 Diógenes de Lima 311
 Diógenes Ribeiro de Lima 362, 368
 Diogo Corrêa Marzagão 106
 Diogo de Unhate 84
 Diogo Vaz de Escobar 84
 Dionéia 307
 Direito Colonial 43
 Diretor Pedro Cruso 262
 divertimentos públicos 235
 Divino 147, 303
 Divino Espírito Santo 290, 292, 303
 do Dr. Fonseca 203
 do Estado 234
 do imposto de indústrias e profissão
 234
 doença "tristeza" 218
 dois partidos 292
 Dom da Lei 304
 domar animais 229
 dominação capitalista 138
 Domingos da Costa 74
 Domingos Jorge 69
 Domingos Luís Grou 43
 Domingos Moreira do Espírito Santo
 75
 Domingos Rodrigues Marinho 85
 domínio público municipal 235
 Domínios Ultramarinos 135
 Dona Presciliana de Castilho 285
 Donatária 66
 donatário 61, 70

Dorly de Oliveira 387, 388, 390
 Doroty Hertel Monteiro 263
 Dr. Adhemar de Barros 257
 Dr. Alvaro de Faria 203
 Dr. Américo Braziliense de Almeida
 Mello 163
 Dr. Arthur Costa Filho 334
 Dr. Diogo de Mendonça Pinto 280
 Dr. Francisco de Salles Gomes Júnior
 334
 Dr. Germano Márcio de Miranda
 Schmidt 260
 Dr. Getulio 250
 Dr. Jorge Tibiriçá 230
 Dr. José Antônio da Fonseca
 Rodrigues 255
 Dr. Sílvio Moreira 213
 Dr. Vicente Pires da Motta 124
 Dráusio Marcondes de Souza 340
 drenagem de córregos 335
 Durval Marques 365
 Dvc In Altvm 388
 Dvc In Altvm Mare 388
 DVC IN ALTVM 389, 391, 393

E E. C. XV de Novembro 366
 E.C. XV de Novembro 356, 358,
 362, 364, 369, 371, 372
 E.E.S.G. "Thomaz Ribeiro de Lima"
 338
 economia cafeeira 141
 economia camponesa 92
 Economia de Mercado 100
 Economia e Administração 202
 econômico 139
 Edith Porchat RODRIGUES 58
 Édson Passos 370
 Eduardo 365
 Eduardo Alvarenga 323
 Eduardo José Pereira 273
 Eduardo Moreira 106
 Eduardo Neves Gonçalves Ferreira 372
 Educação Física 368
 educação sanitária 334

Egydio Passos 251
 Eixo 346
 Élcio Nunes de Souza 369
 eleições estaduais 237
 eleições seccionais 238
 eleitores do município 237
 Elevação a Vila 155
 elite 243
 elite cafeeira 139
 Elza Saraiva Monteiro 262
 embaixada 299
 embaixada" da Congada 293
 EMBAIXADA da Congada de
 Caraguatatuba 307
 Embaixador 299
 Embaú 89
 emblemas 235
 Emiliana e Pirahy 170
 emolumentos 235
 Empresa de Madeiras J. Charvolin 355
 Empresa J. Charvolin 208
 Empresa J. Charvolin 206
 empresariado Industrial 340
 Empresas Carris Urbanos de Santos
 247
 Empresas Telefônicas do Estado de
 São Paulo 247
 energia elétrica 255
 Engenheiro João Fonseca 312
 engenheiro Luiz Teixeira Bittencourt
 Sobrinho 179
 Engenho de Cana 127
 Engenho Velho 160
 Enio Américo Bosisio 365
 Enseada de Caraguatatuba 53
 Enseada dos Guaromomins 47, 68
 Enseada dos Gueromimis 51
 Enseada dos Maromimis 52
 Enseada dos Maromomis 52
 ensino fundamental 329
 ensino primário 233
 Ensino Superior 185
 enxofre 88
 epidemia 73

Equipamentos e Aparelhos de Bordo
 329
 ervas medicinais 330
 escambo 43
 escola de agricultura 126, 129
 Escola Normal de São Sebastião 395
 Escola Técnica de Pesca 315
 escola técnica de pesca 329
 Escola Tomás Ribeiro de Lima 387
 Escolas 367
 escolas de samba 306
 escolas particulares 190
 escolas primárias 328
 escolas públicas 328
 escrava 96
 escravização 43
 escravos 92, 98, 101, 291
 Escudo Ibérico 390, 391
 Escuna Izabel 169
 esgoto de prédios 234
 esgotos 234
 esmoleiros 97
 Espaço da Vida, Espaço da Morte na
 Trajetória Caiçara 321
 Espaço Urbano 241
 Espanha 291
 espetáculos 235
 Esporte Clube Porto Novo 363
 Esporte Clube XV de Novembro
 261, 357
 estabelecimentos particulares de ensino
 233
 Estação da Luz 343
 Estação Experimental de Malariologia
 334
 estações agrônômicas 233
 estações de rádios 257
 Estado 230, 233, 234, 235, 237
 Estado de São Paulo 163, 218, 238,
 292, 347
 Estado de São Paulo abriga 16
 Estados 141
 Estados Unidos 346
 Estados Unidos do Brasil 141

estaduais 235
 Estância Balneária 243, 247, 258
 estância balneária 253
 estandarte 302
 Estatal Italiana de Madeiras J.
 Charvolin 208
 estatísticas 382
 Estrada de Ferro 179
 estrada de ferro 179
 Estrada de Rodagem "Parahybuna-
 Porto de São Sebastião 202
 estrada do açúcar 171
 estrada Dória 172, 203
 estrada "Pitas" 204
 estradas 233, 380
 estradas de ferro 109
 estrangeira 235
 Estrela D'Alva 246
 ETZEL 308
 Euclides Bueno Miragaia 340
 Eugênio Caldeira 217
 Europa 125, 137, 140, 206, 304,
 319, 365
 europeu 141
 europeus 25
 Eusébio de Queirós 123
 Eva 117
 execução 122
 executivas 232
 Executivo 138, 141
 exportação 235.
 Ezequiel Antônio da Silva 164, 279

F F.E.B. 347
 Fabiano Lopes de Aguiar 280
 Fábio Quadros 313
 fabricante 147
 Fagulhas 372
 falta de encanamentos 235
 fandangos 354
 Farid Zablit 366
 farinha de mandioca 95, 97
 fauna nativa 26
 Fazenda 65, 215

Fazenda Anhimbu 105
 Fazenda Boa Vista 105
 Fazenda da Pedra da Onça 105
 fazenda de lã 110
 Fazenda do Ribeirão 106
 Fazenda dos Franceses 210
 Fazenda dos Ingleses 19, 206, 259,
 318, 330, 356, 363, 388
 Fazenda Getuba 105
 Fazenda Guaxinduba 105
 Fazenda Pau d'Alho 106
 Fazenda Poço Verde 105
 fazenda Ribeirão 119
 Fazenda Santa Barbara 105
 Fazenda São Sebastião 240, 259, 388
 Fazenda Trindade 220
 fazendas 101
 fazendeiro 124
 fazendeiros 139
 Fé Cristã 392
 Federação Sul-americana de Natação 367
 federais 235
 federalista 141
 feijão 101, 241
 Feira de Santana 215
 feiras e mercados 233
 feitores 116
 feminino 187
 fenômeno 379
 Fermino 117
 Fernando 144
 Fernando Baeta 217
 ferramentas 92, 101
 ferro 92, 101
 Festa de Pentecostes 303
 Festa de São Benedito 293
 Festa do Divino 305
 Festa do Divino Espírito Santo 303
 Festa do Padroeiro 306
 Festas de Santo Antônio 305
 Festas Juninas 217
 Festas Religiosas 290
 Fidalgos 298
 figurantes mudos 5

finanças 137
 Flaviano José da Silva 280
 floresta densa 25
 fogo 92
 fogos de artifício 233
 folclore da região 281
 Folclore Nacional 293
 folgado 299
 Folha do Litoral 262
 Folia de Reis 217
 Folia do Divino 305
 Fontes de Renda 86
 força 122
 Força Pública 202, 203, 341, 384
 forros 116
 Fortaleza de Bertioga 38
 Fortunato Scarpel 349
 França 365
 franceses 26, 32, 100
 Francisca 117
 Francisca Maria 117
 Francisco 117
 Francisco Alvares do Prado 106
 Francisco Custódio da Silva 162
 Francisco Daniel Lopes 365
 Francisco de Assis Carvalho 83
 Francisco de Assis Carvalho Franco 53
 Francisco de Mattos 74
 Francisco de Paula Fogaça 162
 Francisco dos Santos Leite 174
 Francisco Jacintho dos Passos 74
 Francisco José Barbosa Arouca 176
 Francisco Larroyo 184
 Francisco Mariano Vieira de Carvalho
 105
 Francisco Moreira da Costa 74, 157,
 187, 280
 Francisco Nascimento 342
 Francisco Pedro da Mota 279
 Francisco Pinto Morgado 360
 Francisco Roldão de Carvalho Leite 280
 Francisco Xavier Ferreira 157
 FRANCO 83
 Frank Robotton 227

Freguesia 73, 141, 146
 freguesia 136
 Frei Gaspar da Madre de Deus 36, 37,
 38, 52, 76
 Frei Miguel de Santa Rita 151
 Frei Saturio 153
 Frei Saturio Martin 153
 FREITAS 57, 58
 Frente Única Paulista 340
 Frigorífico Anglo S.A. 211
 FROTA 308
 frutas 97
 fumo 98
 fumo de tabaco 105
 funções executivas 235
 Fundação Cultural de Caraguatatuba
 325
 Fundação da Vila de Sto. Antônio de
 Caraguatatuba 68
 Fundação Vergueiro & Cia. 124
 FUNDACC 325
 FUNDACC – Fundação Educacional e
 Cultural de Caraguatatuba 9
 Fundo de Emancipação 115
 Futebol 355
 Futebol de Salão 368, 371

G Gabriel Soares 36
 Gabriel Soares de Souza 30, 35, 36
 Gal. Mark Clark 351
 Garcia Rodrigues Pais 90
 GARRIDO 264
 Garrido 239
 Gaspar Conqueiro 69
 Gaspar Picão 70
 Gasparino José Romão 44
 general 300
 Genocídio dos Caiçaras 319
 gentio do Brasil 40
 geógrafa Olga Cruz 379
 Geraldo Alves 259, 260
 Geraldo Estevam de Mattos 347
 Geraldo Lima 330
 Geraldo Negrão de Lima 368

Geraldo Nogueira da Silva 262, 314, 362, 384, 395
 Germano Márcio de Miranda Schmidt 264
 Getuba 124, 246
 Getúlio Vargas 334
 Getúlio Vargas 339, 340
 Getúlio Vargas Navarro Magalhães 370
 Ginásio Estadual 371
 Ginásio Estadual de Caraguatatuba 329
 Ginásio Estadual do Litoral Norte 368
 Ginásio Estadual Thomaz Ribeiro de Lima 371
 Ginásio Estadual Tomás Ribeiro de Lima 262
 Ginásio Thomás Ribeiro de Lima 395
 goal-keeper 357
 Godofredo de Turck 210
 Goiamimins 66
 goiamimins 67
 golfinhos 391
 gomas 94
 Gonçalves Romeiro 324
 Governador 90
 governador 135
 Governadores Gerais 65
 Governo 234
 Governo da Província 158
 Governo do Estado 236
 governo federal 237
 Governo Provincial 148
 governo provincial 158
 Governo Provisório 340
 grandes propriedades 100
 Grap-fruit 221
 Grape-fruit 213, 220
 Grauna 117
 Gregório IX 144
 Grêmio Estudantil D. Pedro II 371
 Grêmio Estudantil Thomaz Ribeiro de Lima 371
 gripe espanhola 332
 Gros Michel 220
 Grupo Escolar de Caraguatatuba 395
 Grupo Lancashire 211
 Grupo Oligárquico 340
 grupos de congada 297
 Guaianá 31, 33, 35, 36, 89
 Guaianá de Piratininga 33
 guanonimis 42
 Guaraciaba 53
 Guaratinguetá 91, 108
 Guarda Cívica de Caraguatatuba 342
 guarda e polícia municipal 233
 Guarda Naciona 139
 Guarda Nacional 139
 Guarujá 247
 Guarulho 33
 Guarulhos 356
 Guaxinduba 160, 252
 Gueromimis 30, 33, 38, 65, 66, 69, 90
 guerras intertribais 43
 GUERREIRO 58
 guerreiros congos 291
 Guia 298
 guias 235
 Guiomar de Carvalho Franco 59
 guizos 300
 guizos de bronze 301
 Gustav Van Veyeren 220

Habitantes 241
 Hans Staden 30, 31, 35
 hebreus 304
 Heitor de Carvalho 395
 Helena de Simone Oliveira 343
 Hélio Abranches Viotti 38
 Hélio Viotti 44
 Heloísa Liberalli Bellotto 85
 Henrique Mesquita 251
 Henrique Nicolini 365
 Heráldica 388
 Hermann von Ihering 36
 Hermenegildo Antônio Ferreira 157
 Hermenegildo Luiz de Macedo 280
 Heróis de Caraguatatuba 347
 higiene do município 234

Hildebrando Silva 366
 Hino do Município 395
 Hino Oficial do Município 395
 História 57
 História da Companhia de Jesus 39, 40
 História e Turismo Cultural 317
 história oral 281
 Hobsbawn 238
 HOLANDA 58
 holandeses 49
 Holme 96
 homens bons 136
 homeopáticos 270
 homogamia 117
 Honorato Ferreira 342
 Horácio Lafer 250
 Horror e Lágrimas dos Primeiros Dias 380
 horticultura 233
 hortos botânicos 233
 hospitais-socorros 234
 Hospital da Beneficência Portuguesa de Santos 216
 Hugo Galvão 250
 Hugo José Apuléo 260, 264
 Hugo O. Galvão da Silva 261
 hybirabacas 42

I Campeonato Experimental de Futebol de Salão 371
 I Centenário de Caraguatatuba 327
 I.B.G.E. 264
 IAPI 217
 Ibicaba 124
 Idalina Soares dos Santos 251
 idéias abolicionistas 119
 idioma tupi 38
 Igreja Católica 364
 Igreja de Santo Antônio 241
 Igreja do Espírito Santo 304
 Igreja Matriz 145, 160
 Igreja Matriz de Santo Antônio 363
 Igreja Matriz: 143
 igreja paroquial 136

IHERING 57
 II Guerra Mundial 347
 Ildebrando Leite dos Santos 342
 Ilha Bela 187, 330
 Ilha de Guaimbé 62
 ilha de S. Vicente 35
 Ilha de São Sebastião 68
 Ilha do Tamanduá-Massaguaçu 367
 Ilha dos Goanás 35
 Ilha dos Goyanos 35
 Ilha dos Porcos 52
 Ilhabela 16
 Ilhabela-Caraguatatuba 365, 367
 iluminação 88
 iluminação pública 234
 imã 89
 imigrantes brancos 112
 imobiliária Indaiá 251
 Imperador 139, 304
 Imperador do Divino 304
 Império 304
 império 139
 imposto 233, 234, 235
 imposto predial urbano 234
 impostos 176, 229
 impostos e multas 229
 impostos predial e de indústria e profissões 229
 inaciano 44
 Indaiá 246
 Indaiá Imobiliária Construtora Ltda. 251
 Independência 137
 independência 137
 índices pluviométricos 319, 374
 índio Iúri 281
 indústria 235
 Indústria da Energia Hidroelétrica de São Paulo 247
 Indústria da Produção de Gás de São Paulo 247
 Industrialização do Pescado 329
 indústrias 232
 indústrias insalubres 234

Inglaterra 138, 140, 365
 Inspetor da Tesouraria Provincial 148
 Inspetoria de Profilaxia do Impaludismo 334
 Instituto Agrônômico de Campinas 220
 Instituto Biológico 213
 Instituto Butantã 218
 Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriais 239
 Instrução Pública 183, 328
 Intendência Municipal 163
 Intendente 229, 230
 Intendente Municipal 158, 229
 intendentes 163
 intensidade das chuvas 374
 Interior do Estado 241
 Inventário 145
 investimentos 100
 Ipiranga 160
 Iray 365
 Irineu Meireles 251
 Irineu Meirelles 260, 359
 Irineu Mendes de Souza 357, 363, 372
 Irma 307
 Irmã Lucila 267
 Irmã Maria Lucilia da Imaculada Conceição 277
 Irma Marques Pinto 307
 Irmão 46
 Irmãos Azevedo 260
 irmãos nordestinos 241
 Irmãs Maria Imaculada 337
 Irmãs Pequenas Missionárias 328
 Ismael Corrêa 258
 Itália 304, 319
 italianos 26
 Itanhaém 64

J J. Charvolin 209, 210
 J. R. Forlim 260
 Jacintho de Castilho 191
 Jacinto Ferreira de Moura 174
 Jacob Klabin Lafer 249
 Jácome Lopes 69
 Jacuba 173
 Jair Nunes de Souza 362
 Jambeiro, 264
 Jânio Quadros 212
 Jaraguá 21, 246, 328
 Jaraguazinho 246
 Jarbas Cardoso 369
 jardim da infância 328
 Jardim Primavera 246
 jazidas minerais 66
 Jean de Léry 30
 Jerônimo de Ataíde 50
 jesuítas 30
 JESUS 57
 Jesus Cristo 393
 Jetuba 300
 João Albernás 51
 João Alves Pinto Brandão 163
 João Amaro Dias Torres 106
 João Arthur de Souza 363
 João Baiano 363
 João Baptista Nobre 106
 João Batista Pimenta 366
 João Blau 68, 76, 77, 78, 84
 João Cerri [?] de Mesquita 280
 João Cyrino Leite 228
 João da Silva Fogaça 106
 João de Abreu 84
 João de Moura Fogaça 66
 João de Souza 70
 João Elizeu de Mattos 163
 João Epifânio 356
 João Esteves de Sant'Anna 105, 119, 153, 280
 João Fonseca de Camargo e Silva 202
 João José Pinto Cidade 121
 João Luís Mafra 71
 João Maciel 85
 João Ortigas 71
 João Paulo Ribeiro dos Santos 372
 João Pimenta 271
 João Pimenta de Carvalho 66
 João Reco 342

João Teixeira Albernás 50
 João Theodoro Xavier 196
 João Timóteo 240
 João V 136
 João Vicente Cabral 189
 Joaquim 365
 Joaquim [?] Leite 280
 Joaquim Alves da Silva 106
 Joaquim Braga Filho 314
 Joaquim C. Leite 388
 Joaquim Clemente Paz Leite 145
 Joaquim Coutinho 366
 Joaquim de Oliveira Souza 365
 Joaquim d'Oliveira Preto 106
 Joaquim Gonçalves de Andrade 151
 Joaquim José dos Anjos Gaia – Fiscal 280
 Joaquim José Pereira 72
 Joaquim José Ribeiro e Silva 197
 Joaquim José Tenório 106
 Joaquim Marcondes Sodré 163
 Joaquim Nunes 88
 Joaquim Procópio Pição Salgado 72
 Joaquim Romão 316, 317
 Joaquina 117
 Jodocus Hondius 49
 Joel de Oliveira 387, 388, 390
 Joel de Oliveira (Juju) 370
 Jogos Abertos do Interior 369
 Jordão Homem da Costa 67, 83
 Jorge Araújo 387, 388
 Jorge Burihan 371
 Jorge de Cândia 81
 Jorge Fernandes 68
 Jorge Fernandes da Fonseca 68
 Jorge Guerra 366
 Jornal da Tarde 319, 386
 Jornal de São Paulo 264
 Jornal do Comércio 238
 JORNAL HIDRO 265
 Jornal Impacto 263
 jornal "O Defensor" 251
 jornal "O Diário" 251
 José 343

José Aires da Gama Sobrinho 377, 386
 José Alexandre Villela de Andrade 13
 José Amado 217
 José Amaro Dias Torres 280
 José Antonio da Silva 280
 José Antônio da Silva 228
 José Antonio de Azevedo [?] 280
 José Benedito Moreira 260, 312
 José Bonifácio 304
 José Bonifácio de Freitas 203
 José Bourabeby 362, 367
 José Carlos Barreto 263
 José Charvolin 207, 208
 José Corrêa Alves 106
 José da Costa 175
 José Dâmaso dos Santos 361
 José de Almeida Barbosa 262
 José de Anchieta 31, 35, 45
 José de Mattos e Abreu 103
 José de Oliveira (Zé Pupu) 370
 José do Nascimento 106
 José Germano Ferreira 342
 José Gonçalves de Sant'Anna 163
 José Henrique de Castro Bouvier 163
 José Inácio Teixeira 216
 José Jacintho de Castilho 268
 José Jacintho de Partilha [?] 279
 José Lúcio Alcântara 342
 José Luiz 260
 José Maria Bráz 342
 José Maria de Araujo 279
 José Maria Gonçalves Romeiro 323
 José Matos 368
 José Moraes 262
 José Moraes Carvalho 361
 Jose Moreira Leite 280
 José Roberto Manna de Deus 13
 José Sebastião Damázio 362
 José Silvério de Oliveira 106
 José Teixeira Neto 137
 José Vicente dos Santos 342, 356
 José Vicente dos Santos (Juca) 363
 José Vieira de Macedo 189
 Jovino Ayres de Camargo 362

Jovino Camargo 359
 Juazeiro 215
 Judiciário 141
 juiz de direito 231
 juiz de direito da Comarca 238
 juiz de fora 136
 Juiz Municipal de Órfãos e Ausentes 121
 Juiz Presidente 136
 Juízo Municipal 145
 Júlio Prestes 339
 junta tríplice 238
 Juqueriquerê 60, 160
 Jurandyr Ferraz de Campos 86
 Justiça 65
 Justina Salinas de Santana 188
 Justo Arouca 362, 365

K KNIVET 58
 Knivet 53, 55, 59
 Kunstmann II 35

L lâ 88
 laçar 229
 Laércio Luiz dos Santos 257
 Lagoa 160
 lama 381
 lamas 385
 lamparina de querosene 256
 Lampiões 255
 lampiões 377
 Lanchonete 382
 LARROYO 338
 Laura Passos Barros 312
 Lauro Cesar Muniz 316
 Lauro Ribeiro Escobar 390
 lavoura 179, 232
 Lazaretos 195
 legislativas 232
 Legislativo 138, 139, 141
 legislativo 232
 legumes 97
 lei 238
 Lei Áurea 114

Lei Eusébio de Queirós 112
 leis 236
 leis e posturas 233
 leis e resoluções das Câmaras 236
 Leis Heráldicas 390
 LEITE 57
 LEITE, Serafim 57
 Lenda da Mãe do Ouro 281
 Lenda da Pedra da Freira 281
 Lenda do Saci-Pererê 282
 Leopoldo Ferreira Lousada 307
 Leopoldo Ferreira Louzada 285, 342
 lepra 195, 337
 leprosos 123
 letreiros 235
 Liberais Exaltados 139
 liberdade de comércio 138
 Libras Esterlinas 227
 licença para jogos 235
 licenças 235
 LIMA 307, 308
 Lima 367
 língua dos maromomis 45
 Língua Geral 38
 linhas férreas 227
 lírio de Santo Antônio 391
 Lisboa 144
 Listel de goles 393
 Lita Chastan 315
 Lita-Jacques 386
 literária 310
 Litoral 318
 Litoral Norte 33, 66, 240, 317, 330, 372
 litoral norte 318
 Litorâneo 315
 Livro de Barreiras 177
 Livro de Movimento 268
 Livro do Tombo 73, 74, 145, 192
 livro do Tombo 146
 Livro do Tombo de São Sebastião 146
 LIVRO dos Municípios do Estado de São Paulo 265
 Livros de chamada de Escolas de

Caraguatatuba 338
 Lizandro Bartolo 359, 360
 loco-tenentes 60
 Lopo de Sousa 61, 64, 69
 Lorena 108
 loteamentos 246, 247
 louças 111
 Lourenço Nardy 163, 228
 lubrificação 88
 Lucília Barbosa Pereira 273
 Luís Antônio Maciel Leite 163
 Luis Antonio Maciel Santos 280
 Luís Cabral de Mesquita 71
 Luís Carlos 323
 Luís Carneiro de Sousa 64
 Luís da Câmara Cascudo 304
 Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão 81
 Luiz Caramuru Nogueira 327
 Luiz Carneiro de Sousa 67
 Luiz José Moreira 260
 Luiz Maciel Leite 269
 Luiz R. Muniz 359
 Luiz Ribeiro Muniz 359, 360, 367
 Luiz Ricardo Passos (Xico) 370
 Luz Elétrica 255, 256
 Luzia Rodrigues de Toledo Prado 13, 257

M Maços de População 88, 102
 macuco 28
 MADRE DE DEUS 57, 59
 Madre Superiora 328
 madrinha 272
 maestro Pedro Alves de Souza 314
 Magnólia A. Souza Carlota 274, 275
 maiorial Jaguarapipo 53
 maioria 139
 Major Ayres Bento de Oliveira 342, 343
 mal de Sigatoka 221
 malária 196, 330
 maleita 334
 Manassés 365

mandioca 101, 241
 mangue 25
 mangues 16
 manifestações folclóricas 297
 Manoel Antônio Catarina de Freitas 279
 Manoel Antônio Catharina de Freitas 160
 Manoel Bispo Diocesano – Barboza 146
 Manoel Borges da Silva 106
 Manoel Borges do Nascimento 117
 Manoel Carlos da Silva 195
 Manoel Cornélio dos Santos 168
 Manoel da Fonseca Lima e Silva 141
 Manoel de Faria Dória 79
 Manoel do Prado 106, 117
 Manoel Esteves da Porciúncula 73
 Manoel Esteves de Santa Anna 157
 Manoel Esteves de Sant'Anna 74
 Manoel Furquim de Campos 121
 Manoel Gonçalves de Oliveira 228
 Manoel Hipólito do Rego 166
 Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade 146
 Manoel Joaquim Pereira Rosa 279
 Manoel José de Matos 105
 Manoel José Vieira de Macedo 105, 279
 Manoel Pereira Bouvier 157
 Manoel Pereira de Castro 146
 Manoel Pereira de Castro Bouvier 280
 Manoela Gonçalves Pereira 106
 Manuel Bráulio 321
 Manuel de Faria Dória 78
 Manuel Eduardo Barbosa 251
 Manuel Esteves da Porciúncula 192
 Manuel Gonçalves Pereira 157
 Manuel Lopes da Ressurreição 171
 Manuel Lourenço Garcez 250
 Manuel Nardi 342
 Manuel Viegas 31, 45
 Manuela Policena Pereira de Castro 105
 mão-de-obra 112

mão-de-obra escrava indígena 69
 mão-de-obra servil 48
 Mapa da População 114
 Mapas Históricos Brasileiros 49
 mar 241, 242
 Maractus pernambucanos 300
 Marajaimirindiba 69
 Maranduba 160
 marca 'Jacaré' 256
 Marcelino de Leão 67
 Marcelino José de Carvalho 188
 MARCÍLIO 56, 308
 Maresias-Camburi 21
 Maria 307
 Maria Augusta de Jesus 195
 Maria Christina de Almeida Braga 265
 Maria da Conceição Alves 269
 Maria Jacintha Castilho 268
 Maria Jácome de Melo 66
 Maria José Matheus 335, 338
 Maria L. Marclio 92
 Maria Lucília da Imaculada Conceição 273
 Maria Marques Burihan 307
 Maria Stella da Silva Bueno de Oliveira 317
 Maria Suzana da Cruz 269, 270
 Mariana de Sousa da Guerra 64
 Marília 369
 marimba 299
 Marino Garrido 287, 318, 323, 372
 Mário de Andrade 292
 Mário Martins de Almeida 340
 Maromomis 31, 33
 Marquês de Cascais 64, 65
 marquês de Cascais 76
 Marquês de Pombal 136
 Martim Afonso 61
 Martim Afonso de Sousa 60, 64
 Martim Afonso de Souza 52
 Martim de Sá 53, 55, 62, 246
 Martim de Sá-Praia do Centro 367
 Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo 341
 massa florestal 25
 Massaguaçu 246, 300, 363
 Massaguaçu F.C. 356
 Massaguassu 127, 160
 Massaguassú: Figuras e Paisagens
 Pintadas no Brasi 320
 Mata Atlântica 16, 28
 Matadouro Municipal 228
 matadouros 233, 235
 matas virgens 127
 material médico de emergência 384
 material para resgate 384
 Mathias Soares de Novais 97, 117
 Matildes Benedicta da Silva 105
 Matriz de Santo Antônio 73
 Maurício 117
 Mauro Aparecido de Oliveira 361
 Maximino José Corrêa da Silva 146
 Maynard de Araújo 297
 meação 124
 melanose 222
 Melo e Castro de Mendonça 94
 Memória e Tradições de um Povo 9, 10
 Memória Histórica de São Sebastião 68
 Memorial Descritivo 390, 391
 Memorial Histórico 390, 391
 mercado municipal 255
 mercados 235
 Mestre 301
 mestre 301
 mestres da teologia 46
 Meteorologia 329
 Metrópole 136
 Miguel Aires Maldonado 53
 Miguel Costa 202
 Miguel de Sancta Rita – Vigário 280
 Miguel Gonçalves Borba 69
 Miguel Monteiro de Godoy 175
 milho 97, 101, 241
 minas das Gerais 81
 Minas Gerais 89, 170, 395
 Minas Gerais F.C. 363
 Minas Gerais F.F. 371

Minas Gerais Futebol Clube 363
 ministro do império Antônio Pinto
 Chichorro da Gam 168
 Ministro João Cleófas 247
 ministros 140
 Minol Ohata 366
 Missal 145
 MMDC 341
 Moçambique 291, 299, 302
 moçambique 297
 moçambiques 291
 Mocidade 263
 Mocoóca 160
 Moderado 138
 Moderados 139
 Mogi das Cruzes 37, 43, 47, 80,
 203, 292, 305, 337
 monarca 140
 Monarquia 185
 mono-carvoeiro 28
 Monsenhor Pizarro 72
 Monte Santo 395
 MONTEIRO 58, 59
 Monteiro Júnior 263
 Moraes Novais 250
 morgadio 62
 Morgado de Mateus 81, 87
 morro 246
 Morro do Algodão 246
 Morro do Empinado 110, 173
 mosca do mediterrâneo 224
 Motta Sobrinho 114
 mouros 291
 Mr. Braham 217
 Muçuranga 285
 Muiramomis 37
 Mulheres Notáveis 267
 multas impostas 235
 municipais 187
 Município 230, 388, 389
 município 232, 233
 Município de Caraguatatuba 391
 município de Gurarulhos 44
 Município Neutro 139
 municípios 231
 Museu de Arte de São Paulo 320
 museus 233
 mutirão 97
 N
 na Igreja 116
 Nacional 393
 nacional 235
 nanica 220
 Natação 365
 Natal 275, 293
 Natividade 204
 Natividade da Serra 171
 Nau Portuguesa 390
 Navegação Costeira 167
 nazismo 348
 negras 115
 negro reprodutor 118
 negros 115
 Nelson Reising 262
 Nelson Werneck Sodré 163
 Nerli, Nelson e Nersi Amaral 259
 Nersi Amaral 258, 259
 Nilo Bueno Patrício 368
 Nilo Moura 260
 nó na tripa 334
 Nóbrega 30
 Noé Mariano de Oliveira 228
 nomeações e aposentadorias 235
 Nordeste 291
 Norio Ohata 367
 Norio Ohato 366
 Noronha 45
 norte-americana 141
 Nossa Senhora Aparecida 297
 Nossa Senhora da Conceição dos
 "Maramomis" 44
 Nossa Senhora das Dores 303, 306
 Nossa senhora das Dores 290
 Nossa Senhora do Rosário 291, 292,
 299, 303
 Novarino Leite dos Santos 348
 Novus Brasiliae Typus 49
 Nuto Sant'Anna 122

- O Atlântico 372
 O Dia 264
 O Dia em Que a Serra Caiu 378
 O Estado de São Paulo 310, 319, 354, 386
 O Litoral Norte 263, 264
 O Litoral Norte do Estado de São Paulo 315
 O Rei dos Peixes 322
 Óbitos de 1903 a 1920 330
 obras e serviços municipais 232
 Oceanografia 329
 Odair Aparecido de Paula 13
 Olaria 246
 óleo de baleia 88
 óleo volátil 225
 Olga Cruz 318, 374
 Omar 303
 operações de crédito 232
 oralidade 322
 orçamento da receita e despesa 236
 orçamento municipal 229
 orçamentos anuais 232
 Ordem Franciscana 144
 ordenanças 136
 Organização Administrativa 135, 239
 Organização Municipal 230
 origem do Moçambique 300
 origem rural e escrava 303
 orquídeas 28
 Osiris Nepomuceno Santana 351
 Osiris Nepomuceno Santana 363
 Osiris Nepumuceno Santana 262
 Ostiano Sandevile 272
 Osvaldo Pimenta de Melo 360
 Oswaldo Gnecco 360
 ouro 81
 Ouvidores 65
 Ouvidoria de São Paulo 80
- P** P. Cristóvão de Gouveia 47
 P. da Figueira 251
 Pacífico Wagner 330, 360, 362
 packing house 213

- Packing-House 217
 Padre Américo 337
 Padre Américo Virgilio Endrizzi 337
 padre Antônio Alvares de Oliveira Cruz 151
 Padre Caetano Rizzi 277
 Padre Joaquim Clementino Leite 363
 padre Manoel Antônio da Silva 150
 Padre Manoel Esteves da Porciúncula 150
 Padre Manuel Faria Dória 172
 Padre Pinto 173
 Padre Teófilo Fraile 288
 padroeiro 144
 Padroeiro da Cidade 392
 Pádua 144
 paiás 300
 paióis 102
 Palmeiras 246
 palmitos 28
 Pancho 365
 Pano 110
 Paquetes 168
 Pará 51
 Parahybuna-Porto de São Sebastião 202
 Paraibuna 20, 172, 264
 Paraibuna-Porto de São Sebastião 203
 Paraná 240
 Paranaguá 60, 61, 64
 Parati 66
 Paratiguaçu 66
 parlamentarismo às avessas 140
 Parlamento 140
 paróquia 136
 Parque Estadual da Serra do Mar 16
 Partido Brasileiro 138
 Páscoa 303
 Passo Maia 173
 Passos 180
 Passos da Semana Santa 303
 pastos 233
 Patacho Liberdade de Comércio 169
 Patacho Paraybuna 169
 Patacho Viriato 169

- pátea 391
 Pátio da Matriz 160
 patrimônio 137
 pau-alegre 354
 Paulo Bento Rangel 250
 Paulo Bonfim 339
 Paulo Ferraz Silva 342
 Paulo Roberto dos Santos 260
 Pe. Ermitão Luiz Pacheco Coelho 81
 Pe. Fernão Guerreiro 44
 Pe. Hélio Abranches Viotti, J 58
 Pe. Hélio Viotti 41
 Pe. João de Almeida 46
 Pe. João Vicente Cabral 149, 151, 153
 Pe. Joaquim C. Leite 164
 Pe. Joaquim Clementino Leite 149, 150
 Pe. José 38
 Pe. José Maria Brandi 153
 Pe. Luís Pacheco Coelho 81
 Pe. Manoel Esteves da Porciúncula 148
 Pe. Manuel Viegas 38
 Pe. Viegas 45
 Pe. Viotti 38
 Pearl Harbour 346
 pecuário 228
 Pedra de Ara 145
 pedra fundamental 247
 Pedrinho 365
 Pedro Barbosa Pereira 274
 Pedro de Alcântara 140
 Pedro de Gouveia 46, 54
 Pedro Giolo 357
 Pedro I 138, 304
 Pedro João de Oliveira 251
 Pedro José Ferreira 105
 Pedro Norberto 325
 Pedro Taques 72
 Pedro Wack 365
 Pegoreli 246
 peixe 97
 Penido 228
 Península Ibérica 143, 291, 297, 305
 Pensão Araújo 395
 Pentecostes 303

- Pêra 221
 Percival Bento Rangel 13, 354
 Pereira Cleto 67
 Perequê Mirim 68
 Período Imperial 138
 Permanente 139
 permangoma 300
 permengome 300
 Pero Lopes de Sousa 61, 65
 Pero Rodrigues 39, 40, 41, 46
 Pero Vaz de Barros 70
 PERRONE-MOISÉS 58
 Peru 367
 pés largos 48, 55
 pesca 234
 pesca da baleia 88
 pescadores 97, 103
 peste negra 192, 193
 Pianitá 53, 70
 picadas 176
 Picinguaba 20
 Pietro Maria Bardi 319
 Pindamonhangaba 91
 Pio XII 144
 Piquete 108
 piratas 89
 Piratininga 33
 PIZA 83
 Planalto de Paraitinga 19
 plantão noturno 382
 plantas exóticas 26
 plasmodium malariae 336
 platina 139
 pleito eleitoral 238
 Plínio Airosa 36
 Plínio Bento Rangel 342
 Plínio de Queiroz 203
 Plínio Passos 361, 388
 poder executivo 229
 Poder Judiciário 138
 poder moderador 140
 Poderes do Estado 138
 Poiares 246
 polícia 229, 234

Polícia Marítima 383, 384
 política colonizadora 136
 política do café com leite 339
 político-econômico 139
 pólvora 92, 233
 pomologia 233
 Pontal da Ilhabela 366
 Ponte Seca 246
 pontes 174
 Ponto Chic 216
 população urbana e rural 241
 Pora 322
 Portaria Circular 73
 Porto Novo 246, 247
 Porto Novo F.C. 356
 Portugal 90, 291, 304
 Portugal/Espanha 391
 portugueses 100, 126
 Posto de Erradicação da Malária 261
 posto de pedágio 176
 Povoamento 60
 Praça Cândido Mota 356, 357, 371
 Praça Cândido Motta 270, 335, 395
 Praça Diógenes R. de Lima 356
 Praça Diógenes R. Lima 356
 Praça Dr. Cândido Motta 255
 praças 235
 pragas 104
 Praia Brava 286
 Praia da Cidade 306
 Praia das Toninhas 81
 Praia do Simão 251
 Praia Romance 247
 praias de Gaecá 21
 Prainha 246, 306
 prata 111
 pratica dos ritos religiosos 234
 práticas agrícolas 26
 prático 98
 Prefeito 235
 prefeito 230, 231, 232, 233, 236, 237
 Prefeito Altamir Tibiriçá Pimenta 314
 Prefeito Antônio Augusto Matheus 314

Prefeito José Bourabeby 370
 Prefeitura Municipal 361, 372
 Presciliana de Castilho 269
 Presciliana de Castilho Leite 188, 191, 197, 267, 268, 272
 presidente 232, 236
 Presidente da Câmara 229
 presidente da Câmara Municipal 238
 presidente da junta 238
 Presidente da Província 148
 Presidente da Província 124, 151, 158, 188
 presidente da Província 176
 Presidente da República 141, 334
 Presidente do Estado 230
 presidente do Estado 233
 previdenciários 227
 Primeira Fila 263
 primeiro grau 328
 Primeiros Tempos 86
 Príncipes 298
 Priscila Siqueira 319
 processo civil ou criminais 235
 processos morfogênicos 319
 procissão marítima 305, 306
 Proclamação da República 140, 143
 Procópio Alves de Oliveira 163
 procurador 136
 Procurador da Coroa 78
 produtos inflamáveis 233
 Prof. Rossini 297
 profanas 303
 Professor Dalmo de Abreu Dallari 319
 Professora Pública 278
 professores 233
 profissional 233
 proibição dos padres 299
 propriedade familiar 92
 Provedores Gerais 65
 provimentos 236
 províncias 135
 Provisória 139
 Prudêncio Baeta 356, 357
 Puri 53

Q Querosene 246
 Questão Monsanto-Vimieiro 61
 quilombos 123
 Quinto Exército dos Estados Unidos 348

R R. Altino Arantes 356
 rabeca 301
 Rabo de Fogão 280
 Rádio Clube de Santos 259
 Rádio Oceânica 257, 258, 259, 260, 263
 Radiolit 372
 Rádios 257
 RAF 221
 Rafael Tobias de Aguiar 173
 rainha 300, 302
 rainha D. Isabel 304
 real monopólio 88
 Real Serviço 81
 receita do município 232, 234
 receita municipal 229
 recenseamento da população 233
 recenseamentos 96
 reclames 235
 Regência 139
 regências 139
 Região Periférica 315
 região vicentina 35
 Regina Moreira 390
 Reginaldo M. Miranda 82
 Regulamento Imperial 114
 Rei 299, 302, 304
 rei 296, 300
 Rei D. Diniz 304
 rei D. João III 304
 Rei D. João V 90
 Rei da Abissínia 297
 Rei de Portugal 90
 rei de Portugal 325
 Reinel 35
 Reino-Unido a Portugal e Algarves, 137
 REIS 56

reliquia de Santo Antônio 306
 Renato Navarro Magalhães 395
 Renée Barbosa Pereira 273
 Repartição Sul 53
 República 232
 resgate 42, 43
 resoluções 236
 Restauradores 139
 restinga 25
 restingas 22
 REVISTA FAGULHAS 265
 Revista Fagulhas 355
 revista Fagulhas 327
 Revista Igarati 265
 Revolução Constitucionalista 204, 341
 Revolução Constitucionalista de 1932 340, 341
 Revolução de 1932 339
 Revolução Liberal de 1842 173
 Ribeirão dos Couros 20
 ribeirão Santo Antônio 72
 RIBEIRO 308
 Rio Claro 17, 19
 Rio Curupacê 60
 Rio de Curupacê 61
 Rio de Janeiro 139, 148
 Rio de Macaé 60
 Rio de Ouro 246
 Rio de S. Vicente 60
 Rio do Ouro 90, 300
 Rio Juqueriquerê 17
 Rio Lourenço Velho 20
 Rio Paraitinga 19
 Rio Pirassununga 17
 Rio-Ubatuba 252
 Rita Deonizia de Lima Ribeiro 279
 Rita Dionisia de Lima Ribeiro 277, 278
 Rita Dionisia de Lima Ribeiro 267
 Rita Dionizia Lima Ribeiro 187
 Roberto Facchini 369
 Roberto Horácio Reta 366
 Roberto Sambonet 282, 319
 Roberto Stravatto 367
 Robson Pereira Dias 321

roda d'água 101
 Rodoaldo Facchini 369
 rodovia 243
 rodovia BR-6 382
 Rodrigo Cesar de Menezes 90
 RODRIGUES 56
 RODRIGUES FILHO 308
 Romão 45
 ROMÃO & NORONHA 28
 Romeu 365
 Roque Leitão Roballo 84
 Rosa 117
 Rossini Tavares de Lima 293, 297
 Royal Air Force 239
 Rua da Praia 159
 Rua das Flores 159
 Rua Direita 159
 Rua do Campo 159
 Rua do Comércio 159
 Rua do Monte 159
 Rua Principal 159
 Rua Santa Cruz 261, 306, 360
 Rua Santo Antônio 357
 ruas 235
 Ruas Paul Harris 356

S S. E. Palmeiras 369
 S. Sebastião 76, 77, 203
 S.A. REBELO, ALVES 356
 sabões 88
 Saco das Bananas 250
 Sacristão 147
 Sagrado Coração de Jesus 297
 sal 92, 111
 Salesópolis 20
 Salvador Bicudo 85
 Salvador Correia de Sá 67
 Salvador Correia de Sá e Benevides 53, 67
 Salvador Marcos Felizzette 366
 Salvador Marcos Filizzette 366
 Sambonet 320
 SAMPAIO 57, 58
 Samuel Marti 302

Sanatório Maria Imaculada 328
 Sanatório Santo Ângelo 337
 saneamento básico 336
 saneamento rural e urbano 334
 Santa Casa 337
 Santa Casa de São José dos Campos 216
 Santa Catarina 240
 Santa Cruz F.C. 356
 Santa Cruz Futebol Clube 363
 Santa Isabel 297
 Santa Sé 146
 Sant'Ana 61
 Santo André 369
 Santo Antônio 144, 145, 160, 285, 286, 290, 303, 392
 Santo Antônio de Caraguatatuba 82, 141, 143, 280
 santo de pau 75
 Santos 94, 224, 225, 367
 Santos Reis 293, 303
 Santos-Jundiá 179
 São Benedito 285, 291, 292, 299, 301, 302, 303
 São Francisco de Assis 304
 São José do Paraitinga 172
 São José dos Campos 251, 264, 274, 330, 349, 371
 São Luís do Paraitinga 299
 São Luiz do Paraitinga 171, 264
 São Paulo 146, 251, 263, 317, 318, 371
 São Paulo – Litoral Norte 317
 São Sebastião 9, 20, 31, 70, 98, 109, 117, 141, 145, 160
 São Sebastião-Caraguatatuba-Ubatuba 243
 São Vicente 247
 sapo-dourado 28
 sarampo 330, 334
 Sargento Joaquim da Silva Coelho 82
 Saturnino Mariano Nepomuceno 357, 360
 Saúde Pública 192
 Sebastião 117

Sebastião Adolfo de Paula 283, 284
 Sebastião Alves de Oliveira Cruz 186
 Sebastião Brasília 217
 Sebastião Castilho 311
 Sebastião Marques Coelho 85
 Sebastião Silvestre 342
 Sebastião Soares 367
 sebo 110
 Secretário 298
 Secretário da Câmara 162
 Secretário do Estado 78
 Sede de Comarca 393
 Segundo Brasão 390
 Segundo Reinado 140
 segurança pública 229
 Seleção Brasileira 369
 selo 146
 Semanas 304
 Senado Federal 141
 Senador Barão de Itaúna 175
 Senador Vergueiro 124
 Senhor Bold 217
 Senhor Crucificado 145
 Senhor José Maria Francisco 256
 Senhoras de Engenho 87
 senhoras de engenho 291
 senzalas 101, 118
 sepulturas 235
 Serafim Leit 45
 Serafim Leite 33, 38, 44
 Serafino Corrêa 71
 Sérgio Buarque 48
 Sérgio Buarque de Holanda 44, 55
 Sérgio Noberto de Lima 369
 Serra da Lagoa 21
 Serra do Itapeti 41
 Serra do Mar 202
 Serra do Tapeti 48
 serviço da escrituração 229
 Serviço de Profilaxia da Malária 336
 serviço médico 332
 Serviço Profilaxia da Malária 334
 serviço público 236
 serviços de enterramentos 234

serviços públicos 233
 serviços telegráficos 234
 Servveng Civilsan 228
 sesmarias 76, 85
 Setecentos 87, 89
 seu folclore 309
 SILVA 238, 264
 Silveiras 108, 119
 Sílvia Araujo 390
 Sílvia Regina Paes 321
 Sílvio Fernandes 361
 Sílvio Luiz dos Santos 358
 Sílvio Luiz dos Santos 362
 Simão de Vasconcelos 30, 35
 simbologia religiosa 292
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais 316
 SIQUEIRA 264, 265
 Sistema de Parceria 123
 sistema Guaxinduba 254
 Sistema mecânico de carregar sacos 240
 sistema parlamentar 140
 sistema tropical atlântico 23
 sistemas extratropicais 23
 sobrevivente 377
 Société Française pour l'Exploitation et le Commerce 210
 Sofrimento Heróico de Uma Brava Gente 380
 SOUSA, Washington Luís Pereira de 56
 SOUZA, Gabriel Soares de 57
 Sr. Antônio Tepedino Pagano 258
 Sr. Carlos Calmon 259
 Sr. Carlos Rodrigues 259
 Sr. Diógenes Ribeiro de Lima 329
 Sr. Jorge Passos 357, 358
 Sr. José Gomes 258
 Sr. Lanteri 217
 Sr. Nersi Amaral 258
 Sr. Roberto Espíndola 260
 Sr. Sebastião de Souza Lemos 262
 Sra. Marcelina Santana da Silva 338
 ssociação dos Sanatórios Populares 274
 STADEN 56
 Staden 32

subprefeito 231, 237
 suicidado 116
 suicídios 116
 sumacas 88
 Sumaré 246
 Superintendência da Reforma Agrária 316
 Supremo Tribunal 141
 surto epidêmico 80

T Tabatinga 160, 246, 251
 tainhas 97
 talhos 233
 tambor 299
 tamborete 299
 Tamoio 30, 31, 35, 37
 tamoio 90
 Tapuia 31, 33
 Tarquinia 348
 Taubaté 48, 90, 151, 264, 299
 Tavares de Lima 299
 taxa 234, 235
 taxas de publicidade 235
 taxas de viação 235
 Teatro 312
 teatro de rua 292
 Técnica de Captura e Conservação 329
 TEIXEIRA NETO 163
 telefônicos 234
 televisão 327
 Tenente Francisco Jacintho dos Passos 105, 157
 Tenente Francisco Jacinto dos Passos 117
 tenentismo 340
 Tênis Clube de São José dos Campos 369
 Teodoro Sampaio 37, 38, 44, 59
 Terceira Companhia 96
 Terminal Marítimo Almirante Barroso 395
 termos 136
 terraços marinhos 22
 terreiro 102

terrenos em aberto 235
 teses de doutoramento da Universidade de São Paulo 9
 Themístocles Rodrigues 358
 Theotino Pimenta 256
 Theotino Tibiriçá Pimenta 256
 Thereza B. de Toledo 255
 Thomas Cavendish 52
 Thomaz Davatz 124
 Thomaz Ribeiro de Lima 329, 369
 Thomé da Silva 160
 Tietê 194
 Tinga 246
 tintas 88
 Tipografia Poloni 261
 Título de Freguesia 143
 Tomás Camanis Filho 259, 378, 383
 Tombo de São Sebastião 75
 toque de recolher 229
 Toque-Toque 21
 Tordesilhas 60
 tornos de ferreiro 111
 tortura 115
 tradições judaicas 304
 tráfego 174
 tráfico negreiro 103, 112
 tragédia 375
 trânsito 174
 Transporte Marítimo 166
 Tratado Descritivo do Brasil 36
 tratamento do esgoto 253
 Travessão 246
 Travessia de Santos 367
 Trina 139
 tromba d'água 377
 tropas 176
 tropas de muares 110
 tropeiros 26, 102, 173, 202
 trópico de capricórnio 23
 Tropigold 224
 tuberculose 194, 337
 Tupinambá 31, 32, 90
 tupinambá 43
 Tupiniquim 36

Turismo 241
 turismo 27, 243
 turismo ecológico 29
 turistas 381
 Typho Palustre 272

U U.E.A.C. 275
 Ubativa 76
 Ubatuba 16, 94, 95, 160, 166, 171, 243, 366
 um piano 111
 Una 139
 uniforme 302
 United Fruit Company 220
 Universidade de São Paulo 315, 387
 urbanização 246

V vacinas antitetano 384
 Vale do Paraíba 103, 171
 vale do Paraíba 53
 Valência 221
 valeparaibanos 100
 Valério de Carvalho 84
 vales 25
 Valter de Castro 370
 Valter Padgurschi 13, 241
 Vanel F. Moreira 388
 Vanel Fernandes Moreira 370, 374, 387, 390
 Vapapesca 246
 vapor Vitória 331
 variações bióticas 23
 varíola 80, 193, 195
 Vasco da Motta 67
 VASCONCELOS 57
 veículos 235
 Vela de cera 110
 velas 88, 377
 veneno 228
 Vera Lúcia Felipe Malaquias da Silva 13
 Vera Nardi 313
 Vercelli 319
 vereador 237
 vereadores 136, 229, 231, 236

veredas 171
 verminose 196
 vernizes 88
 verrugas 334
 viajantes estrangeiros 291
 Vias de Comunicação 202
 Vice-Presidente 141
 vice-presidente 232
 Vice-Presidente da Província 147, 155
 Vice-Rei 78
 Vicente José Ramos 157
 Vida do Padre José 40
 Vida Esportiva 354
 Vigário Geral do Bispado 148
 Vigário José Antônio Pinto 117
 Vigário Manuel Antônio Silva 147
 Vigário Porciúncula 74, 149
 Vila 228
 vila 82
 Vila Bela da Princesa 86, 96
 Vila de Caraguatatuba 84
 Vila de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém 64
 Vila de Santa Ana de Mogi Mirim 47, 80
 Vila de Santo Antônio 80
 Vila de Santo Antônio de Caraguatatuba 155
 Vila de Santo Antônio de Caraguatatuba 53, 147
 Vila de São Sebastião 71, 82, 102, 315
 Vila de São Sebastião 73
 Vila de São Vicente 66
 Vila de Ubatuba 67
 Vila de Vimieiro 64
 Vila Matilde 251
 Vila que Desertou 8
 vila que desertou 82
 vilas 136
 villa de Santo Antônio de Caraguatatuba 77
 vinho de mel 87
 viola 301
 violino 301
 VIOTTI 57

Viotti 39
voleibol 367, 370, 371
Voluntários da Pátria 120
Von Tschudi 117

W Waldomiro Benedito de Abreu 33
Waldomiro Passos 350
Walfrido Arouca 362
Walter Castro 365
Washington Luís 35
Washington Luiz 241, 339, 340
Washington Luiz dos Santos 360, 361
Wilson de Castro 361

Wilson Marques 258
Wladimir Lopes da Rocha 361

X Xico 365
XV de Novembro 360, 367

Z Zé Américo 300
Zé Pinto 365
Zeferino José Pereira 279
zelador da iluminação pública 230
Zieminisky 221
zona tropical 23

